

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA

**DUAS ESTRELAS E DOIS PROJETOS DE HEGEMONIA:
A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NO
PARTIDO DOS TRABALHADORES (BRA) E NO BLOCO
DE ESQUERDA (POR)**

Eric Araujo Dias Coimbra

Florianópolis
2017

ERIC ARAUJO DIAS COIMBRA

**DUAS ESTRELAS E DOIS PROJETOS DE HEGEMONIA:
A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NO
PARTIDO DOS TRABALHADORES (BRA) E NO BLOCO
DE ESQUERDA (POR)**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Raul Burgos

Coorientador: Prof. Dr. José Manuel Pureza

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coimbra, Eric Araujo Dias
DUAS ESTRELAS E DOIS PROJETOS DE HEGEMONIA: : A
INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE GRAMSCI NO PARTIDO DOS
TRABALHADORES (BRA) E NO BLOCO DE ESQUERDA (POR) /
Eric Araujo Dias Coimbra ; orientador, Raul
Burgos, coorientador, José Manuel Pureza, 2017.
568 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Sociologia Política. 2. Partido dos
Trabalhadores. 3. Bloco de Esquerda. 4. Hegemonia.
5. Antonio Gramsci. I. Burgos, Raul. II. Pureza,
José Manuel. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política. IV. Título.

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Dedico esta tese às pessoas que mais me incentivaram nas tarefas diárias e nas lutas do dia-a-dia: minha companheira Melissa Gabriela L. B. Coimbra, minha filha Beatriz L. B. D. Coimbra, meu pai Mário Lúcio Coimbra (in Memoriam), minha mãe Elizabeth A. A. Dias, meus irmãos Arthur, Paula e João Paulo, que sempre incentivaram e estiveram ao meu lado nos principais momentos da minha vida e em tudo o que eu precisei. Também dedico esta tese a todas as pessoas que sonham e lutam por uma sociedade justa, fraterna, igualitária e livre.

Agradeço a toda a minha família e a todos os amigos; a CAPES, por ter me possibilitado desenvolver esta pesquisa, com bolsa e recursos para que eu pudesse pesquisar fora do país; a UFSC e ao Departamento de Pós-Graduação em Sociologia Política; ao professor orientador Raul Burgos, que tanto contribuiu com esta tese; ao professor coorientador José Manuel Pureza, do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra; a todos os professores e funcionários do PPGSP; aos colegas da vida acadêmica; a todas as lideranças petistas e bloquistas que forneceram as entrevistas; aos professores que participaram da banca; e, finalmente, a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa.

João E Maria

Geraldo Vandré E Hilton Accioly

Quem sabe o canto da gente
 Seguindo na frente
 Prepare o dia da alegria.
 A gente sorria
 E tudo era só alegria
 Na mesma esperança
 Ficava de novo criança.
 Na grande avenida
 A vida perdida
 O encontro marcado
 No claro da lua
 Tudo ficou tão contente
 Porque minha gente
 De novo era povo na rua.
 E o grande cordão
 Cantava o refrão que crescia
 Da simples canção
 Que era de João e Maria
 E o povo na rua
 Pensou que era sua
 De tanto que andava
 Atrás de qualquer alegria.
 E na cantiga de João
 Que era só ilusão
 Jogou a esperança que havia.
 A vida perdida
 É como a mulher mais querida
 Levando João
 E o povo na mesma avenida
 E um dia de festa
 Só mesmo podia
 Fazer da tristeza
 A maior fantasia.
 Quem sabe o canto da gente
 Seguindo na frente
 Prepare o dia da alegria.

Grândola Vila Morena

Zeca Afonso

Grândola, vila morena
 Terra da fraternidade
 O povo é quem mais ordena
 Dentro de ti, ó cidade

Dentro de ti, ó cidade
 O povo é quem mais ordena
 Terra da fraternidade
 Grândola, vila morena

Em cada esquina, um amigo
 Em cada rosto, igualdade
 Grândola, vila morena
 Terra da fraternidade

Terra da fraternidade
 Grândola, vila morena
 Em cada rosto, igualdade
 O povo é quem mais ordena

À sombra duma azinheira
 Que já não sabia a idade
 Jurei ter por companhia
 Grândola, a tua vontade

Grândola a tua vontade
 Jurei ter por companhia
 À sombra duma azinheira
 Que já não sabia a idade

RESUMO

O objetivo desta tese consistiu em analisar os conceitos de partido, hegemonia e socialismo a partir da teoria gramsciana, relacionando-os com a concepção teórica e a experiência prática do Partido dos Trabalhadores – PT (Brasil) e do Bloco de Esquerda – BE (Portugal), no contexto nacional e internacional. A problemática consistiu em: 1) verificar a influência da teoria de Gramsci no PT e no BE; 2) relacionar a práxis destes partidos com a teoria gramsciana; 3) apresentar as semelhanças e as diferenças entre a concepção teórica e a atuação política destes partidos. A metodologia consistiu em uma parte teórica (sobre os partidos e a teoria de Gramsci) e outra empírica (através de entrevistas com lideranças nacionais de ambos os partidos). A tese está estruturada em oito capítulos: o primeiro teve como foco a análise dos conceitos de hegemonia, partido e socialismo, a partir da obra de Antônio Gramsci; o segundo consistiu numa breve história e apresentação dos partidos; o terceiro analisou a influência do marxismo gramsciano nos modelos petista e bloquista de partido; o quarto dedicou-se a compreensão e análise do conceito de hegemonia nos partidos; o quinto analisou o modo como o conceito de socialismo é compreendido por ambos os partidos; o sexto apresentou uma breve história e uma breve caracterização das tendências internas do PT e do BE; o sétimo enfatizou a disputa de hegemonia entre as tendências e grupos no interior dos partidos; e, por fim, o oitavo abordou o processo de disputa de hegemonia do PT e do BE, no contexto nacional e internacional. No âmbito nacional, analisamos a participação do PT no Congresso Nacional e do BE na Assembleia da República. Em relação ao PT, analisamos a experiência do partido no Governo Federal, através dos governos Lula e Dilma. No âmbito internacional, limitamos nossa análise a atuação do BE no Parlamento Europeu e do PT no Foro de São Paulo (FSP).

Palavras Chave: Partido dos Trabalhadores, Bloco de Esquerda, Hegemonia, Antonio Gramsci.

RESUMEN

El objetivo de esta tesis es analizar los conceptos de partido, la hegemonía y el socialismo de la teoría gramsciana, relacionándolos con el diseño teórico y la experiencia práctica del Partido de los Trabajadores - PT (Brasil) y el Bloque de Izquierda - BE (Portugal), el contexto nacional e internacional. El problema consistía en: 1) verificar la influencia de la teoría de Gramsci en el PT y BE; 2) se refieren a la práctica de estas partes con la teoría gramsciana; 3) presentar las similitudes y diferencias entre el concepto teórico y la actividad política de estos partidos. La metodología consistió en la investigación teórica (en partes y la teoría de Gramsci) y empírica (a través de entrevistas con los líderes nacionales de ambas partes). La tesis se divide en ocho capítulos: el primero se centró en el análisis de la hegemonía de los conceptos, el partido y el socialismo, a partir de la obra de Antonio Gramsci; el segundo presenta una breve historia y caracterización de las partes; la tercera examinó la influencia del marxismo de Gramsci y el diseño de parte en el PT y BE; la sala dedicada a la comprensión y análisis de la hegemonía del concepto en estas dos partes; el quinto se centró en el concepto de socialismo y la forma en que se entiende por ambas partes; el sexto dio una breve historia y caracterización de las tendencias internas del PT y BE; el séptimo enfatizó la hegemonía de diferencias entre las tendencias y los grupos dentro de las partes; y, por último, la octava se acercó a la hegemonía controversia proceso de PT y BE, en el contexto nacional e internacional. En el ámbito nacional, analizamos la participación del PT en el Congreso Nacional y del BE en la Asamblea de la República. En relación al PT, analizamos la experiencia del partido en el Gobierno Federal, a través de los gobiernos Lula y Dilma. En el ámbito internacional, limitamos nuestro análisis a la actuación del BE en el Parlamento Europeo y el PT en el Foro de São Paulo (FSP).

Palabras clave: Partido de los Trabajadores, Izquierda Bloque, Hegemonía, Antonio Gramsci.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 - Partidos brasileiros (nº filiados)..... | 62 |
| Gráfico 2 - Disputa interna no PT - EN e CN (1984-1999)..... | 320 |
| Gráfico 3 - Disputa interna no PT – PED (2001-2013)..... | 327 |
| Gráfico 4 - Participação no PED (2001-2013)..... | 328 |
| Gráfico 5 - Número de dep. e sen. eleitos pelo PT..... | 386 |
| Gráfico 6 - Deputados federais por partido (1998-2014)..... | 387 |
| Gráfico 7 - Senadores por partido (1998-2014)..... | 388 |
| Gráfico 8 - Eleições presidenciais 1989..... | 392 |
| Gráfico 9 - Eleições presidenciais 1994 e 1998..... | 393 |
| Gráfico 10 - Eleições presidenciais 2002..... | 395 |
| Gráfico 11 - Eleições presidenciais 2006..... | 399 |
| Gráfico 12 - Eleições presidenciais 2010..... | 401 |
| Gráfico 13 - Eleições presidenciais 2014..... | 405 |
| Gráfico 14 - PIB do Brasil por governo..... | 411 |
| Gráfico 15 - Taxa anual de desocupação..... | 412 |
| Gráfico 16 - Empregos formais por governo..... | 413 |
| Gráfico 17 - IDH do Brasil..... | 414 |
| Gráfico 18 - Coeficiente de Gini por governo..... | 415 |
| Gráfico 19 - PIB per capita do Brasil por governo..... | 416 |
| Gráfico 20 - Número de indivíduos pobres por governo..... | 417 |
| Gráfico 21 - Número de indivíduos extremamente pobres..... | 418 |
| Gráfico 22 - Distribuição da população por faixa de renda..... | 419 |
| Gráfico 23 - Renda domiciliar média per capita..... | 420 |
| Gráfico 24 - Famílias assentadas e terras demarcadas..... | 421 |
| Gráfico 25 - Evolução da taxa de juros..... | 422 |
| Gráfico 26 - Dívida pública bruta interna e externa..... | 423 |
| Gráfico 27 - Exportações e importações no Brasil..... | 427 |
| Gráfico 28 - Deputados eleitos por partido para a AR..... | 449 |
| Gráfico 29 - Eleições Pres. Portuguesas – 2001..... | 456 |
| Gráfico 30 - Eleições Pres. Portuguesas – 2006..... | 457 |
| Gráfico 31 - Eleições Pres. Portuguesas – 2011..... | 458 |
| Gráfico 32 - Eleições Pres. Portuguesas – 2016..... | 459 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 33 - Eurodeputados eleitos para PE..... | 471 |
| Gráfico 34 - Composição dos grupos do PE..... | 473 |
| Gráfico 35 - Eleições para o Parlamento Europeu..... | 474 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Ilustração 1 - Antigas logomarcas do PT..... | 60 |
| Ilustração 2 - Logomarca atual do PT..... | 60 |
| Ilustração 3 - Logomarca do Bloco de Esquerda..... | 78 |
| Ilustração 4 - Posição dos partidos no espectro político..... | 109 |
| Ilustração 5 - Evolução das tendências da luta armada..... | 252 |
| Ilustração 6 - Evolução das tendências do sindicalismo..... | 253 |
| Ilustração 7 - Evolução das tendências trotskistas..... | 254 |
| Ilustração 8 - Árvore gen. e logomarca da CNB..... | 255 |
| Ilustração 9 - Árvore gen. e logomarca do MPT..... | 260 |
| Ilustração 10 - Árvore gen. e logomarca da DS..... | 262 |
| Ilustração 11 - Árvore gen. e logomarca da EPS..... | 268 |
| Ilustração 12 - Árvore gen. e logomarca da AE..... | 272 |
| Ilustração 13 - Árvore gen. e logomarca da MS..... | 277 |
| Ilustração 14 - Árvore gen. e logomarca da OT..... | 281 |
| Ilustração 15 - Árvore gen. e logomarca da AS21..... | 286 |
| Ilustração 16 - Evolução dos grupos internos do BE..... | 290 |
| Ilustração 17 - Árvore gen. e logomarca do PSR..... | 292 |
| Ilustração 18 - Árvore gen. e logomarca da UDP..... | 296 |
| Ilustração 19 - Árvore gen. e logomarca da PXXI..... | 303 |
| Ilustração 20 - Árvore gen. e logomarca da Rup. FER..... | 307 |
| Ilustração 21 - Evolução das associações políticas do BE..... | 353 |
| Ilustração 22 - Mapa dos países (FSP)..... | 439 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Relação de lideranças entrevistadas..... | 8 |
| Tabela 2 - Resultados das eleições congressuais (PT)..... | 314 |
| Tabela 3 - Resultados do PED..... | 322 |
| Tabela 4 - Edições do FSP..... | 430 |
| Tabela 5 - Países e partidos participantes do FSP..... | 440 |
| Tabela 6 - Deputados por partido para a AR..... | 450 |

LISTA DE SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

AE - Articulação de Esquerda

AEMN - Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus

AERC - Aliança dos Conservadores e Reformistas Europeus

ALBA - Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América

ALBA-TCP - Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

ALDE - Grupo Aliança dos Democratas e Liberais para a Europa

ALDE - Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa

ALE - Grupo dos Verdes – Aliança Livre Europeia

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

Apoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

APS – Ação Popular Socialista

APSR - Associação Política Socialista Revolucionária

APU - Aliança Povo Unido

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ART – Articulação

ART 113 – Articulação dos 113

AS – Articulação Sindical

AS – Alternativa Socialista

AS21 - Avante Socialismo 21

AUL - Articulação Unidade na Luta

BC – Banco Central

BE - Bloco de Esquerda

BR - Brigadas Revolucionárias

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BS - Brasil Socialista

CAN - Comunidade Andina de Nações

CARP-ML - Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista

CCRML - Comitês Comunistas Revolucionários Marxista-Leninistas

CDS/PP – Partido Popular

CDU – União Democrata-Cristã

CEB - Comunidade Eclesial de Base
 CELAC - Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos
 CGT - Confederação Geral do Trabalho
 CGTP - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
 CIAE - Conferência da Esquerda Anticapitalista Europeia
 CIO - Comitê por uma Internacional Operária
 CIT - Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores
 CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
 CLTB - Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros
 CM - Campo Majoritário
 CMLP - Comitê Marxista-Leninista Português
 CMI - Corrente Marxista Internacional
 CMP - Central de Movimentos Populares
 CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
 CNB - Construindo um Novo Brasil
 CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
 CNE - Comissão Nacional de Eleições
 CNI – Confederação Nacional da Indústria
 CNV - Comissão Nacional da Verdade
 CO - Causa Operária
 COLINA - Comando de Libertação Nacional
 CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
 Conarc - Conselho Nacional de Reorganização Comunista
 Conclat - Conferência das Classes Trabalhadoras
 CONEM - Conselho de Entidades Negras
 Confecom - Conferência Nacional de Comunicação
 CORQUI - Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional
 CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
 CRE - Grupo Conservadores e Reformistas Europeus
 CRI-QI - Centro para a Reconstrução da Internacional - IV Internacional (CRI-QI).
 CS - Convergência Socialista
 CSD - Corrente Sindical Democrática
 CST - Corrente Socialista dos Trabalhadores
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 Cultra - Cooperativa Cultura, Trabalho e Socialismo
 DEM - Democratas
 DS – Democracia Socialista

DR – Democracia Radical
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
EA - Esquerda Alternativa
EAF - Aliança Europeia para a Liberdade
ECPM - Movimento Político Cristão da Europa
EFA - Aliança Livre Europeia
EFDD - Grupo Europa da Liberdade e Democracia
EGP - Partido Verde Europeu
ELN - Exército de Libertação Nacional
EM - Esquerda Marxista
EPS – Esquerda Popular Socialista
EUD - Aliança para uma Europa de Democracias
FA – Frente Ampla
FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FER - Frente de Esquerda Revolucionária
FG - Frente Guasú
FI - Fórum do Interior
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FM - Fórum Manifesto
FMI – Fundo Monetário Internacional
FMLN - Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
FS – Força Socialista
FS – Fórum Socialista
FSE – Fórum Social Europeu
FSLN - Frente Sandinista de Libertação Nacional
FSM - Fórum Social Mundial
FSP - Foro de São Paulo
GUE - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia
GUE-NGL - Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/
Esquerda Nórdica Verde
HV - Hora da Verdade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IS - Internacional Socialista
JR - Juventude Revolução
JRI - Juventude Revolução Independente
L/TDA - Livre/Tempo de Avançar
LBI - Liga Bolchevique Internacionalista
LCI - Liga Comunista Internacionalista
LCR – Liga Comunista Revolucionária
LER/QI - Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,
Transgêneros e Simpatizantes
Libelu - Liberdade e Luta
LIT/QI - Liga Internacional dos Trabalhadores / Quarta
Internacional
LST - Liga Socialista dos Trabalhadores
L-TDA – Livre-Tempo de Avançar
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MAS - Movimento ao Socialismo
MAS - Movimento Alternativa Socialista
MBL - Movimento Brasil Livre
MCR - Movimento Comunista Revolucionário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDP-CDE - Movimento Democrático Português - Comissão
Democrática Eleitoral
MDDF - Movimento dos Direitos dos Favelados
MEC – Ministério da Educação e da Cultura
MELD - Movimento para a Europa das Liberdades e da
Democracia
MEP - Movimento Esperança Portugal
MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MES - Movimento Esquerda Socialista (Brasil)
MÊS - Movimento Esquerda Socialista (Portugal)
MFA - Movimento das Forças Armadas
MIC-Porto - Movimento de Intervenção e Cidadania do Porto
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terras
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas
MMM – Marcha Mundial das Mulheres
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MNS - Movimento Negro Socialista
MP - Mensagem ao Partido
MPL - Movimento Passe Livre
MPT - Movimento PT
MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT - Movimento Revolucionário de Trabalhadores
MS – Militância Socialista
MS - Movimento Socialista
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTM - Movimento por uma Tendência Marxista

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NBR – TV Nacional do Brasil
NCB - Núcleo Combate Brasileiro
NE – Nova Esquerda
NEP - Nova Política Econômica
NGL - Esquerda Nórdica Verde
NR – Novos Rumos
OC-1º de Maio - Organização de Combate 1º de Maio
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
Econômico
OCDP - Organização Comunista Democrática Proletária
OCI - Organização Comunista Internacionalista
OCMLP - Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OCML-POLOP - Organização de Combate Marxista-Leninista –
Política Operária
OMB - Organização Marxista Brasileira
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
ORM-DS - Organização Revolucionária Marxista - Democracia
Socialista
ORM-POLOP - Organização Revolucionária Marxista – Política
Operária
ORPC-ML - Organização para a Reconstrução do Partido
Comunista Marxista-Leninista
ORT - Organização Revolucionária Trotskista
OSI - Organização Socialista Internacionalista
OT – O Trabalho
OT-LPS - O Trabalho na Luta pelo Socialismo
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PASOK - Movimento Socialista Pan-helénico
PBF – Programa Bolsa Família
PC - Partido Comunista (Cuba)
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCdoB-AV - Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha
PCE – Partido Comunista Espanhol
PCF - Partido Comunista Francês

PCI - Partido Comunista Italiano
PCLCP - Polo Comunista Luiz Carlos Prestes
PCO - Partido da Causa Operária
PCP - Partido Comunista Português
PCP-R - Partido Comunista Português - Reconstruído
PCR - Partido Comunista Revolucionário
PCTP/MRPP - Partido Comunista dos Trabalhadores
Portugueses/ Movimento Reorganizativo do Partido do
Proletariado
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
PDE - Partido Democrático Europeu
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PDS - Partido Democrático Social
PE - Plataforma de Esquerda
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PED - Processo de Eleições Diretas
PEE - Partido da Esquerda Europeia
PEV - Partido Ecologista “Os Verdes”
PF - Polícia Federal
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PIG - Partido da Imprensa Golpista
PL - Partido Liberal
PL - Partido Livre
PMB - Partido que Muda o Brasil
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PND - Partido Nova Democracia
POC - Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
PP - Partido Progressista
PP - Partido Popular (Portugal)
PPE - Partido Popular Europeu
PPA - Plano Plurianual
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPB - Projeto Para o Brasil
PPD/PSD - Partido Social Democrata
PPE - Grupo do Partido Popular Europeu
PPM - Partido Popular Monárquico
PPP - Parcerias Público-Privada
PPR - Partido Progressista Renovador

PPS - Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRC - Partido Revolucionário Comunista
PREC - Processo Revolucionário em Curso
PRI - Partido Revolucionário Institucional
PRN – Partido da Renovação Nacional
PRONA – Partido da Reorganização da Ordem Nacional
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido Revolucionário do Proletariado
PRT - Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS - Partido Socialista (França)
PS - Partido Socialista (Portugal)
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrata (Portugal)
PSD - Partido Social Democrata (Alemanha)
PSD – Partido Social Democrático
PSE - Partido Socialista Europeu
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSR - Partido Socialista Revolucionário
PST - Partido Socialista dos Trabalhadores
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC - Partido Trabalhista Cristão
PTLM - PT de Luta e de Massas
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PUC - Pontifícia Universidade Católica
PV – Partido Verde
PXXI - Política XXI
RAiZ - Raiz Movimento Cidadanista
RC - Refundação Comunista
RN – Renovação Comunista
ROL - Revoltados On-Line
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
S&D - Grupo Aliança Política dos Socialistas e Democratas

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
SD – Solidariedade
SI-QI - Secretariado Internacional - Quarta Internacional
SPD - Sozialdemokratische Partei Deutschlands
STF - Supremo Tribunal Federal
SU-QI - Secretariado Unificado - Quarta Internacional
TDA – Tempo de Avançar
TLC – Tratado de Livre Comércio
TM – Tendência Marxista
TO - Teatro do Oprimido
TS - Tendência Socialismo
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TTIP - Transatlantic Trade and Investment Partnership
UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDP - União Democrática Popular
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UE - União Europeia
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UJS - União da Juventude Socialista
Unasul - União das Nações Sul-Americanas
UNE - União Nacional dos Estudantes
URML - Unidade Revolucionária Marxista-Leninista
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo
VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
VPR - Vem pra Rua
VS – Vertente Socialista

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I – UMA SUPERNOVA DE CONCEITOS..... | 11 |
| 1.1 A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI | 17 |
| 1.1.1 Sociedade civil e sociedade política | 19 |
| 1.1.2 Aspectos subjetivos, culturais e a função dos intelectuais | 29 |
| 1.2 A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM GRAMSCI | 34 |
| 1.3 A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO EM GRAMSCI..... | 38 |
| 1.3.1 O socialismo, a questão nacional e o internacionalismo..... | 39 |
| 1.3.2 A crítica ao stalinismo | 42 |
| 1.3.3 Estado guarda-noturno e sociedade regulada | 46 |
| CAPÍTULO II - DAS NEBULOSAS À FORMAÇÃO DAS ESTRELAS | 50 |
| 2.1 BREVE HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO PT..... | 51 |
| 2.1.1 O contexto em que nasceu o PT..... | 51 |
| 2.1.2 Fundação e aspectos ideológicos do partido | 56 |
| 2.1.3 O perfil da militância do PT | 61 |
| 2.1.4 A formação política e os meios de comunicação | 66 |
| 2.1.5 As instâncias decisórias | 69 |
| 2.2 BREVE HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO BE..... | 71 |
| 2.2.1 O contexto em que nasceu o BE..... | 71 |
| 2.2.2 Fundação e aspectos ideológicos do partido | 74 |
| 2.2.3 O perfil da militância do BE..... | 81 |
| 2.2.4 A formação política e os meios de comunicação | 85 |
| 2.2.5 As instâncias decisórias | 89 |
| CAPÍTULO III - O GRANDE E O PEQUENO PRÍNCIPE MODERNO | 93 |
| 3.1 A INFLUÊNCIA GRAMSCIANA NO PT | 93 |
| 3.1.1 A contribuição teórica do marxismo | 93 |
| 3.1.2 A influência de Antônio Gramsci..... | 99 |
| 3.1.3 A concepção de partido | 104 |
| 3.2 A INFLUÊNCIA GRAMSCIANA NO BE | 115 |
| 3.2.1 A contribuição teórica do marxismo | 115 |
| 3.2.2 A influência de Antônio Gramsci..... | 119 |

| | |
|--|------------|
| 3.2.3 A concepção de partido | 124 |
| CAPÍTULO IV – O PLANETA EM DISPUTA | 134 |
| 4.1 O PT E A DISPUTA DE HEGEMONIA | 135 |
| 4.1.1 A concepção petista de hegemonia | 135 |
| 4.1.2 A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia | 152 |
| 4.1.3 O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia.... | 163 |
| 4.2 O BE E A DISPUTA DE HEGEMONIA | 166 |
| 4.2.1 A concepção bloquista de hegemonia | 166 |
| 4.1.2 A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia | 171 |
| 4.1.3 O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia.... | 175 |
| CAPITULO V - OUTRO MUNDO É POSSÍVEL! | 178 |
| 5.1 O SOCIALISMO PETISTA | 178 |
| 5.1.1 A concepção de socialismo | 178 |
| 5.1.2 Socialismo e democracia | 190 |
| 5.1.3 Socialismo ou socialdemocracia? | 201 |
| 5.1.4 Reforma e revolução | 211 |
| 5.2 O SOCIALISMO BLOQUISTA | 222 |
| 5.2.1 A concepção de socialismo | 222 |
| 5.2.2 Socialismo e democracia | 225 |
| 5.2.3 Socialismo ou socialdemocracia? | 232 |
| 5.2.4 Reforma e Revolução | 237 |
| CAPÍTULO VI – AS CONSTELAÇÕES | 247 |
| 6.1 AS TENDÊNCIAS INTERNAS DO PT | 247 |
| 6.1.1 Construindo um Novo Brasil - CNB (integra o campo Partido que Muda o Brasil - PMB) | 255 |
| 6.1.2 Movimento PT – MPT | 260 |
| 6.1.3 Democracia Socialista - DS (integra o campo Mensagem ao Partido - MP) | 262 |
| 6.1.4 Esquerda Popular Socialista – EPS | 268 |
| 6.1.5 Articulação de Esquerda – AE | 272 |
| 6.1.6 Militância Socialista – MS | 277 |
| 6.1.7 O Trabalho – OT | 281 |
| 6.1.8 Brasil Socialista – BS (atual Avante S21) | 286 |
| 6.3 AS TENDÊNCIAS INTERNAS DO BE | 289 |
| 6.2.1 O Partido Socialista Revolucionário – PSR | 292 |

| | |
|--|------------|
| 6.2.2 A União Democrática Popular – UDP | 296 |
| 6.2.3 Política XXI (PXXI) | 303 |
| 6.2.4 Ruptura-FER | 307 |
| CAPÍTULO VII – AS GUERRAS DAS ESTRELAS | 313 |
| 7.1 A DISPUTA DE HEGEMONIA ENTRE AS TENDÊNCIAS DO PT..... | 313 |
| 7.1.1 Composição e representação do Diretório Nacional do PT: 1981 – 2013..... | 314 |
| 7.1.2 A direção do PT e a disputa de hegemonia entre as tendências..... | 329 |
| 7.1.3 As teses apresentadas no 5º Congresso..... | 335 |
| 7.1.4 Resultados e considerações sobre o 5º Congresso | 345 |
| 7.2 A DISPUTA DE HEGEMONIA ENTRE AS TENDÊNCIAS DO BE | 350 |
| 7.2.1 Hegemonia partilhada e os problemas de direção | 353 |
| 7.2.2 A reconfiguração das forças políticas do BE | 358 |
| 7.2.3 As moções apresentadas na IX Convenção | 362 |
| 7.2.4 Resultados e considerações sobre a IX Convenção | 375 |
| CAPÍTULO VIII – AS ESTRELAS TRANSFORMAM O MUNDO | 381 |
| 8.1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DO PT | 381 |
| 8.1.1 Os resultados eleitorais e o Congresso Nacional..... | 381 |
| 8.1.2 Das eleições presidenciais à crise do projeto petista de hegemonia..... | 389 |
| 8.1.3 Breve análise socioeconômica dos governos Lula e Dilma | 410 |
| 8.1.4 A política internacional do PT e o Foro de São Paulo..... | 426 |
| 6.2 A ATUAÇÃO POLÍTICA DO BE | 446 |
| 6.2.1 Os resultados eleitorais e a Assembleia da República..... | 446 |
| 8.2.2 As eleições presidenciais e a crise do BE em 2011..... | 454 |
| 8.2.3 A participação do BE no Parlamento Europeu | 469 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 487 |
| REFERÊNCIAS | 493 |
| APÊNDICES..... | 525 |

INTRODUÇÃO

Esta tese analisou os conceitos de partido, hegemonia e socialismo a partir da teoria gramsciana, relacionando-os com a concepção teórica e a experiência prática do Partido dos Trabalhadores – PT (Brasil) e do Bloco de Esquerda – BE (Portugal), no contexto nacional e internacional. Não tivemos a pretensão de fazer uma análise historiográfica, até porque isso demandaria outra pesquisa. Elaboramos um breve histórico e uma rápida contextualização dos partidos, mas focamos a pesquisa em alguns aspectos da história recente do PT e do BE, fundamentalmente as últimas convenções, campanhas e compromissos políticos assumidos nacional e internacionalmente.

Verificamos uma expressiva relação entre os conceitos gramscianos e a terminologia utilizada por estes dois partidos, tanto nos documentos oficiais quanto nos discursos da militância. A teoria de Antonio Gramsci influenciou intensamente o PT, em especial as tendências vinculadas a determinadas vertentes do marxismo e da esquerda católica, que habitualmente utilizam expressões gramscianas, como “hegemonia”, “disputa de hegemonia”, “sociedade civil”, “bloco histórico”, “guerra de posição”, “intelectual orgânico”, entre outras. De forma semelhante, verificamos que a terminologia utilizada pelo BE nos documentos oficiais e meios de informação do partido possui identificação com a teoria de Gramsci, mesmo quando este não é diretamente citado. Também constatamos, a partir das entrevistas feitas com dirigentes nacionais de ambos os partidos, que em menor ou maior grau, o PT e o BE foram e são influenciados pela teoria gramsciana. Portanto, procuramos identificar e analisar como estes partidos vêm abordando a teoria de Gramsci em seus discursos e documentos oficiais, bem como, compreender as mudanças teóricas e práticas que vêm acompanhando a trajetória destes dois partidos.

Abordamos as semelhanças e as diferenças entre a práxis do “PT das origens” e a práxis do “PT dos dias de hoje”, destacando as mudanças teóricas e práticas que resultaram em rupturas internas e na formação de outros partidos, como o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido da Causa Operária (PCO) e, mais recentemente, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Do mesmo modo, destacamos as transformações pelas quais tem passado o BE, que apesar de sua

curta idade (quase vinte anos mais jovem que o PT), também sofreu cisões que resultaram noutros partidos, como o Movimento Alternativa Socialista (MAS) e o Partido Livre/Tempo de Avançar (L/TDA). Embora ambos os partidos tenham passado por transformações, demonstramos nesta tese que as que envolveram o PT foram mais intensas e profundas, tanto em termos teórico-programáticos, quanto em termos práticos. Diversos fatores explicam esta diferenciação, tais como: as diferenças sociais, políticas, econômicas, históricas, geográficas e culturais entre Brasil e Portugal; os distintos contextos e as diferentes forças políticas que atuaram na formação dos partidos; as diferenças relacionadas aos modelos político-institucionais, a estruturação de classes e ao papel da sociedade civil no Brasil e em Portugal; a disputa de hegemonia entre as forças internas dos partidos; as diferenças em relação às experiências de gestão e ao tempo de existência dos partidos, etc.

Problemática

Ao elaborarmos uma análise comparativa entre a concepção gramsciana de hegemonia, partido e socialismo e a definição destes conceitos a partir dos discursos, documentos e programas políticos do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Esquerda, procuramos responder, em primeiro lugar, a seguinte questão: Gramsci influenciou e continua a influenciar teoricamente estes partidos?

Ao relacionarmos a concepção gramsciana de hegemonia, partido e socialismo com a atuação política do PT e do BE (concebidos enquanto aparelhos privados de hegemonia e enquanto projetos políticos de sociedade), propusemo-nos a responder em que medida as estratégias de assumir funções de governo, bem como as reformas políticas propostas por estes partidos, estão em conformidade com o pensamento gramsciano. Em outras palavras, em que medida a ação política destes partidos reflete a teoria gramsciana?

Por fim, nossa pesquisa se propôs a apresentar as semelhanças e as diferenças entre a concepção teórica e a atuação política do PT e do BE, destacando as mudanças mais importantes que ocorreram ao longo da trajetória destes dois partidos.

Justificativa

Esta tese está articulada em três grandes eixos: a teoria gramsciana, o PT e o BE. A teoria gramsciana é justificada pela necessidade de renovar e transcender teoricamente o marxismo, aprimorando dialeticamente com os erros do passado e potencializando novas formas de fazer política. Outra justificativa consiste na importante contribuição do pensamento de Gramsci para a academia, especialmente para as áreas de filosofia, ciências sociais e humanas. Por fim, Gramsci tem sido um dos autores que mais têm influenciado os movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil. Embora em menor proporção, constatamos que a esquerda portuguesa também é influenciada pela teoria do autor sardo. Ao abordarmos a concepção gramsciana, direcionamos nossa análise para três conceitos centrais: partido, hegemonia e socialismo. A análise teórica destes conceitos nos permitiu estabelecer uma nítida comparação entre a teoria de Gramsci e as práxis do PT e do BE.

Justificamos a escolha do PT pela importância em compreender a trajetória político-ideológica de um dos mais importantes partidos políticos do Brasil, devido a sua estrutura (um partido nacionalmente consolidado); ao número de filiados (2ª legenda brasileira com o maior número de filiados, atrás apenas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB¹); a preferência do eleitorado² (apesar da significativa queda registrada nos últimos anos, o PT continua sendo o preferido dentre os partidos brasileiros); e a eleição, por quatro

¹ Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>, acesso em 15 de novembro de 2016.

² Segundo as pesquisas do Ibope, em junho de 2010 o PT tinha 30% de preferência do eleitorado brasileiro. Porém, em junho de 2015, pesquisas do Datafolha demonstraram que a preferência do eleitorado brasileiro pelo PT havia caído para 11%. Mesmo assim, o PT figurava em primeiro lugar, na frente do PSDB (9%) e PMDB (6%). Eleição Presidencial - Ano 2010. Disponível em: <http://eleicao-ano-2010.blogspot.com.br/2010/09/pesquisa-ibope-mostra-preferencia-do.html> e Mesmo em Crise, PT Mantém Maior Preferência do Eleitor <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/185915/Mesmo-em-crise-PT-mant%C3%A9m-maior-prefer%C3%A2ncia-do-eleitor.htm>, acessos em 15 de novembro de 2016.

vezes consecutivas, de candidatos do partido à presidência da república. O PT inaugurou uma nova fase na vida política brasileira, desde a luta contra o regime militar até as eleições de Lula (2002 e 2006) e Dilma Rousseff (2010 e 2014).

A escolha do BE decorreu da importância em pesquisar um partido político recente, que se propõe a fugir dos moldes dos partidos da esquerda tradicional, identificando-se antes a um movimento que propriamente a um partido político. O BE surgiu no contexto da globalização na virada do milênio e da realização do primeiro Fórum Social Mundial (FSM)³, em 2001, na cidade de Porto Alegre. Atualmente, o BE constitui a terceira maior força política portuguesa, com a terceira maior bancada parlamentar nacional. Porém, diferentemente do PT, o partido português não possui experiência no exercício do poder executivo nacional.

Uma das justificativas para a escolha destes partidos foi a possibilidade de comparar diversos modelos de partido de épocas distintas, ou seja, o modelo teórico de partido concebido por Gramsci nos anos 1920 e 1930, o modelo de partido concebido pelo PT nos anos 1980, e o modelo de partido, mais recente, concebido pelo BE na virada do milênio. Outro fator que justifica a escolha dos partidos é a forma de organização: ambos permitem a existência de tendências internas, o que os diferencia dos partidos da *esquerda tradicional*, de estrutura rígida e definida. Portanto, tanto a elaboração teórica quanto o modo como os partidos concretizam suas políticas estão em constante construção, numa longa disputa hegemônica que se faz também e inicialmente dentro dos partidos, por suas tendências, grupos e militantes.

Objetivos

³O FSM é um evento internacional organizado por movimentos sociais, partidos e organizações de várias partes do mundo, cuja proposta é apresentar alternativas para uma transformação sociopolítica global. Segundo o seu sítio oficial, “O FSM é um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo”. World Social Forum. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/>, acesso em 10 de dezembro de 2013.

O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar os conceitos gramscianos de partido, hegemonia e socialismo, relacionando-os com a concepção teórica e a experiência prática do PT e do BE, no contexto político nacional e internacional.

Os objetivos específicos foram:

- 1) Analisar os conceitos de hegemonia, partido e socialismo, tendo como referência principal a obra “Cadernos do cárcere”, de Antonio Gramsci.
- 2) Elaborar um breve histórico do PT e do BE, bem como de suas tendências/grupos.
- 3) Identificar e analisar a influência do pensamento de Gramsci nos documentos oficiais do PT e do BE (estatutos, resoluções de congressos, encontros nacionais e planos de governo).
- 4) Analisar a influência da teoria gramsciana nas tendências/grupos do PT e do Bloco de Esquerda e o papel das tendências/grupos na caracterização ideológica dos partidos.
- 5) Identificar e analisar o processo de disputa hegemônica e a atuação política do PT e do BE no contexto nacional e internacional.
- 6) Explicar as mudanças teóricas e práticas que vêm acompanhando as trajetórias destes dois partidos, bem como identificar as semelhanças e diferenças entre eles.

Metodologia

A metodologia baseou-se na teoria de análise de discurso, que abrange diversas tradições teóricas. Segundo Gill (2008), “não existe uma única ‘análise de discurso’... (...) o que estas perspectivas partilham é uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.⁴ Dentre as tradições da teoria do discurso, escolhemos para esta pesquisa a análise crítica do discurso, desenvolvida pelo professor de linguística Norman Fairclough. Segundo seus estudos, as relações de poder

⁴ GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um Manual Prático, editora Vozes, 7ª edição. Rio de Janeiro, 2008, p. 244.

influenciam na linguagem, que também é parte do processo de mudança social. A linguagem compreendida como um elemento da prática social possibilita tanto a manutenção quanto a transformação das relações sociais.⁵ Portanto, o discurso (oral, escrito ou simbólico) é um dos principais meios que permitem a disputa de hegemonia. É, pois, difícil conceber as mudanças envolvendo a práxis do PT e do BE, desconsiderando as mudanças de discurso dos principais quadros e lideranças destes partidos.

Ao elaborarmos a pesquisa bibliográfica, verificamos que a quantidade e a diversidade de livros e teses acadêmicas sobre o PT é muito superior a do BE. Fatores como o tempo de existência, o número de filiados e as experiências de gestão explicam esta diferença entre os partidos. Diante da necessidade de delimitação metodológica da pesquisa, foram consultados principalmente documentos provenientes dos Encontros e Congressos Nacionais do PT, documentos provenientes das Convenções Nacionais do BE, e documentos fundacionais de ambos os partidos. Desconsideramos os documentos produzidos regionalmente e localmente. Do mesmo modo, as entrevistas (pesquisa empírica) foram direcionadas somente às lideranças nacionais dos partidos e/ou tendências e grupos.

A parte teórica consistiu nas leituras do filósofo e dirigente político italiano, Antônio Gramsci, especialmente os conceitos de hegemonia, partido e socialismo. Embora não fossem centrais, outros conceitos que formam o arcabouço teórico gramsciano também foram utilizados por estarem imbricadamente relacionados. Portanto, abordamos, ainda que de forma mais superficial, diversos outros conceitos, autores e interpretes de Gramsci. Também utilizamos diversas fontes documentais, como jornais, revistas, boletins informativos, materiais de campanha e de formação, veículos de informação oficial, vídeos, fontes disponíveis na Internet e uma diversificada bibliografia sobre o Partido dos Trabalhadores e o Bloco de Esquerda, incluindo estatutos, programas eleitorais, resoluções de encontros e de congressos nacionais (conferências nacionais).

A parte empírica consistiu em entrevistas realizadas com algumas das principais lideranças nacionais do PT e do BE, que

⁵ FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Ed. UNB - tradução do Discourse and Social Change, Brasília, 1992.

também representam os principais grupos e tendências internas destes partidos. Deste modo, buscamos distinguir as diferentes concepções político-ideológicas das tendências/grupos internos, observando o grau de heterogeneidade presente no plano teórico, bem como, a influência do pensamento de Gramsci. Portanto, os representantes das tendências foram escolhidos em conformidade com a diversidade ideológica das tendências, e não em conformidade com o critério numérico. Por esta razão, tendências de grande peso político, tiveram o mesmo número de entrevistados que tendências de menor peso político.

Para a realização das entrevistas, utilizamos um roteiro de perguntas⁶, mas preferimos não segui-lo de modo muito rígido, permitindo ao entrevistador fazer algumas perguntas que não estavam no roteiro, em conformidade com o assunto abordado pelos entrevistados e de acordo com os interesses da pesquisa. No entanto, em função das diferenças entre os países, bem como das diferenças entre os partidos pesquisados, o roteiro de perguntas para as lideranças do PT não foi exatamente o mesmo direcionado às lideranças do BE. As questões de conjuntura nacional e regional, por razões óbvias, tiveram que ser diferenciadas. As demais perguntas (sobre as tendências e a teoria gramsciana) foram exatamente as mesmas. Também procuramos preservar os discursos dos (as) entrevistados (as) na íntegra, exceto quando se fez necessário alterar algumas palavras e/ou expressões para atender às exigências da língua portuguesa e torna-lo mais acessível, porém, sem comprometer o conteúdo ou as informações transmitidas nos relatos.

Foram adotados dois critérios para a escolha das lideranças: que fossem membros da direção nacional (mesa nacional) do partido ou ex-dirigentes nacionais do partido; ou que representassem nacionalmente a tendência, grupo ou campo político correspondente à tese ou moção apresentada no último congresso ou convenção nacional do partido. Entrevistamos ao menos um dirigente petista para cada tendência/tese inscrita no Processo de Eleições Diretas (PED) do PT, de 2013. Do mesmo modo, entrevistamos ao menos um dirigente bloquista para cada moção apresentada na IX Convenção Nacional do BE, realizada na cidade de Lisboa, nos dias 22 e 23 de novembro de 2014. Deste modo, pretendemos apresentar as diferentes vertentes

⁶ O mesmo encontra-se nos apêndices.

teóricas e as diferentes correntes políticas de ambos os partidos. Foram entrevistadas oito lideranças nacionais do BE e dez lideranças nacionais do PT (ver tabela 1).

Tabela 1

| Relação de lideranças entrevistadas (PT e do BE) | | | |
|---|---------------------------|--|---------------------------|
| Partido | Nome | Tendência/Grupo Político | Local/data |
| PT | Raul Pont | Democracia Socialista - DS (Mensagem ao Partido - MP) | Porto Alegre 15/09/15 |
| | Valter Pomar | Articulação de Esquerda - AE | Campinas 26/08/15 |
| | Jacy Afonso de Melo | Construindo um Novo Brasil - CNB (Partido que Muda o Brasil - PMB) | Florianópolis 30/07/14 |
| | José Fritsch | Esquerda Popular Socialista - EPS | Florianópolis 18/08/15 |
| | Júlio Turra | O Trabalho - OT | Florianópolis 20/08/15 |
| | Nelson Padilha | Construindo um Novo Brasil - CNB (Partido que Muda o Brasil - PMB) | Florianópolis 21/08/15 |
| | José Roberto Paludo | Militância Socialista - MS | Florianópolis 02/09/15 |
| | Janeth Almeida | Articulação de Esquerda - AE | Caçador, 26/10/15 |
| | Carlos H. Árabe | Democracia Socialista - DS (Mensagem ao Partido - MP) | São Paulo 16/11/15 |
| | Maria Teresa de A. Notari | Brasil Socialista - BS (atual Avante-S21) | São Paulo 02/02/16 |
| BE | Miguel Cardina | Ex-PXXI (Plataforma Unitária) | Coimbra 12/02/15 |
| | Carlos Carujo | Ex-PSR (Plataforma Anticapitalista) | Lisboa 13/02/15 |
| | Jorge Costa | Ex-PSR (Plataforma Unitária) | Lisboa 05/03/15 |
| | Luis Leiria | Plataforma Unitária | Lisboa 11/03/15 |
| | Luiz Fazenda | Ex-UDP – Tendência Esquerda Alternativa | Lisboa 18/03/15 |
| | João Madeira | Ex-UDP – Plataforma Reinventar o Bloco | Santo André 23/03/15 |
| | Francisco Louçã | Ex-PSR – Plataforma Unitária | Lisboa 06/04/2015 |
| | José Manuel Pureza | Ex-PXXI – Plataforma Unitária | Coimbra 13/04/15 |

A tese está estruturada em oito capítulos: o primeiro teve como foco a análise dos conceitos de hegemonia, partido e socialismo, a partir da obra de Antônio Gramsci; o segundo consistiu numa breve história e apresentação dos partidos; o terceiro analisou a influência do marxismo gramsciano e a concepção de partido para o PT e o BE; o quarto dedicou-se a compreensão e análise do conceito de hegemonia nestes dois partidos; o quinto enfocou o conceito de socialismo e como ele é compreendido por ambos os partidos; o sexto apresentou uma breve história e caracterização das tendências internas do PT e do BE; o sétimo enfatizou a disputa de hegemonia entre as tendências e grupos no interior dos partidos; e, por fim, o oitavo abordou o processo de disputa de hegemonia do PT e do BE, no contexto nacional e internacional. No âmbito nacional, analisamos a participação do PT no Congresso Nacional e do BE na Assembleia da República. Em relação ao PT, analisamos a experiência do partido no Governo Federal, através dos governos Lula e Dilma. No âmbito internacional, limitamos nossa análise a atuação do BE no Parlamento Europeu e do PT no Foro de São Paulo (FSP).

CAPÍTULO I – UMA SUPERNOVA DE CONCEITOS

O objetivo deste capítulo consistiu em analisar apenas os conceitos gramscianos fundamentais para o desenvolvimento desta tese. Visando o diálogo com as lideranças entrevistadas e com a produção teórica dos partidos, abordamos nos demais capítulos outros conceitos de Gramsci. Devido à abrangência e complexidade da obra de Gramsci, torna-se impossível falar de partido, hegemonia e socialismo, ou qualquer outro dos seus conceitos ou categorias, sem remetê-los a outros conceitos e categorias, pois a teoria gramsciana consiste num emaranhado de conceitos, relacionados e inseparáveis para o seu entendimento.

Consideramos centrais os conceitos de partido, hegemonia e socialismo para a compreensão da influência do pensamento gramsciano no PT e no BE. O conceito de hegemonia é central na medida em que oferece subsídios para que se crie e se desenvolvam novos projetos de sociedade, configurando um novo bloco histórico. O conceito de partido também é central, pois expressa a necessidade de representar os interesses das classes subalternas, visando consolidar uma “vontade coletiva nacional-popular”, condição básica para se criar um novo bloco histórico. Por fim, o conceito de socialismo remete à construção de um novo modelo societário que supere o capitalismo, desenvolvendo e ampliando os aparelhos privados de hegemonia até a formação da sociedade regulada, na qual as funções da sociedade política serão plenamente absorvidas pela sociedade civil. Tanto o PT quanto o BE identificam-se teoricamente com o socialismo democrático, rompem com a ortodoxia economicista e com as experiências históricas do modelo soviético e chinês, e propõem uma práxis que desencadeie na conquista da hegemonia em seus respectivos países.

Gramsci viveu entre 1891 e 1937 na Itália e escreveu grande parte de sua obra na prisão. Seu trabalho teórico iniciou-se na universidade e nos primeiros anos de militância política, no final da década de 1910. Preso em 1926, Gramsci permaneceu por onze anos no cárcere, até vir a falecer poucos dias após a sua soltura, durante o regime fascista de Mussolini, na Itália. Ele era Secretário Geral do Partido Comunista Italiano (PCI) quando foi julgado e condenado em 1928: “o procurador-geral concluiu sua

requisitória com a seguinte intimação ao juiz: devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos”⁷. O que os fascistas não sabiam era que na prisão, doente e com muitas dificuldades de acesso à informação e obras literárias, Gramsci escreveria uma importante obra de filosofia e ciência política (Cadernos do cárcere, 2.848 p.) que aperfeiçoaria teoricamente o marxismo e exerceria ampla influência sob o pensamento social dos nossos dias.

O pequeno glossário feito por Carlos Nelson Coutinho para a obra dos Cadernos ilustra o momento vivenciado por Gramsci na prisão, quando teve que substituir diversos termos e referências que poderiam chamar a atenção da censura do governo de Mussolini. Provavelmente por isso, Gramsci evitou utilizar os termos socialismo e comunismo ao longo dos Cadernos, optando por utilizar, respectivamente, os conceitos de Estado guarda-noturno (ou Estado vigilante) e sociedade regulada. Além deste fator atribuído à censura, a utilização de outras expressões estaria relacionada à necessidade de renovar o marxismo, pois não fazia sentido utilizar os mesmos termos se os significados não fossem os mesmos. Vejamos algumas expressões modificadas por Gramsci para despistar a censura:

O corifeu da filosofia da práxis; o fundador da filosofia da práxis; o autor da economia crítica – Marx. Ilitch; Vilitch; o maior teórico moderno da filosofia da práxis – Lênine. O primeiro e o segundo dos fundadores da filosofia da práxis – Marx e Engels. Crítica da Economia Política – O Capital de Marx. A filosofia da práxis – o materialismo histórico, o marxismo. A economia política – a economia política marxista.⁸

⁷ MONASTA, Attitio. Antônio Gramsci. Tradução e Organização: NOSELA, Paolo. Coleção Educadores – MEC. Ed. Massangana, Recife-PE, 2010, p. 15.

⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. Glossário. In. GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

Nos Cadernos, Gramsci reinterpreta e atualiza teoricamente o marxismo. Dentre as suas importantes contribuições para esta renovação, consta uma série de novas teorias e conceitos, tais como: filosofia da práxis, hegemonia, bloco histórico, sociedade civil e sociedade política, guerra de posição e guerra de movimento, teoria do Estado ampliado, aparelhos privados de hegemonia, intelectual orgânico e intelectual tradicional, oriente e ocidente, sociedade regulada, revolução passiva, crise orgânica, vontade coletiva nacional-popular, moderno príncipe, senso comum e bom senso, reforma intelectual e moral. Segundo Carlos Carujo, que é militante do BE e pesquisador do autor sardo, Gramsci não é “só sinônimo de resistência ao fascismo, mas também de capacidade de renovação de um marxismo que não desiste de ser crítico”⁹.

Após a ascensão do stalinismo no Leste Europeu, o marxismo passou a ser interpretado de forma mais dogmática, determinista e mecanicista. Carujo explica que até a obra de Gramsci (os Cadernos e as Cartas) esteve sujeita à ortodoxia mecanicista nas suas primeiras edições: “a edição de 1947/8 feita por Togliatti censura passagens sobre Trotsky, Bordiga e Rosa Luxemburgo, notas pessoais e passagens críticas à linha da Internacional”. Influenciado pelo stalinismo, Palmiro Togliatti procurou associar Gramsci a Josef Stalin, apesar das inúmeras críticas feitas por Gramsci ao regime stalinista e a Terceira Internacional.¹⁰ Somente em 1975, com a edição de Valentino Gerratana, é que os Cadernos passaram a ser publicados integralmente e na ordem cronológica.¹¹

Ao oferecer um enfoque mais abrangente da análise da sociedade, Gramsci contribui para o desenvolvimento teórico do marxismo, utilizando novos conceitos que enfatizam a disputa política (luta de classes), não somente vinculada à perspectiva econômica, mas levando em conta a perspectiva cultural. O chamado “marxismo vulgar” é criticado por Gramsci em diversas

⁹ CARUJO, Carlos. Gramsci, O Intelectual Orgânico. Revista Vírus nº 6. Revista de Política e de Ideias, nov. 2014, II série. Revista do Bloco de Esquerda, Lisboa, p. 21.

¹⁰ As críticas ao stalinismo serviram de inspiração para que Gramsci elaborasse conceitos como “marxismo vulgar”, “centralismo burocrático” e “estatolatria”.

¹¹ Ibidem, p. 22.

passagens dos Cadernos do Cárcere, em que o autor enfatiza o aspecto cultural da vida social e rejeita a concepção determinista e mecanicista da história. Gramsci chega a comparar o marxismo vulgar a uma forma de religião e de narcótico:

Pode-se observar que o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. (...) “eu estou momentaneamente derrotado, mas as forças das coisas trabalham por mim em longo prazo, etc.”. A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., própria das religiões confessionais. (...) Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento da hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à “valorização” do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária ao lado das frentes meramente econômicas e políticas.

¹²

A crítica contundente de Gramsci ao marxismo economicista e mecanicista inaugurou uma importante passagem para a renovação teórica do marxismo, que influenciou a esquerda em diversas partes do mundo. Uma vertente política influenciada pela teoria gramsciana foi o eurocomunismo na Europa nos anos 1970. Este movimento apresentou-se como

¹² GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 4ª Edição. Vol. 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006, p. 107 e 295.

alternativa entre a degenerada socialdemocracia europeia e os regimes totalitários do Leste Europeu, enfatizando as lutas pela emancipação das classes subalternas a partir do território nacional e propondo uma forma de socialismo com democracia. Os principais partidos a adotarem o eurocomunismo foram os PCs da Itália, Espanha e França.¹³ No entanto, como afirma Bernardo Kocher, a proposta de estabelecer alianças com forças políticas moderadas (como o acordo entre o PCI e a Democracia Cristã na Itália e a aproximação entre o Partido Comunista e o Partido Socialista na França) contribuiu para o enfraquecimento político do movimento, a divisão da esquerda e a migração de muitos eurocomunistas para partidos socialistas e socialdemocratas.¹⁴ Além das alianças, outros fatores também contribuíram para o desgaste do movimento eurocomunista, como as disputas internas envolvendo diferentes frações intrapartidárias, o distanciamento entre a cúpula e as bases, a burocratização e a falta de democracia interna. George Ross explica como ocorreu o declínio do eurocomunismo na Itália, Espanha e França:

Na Itália o PCI, depois de importantes conquistas eleitorais e da participação no bloco parlamentar majoritário (embora não no governo) em 1976, poucas vantagens obteve dos democrata-cristãos em troca de seu apoio parlamentar. Em 1980, frente a um impasse político e aos efeitos da crise econômica, seu eleitorado e sua massa – particularmente entre os sindicatos – começou a diminuir. (...) O partido espanhol não conseguiu marcar sua presença, quer eleitoralmente, quer em termos de força sindical (...). Em lugar dele, um novo Partido Social-democrata acumulou rapidamente a maior parte dos recursos que o PCE ambicionava e que sua

¹³ ROSS, George. Eurocomunismo. In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 143.

¹⁴ KOCHER, Bernardo. Socialismo. O Eurocomunismo. Sobre Sites. Disponível em: <http://www.sobresites.com/socialismo/artigos/eurocomunismo.htm>, acesso em 21 de novembro de 2015.

estratégia eurocomunista pretendia captar. (...) o PCE foi vítima de disputas cismáticas regionalistas e fraccionais (...). O declínio e a marginalização pareciam inevitáveis. (...) O partido francês seguiu outro caminho. Como o PCE, ele havia se “eurocomunizado” a partir da cúpula, modificando sua perspectiva estratégica sem mudar sua vida interna. (...) Na esteira da vitória de François Mitterrand e dos socialistas, porém, o PCF foi obrigado, pelas circunstâncias e pelo seu desejo de obter postos ministeriais, a modificar novamente sua estratégia (...). Relutou, porém, em retornar a uma posição plenamente eurocomunista, conservando, em particular, uma posição internacional acentuadamente pró-soviética.¹⁵

Outra experiência de esquerda influenciada pela teoria de Gramsci é o Partido dos Trabalhadores. Construído a partir de vários segmentos sociais, como a Teologia da Libertação, o novo sindicalismo e diversas vertentes da esquerda marxista, o PT, desde a sua fundação, foi muito influenciado pela teoria de Gramsci, por um lado, por ter recebido apoio de intelectuais que conheciam a sua teoria, por outro, por ter adotado uma posição crítica tanto à socialdemocracia europeia, representada pela Segunda Internacional Socialista¹⁶, quanto ao marxismo

¹⁵ ROSS, George, op. cit., loc. cit.

¹⁶ As Internacionais são organizações internacionais de trabalhadores de diversos países que se uniram num determinado momento histórico para levar adiante os ideais da luta proletária para o mundo todo, seguindo concepções teóricas e métodos distintos. A Primeira Internacional (1864-1876) uniu partidos e organizações de classe em vários países europeus e teve Karl Marx e Frederich Engels como os seus principais expoentes. O grande momento histórico que aconteceu após a criação da Primeira Internacional foi a Comuna de Paris, na França, em 1871, fortemente influenciada pelo anarquismo. A Segunda Internacional (1889-1914) foi fundada pelos marxistas de Paris durante o Congresso Internacional dos Trabalhadores e teve como grandes representantes Karl Kautsky e Plekhanov. Esta era mais ampla em número de seguidores que a primeira e ideologicamente mais diversificada, incluindo socialistas, socialdemocratas e até setores de centro-direita. A Terceira Internacional

mecanicista e economicista, representado pela Terceira Internacional ou Internacional Comunista. Veremos a seguir o modo como Gramsci compreende os conceitos de hegemonia, partido e socialismo.

1.1 A CONCEPÇÃO DE HEGEMONIA EM GRAMSCI

Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci apresenta uma nova teoria do Estado e da revolução que só se faz compreensível a partir do conceito de hegemonia. Podemos atribuir a este conceito a maior inovação teórica do pensamento gramsciano, sendo imprescindível para a compreensão da maior parte do arcabouço conceitual de Gramsci. Para Nascimento, “o conceito de “guerra de posição” - “hegemonia” está para os Cadernos, assim como o de mais-valia está para o de Capital de Marx”.¹⁷

O conceito de hegemonia em Gramsci corresponde à possibilidade de uma classe ou grupo social obter o consenso necessário à legitimação e a execução de seu projeto político, tornando-se dirigente intelectualmente, moralmente, culturalmente e politicamente. Diferentemente da concepção do senso comum ou da concepção mais usual que concebe a palavra hegemonia simplesmente como sinônima de poder, Gramsci faz um estudo amplo e complexo do conceito de hegemonia, analisando diversos fatores que permeiam a luta de classes e o poder das classes dominantes sobre as classes subalternas¹⁸. Na

(1919-1943) foi fundada pelos Bolcheviques na Rússia em 1919, quase dois anos após a Revolução Russa, e teve como principal expoente o líder revolucionário e teórico Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido por Lênin. Esta, porém, após a morte de Lênin, passou a defender o regime autoritário de Josef Stalin. A quarta e última Internacional foi criada por Trotsky e seus seguidores em 1938. Ocorreram muitos rachas nesta internacional, que é representada atualmente por várias organizações, como a Liga Internacional dos Trabalhadores – LIT-QI, o Comitê por uma Internacional Operária - CIO, a Liga Estratégica Revolucionária – LER-QI, etc. BOTTOMORE, Tom. Internacionais. In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 195-199.

¹⁷ NASCIMENTO, Claudio. O Labirinto Gramsciano (Gramsci e a Questão da Hegemonia). Curso de Formação de Formadores da Escola Sul da CUT, realizado entre maio a setembro de 1998, p. 15.

¹⁸ Tal como Marx na obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Gramsci também concebia a diversidade de classes que ocupam papel subalterno e a variedade de classes que ocupam papel dominante na sociedade.

sociedade capitalista, a hegemonia é exercida pelo controle do aparato repressivo do Estado e pelo controle dos espaços da sociedade civil onde ocorre a disputa de hegemonia, como escolas, universidades, empresas, associações, sindicatos, igrejas, jornais, partidos políticos, etc.

De acordo com Cláudio Nascimento, o conceito de hegemonia abrange diversos fatores, entre os quais: 1) a unificação de classes e grupos sociais em torno de um projeto político, moral, intelectual e cultural; 2) a construção de uma unidade a partir da diversidade, ou seja, reunir uma classe ou grupo social com objetivos difusos e heterogêneos em torno de um projeto político conciso e homogêneo; 3) a difusão de uma ideologia por toda a sociedade e a criação de uma “vontade nacional-popular”; 4) a formação de um “consenso ativo”.¹⁹ Gramsci chama de consenso ativo aquele que resulta da participação direta (debates, discussões, exposição de ideias e

Porém, Marx aponta duas classes que, segundo ele, possuem papel de destaque pela situação social em que elas ocupam no processo de produção de capital: a burguesia (classe capitalista), caracterizada por extrair a mais-valia a partir das relações sociais de exploração às quais o proletariado está submetido; e o proletariado, cujo sentido do termo remete trabalhador industrial, isto é, ao proletário que produz o capital e gera a mais-valia. Marx identificou em seu tempo uma tendência crescente à proletarização, o que o levou a concluir que o proletariado haveria de liderar o processo revolucionário e, inclusive, outras classes de trabalhadores, como os camponeses e os artesãos. No tempo em que viveu Marx, o número de trabalhadores fabris encontrava-se em processo de expansão - daí o fato dele identificar no proletariado fabril à classe revolucionária. Atualmente, atribuir ao proletariado fabril um papel de centralidade e protagonismo (no sentido de ser a classe que haveria de liderar o processo revolucionário) é muito questionável, mesmo entre as esquerdas. Por conta das inovações tecnológicas nas indústrias, a reestruturação produtiva e o aumento brutal da taxa de mais valia relativa no processo de produção, o número de proletários fabris encontra-se em fase decrescente. Portanto, há que considerar o tempo e o contexto geográfico em viveu Marx. Hoje, sendo o proletariado fabril minoria dentre as classes subalternas, deixa de fazer sentido atribuir-lhe o papel de “principal classe revolucionária”, em detrimento das outras classes de trabalhadores que também são exploradas. Portanto, há que considerar em cada contexto social as distintas e dinâmicas formações de classes.

¹⁹ Ibidem, p. 8.

argumentos) dos indivíduos e grupos nos espaços de disputa de hegemonia da sociedade civil. Já o consenso passivo resulta da ação coerciva do Estado (compreendido no sentido restrito), que faz com que os indivíduos e grupos cumpram a ordem imposta.

A tomada do poder não é necessariamente um pressuposto para a conquista da hegemonia. Segundo Gramsci, “pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz”²⁰. Nesse sentido, o conceito de hegemonia em Gramsci corresponde ao domínio do poder político aliado às funções de direção intelectual e moral da classe hegemônica sobre as classes subalternas.

Em sua crítica à visão determinista e economicista do marxismo, Gramsci não rejeita a influência econômica (infraestrutural), mas atribui importância à construção cultural (superestrutural) da vida social. Sem que ocorram mudanças nas concepções de mundo, costumes, hábitos e valores presentes na vida das pessoas, não se constrói uma nova hegemonia. Para Anita H. Schlesener, “é no campo político e cultural da luta hegemônica que a questão econômica precisa ser enfrentada”.²¹ Para Gramsci, toda relação de hegemonia é “pedagógica”, não por estar submetida ao sistema educacional, mas por produzir novos sujeitos a partir da interação e das relações entre pessoas e grupos em todos os espaços da sociedade civil em que há disputa de poder, isto é, nos aparelhos privados de hegemonia. Gramsci também entende que a disputa pela hegemonia transcende a esfera da nação, assumindo proporções continentais e globais.

1.1.1 Sociedade civil e sociedade política

A teoria marxiana concebe a sociedade a partir da infraestrutura e da superestrutura, sendo que a primeira consiste na base econômica (material) e a segunda corresponde aos sistemas cultural, educacional, filosófico, ideológico, jurídico e político. Gramsci concebe a sociedade a partir de uma relação orgânica entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, não são

²⁰ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 1ª Edição. Vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 63.

²¹ SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Editora UFPR. Curitiba – PR, 1992, p. 25-26.

separadas, mas integradas num todo. Uma das muitas contribuições de Gramsci para a inovação do pensamento marxista consiste, precisamente, no conceito de sociedade civil, que para Marx é estrutural (vincula-se à base econômica), enquanto para Gramsci é superestrutural (concebida como espaço de disputa de hegemonia).

Porém, a identificação da sociedade civil à superestrutura é utilizada como distinção metodológica, o que não significa que exista uma barreira que separa a infraestrutura econômica da superestrutura ideológica, filosófica, educacional, jurídica, cultural, política. Portanto, não se pode conceber infraestrutura (espaço de produção material) e superestrutura (espaço de produção de hegemonia) de forma separada, já que a disputa de hegemonia existe em todos os espaços da vida social, inclusive no “chão de fábrica”.

A superestrutura consiste numa complexa relação envolvendo a sociedade civil (que constitui os aparelhos privados de hegemonia: escolas, associações, sindicatos, partidos políticos, imprensa, etc.) e sociedade política (ou simplesmente Estado, no sentido restrito). Gramsci concebe estes dois “planos” superestruturais como uma relação de “identidade-distinção”. A separação entre estes dois “planos” é vista pelo filósofo como um erro teórico em que a “distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica”²². Ou seja, não pode haver separação entre sociedade civil e sociedade política, tendo em vista que os indivíduos, grupos e classes sociais não estão separados do Estado. Pelo contrário, Gramsci explica que todos os indivíduos são “funcionários do Estado”, “não na medida em que é empregado pago pelo Estado e submetido ao controle hierárquico da burocracia estatal, mas na medida em que, “agindo espontaneamente”, sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil)”.²³

Para o autor sardo, a sociedade civil e a sociedade política correspondem, respectivamente, às funções de hegemonia e de “domínio direto” de um grupo social sobre outro. A sociedade civil é formada pelas instituições da sociedade que criam e reproduzem as ideologias, sejam elas favoráveis ou contrárias à ideologia dominante. Portanto, é na sociedade civil que se obtém

²² GRAMSCI, op. cit. 3ª Edição. Vol. 3, 2007, p. 47.

²³ Ibidem, p. 282.

o consenso para que determinada classe possa governar. Já a sociedade política está associada ao aparato coercitivo da sociedade, constituído de instituições jurídicas, políticas e militares. Todavia, apesar desta distinção metodológica, ambos os espaços da vida social são permeados de relações de fluidez. Exemplificando: o militante de movimento social, embora não seja político profissional, exerce influência sobre a sociedade política; do mesmo modo, o parlamentar convive e interage com pessoas em diferentes espaços da sociedade civil. Portanto, sociedade civil e sociedade política são espaços da vida social interrelacionados e dinâmicos, que se interagem reciprocamente e conjuntamente. Gramsci explica as funções destes dois “planos” ou espaços da vida social:

(...) podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”.²⁴

Os “aparelhos privados de hegemonia” são organismos da sociedade civil que funcionam de forma relativamente autônoma em relação à sociedade política. Estes organismos existem em decorrência das revoluções democrático-burguesas (institucionalização da democracia formal) e da ampliação das lutas sociais. Portanto, eles nasceram a partir da correlação de forças sociais que geraram os novos Estados, da ampliação da participação política dos cidadãos, dos novos conflitos sociais ligados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. São exemplos de aparelhos privados de hegemonia: sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação de massa (jornais, revistas, editoras e todas as instituições ligadas à organização da cultura), escolas, universidades, igrejas, associações, movimentos

²⁴ Idem, Volume 2, 2006, p. 21.

sociais e culturais, empresas, etc.²⁵ Segundo Gramsci, a escola e a Igreja estão entre as principais organizações culturais de todas as sociedades modernas:

A escola – em todos os seus níveis – e a Igreja, são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram as escolas de Estado quanto às instituições de cultura do tipo das universidades populares. Outras profissões incorporam em suas atividades especializadas uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, dos oficiais do exército, da magistratura.²⁶

A condução política e cultural da sociedade parte da sociedade civil. É também a partir dela que se torna possível a existência do consenso, fator que, para Gramsci, permite a manutenção do sistema de poder. O consenso “nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção”.²⁷ Já a sociedade política, através do aparelho de coerção estatal, “assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente (...) para a previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”²⁸.

Por meio dos órgãos representativos da sociedade civil (partidos, sindicatos, organizações profissionais, movimentos sociais, comitês culturais, etc.) as pessoas se organizam formando os sujeitos políticos coletivos. A ampliação da participação da sociedade civil é fundamental para consolidar uma nova hegemonia protagonizada pelas classes subalternas. No entanto, esta ampliação não significa necessariamente o triunfo das classes

²⁵ SCHLESNER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Editora UFPR. Curitiba – PR, 1992, p. 18.

²⁶ GRAMSCI, op. cit. 4ª Edição. Volume 1, 2006, p. 112.

²⁷ Idem, volume 2, 2006, p. 21.

²⁸ Ibidem.

subalternas sobre o Estado capitalista. Isso porque a sociedade civil não é um sujeito coletivo homogêneo, pelo contrário, é um complexo emaranhado de forças políticas de distintas matrizes ideológicas vinculadas a múltiplos segmentos e classes que compõe a sociedade. Segundo Carlos Nelson Coutinho, “não se apresenta em Gramsci uma posição dualista, que contraponha de modo maniqueísta a sociedade civil (enquanto algo globalmente positivo) ao Estado (concebido como algo intrinsecamente mau): a sociedade civil (...) se apresenta como uma das principais arenas da luta de classes...”²⁹

Por outro lado, a sociedade política (que também não é homogênea, ou seja, ela também é espaço de conflitos de interesses e lutas políticas) pode utilizar a força (coerção) para “controlar” os grupos que não aderirem aos objetivos da classe dominante (hegemônica). A imposição da ideologia dominante pela força acontece principalmente nos momentos de crise. Contudo, para evitar os momentos de crise, a classe hegemônica atribui fundamental importância à preparação da opinião pública (através de veículos de comunicação, do sistema de ensino, de partidos políticos, etc.), visando justificar as políticas adotadas pelo Estado (no sentido restrito). Quanto mais autônomos forem os “aparelhos privados de hegemonia”, mais importante será para a sociedade política a preparação da opinião pública.³⁰

Para Gramsci, uma nova hegemonia surge a partir de uma crise orgânica ou crise de hegemonia, que é uma crise geral no modelo político, econômico, jurídico e cultural da sociedade. A crise de hegemonia instala-se quando as classes dominantes não conseguem mais exercer o consenso, e as classes dominadas, embora insatisfeitas, não estão organizadas suficientemente para assumir a hegemonia. Uma situação em que pode ocorrer a crise de hegemonia é no pós-guerra, quando a classe dominante e dirigente encontra dificuldades para exercer a hegemonia. A crise de hegemonia também pode ocorrer quando intelectuais (individuais e coletivos) afastam-se da classe dominante levando-a a perder o consenso e sua função dirigente, embora permaneça com o poder político-institucional (coercitivo). Em função da manutenção do aparelho de coerção e da desmobilização das

²⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções. O Marxismo na Batalha das Ideias*. Cortez Editora, São Paulo, 2006, p. 41.

³⁰ *Ibidem*.

classes dominadas que não conseguem assumir a hegemonia, “a classe dominante mantém, artificialmente, o seu domínio”.³¹ Como explica Gramsci, “a crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer”.³² Tal situação de impasse pode levar as classes dominantes a adotarem modelos tirânicos ou totalitários, reprimindo violentamente as classes dominadas. Nos regimes ditatoriais deixa de existir o equilíbrio entre a força (do poder político) e o consenso (da sociedade civil), de modo que a força passa a ser o único meio para impor os objetivos da classe hegemônica.³³ Gramsci explica que as ditaduras abolem até mesmo as novas formas de autonomia (sindicatos, partidos, associações) que caracterizam o Estado moderno:

Enquanto, na Idade Média, era possível uma aliança entre proletários e povo, e mais ainda, o apoio dos proletários à ditadura de um príncipe, nada semelhante no mundo clássico para os escravos. O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante, portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. As ditaduras contemporâneas abolem legalmente até mesmo estas novas formas de autonomia e se esforçam por incorporá-las à atividade estatal: a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna “totalitária”.³⁴

³¹ NASCIMENTO, Claudio. O Labirinto Gramsciano (Gramsci e a Questão da Hegemonia). Curso de Formação de Formadores da Escola Sul da CUT, realizado entre maio a setembro de 1998, p. 27.

³² GRAMSCI, Antônio. Cuadernos de la Cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Ed. ERA, tomo 2, 1999. Traducción de Ana María Palos, revisada por José Luis González.

³³ SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Editora UFPR. Curitiba – PR, 1992, p. 22 - 24.

³⁴ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 1ª Edição. Vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 139.

Por outro lado, a crise de hegemonia poderá resultar em um novo bloco histórico se as classes dominadas e seus intelectuais orgânicos conseguirem apresentar um novo projeto de sociedade “capaz de se opor ao sistema hegemônico burguês e de abarcar toda a área social, isto é, apoderar-se da sociedade civil, num prelúdio à conquista da sociedade política”.³⁵ De acordo com Schlesener, as formas como se inter-relacionam a luta pela hegemonia dos diferentes grupos político-ideológicos da sociedade civil podem levar a três situações distintas: “o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e o consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil”.³⁶ Portanto, a complexidade das relações sociais e as diferentes correntes ideológicas presentes na sociedade civil tornam os “aparelhos privados de hegemonia” espaços abertos de disputa pela hegemonia. Dependendo da conformação e das relações entre a sociedade civil e a sociedade política, as forças hegemônicas poderão ser reacionárias, conservadoras, reformistas e/ou revolucionárias.³⁷

Gramsci diferencia “guerra de movimento” ou de “manobra” de “guerra de posições”. A primeira remete a ação militar e a luta armada, enquanto a segunda envolve uma complexa disputa de espaços na sociedade civil, a partir da luta hegemônica. A “guerra de posições” se faz no âmbito do saber e da cultura, nos meios de comunicação, nas instituições públicas do Estado, nas escolas, nos movimentos sociais, nas universidades, nas associações culturais, nas igrejas, nos sindicatos, nos partidos políticos, etc. Embora Gramsci reconheça a importância crescente da “guerra de posição”, ele não despreza a “guerra de movimento”: “a verdade é que não se pode escolher

³⁵ NASCIMENTO, Cláudio. O Labirinto Gramsciano (Gramsci e a Questão da Hegemonia). Curso de Formação de Formadores da Escola Sul da CUT, realizado entre maio a setembro de 1998, p. 28.

³⁶ SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Editora UFPR. Curitiba – PR, 1992, p. 19.

³⁷ Coutinho concebe a revolução como processo, em que as reformas de base e estruturais são fundamentais para que ocorra uma mudança política radical (reformismo revolucionário). COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e Socialismo. Questões de Princípio e Contexto Brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 51, Cortez Editora. São Paulo – SP, 1992, p. 17.

a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo”³⁸

Gramsci distingue as sociedades ocidentais, em que os organismos da sociedade civil são mais desenvolvidos e diversificados, por isso, o Estado é “mais amplo”, das sociedades orientais, em que o Estado é “mais restrito” e coercitivo e a sociedade civil ainda é pouco desenvolvida. Segundo ele, “no Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil”³⁹. Estes conceitos não têm relação com a posição geográfica dos países e territórios, mas com as características da sociedade civil em diferentes sociedades e, conseqüentemente, com as possibilidades de um grupo social se fazer hegemônico por outras vias sem depender exclusivamente da luta armada. Portanto, nas sociedades “orientais” prevalecem as “guerras de movimento”, pois a sociedade civil ainda é muito incipiente, pouco dinamizada e pouco desenvolvida. Já nas sociedades “ocidentais” prevalecem as “guerras de posições” e a disputa de hegemonia na sociedade civil.

Outro aspecto central do conceito de hegemonia consiste na relação entre força e consenso, que se equilibram de formas variadas, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expressos pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente manipulados”⁴⁰. Gramsci aponta uma “área cinzenta” entre a força e o consentimento, que é a corrupção e a fraude, que ocorre em momentos de crise de hegemonia e consiste no enfraquecimento ou cooptação dos dirigentes das forças antagônicas, visando desarticular e confundir os adversários.

A teoria da hegemonia de Gramsci, em especial, em relação à obtenção do consenso na disputa do poder, é

³⁸ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 72.

³⁹ Ibidem, p. 262.

⁴⁰ Idem, 1ª Edição, Vol. 5, 2007, p. 95.

seguramente influenciada pela filosofia de Nicolau Maquiavel⁴¹. Para Gramsci uma classe governa através do consenso e do aparelho de coerção estatal. Já Maquiavel dizia que o príncipe, para manter-se no poder, deveria ser amado e temido, embora fosse muito difícil conciliar ambas as condições. Mas se o príncipe pudesse escolher, por questão de segurança, ele deveria ser antes temido que amado, pois “os homens são ingratos, volúveis, simuladores, tementes do perigo, ambiciosos de ganho”. Além destas péssimas qualidades atribuídas aos indivíduos, Maquiavel afirma que “os homens têm menos escrúpulo em ofender a alguém que se faça amar do que a quem se faça temer, posto que a amizade é mantida por um vínculo de obrigação que, por serem os homens maus, é quebrado em cada oportunidade que a eles convenha; mas o temor é mantido pelo receio de castigo que jamais se abandona”.⁴²

Enquanto a análise política feita por Maquiavel tem por foco o exercício do poder do príncipe (governante)⁴³, Gramsci analisa a obtenção do consenso no processo de disputa de hegemonia na sociedade civil. Todavia, o pensamento de ambos os autores são convergentes quando relacionamos a concepção de consenso como fruto “do prestígio e da confiança” (Gramsci) à necessidade de o príncipe ser amado (Maquiavel). Do mesmo modo, o consenso obtido por meio do aparelho de coerção estatal, que “garante através do uso da força o consentimento dos que não consentem nem ativa nem passivamente” (Gramsci), tem certa identificação na teoria de Maquiavel, a qual o príncipe (governante) deve ser temido. Inspirado no autor florentino, a figura do Centauro (ser mitológico metade humano e metade fera)

⁴¹ Para Arrighi, a interpretação de Gramsci do conceito de hegemonia consiste numa relação dicotômica inspirada em Maquiavel, em que a noção de poder envolve uma combinação entre consentimento (que implica o uso da liderança moral) e coerção (que implica o uso da força). ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. UNESP, Rio de Janeiro, 1995, p. 28.

⁴² MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Legatus Editora. Clássicos da Política. São Paulo, 2010, p. 98-100.

⁴³ O que não significa que os ensinamentos de Maquiavel não sejam úteis para o povo. Segundo Rousseau, Maquiavel fingindo dar lições ao príncipe deu lições ao povo. ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – Vol. 13. Editora Escala, São Paulo – SP, 2006.

é utilizada para ilustrar a dualidade (não implicando na separação) entre a ação política e o poder coercitivo do Estado, força e consenso, entre outros aspectos duais presentes na vida social. Vejamos o que diz Gramsci:

Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.⁴⁴

Todavia, Gramsci não comenta diretamente se a força é mais importante que o consenso, mas parece inverter a lógica de Maquiavel ao afirmar que a proposta de “revolução permanente” foi superada pela “hegemonia civil” e que a organização do Estado moderno, mais complexa e robusta, faz com que a “guerra de movimento” se torne cada vez mais “guerra de posição”. Atualmente, as guerras continuam a ser uma combinação de “movimento” e “posição” e, dependendo do contexto, utiliza-se mais uma estratégia que outra. Nas “democracias modernas” a guerra de posição assume maior importância, explica Gramsci:

No período posterior a 1870, com a expansão colonial europeia, todos estes elementos se modificam... (...) Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição (...). A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações

⁴⁴ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 33.

permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc. (...) O Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz”.⁴⁵

Portanto, atualmente, com a ampliação e o desenvolvimento da sociedade civil e de seus “aparelhos privados de hegemonia”, a função dirigente tem adquirido maior importância para a manutenção do poder da classe governante e, conseqüentemente, a guerra de posição passou a ser mais utilizada. No entanto, isso não significa que as guerras de movimento perderam importância na sociedade contemporânea. Elas continuam sendo utilizadas de forma implacável para atender a determinados interesses geopolíticos e econômicos, como as frequentes invasões, golpes de Estado e massacres promovidos pelos EUA e seus aliados no Oriente Médio, África e América Latina ao longo do século XX e início desse século.

1.1.2 Aspectos subjetivos, culturais e a função dos intelectuais

Diferentemente da tradição mecanicista do pensamento marxista, Gramsci atribui expressiva importância aos aspectos subjetivos e culturais presentes na sociedade civil, que constituem a base para a disputa hegemônica da sociedade. A realidade é vista por Gramsci como um devir histórico, impulsionado pela luta de “hegemonias”, na qual a teoria adquire um papel fundamental. Em sua crítica ao mecanicismo, Gramsci não atribui menos importância à teoria que à prática, pois ambas são igualmente importantes e se complementam. Para Gramsci, “subsistem ainda resíduos do mecanicismo, já que se fala da teoria como complemento e acessório da prática, da teoria como serva da prática”.⁴⁶ Ao falar da contraditoriedade da consciência, Gramsci revela a importância da indissociabilidade entre a teoria e a prática, entre a consciência e a ação:

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Idem. 4ª Edição. Volume 1, 2006, p. 104.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo a medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.⁴⁷

Ao refletir sobre o papel que as classes subalternas desempenham no processo de disputa hegemônica, Gramsci considera que o homem ativo de massa, às vezes, age de maneira que não condiz com seu modo de pensar. A consciência contraditória (ou duas consciências) expressa pelo homem de massa o leva a aliar-se aos demais enquanto classe ou grupo, por exemplo, ao fazer uma greve ou lutar por questões pontuais, mas, por outro lado, pode reforçar a hegemonia das classes dominantes, ao apoiar projetos políticos antagônicos à sua classe, tendo em vista que não consegue elevar a sua condição de reprodutor acrítico do senso comum para a de um intelectual de consciência crítica⁴⁸ e porta-voz consciente da força hegemônica a que está inserido. Ocorre com certa frequência de os trabalhadores se unirem por questões pontuais, mas se afastarem de lutas mais abrangentes, especialmente quando estas requerem alianças com outras categorias de trabalhadores. Não raramente ocorre de trabalhadores se voltarem contra os próprios trabalhadores, mesmo quando se trata da mesma categoria ou profissão, o que revela ausência de consciência de classe. A primeira “consciência” a qual Gramsci se refere está associada às formas

⁴⁷ Ibidem, p. 103.

⁴⁸ Nesse caso, o termo intelectual não corresponde à função de intelectual no sentido restrito, como filósofos, pesquisadores, cientistas, mas dos intelectuais orgânicos vinculados à determinada classe.

imediatas de luta, quase espontâneas, forçadas pela necessidade, como as crises que afetam diretamente a classe trabalhadora (arrocho salarial, desemprego, perda de direitos). A segunda “consciência”, que se opõe à primeira, provém da consciência acrítica herdada do passado. Esta consciência contraditória pode levar a uma situação de “passividade moral e política”, de aceitação, conformismo e apatia política. A luta de “hegemonias políticas” poderá fazer com que as classes subalternas adquiram uma consciência crítica, ou, nas palavras de Gramsci, “a compreensão crítica de si mesmo”⁴⁹, por isso, “o conceito de hegemonia representa, para além do progresso político prático, um grande progresso filosófico”⁵⁰. A seguir, Gramsci explica a importância da luta de classes a partir da disputa de hegemonia para a elevação da consciência crítica dos indivíduos.

Todavia, esta concepção verbal não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política. A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política), é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.⁵¹

Sendo a sociedade civil o palco da luta de classes para a conquista de poder, os intelectuais são atores fundamentais na

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem, p. 104.

⁵¹ Ibidem.

disputa de hegemonia. Todavia, Gramsci atribui um sentido próprio a essa expressão: não se trata do intelectual erudito, ou aquele que exerce a função de intelectual no sentido estrito, como filósofos, pesquisadores, cientistas (como popularmente se concebe), mas de todos os que atuam no processo de disputa de hegemonia, influenciando a sociedade com seus valores, visões de mundo e posições ideológicas. Portanto, os intelectuais são todos os que exercem função na disputa hegemônica de classes.

Em relação à disputa de hegemonia, “grandes intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agrupados em revistas, jornais, etc.) exercem frequentemente a função de partidos políticos”, afirma Gramsci. Embora todos os homens sejam intelectuais, nem todos “têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates)”⁵², explica o filósofo. Gramsci concebe os intelectuais como sendo de dois tipos: os orgânicos e os tradicionais. Os intelectuais orgânicos possuem estreita relação com a classe social a qual pertence ou representa. Sua função é a de proporcionar homogeneidade e consciência a esta classe, considerando os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. Já os intelectuais tradicionais pertenceram no passado a uma categoria de intelectuais orgânicos (como padres, bispos e outros intelectuais ligados ao clero, durante o regime feudal), mas, atualmente, não representam diretamente nenhuma classe específica, atuando de forma relativamente autônoma e independente.

De acordo com Gramsci, para que aconteça a autoconsciência crítica das classes subalternas é necessário que um grupo de pessoas, teoricamente e filosoficamente especializadas (ou seja, um grupo de intelectuais, que são também dirigentes), promova uma organização que resulte na formação de novos intelectuais. Por isso, Gramsci afirma que a disputa hegemônica na sociedade, além de ser um processo pedagógico⁵³, é também um processo “longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos”⁵⁴. Tal processo envolve a relação dialética entre

⁵² Idem, 4ª Edição, vol. 2, p. 18.

⁵³ Idem, 4ª Edição, vol. 1, p. 399.

⁵⁴ Ibidem, p. 104.

intelectuais e massa, havendo uma fluidez entre os estratos da massa e o estrato do grupo de intelectuais especializados. Segundo Gramsci, não há uma relação mecânica e imediata entre o mundo da produção (a base material) e os intelectuais. Pelo contrário, esta relação “é “medializada”, em diversos graus, por todo o tecido social”⁵⁵. Deste modo, Gramsci se contrapõe, por exemplo, a ortodoxia stalinista, que via alguns “intelectuais” como líderes absolutos, enquanto as massas eram conduzidas como “massas de manobra” para atender aos objetivos do regime.

A unidade dialética entre teoria e prática está relacionada ao dinâmico processo de aprendizagem na luta, do conhecimento do mundo sendo produzido numa relação direta e proporcional a sua transformação. Nesse sentido, Gramsci afasta-se tanto do mecanicismo determinista quanto do idealismo ao afirmar que “a fase econômico-corporativa, a fase de luta pela hegemonia na sociedade civil, a fase estatal, correspondem atividades intelectuais determinadas que não podem ser arbitrariamente improvisadas ou antecipadas”⁵⁶. Ele, tampouco ignora o viés econômico associado à hegemonia: “se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”⁵⁷. Neste sentido, Gramsci rompe com a visão, muito em voga na época (e ainda presente nos dias de hoje), do determinismo econômico, que, na sua concepção, possui caráter dogmático e “religioso”, como se as leis econômicas existissem e atuassem sobre a sociedade independentemente da ação humana na luta política e na disputa hegemônica, ou como se a luta política e a disputa hegemônica fossem meros reflexos das leis econômicas.

Gramsci inova teoricamente o marxismo, não apenas por apresentar uma série de novos conceitos relacionados a diversos temas, mas, também, por construir um novo paradigma teórico que se opõe ao economicismo e ao mecanicismo. Portanto, a partir da abordagem dialética gramsciana, a compreensão da sociedade não requer um modelo teórico pronto, que independa de múltiplas determinações, como as condições históricas, econômicas, geográficas, sociais, culturais, políticas e ideológicas.

⁵⁵ Idem, 4ª Edição, vol. 2, p. 20.

⁵⁶ Ibidem, p. 210.

⁵⁷ Idem. 3ª Edição. Vol. 3, 2007, p. 48.

Pelo contrário, tal modelo teórico é construído ativamente, a partir da luta concreta e da disputa de “hegemonias” que se contrastam, tanto no campo da ética quanto no da política, em cada sociedade. Para Gramsci, a consciência do pertencimento em uma determinada força hegemônica consiste na primeira fase de uma progressiva autoconsciência que desencadeia na unificação entre teoria e prática (práxis revolucionária).

1.2 A CONCEPÇÃO DE PARTIDO EM GRAMSCI

Para Gramsci, o partido político exerce importância fundamental na elaboração da vontade coletiva nacional-popular, representando e unindo sob os mesmos interesses o conjunto das classes subalternas, ainda que, por princípio, estas classes apresentem interesses divergentes, como camponeses, proletários, pequenos comerciantes, etc. O partido, por intermédio de seus intelectuais orgânicos, tem a função de organizar a “reforma intelectual e moral”, construindo uma nova cultura política e unificando as classes subalternas na disputa pela hegemonia. A seguir, Gramsci elenca o papel do partido e a estreita relação entre teoria e prática para a construção de novos projetos políticos:

Deve-se sublinhar a importância e o significado que tem os partidos políticos no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias...⁵⁸

⁵⁸ Idem. 1ª Edição. Vol. 5, 2007, p. 105.

A expressão “moderno príncipe” é utilizada por Gramsci para designar, não um príncipe ou governante, como na obra “O Príncipe”, de Maquiavel, mas um organismo social que é o partido político. Para Gramsci, o partido tem a função de representar interesses de classes, seja a partir da manutenção da hegemonia, seja através da destruição da hegemonia anterior e da construção de uma nova. Ao assumir o poder, o partido das classes subalternas teria a função de construir o socialismo e desenvolvê-lo até o comunismo, fazendo extinguir o Estado.

Portanto, Gramsci rejeita a noção de partido puramente sindicalista ou trade-unionista, ou seja, o partido voltado meramente para os interesses corporativos. Para o filósofo, o partido é um instrumento fundamental para que a consciência operária se eleve ao nível da consciência de classe, ao nível da totalidade. O objetivo do partido “consiste em superar inteiramente os resíduos corporativos (os momentos egoístico-passionais) da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular.”⁵⁹ Na concepção gramsciana, o partido não é meramente um instrumento de representação de classe na luta por conquistas imediatas (como fazem muitos sindicatos, ao lutarem apenas por questões pontuais, como melhores salários ou melhorias nas condições de trabalho para uma categoria específica de trabalhadores), mas, sobretudo, um organismo político universalizante, no qual os elementos de um grupo social e econômico tornam-se agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional.

Gramsci explica a importância do partido em seu artigo intitulado “O Partido Comunista”, publicado em 1920. Conforme o artigo, o operário é submetido mecanicamente no processo de produção, “tem encargos meramente executivos, acomoda-se facilmente (...), é preguiçoso intelectualmente, não sabe e não quer prever para além do imediato, por isso lhe falta qualquer critério de escolha dos seus dirigentes e deixa-lhe iludir facilmente pelas promessas”.⁶⁰ Diante dessa situação de alienação e embrutecimento, Gramsci destaca a importância do partido no sentido de proporcionar ao operário a passagem de

⁵⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento Político, Vol. II – Gramsci. L&PM, Porto Alegre, 1981, p. 118.

⁶⁰ GRAMSCI, Antônio. Escritos Políticos. Volume 2. Coleção Universidade Livre. Seara Nova. Lisboa, 1976, p. 197.

“executor a iniciador”, “de massa a dirigente e guia”, “de braço a cérebro de vontade”.⁶¹ Esta forma de pensar é um prelúdio do que Gramsci chamará de “Momento Catártico” nos Cadernos.

Esta função do partido em contribuir para elevar a consciência de classe está associada ao conceito gramsciano de *catarse*. Gramsci denomina “momento catártico” a fase em que as classes se elevam para a condição de universalidade, distinguindo-se da maioria dos sindicatos, associações e movimentos sociais, que defendem lutas pontuais e setorializadas. A *catarse* corresponde “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’”⁶², explica Gramsci.

Se a “*catarse*” consiste na elevação dos aspectos corporativos e particulares ao nível ético-político da consciência universal, conseqüentemente, os indivíduos também passam pelo “momento catártico”. Ao ingressarem no partido, os indivíduos têm sua visão de mundo ampliada, não se limitando apenas às lutas pontuais e isoladas, mas comprometendo-se em construir uma vontade coletiva nacional-popular, sem a qual não se constrói um novo “bloco histórico”. Devido à importância que exercem os membros do partido, Gramsci os considera também intelectuais.

Segundo Gramsci, para que uma classe se torne hegemônica é preciso que ela represente uma “vontade coletiva nacional-popular”. No entanto, essa vontade coletiva não é formada de modo “subjetivista, voluntarista, espontaneísta”⁶³, mas sim a partir da realidade objetiva concreta, que Gramsci chama de “consciência operosa da necessidade histórica”, que é “a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Idem*. Cadernos do Cárcere. 4ª edição, vol. 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006, p. 314.

⁶³ Gramsci critica o “fetichismo da espontaneidade”, ou seja, aqueles que recusam ou minimizam a luta persistente e cotidiana para dar aos movimentos espontâneos uma direção consciente. COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento Político, Vol. II – Gramsci. L&PM, Porto Alegre, 1981, p. 120.

transformadora”⁶⁴ Por outro lado, a vontade coletiva não deve ser determinada apenas pela direção do partido sem levar em conta os anseios e sentimentos “espontâneos” das massas. “Estes sentimentos devem ser educados, purificados, orientados, mas nunca ignorados”.⁶⁵

Para Gramsci, a estrutura orgânica do partido compreende: “1) estrato de homens “comuns, médios”, caracterizados mais pela “disciplina e fidelidade” do que pelo “espírito criativo”; 2) estrato coesivo principal, que organiza e centraliza, ou seja, que dirige o partido; 3) estrato intermediário que serve de ligação entre os outros dois, apresentando traços de um e de outro”⁶⁶. Embora existam diferentes níveis na estrutura orgânica do partido, Gramsci não estabelece uma hierarquia rígida, eterna, entre os estratos. Ele acredita que, em longo prazo, o partido eliminará a própria diferença entre os estratos da sua estrutura orgânica, da mesma forma que eliminará (ao conquistar a hegemonia e, conseqüentemente, o poder político) as diferenças entre governantes e governados no processo de democratização do Estado e ampliação da participação da sociedade civil.

Segundo Macciocchi, a expressão “centralismo burocrático” é uma crítica à concepção leninista de “centralismo democrático”, na qual o partido é estruturado verticalmente, de cima pra baixo. A autora explica que quando Gramsci se referiu ao centralismo burocrático, ele alertou para a “ameaça permanente à democracia interna” que poderia “chegar a desestruturar o partido, dando ao seu poder um caráter policial”.

⁶⁷ Portanto, o centralismo burocrático representa uma função somente executiva e não deliberativa, pois as bases deixam de ser ouvidas pela cúpula do partido. Para evitar que o partido adquira a forma de centralismo burocrático, Gramsci propõe: “uma permanente circulação dos três estratos em seu interior”; 2) que “sua função não seja regressiva, conservadora ou repressiva, mas

⁶⁴ GRAMSCI, Antônio. Quaderni del carcere. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 1977. 4 v, p. 1228.

⁶⁵ Ibidem, p. 1824.

⁶⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. Fontes do pensamento Político, Vol. II – Gramsci. L&PM, Porto Alegre, 1981, p. 125.

⁶⁷ MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci. Paz e Terra. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1977, p. 172.

progressista”; 3) “que não seja um ‘mero executante’, mas ‘um deliberador’”⁶⁸.

Por outro lado, o conceito de centralismo democrático em Gramsci é caracterizado por “uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados”.⁶⁹ Seria, portanto, uma forma de organização partidária flexível, fluida, permitindo múltiplas determinações e diferentes formas de adaptação. O centralismo democrático estaria também relacionado ao que Gramsci chamou de “centralismo orgânico”, que se estabelece a partir de uma relação orgânica e de equilíbrio entre as bases do partido e sua direção, permitindo um movimento dialético e constante. Portanto, o centralismo orgânico provém da realidade histórica e não tem nenhuma relação com o centralismo burocrático.⁷⁰

A formação da vontade coletiva está associada ao que Gramsci chamou de reforma intelectual e moral, que é condição necessária para o fim da estatolatria e do governo dos funcionários (burocracia). O partido, portanto, tem a função essencial de unificar as classes subalternas criando uma vontade coletiva nacional-popular a fim de conquistar/exercer a hegemonia. Além de lutar pela renovação política, econômica e social, a luta por uma revolução cultural é condição essencial para o processo de disputa hegemônica. Gramsci fala da construção de uma nova cultura, sem a qual as classes subalternas continuarão sofrendo passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes.

1.3 A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO EM GRAMSCI

A concepção gramsciana de socialismo possui relação direta com os conceitos de hegemonia e partido. Vimos anteriormente que não há conquista da hegemonia sem grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Também vimos que o partido possui a incumbência de representar organicamente as classes subalternas, construindo um projeto político que as unifique para a conquista da hegemonia. Veremos nesta seção alguns aspectos da concepção gramsciana de

⁶⁸ COUTINHO, op. cit., loc. cit.

⁶⁹ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 3ª Edição, vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 92.

⁷⁰ MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci. Paz e Terra. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1977, p. 173.

socialismo presentes nas obras “Escritos Políticos” (coletânea de diversos artigos publicados em jornais e revistas antes do período em que Gramsci esteve preso, principalmente entre 1916 e 1926) e “Cadernos do cárcere” (escrito entre 1929 e 1937).

1.3.1 O socialismo, a questão nacional e o internacionalismo

O artigo escrito por Gramsci em 1916, denominado “Socialismo e Cultura”, enfoca a importância da disputa cultural na sociedade. Neste artigo, Gramsci procura entender a razão para o fato de ter “sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores egoístas”⁷¹, e mesmo assim, a humanidade não ter “realizado o socialismo”. Para ele, uma classe não adquire consciência de forma espontânea e “independente da própria vontade”, ou seja, a conquista dessa consciência está diretamente ligada à cultura. Portanto, “só grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor e conquistou o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias afirmadas num tempo precedente”⁷². Essa reflexão de Gramsci prenuncia a sua teoria sobre hegemonia, bem como a importância da “guerra de posições” e de uma nova cultura que leve a formação de um bloco histórico. Tais concepções só seriam desenvolvidas por Gramsci na elaboração dos Cadernos do Cárcere, a partir de 1929.

Mais adiante, Gramsci afirma que a consciência não se forma “sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda a classe”⁷³. Portanto, a consciência de classe “quer dizer cultura e não evolução espontânea e naturalista”⁷⁴. Há aí mais uma crítica ao marxismo mecanicista e dogmático, para o qual o desenvolvimento histórico não ocorre em consequência da ação consciente dos indivíduos, mas da determinação econômica. Ainda hoje diversas correntes do pensamento marxista veem a revolução como um processo mecânico, que só poderá ocorrer em consequência do desenvolvimento das forças produtivas, da

⁷¹ GRAMSCI, Antônio. Escritos Políticos. Volume 2. Coleção Universidade Livre. Seara Nova. Lisboa, 1976, p. 83.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ Ibidem.

intensificação da exploração e da miserabilidade da classe trabalhadora.

Gramsci, ao contrário, entende que cada revolução é “precedida por um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural, de permeabilização de ideias através de agregados de homens, primeiro refratários e (...) sem laços de solidariedade com os outros que se encontram nas mesmas condições”⁷⁵. Essa situação poderá resultar no “momento catártico”, quando uma classe poderá se elevar da individualidade para a solidariedade, do momento egoístoco-passional para o momento ético-político, etc. Como exemplo de “penetração cultural” e “permeabilização de ideias”, Gramsci cita a Revolução Francesa, que não teria acontecido se não fosse por esse longo processo.

Cada nova peça de Voltaire, cada novo panfleto, eram a faísca que passava pelos fios já estendido entre Estado e Estado, entre região e região, e encontrava os mesmos apoios e os mesmos opositores por toda a parte e contemporaneamente. As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam a estrada já aplanada por um exército invisível de livros, de opúsculos, enxameados de Paris desde a primeira metade do século XVIII e que tinham preparado homens e instituições para a renovação necessária. (...) Tudo isto parece natural, espontâneo aos precipitados, mas, pelo contrário, seria incompreensível se não se conhecessem os fatores de cultura que contribuíram para criar os estados de ânimo prontos para as explosões por uma causa que se julgava comum.⁷⁶

O artigo “A Organização Econômica e o Socialismo (1918)” critica tanto o “economicismo”, que subvaloriza a política, quanto o “politicismo”, que subvaloriza a economia. Nele, Gramsci apresenta a unidade dialética entre “política e economia, ambiente e organismo social” e critica os “sindicalistas

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem, p. 84.

e reformistas”: uns por arrancarem “arbitrariamente da unidade da actividade social o termo economia, outros o termo politica”⁷⁷.

Segundo a concepção gramsciana de socialismo, a dimensão internacional está dialeticamente relacionada com a dimensão do Estado nacional, formando uma unicidade. Para Gramsci, o ponto de partida do desenvolvimento que conduzirá ao internacionalismo é nacional. Em seu artigo intitulado “O Estado e o Socialismo (1919)”, Gramsci discute o governo dos trabalhadores no Estado Nacional (“ditadura do proletariado”⁷⁸, socialismo ou, nos Cadernos, Estado Guarda-Noturno), entendido como uma etapa transitória que poderá resultar no triunfo definitivo sobre o capitalismo, que somente será possível no contexto internacional (comunismo, internacional proletária, internacional comunista, ou, nos Cadernos, sociedade regulada).

⁷⁷ Ibidem, p. 196.

⁷⁸ Sobre essa polêmica expressão, Coutinho entende que Marx a utilizou num sentido distinto daquele que é concebido atualmente (ditadura como poder concentrado nas mãos de uma pessoa ou grupo, que, de forma tirânica, despótica e autoritária, suprime qualquer forma de democracia por um período indeterminado). “Na época de Marx, ditadura não tinha o sentido de despotismo que passou a ter depois. Ditadura é um instituto do direito romano clássico que estabelecia que, quando havia uma crise social, o Senado nomeava um ditador, que era um sujeito que tinha poderes ilimitados durante um curto período de tempo. Resolvida a crise social, voltava a forma não ditatorial de governo. Então, quando o Marx fala isso, ele insiste muito que é um período transitório: a ditadura vai levar ao comunismo, que para ele é uma sociedade sem Estado. Ele se refere a um regime que tem parlamento, que o parlamento é periodicamente reeleito, e que há a revogabilidade de mandato. Então, essa expressão foi muito utilizada impropriamente tanto por marxistas quanto por antimarxistas. Apesar de que em Lênin eu acho que a ditadura do proletariado assume alguns traços meio preocupantes. Em uma polêmica com o Kautsky, ele diz: ditadura é o regime acima de qualquer lei. Lênin não era Stálin, mas uma afirmação desta abriu caminho para que Stálin exercesse o poder autocrático, fora de qualquer regra do jogo, acima da lei. Tinha lei, tinha uma Constituição que era extremamente democrática, só que não valia nada”. COUTINHO, Carlos Nelson. Entrevista publicada na revista Caros Amigos, dez/2009. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/983-carlos-nelson-coutinho-leia-entrevista-na-integra>, acesso em 10 de outubro de 2015.

Para Gramsci, o comunismo “(...) só existirá quando e enquanto for internacional. Em tal sentido, o movimento socialista e proletário é contra o Estado, porque é contra os Estados nacionais capitalistas, porque é contra as economias nacionais, porque elas têm a sua fonte de vida e tomam forma do Estado nacional”⁷⁹. Por outro lado, o autor explica que se forem suprimidos os Estados nacionais, permanecerão as sociedades humanas enquanto “forma concreta”, já que a sociedade é “sempre um sistema e um equilíbrio de instituições concretas”. Nesse sentido, Gramsci entende que alguma forma de organização social continuará existindo, mesmo no comunismo, pois “a ideia socialista permaneceu um mito, uma evanescente quimera, um mero arbítrio da fantasia individual, ate que não se incarnou no movimento socialista e proletário, nas instituições de defesa e ataque do proletariado organizado”.⁸⁰

Para garantir o governo dos trabalhadores (fazendo reduzir as diferenças sociais, visando à abolição das classes), os Estados socialistas haverão de exercer a “ditadura do proletariado”, em que serão mantidas as características de “Estado nacional” e de “Estado de classe”, asseguradas a partir do sistema de defesa contra as “agressões externas e rebeliões internas”. Segundo Gramsci, o Estado nacional só “desaparecerá quando a concorrência for suprimida e um novo costume econômico se suscitar através das experiências concretas dos Estados socialistas”⁸¹. Neste artigo, Gramsci criticou de forma contundente os anarquistas, por defenderem o fim imediato do Estado (classificando suas ideias como “perigosas para a revolução proletária”) e os liberais, que se opõem ao Estado em nome da concorrência.

1.3.2 A crítica ao stalinismo

Se, por um lado, a censura do regime fascista impedia Gramsci de expor seu pensamento político de forma direta, por outro, as críticas feitas ao dirigente máximo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) também tinham de ser cuidadosas. Ainda assim, Gramsci não poupou críticas ao regime de Stalin e aos rumos da Terceira Internacional (também conhecida por Internacional Comunista ou *Comintern*). O regime

⁷⁹ GRAMSCI, op. cit., p. 345.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem, p. 347.

stalinista foi definido por Gramsci como “centralismo burocrático”, em contraposição ao “centralismo democrático”. Segundo Aurélio Lepre, esta distinção não se tratava, respectivamente, do fascismo e do comunismo, mas do stalinismo e de como deveria ser o comunismo.

Obviamente, Gramsci não podia dar opiniões explícitas sobre os métodos do governo de Stalin, por temor de um sequestro de suas cartas que, se mostrassem críticas explícitas a algum aspecto da construção do socialismo na União Soviética, poderiam ser usadas em um sentido anticomunista. (...) A distinção estabelecida por Gramsci em suas notas, entre centralismo “burocrático” e “democrático” (...) deve ser considerada, no entanto, intrínseca ao movimento comunista.⁸²

Além da crítica ao regime de Stalin na URSS, o termo “centralismo burocrático” fazia referência a Terceira Internacional, que havia se burocratizado quando o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) passou a exercer controle absoluto sobre a organização. Por outro lado, partidos comunistas mais frágeis, de países periféricos, sucumbiam-se ao PCUS e ao regime stalinista.⁸³

Porém, as principais reflexões teóricas críticas ao stalinismo aconteceram durante os anos em que Gramsci esteve preso. Antes disso, Gramsci chegou a se opor à ruptura no PCUS, liderada por Leon Trotsky, contra a maioria do Comitê Central, liderada por Stalin. Em 1926 (ano de sua prisão), Gramsci redigiu uma carta em nome do Partido Comunista Italiano (PCI) ao PCUS, na qual lamentava e manifestava preocupação em relação à “cisão no grupo central leninista, que foi sempre o grupo dirigente do Partido e da Internacional”. A carta considerava que “uma cisão desse tipo” poderia “ter as mais graves repercussões”. Nestas circunstâncias, Gramsci considerou justo o

⁸² LEPRE, Aurélio. O Prisioneiro. A Vida de Antônio Gramsci. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001, p.228.

⁸³ Ibidem, p. 228-229.

posicionamento da maior parte do Comitê Central e associou o “bloco das oposições” (Zinoviev, Trotsky, Kamenev) à “tradição da socialdemocracia e do sindicalismo, que impediu (...) o proletariado ocidental de se organizar em classe dirigente”. Nesta Carta, Gramsci também defendeu a Nova Política Econômica (NEP), plano proposto por Lênin que permitia o comércio privado e a devolução de fábricas para seus antigos proprietários.⁸⁴ Por outro lado, o grupo liderado por Trotsky defendia o fim da NEP e a industrialização acelerada, com expropriação no campo e transferência de renda para as cidades.⁸⁵ Curiosamente, após “neutralizar seus concorrentes”, Stalin abandonou a NEP e apresentou um plano de industrialização acelerada, através da coletivização “compulsória na agricultura”, algo muito semelhante ao que era defendido anteriormente por Trotsky e seus aliados⁸⁶.

No entanto, na mesma carta, Gramsci demonstrou receio de que a “unidade e a disciplina” impostas pelo grupo majoritário do PCUS assumissem características “mecânicas e coercivas”. Elas “devem ser leais e obtidas pela convicção; não devem ser as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado, que pensa sempre em fugir ou em atacar de surpresa”, afirma a carta. Após discordar da posição política dos que integravam o “bloco das oposições”, Gramsci os elogiou: “os companheiros Zinoviev, Trotsky, Kamenev contribuíram poderosamente para nos educar para a revolução; algumas vezes nos corrigiram com muita energia e severidade. Foram nossos mestres”; e, no fim da Carta, fez um apelo para que o Comitê Central do PCUS não pretendesse “vencer de modo esmagador” aquela luta e evitasse “utilizar ‘medidas excessivas’”.⁸⁷

Embora Gramsci tivesse percebido que o regime soviético poderia pender para o totalitarismo e a burocratização, ele considerou que uma ruptura no partido poderia comprometer o movimento comunista internacional. Porém, como explica Macciocchi, Gramsci foi gradualmente assumindo uma posição

⁸⁴ NETTO, José Paulo. O que é Stalinismo. Coleção Primeiros Passos. Nova Cultural – Brasiliense. São Paulo, 1985, p. 33.

⁸⁵ GRAMSCI, Antônio. Escritos Políticos. Volume 2. Coleção Universidade Livre. Seara Nova. Lisboa, 1976, p. 159-166.

⁸⁶ NETTO, op. cit., p. 39.

⁸⁷ Ibidem.

cada vez mais crítica ao regime soviético. Em 1929 ocorreu a “ruptura entre a teoria política gramscista e as experiências político-estatais, que seriam a seguir as do movimento comunista”. Em 1935, Gramsci “recusou qualquer fundamento racional” para justificar os processos stalinistas, o que o deixou “profundamente consternado”⁸⁸. Nesses processos, inúmeras lideranças do PCUS foram condenadas, exiladas e mortas⁸⁹. Com o passar dos anos, o marxismo gramsciano foi adquirindo uma conotação cada vez mais anti-stalinista.

Aurélio Lepre apresenta diversas passagens dos Cadernos em que Gramsci faz uso de linguagens figuradas para mascarar a censura. Em nota crítica ao “centralismo burocrático”, publicada nos Cadernos, Gramsci refere-se ao Piemonte como exemplo de Estado hegemônico e a “Sociedade das Nações” como exemplo de organização “danosa e perigosa”. Segundo Lepre, a referência à Piemonte não significaria uma região no Norte da Itália, mas a União Soviética, e a referência à “Sociedade das Nações” seria a Internacional Comunista.⁹⁰ Vejamos mais algumas de suas explicações sobre as “camuflagens” de Gramsci:

O exemplo do Piemonte até poderia ser considerado pertinente, mas a menção à Sociedade das Nações era completamente desprovida de sentido. Se, no entanto, ela for substituída pela Internacional Comunista (leia-se União Soviética no

⁸⁸ MACCIOCCHI, Maria Antonietta. A Favor de Gramsci. Paz e Terra. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1977, p. 46.

⁸⁹ “E, através dos métodos mais brutais e criminosos – como a tortura, autorizada pessoalmente por Stalin – consegui-o: entre 1936 e 1939 foi destruída toda a velha guarda bolchevique. Nas farsas judiciais então montadas, os “processos de Moscou”, foram condenados como “traidores” comunistas sinceros e abnegados, como Zinoviev, Kamenev, Piatakov, Radek, Racovski, Bukharin e Ritov. Maciços expurgos ocorreram nas forças armadas. Na verdade (...) o terror implantou-se na União Soviética e a grande vítima foi o próprio Partido Bolchevique. (uma ilustração: 70% dos membros do Comitê Central eleito no XVII Congresso, de janeiro-fevereiro de 1934, foram presos). (...) Outros estudiosos mencionam, no período, 5 milhões de presos e 500 mil fuzilados”. NETTO, op. cit., p. 41-42.

⁹⁰ LEPRE, Aurélio. O Prisioneiro. A Vida de Antônio Gramsci. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001, p.229-230.

lugar de Piemonte), o trecho volta a adquirir a clareza que tinha em sua primeira versão. Na realidade, os exemplos só serviam para enganar a censura carcerária... (...) A introdução de uma série de pistas falsas, o Piemonte, a Sociedade das Nações, o papa, mostra como é perigoso, na leitura dos Quaderni del Cárcere, esquecer que, justamente porque eles poderiam ser apreendidos a qualquer momento, todas as referências à atualidade tinham que ser cifradas, sobretudo quando continham críticas à URSS, à Internacional ou ao Partido.⁹¹

Outra passagem (também dos Cadernos) em que Gramsci utiliza uma forma figurada de linguagem para despistar a censura é a que menciona o “papa infalível” e o “catolicismo (...), que tinha se transformado numa espécie de culto ao pontífice”. Lepre interpreta que “papa infalível” quer dizer Stalin e catolicismo só poderia significar comunismo.⁹² Percebe-se que, no cárcere, Gramsci passa a ter uma concepção muito mais crítica do regime de Stalin do que em 1926, quando escreveu a carta ao PCUS, quatro anos após Stalin assumir o governo na URSS.

1.3.3 Estado guarda-noturno e sociedade regulada

Os conceitos de “Estado guarda-noturno” e “sociedade regulada” correspondem, respectivamente, aos conceitos marxistas de socialismo e comunismo. O “Estado guarda-noturno” é compreendido por Gramsci como uma “etapa de transição” para a “sociedade regulada”. Nessa etapa, a sociedade governada pelas classes subalternas promoveria as reformas que levariam ao fim das classes e do próprio Estado. Portanto, a sociedade regulada significaria o fim da sociedade política, ou seja, a absorção da sociedade política pela sociedade civil, quando esta estivesse suficientemente desenvolvida.

⁹¹ Ibidem, p. 229-230.

⁹² Ibidem, p. 230.

Ao comentar as “novas tendências ‘jurídicas’ representadas especialmente por *Nuovi Studi* de Volpicelli e Spirito”, Gramsci fala da confusão em relação aos conceitos de Estado-classe e sociedade regulada. Para o autor sardo, “enquanto existir o Estado-classe, não pode existir a sociedade regulada, a não ser por metáfora, isto é, a não ser no sentido de que também o Estado classe é uma sociedade regulada”⁹³. Para Gramsci esta confusão entre Estado-classe e sociedade regulada seria típica das classes médias e pequenos intelectuais, cujo entendimento de sociedade regulada não tinha por fundamento a igualdade econômica ou a ausência das classes, mas “uma regulação qualquer que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é concepção tipicamente reacionária e retrógrada”⁹⁴. Para Gramsci, Volpicelli e Spirito, diretores do *Nuovi Studi*, confundem Estado com sociedade regulada, mediante uma concatenação puramente racionalista dos conceitos: “indivíduo = sociedade; sociedade = Estado; logo, indivíduo = Estado”⁹⁵. Gramsci discorda desse raciocínio afirmando que o indivíduo não é um “átomo”, mas a individualização histórica de toda a sociedade. Nota-se que esta crítica feita por Gramsci também caberia às correntes deterministas e economicistas, para as quais os indivíduos estão meramente subordinados ao desenvolvimento econômico da sociedade.

A sociedade regulada pressupõe a igualdade econômica e, portanto, a inexistência das classes. Nesse sentido, Gramsci concordava com os chamados “utopistas”, ou melhor, os socialistas pré-marxistas, que propunham novos modelos societários, em cuja base estava a igualdade econômica: “nisto os utopistas não eram utopistas, mas cientistas concretos da política e críticos coerentes”⁹⁶, afirma Gramsci. Por outro lado, ele discordava do fato de alguns dos “utopistas” “considerarem possível introduzir a igualdade econômica com leis arbitrárias, como um ato de vontade, etc.”⁹⁷.

⁹³ GRAMSCI, Cadernos do cárcere. 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 223-224.

⁹⁴ Ibidem.

⁹⁵ Ibidem, p. 238.

⁹⁶ Ibidem, p. 136.

⁹⁷ Ibidem.

Segundo Gramsci, a noção de sociedade regulada tem por base a superação das fases “corporativo-econômicas” do Estado. Uma reapresentação da forma “corporativo-econômica” é a identificação de Estado e governo. Tal identificação permite que haja uma confusão entre a sociedade civil e a sociedade política, já que para a compreensão de Estado (Estado ampliado), faz-se necessário compreender o conceito de sociedade civil, de modo que Estado seria “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”⁹⁸. Gramsci nos apresenta uma doutrina que concebe o Estado a partir de uma tendência ao esgotamento, na medida em que se afirmam elementos da sociedade regulada, também chamada por Gramsci de Estado ético ou, simplesmente, sociedade civil (considerando que na sociedade regulada a sociedade política é absorvida pela sociedade civil).

A expressão “Estado guarda-noturno”⁹⁹ é utilizada para definir a passagem (transição) do Estado para a sociedade regulada: “de uma fase em que Estado será igual a governo, e Estado se identificará com sociedade civil [sociedade regulada], dever-se-á passar a uma fase de Estado guarda-noturno”¹⁰⁰. Gramsci criticava os cientistas políticos de sua época que utilizavam as expressões “Estado ético” e “sociedade civil” a partir do “pressuposto de que todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais, isto é, passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa à consciência”¹⁰¹. Embora a coerção do Estado fosse um aspecto constitutivo dessa fase, Lepre explica que na transição para a sociedade regulada (socialismo), o partido não poderia se confundir com o governo e o Estado – eis mais uma diferença com o stalinismo: “(...) na realidade, não existia na União Soviética nenhuma separação, no plano prático, entre partido, governo e Estado, como o próprio Gramsci reconhecia...”.¹⁰²

⁹⁸ Ibidem, p. 244.

⁹⁹ Expressão cunhada por Ferdinand Lassalle para referir-se ao Estado liberal.

¹⁰⁰ Ibidem.

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² LEPRE, op. cit, p. 236.

Segundo Gramsci, esta fase de “transição” (socialismo) para a sociedade regulada (comunismo) exigirá uma organização coercitiva a fim de impedir as guerras externas e rebeliões internas e garantir as condições para que os elementos da sociedade civil se desenvolvam, de modo a reduzir gradualmente as intervenções coativas do Estado, até que a sociedade política seja, finalmente, incorporada à sociedade civil, isto é, até que o socialismo seja plenamente convertido em comunismo e os Estados nacionais desapareçam para dar lugar a um internacionalismo sem classes e sem Estado.

CAPÍTULO II - DAS NEBULOSAS À FORMAÇÃO DAS ESTRELAS

Neste capítulo elaboramos um breve histórico do PT e do BE, apresentando os aspectos ideológicos, a militância, a formação política e a forma de organização destes partidos.

2.1 BREVE HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO PT

2.1.1 O contexto em que nasceu o PT

O PT nasceu no contexto de ascensão do movimento sindical e popular, especialmente na grande São Paulo, quando vivíamos o período da chamada “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar. As mais sólidas e numerosas bases sociais que construíram o PT foram a sindical e a pastoral. A sindical foi constituída principalmente por trabalhadores das multinacionais da região do ABC¹⁰³ e funcionários públicos. Já a base pastoral vinculava-se à Igreja Católica, através da Teologia da Libertação¹⁰⁴ e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

No final dos anos 1970, o Brasil atravessava uma fase de intensa industrialização e crescente aumento da população urbana, proporcionada pelos fluxos de trabalhadores migrantes vindos de diversas regiões do país, especialmente do Nordeste brasileiro para a região da Grande São Paulo. Como demonstra Lincoln Secco, os primeiros protestos de trabalhadores da região do ABC foram desencadeados em reação às manipulações dos índices de inflação durante a ditadura militar, quando Delfim Neto¹⁰⁵ ocupava o cargo de Ministro da Fazenda. Em 1973, enquanto o

¹⁰³ O ABC ou ABCDMRR é o nome atribuído a uma parte da região metropolitana de São Paulo que possui um importante parque industrial, especialmente a indústria automobilística que possui montadoras como Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen e General Motors. Os municípios que integram a região do ABC são: Santo André da Borda do Campo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

¹⁰⁴ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs. Influenciada por ideais marxistas, a Teologia da Libertação tem por princípio combater a pobreza e as injustiças sociais. World Forum on Theology and Liberation. Disponível em: <http://liberationtheology.org/>, acesso em 15 de janeiro de 2016.

¹⁰⁵ Delfim Netto foi Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974, Ministro da Agricultura em 1979 e Ministro do Planejamento entre 1979 e 1985. Foi consultor informal dos governos Lula e Dilma. Delfim Netto. Sobre Atuação no Regime Militar: Não tenho nada do que me arrepender. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militar-nao-tenho-nada-do-que-me-arrepender-11959575>, acesso em 22 de janeiro de 2016.

governo Médici ¹⁰⁶ divulgava que os índices de variação dos preços eram de 12,6%, o jornal Folha de São Paulo revelou que os índices reais eram de 22,6%. A desvalorização dos salários provocou uma grande onda de protestos, impulsionados majoritariamente por trabalhadores das indústrias. Um dos principais líderes das greves do ABC foi o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que atualmente é presidente de honra do PT.

Os católicos viviam um momento de aproximação com os ideais marxistas, iniciado com o pontificado de João XXIII e com a Teologia da Libertação. Devido à luta contra a ditadura e a defesa de ideais socialistas, vários padres e freis foram condenados, torturados e mortos pelo regime militar, sendo o caso de Frei Tito ¹⁰⁷ um dos mais conhecidos. Segundo Frei Betto (2006), havia quase cem mil núcleos das CEBs no final da década de 1970 ¹⁰⁸.

As reuniões e assembleias dos trabalhadores eram frequentemente reprimidas, de modo que por diversas ocasiões a Igreja era quem cedia espaço para que os trabalhadores se reunissem. As lutas dos operários da região do ABC não se restringiram ao aspecto corporativo: os trabalhadores lançaram as bases para a formação de um partido de massas, que fizesse frente ao modelo ditatorial e lutasse pela redemocratização do país.

¹⁰⁶ Mais da metade dos crimes de assassinato por razões políticas, promovidos pela ditadura militar brasileira (1964-1985), aconteceram durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, que governou o Brasil entre 1969 e 1974. Vítimas da Ditadura – mais da metade morreu durante governo Médici, diz CNV. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/10/vitimas-da-ditadura-mais-da-metade-morreu-durante-governo-medici-diz-cnv.htm>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

¹⁰⁷ Tito de Alencar Lima foi um frade dominicano que lutou contra a ditadura militar brasileira entre os anos 1960 e 1970. Foi preso político e torturado em novembro de 1969 pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Frei Tito – Memorial on-line. Disponível em: <http://www.adital.com.br/freitito/por/apresentacao.html>, acesso em 23 de janeiro de 2016.

¹⁰⁸ BETTO, Frei. A Mosca Azul. Reflexão sobre o Poder. Rocco. Rio de Janeiro, 2006, p. 54.

Segundo entrevista com Lula, mais de 300 greves foram realizadas entre maio e dezembro de 1978.¹⁰⁹

Durante o Congresso dos Petroleiros, realizado em Salvador, em 1978, falou-se pela primeira vez na criação de um partido dos trabalhadores.¹¹⁰ No mesmo ano, 200.000 metalúrgicos realizaram uma greve geral em São Paulo. Uma enorme assembleia realizada no estádio de futebol de Vila Euclides marcou este período, quando milhares de operários repetiam as palavras que Lula discursava, sem a utilização de microfones nem aparelhos de som. Em janeiro de 1979, durante o XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado no município de Lins, foi aprovada a tese que conclamava todos os trabalhadores a construir o Partido dos Trabalhadores.¹¹¹ Este foi o primeiro documento que falava abertamente na necessidade de construir o PT. Ainda que não fizesse referência direta ao socialismo, a tese possuía redação evidentemente anticapitalista:

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta

¹⁰⁹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 35-43.

¹¹⁰ Lula relembra história em Salvador e elogia MK: “Fez parte da minha formação”. Disponível em: <http://www.metro1.com.br/noticias/politica/7212,lula-relembra-hist-ria-em-salvador-e-elogia-mk-fez-parte-da-minha-forma-o.html>, acesso em 12 de setembro de 2016.

¹¹¹ XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo - 1979. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998. p. 40.

política e a necessidade da conquista do poder político.¹¹²

O mesmo documento reconhecia que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era o único partido de oposição legalizado naqueles anos finais da ditadura militar. No entanto, devido a sua composição ser muito heterogênea, tanto do ponto de vista da representação quanto do ponto de vista ideológico, os trabalhadores daquele congresso avaliaram que o MDB não tinha condições de cumprir o papel de representar a unidade e os anseios da classe trabalhadora. Era preciso criar um novo partido. O documento elucidava que o novo partido deveria ser dos trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, e que respeitasse a democracia operária. Também não poderia ser um partido eleitoral, mas que funcionasse “do primeiro ao último dia do ano, todos os anos”.¹¹³

A Carta de Princípios do PT foi lançada em primeiro de maio de 1979 e assinada por Paulo Skororov, Jacó Bittar, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo. Houve discussões em torno da criação ou não do PT. Alguns sindicalistas acreditavam que o envolvimento dos trabalhadores na criação de um novo partido poderia enfraquecer o movimento grevista, desviando o foco das lutas sindicais para a construção partidária. No entanto, em 13 de outubro de 1979, numa reunião que contou com a presença de 130 participantes de seis Estados brasileiros, foi constituída uma comissão provisória nacional para a criação do PT. Nesta reunião foram aprovados os seguintes documentos: Declaração Política, com as resoluções da reunião; Plataforma Política, com as reivindicações imediatas do movimento pela construção do PT; Normas Transitórias de Funcionamento, com sugestões gerais de funcionamento do novo partido; e uma Nota Contra a Reforma Partidária do regime militar.

A Carta de Princípios avaliou que a chamada “abertura política” estava sendo promovida pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime militar. O documento criticou o MDB por conciliar com os “de cima” e impedir “a expressão política dos “de baixo”, as massas trabalhadoras do campo e da cidade”. Além disso, o MDB foi citado como sendo um “partido

¹¹² Ibidem, p. 47.

¹¹³ Ibidem.

de exclusiva atuação parlamentar” e que “pela sua origem, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas, sobretudo, pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, (...) jamais poderia ser reformado”. A avaliação da Carta de Princípios era a de que um partido que representasse classes sociais de interesses incompatíveis prevaleceriam os interesses dos patrões.¹¹⁴

Sobre esta questão cabe um questionamento: se o MDB era irreformável por ser um partido muito heterogêneo do ponto de vista da representação de classes, muito “eleitoreiro” e antidemocrático, que congregava classes sociais de interesses incompatíveis, seria o PT de hoje um partido reformável? O PT de hoje teria incorporado as mesmas críticas que ele havia feito ao MDB em 1980? Veremos no decorrer desta pesquisa se estas mesmas críticas não caberiam ao PT de hoje.

A Carta também definiu que a atuação eleitoral e parlamentar do PT deveriam estar subordinadas ao “objetivo maior, que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas”. O documento enfatizou a democracia interna partidária, o direito de tendências e a “democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, nem democracia sem socialismo”.¹¹⁵ Nota-se que a Carta de Princípios de 1979 foi o primeiro documento que fez menção direta ao socialismo.

Já a Declaração Política de 1979 destacava que o PT tinha nascido no contexto de luta por melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo e das cidades, contra a ditadura, o “arrocho salarial e a proibição do direito à greve”. O documento considerava que todo o poder econômico e político deveria ser exercido diretamente pelos trabalhadores, “única maneira de por fim à exploração e à opressão”. Foi mencionada primeira vez a necessidade de criar uma Central Única dos Trabalhadores, o que seria concretizado quatro anos mais tarde. Por fim, a Declaração

¹¹⁴ Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. 1979. In: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998. P. 52.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 53-54.

convocava todas as “forças democráticas” para a construção de uma “ampla frente de massa contra o regime ditatorial”.¹¹⁶

Ao contrário do BE, que resultou da junção de três partidos pequenos já consolidados, o PT foi construído em decorrência do fortalecimento e da ampliação dos movimentos sociais. Nos anos 1980, diversos movimentos sindicais e estudantis, pastorais de igrejas, trabalhadores do campo, funcionários públicos, sindicalistas, intelectuais e artistas, se uniram na luta pela redemocratização e pela defesa das eleições diretas. O contexto social de efervescência política, marcado por conflitos entre manifestantes e agentes da repressão, serviu para unir a classe trabalhadora, não somente na luta contra a ditadura militar, mas também para construir um partido político que atendesse aos interesses dos trabalhadores.

2.1.2 Fundação e aspectos ideológicos do partido

O PT nasceu no Colégio Sion, na cidade de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Participaram da fundação cerca de 1200 pessoas, dentre as quais, 400 delegados (as) representando dezessete Estados brasileiros. Neste encontro, foi aprovado por aclamação o Manifesto de Lançamento do PT. Em 1º de junho de 1980 aconteceu à reunião nacional de fundação do partido, no Instituto Sedes Sapientiae, na cidade de São Paulo. Nesta reunião foi aprovado o Estatuto, o Programa e o Plano de Ação, foi referendado o Manifesto e eleita a Comissão Diretora Nacional Provisória do PT.¹¹⁷

Em sua fundação, o PT elaborou uma concepção própria e muito genérica de socialismo, rejeitando tanto o modelo stalinista, que exercia forte influência sobre os partidos comunistas do início da década de 1980, quanto o modelo da socialdemocracia, que passava por um processo de crise e descaracterização na Europa, ao substituir políticas de “bem-estar social” por políticas de “Estado mínimo”.

¹¹⁶ Declaração Política do Partido dos Trabalhadores - 1979. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 55-57.

¹¹⁷ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 41.

Tanto o Manifesto quanto o Programa enfatizaram a importância de a classe trabalhadora exercer controle sobre a economia nacional. O Manifesto enfatizou que as riquezas e recursos naturais, que só têm servido aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro, devem servir ao “bem-estar da coletividade”, mas, para isso, a economia terá de se submeter aos “interesses populares”.¹¹⁸

Conforme o Programa, a construção de uma sociedade sem exploradores nem explorados só será possível mediante a luta “contra os interesses do grande capital nacional e internacional”. Porém, essa luta deve estar ancorada de modo permanente aos movimentos sindicais e populares que deram origem ao PT e o desenvolvimento nacional deve refletir os interesses da classe trabalhadora.¹¹⁹ O Programa também destacou a democracia como um elemento central e de diferenciação na forma de organização do partido:

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele, quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas nas épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo... (...) Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país.¹²⁰

O PT foi influenciado por uma diversa gama de movimentos sociais, sindicatos, associações, trabalhadores rurais, movimentos da esquerda cristã e vários grupos remanescentes da

¹¹⁸ Manifesto aprovado pelo Movimento pró-PT – 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 66-67.

¹¹⁹ Programa do Partido dos Trabalhadores - 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 70-71.

¹²⁰ Ibidem, p. 68.

luta armada contra a ditadura militar. Todavia, o partido foi construído de modo bastante heterogêneo: em algumas localidades por iniciativa da esquerda católica, em outras por iniciativa do movimento sindical. Trabalhadores rurais (principalmente em regiões marcadas por conflitos de terras) e lideranças políticas já consolidadas também tiveram importância na construção do PT.¹²¹

As organizações que atuavam na clandestinidade durante o período militar contribuíram mais intensamente no âmbito da teoria, na elaboração de textos e programas partidários do que, propriamente, no âmbito da influência de massas. “Havia uma relação inversamente proporcional entre a importância interna da linguagem radical e a influência na sociedade”, explica Lincoln Secco (2015). Dentre as organizações remanescentes da luta armada que ingressaram no PT, constam: Organização Socialista Internacionalista (OSI), Convergência Socialista (CS), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), Ação Popular (AP), além de dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).¹²²

O PT foi construído para ser um partido que representasse os interesses da classe trabalhadora contra os interesses da classe burguesa. Na campanha de 1982, o *slogan* do partido era “vote 3 que o resto é burguês”¹²³. Porém, a designação “classe trabalhadora” sempre foi muito abrangente por representar uma grande variedade de estratos ou grupos sociais com interesses distintos, ainda que não fossem antagônicos. Por isso, o PT se definiu como um partido multiclassista ou pluriclassista. A classe trabalhadora, para além do operário industrial assalariado, abrange desde os sem-terra e sem-teto até os pequenos proprietários urbanos e rurais. Além dos trabalhadores das indústrias montadoras do ABC, que se destacaram no processo de formação do PT, trabalhadores rurais e trabalhadores do setor de prestação de serviços também tiveram papel de destaque na

¹²¹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 43-60.

¹²² Ibidem, p. 47.

¹²³ Na época, o número de legenda do PT era 3 e não 13.

construção do partido, principalmente em localidades em que não havia sindicalismo industrial ou onde o mesmo era fragilizado. Visando representar os anseios desta grande diversidade de trabalhadores foi escolhido o nome Partido dos Trabalhadores.

O símbolo do PT foi idealizado pelo jornalista Demerval Julio de Grammont¹²⁴ e desenhado pelo ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Hélio Vargas. A estrela vermelha com a sigla PT em branco é a principal marca do partido. A cor vermelha representa à luta da classe trabalhadora e a cor branca a paz. Todavia, durante a década de 1980, o símbolo do PT¹²⁵ teve a cor preta junto à cor branca e, também, em diversas ocasiões, embora de modo não oficial, a cor amarela. De acordo com o Estatuto do PT, modificado em 2007, além da bandeira, os *slogans* “OPTET” e “LULA LÁ” também são considerados marcas oficiais do partido.

¹²⁴ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 307.

¹²⁵ “O desenho da estrela, originalmente de contornos retos, coube a Hélio Vargas (já falecido), ilustrador do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Júlio de Grammont conta que, ao ser perguntado pelo ilustrador do porquê das cinco pontas da estrela e não quatro, respondeu: “Se tivesse três pontas, lembraria a Mercedes Benz. Se tivesse quatro, lembraria os brinquedos Estrela. Se tivesse seis, lembraria os judeus. Mas com cinco lembra Lamião, Che Guevara, Juventude”. Posteriormente, a cor preta foi retirada da bandeira por sugestão de Frei Betto, pois “lembrava a bandeira sandinista”. Restaram as cores vermelha e branca como referências à luta e à paz, na acepção do frei”. ALMEIDA, Tânia. Veja e a estrela petista: apropriações e sentidos. III Compolítica – PUC-SP – GT Marketing, imagem pública política. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/tania_almeida.pdf, acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Ilustração 1 – Antigas logomarcas do PT ¹²⁶Ilustração 2 – Logomarca atual do PT ¹²⁷

A construção do PT teve o propósito de unificar a classe trabalhadora na luta por melhorias nas condições de trabalho na sua mais abrangente dimensão. Para além das questões corporativas, a construção do PT também representou a necessidade de construir uma sociedade sem explorados e sem exploradores, democrática e soberana, contra o imperialismo e a dominação estrangeira.

¹²⁶ Partido dos Trabalhadores. Disponível em: www.pt.org.br, acesso em 10 de fevereiro de 2016.

¹²⁷ Ibidem.

2.1.3 O perfil da militância do PT

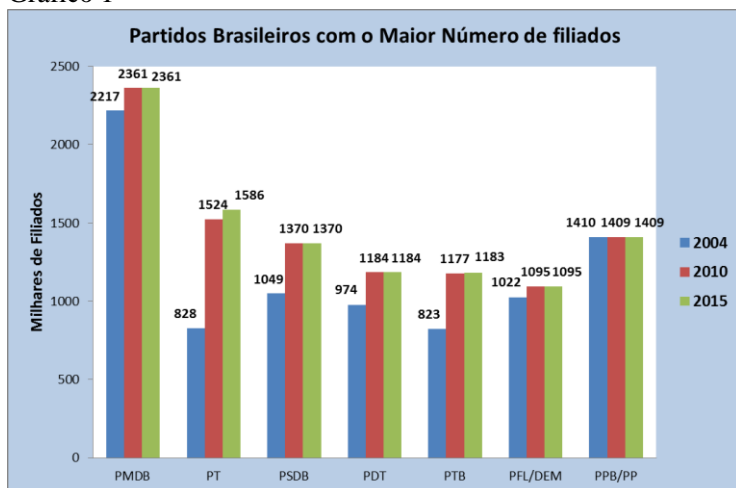
Com base nos relatos das lideranças petistas, procuramos identificar a compreensão teórica e participação política nas diferentes gerações de militantes. Diversas lideranças disseram que as diferenças de compreensão e participação estão relacionadas ao contexto vivenciado pelos militantes. Para Valter Pomar, “a maior parte da atual militância petista só conhece o “PT no governo federal”; não viveu a fase de oposição ao neoliberalismo, a luta contra a transição conservadora e contra a ditadura”.¹²⁸

Na medida em que o PT foi crescendo e adquirindo cargos de grande importância - especialmente após 2002, quando Lula foi eleito Presidente da República - houve um aumento considerável do número de filiados: “77,3% do filiados do PT ingressaram depois de 2001”, afirma Secco.¹²⁹ Observa-se no gráfico 1 que o PT é o segundo partido com maior número de filiados, atrás do PMDB. Entre 2004 e 2010, o número de filiados do PT praticamente dobrou. Ainda que o PT tenha crescido bem menos no período seguinte (2010 a 2015), o crescimento registrado pelos outros grandes partidos no mesmo período foi ainda menor.

¹²⁸ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

¹²⁹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 250.

Gráfico 1



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br>, acesso em 29 de novembro de 2016. Elaboração própria.

Segundo os relatos de Carlos H. Árabe, os diferentes níveis de consciência política da militância devem ser analisados de acordo com o contexto histórico e não apenas com os fatores internos do partido. Os grandes acontecimentos que marcaram as lutas políticas e sociais, como a “radicalização de 68” e a “grande significação de Che Guevara”, nas décadas de 1960 e 1970, bem como “a onda latinoamericana antineoliberal, surgida com Chávez” na virada do milênio, “interferem profundamente na cultura e na consciência política”¹³⁰, explica o dirigente da DS. Árabe também destaca que os programas de mudanças sociais adotados pelos governos petistas contribuíram para a filiação de setores populares, que antes votavam mais expressivamente em partidos da direita.¹³¹ Portanto, ampliaram-se as filiações de setores que representam as classes de renda mais baixa, que também são os setores de menor grau de instrução. Todavia, não se pode concluir automaticamente que baixos níveis de instrução (escolarização) signifiquem níveis ruins de compreensão e

¹³⁰ ÁRABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

¹³¹ Ibidem.

participação política. Militantes de determinados movimentos sociais do campo (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB), embora possuam, em média, baixa escolaridade, tendem a ter uma boa formação política que os auxiliam nas lutas por mudanças políticas e sociais.

Jacy A. Melo diz que ocorre “uma mudança das pessoas em função da realidade”. Para ele, existe maior despolitização dos novos filiados em razão dos diferentes momentos vivenciados. A luta contra a ditadura construiu na militância mais antiga uma capacidade maior de compreensão e de luta. Atualmente, porém, “há certa acomodação das pessoas em razão da realidade conjuntural que nós temos no país”.¹³² Além deste fator mencionado por Melo, vale acrescentar que o contexto da ditadura no Brasil, no final dos anos 1970, correspondia ao período da guerra fria e do mundo bipolar. Com o fim do socialismo no Leste Europeu, uma década mais tarde, houve a desesperança de muitos que se espelhavam no bloco soviético e viam nele uma alternativa real ao capitalismo.

Janeth Almeida identifica as mudanças no perfil da militância com as mudanças ocorridas no PT. Para ela, a militância “mais antiga” vivenciou uma fase de maior democracia interna no partido, “participando ativamente da organização partidária com condições de multiplicar informações e contribuir nos processos de formação política”. Mas “isso foi abandonado pelo PT”, lamenta. A burocratização associada a uma maior participação do PT na institucionalidade teria contribuído para estas mudanças. “A militância atual, em sua maioria, exerce cargos de confiança junto aos poderes executivo e legislativo e, com isso, assume trabalho burocrático e, paulatinamente, afasta-se das bases”, afirma a representante da AE. Mais adiante, Almeida faz duras críticas à democracia interna do PT: “os mandatos passaram a exercer papel importante nas negociações políticas, agindo de forma individualizada, sem haver reuniões entre a Comissão Executiva Nacional do PT e a bancada do

¹³² MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

partido e, tampouco, com as Executivas e bancadas estaduais...”.

¹³³

José R. Paludo considera que os níveis de compreensão e participação política estão relacionados com o tempo de filiação, ou seja, se o militante é filiado há mais tempo, mais ele tende a participar de atividades que exigem maior conhecimento teórico e maior é a sua participação nas atividades do partido. Para ele, a socialização é o fator que define a intensidade de participação do militante. Nesse sentido, os recém-filiados que não passaram por experiências de socialização no partido “têm baixa intensidade de participação”, explica o dirigente da MS.¹³⁴

Com base na experiência dos anos de juventude, particularmente a juventude rural, Fritsch relata que naquela época escrevia-se pouco e lutava-se muito; “hoje a nossa juventude faz muitos congressos, discute, escreve grandes textos, mas muito poucas lutas”. Para ele, é “preciso “contaminar” essa juventude para que ela também consiga entender qual é a disputa de classe que existe”.¹³⁵ Fritsch argumenta que as redes sociais são insuficientes para disputar a sociedade, pois é preciso contato direto com as pessoas. Eis um aspecto que diferencia as formas de fazer política entre as diferentes gerações de militantes. Somente há alguns anos é que as redes sociais passaram a representar um espaço de disputa de hegemonia. Vejamos o que diz Fritsch sobre a utilização dessas novas tecnologias:

Como fazer a disputa na sociedade usando as redes sociais? Antigamente não era assim. Antigamente se fazia as reuniões e se passava de casa em casa conversando com as pessoas. Só a rede social não resolve, tem que ter o contato, tem que ter a conversa, o afeto, o olho-no-olho, a pessoa tem que conhecer, não só a fotografia do *WhatsApp*. Esse é o gargalo que hoje, as gerações mais jovens da

¹³³ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

¹³⁴ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

¹³⁵ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

política não conseguiram perceber, que tem que fazer o processo de relação comunitária, pessoal. Porque é fácil difundir suas ideias [pelas redes sociais], mas não garante que tu cries adeptos, pessoas que pensam, discutam ou repicam o que você está discutindo. (...) É um grande desafio conseguir construir esse processo de mobilização.¹³⁶

Para Júlio Turra, o perfil da militância mudou radicalmente, pois “a militância que construiu o PT era da luta de classes”, do novo sindicalismo, da luta contra a ditadura, “era um partido militante com vocação para um partido de massas”. O partido foi perdendo estas características e, atualmente, poucos dirigentes do PT têm relação direta com os movimentos sociais. “Hoje em dia é um partido de burocratas, de carreiristas, de chefes de gabinetes, de assessores parlamentares (...). São homens do mundo político oficial”, critica o dirigente da OT.¹³⁷

Verificamos, com base nos relatos, que os “novos militantes” que ingressaram no PT a partir da década de 2000 são mais heterogêneos em termos de composição social. Portanto, muitos dos que se filiaram no PT no início do século XXI aderiram à “onda de crescimento” do partido, quando o governo Lula atingiu elevados índices de popularidade. No entanto, a partir do final de década de 2000, reduziu-se progressivamente o ritmo de filiações ao PT, em consequência do envolvimento de lideranças do partido em casos de corrupção e da ostensiva campanha difamatória feita pela grande mídia, visando construir na opinião pública a falsa ideia de que o PT é o partido mais corrupto do Brasil. Por outro lado, o crescimento da burocratização e da profissionalização da militância petista fatalmente prejudicou a democracia interna e o protagonismo das bases partidárias. Sem terem vivenciado as experiências mais intensas de luta da história do PT e sem adquirirem uma boa formação política, dificilmente os novos filiados poderão compreender as grandes transformações ocorridas no partido.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

2.1.4 A formação política e os meios de comunicação

Vários comentários de lideranças apontaram que a formação política no PT é bastante precária e fragilizada. Segundo Paludo, “o partido oferece ‘discursinhos’ para novos filiados, [mas] a formação ideológica tem cada vez menos espaço dentro do PT”.¹³⁸ Portanto, o PT carece de oferecer uma formação de qualidade direcionada aos novos filiados, principalmente do ponto de vista teórico. Para Paludo, a militância petista tende a adquirir formação em outras atividades do partido, cujos objetivos não são especificamente a formação teórica, como seminários, encontros locais, estaduais e nacionais, debates sobre programas de governo.¹³⁹ Segundo Fritsch, “a Fundação Perseu Abramo tenta resgatar, mas está muito mais na lógica de análise de conjuntura e política econômica do que propriamente no debate mais ideológico”¹⁴⁰

Turra é outra liderança petista que tece várias críticas à formação oferecida pelo PT. Para ele, na origem do partido, os cursos de formação política tiveram grande importância. No entanto, os cursos “hoje em dia são de uma pobreza franciscana”, avalia. A baixa qualidade da formação reflete a crise atual do PT, na qual a política de conciliação de classes impôs “limites extraordinários para o desenvolvimento do partido operário”. Portanto, “a conciliação de classes acaba destruindo o partido operário, não o partido da burguesia, que continua agindo sem limites na sua atuação”, conclui o dirigente cutista.¹⁴¹

Para Raul Pont, o PT enfrenta uma crise de crescimento e uma dificuldade em renovar as suas lideranças políticas, com a mesma qualidade, experiência e formação das lideranças políticas do final dos anos 1970. O crescimento acelerado de cargos relativos às funções de governo e representação parlamentar tem exigido a renovação dos quadros do partido. “Não conseguimos fazer uma formação e renovação a altura dos desafios assumidos”,

¹³⁸ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

¹⁴¹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

avalia. Ao contrário de Paludo e Turra, Pont considera que “os cursos de formação e a escola de quadros existem e de qualidade, o problema é dar conta das tarefas nas condições brasileiras”.¹⁴²

Nelson Padilha explica que a falta de referencial teórico da militância tem ofuscado a proposta do socialismo petista. Como Lênin¹⁴³, ele argumenta que não se “pode ter uma prática revolucionária sem ter um referencial teórico bem estabelecido, e o nosso referencial teórico enquanto coletivo partidário está cada vez mais fragilizado...”. Para ele, a necessidade de se travar as lutas cotidianas tem relegado a formação teórica. A falta de formação teórica e de comprometimento com os princípios do partido proporciona práticas contraditórias que se opõem aos interesses da classe trabalhadora e até mesmo a uma conduta ética adequada. Vejamos um trecho do relato de Padilha:¹⁴⁴

Sinto falta, não vou dizer de uma normatização, mas de um referencial teórico um pouco mais elaborado e um pouco mais empoderado nas ações dos nossos dirigentes petistas. Eu vejo político petista, vereador, deputado, se comportando como se não fosse petista. Eu tenho a clareza de que muita gente veio para cá na condição de usuário da força da sigla e vota com o opressor o tempo todo. (...) Eu vejo petista aprovando moção de repúdio à greve. Eu vejo vereador petista tirando a tratativa sobre gênero dos planos municipais da educação. Acredito que se faz cada vez mais importante a formação... (...) Dessa forma, a gente acaba vendo companheiros em gabinetes, com poder, tendo posturas extremamente conservadoras, extremamente contraditórias como petistas. A gente

¹⁴² PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

¹⁴³ “Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. Frase extraída da obra: LENIN, V. I. Que hacer? Moscou: Progreso, 1981, p. 64.

¹⁴⁴ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

infelizmente ainda vê petista batendo na esposa, (...) vê muita coisa que não combina com o nosso referencial original.¹⁴⁵

Além da Secretaria Nacional de Formação Política, que faz parte da Secretaria Executiva do PT, as outras organizações responsáveis pela formação são a Fundação Perseu Abramo e a Escola Nacional de Formação. A Fundação Perseu Abramo foi fundada em 1996 com o objetivo de “desenvolver atividades como as de reflexão política e ideológica, promoção de debates, estudos e pesquisas”. Algumas das principais atividades realizadas pela Fundação Perseu Abramo são: “recuperação da memória e história do PT; reflexão ideológica, política e cultural; socialização do patrimônio político-ideológico-cultural acumulado, pesquisas de opinião pública”.¹⁴⁶

Criada durante o 3º Congresso Nacional do PT (2007), a Escola Nacional de Formação tem o objetivo de realizar a política nacional de formação de forma permanente, adotando “por princípio dos processos de formação o socialismo democrático”¹⁴⁷. Eis algumas das principais atividades promovidas pela Escola: “cursos para novos filiados e militantes de base; Jornada Nacional de Formação: para filiados, militantes e dirigentes; curso para Juventude; curso sobre feminismo e poder; curso sobre a questão étnica e racial; curso sobre política; cursos para candidatos (as); cursos para vereadores (as), prefeitos (as) e militantes de governos petistas”¹⁴⁸.

Outro instrumento que contribui para a formação da militância petista é a revista Teoria e Debate. Criada pelo Diretório Regional do PT de São Paulo, em 1987, a revista adquiriu expressão nacional e passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo. Tendo como propósito a formação teórica da militância petista, a Teoria e Debate apresenta temas pertinentes à esquerda nacional e internacional, com ênfase em economia,

¹⁴⁵ Ibidem.

¹⁴⁶ Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/content/historico-0>, acesso em 03 de março de 2016.

¹⁴⁷ Escola Nacional de Formação. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/node/10>, acesso em 03 de março de 2016.

¹⁴⁸ Idem.

sociedade e cultura. A partir de 2011, o conteúdo da revista passou a estar disponível na internet.¹⁴⁹

Ainda que o PT disponibilize uma abrangente e diversificada produção teórica nos portais da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação, a maioria dos entrevistados afirmou que a formação é muito frágil e debilitada, principalmente em relação à teoria, o que contribui para que haja uma excessiva heterogeneidade ideológica na militância petista, que em muitos casos se contrapõe aos princípios do partido.

2.1.5 As instâncias decisórias

Respeitando a ordem de importância, as principais instâncias de deliberação das políticas nacionais do PT são: “I – Congresso Nacional; II – Encontro Nacional; III – Diretório Nacional; IV – Comissão Executiva Nacional; V – Setoriais Nacionais; VI – Juventude do PT”¹⁵⁰. Nos congressos nacionais do PT são analisadas, discutidas e deliberadas questões referentes à atuação política, ao programa, à organização ou funcionamento do partido. O Diretório Nacional tem a competência de convocar o Congresso Nacional, sendo que este deverá ocorrer após a realização de Congressos Estaduais e Municipais, de modo que seja assegurada ampla participação das bases partidárias.¹⁵¹

Os Encontros Nacionais são convocados pelo Diretório Nacional ou pela Comissão Executiva Nacional, nos casos de escolha de candidatos a presidência e vice-presidência ou em função de posicionamento do partido em relação às eleições nacionais. Os Encontros Nacionais também podem ser convocados para: “apreciar o relatório da gestão do Diretório Nacional”; “convocar novo Processo de Eleição Direta (PED)”; “apreciar, em grau de recurso, deliberação do Diretório Nacional

¹⁴⁹ Revista Teoria e Debate. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/a-revista>, acesso em 04 de março de 2016.

¹⁵⁰ Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Alterações ao Estatuto do PT aprovadas de acordo com as normas estatutárias e legais, registradas na ata da reunião do DN de 12 de dezembro de 2013, p. 30. Disponível em: http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/estatuto_pt_2012_-_versao_final_registrada.pdf, acesso em 04 de março de 2016.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 31.

que destituir Comissão Executiva Estadual”; “aprovar os planos e metas de ação do Partido”. Participam do Encontro Nacional do PT os delegados (as) eleitos no Processo de Eleições Diretas - PED ou escolhidos nos Encontros Estaduais.¹⁵²

O Diretório Nacional é constituído por no máximo “82 (oitenta e dois) membros efetivos, mais o presidente nacional eleito, ou presidenta, o senador, ou senadora, líder da Bancada do Partido no Senado e o deputado, ou deputada, líder da Bancada na Câmara Federal”. São algumas funções do Diretório Nacional: intervir nos Diretórios Estaduais para o seu adequado funcionamento e “administrar a instituição partidária em conformidade com os princípios constitucionais e partidários”.¹⁵³

A Comissão Executiva Nacional é formada pelas funções de presidente (a), cinco vice-presidentes (as), e diversas secretarias, tais como: “Geral, de Organização, de Finanças e Planejamento, de Formação Política, de Movimentos Populares, de Comunicação e de Relações Internacionais”, além dos “líderes das Bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. As funções da Comissão Executiva Nacional são: “I - executar as deliberações do Diretório Nacional; II - convocar reuniões do Diretório Nacional; III – convocar o Encontro ou o Congresso Nacional; IV – solicitar perante a Justiça Eleitoral a anotação de seus membros e do Diretório Nacional”.¹⁵⁴

Os Setoriais são instâncias cuja função é a de estabelecer elos entre os filiados (as) do PT e os movimentos sociais. Os Núcleos Setoriais têm seu funcionamento junto às Secretarias Setoriais, que são distribuídas por diferentes funções, tais como: combate ao racismo, mulheres, questão agrária, meio ambiente e desenvolvimento, cultura, questão sindical, movimentos populares e políticas setoriais.¹⁵⁵ Por fim, a Juventude do PT (JPT) é uma instância voltada para a atuação dos filiados (as) jovens (até 29 anos), através do “diálogo e intervenção junto aos diferentes movimentos sociais”.¹⁵⁶

¹⁵² Ibidem, p. 28.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 29.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 31.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 24.

2.2 BREVE HISTÓRIA E APRESENTAÇÃO DO BE

2.2.1 O contexto em que nasceu o BE

As raízes do BE remontam às organizações que existiram durante a ditadura portuguesa. A Revolução dos Cravos de 1974 foi o acontecimento político que pôs fim a ditadura chefiada por António de Oliveira Salazar, que havia vigorado por 41 anos em Portugal (quase duas vezes mais duradoura que a ditadura instituída no Brasil em 1964).

A Revolução dos Cravos, mais conhecida em Portugal como Revolução de 25 de Abril, ainda faz parte da memória do povo português e, de certa maneira, permanece viva como uma experiência que poderia ter conduzido Portugal a um regime socialista. De acordo com um dos fundadores do BE, o ex-deputado Francisco Louçã, um dos principais empecilhos para a condução ao socialismo durante o período revolucionário foi a crise nos modelos dos países do Leste Europeu. Para ele, havia a necessidade de “invenção de uma nova alternativa, que era a redescoberta do socialismo (...) como força emancipatória e libertadora, [que] não estava feita e está por fazer”. Outro problema decorrido do processo revolucionário nos anos 1974-1975 foi o descompasso entre o ritmo acelerado da desagregação dos aparelhos de Estado, em relação ao ritmo lento de construção de alternativas de participação popular. Como observa Louçã, as comissões de trabalhadores criadas durante o período revolucionário “eram alternativas de representação e não alternativas de poder. (...) O aparelho de Estado se desagregava muito mais depressa, por força da divisão das forças armadas, do que a estrutura da alternativa política”¹⁵⁷. Embora a revolução não tivesse conduzido Portugal a um regime socialista, ela proporcionou o fim de uma ditadura fascista e a construção de um regime democrático. Louçã explica a importância da revolução de 25 de Abril:

Quando pensamos no 25 de abril, pensamos não só na história dessa revolução contida nas fronteiras do tempo, mas num processo político de enorme consequência que é a criação de

¹⁵⁷ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida a Pedro Loureiro. Contas à Vida. Ed. Sete Caminhos, 2005. Disponível em www.viriatoteles.com/net/livros/contas-a-vida/francisco-louca. Acesso em 30 de novembro de 2013.

uma democracia por via revolucionária: a destituição de uma ditadura e a alteração (em alguns casos absolutamente superficial, noutros casos muito profunda) das relações políticas, institucionais, culturais e sociais em Portugal.¹⁵⁸

Durante o período revolucionário, protagonizado pela união entre a sociedade civil organizada e os militares (Aliança Povo-MFA)¹⁵⁹, ocorreram importantes reformas, tais como: o fim da polícia política e da censura, a legalização de partidos e sindicatos, a libertação de presos políticos, a nacionalização de empresas estatais e a independência das colônias africanas e do Timor Leste¹⁶⁰. Porém, a ausência de participação popular na definição dos rumos políticos adotados durante o processo revolucionário, bem como as dificuldades em construir um modelo de democracia participativa que favorecesse a criação de um projeto socialista, contribuiu para a ascensão de forças políticas conservadoras, já no primeiro Governo Constitucional¹⁶¹, a partir de 1976. Ao assumir o governo, Mário Soares¹⁶², do

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Aliança firmada entre os movimentos populares e o Movimento das Forças Armadas – MFA, cujas propostas eram o fim do regime ditatorial em Portugal e a libertação das colônias portuguesas na África. Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Universidade de Coimbra. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>, acesso em 30 de novembro de 2016.

¹⁶⁰ A independência timorense em relação a Portugal durou apenas dez dias, quando foi anexada pela Indonésia em 1975. A independência plena do Timor Leste só aconteceu em maio de 2002, quando as tropas indonésias se retiraram após 27 anos de invasão. Entre 1975 e 1999, morreram cerca de 200.000 timorenses, cerca de um terço da população total do país. “Apenas dez dias após a proclamação da independência, iniciou-se em 07 de Dezembro de 1975 a invasão de Timor pela Indonésia. Preparada durante meses pelo Exército deste país com o apoio logístico da administração Gerald Ford, dos EUA, sua intenção era promover a Integrasi, ou seja, a anexação do Timor-Leste à Indonésia.” WALDMAN, Maurício. Geografia do Timor-Leste. Disponível em <http://www.timorcrocodilovoador.com.br>, acesso em 07 de março de 2014.

¹⁶¹ Após a Revolução dos Cravos, entre 16 de maio de 1974 e 23 de julho de 1976, instalaram-se em Portugal seis Governos Provisórios representados por Palma Carlos, Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo. O primeiro Governo Constitucional teve início em 23 de Julho

Partido Socialista (PS), impôs uma política liberal, distanciando-se das propostas socialistas.

Durante mais de duas décadas, o Partido Comunista de Portugal (PCP) apresentou-se como o principal partido da extrema-esquerda portuguesa, enquanto o PS era percebido como um partido de centro-esquerda. Ao longo destes anos, as organizações que no final do milênio fundariam o BE não obtiveram muito sucesso eleitoral. O fato político que antecedeu a aproximação entre as organizações foi o referendo sobre a legalização do aborto ¹⁶³, realizado em 1988. O referendo produziu uma intensa disputa que mobilizou amplos setores da sociedade portuguesa. A luta pela legalização do aborto contou com o apoio da esquerda, que era muito fragmentada naquele contexto. Segundo Jorge Costa, a derrota apertada daquele referendo motivou a unidade das organizações que fundaram o Bloco de Esquerda: “curiosamente, esse sentimento de derrota levou-nos à necessidade de nos encontrarmos. Mais do que um plano qualquer de unidade abstrata, foram as questões práticas que nos levaram a esse acordo...” ¹⁶⁴

de 1976 e terminou em 23 de Janeiro de 1978, tendo Mário Soares, do Partido Socialista, como Primeiro Ministro. “Estado de Barrancos. Os Governos da República Portuguesa, desde o 25 de Abril de 1974”. Disponível em: <http://estadodebarrancos.blogspot.com.br/2009/10/os-governos-da-republica-portuguesa.html>, acesso em 15 de outubro de 2015.

¹⁶² Mário Soares é um dos principais líderes da história do PS. Ele também foi presidente (no período de 1986-1996) e Primeiro-Ministro (nos períodos de 1976-1978 e 1983 – 1985). Disponível em: www.ps.pt, acesso em 02 de julho de 2015.

¹⁶³ Durante o referendo de 1998, a legalização do aborto foi rejeitada por uma pequena margem: 50,9% dos votos foram contrários e 49,1% dos votos foram favoráveis. Todavia, em 2007 houve outro referendo no qual 59,26% dos que votaram disseram sim a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras dez semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado, contra 40,75% dos que disseram ser contra a interrupção da gravidez nestas condições. RATTNER, Jair. Portugal aprova em referendo a legalização do aborto. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070211_abo rto, acesso em 10 de abril de 2015.

¹⁶⁴ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

O BE nasceu em um contexto de crise política em Portugal, caracterizado por uma greve geral contra políticas conservadoras que retiravam direitos sociais dos trabalhadores assalariados. Em 1999, manifestantes foram às ruas contra as guerras do Iraque (na ocasião, o então presidente de Portugal, Durão Barroso, havia apoiado à guerra) e do Timor Leste. Naquele ano, foi realizada na cidade de Porto Alegre - RS a primeira edição do Fórum Social Mundial¹⁶⁵, reunindo diversos movimentos sociais, associações, sindicatos e partidos de esquerda.

Aquele contexto marcado por greves e manifestações populares, serviu de ensejo para que algumas lideranças políticas se reunissem para criar o BE. Segundo Rui Maia, o BE não contou com o apoio de movimentos sociais consolidados para a sua formação, sendo influenciado principalmente por lideranças políticas.¹⁶⁶ Eis uma grande diferença em relação ao PT, que obteve, desde a sua fundação, o apoio de diversos movimentos sociais organizados, como os sindicatos da região do ABC paulista e os setores da Igreja Católica influenciados pela Teologia da Libertação.

2.2.2 Fundação e aspectos ideológicos do partido

O primeiro contato para a construção do Bloco de Esquerda foi feito por Luiz Fazenda e Fernando Rosas, pouco depois do referendo sobre a legalização do aborto. Nessa

¹⁶⁵ “Eu penso que o Fórum Social continua a ser muito importante porque ele também veio legitimar muitas das lutas intercontinentais, que não saem na imprensa e muito menos no nosso país... (...) Posso dar muitos exemplos para demonstrar como o Fórum Social Mundial continua vivo, através de muitas coisas que foram criadas por ele e alimentadas pelo fórum social: o primeiro é a Via Campesina... (...) Outro caso é o movimento das mulheres, a Marcha Mundial das Mulheres...” SANTOS, Boaventura de Souza. Depoimento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

¹⁶⁶ MAIA, Rui. Contribuição para o documento intitulado “O Rumo Estratégico do Bloco”, p. 2, disponível em: www.bloco.org, acesso em 25 de novembro de 2013.

conversa, falou-se sobre a criação de uma convergência que reunisse diferentes forças políticas da esquerda portuguesa. A ideia era fazer com que as esquerdas do PS e do PCP pudessem operacionalizar uma forma própria de intervenção política, mas, para isso, seria preciso abandonar o sectarismo que existia nas organizações políticas. Embora as correntes que originaram o BE tivessem histórias distintas, elas tinham uma afinidade ideológica fundamental: todas defendiam um “socialismo com liberdade”. “Éramos todos críticos das experiências soviéticas e outras. E isso criava afinidade”, explica Costa.¹⁶⁷

O BE (para a militância, simplesmente “Bloco”) foi formado a partir da fusão de três organizações de esquerda: a União Democrática Popular (UDP), o Partido Socialista Revolucionário (PSR) e a Política XXI (PXXI). Estas organizações tinham em comum uma plataforma teórica crítica ao “socialismo real”.¹⁶⁸ O PSR era membro do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI), de influência trotskista. A UDP se autoproclamava um partido socialista, anticapitalista e revolucionário. A PXXI foi constituída a partir da junção do Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral (MDP-CDE) com ex-militantes do Partido Comunista Português (PCP) e independentes. Também ingressaram no BE diferentes grupos como o movimento político Ruptura-FER e militantes de movimentos sociais diversos, incluindo feministas, sindicalistas, ambientalistas e representantes LGBT.

A reunião que antecedeu à fundação do Bloco de Esquerda aconteceu em Lisboa, no restaurante Lacerda, e contou com a presença de quatro das principais lideranças históricas da extrema esquerda portuguesa: Miguel Portas, representando a Política XXI, Luiz Fazenda, representando a UDP, Francisco Louça, representando o PSR, e Fernando Rosas¹⁶⁹, que naquele

¹⁶⁷ COSTA, Jorge. Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

¹⁶⁸ Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 25 de novembro de 2013.

¹⁶⁹ “O Fernando é catedrático de História na Universidade Nova de Lisboa e nesse momento não desempenha nenhum cargo nos órgãos de

momento não representava nenhuma organização, embora tivesse sido fundador do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP-MRPP) e diretor do jornal do partido, intitulado “Luta Popular”.

Antes de decidirem criar o Bloco de Esquerda, aconteceram diversas conversas e discussões sobre o entendimento do mundo, da Europa e de Portugal. Essa fase de reflexão, que incluía a análise da globalização capitalista e o que viria a ser uma estratégia socialista para o fim do século XX, serviu para que houvesse maior entendimento e convergência de opiniões entre aqueles que seriam os futuros líderes do novo partido.

No início de 1999, a ideia de criação do Bloco de Esquerda já estava mais madura e as reuniões, que ocorriam na sede da PXXI, passaram a contar com três representantes por organização e, inclusive, por algumas pessoas que não pertenciam a nenhuma organização. No mesmo ano, foi lançado o manifesto “Começar de Novo” - documento fundacional que definiu o Bloco de Esquerda como um novo movimento político sob a forma de partido. Vejamos os comentários de Rosas sobre o partido-movimento:

É preciso pensar numa nova forma de ser partido: uma forma plural, com entendimento sobre o essencial, transmitindo a diferença. (...) E eu acho que isso tem sido muito bem conseguido

direção do Bloco. Portanto, ele deixou a Mesa Nacional e a Comissão Política na última Convenção, continua a ter um papel muito importante como produtor de pensamento e, sobretudo, na dinamização de cursos e formação intelectual no âmbito da Cultra [Cooperativa, Cultura, Trabalho e Socialismo], é diretor da Vírus, é alguém que tem, digamos, uma participação muito mais do lado da produção de pensamento do que propriamente de produção política direta. O Fernando Rosas era o único que não tinha ligação com nenhuma das três grandes correntes fundadoras, mas já nessa altura era alguém que fazia muito bem uma articulação entre as três correntes, justamente como intelectual comprometido. O Fernando tinha sido dirigente do PCP, antes de 1974 e tinha sido dirigente de um partido maoísta que era o MRPP, foi candidato e diretor do jornal desse partido. O Fernando foi ainda candidato independente pelo PSR. Mas como independente. Ele nunca teve uma vinculação direta com nenhuma daquelas forças”. PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

pelo Bloco e tem sido a força decisiva do Bloco. É uma coisa que faz imensa confusão a todos os dogmáticos, a todos os sectários e a todos os velhos stalinistas recauchutados, porque é uma coisa que não é homogênea, que não tem pensamento único, um líder único.¹⁷⁰

O nome foi escolhido por Daniel Oliveira porque, naquele contexto, os militantes não queriam que o BE fosse simplesmente um partido, pensavam em algo que funcionasse como movimento, que fosse capaz de aglutinar diferentes forças políticas de esquerda, mas que também não fosse simplesmente uma coligação ou uma frente. Foi dado o nome Bloco de Esquerda, inspirado no Bloco Nacionalista Galego (BNG)¹⁷¹, e utilizado como símbolo uma estrela vermelha humanizada.

Ilustração 3 - Logomarca do Bloco de Esquerda



Disponível em: <http://www.avozdoalgarve.pt>, acesso em 22 de novembro de 2015.

¹⁷⁰ ROSAS, Fernando. Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Daniel. Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

Embora a adesão não tivesse sido unânime para as bases das três organizações, elas decidiram, por ampla maioria, integrar o BE. A assembleia de fundação do partido aconteceu em 28 de fevereiro de 1999. Segundo Rosas, “não é verdade que o Bloco tenha sido fundado entre massas de entusiastas, o Bloco foi fundado num meio de ceticismo, muita esperança e muita expectativa. A assembleia foi uma espécie de conferência inaugural onde muitos participaram por curiosidade”.¹⁷²

Os três partidos que fundaram o BE não tinham representação parlamentar. Algumas destas organizações chegaram a se unificar em outros momentos, porém, sem continuidade. Pureza explica que a UDP e o PSR tiveram candidaturas comuns às eleições parlamentares.¹⁷³ Além da aproximação entre estas duas forças políticas nos anos 1980, nos anos 1990, o PSR aliou-se ao grupo político dissidente do PCP, que, mais tarde, passou a constituir a PXXI. Elas uniam-se momentaneamente, constituindo coligações ou frentes em torno de alguma candidatura, mas depois se separavam, afirma João Madeira.¹⁷⁴

O jornalista e diretor da Vírus (revista teórica do Bloco de Esquerda), Luis Leiria, explica que o aspecto positivo em construir um partido a partir de um amplo espectro ideológico é a possibilidade de reunir pessoas vindas de correntes maoístas, trotskistas e do próprio Partido Comunista Português. “Foi possível juntar em termos de textos programáticos iniciais algumas correntes que no passado tinham divergências que pareciam insuperáveis, e isso, em minha opinião, refletiu, não só na evolução do processo político da esquerda, mas também na maturidade dessas correntes”.¹⁷⁵

Para Costa, o que levou a unificação das correntes em torno da proposta de construção do BE foi a necessidade de definir uma plataforma de intervenção política baseada na defesa do Estado social, na manutenção dos bens públicos (contra a

¹⁷² ROSAS, op. cit.

¹⁷³ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁷⁴ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁷⁵ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

ingerência neoliberal) e no reconhecimento dos direitos individuais, tais como os direitos LGBT e a luta pela descriminalização do aborto.¹⁷⁶ Porém, para que as diferentes correntes chegassem a um entendimento foi preciso evitar determinadas questões teóricas que pudessem comprometer a unidade do partido, como a velha discussão entre reforma e revolução, ou a forma como cada corrente interpreta a Revolução Russa ou mesmo a Revolução de 25 de Abril. Este é um problema que até hoje não foi resolvido, explica Miguel Cardina.¹⁷⁷

Segundo Madeira, a nova organização partidária visava “ultrapassar as questões de natureza ideológica que estavam muito cristalizadas”, mas que “tinham pouca importância em termos de tática”. As correntes fundadoras do BE chegaram à conclusão de que era em vão continuar dividindo a esquerda por questões ideológicas pouco relevantes para a interpretação da sociedade global na virada do milênio. Portanto, fazia-se necessária a construção de uma plataforma partidária que promovesse políticas concretas e que representasse uma força política capaz de aglutinar diversos setores da esquerda portuguesa, que não se via mais representada nem pelo PS nem pelo PCP.¹⁷⁸

Embora seja considerado um partido de centro-esquerda, muitos classificam o PS como de centro ou centro-direita, por fazer avançar as políticas neoliberais, como as privatizações e a redução do papel do Estado no âmbito social. Já o PCP é muito preso à ortodoxia marxista-leninista¹⁷⁹, contrapõe-se à diversidade de tendências e adota o “centralismo democrático”¹⁸⁰.

¹⁷⁶ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁷⁷ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

¹⁷⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁷⁹ O termo marxismo-leninismo tornou-se um pseudônimo para stalinismo. NETTO, José Paulo. O que é Stalinismo. Coleção Primeiros Passos. Nova Cultural – Brasiliense. São Paulo, 1985.

¹⁸⁰ Gramsci faz uma distinção entre o centralismo democrático e o centralismo burocrático. Um problema comum nos partidos que adotaram ou adotam o centralismo democrático é, justamente, a burocratização, a falta de democracia interna e a sobreposição da direção às bases partidárias. Gramsci criticava todos estes aspectos, daí a

Segundo o ex-deputado Luiz Fazenda, o PS passou a ser signatário da política de Tony Blair (social-liberalismo) e o PCP era incapaz de abraçar determinadas lutas que tinham relação com os direitos civis e com a modernidade. Portanto, “era preciso construir uma plataforma política que combatesse o neoliberalismo e que criasse outro tipo de representação plural no Parlamento, fora do monolitismo e da nostalgia soviética que transportava os partidos comunistas”, relata o dirigente da UDP.¹⁸¹

O governo de Antônio Guterres (1995-2002), considerado de “centro-esquerda, foi o maior recordista das privatizações em Portugal, e houve um retrocesso inclusive no âmbito dos direitos civis”, afirma Fazenda.¹⁸² Para Pureza, a experiência desse governo demonstrou que a diferença entre um governo do PS e um governo do Partido Social Democrata (PSD - principal partido da direita portuguesa) era muito reduzida. Naquelas circunstâncias, havia formado em Portugal um centro político entre o PS e o PSD, que consistia, basicamente, na mesma política, de modo que não havia nenhuma alternativa que pudesse fugir do chamado “rotativismo ao centro”. O BE surgiu como alternativa para quebrar esse rotativismo, explica o deputado bloquista.¹⁸³

(...) foi muito importante o referendo sobre o aborto, em que o Primeiro Ministro [Antônio Guterres] impediu que houvesse uma solução no parlamento, onde a esquerda tinha maioria, e passou a questão

expressão “centralismo burocrático”, que também era uma crítica ao Partido Comunista da URSS. Porém, muitos partidos que, inspirados em Lênin diziam defender o centralismo democrático (sobretudo partidos marxista-leninistas e trotskistas), ficaram conhecidos pela burocratização, rigidez e por não permitirem a existência de tendências. Para se diferenciar destes partidos e não incorrer nestes mesmos problemas, o BE e o PT adotaram o sistema de tendências internas ao invés do centralismo democrático.

¹⁸¹ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

para referendo, portanto, blindou, bloqueou essa decisão no parlamento. Mas era, sobretudo, a claríssima evidência que se estava a formar e estava a consolidar um centro político entre o PS e o PSD, entre o centro-esquerda e o centro-direita, que eram duas versões da mesma política, basicamente, portanto, sem nenhuma alternativa efetiva.¹⁸⁴

Portanto, o BE constituiu-se numa experiência importante para as esquerdas por conseguir unificar e centralizar em torno de um partido diferentes organizações de distintas matrizes teóricas vindas do marxismo. Uma realidade muito comum nas esquerdas, não somente em Portugal, mas também no Brasil e em outras partes do mundo é a desunião e a fragmentação de partidos, movimentos e organizações, algumas vezes, por questões pouco relevantes do ponto de vista tático, outras, por pequenas discordâncias teóricas. Além de unificar as diferentes organizações de esquerda em torno de bandeiras e compromissos políticos essenciais, como a luta contra as políticas neoliberais e a defesa de uma sociedade anticapitalista e socialista, a experiência de construção do BE procurou fazer uma leitura atualizada do marxismo, opondo-se ao sectarismo e a ortodoxia economicista que caracterizaram o “socialismo real”.

2.2.3 O perfil da militância do BE

Decorridos 16 anos da fundação do Bloco de Esquerda, procuramos identificar algumas diferenciações entre o perfil da militância “mais antiga”, que participou do processo de construção do partido, e o perfil da militância “mais recente”, que se filiou há menos tempo. Para Carujo, há várias gerações de militantes no BE: uma mais politizada, que possui a formação política dos anos 1970, quando participava das antigas organizações e, com o passar dos anos, veio a mudar algumas de suas posições; segunda geração que tem a “escola do Bloco”, por ser formada politicamente no partido; e uma terceira geração de militantes (ou filiados que não são necessariamente militantes) menos politizados, que aderiu ao BE por questões específicas,

¹⁸⁴ Ibidem.

principalmente por influência de Francisco Louçã, que foi um líder de muito carisma que dirigiu o partido entre 2000 e 2012. São pessoas que se simpatizam com Louçã, são muito influenciadas pelos telejornais e não têm necessariamente uma boa formação de esquerda. Estes militantes filiam-se período de expansão do partido e depois há um declínio, explica Carujo.¹⁸⁵

Muitas pessoas aderem ao Bloco de Esquerda porque concordam com ele. Aderem ao “partido Francisco Louça”, aderem ao partido midiático... (...) Essa militância via-se na forma como o Bloco de Esquerda fazia política, na forma como ele tocava os governos, na forma como procurava alternativas de cunho concreto, mas não tinha nenhuma base ideológica. Havia alguns que oscilavam entre a esquerda e a direita.¹⁸⁶

Costa diferencia os militantes do BE em dois grandes grupos: os que passaram pela experiência de pertencer a grupos sem representação parlamentar, portanto, os que já militavam politicamente antes da fundação do BE; e os que se formaram politicamente no BE e, portanto, estão mais acostumados com a vida institucional do partido do que com as experiências de participação nos movimentos sociais.¹⁸⁷ Para o dirigente bloquista, o aspecto mais determinante na caracterização das gerações de militantes é “se elas tiveram ou não a oportunidade de passar por experiências de luta de massas”. Costa relata que sua experiência mais importante foi a de ter construído a luta estudantil, nas manifestações contra as propinas, que envolveram milhares de estudantes. Para ele, nem a formação política é mais importante que a experiência de luta concreta, que se faz no dia-a-dia, junto aos movimentos sociais.¹⁸⁸ Vejamos o que ele diz sobre as lutas concretas:

¹⁸⁵ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ Ibidem.

¹⁸⁸ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

Eu passei pela luta estudantil... (...) E foi a experiência mais importante que eu podia ter tido, não acho que haja nenhuma outra que pudesse ter a importância que essa teve, nem a formação política – claro que tem importância, é indispensável, mas nada é comparável. (...) Essa foi à experiência mais importante, associada, é claro, depois, com a formação política. As pessoas, quando passam pela experiência, sentem a necessidade de uma teoria que as auxilie, de uma teoria que as apoie na evolução da sua condição política, e é aí que vão procurar aprofundar no marxismo, aprofundar nas ideias. Quando as ideias e a doutrina não vêm acompanhadas de uma experiência social concreta, elas correm o risco de se cristalizar e se transformar numa coisa que já não é um guia para a ação, mas sim, um dogma. (...) Eu creio que é essencial o contato com o marxismo, mas isso releva mais da curiosidade, da vontade pessoal, do interesse pessoal do que da imposição, de uma espécie de currículo letivo dentro do Bloco ou de qualquer partido.¹⁸⁹

Quando Costa diz que “essa foi à experiência mais importante, associada, é claro, depois, com a formação política”, ele atribui valoração maior à sua experiência prática, a partir da luta concreta, do que propriamente à teoria. No entanto, Gramsci, ao criticar o mecanicismo irá dizer que a teoria não pode ser entendida como complemento e acessória da prática, pois, sendo igualmente importantes ambas se complementam. Portanto, não há para Gramsci distinção qualitativa entre a teoria e a prática, entre a consciência e a ação, elas têm igual valor e estão interrelacionadas. Segundo Costa, depois que as pessoas passam pela experiência de luta concreta é que elas sentem a necessidade da teoria que as auxilie, ou seja, depois da experiência é que elas vão “procurar aprofundar o marxismo e aprofundar as ideias”. No

¹⁸⁹ Ibidem.

entanto, segundo Gramsci, nem a prática é anterior à teoria, nem a teoria é anterior à prática. O que seria da experiência prática se os militantes não tivessem a mínima compreensão teórica dos propósitos e das motivações sociais que engendraram a luta concreta? Portanto, a experiência social concreta é inviável sem que ela venha acompanhada, ainda que minimamente, de algum suporte teórico, isto é, sem que ela esteja minimamente vinculada às ideias que impulsionam a ação.

Fazenda diferencia as novas das antigas gerações de militantes pelo fato destas últimas terem tido determinadas experiências que as outras não tiveram. Como as gerações mais novas não viveram a guerra fria nem o período revolucionário seria preciso explicar a elas como os diferentes movimentos de esquerda foram se constituindo ao longo do século XIX e principalmente nas últimas décadas do século XX. Fazenda elenca diversos temas necessários à formação das novas gerações de militantes, como a Guerra Fria, a União Soviética, da crise dos mísseis, a OTAN e Pacto de Varsóvia.¹⁹⁰

A necessidade de renovação dos quadros é uma prioridade para o Bloco de Esquerda. Há uma “passagem de testemunho” entre a geração dos fundadores e a nova geração, explica Leiria. É cada vez mais comum a presença de quadros jovens, que não passaram pela experiência do PREC (Processo Revolucionário em Curso)¹⁹¹, ocupando funções importantes no partido e no parlamento. Vejamos o que diz Leiria sobre essa renovação:

É visível, nos dirigentes que tomaram atualmente a Comissão do Bloco, que são muito mais jovens que os fundadores, que estão todos na casa dos sessenta anos. Portanto, a porta-voz do partido

¹⁹⁰ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

¹⁹¹ Leiria explica o significado do termo PREC, que é muito citado em Portugal. “Em termos gerais, quando se fala no PREC se fala nos anos desde abril de 1974 até 1978, ainda que o PREC especificamente termine em 25 de novembro de 1975: vai do período revolucionário até a consolidação do chamado Estado democrático que é o que existe atualmente. O PREC virou um jargão da esquerda portuguesa e até da direita”. LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

atualmente, a Catarina Martins, não tem quarenta, o líder parlamentar, Pedro Filipe Soares, também não tem. É também uma política consciente o partido fazer um esforço de renovação na sua direção. Temos bastantes militantes jovens também nas listas de deputados. Eu acho que faz parte da transição.¹⁹²

Segundo Leiria, a geração que vivenciou o PREC estudava mais “o seu marxismo” e era influenciada pela linha marxista de sua organização, seja trotskista a exemplo do PSR, seja maoísta a exemplo da UDP. Já a geração atual concebe o marxismo de forma mais “ecumênica”.¹⁹³ Há aí duas questões sobrepostas: a necessidade de renovação do marxismo e a importância da formação teórica. Veremos adiante como o BE lida com estas questões.

Verificamos que o perfil da militância do BE é heterogêneo e um fator que contribuiu decisivamente para isso foi o ingresso de pessoas no partido em distintos momentos históricos. Alguns vivenciaram a luta armada no período da ditadura salazarista e pertenciam a organizações que se unificaram para a formação do BE; outros participaram dos movimentos sociais e políticos na virada do milênio, como as manifestações antiglobalização e os fóruns sociais; outros se filiaram recentemente, quando o BE já tinha uma expressiva representação parlamentar e estava nacionalmente consolidado. Portanto, as diferenças de formação teórico-ideológica, bem como as diferenças de intensidade de participação política (seja institucionalmente, seja nos movimentos sociais e populares) estão relacionadas aos diferentes contextos históricos.

2.2.4 A formação política e os meios de comunicação

As lideranças entrevistadas foram unânimes em considerar que o Bloco de Esquerda ainda tem muito a avançar em termos de formação política. Carujo diz que “há uma descontinuidade nos

¹⁹² LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

¹⁹³ Ibidem.

“cursos de formação”¹⁹⁴. Cardina explica que pelo fato de o partido ter se constituído por distintas organizações políticas e para evitar que determinadas questões comprometessem a unidade interna, a formação acabou ficando para que as próprias correntes se incumbissem de fazê-la.¹⁹⁵ Fazenda reconhece que os “cursos [oferecidos pelo BE] são frágeis e débeis”¹⁹⁶.

O acampamento Liberdade é uma das atividades promovidas pela juventude do BE que envolve a formação política. Madeira conta que os discursos produzidos nos acampamentos “são introduzidos nos debates internos do Bloco”.¹⁹⁷ A juventude do partido também organiza um evento chamado “Marxismos da Gaveta para Fora”, que são cursos descentralizados sobre autores do marxismo, explica Costa.¹⁹⁸

O Fórum Socialismo é a principal atividade nacional de formação política promovida pelo BE. O evento acontece anualmente, no final de agosto, tem duração de quatro dias e consiste na apresentação de diferentes conferências, debates, palestras e painéis sobre variados assuntos. Para proferir as palestras também são convidados “especialistas em determinadas áreas que vêm de fora do Bloco”, afirma Leiria.¹⁹⁹

O Bloco, obviamente, têm vários momentos de formação política, para jovens, na área sindical, tem o [Fórum] Socialismo, que acontece todos os anos, que é um momento de debate, onde chamamos gente que tem trabalho acadêmico ou militante em determinados aspectos que se queira aprofundar, ou

¹⁹⁴ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁹⁵ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

¹⁹⁶ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

¹⁹⁷ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁹⁸ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁹⁹ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

gente que milita em outras áreas políticas à esquerda... Temos o “Socialismo”, temos o “Liberdade”, que é o fórum da juventude.
200

Os meios de comunicação do partido também contribuem para a formação política, como a revista Vírus, que tem importância na formação ideológica da militância, e o portal de notícias esquerda.net., que possui um número grande de acessos. Leiria, que é membro da equipe de redação do portal, explica que o esquerda.net procura ser um meio de informação alternativo, cujas notícias não interessam somente ao BE. Os dossiês sobre variados temas apresentam vários posicionamentos. Diferentemente da esquerda tradicional, cujos veículos de informação procuram “dar a linha”, dizer “o que o militante deve pensar”, o portal Esquerda.net procura apresentar diferentes posições sobre o mesmo assunto.²⁰¹ Eis a explicação do redator do portal:

O Esquerda.net só é posição do Bloco quando é um artigo assinado por um dirigente do Bloco, senão, não necessariamente é posição do Bloco. (...) O que nós queremos? Nós queremos que os militantes tirem a suas conclusões, e eu acho que mesmo em termos de formação política isso é muito melhor do que dizer: você tem que pensar assim. Bom, mas e quem pensa “assado”, não terá razão também? Não estou a dizer que nós sempre consigamos fazer esses dossiês com várias posições, às vezes é impossível. Recentemente, fizemos um dossiê sobre o Estado Islâmico. Não colocamos ninguém a favor do Estado Islâmico, porque aí já é demais. Mas na medida do possível, nós tentamos por todas as posições.²⁰²

²⁰⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

²⁰¹ LEIRIA, op. cit.

²⁰² Ibidem.

Uma organização que tem contribuído na área da formação é a Cooperativa Cultura, Trabalho e Socialismo (Cultra), que não pertence ao BE, mas “faz um trabalho de fronteira em termos de debate, de formação, de diálogo com algumas áreas da esquerda”²⁰³, diz Cardina. A Cultra “organiza também cursos de formação descentralizados, sobre temas de formação anticapitalista, socialista, apresenta autores do marxismo, etc.”²⁰⁴, afirma Costa. Muitos dirigentes e ex-dirigentes do BE participam da Cultra, que “às vezes cumpre o papel de formação que o Bloco não cumpre”²⁰⁵, comenta Carujo.

Madeira diz que a Cultra nunca teve, “formalmente, caráter de escola do partido”. Porém, ele considera que o BE não está errado em não ter uma escola de quadros, o que remonta à tradição leninista. Como o partido se preocupa em “não homogeneizar o pensamento dos jovens, principalmente em questões de natureza de civilização, de produzir costumes, de valores”²⁰⁶, o Bloco prefere não ter uma escola de quadros, explica. Nisso há uma diferença frontal com Gramsci, que defendia que o partido formasse suas lideranças, produzisse seus intelectuais orgânicos. Para o filósofo sardo, a produção de novos costumes e valores está diretamente relacionada à disputa de hegemonia e a construção de uma nova sociedade.

Pureza considera importante que os cursos de formação tenham por princípio a pluralidade, evitando a sobrevalorização de algumas lutas em detrimento de outras, como por exemplo, a sobrevalorização de questões relativas ao mundo do trabalho em detrimento de questões relacionadas às lutas por emancipações das chamadas “minorias sociais”, como as lutas contra o racismo, o machismo, a homofobia, etc. Outra questão que ele coloca como relevante é “a pluralidade de perspectivas que os marxismos têm vindo a apresentar ao longo do tempo para abordar os fenômenos sociais”, isto é, que os cursos de formação apresentem temas diversificados e com matrizes teóricas distintas sobre o marxismo. Para ele, o BE tem privilegiado dois eixos de

²⁰³ CARDINA, op. cit.

²⁰⁴ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

²⁰⁵ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

²⁰⁶ Ibidem.

formação: “1) formação para a análise da realidade; 2) formação para o ativismo em várias áreas de atuação social e política, desde o feminismo até a luta juvenil, etc.”.²⁰⁷

2.2.5 As instâncias decisórias

Apresentamos sucintamente as principais instâncias deliberativas nacionais do BE, bem como as suas principais características e funções. A principal instância deliberativa é a Convenção Nacional (equivale ao Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores), que ocorre ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente quando convocada pela Mesa Nacional ou por dez por cento dos aderentes (filiados). A Convenção Nacional “delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe realizar as eleições para a Mesa Nacional e para a Comissão de Direitos” Também é função da Convenção Nacional decidir pela adesão ou não do BE às organizações internacionais interpartidárias. Participam da Convenção os delegados eleitos nos encontros de base do partido.²⁰⁸

A Comissão de Direitos (Art. 9º) equivale a um conselho fiscal: tem o objetivo de zelar pela aplicação dos Estatutos em todos os níveis do Bloco de Esquerda, além de outras funções de fiscalização e apoio ao cumprimento das normas estatutárias.

A Mesa Nacional (Art. 10º) equivale à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores. “É o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento”.²⁰⁹ Para evitar se transformar em um partido profissionalizado, o BE estabelece em seu Estatuto que pelo menos 50% dos ocupantes da Mesa Nacional não exerçam cargos remunerados, sejam eles de assessoria ou mediante mandato eletivo. “A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de

²⁰⁷ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

²⁰⁸ Estatutos – versão atualizada, incluindo as alterações aprovadas na IX Convenção Nacional, de 22 e 23 de dezembro de 2014.

²⁰⁹ Ibidem.

assessoria a representantes eleitos pelo Movimento”²¹⁰. A composição da Mesa Nacional, de acordo com o Estatuto do BE, observará ainda os seguintes critérios: o princípio da paridade de gênero (que deverá ser de 50% para homens e 50% para mulheres) e “a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional”²¹¹. Cabe ressaltar que somente em 2014, a partir da IX Convenção Nacional, que ficou decidida a paridade de gênero, bem como a proporcionalidade da composição da Mesa Nacional em função da votação das diferentes moções durante a Convenção Nacional. Antes da IX Convenção, toda a Mesa Nacional era constituída pela Moção vencedora e não havia paridade de gênero. Algumas das várias funções da Mesa Nacional são: aprovação da lista de candidatos ao Parlamento Europeu e a definição das linhas de orientação política dos eleitos.

A Comissão Política, definida pelo Artigo 11º do Estatuto do Bloco de Esquerda, é o órgão “que assegura a direção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva”. Também cabe a Comissão Política eger um porta-voz ou um conjunto de porta-vozes, que é o cargo de maior importância no BE, equivalente à função de presidente no PT.²¹²

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem.

²¹² Ibidem.

CAPÍTULO III - O GRANDE E O PEQUENO PRÍNCIPE MODERNO

Com base nas entrevistas e documentos oficiais, analisamos a influência do marxismo e a contribuição teórica de Gramsci no PT e no BE, bem como as semelhanças e diferenças entre estes partidos e a concepção gramsciana de partido.

3.1 A INFLUÊNCIA GRAMSCIANA NO PT

3.1.1 A contribuição teórica do marxismo

Ainda que conviva internamente com várias tendências marxistas, o PT nunca se definiu como marxista, e sim como um partido socialista e democrático, que pretende superar as experiências históricas, tanto da socialdemocracia, quanto do “socialismo real”. Apesar disso, “o marxismo como referencia teórica está presente na maioria dos cursos do partido”, diz Pont.²¹³ Portanto, mesmo que o PT não se defina marxista, é inegável a contribuição do marxismo como arcabouço teórico do partido. Contudo, há que considerar que a influência marxista no PT, longe de ser homogênea, reflete uma grande variedade de “marxismos”, como o trotskismo, o marxismo-leninismo (que influenciou os partidos comunistas), o marxismo remanescente na socialdemocracia europeia, a esquerda católica (que influenciou, sobretudo, diversos movimentos e partidos de esquerda na América Latina), além de outras matrizes marxistas representadas teoricamente por Rosa Luxemburgo, Antônio Gramsci, György Lukács, entre outras.

Pont lembra que o PT não é vinculado a nenhuma das correntes internacionais “que serviram de base, inclusive, para experiências concretas, como stalinismo, maoísmo, castrismo, etc.”. O partido não pretende repetir nenhuma experiência histórica do socialismo, até porque as realidades diferem de contexto para contexto e de região para região. O socialismo petista, que abrange um conjunto de reivindicações para além da emancipação da classe operária, não se define prontamente como marxista, sendo, portanto, “um socialismo libertário, plural, feminista”, que respeita a diversidade e a heterogeneidade das tendências internas do partido. Pont explica que o “socialismo

²¹³ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

petista é anti-stalinista, não assume a socialdemocracia da II Internacional, muito menos o maoísmo que definiu a experiência chinesa”.²¹⁴

Fritsch diz que o PT não segue nenhuma referência propriamente marxista: “hoje nós não temos uma referência, tem muita gente estudando, lendo, relendo, reescrevendo... Ninguém mais fala sobre isso, ninguém mais se identifica. Talvez seja um mal nosso, ter deixado de ter uma linha”.²¹⁵ De acordo com Melo, o pensamento marxista “já influenciou mais e influencia menos hoje”, sobretudo, nos cursos de formação.²¹⁶ Nota-se uma mudança em relação à presença da teoria marxista nos cursos de formação, que antes era mais impactante, e hoje é bem menos significativa. Paludo lembra que várias lideranças de organizações que oferecem formação política se afastaram do PT, entre elas o candidato à presidência da república pelo PCB em 2014, Mauro Iasi, que integra o Núcleo de Educação Popular – 13 de Maio, responsável pela realização do curso “Como Funciona a Sociedade”.²¹⁷

É importante distinguir os cursos de formação teórica oferecidos pelo PT de forma oficial, através da Escola Nacional de Formação e da Fundação Perseu Abramo, dos cursos de formação teórica oferecidos pelas tendências. Certamente, a influência do marxismo varia de tendência para tendência, e dependendo da tendência que organiza o curso, maior ou menor será a ênfase atribuída à teoria marxista e mais específica será a formação em determinada linha ou corrente do marxismo. Paludo diz que “há pouco estudo real sobre marxismo dentro do PT hoje, desde as lideranças de ponta, e menos ainda as lideranças de base”.²¹⁸ Porém, ainda existem iniciativas do partido que oferecem algum tipo de formação marxista, exemplifica:

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

²¹⁶ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

²¹⁷ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

²¹⁸ Ibidem.

(...) teve uma iniciativa de um funcionário da fundação Perseu Abramo, Carlos [Henrique Menegozzo], que organizou uma plataforma para estudar Marx, de forma virtual. Ele organizou uma bibliografia muito interessante, eu achei fantástico. Achei até uma iniciativa fora do eixo porque pouca gente estava se preocupando com isso...²¹⁹

A única tendência petista que não organiza cursos específicos de formação política é a Construindo um Novo Brasil (CNB). “Como ela dirige o partido, ela faz a formação política pela Fundação Perseu Abramo e pela Escola Nacional de Formação. Não é uma formação específica para a tendência”, explica Melo.²²⁰ Já as outras tendências realizam formação específica, ainda que utilizem também os suportes teóricos oferecidos pela Escola Nacional de Formação e pela Fundação Perseu Abramo.

Além do material de formação oferecido por estes órgãos do partido, a tendência Democracia Socialista (DS) oferece cursos de “introdução ao marxismo, sobre Ernest Mandel, algumas das principais contribuições de Trotsky na crítica ao stalinismo, na burocratização da URSS, nas teses sobre a Revolução Permanente e a problemática da transição ao socialismo”. A formação também inclui experiências da esquerda latino-americana e europeia, protagonizadas por movimentos sociais e partidos de esquerda, relata Pont.²²¹ Vejamos quais experimentos da esquerda foram elencados pelo dirigente da DS:

Procuramos também acompanhar os processos mais recentes da América Latina e que começam a ser sistematizados: A Frente Ampla uruguaia, o MAS boliviano, PSUV venezuelano, o PC cubano, a Frente Guasú paraguaia, o amplo e complexo leque da esquerda argentina, etc., são processos concretos vividos e que

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ MELO, op. cit.

²²¹ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

achamos mais importantes do que uma identificação teórica com base histórica das primeiras formulações do pensamento marxista. Buscamos acompanhar também o que ocorre na Grécia, Itália, Espanha, Portugal, onde as alternativas históricas da esquerda viveram grandes crises.²²²

Os cursos de formação da tendência Brasil Socialista (atualmente Avante Socialismo 21) abrangem desde clássicos, como Lenin, Trotsky e Gramsci, até representantes da “tradição marxista brasileira, como Florestan Fernandes, Jacob Gorender, Mário Pedrosa, Paulo Freire, Octavio Ianni, Caio Prado, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, entre outros”, relata Notari.²²³ Já a tendência Militância Socialista (MS) tem abordado em suas atividades de formação assuntos como o marxismo e a experiência chinesa. “Nós organizamos no primeiro semestre um curso virtual de formação da tendência e para o segundo semestre vamos lançar uma segunda turma e um dos temas também vai ser o marxismo”, afirma Paludo.²²⁴

Para Pomar, nos anos 1980 “houve um crescimento lento, mas significativo da influência marxista” no PT. “Essa influência não se limitou às formulações políticas dos encontros partidários, se estendendo também à orientação de suas escolas de formação de quadros, à visão de mundo de seus dirigentes e às relações internacionais do Partido”. Porém, o marxismo que influenciou o PT atribuiu pouca importância “à análise de classes da sociedade brasileira”²²⁵, explica o dirigente da AE. Consideramos pertinente esta observação de Pomar, na medida em que uma

²²² Ibidem.

²²³ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

²²⁴ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

²²⁵ POMAR, Valter. A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005. P. 186.

parte significativa da militância petista já não vê a luta de classes como essencial, ao justificar alianças com partidos tradicionalmente situados à direita do espectro político e ao abandonar gradualmente propostas e princípios que antes norteavam o partido em favor da classe trabalhadora. Portanto, a política de luta de classes veio a ser gradualmente substituída pela política de conciliação de classes.

Durante muito tempo prevaleceu em parte da esquerda as teses do PCB, centradas na estratégia da “revolução por etapas”, segundo a qual a classe trabalhadora deveria estabelecer alianças com a burguesia nacional contra a burguesia estrangeira e a ingerência da política externa estadunidense. Segundo Turra, um grande setor da esquerda foi influenciado pela ideia de que era preciso “buscar um aliado democrático na burguesia”.²²⁶ Estas ideias foram muito difundidas e permanecem vivas ainda hoje, influenciando setores do PT e de outros partidos da esquerda brasileira, como o PCdoB. Talvez, se fosse atribuída maior importância à análise de classes da sociedade brasileira, como afirmou Pomar, ficaria mais evidente que a burguesia nacional jamais poderia ser vista como uma aliada democrática, disposta a ceder parte de seu poder para a classe trabalhadora.²²⁷ Vejamos o que diz Turra a respeito da estratégia da “revolução por etapas”:

(...) era um grande setor. Inclusive, os guerrilheiros aqui no Brasil eram dissidências do PCB. Então, na cabeça deles era a “revolução por etapas”, buscar um aliado democrático na burguesia. O Zé Dirceu é um exemplo típico. Foi ele quem articulou a política de alianças com o PT, tendo como principal aliado o MDB. [O PCB defendeu esta tese.] O PCB a vida

²²⁶ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

²²⁷ É o que se evidenciou após o *impeachment* fraudulento contra a presidenta Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016. A política do “ganha-ganha”, que atendia aos interesses de todas as classes, só se manteve enquanto o Brasil passou por uma fase de expansão econômica. Na medida em que as elites econômicas começaram a ter seus interesses ameaçados, o golpe veio à tona para forçar que a classe trabalhadora pagasse pelo custo da crise.

inteira. [Inácio Rangel fala de um setor nacionalista da burguesia, alianças com a burguesia nacional. O PCdoB até hoje abraça esse proposta?] Até hoje. Era o stalinismo, a revolução por etapas e a aliança de classes com o setor democrático da burguesia, agora, é difícil encontrar esse tal setor democrático da burguesia.²²⁸

Enquanto na década de 1980 crescia a influência do marxismo no PT, nos anos 1990 a influência marxista começou a decair, em parte, em decorrência da queda do Muro de Berlim e da desintegração da União Soviética, que repercutiu negativamente nos partidos de esquerda que viam nestas experiências importantes espaços de resistência e luta contra a hegemonia global do capitalismo. Porém, os principais fatores que explicam a redução da influência do marxismo no PT estão relacionados às transformações e inflexões que foram ocorrendo paulatinamente no partido, como a redefinição das estratégias eleitorais, a amenização dos discursos das lideranças, a profissionalização e o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, a burocratização e o distanciamento entre a direção e bases partidárias, e a ampliação das alianças com partidos de centro e direita.

Para Turra, o impacto da derrota do socialismo do Leste Europeu no PT produziu uma nova compreensão do socialismo na militância petista: “agora o socialismo virou uma batalha de ideias, valores morais... (...) fraternidade, não é a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção, como o marxismo estabeleceu desde o século XIX”.²²⁹ Por outro lado, a batalha de ideias e a disputa de valores morais envolvendo os diversos segmentos da sociedade são pilares fundamentais para o processo de disputa de hegemonia, segundo Gramsci. A questão é saber de que forma será travada essa disputa na sociedade como ela estará articulada a um projeto de sociedade socialista e anticapitalista. Gramsci não elabora a sua teoria com base numa compreensão mecânica e determinista da sociedade. Portanto, os seres humanos conscientemente constroem a sua história e essa construção passa indispensavelmente pela disputa de ideias e de

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ Ibidem.

valores morais. Nesse sentido, a “batalha de ideias e de valores morais” só seria um empecilho para a abolição da propriedade privada dos grandes meios de produção se esta ocorresse em consequência do uso exclusivo da força, sem o necessário consentimento das massas. Segundo o pensamento gramsciano, a transformação da propriedade privada dos grandes meios de produção em propriedade coletiva dos meios de produção resultaria da conquista da hegemonia pelas classes subalternas e da realização de sucessivas reformas estruturais que desencadeassem num processo revolucionário.

Com base no que foi exposto, constatamos que a influência teórica do marxismo no PT encontra-se em declínio, em parte devido ao processo histórico que desencadeou a crise do chamado “socialismo real”, em parte devido aos fatores conjunturais que levaram o PT a adotar uma série de inflexões programáticas que influenciaram a sua forma de fazer política. Veremos mais adiante, de que modo estas inflexões influenciaram o partido, as tendências, o eleitorado e a disputa de hegemonia na sociedade.

3.1.2 A influência de Antônio Gramsci

A influência do pensamento de Gramsci no PT é emblemática, não apenas entre a militância, tendências e agrupamentos internos, mas pelas apropriações de diversos conceitos gramscianos utilizados pelo partido em seus documentos oficiais, ainda que Gramsci não seja diretamente citado. As resoluções dos Congressos e Encontros Nacionais do PT apresentam uma vasta terminologia cuja origem remete a teoria gramsciana. Alguns termos são tão difundidos que se transformaram no “senso comum” do discurso da militância petista, como sociedade civil, hegemonia (disputa de hegemonia, conquista de hegemonia), guerra de posições, bloco histórico, intelectual orgânico. Mesmo que o marxismo (e a teoria gramsciana) exerça menor influência no PT atual do que exercia ao longo da década de 1980, as resoluções mais recentes do partido continuam a utilizar a terminologia gramsciana e a militância permanece fazendo uso de uma linguagem política repleta de apropriações de origem gramsciana.

A familiaridade que o PT adquiriu com determinadas expressões de origem gramsciana resulta, em grande medida, da crítica que o partido fez desde a sua origem à 3ª Internacional e à

socialdemocracia europeia. A teoria gramsciana funcionou teoricamente como uma “terceira via”, oferecendo importante contribuição à concepção petista de socialismo, que embora careça de maior elaboração teórica, definiu-se como antimecanicista e antieconomicista. Todavia, há que verificar de que modo à influência gramsciana presente nos discursos e documentos oficiais tem se espelhado na realidade concreta, isto é, nas ações políticas do PT. Pomar é taxativo ao afirmar que “nominalmente, é uma influência relevante, na vida real, não”.²³⁰ Padilha interpreta o fenômeno da mesma forma: “o pensamento torna-se um ente vivo na medida em que ele é prática, então você tem isso constante nos materiais escritos, nos discursos, mas na prática partidária, na prática política, na prática pessoal, esses conceitos desaparecem. Ele é muito presente em textos, mas na vivência transformadora do cotidiano, a meu ver, muito pouco”.²³¹

Para Pomar, embora a militância petista goste de citar Gramsci, não é atribuído o devido valor a concepção de partido como intelectual coletivo, ou seja, não há o devido interesse por parte da direção partidária em “construir uma ‘contra-elite intelectual’, capaz tanto de enfrentar o pensamento dominante quanto de construir uma visão de mundo adequada aos interesses da nossa classe”. Para justificar o seu ponto de vista, Pomar revela que parte dos petistas adotou o neoliberalismo e outra parte tem adotado o keinesianismo como dogmas, através da consultoria de “economistas profissionais”. Eles têm a “ilusão de que os ‘economistas profissionais’ são os mais habilitados para discutir e elaborar nossas alternativas”, critica o dirigente da AE.²³²

²³⁰ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

²³¹ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

²³² POMAR, Valter. O que não Fazer. Roteiro sobre o tema “Experiências Internacionais de Organização Partidária”, elaborado para o Seminário sobre Organização Partidária, promovido pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 27 e 28 de agosto de 2015, São Paulo, Hotel San Raphael. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/pt/o-que-nao-fazer/#.VuVmdZXSnIV>, acesso em 13 de março de 2016.

Ao invés de incentivar a formação e a ampliação de intelectuais ligados ao PT e comprometidos com o socialismo, isto é, adotar como elemento norteador da orientação política petista uma intelectualidade orgânica comprometida com os princípios do partido, a direção partidária optou por uma política econômica conservadora, que manteve o receituário neoliberal, de ajuste fiscal e retenção do superávit primário para o pagamento de dívidas. A estratégia de manter a política econômica neoliberal (basicamente a mesma dos governos de Fernando Henrique Cardoso) foi adotada já no primeiro mandato de Lula, em janeiro de 2003, quando Henrique Meirelles (que em 2016 foi nomeado Ministro da Fazenda do presidente Michel Temer) foi escolhido para presidir o Banco Central. Em janeiro de 2015, o ex-diretor-superintendente do Bradesco, Joaquim Levy, foi nomeado por Dilma Rousseff para o Ministério da Fazenda. A manutenção da política econômica foi uma forma encontrada pelo PT de garantir a “governabilidade”, através do apoio de partidos e setores conservadores da sociedade. Portanto, os governos Lula e Dilma procuraram conciliar uma política social progressista com uma política econômica conservadora. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 e, principalmente, em 2015, revelou a falha dessa política de conciliação de classes. Só foi possível “governar para todos”, isto é, beneficiar a todas as classes sociais, em períodos de expansão econômica.

Pont destaca o significativo contributo teórico do pensamento de Gramsci no PT, sobretudo “na discussão da hegemonia, em sua construção possível sem uma subordinação mecânica ao predomínio econômico; os conceitos de ‘guerra de movimento’ e ‘guerra de posições’, a importância da cultura”.²³³ Estes conceitos apontados por Pont foram vitais para que o PT adotasse uma formulação teórica antieconomicista, que almejasse chegar ao poder a partir da disputa política, ideológica e cultural (guerra de posições) travada nas instâncias da sociedade civil.

Todavia, devido à amplitude ideológica das diversas tendências petistas, estas “são questões que aparecem no debate e na forma de pensar e propor de dirigentes ou de tendências partidárias, mas não como um processo consciente e consensual

²³³ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

do conjunto do partido e sua direção”, explica Pont.²³⁴ Portanto, não são todos os militantes e tendências petistas que nutrem grande admiração pela teoria de Gramsci. Tampouco, não são todos os militantes e tendências petistas que procuram colocar em prática a formulação teórica de Gramsci, ou seja, parte da contribuição teórica de Gramsci restringe-se aos discursos da militância, documentos e resoluções partidárias.

Almeida explica que a Articulação de Esquerda (AE) tem utilizado a teoria de Gramsci nas resoluções dos congressos e encontros do partido. Todavia, ela lamenta que o PT tenha esquecido a tese gramsciana segundo a qual “devemos ser extremamente pessimistas na análise e, na mesma medida, otimistas na ação. (...) Dentro do PT, isso foi esquecido, a considerar a postura de conciliação em detrimento das reformas estruturais: política, democratização da mídia, etc.”.²³⁵ Com base na fala de Almeida, houve um excesso de otimismo do partido em relação à política de conciliação como estratégia necessária para a realização das reformas. Porém, as reformas estruturais não foram realizadas durante quatorze anos de governos petistas.

Turra critica veementemente a utilização de determinados conceitos gramscianos, cujo sentido teria sido deturpado pela política de conciliação de classes. “Que citem Gramsci, o bloco histórico, a hegemonia... (...) eu ouço de maneira polêmica: que bloco histórico é esse que inclui o PMDB?”²³⁶ Questiona o dirigente da tendência OT. Esta afirmação nos faz lembrar os anos 1980, quando o PMDB poderia ser considerado até mesmo um partido de centro-esquerda, e mesmo assim foi duramente criticado pelo PT por ser um partido identificado com classes sociais de interesses antagônicos, como industriais e operários, fazendeiros e trabalhadores rurais, banqueiros e bancários, etc. “Gramsci deve ‘revirar na tumba’, porque ele era um militante de luta de classes”, afirma Turra. A despeito do fato de o PT ter sido construído e consolidado a partir de um longo processo de luta de classes, a orientação que predomina no partido atualmente é a de colaboração de classes, “que bebe na fonte do [antigo] PCB, mais

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

²³⁶ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

do que em Gramsci”. Ainda que o filósofo sardo seja muito citado pela militância petista, a sua influência não é determinante na política do PT, avalia o dirigente da tendência trotskista.²³⁷

Apesar dos debates de cunho teórico e ideológico terem se reduzido no PT com o passar dos anos, algumas correntes petistas consideram Gramsci a principal referência. Turra explica que “Gramsci aparece como mais palatável do que os teóricos do Stalin... (...) outro que, em determinado momento jogou um papel similar ao do Gramsci nos debates, quando existiam debates teórico-filosóficos no PT, era o [György] Lukács”²³⁸, lembra o dirigente da OT.

Gramsci talvez seja o teórico clássico mais lido e que maior influência tenha exercido no PT: “eu acho que entre leituras clássicas do próprio Marx e do Gramsci, está muito de igual para igual”, compara Paludo. Para o dirigente da tendência MS, a leitura de Gramsci permite que melhor se compreenda o PT, porque nele há uma preocupação maior “com a política e com o modelo de partido do que em Marx, que escreve muito pouco sobre isso”. A influência de Gramsci no PT estaria muito mais associada às tendências de esquerda, principalmente a Militância Socialista (MS), a Articulação Esquerda (AE) e a Esquerda Popular Socialista (EPS), relata Paludo.²³⁹ Vejamos um trecho da entrevista com Paludo:

Os próprios conceitos, da forma de organização do partido, do partido de massas, de um modelo de disputa de hegemonia, partido e bloco social, do conceito de partido, enquanto moderno príncipe, etc., então eu acho que Gramsci tem uma influência muito grande na formação do PT. (...) Todo esse debate, por exemplo, da participação popular, da democracia participativa, enfim, eu acho que na prática o PT tem muito de gramsciano, embora, assim como o estudo do marxismo tem sido um pouco “relaxado” no último período, o estudo de Gramsci também. Mas ele continua muito presente...²⁴⁰

Notari explica que a influência de Gramsci na tendência Brasil Socialista (BS) foi muito grande: “passamos os primeiros

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

²⁴⁰ Ibidem.

anos da década de 90 discutindo em seminários, encontros e reuniões, (...) várias categorias: “guerra de posição” e “guerra de movimento”, “hegemonia”, “consenso”, entre várias outras, que foram incorporadas às nossas discussões e análises políticas”.²⁴¹ Fritsch considera que “Gramsci é uma grande base para o conjunto do PT”, mas também “tem a Teologia da Libertação, as lutas operárias, também havia outras vertentes do Partido Comunista”, relata.²⁴²

Constatamos com base nos depoimentos que a influência de Gramsci no PT é muito significativa, apesar de ter se reduzido os debates de cunho teórico-ideológico no partido, em prol de uma estratégia mais pragmática e adequada ao projeto de conciliação de classes. A influência de Gramsci é ainda mais significativa se considerarmos o posicionamento teórico de algumas tendências petistas situadas à esquerda do partido, como a Articulação de Esquerda, a Militância Socialista, a Esquerda Popular Socialista e a Brasil Socialista (atual Avante Socialismo 21). Além destas, outras tendências de inspiração gramsciana que antes estavam no PT, atualmente estão no PSOL, como a antiga Força Socialista (hoje APS), que é a maior tendência psolista.

Também é notória a observação crítica de muitos dirigentes petistas no sentido de que a ação política do PT pouco ou nada condiz com a teoria de Gramsci, já que o partido tem respaldado a mesma política econômica neoliberal herdada do governo Fernando Henrique Cardoso, que inviabiliza as reformas estruturais. Portanto, apesar de os conceitos de Gramsci serem difundidos nos textos e discursos da militância petista, sua contribuição teórica ainda está longe de ser materializada.

3.1.3 A concepção de partido

O PT representou uma inovação na história dos partidos do Brasil, na medida em que foi constituído de modo diverso de outros partidos da esquerda brasileira, como o PCB e PCdoB, cuja orientação marxista-leninista, advinda do modelo soviético, impossibilitava a existência de tendências internas. A

²⁴¹ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

²⁴² FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

diferenciação entre os partidos da esquerda brasileira também se deve aos diferentes contextos: enquanto o PCB e o PCdoB foram fundados respectivamente nas décadas de 1920 e 1960, o PT foi fundado na década de 1980, num contexto marcado pela ascensão de movimentos de massas nos últimos anos da ditadura militar, influenciado pelo novo sindicalismo e pelas Comunidades Eclesiais de Base.

Durante o 1º Encontro Nacional (1980), Lula fez um pronunciamento dizendo que o PT nunca comprometeu a autonomia do movimento sindical, confundindo “política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido”. Lula especificou também que o PT não era um “partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo...”.²⁴³ Portanto, o discurso de Lula ressaltava o caráter de participação do PT junto aos movimentos sociais e populares e criticava o partido burocratizado, “de gabinetes”, fechado aos movimentos de massas.

No mesmo discurso, Lula justificou a construção do PT para além do caráter corporativo ou trade-unionista: “o sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. (...) Queremos mudar a relação entre capital e trabalho”. Segundo o líder petista, para mudar a relação entre capital e trabalho, o partido deveria funcionar como uma ferramenta para “atuar e transformar o poder neste país (...). Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho”.²⁴⁴ Nota-se no discurso que o partido era concebido (para além da luta pelos interesses imediatos da classe trabalhadora) como um instrumento fundamental para a transformação política e a superação da ordem capitalista.

Esta concepção segundo a qual o partido era visto como um instrumento de mudança política substancial e estrutural da sociedade, ou seja, como uma ferramenta para a construção de

²⁴³ Resoluções do 1º Encontro Nacional do PT - 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 107.

²⁴⁴ *Ibidem*.

um modelo societário em que “os trabalhadores sejam os donos dos meios de produção”, fatalmente era revolucionária, socialista e anticapitalista. Portanto, podemos afirmar que o PT, em suas origens, era um partido com estas características, embora nunca tenha se definido marxista.

Apesar das mudanças teóricas e práticas que foram ocorrendo no PT desde os anos 1980, a maior parte das lideranças entrevistadas ainda hoje situa o partido a esquerda no espectro político-partidário brasileiro. Outras, porém, o definem como sendo um partido de centro-esquerda. Todavia, a maioria respondeu que o PT é de esquerda, apesar de incorrer em diversas inflexões. Vejamos os relatos de algumas lideranças petistas:

No espectro nacional o PT continua sendo um partido de esquerda. (...) continua um partido de esquerda com uma direção em crise, mas que sobrevive com um sistema eleitoral interno, marcado pelo burocratismo e pelo poder econômico. A crise atual escancara também a crise interna do partido, mas este mantém ainda um enraizamento e uma considerável presença na vanguarda social dos pais.²⁴⁵

(...) não temos dúvida acerca do PT: ele expressa interesses de classe, econômicos, políticos e sociais, que convencionamos denominar de “esquerda”. (...) há setores do PT que estão na direita da esquerda. Assim como é evidente que há setores de esquerda que estão à esquerda do PT. Além disso, é evidente que nada é estático: ao longo de 35 anos, o PT manteve-se como um partido de esquerda, mas caminhou em direção ao centro. Não ao ponto de converter-se num partido de centro, nem mesmo de centro-esquerda. A

²⁴⁵ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

sanha da direita em favor de destruir o PT é prova disto.²⁴⁶

Então, eu poderia estar dizendo que o partido tem um segmento muito forte ainda de esquerda, porém, vem travestido por tendências de centro-esquerda, tendências, inclusive, até de direita.²⁴⁷

[O PT] teve uma trajetória inicial à esquerda... (...) a partir de meados da década de 1990, o PT, pela política impressa pela maioria de sua direção, deixa de ser um partido operário independente e passa a ser aquilo que os leninistas chamam de partido operário burguês. (...) É evidente que, se o PT era a extrema esquerda no espectro político oficial no Brasil, hoje em dia ele está no centro, para a esquerda. (...) É evidente que não é um partido de direita. Não pode ser, pela sua base social, por mais que ela esteja deteriorada, ruim, a referência ainda é a classe trabalhadora. Não pode ser de esquerda, porque abandonou seus princípios originais.²⁴⁸

O que acontece é que não tem verdade absoluta. E dependendo de quem fala, o PT é um partido de esquerda, é um partido de centro-esquerda, e quando converso com os companheiros do PSOL, eles me dizem que o PT é um partido de direita. Para mim, o PT ainda é um partido de esquerda sim.²⁴⁹

²⁴⁶ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

²⁴⁷ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

²⁴⁸ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

²⁴⁹ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

Concebemos como um partido de esquerda, com uma história de partido socialista e com um presente em aberto.²⁵⁰

Verifica-se, com base nos relatos, que a acepção da maioria dos representantes de tendências petistas é a de que o PT *ainda é* um partido de esquerda e que já foi mais de esquerda no passado. O posicionamento ideológico do PT no espectro político-partidário nacional está sofrendo alterações com o passar dos anos. Se na década de 1980 o PT se situava na extrema-esquerda, atualmente, o PT é percebido como um partido de esquerda ou de centro-esquerda. Vimos que a política de conciliação de classes contribuiu para a transformação ideológica e para a transformação da práxis do PT, fator que explica o porquê de o partido deixar de figurar na extrema esquerda para assumir uma posição mais próxima do centro.

Norberto Bobbio identifica as diferenças entre esquerda e direita a partir da atitude destas correntes em relação à igualdade. Para o filósofo italiano, enquanto a esquerda considera que “os homens são mais iguais que desiguais” (portanto, a maior parte das desigualdades pode ser eliminada), a direita os considera “mais desiguais que iguais” (portanto, a maior parte das desigualdades são naturais e não podem ser eliminadas).²⁵¹ Enquanto a direita tende a naturalizar a maioria das desigualdades, a esquerda se propõe a combatê-las. A ilustração 4 sugere a posição de cada partido brasileiro em relação ao espectro ideológico.

²⁵⁰ ÁRABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

²⁵¹ BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma distinção política. Editora Unesp, São Paulo, 2001, p. 121.

Ilustração 4

Posição dos partidos no espectro político-ideológico brasileiro

Ilustração elaborada por Matheus Brinhosa, estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Além da definição de cunho teórico-conceitual, as concepções de esquerda e direita podem ser percebidas pelas pessoas de diferentes formas, dependendo de realidade para realidade, de contexto para contexto. Portanto, um partido é considerado de esquerda ou de direita em relação a outros partidos, do mesmo modo, uma tendência é considerada de esquerda ou de direita em relação a outras tendências. Para Paludo, a tendência hegemônica no PT (CNB) é de centro-esquerda, os governos Lula e Dilma estariam voltados para o centro e centro-esquerda, e a política econômica do segundo governo de Dilma Rousseff, representada pelo neoliberal Joaquim Levy, de direita.²⁵²

Comumente tendências e partidos de extrema-esquerda consideraram o PT um partido de centro ou até de centro-direita.²⁵³ Por outro lado, também é comum que tendências e partidos de extrema-direita considerem o PT um partido de extrema-esquerda (de cunho marxista, gramsciano, bolivariano, bolchevique, etc.).

²⁵² PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

²⁵³ Diversos sítios de organizações trotskistas, como a Liga Bolchevique Internacionalista – LBI (<http://lbi-qi.blogspot.com.br/>) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU (<http://www.pstu.org.br/>), já não consideram o PT um partido de esquerda, nem mesmo de centro-esquerda.

²⁵⁴ Devido à complexidade em classificar no campo da esquerda ou da direita um partido ou tendência política, Turra considera mais importante que seja definida a natureza de classe das organizações: “as noções de esquerda, direita e centro são herdadas da Revolução Francesa. Em qualquer grupo político você pode identificar uma esquerda, um centro e uma direita. Portanto, na nossa análise e avaliação histórica, o PT nasceu como (...) um partido operário independente”.²⁵⁵

Secco aponta que o PT, apesar de sua gênese operária, está se afastando da esquerda no espectro político-partidário brasileiro: “é inegável que o partido direcionou suas alianças e práticas ao centro do espectro ideológico, que perdeu seu entusiasmo militante e se tornou um grupo de profissionais envelhecidos na carreira política”²⁵⁶. Este afastamento vem sendo acompanhado por uma série de mudanças ideológicas e políticas a partir da década de 1990. A queda do Muro de Berlim, em 1989, impactou significativamente os partidos de esquerda de vários países, que substituíram programas revolucionários e anticapitalistas por programas de cunho socialdemocrata, através de reformas que melhorassem o nível de vida da população, sem que fosse alterada a ordem capitalista, isto é, sem intervir na propriedade privada dos meios de produção. Houve casos de partidos socialdemocratas e comunistas que aderiram ao neoliberalismo, passando a defender a redução do papel social do Estado e a liberalização da economia. Um exemplo típico é o do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Em 1992, parte da direção liderada por Roberto Freire decidiu pela dissolução do partido e pela fundação de um novo, que passou a se chamar Partido Popular Socialista – PPS. Outro grupo de militantes (entre eles

²⁵⁴ O ultradireitista Olavo de Carvalho se tornou conhecido por divulgar suas ideias acusando o PT de promover uma revolução de caráter marxista, gramsciano e bolivariano na América Latina, tendo como eixo central dessa promoção o Foro de São Paulo. “O Brasil ‘fez’ a Venezuela”. Olavo de Carvalho, em entrevista ao Jornal A Tarde. Disponível em: <http://www.midiaseम्मascara.org/artigos/cultura/15760-olavo-de-carvalho-entrevista-ao-jornal-a-tarde.html>, acesso em 14 de maio de 2015.

²⁵⁵ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

²⁵⁶ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 249.

Oscar Niemeyer e Ziraldo) decidiu pela manutenção do PCB. Após o racha e disputas judiciais, o PPS acabou mantendo o número do antigo PCB (23) e o grupo que não aceitou a dissolução manteve o nome, fundando um “novo PCB” com o número 21. Pomar explica que o PT também foi atingido pela onda de moderação dos partidos de esquerda, ao aceitar parcialmente as diretrizes neoliberais, como o ajuste fiscal e o superávit primário. Além disso, o PT foi se afastando dos movimentos sociais e distanciando-se do marxismo, que passou a exercer menor influência sobre o partido.²⁵⁷

Além da queda do Muro de Berlim, outro acontecimento histórico que teria contribuído para as transformações ideológicas e pragmáticas do PT foi as eleições presidenciais de 1989, quando Lula foi derrotado por Fernando Collor por uma diferença de pouco mais de quatro milhões de votos. A derrota teria levado o PT a rever uma série de posições políticas consideradas “radicais” pelos setores conservadores, como a suspensão do pagamento da dívida externa, que afastava uma parte dos possíveis aliados e do eleitorado mais moderado. A fim de conquistar a Presidência da República, o PT passou a adotar a política de conciliação de classes, ampliando as suas alianças e alterando o seu programa.²⁵⁸

Paulatinamente o PT foi passando por diversas inflexões a partir dos anos 1990, mas talvez o marco das inflexões tenha sido a Carta ao Povo Brasileiro, assinada por Lula em junho 2002, seis meses antes de assumir a Presidência da República. Ao ocupar o cargo político de maior importância do país, o PT intensificou sua política de alianças em nome da “governabilidade” e adotou mudanças programáticas em favor de uma política econômica de juros altos, ajustes fiscais e exigência de superávit primário para o pagamento da dívida pública.

Também cabe considerar outros aspectos que

²⁵⁷ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005. P. 143.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 190.

gradualmente foram adquirindo maior dimensão, tais como: a burocratização do partido, a profissionalização da militância, a redução dos núcleos de base e a emergência de grupos que passaram a ocupar cargos de importância, sem estabelecerem conexões com os movimentos sociais e com as bases partidárias. “O comparecimento da militância à rua foi substituído pelos cabos eleitorais profissionalizados. (...) Era a terceirização da militância...”, explica Secco.²⁵⁹

Pomar fala da grande dificuldade da militância em fiscalizar e controlar a direção partidária e as “figuras públicas com mandato institucional”. Segundo ele, “aumentou muito a utilização do Partido como “escada” para projetos de natureza pessoal, inclusive de pessoas com pouco ou nenhum tipo de vínculo, nem mesmo distante, com as posições do PT e/ou com movimentos sociais que deram origem ao PT”.²⁶⁰ Já Turra afirma que estas transformações têm feito do PT um partido igual a outro qualquer:

Por exemplo, os sindicalistas se afastaram completamente da direção do partido. Não por uma divisão de tarefas, porque a direção do partido foi assaltada pelos “gravatinhas”, assessor de parlamentar, burocratas do partido. E o partido hoje não tem núcleos de base, não organiza a sua militância. A militância é convocada para a campanha eleitoral e, muitas vezes, é paga para fazer campanha eleitoral. Aí o PT passa a ser um partido igual aos outros que estão por aí. (...) o slogan eleitoral do [Eduardo] Suplicy, quando ele foi candidato a prefeito de São Paulo, era: “o PT é diferente de tudo o que está aí”.

²⁵⁹ SECCO, op. cit., p. 181-182.

²⁶⁰ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005. P. 143.

Agora está igual a tudo o que está aí.²⁶¹

A resolução da VI Conferência Nacional da tendência Articulação de Esquerda (AE) explica que o PT estaria passando por uma transformação programática, representada por três períodos: no primeiro, entre 1980 e 1989, as resoluções do partido consideravam imprescindível a realização de reformas estruturais (tanto políticas, quanto econômicas) para a transformação da sociedade brasileira rumo ao socialismo, ou seja, “a luta pelo poder passava pela disputa e pelo exercício do governo federal, respaldado por um amplo movimento de massas de caráter socialista que acumulasse força para uma ruptura revolucionária”. No segundo período, entre 1990 e 2001, o compromisso do partido, que antes era fundamentado na construção do socialismo, passou a ter como eixo central a crítica ao neoliberalismo. O PT continuou se assumindo como socialista em seus documentos oficiais, porém, amenizou seu discurso a fim conquistar o governo federal. O terceiro período ocorre a partir de 2002, quando foi lançada a Carta ao Povo Brasileiro - documento no qual o PT firma compromisso com o setor financeiro, o respeito às regras e contratos estabelecidos e a retenção do superávit primário para honrar os compromissos com a dívida. Após a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, a proposta do socialismo ficou ainda mais distante e o combate ao neoliberalismo pouco eficiente.²⁶²

Esta “tática” de estabelecer alianças com partidos, classes e grupos sociais de interesses antagônicos com o objetivo de vencer as eleições (almejando o poder) foi utilizada por partidos socialdemocratas, socialistas e trabalhistas europeus. No entanto, a experiência destes partidos demonstrou que a conciliação de classes, que antes era uma tática, com o tempo transformou-se em estratégia; os meios converteram-se em fins. Vale lembrar que a socialdemocracia nos primórdios era revolucionária. Atualmente, grande parte dos partidos socialdemocratas europeus têm adotando políticas neoliberais, de ajuste econômico e redução do

²⁶¹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

²⁶² Resolução da VI Conferência Nacional da AE. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/documentos-e-resolucoes/>, acesso em 31 de março de 2016.

papel social do Estado. Isso porque quando se aliam classes e partidos de interesses antagônicos, a tendência é a degeneração ideológica em prol de uma unidade de classes temporária e frágil. Em muitos casos, a unidade de classes é construída a partir de uma crise de hegemonia, na qual, nenhuma classe consegue se estabelecer totalmente sobre outra. Como explica Gramsci, durante as crises de hegemonia as condições se tornam mais propícias às grandes transformações políticas, que poderão ocorrer através de revoluções, quando uma nova classe conquista o poder, alterando estruturalmente a ordem social vigente, ou contrarrevoluções, quando um golpe é instituído pela classe que já tinha o poder, fazendo permanecer a ordem vigente.

Pomar evoca o dilema de Przeworski, “segundo o qual os partidos socialdemocratas teriam que optar entre manter sua base social original, sendo condenados à minoria; ou fazer alianças para além da sua base social e vencer eleições”²⁶³. Como sabemos, o PT optou por estabelecer alianças para além de sua base social, com classes e partidos que representam interesses antagônicos. Eis uma diferença fundamental entre o pacto de alianças firmado pelo PT e as concepções leninista e gramsciana de política de alianças. Enquanto Lênin dizia que a hegemonia envolvia uma aliança entre o proletário e o camponês (os trabalhadores da cidade e do campo), Gramsci dizia que o conjunto das classes subalternas haveriam de construir um novo bloco histórico. No entanto, a aliança de classes estabelecida pelo PT ocorreu na forma de aliança entre classes antagônicas, isto é, entre trabalhadores e banqueiros, sem-terra e ruralistas, operários e industriais. Em termos partidários, a aliança ocorreu entre partidos de ideologia diametralmente opostas, como PT e PCdoB, de um lado, e PMDB, PSD, PR, PP, de outro. Consequentemente, todos estes setores e partidos estiveram representados nos ministérios dos governos Lula e Dilma.

O PT passou por diversos momentos históricos ao longo de seus trinta e seis anos de existência. O partido foi construído (lembrando Marx na obra 18 Brumário de Luiz Bonaparte) pela militância petista, não simplesmente como a militância queria, mas também de acordo com as condições históricas. Portanto, muitas das inflexões do PT sofreram influências das transformações políticas que foram acontecendo no contexto

²⁶³ Ibidem, p. 85.

nacional e global. As manifestações pelas eleições diretas em 1984, o fim da ditadura militar em 1985, a derrota eleitoral de Lula e a queda do Muro de Berlim em 1989, o impacto do neoliberalismo a partir da década de 1990, o “Fora Collor” em 1992, as privatizações do período de Fernando Henrique Cardoso e a eleição de Lula em 2002, foram acontecimentos que contribuíram para as transformações políticas e ideológicas do PT. Evidentemente que as transformações também ocorreram em função das mudanças internas do partido, através da ação e da vontade de seus dirigentes e de sua base. O crescimento do PT e o objetivo de conquistar a Presidência da República foram fatores que influenciaram nas mudanças, assim como os problemas relativos ao funcionamento político-eleitoral da sociedade brasileira, como o financiamento privado das campanhas, que submete políticos e partidos aos interesses das empresas que os financiam. As inflexões no PT se intensificaram a partir de 2003, depois que Lula assumiu a Presidência e teve que conseguir maioria no parlamento para aprovar as leis de interesse do governo.

3.2 A INFLUÊNCIA GRAMSCIANA NO BE

3.2.1 A contribuição teórica do marxismo

Pelo fato de ter sido fundado por três diferentes correntes políticas e para poder construir uma unidade em torno de propostas políticas concretas para a realidade contemporânea, o BE evitou chegar a uma posição definitiva sobre temas específicos. Por isso, o partido não concluiu determinados debates que envolveria posições diferenciadas entre as correntes, como os debates sobre reforma e revolução, em que o PSR e a UDP consideravam-se revolucionários, enquanto a PXXI era majoritariamente reformista. Por esse mesmo motivo, o BE nunca se definiu como marxista e sim como socialista e anticapitalista. Embora tenha evitado fazer referência direta, o marxismo está presente nas avaliações teóricas e de conjuntura da militância bloquista, relata Carujo:

(...) para não entrar no debate que poderia ser estéril ao seu projeto inicial (por marxismo, muita gente entende coisas muito diferentes), o Bloco decidiu não se definir marxista. É um partido que mantém

uma referência ao socialismo e ao anticapitalismo, mantém uma análise da burguesia nacional e mundial na forma como ela extrai a mais-valia. Nos diferentes congressos, podemos interpretar a partir do marxismo a forma como a burguesia domina, tanto em termos nacionais quanto em termos internacionais, mas nunca se encontra uma referência ideológica ao Marx muito direta. (...) A maioria do Bloco tem formação marxista e acha que está a fazer uma política marxista.
264

Durante a entrevista, Carujo menciona o livro escrito por dirigentes do BE sobre o papel desempenhado pela burguesia nacional portuguesa.²⁶⁵ Segundo a sua leitura, a burguesia, apesar dos seus discursos de inovação, empreendedorismo e modernização, vive à custa do Estado. Esta visão em relação ao papel político, económico e cultural representado pela burguesia, e que envolve a discussão sobre a manutenção ou destruição de privilégios, é fatalmente influenciada pelo marxismo, relata. Carujo também cita as teses do BE, que estabelecem que “a burguesia portuguesa é incapaz de construir um projeto nacional, e dar conta dos baixos salários, das contas do Estado, etc. E um novo projeto nacional, modernizador, só pode se fazer na esteira da destruição dos privilégios”.²⁶⁶ Verifica-se que estas teses são o avesso da que foi adotada historicamente pelo PCB e atualmente por dirigentes do PT, isto é, a tese da “revolução por etapas”, de conciliação com a burguesia nacional.

Para Fazenda, o BE nunca fez “proselitismo ideológico de fração”, ao tentar promover determinada corrente teórica em detrimento de outra. Para ele, as divergências ao longo dos dezesseis anos no partido, nunca foram ideológicas. Fazenda atribui um carácter antidogmático ao BE: “nós tínhamos uma expressão que a utilizamos muito: discutimos os caminhos do

²⁶⁴ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

²⁶⁵ LOUÇÃ, Francisco; LOPES, Teixeira; COSTA, Jorge. Os Burgueses. Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

²⁶⁶ CARUJO, op. cit.

socialismo, não os santos do socialismo, porque alguns poderiam querer fazer a promoção do Trotsky, fazer a promoção da Rosa Luxemburgo, outros do Stalin...”²⁶⁷. Segundo Louçã, o Bloco de Esquerda nunca foi um partido muito hermenêutico em relação aos textos das diferentes correntes de pensamento, diferentemente dos partidos das décadas de 1960 e 1970.²⁶⁸

Cardina relata que a formação política era feita principalmente no interior das correntes que originaram o BE, portanto, determinados autores do marxismo eram lidos e estudados por determinada corrente e não por outra: “isso fazia com que o PSR lesse Trotsky, mas a UDP não lia Trotsky”.²⁶⁹ Por outro lado, Pureza dirá que as diferenças entre as referências teóricas das correntes do BE não são muito demarcadas: “nunca vi que houvesse uma diferença muito assinalada entre autores ou inspirações teóricas entre as várias correntes do Bloco”. Mais adiante, ele diz que “a radicalidade das propostas teóricas não tem que vir com a chancela do marxismo corrente A, do marxismo corrente B, do marxismo corrente C”. Portanto, todos os integrantes do BE “partilham de um mesmo patrimônio de leituras que não variam muito de corrente para corrente”, explica Pureza.²⁷⁰

Além dos clássicos, variadas correntes pós-marxistas vinculadas ao pensamento feminista e ao pensamento pós-colonial também são estudadas no Bloco de Esquerda, relata Cardina. Segundo ele, não apenas o marxismo, mas também o pós-marxismo, são “dimensões necessárias para as emancipações”.²⁷¹ Pureza cita autores contemporâneos do marxismo, como Daniel Bensaid, David Harvey e Jacques Rancière.²⁷²

²⁶⁷ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

²⁶⁸ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

²⁶⁹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

²⁷⁰ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

²⁷¹ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

²⁷² PUREZA, op. cit.

A revista *Vírus* tem contribuído para a difusão do pensamento marxista, especialmente de autores contemporâneos de diversas partes do mundo. Cardina atua no Conselho de Redação da *Vírus* e relata a variedade de autores que são escolhidos para compor a seção da revista intitulada “Pensar os Pensadores do Socialismo”. Cardina cita alguns autores que foram escolhidos para compor a seção da *Vírus* como Slavoj Žižek, Alain Badiou, Antônio Gramsci e Ernesto Laclau. Ele explica que Laclau foi escolhido por ser uma das grandes referências teóricas do Podemos, sobretudo, devido a sua contribuição a respeito do populismo, que foge à compreensão do senso comum, para o qual o populismo é algo negativo, que envolve a manipulação das massas. Cardina diz que o conceito de populismo em Laclau “pode ser também emancipatório, na medida em que consiste na capacidade dos partidos políticos articularem reivindicações que vêm de baixo e reconhecendo que essas reivindicações têm pertinência emancipatória”.²⁷³

A Cultra tem oferecido uma série de cursos sobre diferentes autores do marxismo, principalmente os clássicos, como Marx, Lênin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Mao-Tse-Tung, e alguns contemporâneos, como Daniel Bansaïd e Slavoj Žižek. Não foi oferecido curso sobre Stalin “porque não tinham inscritos ou não tinham interesse, e seria repudiado, geralmente”. Por outro lado, Mao, “que era tão ou mais “stalinista” que Stalin, no entanto, teve um curso”²⁷⁴, afirma Fazenda. Madeira explica que o curso sobre Mao-Tse-Tung foi proposto por Fernando Rosas, “que vem de uma organização maoísta daquelas mais radicais”.²⁷⁵

Fazenda ressalta a pluralidade político-ideológica que existe no interior do BE: há libertários, socialistas, socialdemocratas, comunistas, trotskistas. Segundo ele, “Marx é uma referência quase universal”: até os que têm uma visão socialdemocrata também possuem alguma leitura marxista. Portanto, há aqueles que se definem marxistas (a minoria) e aqueles que fazem uso de leituras marxistas, de determinados

²⁷³ CARDINA, op. cit.

²⁷⁴ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

²⁷⁵ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

teóricos do marxismo, embora não se definam marxistas (a maioria). O fato de muitos não se definirem marxistas tem a ver com o processo histórico e com a crise do socialismo real. “Portanto, o número daqueles que se intitulam marxistas no Bloco de Esquerda já é bastante mais diminuto. Agora, haver uma simpatia geral pela tradição marxista, isso é outra coisa, portanto, é bastante ampla”.²⁷⁶

Com base no que foi relatado não restam dúvidas de que o pensamento de Marx foi e continua sendo determinante para formação ideológica do BE. Embora o partido não se defina marxista, a história de todas suas correntes fundadoras remonta a diferentes interpretações do marxismo.

3.2.2 A influência de Antônio Gramsci

Como vimos anteriormente, nenhuma das organizações que originaram o BE era gramsciana. No entanto, em decorrência das revisões teóricas pelas quais passaram as organizações, leituras de Gramsci e Rosa Luxemburgo foram assimiladas como uma maneira de renovar o marxismo, a partir de uma proposta de socialismo democrático, plural e crítico das experiências do socialismo do Leste Europeu. Fruto desta renovação teórica, “os trotskistas hoje são mais luxemburguistas do que eram; os comunistas hoje são mais gramscianos do que eram”²⁷⁷, afirma Fazenda. Apesar de ter aumentado a procura dos filiados pelas leituras gramscianas, as lideranças entrevistadas do BE consideram que Gramsci ainda é um autor pouco lido e pouco estudado, não só no partido, mas em toda a esquerda portuguesa. Vejamos alguns relatos:

Acho que há certa apetência da parte do Bloco para estudar esses pensadores, mas tudo isso é internamente muito frágil. Eu diria que a esmagadora maioria dos aderentes do Bloco não está nesta. (...) Nós sabemos o interesse que tem o estudo sobre Gramsci no Brasil e não tem o

²⁷⁶ FAZENDA, op. cit.

²⁷⁷ Ibidem.

mínimo de comparação com o que se passa cá.²⁷⁸

É difícil eu dar uma resposta a isso porque não há uma preocupação doutrinária por parte do Bloco em propriamente estimular a aprendizagem ou a discussão em torno do pensamento de Gramsci. Não há nenhuma tendência que se defina gramsciana.²⁷⁹

E, portanto, ao longo dos últimos anos Gramsci foi emergindo, foi surgindo nas iniciativas, nas formações políticas das várias correntes e na formação política do Bloco. Mas se me pergunta se é uma pedra basilar da identidade teórica do Bloco de Esquerda o marxismo de Gramsci, não, não diria que seja. (...) O Gramsci não é um autor que tenha grande raiz na extrema esquerda portuguesa.²⁸⁰

É um fato que Gramsci não foi muito estudado em Portugal. Gramsci não teve influência na esquerda portuguesa, teve alguma influência na esquerda dos anos 1970 no Movimento de Esquerda Socialista. Mas, na verdade, as suas traduções foram sempre muito escassas, houve muito pouco trabalho consistente, era dos autores marxistas menos conhecidos em Portugal.²⁸¹

Para Carujo, a presença de Gramsci no BE é pequena em termos oficiais, mas tem importância em termos de discurso, já que a direção partidária “tem uma formação política forte e

²⁷⁸ MADEIRA, op. cit.

²⁷⁹ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

²⁸⁰ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

²⁸¹ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

alargada que inclui o pensamento gramsciano”, avalia. Além da presença nos discursos, Carujo relata que conceitos como guerra de movimento, guerra de posições, revolução passiva, etc., faziam parte dos documentos oficiais do PSR bem antes da fundação do BE.²⁸²

A influência de Gramsci nas universidades portuguesas é bastante limitada. O conservadorismo das universidades faz com que o seu pensamento tenha pouca penetração. Ainda assim, um dos principais focos da influência gramsciana é a Universidade de Coimbra, através do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia, explica Pureza, que é professor daquela universidade. Na área de Relações Internacionais, “o conceito de hegemonia como estruturador da ordem internacional é trabalhado por nós e não é trabalhado por mais ninguém”. Porém, “pagamos altíssimo preço por isso, porque é uma coisa relativamente maldita em Portugal”, relata o deputado bloquista.²⁸³

Carujo explica que a influência de Gramsci em Portugal tem ocorrido de modo desigual: em meados da década de 1970 as publicações de Gramsci influenciaram, sobretudo, as organizações políticas de esquerda, especialmente durante o período revolucionário. Já nos anos 1980, a teoria de Gramsci influenciou mais o meio acadêmico do que, propriamente, o das organizações políticas e da militância engajada nas lutas por transformação social.²⁸⁴

Gramsci foi pouco difundido pela esquerda portuguesa, já que o PCP mantinha uma rejeição muito grande a todo pensamento que fosse crítico às experiências soviéticas durante o regime de Stalin. Segundo Costa, tanto o PCP quanto o stalinismo internacionalmente consideraram Gramsci “uma espécie de mártir do comunismo, mas não um teórico do comunismo”. Costa explica que, diferentemente do PCP, o PSR chegou a publicar textos de Gramsci nos anos 1970.²⁸⁵ Louçã, na mesma direção que Costa, relata que não houve interesse por Gramsci por causa

²⁸² CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

²⁸³ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

do PCP (muito alinhado ao modelo soviético) e das correntes oriundas deste partido que eram maoístas. “Correntes que surgiam da esquerda em maio de 1968, que cruzava Lukács, Gramsci, Mandel, Che Guevara, eram minoritárias”, explica.²⁸⁶ O pensamento teórico de Gramsci foi ignorado pelo PCP devido à crítica ao mecanicismo e a ortodoxia economicista que marcaram o pensamento stalinista e influenciaram as experiências políticas do socialismo do Leste Europeu. Ainda que tenha feito várias críticas a Trotsky, sobretudo, em relação à teoria da revolução permanente, Gramsci parece ter sido mais aceito na corrente trotskista (PSR) do que nas demais correntes da esquerda portuguesa. Vejamos a opinião de Costa sobre a relação entre a esquerda portuguesa e a teoria de Gramsci:

O Partido Comunista Português fez com Gramsci o que fez o stalinismo em termos internacionais: o celebrou como prisioneiro, mas nunca quis estudar o lugar teórico. (...) Isso moldou um pouco a forma como a esquerda anticapitalista e a esquerda revolucionária lideram com o pensamento de Gramsci. Na corrente trotskista foi um pouco diferente porque o Gramsci foi reivindicado a partir dos anos 1970 e foi publicado (a Filosofia da Práxis, etc.). Algumas das suas obras foram sendo publicadas, mas, também, não era o centro da formação dessa corrente.²⁸⁷

Fazenda se diz um simpatizante de Gramsci, sobretudo, em relação à importância atribuída aos fatores culturais: “acho que em várias coisas ele foi mais perspicaz do que Lenin, como o problema da emergência do fascismo, o problema já visível do Mussolini na Itália, na época. Ele foi mais previsível do ponto de vista da reação da burguesia”²⁸⁸, afirma. Obviamente, contribui

²⁸⁶ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

²⁸⁷ COSTA, op. cit.

²⁸⁸ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

para esta questão o fato de Gramsci viver o contexto de ascensão do fascismo na Itália, ambiente que Lênin não vivenciou.

Outro aspecto apontado por Fazenda é a latinidade dos textos de Gramsci que se percebe tanto na escrita, quanto na “descrição dos aspectos sociais”. O fato de Gramsci vir de uma cultura latina facilita a identificação dos povos latinos com a sua teoria, mesmo inconscientemente, explica Fazenda. “Lenin disse que tinha pena que algumas coisas propostas na Internacional Comunista fossem demasiadamente russas”²⁸⁹, afirma. A crítica feita por Lênin consiste, sobretudo, no excesso de centralização do partido bolchevique, o que não era muito aceito na Europa Ocidental.²⁹⁰ Vimos que Gramsci contribui significativamente para a ideia de descentralização do partido, isto é, para o rompimento das hierarquias rígidas que caracterizam os estratos do partido e para a definição teórica de “ocidente” (em oposição à concepção de “oriente”), na qual a disputa de hegemonia na sociedade civil torna-se mais importante e, portanto, exige menor centralização, tanto por parte do partido quanto por parte do aparelho de Estado.

Para Pureza, dois conceitos gramscianos são muito presentes no Bloco de Esquerda: o conceito de *bloco histórico* e o conceito de *hegemonia*. Tais conceitos estão imbricadamente relacionados, pois a conquista de hegemonia é fundamental para que se estabeleça um novo bloco histórico. O conceito de bloco histórico contribui para a visão de que a construção do socialismo passa por uma ampla unidade que envolve vários setores sociais ou classes subalternas. Já a hegemonia, ao contrário da visão do senso comum, vai além da “simples dominação política”, pois é muito “mais profunda” e muito “mais porosa” dentro da sociedade, explica Pureza. Conforme o dirigente bloquista, o BE é o partido que mais tem realizado discussões a respeito do senso comum e da “hegemonia conservadora ou liberal em Portugal”.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ “Quando a 3ª Internacional Comunista discutia seus estatutos, em 1919, Lênin se opôs a propostas que considerava “muito russas” e exageravam a centralização”. DOMINGUES, Sérgio. Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho. Espaço Acadêmico, no 52. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52domingues.htm>, acesso em 05 de agosto de 2015.

²⁹¹ Pureza crítica os que se dizem de esquerda, mas acabam por assimilar a visão hegemônica, tornando-se porta-vozes do discurso dominante. Nesse sentido, hegemonia e alienação tem muito em comum, “porque é a conquista das nossas mentalidades para a satisfação dos interesses dominantes que são, afinal de contas, contra nós”, conclui.

Vimos nesta seção que a teoria gramsciana exerce influência sobre os debates teóricos promovidos pelo BE, de modo que o partido faz uso de conceitos como “hegemonia”, “bloco histórico”, “guerra de movimento”, “guerra de posições”, “revolução passiva”, “intelectuais orgânicos”. Verificamos que a teoria gramsciana possui pequena inserção no meio acadêmico, apesar do conservadorismo presente nas universidades portuguesas. Constatamos também que a maior rejeição ao pensamento gramsciano na esquerda portuguesa advém de correntes marxista-leninistas influenciadas pelo stalinismo. Veremos a seguir a forma como o BE se define enquanto partido.

3.2.3 A concepção de partido

O manifesto “Começar de Novo” expressou que o BE seria formalmente um partido, para que pudesse concorrer às eleições, mas, na realidade, seria um *movimento* “capaz de suscitar, pelas suas propostas, a adesão de quantos nelas se reconheçam e de associar a si o apoio e o empenhamento de correntes organizadas de intervenção política ou social e de múltiplas outras opiniões”²⁹². Ao contrário da concepção de partido-movimento do BE, em que o partido é organizado de forma descentralizada, permitindo a existência de tendências internas, a concepção gramsciana identifica o partido ao intelectual coletivo, que representa o conjunto das classes subalternas, centralizando e formando a “vontade coletiva nacional-popular”. Portanto, a concepção gramsciana de partido tem relação direta com a multiplicidade de classes que são exploradas, dominadas, alienadas e

²⁹¹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

²⁹² Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo”, 1999, documento de fundação do Bloco de Esquerda, p. 17. Disponível em www.bloco.org, acesso em 10 de abril de 2015.

subalternizadas nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais com as classes dominantes.

Tal como o manifesto “Começar de Novo”, a 1ª Convenção Nacional (2000) afirmou que “o Bloco de Esquerda quer ser um novo movimento e não mais um partido”. Para o BE, não se trata de uma crítica à existência de partido, mas “reflete os limites do atual sistema político-partidário quanto à capacidade de representação do conjunto de opiniões presentes na sociedade”. A estrutura de organização burocratizada e profissionalizada dos partidos tradicionais prejudica a militância, que deixa de corresponder “a ideia de participação e cidadania ativa”, afirmam as resoluções.²⁹³

Outra explicação para a caracterização de movimento é a convivência no interior do BE de diversas correntes políticas com distintas culturas e diferentes formas de interpretação político-filosófica da sociedade. A perspectiva de construção de um partido que seja antes um movimento tem relação com o processo político que resultou na formação do BE, após a unificação de três partidos e de vários grupos políticos.

Conforme os relatos das lideranças, não há consenso em relação ao partido-movimento: algumas consideram que o BE é partido-movimento, pois se diferencia substancialmente dos outros partidos em sua forma de organização e funcionamento; outras consideram que o BE foi um partido-movimento no passado, mas hoje já não é; outras consideram o BE um partido como os demais, tanto na sua forma de organização quanto no seu funcionamento. Apesar disso, os Estatutos do partido, revistos na 9ª Convenção Nacional (2014, Art. 1º), reiteram que o BE é um partido-movimento:

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legal de partido político. 2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e

²⁹³ Resoluções da 1ª Convenção Nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2000, em Lisboa, Portugal, p. 12.

com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate às formas de exclusão baseadas em discriminações de caráter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de classe social.²⁹⁴

Cardina explica que a ideia de movimento está relacionada às manifestações de Seattle, aos Fóruns Sociais e a construção de uma “nova esquerda” vinculada aos movimentos sociais.²⁹⁵

Louçã destaca que a lógica de movimento procura fugir dos moldes dos partidos da esquerda tradicional em Portugal, em especial, do PCP. O BE é “mais aberto à presença dos movimentos sociais e do ativismo”, afirma o dirigente bloquista.²⁹⁶

Para diferenciar-se da esquerda tradicional e da forma de organização partidária centralizada e burocratizada, o BE se opõe a elaboração de um único horizonte de atuação política e permite que a construção do programa partidário seja um processo aberto a mudanças e adaptações. Porém, esta abertura não pode impedir ou prejudicar a definição conjunta e democrática de prioridades políticas de luta e intervenção. Conforme as resoluções da 1ª Convenção Nacional, o BE resultou de uma grande diversidade de movimentos de esquerda, com diferentes proposições e culturas políticas. Portanto, o partido não se coloca como um horizonte, mas como uma confluência de diferentes horizontes. Vejamos como as resoluções definem a “lógica de movimento” do BE:

A primeira singularidade visível do Bloco de Esquerda – ser apoiado e impulsionado por vários partidos, e convocar, para esta iniciativa, o arco-íris das tradições

²⁹⁴ Estatutos do BE. Revistos na 9ª Convenção Nacional de 22 e 23 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www.bloco.org>, acesso em 15 de junho de 2015.

²⁹⁵ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

²⁹⁶ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

políticas da esquerda – decorre da lógica de movimento que escolhemos. (...) Vemos a construção pragmática do Bloco de Esquerda como um processo e não como uma síntese com data previamente marcada para se concluir. Vemos a construção programática do Bloco como parte integrante da dinâmica do movimento, e não separada da definição de prioridades políticas de intervenção. Vemos a construção programática do Bloco como uma acumulação articulada de capacidade propositiva que convoca a pluralidade de tradições e horizontes na esquerda para a sua elaboração.²⁹⁷

De acordo com Carujo, uma das justificativas para a caracterização de movimento estaria associada ao propósito de “marcar a diferença”, de diferenciar-se dos outros partidos: “uma esquerda diferente, com pressupostos diferentes, com formas de agir diferentes”²⁹⁸. No entanto, ele lamenta que a identificação do BE à ideia de movimento não tenha se concretizado, devido à pressão institucional e midiática a que o partido foi submetido. A esquerda não institucional, presente nos movimentos sociais em geral, acabou sendo subalternizada em relação à participação institucional, sobretudo parlamentar. Isso acabou afetando a proposta de movimento, de ligação com a sociedade civil. “As estruturas, por exemplo, o local de direções, nos conselhos, direções nos distritos, direção nacional, enfim, o organograma do Bloco é de um partido tradicional”, afirma o dirigente da Plataforma Anticapitalista.²⁹⁹

Leiria também considera que o BE atualmente já não é um movimento. Ele diz que o partido chegou a ser um movimento no início, quando havia vários líderes ao invés de um líder definitivo e existia uma grande rotatividade entre seus deputados. O Bloco é um partido e seria errado chamá-lo de movimento, afirma o

²⁹⁷ Resoluções da 1ª Convenção Nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2000, em Lisboa, Portugal, p. 19-20.

²⁹⁸ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

²⁹⁹ *Ibidem*.

jornalista.³⁰⁰ Em seu relato, Leiria se lembra de algumas iniciativas que foram tomadas para tornar o partido mais descentralizado:

(...) quando teve seu grupo parlamentar [o partido] introduzia medidas, como uma rotatividade muito grande dos deputados, por exemplo: se elegiam três deputados, passados uns meses ou um ano, pediam dispensa para entrarem outros nos seus lugares, faziam uma grande rotatividade dos deputados, não tinham um coordenador ou um líder definido, eram vários, tinha uma série de características que distinguia de um partido com sua estrutura mais consolidada. Eu acho que houve uma evolução e hoje já não se pode dizer que o Bloco é um movimento, o Bloco é um partido.³⁰¹

Madeira explica que a ideia de movimento estaria ligada à “presença nas ruas” e de participação junto aos movimentos sociais sem que esta participação configurasse em “correia de transmissão” do partido, isto é, que fosse assegurada aos movimentos plena autonomia de decisão e atuação política. A concepção de movimento também teria relação com a diversidade de tendências e a não oposição ao surgimento de novas tendências. No entanto, Madeira lamenta que o partido tenha ficado muito fechado em torno de suas principais lideranças (Miguel Portas, Francisco Louçã e Luiz Fazenda), o que comprometeu a coesão do partido, principalmente em relação à base. O partido esteve muito voltado para a ação parlamentar e acreditou-se ser possível construir um partido de cima para baixo com o apoio da mídia, critica Madeira. Para ele, o BE também esteve muito atrelado à sua imagem pública, proporcionada pelos meios de comunicação e pela ação de seus parlamentares. Porém, a perda de espaço na mídia (em função de alguns problemas que veremos mais adiante) contribuiu para a crise de 2011, resultando

³⁰⁰ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

³⁰¹ Ibidem.

na perda de 50% da base parlamentar bloquista na Assembleia da República. O fato de o Bloco não ter uma base consolidada também contribuiu para o declínio da representação no Parlamento, explica Madeira.³⁰²

Fazenda defende a ideia de que o BE é um partido-movimento, na medida em que respeita a diversidade e a pluralidade, bem como as diferenças culturais, sociais e geográficas que o caracteriza. Se o partido simplesmente seguisse a lógica de decidir segundo a maioria absoluta (uma pessoa, um voto), sem considerar as suas diferenças ideológicas e culturais, não seria partido-movimento, explica. Fazenda lembra que as principais forças políticas do BE, que historicamente se unificam em apenas uma moção (hegemonia partilhada), assumiam a direção sem que fosse obedecido o critério numérico, ou seja, todas tinham o mesmo número de pessoas na Mesa Nacional, apesar de algumas terem mais delegados no Congresso que outras.³⁰³

Para Pureza, a concepção de partido-movimento difere-se da noção de partido que se impõe verticalmente sobre os movimentos sociais. Para ele, o BE é um partido de movimentos porque desde a sua fundação foi influenciado por diversos movimentos sociais (movimento LGBT, movimento antirracista, movimento alterglobalização, movimento feminista, movimento ambientalista, etc.) que procuram manter sua independência e autonomia em relação à estrutura partidária, ainda que reconheçam a importância de haver um instrumento de atuação política que agregue os seus anseios.³⁰⁴ Portanto, cabe ao partido unificar as lutas dos movimentos sociais (obviamente de esquerda, progressistas) e defendê-las nos espaços institucionais. Eis a explicação de Pureza:

(...) todos os movimentos que emergiram com grande força nos anos 1990 tinham e têm a lógica de não serem agentes de um partido que dita de cima para baixo as linhas de atuação na sociedade, pelo

³⁰² MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

³⁰³ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

³⁰⁴ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

contrário, são movimentos muito autônomos, com agenda própria, mas com a compreensão de que sua radicalidade exige, digamos, um patamar de atuação que não pode ser limitado a sua temática específica: ambiente, mulheres, de minorias sexuais, de luta contra o racismo, direito dos animais, o que seja. Portanto, estes movimentos que estou a falar são movimentos que rapidamente chegam à conclusão de que é necessário haver uma estrutura, uma força, uma entidade com capacidade de luta política agregadora e que dê voz a esses movimentos.³⁰⁵

Nesse sentido, o BE não é totalmente avesso a qualquer forma de centralização, até porque, um partido que não fosse, ainda que minimamente centralizado, deixaria de ser um partido. As resoluções da 1ª Convenção Nacional caracterizaram o BE como um partido “plural no plano ideológico, coeso nas principais propostas, eficaz na marcação da agenda política e, no plano interno” assumiria “a democracia de cooperação, o valor da experimentação e a liberdade individual como critérios da sua própria construção”.³⁰⁶ A existência de um partido político pressupõe que existam determinadas propostas unificadas pelas quais as bases não diverjam. “A lógica de movimento do Bloco de Esquerda tende a centrar-se sobre o que em cada período histórico concreto lhe parece essencial”³⁰⁷. Nesse sentido, considera-se central a luta por uma sociedade socialista, sendo fundamental que o partido assuma uma centralidade em torno desta proposta. Por outro lado, as resoluções elucidaram que “em tudo o que não é essencial (...), a diferença de opiniões é normal e não vemos que tal prejudique a imagem e a capacidade de intervenção do movimento na sociedade”.³⁰⁸

Esta questão programática (da necessidade de haver, ainda que minimamente, alguma forma de centralização), aprovada na

³⁰⁵ Ibidem.

³⁰⁶ Resoluções da 1ª convenção nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2000, em Lisboa, Portugal, p. 14.

³⁰⁷ Ibidem, p. 20.

³⁰⁸ Ibidem.

primeira Convenção Nacional do BE, tem relação com a concepção gramsciana de partido, para a qual o partido deve elaborar de modo homogêneo e sistemático a vontade coletiva nacional-popular, através da representação e união das classes subalternas em torno de interesses comuns. Para Gramsci, o partido tem importância central nesta elaboração, que ocorre a partir da realidade objetiva concreta e não de modo subjetivista ou espontaneísta. Todavia, ele também compreende que os anseios e sentimentos espontâneos das massas não devem ser ignorados, pois, além dos interesses fundamentais que unem as classes subalternas em torno de objetivos comuns, existem interesses divergentes. Portanto, para o filósofo sardo, o partido tem importância central na elaboração de uma “vontade coletiva nacional-popular” e, por outro lado, deve permitir a livre manifestação dos sentimentos espontâneos e subjetivos das massas. O BE propõe a centralização em torno de propostas consideradas essenciais e a livre manifestação das tendências, grupos e filiados em torno das questões que não são consideradas centrais. Portanto, há nesta questão uma aproximação entre a teoria gramsciana de partido e a concepção de partido-movimento do Bloco de Esquerda.

Gramsci defende a ideia de centralismo democrático, com a ressalva de que o centralismo democrático não se converta no que ele chamou de “centralismo burocrático”, modelo político no qual forma-se um grupo de dirigentes burocratas que decide no lugar das bases, impedindo os vínculos entre os estratos do partido e impossibilitando que as decisões dos dirigentes sejam respaldadas e representadas pela base partidária. Todavia, tanto o BE quanto o PT, em favor da pluralidade de vozes, movimentos e grupos que os constituem, não adotam o centralismo democrático, possibilitando a existência de tendências internas e diferenciando-se dos partidos da esquerda tradicional, de influência marxista-leninista.

Apesar de Gramsci ter afirmado que o centralismo democrático deveria ser aberto à participação e decisão das bases, havendo fluidez entre os estratos do partido, este conceito tem sido rejeitado pelos novos partidos de esquerda em razão das experiências históricas dos partidos da esquerda tradicional, que deturpam o sentido original do termo. Portanto, o centralismo democrático paulatinamente foi adquirindo a forma de uma burocracia autocrática disfarçada de democracia. Considerando a

forma como Gramsci define este conceito, não parece haver incompatibilidade entre o centralismo democrático e o partido de tendências.

Para Costa, a ideia de partido-movimento tem relação com a necessidade de o BE atuar tanto na via institucional quanto nos movimentos sociais e demais organismos da sociedade civil. Segundo ele, existem partidos que dão maior ênfase à representação institucional e partidos que enfatizam mais a participação nos movimentos sociais. A atuação nos movimentos sociais e demais organismos da sociedade civil não é exclusividade dos partidos de esquerda: partidos de direita também têm dedicado a “ocupar lugares e dinamizar socialmente em diferentes formas de combate político, e não apenas ao nível das instituições e das representações”³⁰⁹, ressalta Costa. A disputa político-ideológica na sociedade civil envolve forças políticas de esquerda e de direita que formam, nos dizeres de Gramsci, as “modernas trincheiras”.

O BE tem utilizado as expressões “correr por dentro” e “correr por fora” para se referir, respectivamente, à atuação na política institucional (por meio das instituições parlamentares e governos) e a atuação nos movimentos sociais. Uma crítica (que também é autocrítica) feita por várias lideranças bloquistas consiste na excessiva ênfase dedicada à atuação parlamentar, bem como, na dependência da repercussão midiática em detrimento de uma participação mais efetiva junto aos movimentos sociais. Para Cardina, o BE deve investir tanto no “correr por dentro” quanto no “correr por fora”, ou seja, sem privilegiar uma área de atuação em detrimento da outra. A estratégia de atuar nestas duas frentes está relacionada à necessidade de o partido adquirir características de massa e construir uma “hegemonia político-social forte”, que conduza a “ruptura com a ordem capitalista”, explica Cardina.³¹⁰ Já Carujo ressalta a importância de o partido atuar principalmente nos movimentos sociais, pois o “Bloco tem carência em termos de enraizamento social”.³¹¹

³⁰⁹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

³¹⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

³¹¹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

Por outro lado, Costa explica que quando foram criadas, as expressões “correr por dentro” e “correr por fora” correspondiam à participação política-institucional do BE, ou seja, as expressões referiam-se estritamente às “questões de governo”. “Correr por dentro” significava trazer “o Partido Socialista para a esquerda” e se aliar a ele enquanto parceiro estratégico no governo. Por outro lado, o “correr por fora” referia-se a construção de uma alternativa independente, que levasse a uma “transformação radical da sociedade”. Essa discussão se fez mais intensamente nos primeiros anos após a fundação do BE. Com a aplicação dos programas de austeridade e a intensificação das políticas neoliberais realizadas pelos governos do PS e do PSD, as possibilidades de alianças governamentais com o PS (“correr por dentro”) foram sendo descartadas em favor da construção de uma plataforma política independente (“correr por fora”). Portanto, a aplicação das políticas neoliberais que afetaram os direitos trabalhistas e o bem-estar social do povo português conduziram o BE e evitar alianças políticas com o PS. “A ideia de que o Bloco tem que ser portador de uma proposta de alternativa de governo veio mais forte”³¹², relata Costa.

As discussões acerca da distinção entre “partidos de massas” e “partidos de quadros”, que são muito comuns nos encontros e congressos do PT, são menos frequentes no BE, até porque, a influência das massas neste partido é bem menos significativa. “O Bloco sempre foi um partido pequeno, baseado, sobretudo, em quadros. Eu acho que nunca conseguimos romper essa realidade”, diz Carujo. Além disso, segundo o dirigente bloquista, o fato de muitos militantes dedicarem-se a atuação parlamentar e institucional acabou comprometendo a atuação do partido nos movimentos sociais.³¹³

A ênfase dada à participação da militância não profissionalizada³¹⁴ constitui outra característica do partido-movimento. Conforme a moção aprovada na 1ª Convenção

³¹² COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

³¹³ CARUJO, op. cit.

³¹⁴ Este fator é relevante tendo em vista que um dos aspectos observados na trajetória do PT foi a crescente profissionalização de sua militância. Ver BETTO, Frei. *A Mosca Azul. Reflexão sobre o Poder*. Rocco. Rio de Janeiro, 2006.

Nacional, o PS e o PSD pertencem à tradição de partidos de eleitores, possuindo uma “militância profissionalizada por via do aparelho de Estado e dos sindicatos”. Já o BE é definido como um partido de militância, que privilegia o “ativismo social e político não profissionalizado. “O bloco terá activistas profissionalizados na equipa central, mas eles deverão estar em minoria nos Órgãos de decisão”, elucida a moção.³¹⁵

Identificamos várias aproximações e semelhanças entre a concepção de partido em Gramsci e a concepção do BE de partido, especialmente em relação à necessidade de não haver uma estrutura rígida na organização partidária, para que as bases sejam sujeitos da transformação e não objetos de manipulação dos líderes do partido. Também verificamos a identificação do BE à noção de intelectual coletivo, sendo o partido compreendido como produto das decisões coletivas e a direção compreendida como emanção das bases partidárias. Nesse sentido, o modelo gramsciano de partido assemelha-se mais ao da “nova esquerda”, isto é, aos partidos de esquerda constituídos nas décadas de 1980 (PT) e 2000 (BE) - que são menos rígidos, mais democráticos e de estrutura mais fluida - do que a esquerda dos moldes tradicionais, representada pela socialdemocracia (partidos trabalhistas, socialistas e socialdemocratas) e pelo marxismo-leninismo (partidos comunistas).

CAPÍTULO IV – O PLANETA EM DISPUTA

Neste capítulo relacionamos o conceito gramsciano de hegemonia com a forma como o PT e o BE compreendem estes conceitos. Para atender a este objetivo, além da consulta bibliográfica e da consulta aos documentos oficiais, foram considerados os depoimentos de lideranças de ambos os partidos.

³¹⁵ Resoluções da 1ª Convenção Nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2000, em Lisboa, Portugal, p. 27.

4.1 O PT E A DISPUTA DE HEGEMONIA

4.1.1 A concepção petista de hegemonia

O conceito de hegemonia já se fazia presente nos debates e nas discussões teóricas de grupos e tendências antes da fundação do PT. Porém, somente a partir do 4º Encontro Nacional (1986) é que este conceito passou a ser utilizado com maior frequência e rigor teórico nos documentos oficiais. Até então, os principais documentos do PT tinham como eixo central a questão da democracia, que era o principal objetivo a ser conquistado durante o conturbado período de “abertura lenta, gradual e segura” do regime militar.³¹⁶ Durante a primeira metade da década de 1980, o PT (juntamente com diversos partidos e movimentos sociais de esquerda) lutou intensamente pela redemocratização do país. Antes do 4º Encontro, os documentos oficiais dificilmente mencionavam (e quando mencionava, o fazia de forma pouco precisa) o conceito de hegemonia conforme a acepção gramsciana.

A primeira vez que o conceito de hegemonia passou a constar em um documento oficial do PT foi em 1980. O documento intitulado Pontos para a Elaboração do Programa, escrito por Mário Pedrosa e assinado pela Comissão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT, fazia diversas referências ao conceito. Segundo o documento, o programa do PT deveria se tornar a expressão dos anseios e expectativas dos trabalhadores, ou seja, ser portador da “vontade de hegemonia da classe trabalhadora”. Isso significava que o PT não trazia consigo “receitas prontas” sobre questões programáticas e teórico-políticas; o PT não tinha a pretensão de incutir de forma impositiva o seu programa para a classe trabalhadora, pelo contrário, estaria por construir e elaborar a sua teoria no dia-a-dia, através de sua participação ativa junto às lutas populares e

³¹⁶ O termo abertura “lenta, gradual e segura” vem do governo Geisel, que em consequência das pressões populares para que fosse instaurada a democracia no Brasil, procurou preparar aos poucos a transição, que tinha de ser segura, sobretudo, para manter o aparato autoritário e impedir que a esquerda viesse a comandar o país.

movimentos sociais.³¹⁷ De acordo com Raul Burgos, esta seria a “expressão de uma nova visão do lugar do partido que rejeita a autodefinição de “vanguarda”, próprias de gerações de esquerda anteriores”.³¹⁸

Além da definição de partido aberto à participação e decisão direta das massas (em oposição “centralismo burocrático”), o documento incentivou a construção e difusão de escolas nos núcleos partidários, com o objetivo de construir “uma educação para a hegemonia”.³¹⁹ Portanto, a educação era compreendida como um importante instrumento para disputar a hegemonia, através do consentimento das massas, para a formação do novo bloco histórico.

O Encontro Nacional Extraordinário (1985) fez um longo balanço do processo de redemocratização e das eleições indiretas que escolheriam Tancredo Neves para a Presidência da República. As resoluções deste encontro enfatizaram o movimento liderado pelo PT em defesa das eleições diretas ao invés de eleições congressuais, e criticaram os “setores progressistas” do PMDB, PCB, PCdoB e MR-8, por terem se submetido à “hegemonia liberal-burguesa”, integrando a Aliança Democrática³²⁰ e “legitimando a transição conservadora”.³²¹

³¹⁷ Documentos Dossiê. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Dossie%20Doctos.pdf, acesso em 08 de abril de 2016.

³¹⁸ BURGOS, Raul. As peripécias de Gramsci entre Gulliver e o pequeno polegar: (um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN). Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Evelina Dagnino. UNICAMP, Campinas, novembro de 1994, p. 120.

³¹⁹ Documentos Dossiê, op. cit.

³²⁰ A Aliança Democrática foi um acordo liderado pelo PMDB e a Frente Liberal (advinda do Partido Democrático Social – PDS, que mais tarde daria origem ao Partido da Frente Liberal – PFL) para conquistar a Presidência da República em 1985. A chapa Tancredo-Sarney foi eleita de forma indireta, através do Congresso, quando o PT liderava um movimento por eleições diretas em todos os níveis, com a participação dos analfabetos e militares, que na época não podiam votar.

³²¹ Após a eleição de Tancredo em 1985, os três deputados petistas que votaram na chapa Tancredo-Sarney para a Presidência da República (Ayrton Soares, Bete Mendes e José Eudes) tiveram que deixar o PT, por

As resoluções do Encontro Nacional Extraordinário também analisaram a mudança do panorama político daquele contexto, quando as elites fizeram um pacto para uma transição conservadora³²², a fim de assegurar que a classe trabalhadora continuasse a ser excluída das decisões políticas. O *modus operandi* utilizado pelas elites foi a “transição por cima”, ou seja, a “liberalização do regime, sem democratização de fato”, muito semelhante à concepção gramsciana de revolução passiva. Segundo o documento, estava a ser construída uma nova hegemonia. No entanto, a hegemonia não era totalmente nova já que as mesmas oligarquias que representavam o poder durante a ditadura militar permaneceram no poder no período pós-ditatorial. Vejamos um trecho da análise das resoluções sobre a “transição por cima” e a “alternativa por baixo”, contraposta pelo PT:

A principal característica do processo de transição conduzido pelos militares e pelos

contrariarem a decisão partidária. Quinze anos depois de terem sido desligados do partido (pediram a desfiliação antes que esta fosse concretizada com a expulsão), o então presidente do PT, José Genoíno, convidou os ex-deputados a retornarem ao partido. MARCHI, Carlos. Vinte anos depois, PT quer reintegrar deputados que votaram em Tancredo. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/314707/noticia.htm?sequence=1>, acesso em 16 de setembro de 2015.

³²² Ao contrário do processo revolucionário conhecido por Revolução dos Cravos ou Revolução de 25 de Abril, que resultou no fim da ditadura portuguesa em 1974, a derrubada da ditadura militar no Brasil em 1985 não foi consequência de um processo revolucionário, mas da interrupção das contrarrevoluções. “Houve um plano de redemocratização (por volta dos anos 1980) concebido pelas elites dominantes das nações latino-americanas, por intermédio dos Estados Unidos, que serviu para a autopreservação das instituições ligadas ao poder. Com isso, o comprometimento ideológico dos governos que sucederam aos regimes ditatoriais, continuou voltado para os interesses das classes dominantes, representadas pela burguesia financeira e industrial e pelas as velhas oligarquias rurais”. COIMBRA, Eric Araújo Dias. O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo. Dissertação apresentada à banca como requisito para a obtenção do título de mestre em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2009.

setores mais conservadores dos partidos políticos, iniciado com a política de abertura do presidente Geisel, era a liberalização do regime, sem democratização de fato. Ou seja, reconstituir a autoridade do Estado com a participação de setores das classes dominantes até então marginalizados: tratava-se de construir uma nova hegemonia. O planejado retorno dos militares aos quartéis previa a continuidade da exclusão das classes populares das decisões políticas, principalmente da sucessão presidencial. Isto parecia assegurado pela vitória eleitoral das forças conservadoras, ditas oposicionistas, no PMDB e no PTB, criando condições para manter indiretas as eleições. Desde essa época, o regime se empenhava para assegurar sua continuidade, ainda que sob novas formas e através de um pacto das elites. Desde essa época, também, lutávamos contra a transição por cima, e a este projeto opúnhamos uma alternativa por baixo, a partir da mobilização e em defesa dos interesses sociais e políticos das grandes maiorias.³²³

As resoluções do IV Encontro Nacional criticaram aos dirigentes sindicais que ocupavam cargos de direção no partido sem “estabelecer as pontes entre a luta econômica de melhoria de condições de vida e trabalho dos trabalhadores e a luta política pela participação nos mecanismos de poder do próprio sistema capitalista e a luta pela transformação social, pelo socialismo”.³²⁴ Esta questão colocada pelo documento é pertinente, na medida em que dirigentes petistas têm subordinado as suas ações ao

³²³ Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário – 1985. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 182-183.

³²⁴ Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT, realizado – 1986. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 215.

aspecto econômico-corporativo, comprometendo as propostas estratégicas do partido. Gramsci faz inúmeras críticas ao partido trade-unionista, o qual é excessivamente preso às lutas econômico-corporativas e momentâneas, sem se empenhar na construção de uma vontade coletiva nacional-popular que possa resultar numa nova hegemonia e em um novo bloco histórico.

Este mesmo documento afirmou que a militância petista deveria se comprometer em “fazer propaganda do socialismo e discutir (...) a necessidade de um novo poder e de uma nova sociedade”, a fim de “elevar a consciência, a organização e a mobilização da massa dos trabalhadores”.³²⁵ Estava implícita a necessidade de fazer a “guerra de posições”, de convencer as massas para que elas pudessem defender (e, ao mesmo tempo, elaborar) um projeto de sociedade contrário ao projeto hegemônico das elites. Adiante, o documento fez menção à disputa de hegemonia nas instituições da sociedade civil e interpretou o Estado conforme a definição marxista, isto é, como instrumento a serviço dos interesses das classes dominantes. Eis um trecho das resoluções:

(...) o Estado brasileiro é um instrumento da classe burguesa que não pode ser ignorado nem minimizado. Além disso, o Estado, em nome da burguesia, controla direta ou indiretamente grande parte da rede educacional e das atividades culturais e artísticas, da comunicação social (rádio, TV, imprensa etc.), dos sindicatos, federações e confederações, de numerosas entidades da sociedade civil. A burguesia tem, ainda, hegemonia ou predominância significativa nas universidades, nas instituições científicas e técnicas, na maior parte dos serviços públicos, cada vez mais explorados por empresas privadas ou mistas, e em numerosas entidades associativas e representativas. (...) A disputa pela hegemonia sobre as grandes massas que ainda não despertaram para a vida política, ou que despertaram de forma incompleta, com vistas à conquista ou

³²⁵ Ibidem, p. 217.

manutenção do poder político, é o eixo que atravessa as ações políticas. A perda momentânea de iniciativa, assim, se é preocupante, não quer dizer que a batalha esteja perdida, da mesma forma que a conquista parcial da iniciativa não significa que a batalha esteja ganha.³²⁶

Conforme a citação, diversos organismos da sociedade civil são direta ou indiretamente controlados pelo Estado, porém, de forma não absoluta. Todos estes organismos (na linguagem gramsciana, “aparelhos privados de hegemonia”) são dotados de uma fluidez relativa que permite que ocorra a disputa de hegemonia, mesmo que o Estado exerça neles uma influencia muito forte. O documento explicitou também que a disputa de hegemonia é um processo complexo e duradouro, no qual, “a perda momentânea da iniciativa” não significa que “a batalha esteja perdida” ou a “conquista parcial da iniciativa” também “não significa que a batalha esteja ganha”.

O V Encontro Nacional (1987) enfatizou a disputa política nas organizações da sociedade civil. Conforme as resoluções deste Encontro, o Estado Brasileiro, apesar de seus “modernos aparelhos coercitivos (forças armadas, serviços de informação, etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários, etc.) não tem condições de se fechar completamente às classes subalternas em seu interior”.³²⁷ Portanto, a sociedade civil no Brasil é desenvolvida suficientemente para que exista um processo contínuo de disputa de hegemonia, envolvendo diferentes projetos de sociedade, que são representados por variadas classes e grupos sociais. No entanto, a vinculação entre classes e projetos de sociedade não ocorre de forma automática, pelo contrário, é fruto de um delicado, complexo e contraditório processo de produção, disseminação e assimilação de discursos e visões de mundo. Devido à influência dos meios de comunicação subordinados ao poder econômico e, devido à correlação de forças, muitas vezes desfavorável no processo de disputa hegemônica, é comum que

³²⁶ Ibidem, p. 249 e 267.

³²⁷ Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 316.

setores das classes subalternas apoiem projetos em favor das classes dominantes. Também pode ocorrer, embora seja menos comum, de setores das classes dominantes apoiarem projetos políticos de interesse das classes subalternas. Exemplo disso é uma parte do empresariado que tem apoiado o PT desde a primeira candidatura de Lula em 1988, quando o seu programa político era muito mais identificado com o socialismo do que o de 2002, ano em que o líder petista foi eleito Presidente da República.³²⁸

Segundo as resoluções do V Encontro “a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E, se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes”.³²⁹ Nota-se que o PT, naquele encontro, atribuía significativa relevância ao conceito de hegemonia, que somente se fazia compreensível sob a perspectiva gramsciana. Portanto, a burguesia, como classe social numericamente minoritária, necessitaria, logicamente, do “consenso e da legitimidade” das classes subalternas para o seu projeto político e para a manutenção do Estado capitalista. Porém, para conseguir o consenso e a legitimidade, o Estado teria que ser formalmente aberto à disputa de diversas classes. Este era o contexto do Brasil pós-ditatorial. Quando as classes dominantes passaram a ter a sua hegemonia ameaçada, em decorrência das lutas sindicais e populares que se unificaram no movimento das “Diretas Já”, houve a necessidade de abrir *formalmente* o regime para que outras classes sociais pudessem representar diferentes projetos políticos.

³²⁸ “Um dos primeiros capitalistas a se aproximar e apoiar o PT foi Lawrence Pih, o que causava estranhamento. Presidente do grupo Moinho Pacífico, ele ajudou a articular o apoio de empresários às campanhas de Lula. Pih era formado em filosofia na University of Massachusetts e pertencia à mesma geração de Lula (três anos mais velho do que o líder petista). Manteve-se fiel ao PT. A partir de 1994 (com a permissão da nova lei eleitoral) o PT passou a receber vultosos recursos das empresas privadas para campanhas eleitorais e criou laços com muitos capitalistas”. SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 107.

³²⁹ Op cit, p. 316.

A preocupação do PT com a disputa de hegemonia na sociedade civil é notória em diversos documentos aprovados durante o V Encontro. O texto referente à campanha eleitoral de 1988 propôs que três fatores estivessem articulados em “um todo único: a luta econômica e social, a luta política e a luta ideológico-cultural”.³³⁰ Estes fatores articulados entre si correspondem à disputa de hegemonia na sociedade civil, sem a qual uma classe ou grupo social não adquire o consenso necessário para alicerçar um novo bloco histórico e, portando, não consegue exercer supremacia cultural, ideológica, política e econômica sobre o conjunto da sociedade. Os organismos e instituições da sociedade civil estão constantemente em disputa. Todavia, alguns notoriamente exercem a função de manter a hegemonia das classes dominantes e outros exercem a função de representar os interesses das classes subalternas na disputa por hegemonia. Conforme as resoluções, o Programa Democrático-Popular, apresentado como um projeto alternativo das classes subalternas na disputa de hegemonia, deveria se opor à transição conservadora, com base numa perspectiva socialista. Adiante, um fragmento da análise da disputa de hegemonia elaborada durante o V Encontro:

Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (FIESP, CNA, CNI etc.), que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida, o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e a disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração. (...) Se é verdade que a burguesia, por

³³⁰ Ibidem, p. 341.

meio de seus partidos, enfrenta dificuldades para legitimar o projeto de dominação que é a Nova República, é também verdadeiro que no campo das classes trabalhadoras ainda não se construiu um projeto alternativo a essa dominação, apesar da existência do PT. Essa é a principal tarefa do PT no período histórico em que vivemos. Dizendo com todas as letras: a disputa da hegemonia na sociedade brasileira, com base num programa democrático-popular, capaz de unificar politicamente os trabalhadores e conquistar a adesão dos setores médios das cidades e do campo. Tal programa deve sintetizar tanto a nossa oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista de nossa sociedade.³³¹

As resoluções do VI Encontro Nacional (1989), ainda que não tivessem aprofundado o tema, abordaram ao conceito de hegemonia. Vejamos o que diz o documento: “os trabalhadores já construíram um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional... (...) O PT foi construindo uma hegemonia incontestável no campo do movimento operário e popular”³³² O instrumento construído pelos trabalhadores é o próprio Partido dos Trabalhadores que, apoiado pelas organizações sindicais (destaque para a CUT) e movimentos sociais, se propõe a fazer avançar a disputa de hegemonia, desta vez, em direção a outro patamar, a Presidência da República. Segundo as resoluções deste Encontro, “embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o Executivo, (...) inaugurando um novo período, (...) com a posse

³³¹ *Ibidem*, p. 317 e 320.

³³² Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 372.

do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado...”³³³

Mais adiante, as resoluções afirmam que “governo e poder não se confundem e que a vitória de Lula não pode ser vista como a conquista plena do poder político”. Por outro lado, o mesmo documento diz que “no Brasil, o Executivo Federal concentra tantos recursos e tanta força institucional, que o seu controle permite desencadear mudanças (...) em direção às transformações socialistas”³³⁴. Portanto, a eleição do presidente Lula levaria a disputa de hegemonia para outro patamar, no qual seria possível realizar reformas estruturais que conduzissem ao socialismo. Porém, a partir de 2002, os governos Lula e Dilma (apesar dos avanços na área social) não conseguiram realizar um processo acelerado e radical de reformas que alterassem a ordem social, política e econômica do país. De fato, as vitórias de Lula e Dilma estiveram longe de significar a obtenção plena do poder político. Se em 1989 o PT tinha ciência que o poder executivo poderia fazer avançar o projeto socialista, é somente uma meia verdade a exigência de obter maioria parlamentar para poder governar.

O VII Encontro Nacional (1990) enfatizou a importância da sociedade civil no processo de disputa de hegemonia, todavia, fez poucas referências diretas ao conceito, focando mais diretamente no “socialismo petista”. Será o 1º Congresso Nacional do PT (1991) que aprovará o documento com a mais detalhada elaboração teórica a respeito do conceito de hegemonia. Vejamos o que dizem as resoluções deste congresso:

(...) a disputa da hegemonia supõe uma ação simultânea no terreno político, social e ideológico. Engloba o trabalho nas instituições, onde atuamos no sentido de alargar as fronteiras da participação, da democracia, da cidadania e da afirmação da sociedade sobre o Estado. Inclui a diversidade das lutas sociais não institucionais e nem sempre legais. Incorpora a construção dos instrumentos organizativos pelos quais os trabalhadores

³³³ Ibidem, p. 397.

³³⁴ Ibidem, p. 399.

e a sociedade brasileira poderão definir os rumos do País. Envolve a disputa de ideias, a construção de uma nova cultura, de uma nova ética e de uma nova solidariedade social, que se contraponham aos valores dominantes. Em resumo, disputar hegemonia, hoje, significa construir um enorme movimento social por reformas em nosso país...³³⁵ A disputa de hegemonia é parte fundamental da estratégia de transformação revolucionária do Brasil – já que entendemos que o poder político se constrói no cotidiano das lutas, no sindicato, na organização dentro da fábrica, no comitê de empresa, na associação de bairro, na escola e no campo.³³⁶

De acordo com as resoluções supracitadas, a hegemonia decorre de um processo de disputa política, social, ideológica e cultural. A sociedade civil, portanto, assume um papel fundamental neste processo, já que suas instituições são espaços que possibilitam a disputa de hegemonia. Quanto mais a sociedade avança em direção à democratização, através da participação política dos mais vastos segmentos sociais, maior é a afirmação da sociedade sobre o Estado. Segundo Gramsci, na sociedade regulada (comunismo), a afirmação da sociedade sobre o Estado aconteceria de forma tão intensa que a sociedade política seria absorvida pela sociedade civil.

As resoluções do I Congresso indicaram uma mudança em relação à disputa de hegemonia travada pelo PT: até 1987, a disputa se fazia, “basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária”. Após 1989, pouco depois da derrota apertada de Lula para Collor, a disputa pela hegemonia passou “a incluir a disputa pelo governo federal (...), a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização

³³⁵ Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT – 1991. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 511-512.

³³⁶ *Ibidem*, p. 503-505.

do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais”.³³⁷

O Xº Encontro Nacional (1995) destacou a importância da oligopólio da mídia para a manutenção da hegemonia burguesa: “o peso dos oligopólios que controlam a mídia, acobertados pela lei e pelos favores do Estado, é a principal arma de que dispõem as classes dominantes para construir a hegemonia conservadora, ocultando a realidade social, semeando ilusões e manipulando o imaginário popular...”.³³⁸ O II Congresso Nacional do PT (1999) enfatizou a necessidade de construir “instrumentos públicos de produção e transmissão de informações”. Para isso, seria preciso criar leis que impedissem a “crescente oligopolização – um verdadeiro monopólio de classe – deste instrumento nas mãos de poucas corporações privadas”. Conforme as resoluções, “é no cenário das comunicações que se está a construir a hegemonia das sociedades contemporâneas”.³³⁹ O III Congresso Nacional do PT (2007) mencionou a “importância da mídia na disputa de hegemonia na sociedade, dado seu alcance na formação de valores e opiniões”, defendeu a regulamentação das concessões e a criação de emissoras de televisão públicas.³⁴⁰

O V Congresso Nacional do PT (2015) fez uma avaliação em tom de autocritica das falhas cometidas pelos governos Lula e Dilma, especialmente em relação à incapacidade de dissolverem, ou, ao menos, enfraquecerem o oligopólio da mídia. “O Partido e o governo acabaram, assim, adaptados a um regime marcado pelo predomínio do poder econômico, pela limitação da participação popular e pelo monopólio da informação”³⁴¹, criticaram as

³³⁷ Ibidem, p. 505.

³³⁸ Resoluções do 10º Encontro Nacional do PT – 1995. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 626.

³³⁹ Resoluções do 2º Congresso Nacional do PT - 1999. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016, p. 47.

³⁴⁰ Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT – 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016, p. 58-60.

³⁴¹ Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT – 2015. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu

resoluções. Adiante, o documento aprovado no V Congresso também criticou a forma como foi conduzido o governo de coalisão:

Outro grave problema foi a deficiência em determinar a correta relação de coalisão interclassista e pluripartidária com disputa de hegemonia. O primado aliancista, da forma como muitas vezes foi conduzido, reforçou a tendência em converter o PT em braço parlamentar do governo, preliminarmente bloqueando a luta por projetos e ideias na sociedade e no Estado. Uma das principais consequências desta dinâmica foi negligenciar a necessidade de investir na elevação da consciência e da cultura de classe das multidões beneficiadas pela ascensão social. Objetivo que deveria ter mobilizado amplamente os aparatos de comunicação e educação do Estado, além do próprio partido.³⁴² (...) há ainda um sentimento cristalizado de que o PT nesses 35 anos pouca atenção deu ao quesito comunicação. Essa desatenção fez com que o tema fosse na maioria dos diretórios estaduais e até no diretório nacional tratado como “coisa menor... (...) A negligência com o tema veio à tona nas manifestações de junho de 2013, quando fomos surpreendidos pela convocação massiva via redes sociais de grandes concentrações, somente aí o diretório nacional deu-se conta da importância das novas mídias”.³⁴³

O documento reconheceu que a “coalisão interclassista e pluripartidária”, isto é, a política de conciliação de classes e de amplas alianças construída antes da vitória eleitoral de Lula em 2002, e, posteriormente, ampliada com a participação do PMDB, comprometeu a autonomia do PT, que passou a funcionar como

Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016, p. 17.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ Ibidem, p. 38.

assessorio do governo, distanciando-se das lutas concretas mobilizadas pelos movimentos sociais. As relações entre o governo e os movimentos sociais foram se tornando cada vez mais deficientes, especialmente durante os governos de Dilma Rousseff. O documento também reconheceu que os governos Lula e Dilma falharam em não utilizar os meios de comunicação e educação do Estado para elevar a consciência e a cultura de classe de uma camada numerosa da população brasileira, beneficiada por programas sociais do governo. Por fim, o documento enfatizou que não foi atribuída a devida importância à comunicação e a utilização das mídias como instrumentos essenciais e imprescindíveis no processo de disputa de hegemonia na sociedade contemporânea.

Portanto, o conceito de hegemonia foi pouco utilizado pelo PT até o seu 3º Encontro (quando o objetivo emergencial do partido era a luta pela redemocratização); passou a ser mais utilizado e aprofundado nas resoluções aprovadas entre o 4º Encontro e o 1º Congresso (quando a disputa de hegemonia passou a envolver as eleições presidenciais); e tornou a ser pouco mencionado nos documentos elaborados entre o 8º Encontro e o 5º Congresso (quando o eixo central das resoluções deixou de ser a luta pelo socialismo e passou a ser a luta contra o neoliberalismo).

Os documentos oficiais do PT elucidam que o processo de disputa de hegemonia na sociedade faz parte da estratégia política do partido. Porém, a forma de compreensão deste conceito, tanto pela militância, quanto pelas lideranças petistas, não é homogênea. Ainda que o PT atribua expressiva importância a este conceito, a sua aceitação não foi unânime entre as tendências petistas. Uma das tendências mais à direita do partido, a Democracia Radical – DR (que hoje integra a CNB), chegou a declarar em um documento que “não é necessário conquistar a hegemonia, seja esta entendida como comando ou como infusão ideológica para implementar um projeto político. A sociedade não precisa ser dominada por alguém ou ganha por uma determinada ideologia (...)”.³⁴⁴

³⁴⁴ Brasil Futuro Presente: Diretrizes para a Elaboração de um Projeto Estratégico para o Brasil, 1995. *Apud* SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 188.

Interrogamos as lideranças petistas sobre a forma como elas concebem o conceito de hegemonia e constatamos algumas diferenças de entendimento acerca deste conceito. Tais diferenças se explicam, em parte, pelo fato das lideranças representarem tendências variadas, de diferentes matrizes ideológicas, sendo umas mais gramscianas, outras menos. As diferenças de opinião entre os depoentes também estão relacionadas às diferentes formações e histórias de participação no partido. Vejamos como as lideranças petistas responderam a esta questão:

Hegemonia é “convencimento” e “coerção”.³⁴⁵

Eu acho que é uma correlação de forças, onde nós nos tornamos mais fortes, maiores e conseguimos convencer a minoria a aceitar as diretrizes da maioria.³⁴⁶

Acho que a disputa de hegemonia, na verdade é uma disputa sobre o conceito da visão de mundo que uma sociedade deve ter.³⁴⁷

A luta pela hegemonia, visando alcançar a direção moral e intelectual na sociedade, é um trabalho constante e demorado, porém, de maior potencial político-transformador no que tange à realidade brasileira atual. Seguramente, o avanço na conquista da hegemonia passa por ampliar os espaços de participação popular efetivamente. Nisso, o partido e o campo popular desempenham um papel central e estratégico na direção das lutas pela ampliação das conquistas. No nosso entender, a hegemonia só pode ser

³⁴⁵ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

³⁴⁶ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

³⁴⁷ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

assegurada pela constância e firmeza dessas lutas e conquistas.³⁴⁸

É a supremacia, preponderância de uma linha política, sobre outra. Tenho concordância com Gramsci: “é o domínio de uma classe social sobre as outras”, ou seja, da burguesia com as classes de trabalhadores.³⁴⁹

Em primeiro lugar como um conceito dialético. A hegemonia é a capacidade de influenciar sobre os rumos em um determinado sistema, (pode ser o sistema, pode ser o partido), o sistema político da sociedade em geral, que não necessariamente significa uma maioria numérica, mas que pode ser hegemônico mesmo não sendo maioria, desde que você seja bem posicionado do ponto de vista de ter ideias que consigam aglutinar um bloco que se torne maioria, mesmo que o sistema da *Realpolitik*, numericamente, não seja a maioria.³⁵⁰

Verificamos, com base nos relatos acima, que várias lideranças petistas entendem a hegemonia de forma compatível com a definição gramsciana, ou seja, como um longo e complexo processo de disputa cultural, ideológica, filosófica e política, em torno de distintos projetos de sociedade, representados por diferentes classes ou grupos sociais, sendo que a classe hegemônica procura consolidar-se através da coerção e do consentimento. Por ser muito abrangente e envolver uma série de outros conceitos, torna-se difícil sintetizar o conceito de hegemonia considerando as suas mais variadas dimensões. Por isso, algumas lideranças enfatizaram determinadas características

³⁴⁸ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

³⁴⁹ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

³⁵⁰ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

do conceito, como “coerção” e “convencimento” e “direção intelectual e moral”, enquanto outras mencionaram o processo de disputa por projetos políticos na sociedade civil. No entanto, algumas lideranças mencionaram aspectos não necessariamente relacionados à concepção gramsciana de hegemonia.

Turra relaciona o conceito à definição leninista de hegemonia e ao papel que o proletariado exerce ao liderar o processo revolucionário, que inclui outras classes de trabalhadores, como a dos camponeses. O representante da tendência O Trabalho (OT) lembra que o conceito gramsciano de bloco histórico, assim como a concepção leninista de hegemonia, defende a aliança entre os proletários e as “camadas exploradas e oprimidas, ainda que não proletárias”. Turra critica os que falsificam “a teoria de Gramsci da hegemonia e do bloco histórico, ampliando esse bloco para a burguesia também”. Segundo ele, o bloco deveria incluir até a pequena-burguesia, por ser uma classe intermediária, que estaria em disputa, mas incluir a burguesia, sob o pretexto de que ela é anti-imperialista ou democrática, já seria “força de barra”.³⁵¹ Eis os comentários de Turra:

O conceito de hegemonia é um conceito militar, político-militar, porque “a guerra é a continuação da política por outros meios”, e o próprio Lênin falava de hegemonia. A hegemonia do proletariado no processo revolucionário, por exemplo, na qual bebe o Gramsci. (...) As burguesias nacionais que não realizaram a unificação do mercado nacional e a partir daí, disputassem com outras burguesias o controle do mercado mundial, ficava pelo meio do caminho, como a burguesia brasileira, argentina e tudo mais. No seu processo de formação ela já nasceu subordinada ao imperialismo britânico primeiro, americano depois. Aí se tirou a teoria inspirada na política de Stalin para a China, do bloco das quatro classes:

³⁵¹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

operariado, campesinato, pequena burguesia (até aí eu vou, porque as classes intermediárias estão em disputa) e a burguesia nacional anti-imperialista democrática...³⁵²

Paludo explica que determinado partido ou projeto político pode se tornar hegemônico, mesmo que não consiga maioria numérica ou maioria dos votos, porque a capacidade de articulação e formação de bloco político poderá decidir a hegemonia.³⁵³ Mesmo com a vitória de Lula para a Presidência da República, em 2002, o PT não conquistou a hegemonia. Ainda que ocupar a Presidência equivalha a ocupar um importante espaço no processo de disputa de hegemonia, a ocupação deste posto não representou a conquista da hegemonia, pois a maioria dos outros espaços institucionais e não institucionais de disputa de hegemonia (congresso, justiça, comunicações, forças armadas) estiveram sob o poder da velha classe que se manteve hegemônica.

Embora o conceito de hegemonia seja bastante mencionado nas resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do PT (principalmente entre 1984 e 1992) - e também pelas lideranças nacionais das tendências, este conceito é pouco compreendido pela maioria da militância petista e, principalmente, pelos novos filiados, afirma Padilha: “eu acho que o conceito de hegemonia é um pilar fundamental da luta revolucionária e do referencial socialista. O problema é que nós tivemos muitas adesões que não se apropriam devidamente destes referenciais”.³⁵⁴ Veremos adiante de que modo estão relacionados os conceitos de sociedade civil e aparelhos privados de hegemonia, espaços nos quais se constrói (ou desconstrói) a hegemonia.

4.1.2 A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia

³⁵² Ibidem.

³⁵³ PALUDO, op. cit.

³⁵⁴ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

Os movimentos sociais, incluindo os sindicatos, figuram entre os principais aparelhos privados de hegemonia³⁵⁵. Vimos anteriormente que o sindicalismo foi uma das principais bases de construção e consolidação do PT. Consequentemente, o partido sempre dedicou grande importância à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tanto que esta organização nunca deixou de ser mencionada nas resoluções dos encontros e congressos. A Declaração Política de 1979 já fazia menção à necessidade de criar a central sindical, conforme o trecho a seguir:

O Movimento pelo PT considera também que a luta por uma Central Única dos Trabalhadores é uma reivindicação fundamental de todos os que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado, a CUT não pode ser resultado de articulações de cúpula; ela se fará por vontade de todos os trabalhadores.

³⁵⁶

Como grande parte dos fundadores do PT eram sindicalistas, pode-se dizer que a CUT foi gestada junto com o PT, embora ela tenha sido fundada três anos depois, em 28 de agosto de 1983. Participaram da CUT diversas tendências e grupos, inclusive de outros partidos de esquerda, porém, a central sempre foi hegemônica pela Articulação Sindical, corrente vinculada à maior tendência petista, a CNB.

Diferentemente da CUT, que já constava nos documentos pré-fundacionais do PT em 1979, a primeira menção ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nas resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais data de 1993 (VIII Encontro Nacional), quase uma década após a fundação do

³⁵⁵ O PT sempre exerceu forte influência sobre os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, especialmente a CUT, mas também a UNE (União Nacional dos Estudantes), a CMP (Central de Movimentos Populares) e o MST.

³⁵⁶ Declaração Política de 1979. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 56.

movimento, em janeiro de 1984. Os documentos anteriores falavam da questão agrária e citavam genericamente os movimentos sociais do campo, mas sem mencionar diretamente o MST. Uma explicação para esta distinção (apesar de ambos os movimentos terem sido fundados quase simultaneamente) é o fato de a CUT ter sido sempre hegemônica pela tendência majoritária do PT, enquanto o MST recebeu, desde a sua origem, influência muito maior da esquerda petista e, em menor importância, de outros partidos de esquerda.

Na década de 1990, a estratégia do PT foi orientada prioritariamente para a disputa de poder na via institucional, através da participação em eleições de representantes para os poderes Executivo e Legislativo. Segundo Pomar, o PT teria passado por duas mudanças estratégicas fundamentais neste período: 1) a recusa da “estratégia revolucionária de conquista do poder”; 2) “a ênfase na estratégia eleitoral em detrimento da luta social”.³⁵⁷ Nesse sentido, a estratégia revolucionária foi deixada de lado uma vez que a estratégia do PT passou a ser a de conquistar a Presidência da República. Consequentemente, mudou-se o tom dos discursos e das propostas das candidaturas de Lula, que almejavam o apoio de outros partidos e setores sociais.

De acordo com Padilha “o PT se reunia para discutir qual seria a sua intervenção em cada espaço [da sociedade civil]”. No entanto, “nós perdemos isso. A gente precisa voltar a fazer isso”, afirma. Perguntado se houve um comprometimento maior do PT com a institucionalidade, Padilha responde: “positivo, os nossos quadros migraram para as folhas de pagamento e a gente perdeu esse lado, olha o que deu”, lamenta.³⁵⁸

Com o passar dos anos, reduziu-se o número de dirigentes e representantes eleitos pelo PT, advindos dos movimentos social

³⁵⁷ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 96.

³⁵⁸ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

e sindical - o que também tem relação com a estratégia eleitoral que foi adotada pelo PT como prioritária. Para Melo, a atual legislação, ao permitir o financiamento empresarial das campanhas eleitorais, tem contribuído para a redução proporcional dos quadros do PT com origem nestes movimentos.³⁵⁹ Esse é um motivo pelo qual o PT defende a reforma política, observa o dirigente da CUT:

Há uma mudança cultural, porque eminentemente as direções e os deputados (...) vinham da sociedade civil organizada, majoritariamente do movimento sindical. Na bancada que o PT elegeu para a Constituinte, a esmagadora maioria era sindicalista. (...) Então, o PT foi crescendo e foi crescendo a sua participação institucional. [O movimento sindical não tem tanto peso na vida interna do PT como teve no início?] Sem dúvida nenhuma o sistema eleitoral brasileiro favorece isso, por isso que o PT quer fazer uma reforma política. (...) O PT é vítima dessa política... há uma dificuldade enorme para que você tenha recursos para disputar com os outros partidos. Por isso que o PT defende o financiamento público de campanha. Isso também ocorre dentro do PT, sem dúvida nenhuma. Há dificuldades econômicas para um sindicalista ou para um líder de movimento de bairro ser candidato dentro do PT... Então, isso desestimula as pessoas a serem candidatas.³⁶⁰

Para Pont, as organizações da sociedade civil devem se manter autônomas perante o Estado, do contrário, a luta por hegemonia pode se perder ou se tornar estéril. “A complexidade do mundo contemporâneo nos obriga a uma luta permanente de “guerra de posição”, onde a questão democrática e a luta ideológica (valores, ética, comportamento) são insubstituíveis”,

³⁵⁹ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

³⁶⁰ MELO, op. cit.

explica.³⁶¹ Já Fritsch argumenta que os movimentos sociais permaneceram autônomos em relação aos governos Lula e Dilma, ou seja, não deixaram de apoiar os governos petistas e, ao mesmo tempo, não abandonaram as reivindicações e críticas a eles.³⁶² Um dos principais alvos das críticas dos movimentos sociais foi a política econômica. Fritsch entende como positivas as contradições entre as posições críticas ao governo (política econômica, ajuste fiscal, reforma da previdência) e favoráveis ao governo (pela permanência da presidenta Dilma Rousseff).³⁶³ Tais posições foram adotadas por diversas organizações, movimentos sociais e sindicais (MST, MTST, Via Campesina, CUT, UNE, etc.) que se reuniram em duas grandes frentes: Frente Brasil-Popular, ligada ao PT, PCdoB e parte do PDT; e Frente Povo Sem Medo, que abrange uma ampla rede de movimentos sociais, muitos dos quais ligados ao PSOL, como a Esquerda Marxista (EM), o Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) e os movimentos estudantis “Juntos!” e “Rua-Juventude Anticapitalista”³⁶⁴. Vejamos a avaliação de Fritsch sobre as manifestações organizadas pelos movimentos sociais:

(...) isso é uma coisa nova que no Brasil estamos experimentando pela primeira vez, porque nos outros países, parece que é tudo meio alinhado: partido, sindicato... Se o governo faz coisa errada, todo mundo defende... Mas aqui não... Fizeram, na semana retrasada, lá em Brasília, [manifestações] contra o [Joaquim] Levy

³⁶¹ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

³⁶² FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

³⁶³ Neste ponto, é interessante mencionarmos uma conversa informal do autor com militantes do BE de Lisboa, na qual mencionaram que a esquerda brasileira era “esquizofrênica”, por realizar manifestações ao mesmo tempo contra e a favor do governo Dilma. Os principais slogans eram: fora Levy e a política econômica do governo! Não ao golpe! Fica Dilma!

³⁶⁴ “Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT”. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html, acesso em 30 de maio de 2016.

(os sem-terra quase invadiram o Ministério da Fazenda)... (...) crítica ao Levy, crítica à política econômica, crítica à mudança da regra da aposentadoria, crítica... Mas todo mundo lá: Dilma, Dilma e Dilma... Eu acho que isso é um processo que nós estamos experimentando, uma coisa diferente, uma coisa nova que vai ter que ser analisada, que vai ter que ser estudada... Conviver com essas contradições é o que faz esse governo avançar. Saber que as contradições são para a construção...³⁶⁵

Será que contradições desse nível é que fazem o governo avançar, como disse Fritsch? Se as contradições forem demasiadas, acentuando a crise de hegemonia, um golpe poderá emergir. Foi o que aconteceu durante o segundo governo de Dilma Rousseff. Quanto mais a oposição de direita desferia ataques ao governo, mais o governo buscava contemplar quem o atacou. A política de conciliação de classes e amplas alianças com partidos de centro e direita, articulada em nome da “governabilidade”, exigia que o governo atendesse aos interesses de setores conservadores. Como parte dos acordos, foram indicados para os ministérios e cargos de chefia vários nomes historicamente associados à direita. Essa opção política levou o governo a terceirizar a exploração do pré-sal³⁶⁶, paralisar a reforma agrária e retirar direitos trabalhistas (como pensões e seguro-desemprego - medidas provisórias 664 e 665)³⁶⁷. Em

³⁶⁵ FRITSCH, op. cit.

³⁶⁶ O leilão do Campo de Libra no Pré-Sal (maior campo de petróleo já descoberto no Brasil) garantiu a participação da Petrobrás em somente 40%. As empresas Shell (anglo-holandesa) e Total (francesa) ficaram com 20% cada; e as chinesas CNPC e CNOOC obtiveram 10% cada. Houve diversos protestos contra a entrega do óleo do pré-sal aos grupos estrangeiros. “Resultado Leilão Pré-Sal-Libra”. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm>, acesso em 28 de maio de 2016.

³⁶⁷ Governo publica novas regras sobre pensão, auxílio-doença e seguro-desemprego. Publicado por Agência Brasil. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/159460427/governo-publica-novas-regras-sobre-pensao-auxilio-doenca-e-seguro-desemprego>, acesso em 24 de junho de 2015.

contrapartida, não foram ouvidas as reivindicações dos movimentos sociais que exigiam mudanças, principalmente na área econômica.

Ao longo de 2015 e início de 2016 ocorreram sucessivas manifestações de rua, organizadas por movimentos sociais financiados por grandes empresários e partidos de direita ³⁶⁸, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Revoltados On-Line (ROL) e Vem pra Rua (VPR) ³⁶⁹. Estas manifestações propunham desde o impeachment da presidenta Dilma Rousseff até pedidos pela volta da ditadura militar. Em reação, a esquerda ³⁷⁰ também organizou grandes manifestações que, embora críticas, defendiam a permanência do governo Dilma. Paludo menciona a complexidade em entender a sociedade civil, suas distintas forças políticas e projetos em disputa. Vejamos um trecho de sua entrevista:

(...) quem é a sociedade civil? É a manifestação do dia 16 ou do dia 20 de agosto? Quem que representa a sociedade civil? Quem tem o maior número de pessoas na rua? Ou quem tem mais espaço na [Rede] Globo? Quem tem mais

³⁶⁸ Os principais partidos que financiaram as manifestações pelo “fora Dilma” foram: DEM, SD, PSDB e PMDB. Este último integrava a base aliada do governo. “Quem Financia os Grupos que Pedem o Impeachment”. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/>, acesso em 30 de maio de 2016.

³⁶⁹ Manifestações daqueles que pedem a renúncia ou o impeachment da Dilma, com slogans de fora Dilma e fora PT. Participaram também grupos de extrema direita que pediam intervenção militar. “Manifestações no Dia 16-8”. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/manifestacoes-no-dia-16-8>, acesso em 02 de outubro de 2015.

³⁷⁰ Manifestações contra o golpe, portanto, a favor da permanência do governo, mas também contra as medidas de austeridade aplicadas pelo governo Dilma. Apoiaram o ato o PT, o PSOL, o PC do B, além de vários movimentos sociais, como CUT, UNE e MST. “20-08 Sairemos às Ruas de Todo o Brasil para Exigir Respeito à Democracia”. Disponível em: <http://www.cut.org.br/acao/20-08-sairemos-as-ruas-de-todo-o-brasil-para-exigir-respeito-a-democracia-c128/>, acesso em 30 de setembro de 2015.

legitimidade para representar a sociedade civil? Então, o conceito de sociedade civil está se complexificando. Eu acho que o Estado não pode (mesmo que seja um governo de esquerda) ser surdo para uma manifestação de direita. Se há uma pressão social que consegue mobilizar, isso acaba influenciando, queira o Estado ou não. Senão ele perde a legitimidade. Para se legitimar perante a sociedade ele depende dessa correlação. Eu acho que é um processo permanente de legitimação do poder.³⁷¹

Os organismos da sociedade civil são multifacetados e representam distintos interesses ideológicos. Nesse sentido, Burgos critica a visão “reduzida” dos que relacionam a sociedade civil a algo intrinsecamente positivo, benéfico. Geralmente, os partidários desta visão também tendem a relacionar o Estado (no sentido estrito) a algo necessariamente negativo. Esta interpretação maniqueísta dos conceitos gramscianos de sociedade civil e sociedade política leva a uma leitura superficial dos fenômenos sociais. Burgos aponta os seguintes problemas em relação a esta forma de interpretar o conceito de sociedade civil:

(...) em primeiro lugar, são retirados da sociedade civil instituições fundamentais como as organizações políticas (os partidos políticos, seus institutos, alianças, etc.), as organizações corporativas (sindicatos, associações patronais, associações profissionais, etc.), as associações religiosas (igrejas, cultos, seitas), os meios de comunicação, as instituições de ensino, e, obviamente, as instituições que organizam o mercado como aparelho de hegemonia: as empresas... (...) Em seguida, são retiradas outras formas organizacionais, de maneira alguma tão civis quanto às primeiras: as *organizações secretas ou seletas*... (...) e

³⁷¹ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

as “associações do mal” ou, de forma mais apropriada, de caráter mafioso ou delinquencial, como as organizações associadas ao tráfico... (...) os movimentos conservadores, com a denominada Marcha da Família, os grupos cívico-militares, que modelam pelo medo a sociedade civil de diversas regiões rurais à mando das oligarquias rurais, etc.³⁷²

Dentre os “aparelhos privados de hegemonia” que mais influenciam na formação da opinião pública estão os meios de comunicação. No Brasil, os meios de comunicação estão sujeitos a um grande oligopólio, onde alguns grupos privados detêm a maioria das emissoras de televisão e rádio, além de boa parte da imprensa escrita e de sítios e portais na internet. O Brasil é um dos países mais atrasados do mundo em termos de democratização da comunicação e da mídia, sendo que os proprietários das principais emissoras de televisão estão entre as pessoas mais ricas do país (irmãos Marinho³⁷³ – Rede Globo; Sílvio Santos – SBT; João Saad – Bandeirantes; Edir Macedo – TV Record).³⁷⁴ Embora sejam os grupos privados os maiores beneficiados, a concessão é estatal. Apesar disso, nenhuma das grandes emissoras de TV é controlada por movimentos sociais, organizações populares ou sindicais, pois a fim de preservar a hegemonia da classe capitalista, nenhum governo concedeu

³⁷² BURGOS, Raul. Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil. 2015, p. 179 - 180. In. Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas. SCHERER-WARREN, Ilse. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Organizadoras. Editora UFSC, 2015. IGS Brasil. Disponível em: <http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=4>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

³⁷³ “João Roberto, José Roberto e Roberto Irineu Marinho aparecem na posição 165 do ranking mundial e ocupam juntos o quinto lugar entre os mais ricos do Brasil”. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/03/02/segundo-forbes-irmaos-marinho-possuem-fortuna-de-us-246-bilhoes/>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

³⁷⁴ “20 maiores bilionários do Brasil”. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/08/20-maiores-bilionarios-do-brasil/>, acesso em 22 de maio de 2016.

direito de televisão a estas organizações. Mesmo nos governos Lula e Dilma, a mídia permaneceu sendo um “aparelho privado de hegemonia” subordinado aos interesses do capital, de modo que a disputa de hegemonia travada nesse âmbito foi extremamente desproporcional. As emissoras de televisão controladas pelo governo brasileiro, ou seja, que não foram concedidas a grupos privados (como a TV Brasil, a TV Cultura e a NBR), possuem audiência bem mais restrita do que as quatro principais emissoras de televisão do Brasil.³⁷⁵ Em muitas localidades do país, apenas a Rede Globo possui sinal. Se o Estado capitalista está a serviço da classe capitalista, conseqüentemente, os meios de comunicação, que dependem da concessão do Estado, também estão a serviço da classe capitalista, já que a manutenção da hegemonia é vital para a sobrevivência do sistema. Vejamos o que diz Pomar sobre a relação entre os meios de comunicação e o Estado:

É o caso de grande parte das empresas de comunicação. Aparentemente são instituições privadas, mas: a) recebem a concessão do Estado (no caso das rádios e televisões); b) recebem incentivos fiscais na compra de papel (no caso de jornais); c) são financiadas pela publicidade estatal; d) são consideradas estratégicas e, portanto, socorridas por bancos públicos quando estão em dificuldades (vide o caso do *Zero Hora*, durante o governo Olívio Dutra; o caso do *Jornal do Brasil*, durante o governo Itamar; e o caso da Globo, durante o governo Lula).³⁷⁶

³⁷⁵ Confira o ranking de audiência da TV Aberta e Paga em abril de 2016. Disponível em: <http://tnaudiencia.oportaln10.com.br/confira-o-ranking-de-audiencia-da-tv-aberta-paga-em-abril-de-2016/>, acesso em 24 de novembro de 2016.

³⁷⁶ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica, Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola, São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 72.

Ainda que a mídia e a comunicação sejam importantes instrumentos de disputa de hegemonia, o governo Lula errou ao confundir hegemonia com comunicação de massa, explica Pomar: “uma péssima política de comunicação certamente afeta a capacidade de disputa de hegemonia, mas uma boa política de comunicação não necessariamente fortalece o governo na disputa hegemônica. É preciso verificar que tipos de valores estão sendo difundidos pela política de comunicação”. Como exemplo, Pomar menciona que durante a reforma da previdência, em 2003, o governo Lula contou com o apoio dos principais meios de comunicação. “Ganhou a batalha da comunicação e perdeu a batalha da hegemonia, pois ganhou a batalha de comunicação usando as armas (os argumentos) do adversário político-ideológico”, explica o dirigente da AE.³⁷⁷ Vale lembrar que a grande mídia evitou fazer críticas às políticas de cunho neoliberal dos governos Lula e Dilma, como a autonomia do Banco Central (BC), as Parcerias Público-Privada (PPPs), as concessões, o leilão do campo de Libra, mas, por outro lado, foi determinante nas grandes manifestações de Junho de 2013 e durante o processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, no seu segundo mandato, em 2016.

Portanto, os governos petistas não enfraqueceram o oligopólio da comunicação, nem criaram instrumentos de comunicação alternativos aos pré-existentes, com igual ou superior poder de alcance, difusão e influência de massa. De acordo com Gramsci, os meios de comunicação são intelectuais coletivos que desempenham na sociedade a função de partidos políticos, influenciando as massas a pensar e agir politicamente de acordo com os interesses das classes ou grupos as quais representa. Além de não criar instrumentos de comunicação alternativos, Pomar relata que “o governo continuou a investir, financeira e politicamente, nos meios de comunicação de massa pré-existentes. Um símbolo desta postura foi o comparecimento de Lula ao enterro de Roberto Marinho, seguido de elogios públicos feitos pelo ministro da Fazenda e pela líder do PT no Senado Federal”.³⁷⁸

Verificamos nesta seção que o PT foi paulatinamente subordinando a participação nas organizações da sociedade civil à

³⁷⁷ Ibidem, p. 229-230.

³⁷⁸ Ibidem.

estratégia eleitoral. Além de enfraquecer os movimentos sociais de esquerda³⁷⁹, essa estratégia contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais de direita, como os que organizaram manifestações em prol do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Outro fator que contribuiu para a perda da hegemonia foi a atuação nada imparcial dos meios de comunicação de massa, especialmente as maiores emissoras de TV, cuja cobertura dada às manifestações pró-*impeachment* foram bem maiores do que a cobertura dedicada às manifestações favoráveis a permanência de Dilma Rousseff no governo.³⁸⁰

4.1.3 O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia

Os intelectuais exercem papel crucial nos espaços que permitem disputar a hegemonia na sociedade civil, como partidos, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais urbanos, associações de bairro, ONGs, movimentos sociais do campo, meios de comunicação, escolas, igrejas, empresas, etc. O intelectual orgânico é aquele que está enraizado em determinada classe social, comprometido com determinados princípios de classe. Portanto, intelectuais orgânicos não são somente as pessoas, individualmente, mas também o partido, que é o intelectual orgânico da classe a qual ele representa. Notari faz alusão à concepção gramsciana de intelectual, destacando o processo de produção e reprodução de hegemonia. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Os intelectuais, na célebre categorização estabelecida por Antonio Gramsci, desempenham papel fundamental na

³⁷⁹ O número de trabalhadores filiados à CUT recuaram nos últimos anos do governo Dilma. “CUT Perde Espaço como maior central sindical do país”. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4507796/cut-perde-espaco-como-maior-central-sindical-do-pais>, acesso em 30 de maio de 2016.

³⁸⁰ DIJK, Teun A. van. Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Carta Maior. 19/12/2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>, acesso em 23 de janeiro de 2017.

produção e reprodução da ideologia dominante. No processo de luta pela superação da ideologia dominante e, conseqüentemente, da dominância burguesa, os intelectuais orgânicos das classes subalternas devem elaborar a crítica da ideologia dominante na perspectiva de sua superação. Sem dúvida, a educação é um *locus* privilegiado dessa disputa.³⁸¹

Para Turra, a função de intelectual seria desempenhada pelo partido: “o partido é o pedagogo, que educa as massas”, avalia. Segundo ele, ver o intelectual como indivíduo é um reducionismo, mas, ainda assim, o indivíduo intelectual “joga um papel extremamente positivo, porque a classe oprimida é brutalizada pelas relações de produção capitalistas... (...) o intelectual orgânico, no sentido individualizado do termo, é aquele que liga o seu destino à emancipação dos oprimidos e de toda forma de opressão”. Porém, o intelectual concebido enquanto partido ocupa papel central, “porque a ideologia dominante na sociedade é a ideologia da classe dominante, e o partido é que tem que ser o construtor coletivo da contra ideologia da classe dominante”, explica Turra.³⁸² Consideramos ser inconcebível a noção de “partido intelectual” desvinculada da noção de “indivíduo intelectual”, pois existe uma relação dialética em que os indivíduos proporcionam “intelectualidade” aos partidos (o mesmo vale para os demais movimentos sociais), através de sua práxis (relação indissociável entre a teoria e a prática), ao mesmo tempo em que os partidos influenciam intelectualmente os indivíduos. Portanto, se o partido e os indivíduos colaboram com a construção da hegemonia, a definição de intelectual se aplica a ambos os termos, sem que haja a proeminência de um em relação a outro.

Fritsch, por sua vez, menciona casos de intelectuais comprometidos com a função de construir uma nova hegemonia, mas que acabam perdendo o vínculo direto com as lutas sociais e

³⁸¹ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

³⁸² TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

com os movimentos de massa: “a intelectualidade brasileira hoje... (...) está muito enclausurada, está desenvolvendo pesquisas, desenvolvendo suas concepções de dentro para dentro. E, na época, (...) os intelectuais da esquerda eram intelectuais que estavam na universidade, mas estavam com um pé fora, com um pé na luta, no movimento”.³⁸³ A dedicação praticamente exclusiva ao mundo acadêmico tem prejudicado a formação de intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que vivenciam e participam ativamente das lutas sociais.

Padilha destaca uma mudança em relação à atuação do intelectual junto aos movimentos sociais. Segundo ele, alguns partidos, atualmente, veem o intelectual tal como ele era concebido pela maioria da esquerda nos anos 1970, ou seja, como “aquele que dava a direção às massas”. No entanto, a função do intelectual já não é mais a mesma, pois ele “deixa de ser o que vai dar a direção e passa a ser aquele que vai contribuir no debate (...) ajudar na organização, na medida em que ele se apropria de estruturas de conhecimento, de estruturas teóricas que, muitas vezes, as pessoas, por força de seu trabalho (...) não têm condições de se apropriar”.³⁸⁴ Portanto, o intelectual deixa de ser visto como aquele que, devido a sua formação teórica, ocupa um patamar acima dos militantes comuns, sendo capaz de “iluminar” e estabelecer unilateralmente as diretrizes do movimento. Esta citação de Padilha é importante porque remete às experiências históricas do regime soviético, em que o partido verticalizado, burocratizado e altamente hierarquizado se confundia com o próprio Estado. Portanto, os seus intelectuais, influenciados pelas diretrizes stalinistas, se colocavam acima das bases partidárias, ao contrário da concepção gramsciana, para a qual deve haver fluidez entre os estratos do partido.

Paludo avalia que quando o intelectual assume funções de governo, ele “morre intelectualmente, isso embrutece, ele vira uma máquina...”.³⁸⁵ As funções de governo demandam muito tempo para realizar aquilo que foi anteriormente pensado e

³⁸³ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

³⁸⁴ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

³⁸⁵ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

planejado. Isso, porém, não impede que existam vários intelectuais que, sendo ou não filiados ao partido, influenciam diretamente o PT. Para Paludo, alguns intelectuais são “porta-vozes de si mesmo”, mas a maioria não. “O Leonardo Boff, o Emir Sader, o próprio João Pedro Stédile, etc., são intelectuais e também lideranças, eles também são porta-vozes, embora não disputem eleições”. Já os que não são porta-vozes de si mesmo atuam assessorando uma figura pública e não são tão conhecidos, “como o Marco Aurélio, Luis Dulce, Bernardo Kucinski, vários outros que são uma parte da cabeça pensante do Lula. O Lula é o porta-voz deles”, explica o dirigente da MS.³⁸⁶

Ainda que vários depoentes petistas tenham mencionado os conceitos gramscianos de “intelectual orgânico”, “intelectual tradicional” e “intelectual coletivo”, a compreensão destes conceitos, em alguns casos, não corresponde à definição de Gramsci. Existe certa confusão na forma como a militância de esquerda compreende estes conceitos, principalmente o conceito de intelectual orgânico. Do mesmo modo que setores da esquerda compreendem a sociedade civil como intrinsecamente positiva (o que demonstramos ser um erro), parte expressiva da esquerda também compreende a intelectualidade orgânica como intrinsecamente positiva, estando, portanto, vinculada aos setores politicamente progressistas, de esquerda. Todavia, esta é uma forma de interpretação errônea da teoria de Gramsci, pois existem também intelectuais orgânicos de direita, politicamente conservadores e reacionários. Por outro lado, quando Gramsci se refere aos intelectuais tradicionais, ele não está se referindo àqueles que representam a hegemonia burguesa, mas ao antigo regime, em especial as pessoas ligadas ao Clero.

4.2 O BE E A DISPUTA DE HEGEMONIA

4.2.1 A concepção bloquista de hegemonia

O conceito de hegemonia é interpretado de diferentes formas pelas lideranças do Bloco de Esquerda. Porém, de modo geral, há uma confluência entre a concepção gramsciana de hegemonia e o modo como os dirigentes bloquistas compreendem o conceito. Cardina explica que a concepção de hegemonia utilizada pelo partido em seus documentos oficiais e nas atividades de formação oferecidas para a militância tem origem

³⁸⁶ Ibidem.

gramsciana. Para ele, o conceito de hegemonia está relacionado à construção de “um campo popular à esquerda que disputa aquilo que é hegemonia da direita e, portanto, crie lógicas contra-hegemônicas capazes de vencer”. Cardina cita algumas iniciativas concretas que envolvem a disputa de hegemonia para a desconstrução do “senso comum austeritário” na sociedade portuguesa, como a publicação de livros e o papel desempenhado pelo Teatro do Oprimido (TO)³⁸⁷ ³⁸⁸.

Eu posso dar um exemplo no campo político-cultural. (...) O José Soeiro tem uma atividade muito particular ao trazer o Teatro do Oprimido para dentro do ativismo. Eu, José Soeiro e Nuno Serra fizemos um livro chamado “Não Acredite em tudo o que Pensa: Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade”, que na prática é o resultado indireto de uma série de debates que na Cultra tinha existido. O livro é uma compilação de 18 questões que buscam desmontar o mito do senso comum. Por exemplo: há professores a mais? Os políticos são todos iguais? Vivemos acima das nossas possibilidades? Este é um discurso muito recorrente na crise, que leva a autculpabilização. (...) O que nós procuramos fazer com isso? Procuramos combater a hegemonia do senso comum austeritário na população.³⁸⁹

Pureza, tal como Cardina, acredita que a concepção de hegemonia predominante no BE é a de “inspiração gramsciana,

³⁸⁷ O Teatro do Oprimido é um movimento teatral criado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. O movimento visa democratizar e popularizar as práticas teatrais, proporcionando um enfoque crítico e transformador da realidade. Iniciado na década de 1960, o TO é apoiado por diversas organizações populares, sindicatos e movimentos sociais de vários países, principalmente da América Latina. Associação Internacional do Teatro do Oprimido. Disponível em: <http://jsirri.org/>, acesso em 06 de dezembro de 2016.

³⁸⁸ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

³⁸⁹ *Ibidem*

mesmo que uma parte importante dos militantes nunca tenha lido Gramsci”. O conceito de hegemonia é apreendido pelos ativistas do BE como uma “relação de poder, como conquista das consciências para um projeto de poder...”.³⁹⁰ Embora tenha sido fundado por algumas correntes oriundas do PCP e influenciadas pelo marxismo-leninismo, o entendimento do conceito de hegemonia no BE, segundo Pureza, tem maior identificação com a teoria de Gramsci do que com a teoria de Lênin.

Leiria cita como exemplo de disputa de hegemonia o entendimento da sociedade portuguesa em relação à crise da dívida. Há aqueles que, influenciados pela direita, pensam que a dívida decorre do excesso de gastos dos portugueses, no sentido de viverem acima de suas possibilidades. Por outro lado, há também aqueles que, influenciados pela esquerda, pensam que a dívida não corresponde à realidade, pois foi produzida pelos recursos financeiros disponibilizados pelo Estado para o salvamento dos bancos e intensificada pelas altas taxas de juros, o que a torna impagável. Leiria acredita que a ideia de que dívida é impagável e que deve ser renegociada tende a ganhar força na sociedade portuguesa. Ele também lamenta o fato de os principais partidos portugueses (PS e PSD) posicionarem favoravelmente ao pagamento da dívida e dos compromissos com a Troika.^{391 392}

Para o jornalista do portal Esquerda.net, essa “grande disputa por uma ideia central”, isto é, o pagamento ou não da dívida, significa “o futuro da orientação de todo o país (...) de toda economia e até de todo o sistema político”, tendo em vista que o modelo atual de “democracia” na era da globalização e da financeirização não corresponde à vontade e a livre decisão dos cidadãos portugueses: “vivemos ultimamente um sistema político em que um corpo não eleito, que é a Tróika (que ninguém elegeu), manda mais do que um governo eleito”, afirma. Segundo Leiria, “a disputa de hegemonia funciona para ganhar “os

³⁹⁰ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

³⁹¹ Troika é um termo utilizado para designar as relações de cooperação entre as organizações financeiras que mais exercem influência nos países da União Europeia que integram a zona do euro: o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e da Comissão Europeia.

³⁹² LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

corações e as mentes” das pessoas para determinada política”, e isso se faz “com intervenção política nos movimentos sociais, nos sindicatos, e também no parlamento, na mídia, etc.”.³⁹³

Para Madeira o conceito de hegemonia é relevante na medida em que, numa democracia, há a necessidade de “disputar influências várias a nível social”. Hegemonia seria, portanto, a capacidade de adquirir influência nas massas a partir de “determinados conceitos, determinadas orientações e, no fundo, procurar com o debate adquirir influência política, social, cultural”.³⁹⁴ Partindo desta mesma linha de raciocínio, Louçã identifica o conceito de hegemonia à “ideia gramsciana de que a esquerda tem que disputar com a burguesia a liderança do país”³⁹⁵. Por outro lado, Costa afirma que a hegemonia é compreendida no BE segundo o entendimento do senso comum: ou como “domínio opressivo” ou “força dirigente”.³⁹⁶

Fazenda explica que o conceito de hegemonia é interpretado de diferentes formas dentro do BE: o militante da base o compreende como maioria, enquanto o militante mais politizado o concebe como liderança de uma aliança. Fazenda interpreta conceito com base na teoria leninista: “quando Lenine falava de hegemonia do proletariado ele defendia a aliança do operário com o camponês, ou seja, certa forma de aliança dos operários com classes médias”. Segundo a concepção leninista, o operariado haveria de liderar outras classes no processo revolucionário: “Lenine dizia que hegemonia é a capacidade da classe operária, representada pelo seu partido, o partido comunista bolchevique, de liderar uma vasta aliança social”. Houve uma má interpretação dessa concepção leninista por parte dos stalinistas, critica Fazenda: “tiraram daí à conclusão do partido único, que foi uma deturpação trágica das ideias do comunismo”.³⁹⁷

³⁹³ *Ibidem.*

³⁹⁴ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

³⁹⁵ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

³⁹⁶ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

³⁹⁷ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

Vimos que o conceito de hegemonia em Gramsci é mais amplo e complexo do que o conceito leninista de hegemonia. A hegemonia em Gramsci também envolve a liderança numa aliança, mas, sobretudo, a disputa ideológica, política, cultural e moral na sociedade civil, através da participação direta das classes e de seus intelectuais orgânicos nos aparelhos privados de hegemonia, objetivando o apoio popular para a viabilização e sustentação de um projeto político. Embora conceba a hegemonia a partir da perspectiva leninista, Fazenda aproxima-se da visão gramsciana quando diz que “uma hegemonia política para a transição da sociedade não é meramente uma transição de governo, precisa de uma hegemonia cultural”. Todavia, ele considera que o conceito de hegemonia cultural está atualmente em crise por conta dos novos padrões culturais: “nós não temos mais a cultura operária do princípio do século XX em contraponto com a cultura burguesa aristocrata da mesma época”³⁹⁸, diz. Se considerarmos que vivemos numa sociedade em que as classes sociais são cada vez menos demarcadas ideologicamente e cada vez mais heterogêneas, torna-se muito mais complexo definir os padrões culturais atuais para o conjunto das classes subalternas, mas essa dificuldade não torna menos fundamental à disputa de projetos culturais e ideológicos no âmbito da sociedade civil, sem a qual, novos projetos de sociedade não poderão triunfar. Adiante, Fazenda considera as mudanças que estão ocorrendo na cultura do trabalho, que vão além das mudanças políticas:

A cultura do trabalho tornou-se variada, heterogênea e, portanto, se falamos de hegemonia cultural, não podemos falar apenas de política, temos que falar de um conjunto de outras coisas que tem a ver com o mundo em evidencia, com a maneira de interpretar a vida em sociedade, com a maneira de interpretar a cultura de classe, e esses aspectos ainda não estão socialmente adquiridos na nova fase do capitalismo. Há muita coisa em transição ainda.³⁹⁹

³⁹⁸ Ibidem.

³⁹⁹ Ibidem.

Com base nos depoimentos, verificamos as diversas formas de interpretação do conceito de hegemonia: algumas conforme o senso comum, outras de acordo com a visão leninista, mas a maioria aproxima-se da concepção gramsciana. Portanto, a sociedade civil constitui-se no espaço privilegiado de construção e de disputas de hegemonia entre os diversos grupos e classes sociais. Disso resulta a importância do BE em atuar nas atividades extraparlamentares e extrainstitucionais, de participação nos movimentos sociais e nos demais espaços da sociedade civil.

4.1.2 A sociedade civil e os aparelhos privados de hegemonia

Para Pureza, a participação política nos movimentos e organismos da sociedade civil sempre esteve presente na cultura política do BE. O deputado bloquista diz que é na sociedade civil de onde decorrem as mudanças mais profundas, porque é o espaço de disputa de hegemonia, tanto no sentido leninista, enquanto “política organizada”, quanto no sentido gramsciano, “no sentido das apreciações, do discurso, da visão do futuro, etc.”. Pureza concebe a sociedade civil como um espaço em que as “relações sociais são completamente distintas daquelas que predominam” na vida político-institucional da sociedade, ou na sociedade política (Estado, no sentido estrito). Para ele, a sociedade civil é o espaço onde ocorre a contestação, as mudanças sociais, a produção de novos discursos e novas imagens sociais que poderão fazer frente ao pensamento hegemônico. “Eu creio que na cultura política do Bloco, a sociedade civil, compreendida como Gramsci a entende, tem uma centralidade enorme”, conclui.⁴⁰⁰

O BE entende que não deve interferir na autonomia dos movimentos sociais, dentre eles, o movimento sindical. O partido deve evitar que a autonomia, a identidade e a cultura política dos movimentos sociais sejam comprometidas ou prejudicadas em função da participação de seus militantes nos movimentos. Nesse sentido, não cabe ao BE determinar “conteúdos, discursos e agendas” dos movimentos sociais, mas “servir de complemento, servir de reforço para as atuações setoriais”, explica Pureza. Para

⁴⁰⁰ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

ele, a atuação do BE junto aos sindicatos tem priorizado a unidade em torno de objetivos comuns, com pessoas de grupos e organizações variadas, ao invés da atuação “quimicamente pura”, isto é, formada apenas por integrantes bloquistas.⁴⁰¹ Vejamos um trecho da entrevista com Pureza:

Portanto, isso tem permitido que os bloquistas se articulem com gente muito variada e não gente exclusivamente da mesma corrente... (...) Eu acho que por causa disso, justamente, que na cultura política do Bloco (que eu acho que é a cultura política dominante dentro do Bloco) não há lugar para uma relação de direção dos movimentos por parte da direção partidária. É justamente porque nós não entendemos a sociedade e a transformação social dessa maneira, ou seja, é realmente no campo da sociedade civil com a sua autonomia própria que se verificam esses processos.⁴⁰²

Todas as lideranças entrevistadas afirmaram que os assuntos internos dos movimentos sociais não são decididos no BE: “o Bloco nunca teve uma facção sindical que discuta no partido aquilo que os sindicatos vão fazer”, assegura Leiria.⁴⁰³ Cardina afirma que o BE deve ter o cuidado para “não transformar os movimentos em ‘megafones’ do partido”⁴⁰⁴. Madeira explica que a decisão de garantir a autonomia dos movimentos sociais vai de encontro à concepção ortodoxa de conceber “o movimento ou sindicato como ‘correia de transmissão’ do partido. Em tese, os militantes do Bloco (...) não devem procurar arregimentar os movimentos sociais”, porém, a questão é saber “como esses processos de transmissão se fazem

⁴⁰¹ Ibidem.

⁴⁰² Ibidem.

⁴⁰³ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁴⁰⁴ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

informalmente”, questiona o dirigente da plataforma Reinventar o Bloco.⁴⁰⁵

Apesar de reconhecerem a importância da atuação do BE junto aos organismos da sociedade civil, especialmente em relação aos movimentos sociais, várias lideranças entrevistadas afirmaram que Portugal não conta com um número expressivo de movimentos sociais organizados, inclusive no meio sindical. Para Costa, há uma “desertificação do movimento sindical” por conta da redução da taxa de sindicalização e da diminuição do número de greves nos países da Europa Ocidental: “isso faz com que as formas de expressão da sociedade civil na luta de classes e no conflito social sejam hoje muito diferentes das que eram em meados do século XX”. No entanto, a redução da participação sindical não inviabiliza que o partido atue em outras áreas da sociedade civil, como nos diversos movimentos setoriais. Do contrário “o partido transforma-se numa máquina institucional, numa espécie de aparelho que não tem qualquer vínculo com o pulsar da luta social”, conclui o dirigente bloquista.⁴⁰⁶

Para Carujo, os núcleos contra-hegemônicos expressos nos movimentos sociais são restritos na sociedade portuguesa. Ainda que o BE tenha atribuído uma dedicação especial (para não dizer prioritária - já que isso não é consenso no partido) à atuação institucionalizada, Carujo considera que tanto a direção quanto a militância têm se empenhado em “construir movimentos sociais” e “construir contra-hegemonia”, mas não há capacidade para tudo isso”, afirma.⁴⁰⁷ Madeira cita os diversos espaços em que se constrói e se disputa a hegemonia, como os movimentos sindicais e os movimentos culturais. Ele fala da necessidade de canalizar a influência social, política e cultural, através da articulação de discursos e de formas de atuação na sociedade civil.⁴⁰⁸ Vejamos um fragmento de sua entrevista:

⁴⁰⁵ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁴⁰⁶ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁴⁰⁷ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁴⁰⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

Acho que influenciam nos movimentos de natureza sindical, movimentos de natureza cultural, movimentos que ensinam, por exemplo, sobre relações de trabalho, ultrapassando, às vezes, visões mais estreitas do sindicalismo ortodoxo, digamos assim, como o trabalho precário... (...) é evidente que a influência social, influência política, influência cultural não se asseguram de forma difusa, é preciso encontrar o enquadramento orgânico para que estas questões funcionem um pouco em mosaico, de forma mais alargada.⁴⁰⁹

A sociedade contemporânea é caracterizada por mudanças importantes no mundo do trabalho, tanto que o sindicalismo tem diminuído na Europa Ocidental (como relatou Costa) e outros movimentos sociais vêm adquirindo expressão, como o movimento dos precários em Portugal. Além destes, outros movimentos têm se destacado desde a origem do BE, como os que lutam por questões de gênero, direitos sexuais, etnicidade, direitos dos imigrantes, etc. Tendo em vista a diversidade de movimentos sociais e a importância em conquistar a hegemonia, o BE tem utilizado a expressão “emancipações” para se referir ao conjunto de lutas e reivindicações de todos os movimentos que apoia.

Pureza explica que pelo fato de ter sido construído por diversos movimentos, o BE não deve hierarquizar rigidamente as formas de luta política e social. Portanto, a luta por direitos dos homossexuais deve ter a mesma prioridade da luta por direitos trabalhistas, a luta por direitos das mulheres deve ter a mesma prioridade da luta por direitos dos imigrantes, e assim por diante. “A gente percebe que a cultura que oprime o trabalhador é a mesma que, em última análise, se exprime na opressão do homossexual... (...) é a mesma cultura, é a mesma visão de mundo opressora, colonizadora das mentalidades e das políticas”, conclui.⁴¹⁰ A seguir, Pureza explica a importância do conceito “emancipações” no BE:

⁴⁰⁹ Ibidem.

⁴¹⁰ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

Portanto, na origem do Bloco há claramente essa ambição de ser um partido que exprime as agendas, que dá voz as agendas dos vários movimentos. A palavra “emancipações” é muito querida à cultura bloquista, com a noção de que não deve haver uma hierarquização rígida que diga: primeiro vem isto e depois, então, vem o resto. (...) Muitas vezes, o Bloco foi criticado por colocar na agenda política direitos dos homossexuais, por exemplo, quando só deviam colocar problemas relativos ao trabalho.⁴¹¹

Como vimos anteriormente, os movimentos sociais são ideologicamente influenciados por distintas bandeiras e correntes, tanto à esquerda, quanto à direita. Portanto, nem todos os movimentos sociais são progressistas ou apresentam propostas que visam emancipar as classes subalternas. Do mesmo modo, a sociedade civil não pode ser compreendida como benéfica em si mesma ou a sociedade política como maléfica em si mesma. A caracterização gramsciana da sociedade civil enquanto espaço privilegiado de disputa de hegemonia não a torna um espaço por si só progressista ou emancipador das classes subalternas. Tal caracterização dependerá da disputa de hegemonia envolvendo diferentes classes e grupos sociais e da correlação de forças políticas, culturais e ideológicas que são constantemente travadas na sociedade civil.

4.1.3 O papel dos intelectuais na disputa de hegemonia

Outro aspecto vital para a compreensão do processo de disputa de hegemonia são os intelectuais e o papel que eles exercem na sociedade. Cardina explica que não há no BE um setor específico de intelectuais do partido, diferentemente do PCP, que conta com um setor de intelectuais. “O Bloco não tem um discurso sobre o intelectual como um grupo social autônomo. (...) Não temos a lógica do setor intelectual que pensa, depois, do

⁴¹¹ Ibidem.

setor sindical, que é vanguarda”, afirma.⁴¹² Há que diferenciar aqui os intelectuais no sentido estrito, isto é, aqueles que exercem a função de intelectuais, e os intelectuais no sentido amplo, no qual, “todos nós somos intelectuais” ou “todos nós somos filósofos”. Portanto, no sentido amplo, os intelectuais são todos aqueles que exercem alguma função de disputa de hegemonia na sociedade. Gramsci também explica que deve haver uma fluidez entre os estratos da massa e o estrato do grupo de intelectuais especializados, rompendo com a visão mecanicista do marxismo.

Pureza corrobora com a afirmação de Cardina ao dizer que o BE não visa “separar, autonomizar o setor dos trabalhadores e, depois, o setor dos intelectuais”, como na “tradição comunista europeia”. Para ele, os atores da produção intelectual do BE são vários: não somente os que tradicionalmente exercem a função de intelectuais, como professores universitários, jornalistas e pesquisadores em geral, mas também intelectuais coletivos como os movimentos sociais. Estes intelectuais coletivos têm grande importância por serem “instâncias de formação”, por contribuírem para a produção de discursos e para a produção de horizontes, diz Pureza. O fato de muitas lideranças do BE exercerem a função de intelectuais os leva a lidarem com a disputa de hegemonia em sua vida diária. Para Pureza, a disputa de hegemonia se faz no dia-a-dia, inclusive na atuação profissional: “eu acho que (passa a imodéstia) sou um destes, o que eu faço na minha vida profissional é isso, portanto, não sou capaz de dissociar isso da minha participação do Bloco”.⁴¹³

Embora não tenha um setor específico de intelectuais, Carujo diz que os membros da Mesa Nacional do BE são “intelectualizados”: são professores universitários, investigadores, artistas, membros das seções culturais, etc. Em relação à sociedade portuguesa, “o intelectual público nunca tem influência de massas”, diz Carujo. Isso se explica pelo fato de Portugal ser um país pequeno, com um pequeno território e uma pequena população. Para ele, “um intelectual bem sucedido, por assim dizer, é uma pessoa que seja reconhecida, minimamente, com presença nas televisões ou nos jornais, mas é sempre um grupo

⁴¹² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁴¹³ PUREZA, op. cit.

com um nível de capacidade muito limitada para chegar às massas”.⁴¹⁴

Para Costa, o BE tem grande influência da intelectualidade. Em determinadas áreas, como no meio acadêmico, no meio artístico e no meio da imprensa, a influência do partido é maior do que no restante da sociedade, explica. Costa confirma a opinião de Cardina, ao relatar que “não há diferenciação dentro do partido”⁴¹⁵ em relação aos que exercem e os que não exercem a função de intelectuais. Louçã admite que “os principais porta-vozes públicos foram intelectuais”⁴¹⁶, mas há alguns membros do partido que não exercem o papel de intelectuais, como o metalúrgico Antônio Chora, que foi deputado da Assembleia da República pelo BE.

Fazenda defende a ideia gramsciana de intelectual orgânico. Porém, para ele, a defesa de tal posicionamento é pouco comum nas esquerdas, até mesmo em partidários marxistas: “acho que há certa deriva liberal acerca disso”, comenta⁴¹⁷. Por outro lado, Madeira diz ser difícil aplicar este conceito para referir aos intelectuais do BE. Ele cita o exemplo de Louçã, que aliou teoria e prática na construção do BE, mas já era um intelectual com “atividade acadêmica paralela”.⁴¹⁸

Esta discussão sobre a intelectualidade também não foi unânime entre as lideranças do BE. Alguns entrevistados distinguiram intelectuais individuais de intelectuais coletivos, outros disseram concordar com a noção de intelectualidade orgânica, outros consideraram este conceito de difícil aplicação no BE. Para a concepção gramsciana, o intelectual orgânico é porta-voz da classe a qual pertence, podendo representar as classes hegemônicas ou as classes subalternas, adotar uma posição conservadora ou revolucionária, defender um projeto

⁴¹⁴ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁴¹⁵ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁴¹⁶ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁴¹⁷ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁴¹⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

político de direita ou de esquerda, etc. Nesse sentido, o intelectual orgânico é aquele que está inserido no processo de disputa de hegemonia, influenciando a sociedade a pensar conforme os interesses da classe a qual representa.

CAPITULO V - OUTRO MUNDO É POSSÍVEL!

Neste capítulo relacionamos o conceito gramsciano de socialismo com a forma como o PT e o BE compreendem estes conceitos. Para atender a este objetivo, além da consulta bibliográfica e da consulta aos documentos oficiais, foram considerados os depoimentos de lideranças de ambos os partidos.

5.1 O SOCIALISMO PETISTA

5.1.1 A concepção de socialismo

O PT se define como partido socialista antes de sua fundação oficial. Em sua Carta de Princípios, assinada pela Comissão Nacional Provisória, em 1º de maio de 1979, o PT afirmou a famosa frase: “não há socialismo sem democracia, nem

democracia sem socialismo”. O documento também elucidou que “um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior”⁴¹⁹. Alguns autores afirmam que o PT ainda não havia se definido como partido socialista até a realização de seu Primeiro Encontro Nacional em 1981⁴²⁰. No entanto, a citação supracitada evidencia o comprometimento do PT com o socialismo e com a democracia um ano antes de sua fundação. Mas será a partir de seu Primeiro Encontro Nacional que o PT retomará e aprofundará a sua concepção de socialismo.

O I Encontro Nacional reiterou que o socialismo petista é democrático e crítico em relação às experiências históricas do socialismo real e da socialdemocracia europeia. Todavia, o documento destacou que o PT não seguirá um modelo pronto de socialismo, importado de outra realidade e em outro contexto histórico, nem terá como referência um teórico do socialismo específico, que haveria de “iluminar” as decisões do partido. O discurso proferido por Lula naquele Encontro apontou que o socialismo “se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares... (...) irá se definindo nas lutas do dia-a-dia... (...) terá que ser a emancipação dos trabalhadores...”. Em seu discurso, Lula disse que “o mundo caminha para o socialismo”, mas que este não poderia ser um paliativo para o capitalismo nem uma burocracia socialista.⁴²¹ Se, por um lado, o PT não pretendia seguir um modelo pronto de socialismo nem um autor específico que norteasse as suas diretrizes, por outro, esse discurso serviu para adiar as decisões a respeito de uma formulação teórica mais

⁴¹⁹ Carta de Princípios. Documento elaborado pela Comissão Nacional Provisória em 1º de maio de 1979. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 54.

⁴²⁰ Para Francisco Weffort, o PT não foi um partido socialista ou socialista democrático em suas origens. Ver POMAR, Wladimir. Introdução. Resoluções de Encontros e Congressos - 1979 - 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 35.

⁴²¹ SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso proferido no Primeiro Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores - 1981. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 113.

aprofundada do socialismo ou de como seria o “socialismo petista”.

Ao abordar o tema do socialismo, o IV Encontro Nacional considerou aspectos como as alianças políticas e as atividades econômicas. As alianças deveriam ocorrer entre os diversos setores da classe trabalhadora, sendo “impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do sistema capitalista”⁴²². Esta afirmação é relevante tendo em vista o quanto o PT construiu e vem construindo alianças prolongadas com setores da burguesia, especialmente a partir de 2002, após o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro.

As resoluções também afirmaram ser “necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo”⁴²³. Portanto, se a estratégia era o socialismo, os acordos com setores não socialistas não poderiam ser mantidos ou consolidados para não comprometer a estratégia, a não ser que estes fossem estritamente táticos, isto é, circunstanciais e pontuais. Embora o documento afirmasse que a tática antagônica não poderia ser mantida com a estratégia, o PT foi rompendo paulatinamente com esta avaliação, principalmente em decorrência de sua política de conciliação de classes e alianças prolongadas com partidos ideologicamente incompatíveis. As resoluções do documento escrito em 1986 são extremamente “atuais” e parecem descrever o momento recente em que a presidenta Dilma Rousseff foi traída pela maioria dos partidos de sua base aliada⁴²⁴, que votou favoravelmente ao *impeachment*. Vejamos o que diz o documento:

⁴²² Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT - 1986. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 253.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Dentre os partidos da base aliada de Dilma Rousseff, somente PT e PCdoB votaram integralmente contra o *impeachment*. O PDT votou majoritariamente contra. O único partido de oposição ao governo que votou totalmente contra o impeachment foi o PSOL. “Veja Estados e Partidos que mais Votaram pelo Impeachment na Camara”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de->

As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo. (...) Isso não quer dizer, porém, que a tarefa de construção do socialismo esteja reservada a um só setor, a uma só fração de classe ou a um só partido.⁴²⁵

Ao abordar a estratégia para a economia socialista, o documento elucidou que a propriedade privada dos meios de produção não deveria ser suprimida ou substituída imediatamente pela propriedade social, nem deveria ser implementada a total planificação da economia, a exemplo das experiências dos países do bloco soviético. “Se no Brasil existem numerosas empresas capitalistas que deverão ser transformadas em propriedade social, por outro lado existem milhões de pequenos produtores e pequenos proprietários cujos meios de produção não é possível estatizar ou mesmo coletivizar imediatamente”⁴²⁶. Diante disso, a alternativa não seria a estatização total da economia, mas a utilização de variadas e múltiplas formas de produção, como empresas estatais, cooperativas, pequena produção individual e pequenas propriedades familiares. Conforme as resoluções, a adoção (por vários países) de uma economia integralmente estatal resultou em diversos problemas, como a burocratização, a “estagnação” e o “desequilíbrio entre produção e consumo”.⁴²⁷

As resoluções do V Encontro Nacional diferenciaram a burguesia da pequena burguesia e defenderam uma aliança tática

dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html, acesso em 05 de junho de 2016.

⁴²⁵ Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT - 1986. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 253.

⁴²⁶ Ibidem, p. 253-254.

⁴²⁷ Ibidem, p. 254.

entre esta última e a classe trabalhadora. Embora a burguesia fosse considerada “a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores”, o documento destacou que a “classe burguesa”, longe de ser homogênea, abrange um conjunto amplo de estratos ou grupos sociais, com distintos interesses político-ideológicos: “muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola”⁴²⁸. Tal generalização ignora os grupos sociais (pequena burguesia) que “possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista”, afirmaram as resoluções.⁴²⁹

Em relação à questão econômica, as resoluções elencaram os setores da economia que deveriam ser estatizados após a conquista do poder, devendo ser transformados imediatamente em empresas socialistas, estatais ou coletivas. São eles: “grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, grandes empresas comerciais e de serviços e bancos”. O documento também mencionou os setores que, ao desenvolverem-se “com absorção de mão-de-obra e com atendimento a uma série enorme de bens e serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade”, deveriam permanecer na forma de propriedade privada. São eles: “pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos”.⁴³⁰ A seguir, as resoluções consideraram a aliança da classe trabalhadora com a pequena burguesia uma questão estratégica, visando tanto à destruição do capitalismo quanto a construção do socialismo. Cabe destacar que, na época, as alianças eram admitidas apenas com a pequena burguesia, nunca com a grande burguesia nem, tampouco, com o setor financeiro. Vejamos um fragmento das resoluções do V Encontro:

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja

⁴²⁸ Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT - 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 314.

⁴²⁹ Ibidem.

⁴³⁰ Ibidem, p. 315.

escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa, sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. (...) O processo de construção socialista para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.⁴³¹

As resoluções também estabeleceram que no projeto petista de socialismo estivessem incluídas as pautas de diversos tipos de movimentos sociais e suas lutas específicas, tais como as lutas feministas, do movimento negro, da juventude, dos homossexuais, do movimento ambiental. O documento admitiu alianças estratégicas apenas com a classe trabalhadora e partidos comunistas, socialistas e de trabalhadores. “Não há aliança estratégica com setores da burguesia”. Já em relação às alianças táticas (pontuais, temporárias) incluem-se nelas “alguns setores burgueses e liberais”, afirmaram as resoluções.⁴³² Contudo, haveriam de considerar nesta questão, os conteúdos que norteariam as alianças, bem como, o tempo de duração das

⁴³¹ Ibidem, p. 315-316.

⁴³² Ibidem, p. 325-326.

mesmas, pois, dependendo de como fossem, as táticas poderiam se converter em estratégias.

O VI Encontro Nacional considerou necessário o enfrentamento de classes para que fosse desencadeada uma revolução socialista. “Um governo popular... (...) forçosamente, terá de enfrentar-se com os interesses dominantes na sociedade brasileira que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista, sobre a economia”⁴³³. Se pensarmos nas experiências dos governos Lula e Dilma, entre 2002 e 2016, veremos que o enfrentamento aos interesses das elites não foi feito. Houve negociações, acordos e alianças com diversos setores, como o agronegócio (representado por Roberto Rodrigues e Kátia Abreu, escolhidos para compor os ministérios de Lula e Dilma Rousseff, respectivamente) e o setor bancário (representado por Henrique Meirelles - que presidiu o Banco Central nos governos Lula, e Joaquim Levy - que assumiu o Ministério da Fazenda no segundo governo Dilma). Estas alianças com setores da burguesia, ao invés de serem táticas (pontuais), como previa as resoluções do 5º Encontro Nacional, transformaram-se em alianças prolongadas que comprometeram a estratégia do partido. Pomar explica que a “metamorfose” do PT teria se completado com a aliança do governo Lula com o setor financeiro, fazendo prosseguir a política econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso.⁴³⁴ A mesma política de aliança com o setor bancário e a mesma política econômica neoliberal se manteve durante os governos de Dilma Rousseff.

Mais adiante, as resoluções do VI Encontro enfatizaram que “nem os limites institucionais (Constituição de 1988, Congresso Nacional, Poder judiciário reacionário) nem os não-

⁴³³ Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT - 1989. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 398.

⁴³⁴ POMAR, Valter. A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 131.

institucionais (tutela militar, hegemonia política da burguesia, monopólio dos meios de comunicação, propriedade dos meios de produção)” poderiam determinar o programa partidário e o “objetivo de construir uma sociedade socialista”. No entanto, a política de amplas alianças, incluindo o setor financeiro, comprometeu o objetivo petista de construir uma sociedade socialista por meio de reformas estruturais instituídas pelo Governo Federal.

O 1º Congresso Nacional reafirmou que o projeto de socialismo do PT condena tanto a ideologia do livre-mercado, quanto à ideologia do estatismo, característica do chamado socialismo real, pois esta “prejudica o avanço tecnológico, bloqueia a criatividade, nega aos consumidores o poder de escolher entre produtos e serviços e estabelece, necessariamente, o domínio da burocracia”. Portanto, o documento reforçou o que foi aprovado nas resoluções anteriores a respeito da coexistência de múltiplas formas de atividades econômicas (estatal, coletiva, pública, particular, mista), “privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados, entre outros”. Segundo as Resoluções, a gestão econômica da propriedade pode adquirir diferentes formas (autogestão, direção pessoal ou coletiva, mistas) e ser submetida a diferentes meios de controle social (sindical, popular e estatal).

435

Desde o 1º Congresso, o socialismo tem deixado de ser tema central nos documentos aprovados pelas instâncias decisórias do partido, dando lugar a temas como a luta contra o neoliberalismo e, mais recentemente, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Entre 1991 e 2016 as resoluções dos Encontros e Congressos Nacionais do PT dedicaram pouco espaço para a temática do socialismo, que passou a ser mencionado de forma muito superficial. Conforme Pomar, ao longo dos anos 1990 o PT foi abandonando ou criticando as formulações teóricas sobre questões referentes à luta de classes, à relação antagonica entre capital e trabalho, à “luta contra o

⁴³⁵ Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT - 1991. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 501

imperialismo e contra os monopólios”, para aderir a novas formulações sobre questões muito genéricas, como “a ética na política, a solidariedade, o combate à exclusão, o desenvolvimento e a defesa da Nação”. Obviamente, que estes termos atraem muito mais o apoio de forças políticas antagônicas ao ideário socialista, do que os outros que foram sendo abandonados ou reformulados. “À medida que o PT interiorizou categorias genéricas e reduziu a influência da análise de classes e do socialismo, cresceu sua subordinação à hegemonia burguesa, através da centralidade conferida ao crescimento econômico”, explica o dirigente da AE.⁴³⁶

Conforme as resoluções do 3º Congresso Nacional do PT, os principais traços do socialismo petista eram: 1) ampliação da democracia, criando mecanismos que combine a democracia representativa com a democracia direta; 2) compromisso internacionalista: respeito à soberania dos Estados nacionais e reforma na Organização das Nações Unidas (ONU); 3) planejamento democrático e ambientalmente orientado em oposição ao mercado capitalista; 4) propriedade pública dos grandes meios de produção e controle social das atividades econômicas. Este congresso foi o único a citar diretamente em suas resoluções autores consagrados da teoria social e política, como o geógrafo Milton Santos, os filósofos Norberto Bobbio e Marilena Chauí, o sociólogo Florestan Fernandes e o historiador Eric Hobsbawm.⁴³⁷

As resoluções do 3º Congresso conceberam o socialismo como estratégia pós-neoliberal⁴³⁸ e mencionaram que o objetivo principal das eleições de 2008 e 2010 era impedir o retorno do neoliberalismo⁴³⁹. O documento enfatizou a importância das lutas pelos direitos humanos e pela sustentabilidade, que seriam capazes de unificar a esquerda dos dias de hoje: “quando a perspectiva socialista já não aparece tão nítida, em um contexto de perda de referenciais ideológicos, os direitos humanos

⁴³⁶ POMAR, op.cit., p. 155-156.

⁴³⁷ Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT - 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016, p. 15-16.

⁴³⁸ Ibidem, p. 12.

⁴³⁹ Ibidem, p. 49.

permanecem como bandeira universal, identificada como patrimônio da esquerda”, afirmaram as resoluções.⁴⁴⁰ O que nos leva a concluir a partir desta afirmação é que o PT se distancia do ideário socialista para se aproximar da luta por direitos humanos. Enquanto no início dos anos 1980, durante o I Encontro Nacional, Lula havia afirmado que o mundo caminhava para o socialismo, em 2007, no 3º Congresso, “a perspectiva socialista já não parece tão nítida”.

Se, nos anos 1980 e início dos anos 1990, o objetivo de conquistar o Governo Federal tinha por finalidade o socialismo, após 2002, os governos Lula e Dilma passaram a ter como meta o combate ao neoliberalismo, ainda que este objetivo ficasse aquém do esperado por boa parte da militância petista, especialmente a militância das tendências situadas à esquerda. A utilização de temas “genéricos” (quase consensuais) como direitos humanos e sustentabilidade cumpriu a função de contemplar diferentes partidos e setores sociais, não somente vinculados à esquerda, como também parte significativa da direita. Normalmente os políticos de direita não se declaram favoráveis à insustentabilidade e nem se assumem contra os direitos humanos – o mesmo não se pode dizer em relação ao socialismo. Portanto, o socialismo petista foi, pouco a pouco, ganhando outras formas de compreensão; afastando-se da perspectiva de classes, no sentido marxista, e assumindo a proposta antineoliberal, com ênfase na luta por direitos humanos e pelo desenvolvimento sustentável.

Para Pomar, as discussões sobre o socialismo nos documentos oficiais do PT podem ser classificadas em distintos períodos: “até o 6º Encontro Nacional, cresce a influência da abordagem marxista... (...) Do 7º Encontro e 1º Congresso em diante, o socialismo petista é progressivamente fundamentado na ideia da radicalização da democracia e em princípios éticos. Os encontros posteriores ao 1º Congresso não dedicam grande atenção ao tema do socialismo”⁴⁴¹. A resignificação do conceito de socialismo foi acontecendo gradativamente após a realização do 1º Congresso em 1991. Em 2001, foi realizado o 12º Encontro Nacional. A partir desse encontro, “o socialismo deixa de ser uma maneira de organizar a sociedade, distinta do capitalismo, e passa

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 49-50.

⁴⁴¹ POMAR, op. cit., p. 204.

a constituir um conjunto de valores que iluminam e disciplinam o desejado crescimento capitalista”, explica Pomar.⁴⁴² Portanto, os discursos do crescimento econômico e do desenvolvimento sustentável passam a constar nas resoluções do PT desde então. O combate ao neoliberalismo torna-se o objetivo central das resoluções, que passam a enfatizar cada vez menos o socialismo e a luta anticapitalista.

Algumas lideranças do PT disseram que o partido sempre evitou chegar a uma definição muito específica sobre o que seria o socialismo petista. Pont diz que “o PT nunca renunciou em seus congressos as definições iniciais que rejeita a socialdemocracia e a experiência burocratizada e degenerada do ‘socialismo real’. Nesses 35 anos o PT definiu-se mais pela negativa acima do que por definição mais clara”⁴⁴³. Para o dirigente da tendência Democracia Socialista, a crise do “socialismo real” e os problemas envolvendo os governos petistas dificultaram a formulação programática a respeito dessa temática.

Para Fritsch, o socialismo petista possui alguns pilares fundamentais, como “distribuição de renda, inclusão da população que estava na periferia passando fome... (...), acesso à educação...”. No entanto, ele mesmo tem dificuldade para enquadrar que tipo de regime político é esse que emergiu a partir dos governos Lula e Dilma. “Então como é que se chama isso? Isso é socialismo, não é socialismo? É uma democracia popular? Socialdemocracia? É democracia participativa, de conselhos (hoje têm muitas organizações de conselhos, áreas de governo)? Eu acho que nós estamos gestando um novo sistema”.⁴⁴⁴ Nota-se um otimismo muito grande na fala de Fritsch ao sugerir que se trata de um novo sistema. Poderia existir novo sistema sendo mantida a mesma política econômica neoliberal dos governos anteriores?

É consenso entre os entrevistados que o socialismo deixou de fazer parte do centro das discussões do PT. Para Turra, “nunca houve uma definição do que é o socialismo petista. Na época em que se discutia o socialismo no PT, há muitos anos, havia

⁴⁴² Ibidem, p. 164.

⁴⁴³ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁴⁴⁴ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

seminários, publicações: o que é o socialismo petista? Aí as várias correntes davam opiniões. Hoje em dia esse debate não existe mais”⁴⁴⁵. Além de o PT durante muitos anos ter evitado o debate sobre o socialismo, há no partido “posições contrárias ao socialismo ou que apresentam o socialismo como se ele fosse uma versão mais humana e democrática do capitalismo”, explica Almeida.⁴⁴⁶ Provavelmente este tenha sido o principal motivo para o PT ter abandonado gradativamente as discussões sobre o socialismo.

Muitos dirigentes de tendências acreditam que a viabilidade para implementar o socialismo petista depende da mudança de estratégia do partido. A estratégia atual “apenas contribui para a direita regressar”, diz Pomar.⁴⁴⁷ Segundo Turra, “o PT funciona como um partido da ordem, do ponto de vista da manutenção da ordem capitalista, com devir social, com bolsa-família, mas, fundamentalmente, o PT não coloca em questão a propriedade privada dos meios de produção, o que é uma lástima...”.⁴⁴⁸ Pont considera que o PT tem passado por uma “crise de identidade e em breve passará por definição... (...) A crise é forte e séria o suficiente para obrigar definições”⁴⁴⁹. Melo propõe que o PT reduza seu leque de alianças e concessões em favor de um projeto condizente com a história do partido, mesmo que isso implique no risco de perder as eleições.⁴⁵⁰ Vejamos um trecho de sua entrevista:

O PT está numa sociedade capitalista (...) com fortes instrumentos que tornam difíceis as mudanças sobre a propriedade privada no Brasil, sobre a propriedade

⁴⁴⁵ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁴⁴⁶ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

⁴⁴⁷ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

⁴⁴⁸ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁴⁴⁹ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁴⁵⁰ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

rural, sobre os meios de comunicação, tudo isso é uma dificuldade. (...) Então, acho que o PT precisa, a partir desse ciclo (espero que esse seja o momento que encerrará as concessões que o PT tem feito), ter a coragem e a ousadia... (...) O PT tem que ousar (é o meu entendimento, uma coisa muito pessoal) reduzir as suas políticas de alianças para avançar no projeto. Isso, no meu entendimento, ocorrerá nas eleições de 2018.⁴⁵¹

Outras lideranças de tendências evitaram fazer a crítica interna aos atuais rumos do partido. Segundo as narrativas, a viabilidade para a implementação do socialismo petista estaria mais relacionada a fatores externos ao partido. “Sua viabilidade histórica dependerá da construção da consciência política e suas diversas formas organizativas dos sujeitos sociais socialistas bem como das próprias crises do capitalismo”, afirma Árabe.⁴⁵² “Acredito que a mesma é demonstrada através do processo histórico; da análise da relação de forças; dos avanços que se consolidam; das correções de rumo necessárias; do desenvolvimento das forças produtivas e sua articulação com outras nações da AL que compartilham conosco um sentido comum, bem como da boa e velha ‘análise concreta da realidade concreta’, como dizia Lênin”, explica Notari.⁴⁵³

5.1.2 Socialismo e democracia

A democratização da sociedade sempre foi um dos principais objetivos a ser conquistado pela esquerda brasileira, principalmente durante o regime militar. Com o fim da ditadura, instaurou-se no Brasil uma democracia representativa frágil e incompleta, com poucos mecanismos que permitissem a participação direta dos cidadãos nas instâncias de poder e decisão política. A ampliação da democracia na sociedade civil, além de

⁴⁵¹ Ibidem.

⁴⁵² ÁRABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

⁴⁵³ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

garantir maior controle e participação popular nas instâncias decisórias, permitiria a ampliação dos espaços de disputa de hegemonia.

Conforme as resoluções do PT, a concepção de democracia sempre esteve muito imbricada com a concepção de socialismo. Em 1979, o movimento pré-fundacional do PT já havia dito que não há socialismo sem democracia e vice-versa. Em seu 1º Encontro Nacional o PT fez a defesa do socialismo democrático, opondo-se a socialdemocracia e ao “socialismo real”. A concepção petista de democracia conciliava a democracia representativa com a democracia direta. O 2º Encontro Nacional propôs a ampliação da democracia, através do controle social, em diversos setores da sociedade, como escolas, postos de saúde, empresas e até delegacias de polícia. Eis um fragmento das resoluções deste encontro:

As escolas terão de ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários; os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de ter o direito de fiscalização à contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre o emprego, preço e salário; os sindicatos têm de ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm de ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores etc.

454

O 4º Encontro Nacional especificou que a “democracia, no socialismo” deveria “ser entendida como a socialização dos meios de produção e também dos mecanismos de poder entre os trabalhadores”. Diante disso, fazia-se necessária a “liberdade de associação e organização, a livre expressão de ideias, a liberdade de culto, o direito social à comunicação e à liberdade política,

⁴⁵⁴ Resoluções do 2º Encontro Nacional do PT - 1982. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 125.

partidária e sindical”.⁴⁵⁵ Portanto, socializar os meios de produção (mais compreendido como princípio socialista ou comunista) é também um princípio democrático, assim como os direitos à liberdade política, religiosa, partidária e sindical (mais compreendidos como princípios democráticos) são também princípios socialistas, segundo a concepção petista de socialismo democrático.

O 6º Encontro Nacional aprovou a proposta de apurar e punir os responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura de 1964. Ainda que o PT tenha afirmado isso em diversos documentos oficiais, nenhum envolvido em crimes da ditadura (tortura, assassinato, etc.) foi julgado ou condenado durante os governos Lula e Dilma. O mesmo não aconteceu na Argentina, que durante os governos de Néstor e Cristina Kirchner, passou a ser o país sul-americano que mais puniu criminosos da ditadura. O Chile também puniu criminosos da ditadura, sobretudo durante o governo de Michelle Bachelet, embora menos intensamente que a Argentina.⁴⁵⁶

As resoluções do 6º Encontro apresentaram diversas propostas que permitiriam ampliar a democracia, tais como: estimular o poder popular e a auto-organização da classe trabalhadora; garantir a participação dos trabalhadores na administração das empresas estatais; criar condições de participação popular nas escolas, universidades e serviços públicos; garantir a participação popular nas decisões da Previdência Social; incentivar mecanismos de participação popular como plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular.⁴⁵⁷ Apesar das resoluções apontarem para a ampliação dos mecanismos de participação popular, os governos Lula e Dilma

⁴⁵⁵ Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT - 1986. In. Resoluções de Encontro e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 156.

⁴⁵⁶ “Crimes na Ditadura Argentina e Modelo na Região Paraguai tenta superar fracasso da Comissão da Verdade”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/11/13/crimes-na-ditadura-argentina-e-modelo-na-regiao-paraguai-tenta-superar-fracasso-da-comissao-da-verdade.htm>, acesso em 22 de junho de 2016.

⁴⁵⁷ Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT - 1989. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 358.

avançaram pouco em relação ao cumprimento de muitas destas propostas. O maior mérito dos governos petistas neste quesito foi a criação de diversos conselhos (órgãos de interlocução com o Governo Federal para a promoção de políticas públicas) e conferências, realizadas no âmbito municipal, estadual e nacional, sobre variados temas, como educação, saúde, moradia, meio ambiente, juventude, direito das mulheres, comunicação, direitos humanos, diversidade sexual, etc. O único referendo realizado durante os quase quatorze anos de governos petistas foi o que tratou da proibição da comercialização de armas de fogo e munições, em 23 de outubro de 2015, quando a maioria rejeitou a proposta do governo. Além disso, praticamente não foram criados mecanismos de controle popular ou administração direta dos trabalhadores em órgãos e empresas públicas. As indicações para cargos de confiança dos governos continuaram prevalecendo, em detrimento das propostas de democracia direta e descentralizada, nos órgãos e empresas públicas.

Outro terreno em que se esperava uma mudança substancial é o da democratização política, através do empoderamento das camadas populares, inclusive via mecanismos de controle social do Estado. É verdade que o governo estimulou a realização de conferências em diversas áreas, mas é duvidoso que este esforço tenha continuidade, frente ao contraste entre as expectativas e as realizações. (...) Ao lado disso, não se verificou um salto nos patamares de sindicalização, nem mesmo de militância noutros movimentos sociais. (...) O governo Lula, com a exceção da convocação de Conselhos e Conferências nacionais, bem como de um processo de consultas na formulação do PPA [Plano Plurianual], não instituiu mecanismos democráticos de participação e controle popular sobre as grandes instituições nacionais. Ao contrário, o governo

manteve hábitos conservadores e tradicionais na relação política...⁴⁵⁸

O 6º Encontro trouxe uma proposta revolucionária para a mídia e a comunicação no Brasil. Eis os pontos apresentados: criação de um Conselho de Comunicação Social, controlado por trabalhadores da comunicação e centrais sindicais que coordenaria a política de comunicação social; controle de rádios e TVs exclusivamente por “fundações e associações sem fins lucrativos”; eliminação do monopólio e do oligopólio da comunicação social, através de medidas administrativas, legislativas e jurídicas; apoio a “criação de canais de comunicação próprios das organizações populares”.⁴⁵⁹ No entanto, nos anos em que Lula e Dilma governaram, pouco foi feito para enfraquecer o oligopólio da comunicação no Brasil - e o PT pagou caro por não ter assumido esta política desde o primeiro governo de Lula em 2002. A baixa popularidade de Dilma Rousseff ao longo de seu segundo mandato foi, em parte, construída pela grande mídia, especialmente a Rede Globo, cujo foco de suas atenções sempre esteve voltado para desgastar a imagem do PT, mais do que qualquer outro partido. Apesar disso, esta foi a emissora mais beneficiada pelos governos petistas entre 2002 e 2014.⁴⁶⁰ No capítulo VIII, veremos com mais detalhes os aspectos que contribuíram para a baixa popularidade de Dilma Rousseff.

Vários dirigentes petistas entendem que os governos Lula e Dilma poderiam ter feito mais em relação às políticas para a ampliação da democracia e promoção da participação popular.

⁴⁵⁸ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 203.

⁴⁵⁹ Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT, op. cit.

⁴⁶⁰ Publicidade federal: Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma. *Carta Capital*. 29/06/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>, acesso em 22 de junho de 2016.

Melo diz não acreditar “que uma sociedade democrática concorra apenas com eleições de quatro em quatro anos”. O dirigente da CUT e representante da CNB propõe a realização de outros referendos: “fizemos aqui no Brasil sobre as armas, mas devíamos fazer mais sobre outros temas. Referendo sobre a liberação ou não da maconha. Eu acho que nós precisamos incorporar a sociedade num sistema de consultas e de decisões”.

⁴⁶¹

Pont considera que a estratégia democrática e socialista “exige uma nova institucionalidade... (...) a incorporação de uma luta profunda de democratização da sociedade como um todo. Nas empresas, nas escolas, nas universidades, nas instituições publicas”. Para o dirigente da DS, a esquerda socialista do século XXI deve defender “a democracia participativa, o respeito à igualdade de gênero, a diversidade social, cultural, as identidades nacionais próprias (veja o caso da Bolívia e sua Constituição multinacional), etc...”.⁴⁶²

Fritsch defende a reconstrução do PT e, dentro desse projeto, a retomada da participação popular nas prefeituras, governos e demais instâncias de poder político. Do contrário, “vira burocracia administrativa, eu acho que isso é o veneno de tudo”, relata o dirigente da APS.⁴⁶³ Já Paludo afirma que “nenhum outro partido na história do Brasil tem uma marca tão definida nesse ponto de vista da participação. O orçamento participativo foi a grande marca do início dos anos 1990”. O dirigente da MS explica que as experiências do orçamento participativo adquiriram formas diferentes em localidades diferentes.⁴⁶⁴ Vejamos um fragmento de sua entrevista:

Houve diferentes experiências do orçamento participativo, algumas mais centradas no voto direto, outras com orçamentos por região e setoriais, outras

⁴⁶¹ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

⁴⁶² PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁴⁶³ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

⁴⁶⁴ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

que davam peso X para o orçamento e outro por conselhos, até inovações como a de Belo Horizonte em 2000, quando o atual governador, que na época era prefeito de BH, [Fernando] Pimentel, [realizou] uma das primeiras experiências [com] orçamento participativo eletrônico, em que as pessoas podiam votar pela internet. Votava uma vez só nos postos de saúde, nas escolas, nos espaços públicos. Tinha um terminal em que a pessoa, com seu título de eleitor, podia escolher uma das prioridades do governo pela internet e também podia ir numa assembleia do orçamento participativo. Podiam votar duas vezes.⁴⁶⁵

O orçamento participativo oferece condições para que as decisões sobre uma parte do orçamento público ocorra conforme os interesses da maioria dos moradores de uma cidade ou região. O professor da USP e colaborador do Instituto da Cidadania, Francisco de Oliveira, considera que o orçamento participativo é viável em espaços menores e inviável em espaços maiores. Paludo discorda: “isso até parece debate do Rousseau e do Platão. Não é problema de escala. É um problema de princípio, de compreensão, de democracia e de política... (...) É possível sim fazer participação em escala nacional, não tem nenhuma dificuldade em fazer isso”.⁴⁶⁶ Paludo cita os eventos organizados pelos governos petistas em âmbito nacional, como a conferência Diálogos para Governo Aberto⁴⁶⁷ e a plataforma de participação social Participa.br.⁴⁶⁸ No entanto, ao contrário dos orçamentos participativos, as conferências nacionais e encontros nacionais setoriais (conselhos de educação, saúde, etc.) não têm caráter deliberativo em relação às verbas públicas. O orçamento participativo chegou a fazer parte do plano de governo da

⁴⁶⁵ Idem.

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ Diálogos para Governo Aberto. Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2015/201cdialogos-de-governo-aberto201d>, acesso em 27 de outubro de 2016.

⁴⁶⁸ Participa.br. Disponível em: <http://www.participa.br/>, acesso em 27 de outubro de 2016.

candidatura de Lula em 2002 ⁴⁶⁹, no entanto, o projeto não foi atendido após Lula assumir a Presidência da República. O professor Francisco de Oliveira tentou justificar a decisão do governo em abandonar a proposta do orçamento participativo no âmbito federal: “à medida que se aumenta a escala de abrangência do Orçamento Participativo, mais crescem as dificuldades. É um instrumento valioso para a esfera local e que precisa ser aperfeiçoado para a estadual. No nível federal, não acho viável” ⁴⁷⁰.

Apesar disso, os governos Lula e Dilma foram os que mais promoveram conferências nacionais: “dois terços de todas as conferências já ocorridas no país desde a primeira delas, sobre saúde, em 1941, ocorreram de 2003 em diante” ⁴⁷¹. Notari e Paludo apresentam dados sobre as conferências e conselhos realizados a partir do primeiro governo Lula:

As conferências temáticas abordaram os mais diversos temas [e contam] com a presença de aproximadamente 5 milhões de pessoas. (...) Naturalmente, o assunto participação popular é bem mais amplo e pressupõe avanços crescentes, porém tais iniciativas esbarram em impedimentos por parte dos setores mais conservadores do Parlamento. ⁴⁷²

⁴⁶⁹ “A boa experiência do orçamento participativo nos âmbitos municipal e estadual indica que, apesar da complexidade que apresenta sua aplicação no plano da União, ela deverá ser estendida para essa esfera.”. Programa de Governo da candidatura Lula - 2002. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 23 de junho de 2016.

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, Francisco. In. ZANINI, Fábio. Lula abandona Orçamento Participativo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200239.htm>, acesso em 24 de junho de 2016.

⁴⁷¹ PASSOS, Najla. Com Lula e Dilma, conferências explodem. Mas dão resultado? Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Com-Lula-e-Dilma-conferencias-explodem-Mas-dao-resultado-/2/18494>, acesso em 23 de junho de 2016.

⁴⁷² NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

Havia 8 conselhos realizados no final do governo FHC e no final do governo Lula havia 64 conselhos nacionais, organizados, funcionando... Em síntese, há que combinar democracia representativa com a democracia direta. A democracia direta não necessariamente substitui a democracia representativa e é possível fazer uma simbiose de ambas.⁴⁷³

Todavia, participantes das conferências questionam a “interferência dos governos nas discussões” e a “falta de compromisso deles em viabilizar as propostas aprovadas”. Diversos pontos aprovados nas conferências não foram cumpridos pelo governo, como o marco regulatório das comunicações, aprovado na primeira Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, e o investimento de 10% do orçamento público em saúde, aprovado pela XIV Conferência Nacional de Saúde, em 2011. Para a professora Maria Valéria Correia, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), as Conferências e Conselhos são “espaços importantes, mas insuficientes, para a garantia da participação popular”.⁴⁷⁴

Diferentemente de Paludo e Notari, que elogiaram algumas políticas do governo em relação à promoção da participação popular, Turra disse não haver “projeto do PT de democracia” e fez críticas contundentes ao orçamento participativo, que tende a disponibilizar uma quantia ínfima de recursos para que o povo decida a forma em que serão aplicados. Para ele, o PT não estaria construindo a democracia participativa, mas atuando nos limites da democracia burguesa-formal.⁴⁷⁵

⁴⁷³ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁴⁷⁴ PASSOS, Najla. Com Lula e Dilma, conferências explodem. Mas dão resultado? Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Com-Lula-e-Dilma-conferencias-explodem-Mas-dao-resultado-/2/18494>, acesso em 23 de junho de 2016.

⁴⁷⁵ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

O PT se limita ao quadro da democracia burguesa-formal e, ao longo da história, com algumas experiências participativas, que foram mais engodos do que soluções, como o famoso orçamento participativo. Para discutir dezessete por cento do orçamento - era isso que a prefeitura de Porto Alegre colocava para discutir. E daí, quem pode mais chora menos, quem levar mais “caminhonada de gente” para a assembleia do orçamento participativo “abiscoita” os recursos. Então, está nos limites do Estado Burguês com um verniz participacionista.⁴⁷⁶

Quando falamos em democracia participativa há que considerar também o processo de democratização dentro do partido. “No nível de organização partidária, a democracia interna do PT assegura a eleição de suas direções com paridade de gênero e respeito à representação étnica, geracional”, explica Almeida.⁴⁷⁷ No entanto, para além da concessão de cotas para os cargos de direção partidária (seja de gênero, etnia ou representação etária), dois aspectos contribuíram significativamente para as transformações do PT, tanto em relação à sua organização interna quanto em relação à participação da massa militante. O primeiro refere-se ao enfraquecimento dos núcleos do PT. Segundo Secco, “os líderes de tendências, mandatos e organizações sindicais estabeleceram carreira, enquanto as bases foram para casa. Igualmente, os núcleos perderam totalmente seu poder de influência... (...) embora nunca tivessem desaparecido”.⁴⁷⁸ Os núcleos tiveram um papel de destaque nos anos 1980 e foram fortemente influenciados pelas CEBs, sendo também difundidos pelo sindicalismo. Era muito frequente a militância petista se reunir em núcleos, onde eram organizados grupos de estudos e deliberadas políticas locais. Além de funcionar de forma descentralizada os núcleos refletiam (e os que ainda existem,

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

⁴⁷⁸ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 77-78.

refletem) a diversidade da sociedade civil, abrangendo diversos segmentos sociais, como moradores de determinados bairros ou regiões, trabalhadores de determinada indústria ou setor, estudantes de determinada universidade ou escola, religiosos de determinada ordem ou organização, além de movimentos de grupos sociais específicos, como mulheres, negros, LGBTs. Por representarem uma variedade muito grande de setores da sociedade, os núcleos atuavam no sentido de evitar a polarização, a burocratização e o monopólio do poder no partido. Apesar disso (ou precisamente por isso), durante o 3º Encontro Nacional do PT, a tendência mais “moderada”, a Articulação (hoje CNB), se contrapôs às propostas que visavam ampliar o poder dos núcleos – como o “direito de convocar encontros e convenções ou indicar 80% de candidatos às direções”⁴⁷⁹. Com o passar do tempo, os núcleos foram se reduzindo, tanto em número quanto em importância. Vejamos o que diz Secco sobre a importância dos núcleos:

Enquanto os núcleos existiram as direções petistas, mesmo distanciadas de suas bases, eram obrigadas a ouvi-los em plenárias, receber seus boletins, buscá-los para apoio eleitoral e receber seus reclamos na forma de recursos e propostas. Até mesmo reuniões internúcleos tentaram contornar a burocratização e o monopólio do poder interno das direções. (...) Sem núcleos o PT se torvava um partido de profissionais.⁴⁸⁰

O segundo aspecto diz respeito ao PED (Processo de Eleições Diretas). Segundo Secco, “o PED nasceu de uma necessidade que o grupo dominante do PT tinha de afastar definitivamente seus opositores e cimentar a via de acesso à socialdemocracia, qualquer nome que ela vise a ter no Brasil”⁴⁸¹. A esquerda petista sempre se posicionou contra o PED, por sobrepor as eleições diretas ao debate político realizado por meio de encontros e congressos. Além disso, as candidaturas mais bem

⁴⁷⁹ Ibidem, p. 86.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 79, 87.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 194.

estruturadas, financeira e organizativamente, dispõem de maiores condições para vencer as eleições, em detrimento das candidaturas vinculadas a grupos e tendências menores que não dispõem de tantos recursos. Portanto, o PED acaba por refletir, no interior do partido, a democracia formal-burguesa da sociedade capitalista. Tanto a redução da atuação dos núcleos quanto o PED contribuíram para que a tendência Articulação, considerada pela militância petista como “moderada” e de viés “socialdemocrata”, se consolidasse como hegemônica no PT.

5.1.3 Socialismo ou socialdemocracia?

Para compreendermos a dimensão ideológica do socialismo petista é preciso verificar como a militância e as lideranças petistas entendem este conceito. Vimos que o PT, ao longo de toda a sua história, fez inúmeras críticas à socialdemocracia europeia. Entretanto, a tendência que hegemoniza o partido (CNB) é considerada pela esquerda petista “a tendência socialdemocrata do PT”. Antes de analisarmos a influência da socialdemocracia no PT e nas suas tendências internas, cabe mencionar que o termo socialdemocracia foi se transformando com o tempo.

A socialdemocracia nasceu na segunda metade do século XIX, na Alemanha, sendo fortemente influenciada pelo marxismo. Mais tarde, ao longo do século XX, partidos socialdemocratas, trabalhistas e socialistas assumiram governos em diversos países europeus (como Portugal, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido) e adotaram o “Estado de bem-estar social” - política caracterizada pela elevação da participação social do Estado e maior controle estatal sobre a economia. Consequentemente, muitos países europeus passaram por uma fase de importantes avanços sociais, como a ampliação de direitos trabalhistas e dos empregos formais, a melhoria dos serviços públicos de educação, saúde, transporte e moradia, a redução das desigualdades, etc. Bottomore explica que os primeiros partidos socialdemocratas criados no século XIX eram marxistas e contaram com o apoio de Karl Marx:

Na última década do século XIX, porém, foram criados partidos marxistas da classe operária – notadamente na Alemanha e na

Áustria – que se intitularam partidos socialdemocratas... (...) Nesse sentido, a socialdemocracia se contrapunha à dominação de classe e visava à emancipação social definitiva da classe operária (que Marx, em seus primeiros escritos, chamou de “emancipação humana”).⁴⁸²

A partir da década de 1970, a crise do Estado de bem-estar social, proporcionada pela dificuldade em harmonizar os crescentes gastos estatais (investimentos no funcionalismo público, previdência social, manutenção de empresas estatais, programas sociais, etc.) com o crescimento econômico, levou a maioria⁴⁸³ dos países europeus governados por partidos socialdemocratas a adotar políticas neoliberais, sendo também influenciados pela 3ª via de Anthony Guiddens⁴⁸⁴. Bottomore explica que, a partir de 1945, alguns partidos socialdemocratas passaram a defender um “capitalismo reformado”.

Há dois outros aspectos da política socialdemocrata que, segundo seus críticos, igualmente estimularam as tendências reformistas. Um deles foi a necessidade que se impôs à socialdemocracia de, para conseguir maioria política em um sistema democrático, valer-se do apoio de outros grupos sociais além da classe operária (e também, ocasionalmente, de participar de coalizões com outros partidos). (...) Um segundo aspecto importante é que os partidos socialdemocratas dedicaram grande parte de seu esforço à realização de

⁴⁸² BOTTOMORE, Tom. Socialdemocracia. In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 337.

⁴⁸³ Cabe destacar que os países nórdicos (região setentrional da Europa, formada por Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e Islândia) continuaram adotando um regime de intensa participação social do Estado e, portanto, não sucumbiram aos ditames do neoliberalismo.

⁴⁸⁴ A terceira via proposta por Anthony Guiddens propõe um caminho intermediário entre a velha socialdemocracia de John Maynard Keynes e o neoliberalismo de Margaret Thatcher.

reformas parciais dentro do capitalismo... (...) A partir de 1945, o significado da expressão socialdemocracia voltou a modificar-se sob certos aspectos. Alguns partidos que eram inicialmente marxistas e afirmavam seus objetivos revolucionários renunciaram explicitamente a tais objetivos e se transformaram, (...) ao mesmo tempo em que adotavam linhas políticas que, no essencial, visam apenas a um “capitalismo reformado” e a uma “economia mista”.⁴⁸⁵

Como destacou Bottomore, ocorreram duas mudanças nos principais partidos socialdemocratas europeus: 1) ampliaram-se as coligações com partidos e grupos sociais além da classe trabalhadora, com o objetivo exercer o governo no capitalismo; 2) os partidos atuavam no sentido de reformar o capitalismo e não de superá-lo. Curiosamente, a trajetória do PT têm ido nessa mesma direção, ou seja, de um partido com proposta anticapitalista e revolucionária, que evitava coligar-se com partidos que não tivessem os mesmos princípios ideológicos (anos 1980), para um partido moderado, que procura conciliar reformas sociais com política econômica neoliberal, mediante o apoio de uma ampla gama de partidos e grupos sociais ideologicamente heterogêneos (isso se evidencia de forma inexorável a partir de 2002, com a Carta ao Povo Brasileiro e a eleição de Lula para a Presidência da República). Secco elenca as principais características da socialdemocracia, dentre as quais é possível identificar muitas semelhanças com o PT. Vejamos quais são:

1. Aceitação de que há uma zona cinzenta de interesses econômicos comuns entre os trabalhadores assalariados e os empresários: a acumulação de capital.
2. Substituição da proposta de estatização integral dos meios de produção pela regulação da produção capitalista via tributação e outros instrumentos de políticas públicas.
3. Compromisso com a

⁴⁸⁵ BOTTOMORE, op. cit.

distribuição de renda através da disputa política pela destinação do orçamento público. 4. Decisão de participar do processo eleitoral e renúncia à revolução. 5. Apelo eleitoral à maioria da população e não a uma classe especificamente. 6. Substituição de militantes voluntários por uma base de profissionais assalariados pelo partido ou pelo Estado.⁴⁸⁶

Para além das semelhanças, o professor da USP explica que o PT é radicalmente diferente da socialdemocracia europeia em diversas questões. Muitas das diferenças estão relacionadas às distintas realidades históricas e geográficas. Se, na Europa, o povo era identificado basicamente aos estratos de renda média, no Brasil, o povo significava principalmente os “setores excluídos da economia formal”⁴⁸⁷. Outra diferença foi a influência marcante das CEBs, dos núcleos e dos novos movimentos sociais no PT (além do movimento sindical), enquanto os partidos socialdemocratas europeus foram influenciados predominantemente pelo sindicalismo. Apesar das diferenças, Secco afirma que o PT passou por todas as etapas pelas quais passou a socialdemocracia, mas num espaço de tempo muito mais curto. “A primeira fase de oposição extraparlamentar e socialista, ditada pela pressão das bases operárias... (...) a segunda fase (como partido de oposição predominantemente parlamentar) coincidiu com o refluxo das lutas sindicais... (...) Na terceira fase o PT se tornou finalmente um partido de governo...”.⁴⁸⁸ Nas resoluções do 7º Encontro Nacional (1990), as críticas contundentes à socialdemocracia europeia poderiam muito bem servir de autocrítica para os rumos que tem trilhado o PT atual. Vejamos o que dizem as resoluções:

Semelhante convicção anticapitalista, fruto da amarga experiência social brasileira, nos fez também críticos das propostas social-democratas. As correntes social-

⁴⁸⁶ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 254-255.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 257.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 258-259.

democratas não apresentam, hoje, nenhuma perspectiva real de superação histórica do capitalismo. Elas já acreditaram, equivocadamente, que a partir dos governos e instituições do Estado, sobretudo o Parlamento, sem a mobilização das massas pela base, seria possível chegar ao socialismo. Confiavam na neutralidade da máquina do Estado e na compatibilidade da eficiência capitalista com uma transição tranqüila para outra lógica econômica e social. Com o tempo, deixaram de acreditar, inclusive, na possibilidade de uma transição parlamentar ao socialismo e abandonaram não a via parlamentar, mas o próprio socialismo. O diálogo crítico com tais correntes de massa é, com certeza, útil à luta dos trabalhadores em escala mundial. Todavia o seu projeto ideológico não corresponde à convicção anticapitalista nem aos objetivos emancipatórios do PT.

489

Apesar da guinada ideológica em favor das políticas neoliberais, a maioria dos partidos socialdemocratas, trabalhistas e socialistas fazem parte de uma grande organização internacional, denominada Internacional Socialista (IS). Fundada em 1951, a IS reúne atualmente 160 partidos de mais de 120 países. A organização busca estabelecer políticas de aliança e cooperação entre os partidos membros. Segundo a sua Declaração de Princípios (XVIII Congresso - Estocolmo, 1989), participam da IS “partidos y organizaciones de tradiciones diferentes, que compartían el objetivo común del socialismo democrático. (...) los diversos partidos socialistas del mundo deben trabajar juntos... (...) La Internacional Socialista, creada en 1864, fue

⁴⁸⁹ Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT – 1990. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 1998, p. 431.

reconstituída em 1951 para cumprir este fim”.⁴⁹⁰ A IS se define como organização que pretende construir o socialismo democrático e se considera herdeira da 1ª Internacional Socialista (Associação Internacional dos Trabalhadores), organização na qual participaram Karl Marx e Friedrich Engels. No entanto, muitos partidos que fazem parte dessa organização, não apenas abandonaram as influências do marxismo, como também adotaram as diretrizes do neoliberalismo. Ainda que continuem a se definir como socialistas e democráticos, estes partidos já não podem ser considerados socialistas (no sentido marxista) nem democráticos, pois os princípios da democracia são avessos aos do neoliberalismo, que estaria mais vinculado ao conceito de plutocracia⁴⁹¹. Consequentemente, o conceito de socialismo adotado por estes partidos adquiriu outra dimensão, passando a ser compreendido como um horizonte a ser alcançado a partir do desenvolvimento do capitalismo - o que parece inconcebível, tendo em vista que o capitalismo sobrevive à custa da exploração crescente da força de trabalho e dos recursos naturais⁴⁹².

Questionado sobre as relações do PT com a IS, Turra respondeu que “o PT nunca fez parte formalmente, mas era convidado para as reuniões e congressos da Internacional Socialista e era considerado um partido da família, embora, não pudesse, inclusive, ser filiado, porque o filiado oficial no Brasil era o PDT”⁴⁹³. Atualmente, porém, muitos países contam com mais de um filiado na IS, como Venezuela (4), Chile (3), Uruguai, Montenegro, México, Maurício, Mali, Israel, Bulgária, Chipre, Bélgica, Argentina (2).⁴⁹⁴ O único partido brasileiro

⁴⁹⁰ Internacional Socialista. Disponível em: <http://www.internacionalsocialista.org/viewArticle.cfm?ArticleID=31>, acesso em 21 de junho de 2016.

⁴⁹¹ Regime político caracterizado pelo poder das classes mais abastadas da sociedade, de modo que o poder econômico se sobrepõe à participação democrática.

⁴⁹² Os estudos de David Harvey sobre as crises sistêmicas demonstram isso. HARVEY, David. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

⁴⁹³ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁴⁹⁴ Internacional Socialista. Disponível em: <http://www.internacionalsocialista.org/viewArticle.cfm?ArticleID=31>, acesso em 21 de junho de 2016.

filiado permanece sendo o PDT. O PSDB e o PSD (partidos de direita que se reivindicam socialdemocratas) nunca se filiaram. No entanto, partidos de outros países que se converteram ao neoliberalismo são filiados, como o PRI (Partido Revolucionário Institucional), do México, e o SPD (Partido Social Democrata da Alemanha). Provavelmente o PT não se filiou devido a sua grande variedade de tendências internas, que representam diversas influências dentro da matriz teórica do marxismo. Além disso, o partido nunca se assumiu como socialdemocrata e sempre criticou a socialdemocracia em seus documentos oficiais. Secco confirma que o PT nunca “integrou a IS, embora Lula tivesse feito o discurso de abertura do seu XXII Congresso na cidade de São Paulo, em 27 de outubro de 2003”.⁴⁹⁵ Segundo Turra, ainda que o PT não fosse membro, “a orientação política era compartilhada: o reformismo, a combinação do mercado com uma economia social. As teses da socialdemocracia têm muita vigência nesse núcleo dirigente do PT”.⁴⁹⁶

Ainda que o PT não se reconheça socialdemocrata em nenhuma de suas resoluções de encontros e congressos, diversas lideranças de tendências do campo da esquerda petista foram categóricas em afirmar que o partido tem assumido o ideário socialdemocrata, através das políticas de amplas alianças com setores da burguesia e da proposta de realizar programas sociais sem a necessidade de reformas estruturais que resultem num processo revolucionário que substitua do capitalismo por outro sistema econômico, social e político. Segundo Pomar, o PT teria passado por revisões relativas à sua concepção de socialismo, de modo que o socialismo petista hoje seria o socialismo reivindicado pela socialdemocracia: “reafirmar o socialismo, mas como horizonte. Abandonar o socialismo enquanto alternativa globalmente superior ao capitalismo, transformando-o em missão civilizatória do próprio capitalismo... (...) Identificar socialismo com democracia, economia de mercado e Estado de bem-estar. Ou seja, com socialdemocracia.”⁴⁹⁷ O 2º Congresso Nacional da

⁴⁹⁵ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 254.

⁴⁹⁶ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁴⁹⁷ POMAR, Valter. A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. Versão corrigida da tese

AE explica que o socialismo é interpretado de outra forma por uma parte expressiva da militância petista: “existem no PT posições contrárias ao socialismo ou que apresentam o socialismo como se ele fosse uma versão mais humana e democrática do capitalismo”.⁴⁹⁸ Para Pomar “a maior parte do PT é na prática socialdemocrata, mesmo que não admita isto ou que não saiba o que isto significa”.⁴⁹⁹

Melo diz que a experiência do PT no “governo e as correlações de forças na sociedade, o transforma, na prática, num partido socialdemocrata”.⁵⁰⁰ Todavia, Árabe explica que “os partidos socialdemocratas de hoje não se propõem sequer a humanizar o capitalismo”.⁵⁰¹ O capitalismo continuou a se desenvolver sob a administração dos governos petistas, que mantiveram uma política econômica de orientação neoliberal, em favor do sistema financeiro. Nesse sentido, o neoliberalismo “contaminou” tanto os partidos socialdemocratas europeus, quanto a política econômica dos governos petistas. Apesar disso, inegáveis avanços sociais foram obtidos durante os governos Lula e Dilma, como a redução da pobreza e da miséria, o aumento do poder de consumo da classe trabalhadora, a elevação do número de empregos formais e o aumento crescente do salário mínimo. Uma explicação para esta contradição entre a política econômica conservadora e os avanços na área social foi o condicionamento das políticas sociais ao crescimento econômico. Como o país atravessou uma fase de significativa expansão econômica, tornou-

apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 191.

⁴⁹⁸ 2º Congresso da AE: Resolução sobre a classe trabalhadora e a industrialização. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/2o-congresso-da-ae/2o-congresso-da-ae-resolucao-sobre-a-classe-trabalhadora-e-a-industrializacao/#.V4GhkfkrLIU>, acesso em 07 de julho de 2016.

⁴⁹⁹ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

⁵⁰⁰ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

⁵⁰¹ ARABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

se possível destinar um montante considerável de recursos para as áreas de interesse social. Porém, a crise econômica de 2014 e 2015 abalou os acordos interclassistas e pluripartidários que davam sustentação ao governo, assunto que veremos com mais detalhes no Capítulo VIII.

Para Paludo, a tendência que hegemoniza o partido (CNB) é socialdemocrata e o PT também é visto por muitos como um partido socialdemocrata, ainda que faça a crítica à socialdemocracia europeia e se defina socialista. “Tem aqueles que comparam esse viés socialdemocrata com o PSD Alemão, tem outros que comparam com o PS francês, o próprio trabalhismo inglês, e por aí afora. Mas eu acho que é um tipo de socialismo petista e de uma socialdemocracia petista”, explica.⁵⁰² Há tempos que a socialdemocracia abandonou a “luta de classes pra fazer a política de conciliação”, relata Turra. Para ele, o PT se assemelha a socialdemocracia hoje, que é “administradora dos negócios da burguesia”, mas não a socialdemocracia nas suas origens, que era anticapitalista. A queda do Muro de Berlim (o fim do socialismo no Leste Europeu) teria influenciado tanto a socialdemocracia europeia quanto o PT a abandonar os princípios revolucionários e aderir à política de conciliação de classes.⁵⁰³ A seguir, um fragmento da entrevista com Turra:

O partido, hoje, não usa mais o termo socialista nem em dias de festas. Anticapitalista ele não é. Agora, para ser socialdemocrata tinha que “comer muito arroz com feijão”, porque a socialdemocracia tem uma história. A socialdemocracia é responsável pelas maiores conquistas que a classe operária obteve na Europa e aí, passou a ser referência mundial. A socialdemocracia nas suas origens era anticapitalista, só que ela achava que iria superar o capitalismo acumulando reformas, era o “socialismo à conta-gotas”, “socialismo a passo de tartaruga”. Hoje em dia, depois da

⁵⁰² PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁵⁰³ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

queda do Muro de Berlim, a socialdemocracia se transformou em mera administradora dos negócios da burguesia. Nesse sentido, o PT pode se assimilar à socialdemocracia (economia social de mercado), embora não seja um partido socialdemocrata clássico, porque não tem atrás de si cem anos de conquistas. (...) Não se pode abstrair a queda do Muro de Berlim em 1989. Não somente nos sindicatos e no movimento operário em escala mundial, a “pedras do muro” também caíram na “ca-beça” do PT.⁵⁰⁴

Porém, não foram todos os entrevistados que relacionaram os governos presidenciais petistas com as experiências recentes da socialdemocracia europeia. “Se somos um governo e um partido socialdemocrata? Eu acho que não. Têm coisas que tem a ver com a socialdemocracia, mas têm coisas que tem a ver com o outro lado”, diz Fritsch.⁵⁰⁵ O “outro lado” seria aquele identificado com as reformas progressistas, de melhoria da distribuição de renda, de melhoria dos indicadores sociais. Outro entrevistado que discorda daqueles que associam as experiências dos governos Lula e Dilma com a socialdemocracia é Padilha. “Eu não vejo, de forma alguma, o PT como um partido de socialdemocracia, eu o coloco como um partido de esquerda”, diz o representante da CNB.⁵⁰⁶ Cabe destacar que a socialdemocracia é percebida por parte da militância petista como uma corrente política ideologicamente de direita, a exemplo do PSDB no Brasil. Por outro lado, ao defender o Estado de bem-estar social sem se opor ao regime e sem criticar a política de conciliação de classes, parte considerável da militância petista se assemelha a “socialdemocracia moderna”, isto é, a socialdemocracia moderada e reformista, que defende as reformas como um fim em si mesmo, na medida em que elas possam ser conciliadas com as políticas econômicas neoliberais,

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

⁵⁰⁶ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

diferentemente da socialdemocracia clássica, que era revolucionária.

Portanto, a tendência que dirige o PT é considerada socialdemocrata pela esquerda petista, ainda que esta se reconheça simplesmente como “socialista e democrática”. A CNB tem decidido os rumos do PT durante praticamente toda a sua história: ela foi vitoriosa em quase todos os encontros e congressos nacionais do partido, com exceção de um curto período entre 1993 e 1995. Segundo Secco, “à Direita partidária não interessa discutir o socialismo a não ser como um ideal tão distante que não atrapalhasse a empreitada eleitoral por ela liderada”⁵⁰⁷. Portanto, a direita petista já não fala em revolução e concebe o socialismo como uma forma de “capitalismo humanizado”, enquanto as tendências situadas à esquerda ainda veem na revolução a única fórmula para chegar ao socialismo e superar definitivamente o capitalismo.

5.1.4 Reforma e revolução

Uma questão fundamental ao abordarmos o conceito de socialismo é compreender como chegar lá. Os documentos oficiais do PT elaborados até o 1º Congresso Nacional (1991) explicitaram a importância da disputa de hegemonia para a transformação social, política, econômica e cultural da sociedade. Os documentos também enfatizaram que reforma e revolução não são conceitos antagônicos, mas complementares, de modo que não pode haver revolução sem reformas estruturais. Nesse sentido, as reformas passam a ser um erro quando acabam em si mesmas e não num processo revolucionário que substitua o capitalismo pelo socialismo.⁵⁰⁸ Vejamos o que dizem as resoluções do 5º e do 6º Encontro Nacional do PT:

(...) companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos

⁵⁰⁷ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 253.

⁵⁰⁸ Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 280.

movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra de acordo com a situação política concreta.⁵⁰⁹

A afirmação do PT como um partido revolucionário coloca a necessidade de reformarmos e desenvolvermos diretrizes fundamentais de organização partidária... (...) Isso indica não só a necessidade de firmar a sua compreensão de um socialismo radicalmente democrático e da solidariedade internacional com a luta dos trabalhadores e oprimidos, mas também de sua crítica ao Estado burguês e ao capitalismo, avançando na elaboração de uma estratégia para a revolução socialista no Brasil. (...) O PT não acredita na possibilidade de uma etapa de capitalismo popular no País.⁵¹⁰

Se as resoluções partidárias até o 1º Congresso apontavam a indissociabilidade entre reforma e revolução, a perspectiva de construção do socialismo e a afirmação do PT como partido anticapitalista e revolucionário, as resoluções posteriores passaram gradualmente a abandonar estes temas. Da mesma forma, a tendência que hegemoniza o partido foi paulatinamente amenizando seu discurso, tanto que já não demonstra interesse em discutir e aprofundar estas questões. Ao inclinar-se para a diretriz ideológica dos partidos socialdemocratas europeus, procurando fundir programas sociais com economia neoliberal, a direita petista já não considera a tese de promover reformas estruturais para fazer emergir um novo sistema societário oposto ao capitalismo. Pelo contrário, o campo majoritário do partido

⁵⁰⁹ Ibidem.

⁵¹⁰ Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT - 1989. In. Resoluções de Encontros e Congressos - 1979 - 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 386, 401.

tem aderido a um reformismo superficial, sem se chocar com as estruturas do sistema, em outras palavras, sem fazer enfrentamento de classes ⁵¹¹. Conseqüentemente, as diretrizes políticas adotadas pelo PT refletem o posicionamento ideológico de sua tendência principal. Por outro lado, a esquerda petista considera que a revolução continua sendo o momento sem o qual não se constrói o socialismo, tal como afirmavam as resoluções partidárias até o 1º Congresso, quando o partido assumia-se socialista e anticapitalista.

Internamente o PT convive com tendências que defendem a revolução (esquerda petista) e tendências que evitam discussões e formulações teóricas a respeito desse tema (direita petista). A esquerda petista defende que o PT volte a ter a convicção ideológica que tinha nos anos 1980, quando o partido valorizava mais as lutas sociais, os movimentos populares, o sindicalismo combativo, a formação política da militância. Por outro lado, a direita petista tem valorizado mais a disputa institucional. Como a direita petista representa a força majoritária, ela dita as políticas do partido. Melo, que integra a tendência CNB, confirma que este não é o momento de o PT fazer “o debate sobre revolução”. Segundo ele, “é um debate de reformas, de acúmulo de forças, para que mais à frente se possa discutir uma ação mais forte do que as reformas, mas essa dicotomia entre reforma e revolução, entre os partidos comunistas e os partidos socialistas ou socialdemocratas, não está no debate no PT”. ⁵¹²

Como exemplo dessa opção política, podemos citar as resoluções do 12º Encontro Nacional do PT. Ao tratar das mudanças que deverão ocorrer em contraposição ao neoliberalismo, as resoluções propuseram que “a correlação de forças concreta” determine “o ritmo e o cronograma de

⁵¹¹ Os parlamentares da CNB preferiram não assinar o documento que clamava por mudanças na política econômica do governo Dilma. “Texto Assinado por 33 deputados do PT critica política econômica do governo.” Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/texto-assinado-por-33-deputados-do-pt-critica-politica-economica-do-governo.html>, acesso em 10 de 06 de 2015.

⁵¹² MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

implementação das mudanças”⁵¹³. Pomar critica veementemente esta posição que condiciona o “ritmo e o cronograma” das transformações políticas (reformas) ao resultado da correlação de forças: “se o ritmo e o cronograma de implementação das mudanças forem demasiado lentos, a noção de transição perde qualquer significado”, explica o dirigente da AE.⁵¹⁴ A seguir, um fragmento de sua tese sobre a “metamorfose” do PT:

A correlação de forças deixa de ser um instrumento de análise e passa a ser um argumento fundamental para justificar a transformação analítica, programática e estratégica do Partido, a partir de 1990. Esta transformação corresponderia, portanto, à progressiva adaptação a situações conjunturalmente desfavoráveis, especialmente depois das derrotas de 1989 e 1994. Acontece que o abrandamento nas posições não se limitou aos aspectos táticos, mas avançou também sobre questões programáticas, estratégicas, teóricas e ideológicas.⁵¹⁵

Portanto, o PT gradativamente foi abandonando o ideal revolucionário, da mesma forma com que foi abandonando o socialismo como objetivo estratégico. Ao evitar fazer determinadas discussões de cunho teórico-ideológico (reforma e revolução, socialismo, propriedade dos meios de produção, luta de classes) e ampliar o leque de alianças para garantir a governabilidade, o partido aderiu cada vez mais a um tipo de reformismo sutil, dependente do momento conjuntural, inviável

⁵¹³ Resoluções do 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores – 2007. Partido dos Trabalhadores (www.pt.org.br) / Fundação Perseu Abramo (www.fpabramo.org.br).

⁵¹⁴ POMAR, Valter. *A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005, p. 189.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

em momentos de crise econômica e com fim em si mesmo, ou seja, reformas pontuais que não alteraram as estruturas nem, tampouco, criaram condições para que ocorresse um processo revolucionário. Para Pomar, o PT teria mudado a forma de compreender o conceito de revolução, “através do deslizamento: de revolução para ruptura revolucionária, desta para sequência de rupturas, por isto entendendo-se qualquer alteração no status quo. (...) E muitas vezes, pela via da utopia concreta (termo sofisticado com o qual se designa, de fato, a banalização do conceito): revolução é... todos os brasileiros comerem três refeições ao dia”.⁵¹⁶

Não há consenso entre as lideranças das tendências petistas a respeito da relação entre reforma e revolução. Para Pomar, “reforma e revolução são momentos distintos da evolução de uma sociedade. Mas enquanto estratégia partidária é preciso escolher: ou se tem uma estratégia reformista, que abre mão da revolução; ou se tem uma estratégia revolucionária, em que a luta por reformas é parte do processo”. Pomar também discorda da noção de revolução como ato pontual. Para ele, as sociedades em que houve revolução (guerra revolucionária) passaram por um processo, ou seja, por períodos que antecederam o momento revolucionário. “Revolução, portanto, é processo e momento, ao mesmo tempo. A revolução russa não foi um ‘ato pontual’. Nem a chinesa, nem a cubana”. Tal como o capitalismo, o socialismo irá nascer da ordem anterior, “através de um processo combinado de reformas e revoluções, mas só as reformas não o farão brotar”, explica o dirigente da AE.⁵¹⁷

Melo entende os conceitos de reforma e revolução como complementares, como “etapas”: primeiro vem às reformas, depois a revolução. Como exemplos de reformas que poderiam ser feitas, o dirigente da CUT sugere que sejam taxadas as grandes fortunas, o grande capital, as heranças, a remessa de lucros das empresas, “ao fazer estas coisas, você vai criando, no meu entendimento, bases para uma igualdade...”⁵¹⁸ Estas são propostas que se fossem concretizadas alterariam estruturalmente

⁵¹⁶ *Ibidem*, p. 154.

⁵¹⁷ *Idem*, Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

⁵¹⁸ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

a sociedade, mas só poderiam ser realizadas se os governos Lula e Dilma tivessem adotado uma política de enfrentamento de classes, ao invés da política de conciliação de classes que inviabilizou as reformas estruturais. Melo também propõe que o governo estabeleça um teto salarial não somente no serviço público, mas também na iniciativa privada. Essa política fatalmente proporcionaria uma regulação extraordinária do Estado sobre a economia, podendo resultar numa importantíssima política de redistribuição de renda e riqueza. Porém, muito distante de ser aplicada por qualquer governo petista. Eis um trecho da entrevista com Melo:

No meu entender, você pode restringir por regulação. Se você colocar um teto de remuneração? Em vez de discutir o salário mínimo, a gente discutir o salário máximo e que o salário mínimo seja uma fração de um salário máximo? Então, são mecanismos. Você pode ter estas mesmas políticas na iniciativa privada. Você vai fazendo uma sociedade mais igual, só que vai chegar um determinado momento que você vai ter que tomar uma decisão: é compatível um regime de propriedade privada numa sociedade socialista ou não.

⁵¹⁹

Segundo Turra, a revolução consiste num “processo objetivo, onde as massas não aguentam mais, a classe dominante está dividida, há uma irrupção violenta das massas no cenário político”⁵²⁰. Portanto, ela implica o uso da violência, da guerra revolucionária. Essa forma de pensar a revolução condiz com a visão leninista na qual as massas não suportam mais a condição de exploração e opressão e partem para a ação direta. Nesse sentido, a revolução resultaria das condições sociais extremas às quais as massas estariam submetidas. Portanto, a realidade social (pobreza, miséria, exploração) seria determinante tanto a formação da consciência de classe quanto para a luta

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

revolucionária. Já a visão gramsciana incorpora a disputa de hegemonia (cultural, política, social, ideológica) como processo indispensável para a revolução, que não seria simplesmente reflexo da realidade social, mas fruto da ação consciente das massas. Ao se contrapor ao determinismo mecanicista e economicista, Gramsci apresenta uma visão mais abrangente e antidogmática da revolução e dos fatores que desencadeiam a luta revolucionária.

Padilha entende a relação entre reforma e revolução de forma distinta de Turra e Pomar. Enquanto estes veem a necessidade das reformas como parte de um processo revolucionário, para o dirigente da CNB a revolução pode não se fazer necessária. Padilha acredita que os governos petistas irão aprofundar cada vez mais as reformas tornando dispensável a etapa revolucionária. Quando perguntado se seria possível construir o socialismo pela ordem, pela via institucional, sem romper com a ordem vigente, Padilha diz que “é possível sim, se você fizer um confronto de projetos muito claro. Se estes projetos forem muito bem entendidos e devidamente confrontados é possível fazer essa construção através da ordem. E a partir da adesão da população ao referencial socialista é possível, através do parlamento, atacar o capital”.⁵²¹

A gente vai construir reformas tão significativas que nós vamos inverter as coisas que estão colocadas aí. (...) Talvez, a partir do momento em que a gente tenha universalizado a formação acadêmica, a formação escolar, (...) a gente vá poder ter campo para trabalhar dentro dessa perspectiva. O problema é que quando a gente chegar lá, a gente já não vai ter mais necessidade dela. Por enquanto, o que eu percebo é que a gente caminha nessa direção, que as reformas vão ser tão significativas que vai chegar um momento que a gente não vai precisar mais “partir para essa guerra” [a via revolucionária].⁵²²

⁵²¹ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

⁵²² Ibidem.

Todavia, é preciso nunca perder de vista que as forças políticas conservadoras e reacionárias farão de tudo para evitar reformas estruturais promovidas por governos de esquerda, incluindo golpes (como o que resultou no impeachment da presidenta) e a utilização de recursos para causar instabilidades, desde greves gerais e sabotagens até o uso de milícias armadas contra o governo, como tem ocorrido na Venezuela governada por Chávez e Maduro⁵²³. Portanto, acreditar que é possível chegar ao socialismo sem etapa revolucionária é acreditar que as classes dominantes aceitarão pacificamente o fim da economia de mercado ou o controle do Estado sobre a economia.

Paludo diz ter saudades da época em que se discutia internamente no partido temas como reforma e revolução. Para o dirigente da Militância Socialista, a revolução é um “processo permanente” que envolve “acúmulo de forças” e “disputa de posições”. “Pode haver momentos históricos importantes de ruptura, mas se não houver uma continuidade de disputas de posição, eles não se consolidam e podem voltar atrás e ser pior do que era antes”. Tanto os significados das expressões “acúmulo de forças” e “disputa de posições”, quanto o entendimento de revolução como processo, são nitidamente influenciados pela teoria gramsciana de hegemonia, segundo a qual a revolução é um processo permanente de disputas culturais, sociais, ideológicas e políticas na sociedade, sendo a “guerra de posições” o meio que permite a uma classe conquistar a hegemonia. Paludo diz que as reformas podem ajudar a acumular forças em direção a um processo revolucionário, mas podem também ser “conservadoras”. Segundo ele, governos não fazem revolução, quem faz revolução é o povo, de baixo para cima. “Mas o governo é importante e tem as condições para promover reformas... (...) uma reforma que mexa com a estrutura de concentração de poder econômico da sociedade poderia ser um grande avanço do ponto de vista do acúmulo de forças para uma revolução”, explica. No entanto, Paludo critica os governos petistas por não conseguirem implementar reformas estruturais e

⁵²³ Ver “A Revolução não Será Televisada” (2003). Documentário dirigido por Kim Bartley e Donnacha O'Briain sobre o golpe sofrido por Hugo Chávez em 2002. O filme também aborda o papel da mídia e das milícias para desestabilizar o governo.

optarem pelo “reformismo” de conciliação.⁵²⁴ Eis um trecho de sua entrevista:

O PT (o governo) não está conseguindo dar resposta nem reformista. Num momento em que estão dadas as condições para ter uma ruptura mais radical e se fazer uma revolução, ao invés da ruptura, você propor uma reforma, uma saída reformista, uma saída conciliatória ou menos intensa, eu acho que é uma grande perda de oportunidade. Então, por isso que a Rosa [Luxemburgo] tem razão, nesse ponto de vista: as condições estão dadas, vamos para o embate. Agora, os momentos de ruptura não estão dados o tempo todo, isso precisa ser construído ao longo de um processo de acúmulo de forças, de onde os processos (de Coutinho) [reformistas-revolucionários] podem ajudar a criar as condições para momentos importantes de ruptura. Agora, o mal de ser reformista é que quando estão dadas as condições para uma revolução, não dá para optar por reformas, tem que fazer a revolução. Não pode ficar só na reforma.⁵²⁵

Notari vê a dicotomia “reforma ou revolução” como uma falsa polêmica que tem prejudicado as forças de esquerda. “O reformismo e o marxismo doutrinário da 3ª Internacional bloquearam oportunidades e caminhos importantes. O primeiro por interditar qualquer via, o segundo por acreditar-se portador da via única. Juntos, prestaram importantes serviços à causa da contrarrevolução” Para ela, as revoluções ocorrem muito raramente na história e em consequência de condições históricas, objetivas e concretas: a ideologia, “embora crucial, se encontra muito dependente desses aspectos”.⁵²⁶ No entanto, se as

⁵²⁴ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁵²⁵ *Ibidem*.

⁵²⁶ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

condições sociais objetivas e concretas de uma determinada sociedade são obviamente importantes para que ocorram grandes transformações políticas (revoluções), também são igualmente importantes os indivíduos que subjetivamente constroem e lideraram os processos revolucionários, conduzindo as revoluções conforme as suas próprias formas de ver e interpretar o mundo. Não estaria Notari sobrevalorizando as questões objetivas em detrimento dos aspectos subjetivos ou, nos dizeres de Gramsci, considerando a teoria “serva” da prática? Se a ideologia é crucial, como disse Notari, não seriam as condições históricas, objetivas e concretas também muito dependentes das questões ideológicas, culturais, subjetivas e filosóficas? Para Gramsci não há preeminência dos aspectos concreto-objetivos em relação aos aspectos ideológico-subjetivos e vice-versa. Eis mais um trecho da entrevista com a ex-dirigente da BS:

Revoluções como a Russa e a Chinesa são impensáveis, tal qual se processaram, se não levamos em conta os eventos dramáticos que as antecederam: 1ª e 2ª Guerras Mundiais, respectivamente. Tais eventos impactaram decisivamente a balança de forças internamente a essas nações. A Revolução Cubana (em que pese à pequena dimensão do país, o que não permite uma comparação direta com os casos russo e chinês) não possuía caráter socialista em seu início, mas nacionalista (que é uma bandeira mais ampla, dentro do espaço nacional). A opção pelo socialismo adveio dos enfrentamentos e contradições com os estadunidenses e da necessidade de se posicionar no mundo bipolar da guerra fria.⁵²⁷

Notari considera “em aberto” a possibilidade de construir o socialismo pela ordem, pela via institucional. “Existe uma estratégia... [que] (...) está sujeita às adaptações e combinações em seus aspectos táticos. O importante é manter o rumo, as conquistas, mantendo sempre um olho aberto nas brechas que a

⁵²⁷ Ibidem.

História possa abrir. Se precisar, a gente dá um empurrão na porta”, afirma Notari.⁵²⁸ Todavia, no nosso entendimento, se as “adaptações e combinações” táticas forem demasiadamente amplas, a estratégia poderá ser comprometida. É importante que exista certa flexibilidade tática, desde que não comprometa a estratégia. O golpe apoiado por partidos que compunha a base aliada da presidenta Dilma Rousseff é um exemplo de que erros táticos podem comprometer a estratégia. Utilizando a metáfora citada por Notari, independente de a história abrir brechas ou não (como e quando saberemos que a história estará abrindo brechas? Quem produz a abertura de brechas da história?) é importante estarmos sempre a empurrar à porta, do mesmo modo, as classes subalternas em outros países também haverão de fazê-lo, podendo desencadear mudanças históricas num contexto mais amplo.

Ao contrário de Paludo, para o qual o governo não está conseguindo atender as expectativas nem mesmo em relação às reformas, Notari considera que o PT tem atuado no sentido de ampliar as reformas. Segundo ela, pela realidade social em que se encontra o Brasil e por suas condições de desenvolvimento histórico, as reformas que estão sendo feitas “possuem um caráter revolucionário”.⁵²⁹ Esta concepção está muito associada ao conceito de revolução por etapas, que foi muito difundido na história do PCB. Segundo esta concepção, o país tinha que passar inicialmente pelo processo de industrialização e modernização, portanto, desenvolver o capitalismo, até que fossem criadas as condições históricas para a revolução socialista.

Com base nas entrevistas, verificamos que nenhuma liderança entrevistada considerou os conceitos de reforma e revolução como antagônicos ou excludentes. Algumas definiram revolução com um processo que inclui a realização de reformas estruturais: “reforma como estratégia para que a sociedade rompa com o capitalismo e se organize enquanto sociedade sem classes”⁵³⁰. Outras pensam que o momento atual não é propício para a realização de reformas estruturais, também entendidas como rupturas. Outras acreditam que a realização de reformas tornará

⁵²⁸ *Ibidem*.

⁵²⁹ *Ibidem*.

⁵³⁰ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

dispensável o momento revolucionário. Portanto, o posicionamento das lideranças petistas em relação a esta questão, longe de ser homogêneo, espelha a diversidade de grupos e tendências internas do partido.

5.2 O SOCIALISMO BLOQUISTA

5.2.1 A concepção de socialismo

De acordo com o manifesto “Começar de Novo” (1999), o BE “faz parte de um projecto de civilização que constitui a modernidade da esquerda”⁵³¹. Já o documento intitulado “O Rumo Estratégico do Bloco” (2006), estabelece que o partido identifica-se com um projeto da esquerda moderna e nega estar vinculado com as experiências políticas do passado: “o nosso modelo não é o dos partidos socialdemocratas do século XIX nem o dos partidos comunistas do século XX”.⁵³² O Estatuto do BE (Art. 1º, Parágrafo 3º) defende a promoção “de uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e a opressão”. Portanto, o primeiro artigo do Estatuto do BE denota a perspectiva socialista, democrática e anticapitalista.⁵³³

O BE defende um projeto anticapitalista e um socialismo de novo tipo. Em seu projeto intitulado “Democracia para o Socialismo”⁵³⁴ o partido enfatiza a importância histórica em renovar o socialismo. Segundo Pureza, “o Bloco exprimiu no plano da organização política a alternativa que no plano do pensamento mais acadêmico vinha das escolas da teoria crítica, ou seja, das escolas que se firmavam a partir da escola de

⁵³¹ Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo” - 1999. Documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 15 de abril de 2015.

⁵³² O Rumo Estratégico do Bloco, Mesa Nacional do Bloco de Esquerda. 2006. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 02 de julho de 2015.

⁵³³ Estatutos do BE – versão atualizada, incluindo as alterações aprovadas na IX Convenção Nacional, de 22 e 23 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www.bloco.org>, acesso em 15 de junho de 2015.

⁵³⁴ Democracia para o Socialismo. In. Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo” – 1999. Documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 15 de abril de 2015.

Frankfurt”⁵³⁵. Portanto, o marxismo que influenciou mais fortemente o BE foi o chamado “marxismo cultural”, em oposição ao “marxismo da economia política”.

O BE concebe o socialismo como um “horizonte feito de um conjunto muito vasto de dinâmicas de emancipações”, diz Pureza. Para ele, a ideia de socialismo também pode ser compreendida por “emancipações”, já que as bandeiras do socialismo são várias e representam diferentes grupos sociais. Outra característica da concepção bloquista de socialismo apontada por Pureza é a “imprescindibilidade da democracia em todos os momentos da vida social”. Para o dirigente bloquista, as experiências do “socialismo real” erraram brutalmente por negligenciarem a democracia. Ele diz concordar plenamente com a famosa frase de Carlos Nelson Coutinho: “sem democracia não há socialismo e sem socialismo não há democracia”⁵³⁶. As emancipações não podem ser conciliadas com autoritarismo, explica Pureza: “a emancipação pode ser turbulenta, pode ser violenta até, claro que sim, mas não pode ser autoritária, porque isso é o contrário da emancipação”.⁵³⁷ Adiante, Pureza explica por que ele concorda com a frase de Coutinho:

Nós entendemos que não há democracia sem socialismo, no sentido em que, num país como Portugal, designadamente, falar de democracia como voz do povo implica reconhecimento de direitos sociais, implica reconhecimento de políticas sociais que deem voz efetiva às pessoas, portanto, não há democracia sem socialismo, mas também não há socialismo sem democracia, no sentido em que as emancipações não podem, pela sua própria

⁵³⁵ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁵³⁶ Coutinho, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. 1979. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/coutinho/1979/mes/democracia.htm>, acesso em 26 de junho de 2015.

⁵³⁷ PUREZA, op. cit.

natureza, ser objeto de uma agenda autoritária, em nenhum momento.⁵³⁸

Para Costa, o socialismo bloquista aspira principalmente “o fim da exploração, a propriedade comum sobre aquilo que é de todos, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de um planejamento econômico que faça face às necessidades ambientais e a luta contra todas as discriminações”. Para ele, não se encontrará no passado nem no presente um modelo de sociedade que se queira repetir, “isso será sempre uma nova invenção, cada vez que um processo social transformador se põe em prática. E, portanto, essa nova invenção cabe a quem a fizer, desenhá-la e concebê-la.”⁵³⁹ Sobre esta mesma questão, Cardina diz que não é possível saber como será o socialismo no futuro, “mas sabemos que (...) tem que ser um socialismo que dê conta de um leque muito mais plural de emancipações do que aquelas que classicamente estavam associadas ao conflito capital-trabalho. Ainda que esta tenha uma importância absolutamente central”, conclui.⁵⁴⁰

Todas as lideranças entrevistadas foram unânimes em relacionar a proposta de socialismo bloquista à democracia, aos direitos humanos e às liberdades individuais. Para Carujo, o BE aprendeu com as organizações influenciadas pelo stalinismo a não copiá-las no que diz respeito à proibição de tendências e a imposição do pensamento único.⁵⁴¹

Fazenda considera fundamental para a proposta de socialismo do BE a democracia, o pluripartidarismo e todos os direitos fundamentais. Ao refletir sobre as experiências do “socialismo real”, ele explica que a história mostrou que “os fins não justificam os meios e quem quer chegar ao socialismo por atalho perdeu a estrada”.⁵⁴² Já Louçã não acredita que se “possa conceber socialismo depois dos regimes do Leste e da China, senão, como regime de democracia social e democracia

⁵³⁸ Ibidem.

⁵³⁹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁵⁴⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁴¹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁵⁴² Ibidem.

econômica, com partilha dos bens públicos essenciais e de liberdade de expressão”⁵⁴³.

Verificamos, com base nos documentos oficiais e depoimentos das lideranças, que o socialismo bloquista caracteriza-se por ser anticapitalista, democrático e aberto a uma grande diversidade de lutas que caracteriza o nosso tempo, ou seja, procura atender aos anseios das classes subalternas, bem como, dos diferentes setores sociais que são explorados, dominados e discriminados na sociedade capitalista, seja por questões de classe, etnia, gênero ou nacionalidade. Tal como a proposta do socialismo petista, a proposta do socialismo bloquista condena veementemente as experiências totalitárias do socialismo do Leste Europeu e da Ásia, e adota uma concepção de socialismo democrático, cujo objetivo não se restringe emancipação do proletariado, mas de todas as classes subalternas e minorias sociais exploradas, oprimidas e discriminadas. Vejamos a seguir, como estão articulados os conceitos de socialismo e democracia e em que sentido o BE se define como um partido socialista e democrático.

5.2.2 Socialismo e democracia

Tendo em vista que o conceito de socialismo é muito associado ao conceito de democracia, procuramos identificar qual o projeto de democracia proposto pelo BE e quais são as propostas políticas apresentadas pelo partido que permitem ampliar a democracia, a participação popular e o processo de disputa hegemônica na sociedade portuguesa. O documento “O Rumo Estratégico do Bloco” afirma que o capitalismo “gera a exclusão da democracia econômica e social” e defende que a ampla maioria dos trabalhadores e cidadãos intervenha ativamente na política.⁵⁴⁴ Vejamos um trecho em que o documento estabelece um elo entre democracia e socialismo:

Só modificando as condições da política por via da intervenção activa da grande

⁵⁴³ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁵⁴⁴ O Rumo Estratégico do Bloco, Mesa Nacional do Bloco de Esquerda. 2006. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 02 de julho de 2015.

maioria dos trabalhadores e cidadãos é que esse sistema de poder pode ser desafiado e substituído. A questão do poder e da propriedade como democracia e não como exclusão, do acesso igualitário às condições modernas de vida e da redistribuição social do produto, são as questões centrais para o socialismo.⁵⁴⁵

Uma das principais bandeiras do BE é a luta pela democracia participativa, que consiste na atuação direta dos cidadãos na vida política da sociedade, através de programas como orçamento participativo, referendos, prestação de contas, plebiscitos, participação política por meio de conselhos e associações de moradores, formação de listas de cidadãos para concorrer às eleições, etc. Para Pureza, a democracia participativa não é antagônica à democracia representativa, mas complementar: “a democracia participativa deve ser um mecanismo que enriqueça a democracia como um todo”⁵⁴⁶. Adiante, Louçã relata alguns projetos populares que foram criados com o apoio da militância do BE:

O Bloco tem feito muitas propostas sobre a democracia ao nível municipal, sobre a participação em referendos, sobre a possibilidade e iniciativa de legislativa popular. Inclusive, os militantes do Bloco criaram as primeiras iniciativas populares de leis sobre a precariedade, sobre os direitos dos jovens trabalhadores. Tudo isso são espaços em que a ação social pode ganhar força.⁵⁴⁷

Madeira diz que todo o BE defende a democracia participativa, porém, faz um questionamento: “na relação entre a democracia participativa e a democracia representativa, qual é o equilíbrio e o desequilíbrio entre essas duas componentes?” Sobre

⁵⁴⁵ Ibidem.

⁵⁴⁶ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁵⁴⁷ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

esta questão ele utiliza o exemplo do partido espanhol Podemos: “nós percebemos que no Podemos, há um desequilíbrio favorável à participativa, agora, como os dirigentes do Bloco entendem isso? Essa discussão nunca foi feita”. Madeira diz que a lógica da democracia de base ou do poder popular, muito associada à ideia de democracia participativa e direta, é semelhante à experiência do Podemos. No entanto, ele tem dúvidas se há consenso no BE em relação às experiências do Podemos com o poder popular, “se é aceitável que haja uma capacidade de reconhecimento muito grande das decisões das assembleias de moradores, como acontece na Espanha hoje”, explica. As experiências históricas da esquerda portuguesa distinguem-se das experiências espanholas: em Portugal existe a presença do Partido Comunista, de “tradição stalinista” e “com influência nos movimentos de massas”, já a Espanha viu a esquerda crescer, nos últimos anos, com a intensificação dos movimentos sociais na luta “contra os despejos e a recuperação das casas pelos bancos”, diz Madeira. Apesar das diferentes interpretações que existem no BE a respeito da experiência do Podemos com o poder popular, umas favoráveis, outras nem tanto, Madeira reitera que do ponto de vista tático todo o partido apoia o Podemos.⁵⁴⁸

Várias lideranças relataram as experiências do BE com o orçamento participativo. A introdução deste mecanismo de participação popular em Portugal foi antecedida por diversas reuniões e debates com vários setores sociais. Algumas destas atividades contaram com a presença do ex-ministro e ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que também é fundador e liderança histórica do PT. Cardina diz que o BE foi pioneiro em promover debates e implantar o orçamento participativo em Portugal: “no momento em que o orçamento participativo era considerado uma coisa populista, o Bloco era um partido que dava visibilidade a isso, trazia debates, convidava gente que tinha experiência sobre isso”. Atualmente, o orçamento participativo é feito em várias Câmaras⁵⁴⁹, “até pela direita”,

⁵⁴⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁵⁴⁹ A Câmara Municipal corresponde ao Poder executivo municipal dos municípios portugueses, equivalendo à Prefeitura Municipal no Brasil.

afirma Cardina.⁵⁵⁰

Carujo também ressalta o pioneirismo do BE em relação ao orçamento participativo em Portugal: “criamos orçamentos participativos e eles acabaram por ser adotados para todo lado”. Porém, foram implantados “de cima para baixo, a partir da propaganda do próprio município, ou seja, torna-se um meio muito bom de propaganda”. Não significa, contudo, que todas as experiências com orçamento participativo funcione dessa maneira, depende muito da prefeitura e da forma como ele é organizado. Porém, Carujo relata que não são muitas as experiências com orçamento participativo que tiveram sucesso do ponto de vista da participação democrática.⁵⁵¹

Outra iniciativa apoiada pelo BE consiste nas listas de cidadãos para concorrer às Juntas de Freguesias⁵⁵² e Câmaras Municipais. O sistema eleitoral em Portugal permite que sejam lançadas listas de cidadãos independentes para concorrer às eleições, sem que sejam necessariamente filiados a um partido. Segundo André Freire, a participação de cidadãos em listas independentes para concorrer às eleições tem crescido gradativamente. A Constituição Portuguesa permite a existência de “candidaturas independentes” para as freguesias, para os municípios e para a Presidência da República. Entretanto, o BE defende que as “candidaturas independentes” sejam permitidas também para a Assembleia da República. Para Freire, o crescimento destas candidaturas se explica, principalmente, pelo descontentamento da população em relação ao modelo tradicional de partidos e à desconfiança em relação aos políticos, além de outros fatores menos determinantes, como questões de cunho cultural e geográfico presentes em determinadas comunidades.⁵⁵³

⁵⁵⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁵¹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁵⁵² As Juntas de Freguesia são “subprefeituras” que administram as freguesias. Já as freguesias são distritos criados pelas prefeituras para descentralizar as políticas e a aplicação dos recursos municipais.

⁵⁵³ FREIRE, André. As Candidaturas Independentes e a Reforma do Sistema Político. Artigo publicado em 23/10/2013. Disponível em <http://www.publico.pt/portugal/jornal/as-candidaturas-independentes-e-a-reforma-do-sistema-politico-27283506>, acesso em 25 de junho de 2015.

Para concorrer com um candidato do PS que já havia sido presidente da Câmara, o BE apoiou uma “candidatura cidadã” (formada por bloquistas e pessoas não filiadas a nenhum partido) e conseguiu eleger uma vereadora por Coimbra, explica Cardina. Segundo ele, nas eleições para as autarquias “é possível juntar um grupo de cidadãos, recolher assinaturas (tem que ter um número elevado de assinaturas) e, depois, (...) formaliza o movimento e apresenta”.⁵⁵⁴ Vejamos maiores detalhes desta experiência:

Então, uma série de pessoas à esquerda, insatisfeitas com os rumos que se previam para a cidade de Coimbra, se articularam numa candidatura cidadã, desvinculada dos partidos. E o Bloco apoia essa candidatura, militantes seus estão desde o início nela, eu fui um deles, José Manuel Pureza foi outro. (...) Catarina Martins (que não é a Catarina Martins Líder do Bloco...) agora está na câmara municipal como representante dos cidadãos por Coimbra.⁵⁵⁵

Várias lideranças disseram que o regime de democracia conquistado pela Revolução de 25 de Abril em Portugal é bastante avançado se comparado ao de outros países europeus. Segundo Costa, “a democracia portuguesa, do ponto de vista institucional, é das mais avançadas da Europa”. Portanto, para ele, a ampliação da democracia tem maior relação com o aumento da participação popular e com a democratização das “associações da sociedade civil” do que com a necessidade de uma transformação institucional do Estado português.⁵⁵⁶

Vimos que o conceito “aparelhos privados de hegemonia” não diz respeito exclusivamente ao setor privado, mas a todos os organismos (sejam públicos, privados ou de economia mista) da sociedade civil em que é possível disputar a hegemonia. Portanto, a democratização das “associações da sociedade civil” ou dos

⁵⁵⁴ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁵⁵ Ibidem.

⁵⁵⁶ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

“aparelhos privados de hegemonia” (escolas, sindicatos, empresas, igrejas, movimentos sociais, ONGs, associações diversas, mídia, etc.) também requer mudanças institucionais. Embora Costa ressalte que “a revolução de 25 de Abril criou, constitucionalmente, um quadro institucional bastante aberto e democrático”, ele também considera que esse quadro pode ser melhorado com a introdução de recursos da democracia direta, como a participação dos cidadãos na política sem intermédio dos partidos (candidaturas “independentes”, através das listas de cidadãos) e a utilização mais frequente dos referendos, permitindo que a população decida diretamente sobre os assuntos políticos mais importantes. Para Costa, “a experiência da construção do socialismo (...) implica um protagonismo popular completamente diferente daquele que é possível numa sociedade dominada como aquela em que nós vivemos”. Um fator que prejudica e coíbe o exercício da democracia é o fato da existência humana estar voltada excessivamente ao consumo (consumismo) e a produção, que é realizada com trabalho excessivo e precarizado. Tal fator faz com que as pessoas não tenham tempo para participar da vida política da sociedade, explica Costa: “não sobra nada, não sobra espaço, não sobra tempo, não sobra disponibilidade, não sobra vontade para essa participação cidadã”.

557

Fazenda cita algumas propostas criadas pela bancada parlamentar do BE que visam ampliar a democracia e a participação popular, como a “garantia do referendo popular” e a ampliação de garantias para “as listas independentes”. Ele explica que a Constituição portuguesa “resultou de uma revolução democrática muito profunda”, após 41 anos de ditadura salazarista. Embora tenha sido desgastada ao longo dos anos e revista sete vezes, a Constituição portuguesa permanece sendo a “mais à esquerda de toda a União Europeia”, afirma Fazenda. Para ele, é preciso reverter às privatizações, garantir universalmente os direitos sociais e econômicos e alterar a forma antidemocrática da participação dos países na União Europeia.⁵⁵⁸

Outra iniciativa que permite ampliar a democracia consiste na utilização de referendos para decidir sobre os assuntos mais

⁵⁵⁷ Ibidem.

⁵⁵⁸ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

importantes de um país, como a adesão a uma organização internacional ou a participação em caso de guerra. Pureza diz que o BE sempre exigiu que houvesse referendos para decidir sobre os tratados internacionais no continente europeu: “isso significa que os espaços essenciais da nossa condição europeia, que nos tem limitado tanto, deviam ter sido objeto de debate público, de esclarecimento, de decisão”⁵⁵⁹. Sobre a possibilidade de revogação de mandato dos políticos eleitos, através de referendo revogatório na metade do mandato, a exemplo do que acontece atualmente na Venezuela, Carujo diz que “é muito difícil. Não temos revogabilidade para presidente, não temos revogabilidade para a Assembleia da República, a não ser que haja um caso de corrupção”, relata o dirigente da Plataforma Anticapitalista.⁵⁶⁰

Outra proposta apresentada pelo BE para a ampliação da democracia consiste na implementação de políticas públicas que regulamentem a mídia, com a finalidade de evitar o monopólio da informação que atinge a televisão, as rádios, a internet e a imprensa escrita. Para Leiria, o monopólio da comunicação social que existe no Brasil (cita o exemplo do grupo Globo, da família Marinho, que possui canais de televisão, estações de rádios, portais na internet e imprensa escrita) não existe em Portugal, pois “não há grupos com poder econômico suficiente para isso, senão existiria, porque a legislação permite”. Além do monopólio da comunicação, os canais públicos brasileiros são de acesso proporcionalmente mais restrito se comparados aos canais públicos portugueses: “tem muito mais importância, particularmente, a RPT1 do que tem a TV Cultura no Brasil”, afirma. O BE defende maior controle das concessões de televisão por parte do Estado, exigindo que as emissoras cumpram a função social de acordo com o regulamento das concessões, porém, “estas são propostas que o Bloco tem apresentado e que não foram nunca aprovadas”, lamenta Leiria.⁵⁶¹

Verificamos que a defesa da democracia é um pressuposto fundamental para a caracterização do modelo de socialismo

⁵⁵⁹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁵⁶⁰ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁵⁶¹ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

defendido pelo BE. A concepção de democracia, aliada à ideia de socialismo, não se restringe ao modelo atual de democracia, para o qual os mecanismos de participação direta ainda são muito restritos, mas, consiste, sobretudo, na compreensão ampliada deste conceito, em que a democracia participativa e a democracia representativa são complementares e imprescindíveis uma em relação à outra. Portanto, os mecanismos de participação direta das massas nas decisões políticas (orçamentos participativos, plebiscitos, referendos, consultas populares, prestação de contas, participação política por meio de conselhos e associações de moradores, formação de listas de cidadãos para concorrer às eleições, entre outros mecanismos que visam “ampliar a democracia” ou “democratizar a democracia”) levam a dinamização e intensificação das disputas de hegemonia na sociedade civil.

5.2.3 Socialismo ou socialdemocracia?

Tendo em vista que há setores no BE que se identificam com a socialdemocracia, procuramos verificar, com base nas entrevistas, as semelhanças e as diferenças entre a concepção de socialismo defendida pelo partido e a concepção de socialdemocracia, dado que muitos dos principais partidos socialdemocratas europeus também se reivindicam do socialismo, como o PS Português e o PS Francês (*Parti Socialiste*). Todos os entrevistados foram unânimes em reforçar o que consta nos documentos oficiais, isto é, o BE é um partido socialista e anticapitalista, portanto, não se define socialdemocrata, ainda que existam em seu interior militantes socialdemocratas. Eis os relatos de algumas lideranças bloquistas:

(...) eu entendo que o Bloco é um partido que aspira uma sociedade diferente. É um partido socialista e não socialdemocrata, (...) de esquerda e socialista.⁵⁶²

(...) o objetivo do Bloco é transformação social e a mudança no regime social e

⁵⁶² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

econômico em que vivemos e, portanto, a superação do capitalismo, a transformação da sociedade e a construção do socialismo para Portugal e para a Europa. Mas o Bloco de Esquerda é uma organização anticapitalista.⁵⁶³

O Bloco é um partido que defende o socialismo e é contra o capitalismo, não defende o “capitalismo com rosto humano”.⁵⁶⁴

Louçã elucida que o BE é socialista “no único sentido” em que esse termo pode ser utilizado, isto é, “no sentido anticapitalista”.⁵⁶⁵ Contudo, sabemos que boa parte dos partidos que se assumem socialistas e/ou fazem parte da Internacional Socialista estão mais próximos do centro do espectro político partidário do que propriamente da esquerda, como o PS francês, o PS português, o Partido Trabalhista (*Labour Party*) britânico e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) brasileiro. Portanto, por se situarem ao centro, estes partidos não poderiam realizar transformações políticas substanciais ou sistêmicas que conduzissem ao socialismo. São partidos que se afirmam socialistas, mas, contraditoriamente, não se opõem ao regime capitalista.

Cardina comenta que o conceito de socialdemocracia foi identificado a um conjunto de políticas progressistas que levaram a uma maior participação social do Estado e a ampliação dos direitos trabalhistas. “Nessa leitura do que pode ser a socialdemocracia, eu acho que o Bloco deve também reivindicar desse lugar, o que não significa que o Bloco venha necessariamente daí ou fique necessariamente aí”, avalia.⁵⁶⁶ Diante do contexto neoliberal e austeritário vivenciado

⁵⁶³ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁵⁶⁴ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁵⁶⁵ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁵⁶⁶ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

atualmente pela Europa, Cardina acredita que já seria um grande avanço se os partidos socialistas recuperassem o Estado de bem-estar social. Vejamos um trecho de sua entrevista:

Nesse sentido, penso que a proposta que o Bloco articula deva ser uma proposta socialista e não meramente socialdemocrata... O que é socialdemocracia? Quando nós dissemos socialdemocracia estamos a dizer gestão do capitalismo? Ou estamos a dizer reforço dos salários, criação do Estado de Bem-Estar Social, criação de infraestruturas para que ninguém morra na miséria? Se isto for socialdemocracia, isso é que o Bloco deve trazer para a linha de frente do combate político.⁵⁶⁷

Carujo explica que a transformação dos partidos socialistas em “partidos neoliberais” fez com que a esquerda perdesse a referência que a mantinha unida, que era, justamente, as bandeiras da socialdemocracia. O projeto socialdemocrata chegou a ser maioritário e depois deixou de existir. Mário Soares mantinha “um discurso muito radical no início, mas depois aplica a austeridade”. Consequentemente, muitos socialdemocratas não se sentem mais representados pelo PS, explica o dirigente bloquista.⁵⁶⁸ A seguir, Carujo explica a influência que o PS chegou a exercer na esquerda portuguesa depois da Revolução de 25 de Abril:

O espaço unitário à esquerda era um espaço que se revia na socialdemocracia. E na história Portuguesa, se olharmos com atenção, nos anos 1970 (74, 75), o PS reivindicava-se do socialismo, do comunismo, queria fazer a revolução. Isso era o projeto prioritário em Portugal. (...) Portanto, era um projeto maioritário, era um projeto em que as pessoas acreditavam

⁵⁶⁷ Ibidem.

⁵⁶⁸ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

e é um projeto que deixa de existir. (...) Isto causa uma maioria social socialdemocrata, por assim dizer, que não tem representação política no PS.⁵⁶⁹

O conceito de socialdemocracia é muito polissêmico, permitindo diversas interpretações, além disso, há uma diversidade ideológica muito grande entre os que se definem socialdemocratas no BE: “aqui no Bloco têm pessoas que se dizem socialdemocratas, socialdemocratas de esquerda, de centro, democratas radicais”, diz Carujo. Vários depoentes disseram que o programa socialdemocrata dos anos 1970 e 1980 poderia ser considerado radical para os dias de hoje, em que se aprofundam as (contra) reformas neoliberais aplicadas pelos Estados Europeus, a partir dos compromissos assumidos com a União Europeia. Para Carujo, “chegamos ao momento em que a arquitetura europeia proíbe a socialdemocracia tradicional, com o apoio dos partidos socialistas tradicionais”. Portanto, os mesmos partidos socialistas e socialdemocratas que realizaram a política do “*Welfare State*” na Europa, atualmente, têm aplicado políticas austeritárias e do “Estado mínimo”. Para Carujo, o BE deve apresentar propostas socialdemocratas que levem a uma situação de confronto com o sistema, implicando numa “situação que pode ser revolucionária”. Esta hipótese é aceita e compreendida no BE como uma espécie de “programa de transição: o fato de não serem reivindicações máximas, por assim dizer (...) não é impeditivo de conseguirmos alguma coisa a partir da velha tradição trotskista do programa mínimo”, avalia o dirigente bloquista.⁵⁷⁰

Leiria é mais enfático em sua crítica à socialdemocracia atual, representada pelos partidos socialistas e socialdemocratas historicamente de esquerda, mas que atualmente transformaram-se em partidos pró-sistema que vêm aplicando políticas neoliberais. Se, antes, a socialdemocracia deixava o capitalismo com o “rosto mais humano”, atualmente, a socialdemocracia tem deixado o capitalismo com o “rosto desumano”, argumenta. Para ele, o BE não tem nenhuma relação com a histórica socialdemocracia, nem, tampouco, com o que propõe os atuais partidos socialistas e socialdemocratas. Leiria menciona vários

⁵⁶⁹ Ibidem.

⁵⁷⁰ Ibidem.

exemplos de partidos socialistas e socialdemocratas europeus que têm adotado políticas neoliberais e austeritárias, como o PS português, o PS francês, o Partido Trabalhista britânico, o Partido Socialdemocrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*), o PASOK (Movimento Socialista Pan-helénico) grego.⁵⁷¹ Para Louçã, o BE “não tem nenhum traço de partido socialdemocrata”, porque “a socialdemocracia não tem nada a ver com o socialismo”, ela é “um aporte do capital financeiro”⁵⁷². Vejamos um trecho de sua entrevista:

A socialdemocracia não é um movimento de esquerda, já há muitos anos, é um movimento político de centro. Às vezes centro-direita, outras vezes centro-esquerda. O Partido Socialista português é um dos partidos mais à direita da socialdemocracia europeia, há muito tempo. Foi o principal condutor das privatizações dos serviços públicos. Pensar que a socialdemocracia tem qualquer vinculação histórica ao Estado social, aos direitos sociais é uma anedota, não tem nenhum conteúdo.⁵⁷³

Louçã diz que a ampla maioria dos militantes do BE é socialista e anticapitalista, já os poucos socialdemocratas formavam o grupo que saiu (a associação política “Fórum Manifesto”).⁵⁷⁴ Já Fazenda diz que os socialdemocratas são bem-vindos no BE, mas enfatiza que a proposta do partido é socialista e não socialdemocrata: “o Bloco de Esquerda defende a nacionalização dos principais meios financeiros, industriais e econômicos do país, essa proposta faz toda a diferença do ponto de vista político e ideológico”⁵⁷⁵. Eis um fragmento de sua entrevista:

⁵⁷¹ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁵⁷² LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁵⁷³ Ibidem.

⁵⁷⁴ Ibidem.

⁵⁷⁵ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

[Todos os militantes do BE são socialistas numa perspectiva anticapitalista?] A grande maioria. Eram raríssimas as pessoas dentro do Bloco que se definiam como socialdemocratas. Na verdade, é o grupo que saiu para o [Partido] Livre. O único que foi dirigente do Bloco e definia-se como socialdemocrata era Daniel Oliveira. Era o único que dizia publicamente “eu sou um socialdemocrata”.⁵⁷⁶

Madeira relaciona socialdemocracia e socialismo aos conceitos de reforma e revolução, e questiona: “até que ponto pode ter impactos no desgaste do capitalismo políticas reformistas que, na sua essência, não são de caráter anticapitalista, são medidas de caráter socialdemocrata”? Para Madeira, as políticas reformistas “melhoram a situação dos de baixo, mas não altera as relações de fundo”. No entanto, ele diz que “a socialdemocracia bandeou-se” em decorrência das crises econômicas internacionais e não é possível “reconstituir o pacto social europeu a partir da aliança do socialismo com a democracia cristã”. Madeira diz que as únicas alternativas a este impasse encontram-se na capacidade que a esquerda socialista terá para exercer influências nos movimentos sociais (novos e velhos movimentos sociais) e no mundo do trabalho.⁵⁷⁷ Diante dessa questão dual e aparentemente inconciliável entre o reformismo socialdemocrata e as revoluções socialistas, a teoria gramsciana apresenta uma visão que propõe a unidade dialética entre reforma e revolução, que passam a ser compreendidos como conceitos complementares.

5.2.4 Reforma e Revolução

Segundo a concepção gramsciana, nas sociedades “ocidentais” (como a sociedade brasileira e a sociedade portuguesa) a revolução é compreendida como o resultado de um

⁵⁷⁶ LOUÇÃ, op. cit.

⁵⁷⁷ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

processo de sucessivas e intensas transformações estruturais. Portanto, a ideia de revolução como uma insurgência armada adquire menor relevância devido à complexidade da sociedade civil e a diversidade de seus “aparelhos privados de hegemonia”, que se encontram num estágio muito mais avançado de desenvolvimento do que nas sociedades de tipo “oriental”. Nas “sociedades orientais” a sociedade civil ainda é, utilizando a expressão de Gramsci, “primitiva e gelatinosa”⁵⁷⁸. À dicotomia “Oriente” e “Ocidente”, Gramsci apresenta outra: “guerra de movimento” (ou “guerra de manobra”) e “guerra de posição”. Enquanto no “Oriente” as transformações políticas radicais aconteceram pela forma de “guerra de movimento”, ou seja, por meio de revoluções armadas; no “Ocidente”, as transformações políticas radicais tendem a ocorrer pela forma de “guerra de posição”, isto é, por meio da conquista gradual da hegemonia na sociedade civil, envolvendo uma complexa disputa política, cultural e ideológica nos “aparelhos privados de hegemonia”. Portanto, segundo a concepção gramsciana, para que ocorram transformações políticas radicais nas sociedades “ocidentais” há que conciliar reforma e revolução, compreendendo a revolução como o resultado de um longo e dificultoso processo de “guerras de posições”. Com base no pensamento de Gramsci, Coutinho classifica como “reformismo revolucionário” o conceito no qual a revolução decorre de um conjunto sistemático de reformas estruturais. Segundo o filósofo, “a complexidade das sociedades modernas, entre as quais se inclui a brasileira, impõe uma concepção “processual” de revolução... (...) As reformas são hoje o caminho da revolução, e não uma das formas alternativas de luta”.⁵⁷⁹

Ainda que várias lideranças do BE tenham enfatizado a necessidade de conciliar reforma e revolução, as discussões sobre este tema não são feitas sistematicamente pelo partido. Também não há, portanto, nenhum documento oficial do BE que formule uma posição teórica a esse respeito. Como o partido foi construído por várias correntes, com histórias, concepções e

⁵⁷⁸ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 262.

⁵⁷⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia e Socialismo. Questões de Princípio e Contexto Brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 51, Cortez Editora. São Paulo – SP, 1992, p. 17.

práticas políticas distintas, houve o entendimento de não tomar uma posição definitiva sobre estas questões, para não comprometer a unidade partidária. As discussões e debates políticos sobre esta temática costumam ocorrer de forma descentralizada, por grupos de militantes, sem que o partido decida por um posicionamento oficial, explica Cardina.⁵⁸⁰ Segundo Costa, o BE poderá, futuramente, devido às condições históricas, ser forçado a tomar uma posição definitiva sobre isso, mas até agora não foi.⁵⁸¹ Já Carujo diz que esse tipo de discussão “surge sempre, é uma daquelas coisas que não se pode recalar, porque noutro momento qualquer ela vai irromper”.⁵⁸² Vejamos alguns relatos sobre este assunto:

(...) parte da esquerda que entrou no Bloco é reformista, outra parte diz que é revolucionária. E se quiséssemos resolver essa discussão entre reforma e revolução, não teríamos construído o Bloco de Esquerda. Os reformistas não entrariam. A maioria que se dizia revolucionária, o PSR e a UDP, não deixaria entrar os outros, se quiséssemos impor esses projetos.⁵⁸³

Esse debate o Bloco não conclui. O Bloco aceita esse debate, faz esse debate na sua fundação, faz esse debate até nos congressos, sobre como se constrói a resistência popular e como que essa resistência popular se relaciona com o projeto de transformação social...⁵⁸⁴

Cardina compreende que a prática do BE condiz com o

⁵⁸⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁸¹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁵⁸² CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁵⁸³ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁵⁸⁴ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

entendimento de que os conceitos de reforma e revolução não são antagônicos e sim complementares. Para ele, os processos de mudança política decorrem da conquista de hegemonia política, “que pode passar pela frente eleitoral”, e da conquista de hegemonia social, “que tem que passar necessariamente pela frente social”.⁵⁸⁵ Portanto, a conquista de hegemonia na sociedade civil consiste num momento imprescindível para a conquista de hegemonia política. Sobre esta questão, Gramsci considerava que a conquista da hegemonia por um grupo social poderia ocorrer antes mesmo da conquista do poder político.⁵⁸⁶

Pureza também entende a revolução como processo. Para ele, a revolução como um “momento” não deu muito certo “porque nos lugares em que isso aconteceu, as relações de poder mais profundas não foram alteradas”. Pureza explica que uma revolução consiste em um longo processo de transformação, constituído de “muitos momentos de muito alta intensidade”. Ele se contrapõe à visão que considera reforma e revolução conceitos antagônicos, como se as reformas fossem somente algo “tranquilo, devagarinho” e as revoluções fossem somente algo “brutal”. “Nós podemos romper com expressões momentâneas de uma determinada ordem social, mas (...) a possibilidade de voltar atrás, o retrocesso é tão eminente, que nós temos que ter para nós próprios a exigência de manter uma intensidade longa ao longo de muito tempo”. Portanto, o processo revolucionário não é *soft*, e sim *hard*, mas de longa duração, explica Pureza.⁵⁸⁷ Vejamos um fragmento de sua entrevista:

[Carlos Nelson Coutinho fala de reformas revolucionárias.] Exatamente. É uma boa síntese. Por exemplo, no momento atual, romper com o governo significaria na sociedade portuguesa uma mudança profundíssima. Mas se for só isso será uma decisão técnica, o problema é que isso tem que vir associado a uma série de outras coisas... A ofensiva neoliberal foi tão forte

⁵⁸⁵ CARDINA, op. cit.

⁵⁸⁶ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 1ª Edição. Vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007, p. 63.

⁵⁸⁷ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

que hoje, manter patamares mínimos de serviços públicos universais, ex.: serviço nacional de saúde, educação pública, segurança social pública, manter isso, neste momento, nas atuais condições, seria uma bandeira de reforma do Estado que implicava mudar completamente o sistema de funcionamento do orçamento, a relação entre o poder político e a sociedade ou a organização econômica.⁵⁸⁸

Por sua vez, Costa entende que a “transformação socialista da sociedade passa por um protagonismo extraordinário do movimento popular, não por uma via institucional”. Ainda que considere a luta por reformas uma característica de todo movimento revolucionário, a revolução exige um “protagonismo popular (...) que se faz necessariamente em confronto com a esfera institucional e com a esfera do Estado”, afirma. Vimos que o BE procura atuar simultaneamente em duas frentes, a via institucional e os movimentos sociais, porém, de acordo com Costa são os movimentos sociais e a intensa participação popular que garantem o processo revolucionário, a alteração do modo de produção e das relações de exploração na sociedade capitalista. Portanto, as reformas graduais promovidas pelo Estado não podem conduzir automaticamente a revolução, prescindindo do protagonismo popular e da “transformação da natureza do Estado”.⁵⁸⁹ Segundo Leiria, “a luta por reformas é muito importante no sentido de que amplia o espaço político e a conscientização das pessoas”. Portanto, as reformas podem ser compreendidas “como um trampolim para uma revolução”, desde que elas impliquem em ruptura com a ordem vigente, conclui o jornalista.⁵⁹⁰

Por outro lado, Madeira considera insuficiente pensar a revolução como um “processo gradual de transformações” ou de reformas. Para ele, “os principais aparelhos de Estado” não deixariam de defender a “ordem burguesa, perante esse avanço

⁵⁸⁸ *Ibidem*.

⁵⁸⁹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁵⁹⁰ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

paulatino das mudanças”. Ainda que considere importante a intervenção parlamentar (institucional) e o movimento de massas, Madeira pensa que o processo revolucionário resultaria necessariamente em confrontos violentos entre as forças conservadoras e as forças revolucionárias, “porque o recurso à violência para defender interesses é um dado estruturante do próprio conceito de luta de classes”, explica.⁵⁹¹ A seguir, um trecho de sua entrevista:

(...) mesmo admitindo a vitória de um movimento de esquerda, ou o Bloco de Esquerda, ou uma aliança de esquerda com o Bloco, (...) o período que segue, mesmo que seja considerado um período de transição, não elimina a capacidade de resistência necessariamente violenta das forças conservadoras. E, portanto, (...) assumo essa violência à forma da tomada do poder à soviética ou à chinesa, seja lá o que for; pode não se colocar da mesma forma, mas vão se colocar... (...) Há um conjunto de fatores, o processo de composição dos aparelhos repressivos da polícia e do exército, toda uma série de coisas que tem que ver com o ponto de vista estratégico. Claro, nesse processo, a intervenção parlamentar é importante, o movimento de massas também.⁵⁹²

Fazenda explica que toda revolução é um processo que não ocorre em um dia determinado, não culmina com o ato revolucionário de tomada do poder, mas continua. Para ele, “só os revolucionários conseguem boas reformas”. No entanto, ele questiona se boas reformas podem abrir caminho para a revolução. Fazenda diz não haver dúvidas de que as reformas favorecem a classe trabalhadora, ao proporcionar melhores salários, mais empregos, mais direitos, melhores condições de vida, etc. Porém, a revolução pode ou não acontecer em razão de progressivas reformas: “se tiverem bem alicerçados num conjunto

⁵⁹¹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁵⁹² Ibidem.

de conquistas sociais, isso favorece o salto para uma transformação do regime político, mas pode não ocorrer”, explica. Para ele, a revolução pode ser orientada pelos partidos, mas não fabricada por eles. Ela é consequência de determinadas condições históricas: acontece “quando os ‘de cima’ não conseguem governar e os ‘de baixo’ estão fartos dos ‘de cima’. Isso implica a perda da hegemonia, cuja função é dar sustentação ao poder dos ‘de cima’”.⁵⁹³ Por outro lado, como vimos no primeiro capítulo, a crise de hegemonia também pode levar a classe dominante a adotar um regime ditatorial (instituinto uma contrarrevolução), a fim de reprimir os espaços de disputa de hegemonia na sociedade civil.

Fazenda distingue o período revolucionário ocorrido na Rússia, durante a primeira metade do século XX, do período atual, nos países de democracia liberal. Se, naquele contexto caracterizado por ditaduras implacáveis, a luta armada era a única opção para a esquerda revolucionária (guerra de movimento), atualmente, numa democracia liberal, é possível atuar em outras “trincheiras”, como a via institucional (os partidos revolucionários já não vivem na clandestinidade) e os movimentos sociais (guerra de posição). Fazenda cita vários aspectos que podem desencadear momentos revolucionários nas democracias liberais, como as reformas, a conscientização popular e até a influência de “fatores externos”, como “o período de uma guerra, o período de uma agressão muito grave ao ecossistema”. Ele explica que todas as revoluções socialistas “iniciaram-se com revoluções democráticas e, mais tarde, transformaram-se em revoluções socialistas”. Para o dirigente da Esquerda Alternativa, é preciso que as massas tenham “clareza da necessidade do socialismo” desde o princípio do período revolucionário.⁵⁹⁴ A seguir, Fazenda comenta algumas das mais importantes experiências revolucionárias do século XX:

Até hoje, não temos exemplo de uma revolução que tenha começado porque era para ser socialista desde o berço. Elas, por berço, foram sempre democráticas, mais

⁵⁹³ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁵⁹⁴ Ibidem.

tarde, tomaram o curso socialista. A revolução de fevereiro de 1917 é uma revolução contra a guerra, se assumia democrática, depois ela toma um curso socialista; a cubana a mesma coisa. E a China, era uma revolução camponesa, democrática, com uma guerra civil prolongadíssima que, mais tarde, adota uma posição socialista, até mesmo em miniatura, porque os processos não têm paralelo na história. Na revolução do Chávez [na Venezuela] tem o golpe militar, depois, finalmente, ele ganha por via eleitoral, é anti-imperialista, é nacionalista, a vitória eleitoral traz logo um programa de grandes transformações, mas a sua feição direta é a democracia contra a oligarquia.⁵⁹⁵

Praticamente todas as lideranças do BE concebem os conceitos de reforma e revolução como complementares. Várias lideranças relacionaram a revolução a um processo, em oposição à ideia de revolução como “ato pontual”. Outras consideraram que qualquer tipo de revolução é processo, e não apenas as revoluções antecédidas por um período de reformas institucionais. Todas foram unânimes em considerar a necessidade de romper com a ordem capitalista vigente para se chegar a um processo revolucionário, ao contrário do legado histórico da socialdemocracia, que durante décadas procurou conciliar importantes conquistas sociais e trabalhistas com a manutenção do regime capitalista, isto é, a proposta política socialdemocrata restringiu-se ao “reformismo em si mesmo”, sem que as reformas aumentassem gradualmente de intensidade (reformas estruturais) a ponto de resultar num processo revolucionário (anticapitalista). Vários entrevistados também ressaltaram que o rompimento com a ordem vigente envolve necessariamente a intensa participação popular no processo de condução das políticas, por isso a importância em ampliar a participação nos movimentos sociais e na sociedade civil como um todo.

⁵⁹⁵ Ibidem.

CAPÍTULO VI – AS CONSTELAÇÕES

Apresentamos neste capítulo as principais tendências ou correntes de expressão nacional do PT e do BE. Elaboramos um breve histórico e uma rápida caracterização das principais tendências petistas (Construindo um Novo Brasil - CNB, Movimento PT - MPT, Democracia Socialista - DS, Esquerda Popular Socialista - EPS, Articulação de Esquerda - AE, Militância Socialista - MS, O Trabalho - OT e Avante Socialismo 21 - AS21) e das principais correntes bloquistas (Partido Socialista Revolucionário - PSR, a União Democrática Popular - UDP, Política XXI - PXXI e Ruptura-FER).

6.1 AS TENDÊNCIAS INTERNAS DO PT

O 5º Encontro Nacional aprovou uma resolução sobre as tendências internas do PT. A resolução definiu a tendência como “um grupo de petistas que (...) se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...)”⁵⁹⁶. Segundo a resolução, a livre organização de tendências internas não pode “ofuscar” a importância do partido, ou seja, não pode constituir-se como partido dentro de partido para não comprometer o sentido da existência do PT. Para isso, as tendências internas terão que cumprir uma série de requisitos estabelecidos pela resolução, tais como: não ter finanças próprias de caráter permanente e não ter jornais públicos de periodicidade regular. Portanto, as finanças poderão ser destinadas a atividades específicas, abertas à participação de todos os filiados, e os jornais poderão ser produzidos apenas para circulação interna ao partido. Vejamos mais detalhes sobre estas resoluções:

(...) Submetido à disciplina partidária como militante; nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os

⁵⁹⁶ Resolução sobre as tendências do Partido dos Trabalhadores – 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 356.

instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido. Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo). (...) o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente em dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.⁵⁹⁷

Ainda que a resolução sobre as tendências só tenha sido aprovada no 5º Encontro Nacional, o PT sempre foi um partido de tendências - característica que o diferenciou dos demais partidos de esquerda do Brasil. Os partidos adeptos da 3ª Internacional (Partidos Comunistas) não aceitavam o regime de tendências. Elas “foram proibidas no Partido Comunista da União Soviética ainda sob Lênin, de modo que os PCs praticamente não as conheceram... (...) quando havia tendências se formando eram sumariamente expulsas”⁵⁹⁸. A formação de grupos e tendências com posições diversas da direção também não era bem vista no Partido Comunista do Brasil, que fazia uso de diversos adjetivos para “desqualificar” os grupos dissidentes: “quando o PCdoB sugeriu a expulsão de alguns militantes que mais tarde ingressariam no PT, eles supostamente pertenciam a uma corrente fracionista, liquidacionista, revisionista, trotskista e traidora”, explica Secco⁵⁹⁹. Além dos partidos marxista-leninistas (3ª Internacional), cabe ressaltar que nem os partidos socialdemocratas (2ª Internacional) nem os trotskistas (4ª internacional) adotam ou adotaram regime de tendências. Esta é

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 357-358.

⁵⁹⁸ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 92-93.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 93.

uma inovação dos novos partidos de esquerda, que são mais flexíveis do ponto de vista ideológico e organizacional. Vejamos um trecho da entrevista de Pont sobre esta questão:

O direito de tendência foi uma singularidade do PT no campo da esquerda. (...) O Stalinismo e a concepção de “partido único”, de “centralismo democrático”, do “verticalismo”, da “teoria leninista”, que foi difundida na esquerda a partir da III Internacional, era dominante na esquerda. A origem heterogênea (sindicalistas, grupos marxistas, setores da teologia da libertação, personalidades democráticas, etc.) do PT contribuiu para a adoção dessa forma de organização... Prevaleceu o direito de tendência – uma inovação importante...⁶⁰⁰

Apesar do fato de sempre existirem tendências (grupos vinculados a determinadas concepções ideológicas e práticas políticas) no PT, não significa que este tenha sido um assunto unânime ao longo de toda a história do partido. A tese apresentada pela Articulação (com apoio das tendências Projeto para o Brasil – PPB e Vertente Socialista - VS) ao 1º Congresso Nacional do PT defendeu a dissolução das tendências internas. A proposta admitia apenas a existência provisória das tendências, que tinham que se desfazer a cada instante após as decisões, ou seja, teria que ser revogada à regulamentação do direito de tendência que havia sido aprovada no 5º Encontro Nacional. Depois de muitas críticas da esquerda petista, a Articulação acabou cedendo e alterando o seu texto original.⁶⁰¹ Desde o 7º Encontro Nacional o PT tem registrado em seus encontros e congressos nacionais aproximadamente uma dezena de

⁶⁰⁰ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁶⁰¹ SILVA, Antônio Ozaí da. A esquerda marxista e o PT. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87ozai.htm>, acesso em 15 de agosto de 2016.

tendências nacionalmente organizadas, às vezes um pouco mais, às vezes um pouco menos.

Com base na sugestão de Secco ⁶⁰², as tendências petistas podem ser distribuídas em três grandes grupos: 1) as organizações marxista-leninistas remanescentes da luta armada; 2) as oriundas dos movimentos sociais (sindicalismo, esquerda cristã e movimentos populares); 3) as oriundas de partidos e agrupamentos trotskistas (muitos dos quais também são remanescentes da luta armada). ⁶⁰³ Em função da diversidade, da abrangência e da heterogeneidade das tendências petistas, torna-se difícil estipular quantas de fato existem ou existiram em todo o Brasil. Muitas delas existem apenas no âmbito local ou municipal, outras são organizadas apenas estadualmente (como a Tribo em MG e a Socialismo XXI ⁶⁰⁴ no RS), outras estão enraizadas em vários Estados brasileiros, possuindo expressão nacional. Estas últimas, geralmente, são as tendências que têm representatividade nos Encontros e Congressos nacionais, onde são lançadas teses próprias ou teses assinadas conjuntamente por várias tendências. Algumas tendências formam “campos políticos”, reunindo no mesmo bloco uma ou várias tendências nacionais, regionais ou locais, além de grupos vinculados a mandatos de parlamentares. São exemplos de campos: Partido que Muda o Brasil - PMB (reúne as tendências CNB e NR) e Mensagem ao Partido – MP (reúne a tendência DS e outros grupos de menor expressão).

Existem atualmente nove tendências organizadas nacionalmente no PT. Segundo Pomar, elas representam quatro grandes correntes ideológicas: a social-liberal, a desenvolvimentista, a socialdemocrata clássica e a socialista clássica. ⁶⁰⁵ Consideramos pertinente a classificação de Pomar e tentamos enquadrar as tendências em suas respectivas correntes

⁶⁰² SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015.

⁶⁰³ Ibidem, p. 310.

⁶⁰⁴ Esta tendência, que antes só existia no âmbito estadual, atualmente compõe a tendência nacional Avante S21.

⁶⁰⁵ POMAR, Valter. Entrevista concedida a Carmelo Ruiz de Porto Rico. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/search?q=historia+PT>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

ideológicas. A principal tendência petista (CNB) seria desenvolvimentista, isto é, teria por meta fazer desenvolver o capitalismo a partir do crescimento econômico. Há também desenvolvimentistas nas tendências de centro (NR, MPT e DS). Os social-liberais são numericamente mais reduzidos que os desenvolvimentistas, estando concentrados na CNB (já que muitos deles vieram da antiga DR, que foi a tendência mais influenciada pelo social-liberalismo). Os socialdemocratas clássicos estão espalhados por quase todas as tendências, tendo maior inserção nas tendências moderadas do que na esquerda. Já os socialistas clássicos estão agrupados nas tendências de centro-esquerda (DS, EPS, Avante S21) e esquerda (OT, AE e MS).

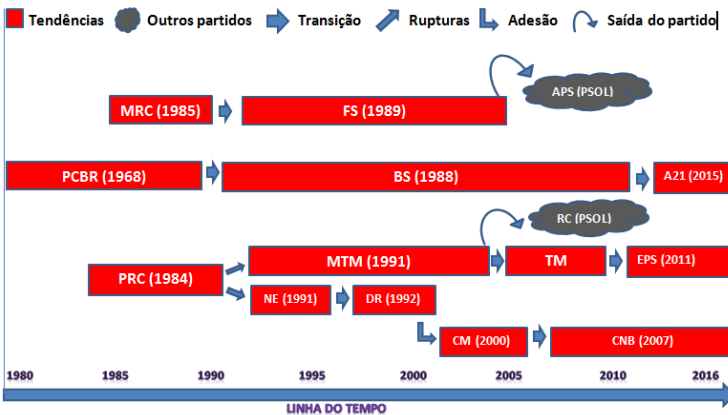
As ilustrações seguintes (5, 6 e 7) apresentam uma breve descrição das trajetórias das tendências petistas de expressão nacional, desde as suas origens no partido, até o ano 2016. Como podemos perceber, muitas tendências mudaram de nome, se fundiram ou se separaram ao longo desse período, formando novos agrupamentos ou tendências. Também houve muitas tendências que saíram do PT para ingressar em outros partidos.

A ilustração 5 representa a evolução das tendências marxista-leninistas remanescentes da luta armada no PT. As principais tendências que atuavam no partido nos anos 1980 foram: Movimento Comunista Revolucionário (MCR), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Partido Revolucionário Comunista (PRC). Dentre elas, a única que participou diretamente do processo de fundação do PT foi o PCBR. O PRC e o MCR vieram a ingressar no partido pouco depois de sua fundação. O PCBR foi também a única organização que se manteve integralmente no PT, mudando sua denominação para Brasil Socialista (BS) e, recentemente, se dissolvendo para formar a Avante Socialismo 21 (AS21). O MCR passou a se chamar Força Socialista (FS), constituindo uma das três mais representativas tendências da esquerda petista, ao lado da Articulação de Esquerda (AE) e da Democracia Socialista (DS). Porém, em meio à crise do “mensalão”, em 2005, a FS adotou o nome Ação Popular Socialista (APS) e retirou-se do PT para aderir ao PSOL pouco depois. O PRC teve várias rupturas que resultaram na formação de várias tendências: um grupo à esquerda saiu do PT em 2005 para formar a Refundação Comunista (RC), hoje no PSOL; outro grupo à esquerda deu origem à Tendência Marxista (TM) e, recentemente, à Esquerda

Popular Socialista (EPS); um grupo à direita resultou na Nova Esquerda (NE) e, em seguida, na Democracia Radical (DR), que hoje integra a Construindo um Novo Brasil (CNB).

Ilustração 5

Evolução das tendências não trotskistas remanescentes da luta armada



Elaborado pelo autor, com base na ilustração de Ciro Seiji e Ederson M. Matos, publicada na obra de Lincoln Secco. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015.

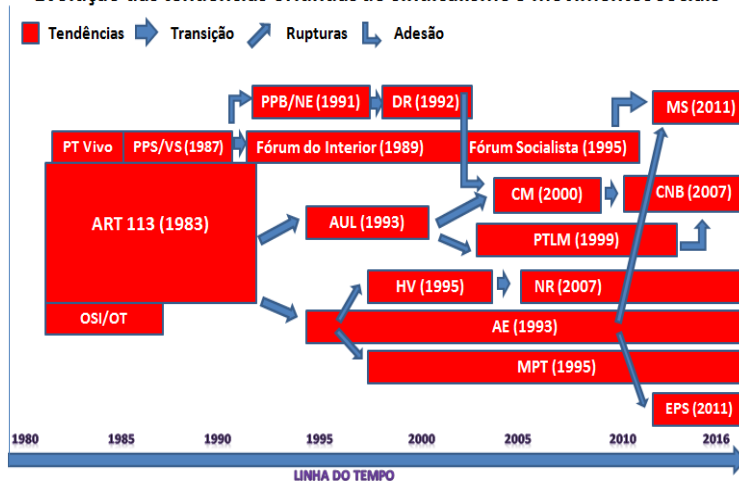
Apresentamos na ilustração 6 as tendências originárias do sindicalismo, da esquerda cristã e dos movimentos populares. Nota-se que a tendência que historicamente congregou a maioria dos militantes vindos destes segmentos foi a Articulação dos 113 (ART 113). A partir dela desdobraram-se várias outras tendências e grupos menores. Embora a ART 113 tenha sido fundada oficialmente em 1983, as suas principais lideranças participaram diretamente da construção do PT. Nos anos 1980 surgiram alguns grupos que coexistiram com a ART 113, como o PT na Capital, que depois se chamou PT Vivo e formou a tendência Vertente Socialista (VS); e a tendência trotskista Organização Socialista Internacionalista (OSI), que participou da ART 113 por cinco anos. Nos anos 1990, uma parte expressiva da VS (influenciada pelo social-liberalismo) unificou-se a uma parte do PRC para formar a Nova Esquerda (NE). Esta, por sua vez, resultou na Democracia Radical (DR), que integrou a tendência Campo Majoritário (CM) e, mais recentemente, a CNB. Outro grupo da VS, de orientação ideológica à esquerda, fundou o Fórum do

Interior (FI) e, posteriormente, o Fórum Socialista (FS). Uma parte dessa tendência atualmente compõe a Militância Socialista (MS).

Já a tendência ART 113 dividiu-se em duas grandes tendências que, posteriormente, se ramificaram em diversas outras. A tendência mais à direita passou a se chamar Articulação Unidade na Luta (AUL), que resultou no Campo Majoritário (CM) e, mais recentemente, na CNB. Outra fragmentação da AUL foi o PT de Luta e de Massas (PTLM), tendência originalmente situada ao centro, mas que atualmente integra a CNB. Outra grande divisão da ART 113 foi a AE, que na década de 1990 sofreu duas fragmentações, originando duas tendências ao centro: a Hora da Verdade (HV), que depois se chamou Novos Rumos (NR); e o Movimento PT (MPT). Em 2011, a AE sofreu novas cisões de grupos que vieram a constituir a EPS e a MS.

Ilustração 6

Evolução das tendências oriundas do sindicalismo e movimentos sociais



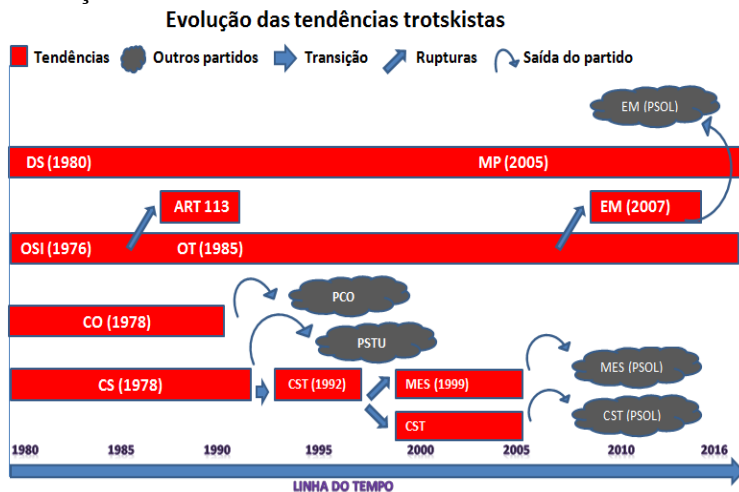
Elaborado pelo autor, com base na ilustração de Ciro Seiji e Ederson M. Matos, publicada na obra de Lincoln Secco. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015.

A ilustração 7 apresenta a trajetória das tendências petistas originárias de partidos e organizações trotskistas. Verifica-se que todas elas (DS, OSI, CO, CS) participaram do processo de fundação do PT. No entanto, muitas já não estão no partido: a

Causa Operária (CO), expulsa em 1991, fundou o Partido da Causa Operária (PCO), em 1995. A Convergência Socialista (CS), expulsa em 1992, fundou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), em 1992. Pouco depois da expulsão, um agrupamento oriundo da CS retornou ao PT para constituir a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Em 1999, a CST se subdividiu em duas outras tendências: o Movimento Esquerda Socialista (MES), com expressão no Estado do Rio Grande do Sul; e outro grupo que manteve o nome CST, com expressão no Estado do Pará.

Em 1987, a Organização Socialista Internacionalista (OSI) deu origem à tendência O Trabalho (OT), que se manteve partido. Em 2007, um racha na OT resultou na formação da tendência Esquerda Marxista (EM), que em 2015 ingressou no PSOL. A DS é a tendência de origem trotskista que manteve a trajetória mais regular. A partir de 2005 ela passou a compor o campo político Mensagem ao Partido (MP). A única tendência trotskista que permanece no PT é a OT. A DS permanece no PT, mas já não é filiada a nenhuma organização trotskista.

Ilustração 7



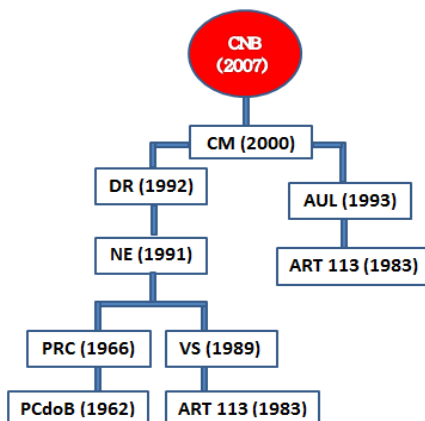
Elaborado pelo autor, com base na ilustração de Ciro Seiji e Ederson M. Matos, publicada na obra de Lincoln Secco. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015.

A seguir, apresentamos um breve histórico de cada uma das principais tendências petistas de expressão nacional, muitas das quais possuem uma longa história anterior à fundação do PT, ou seja, ingressaram no PT, não como tendências formalizadas, mas como grupos políticos que, mais tarde, se apresentariam como tendências. Utilizamos como critério para a seleção das tendências de expressão nacional as chapas apresentadas no Processo de Eleições Diretas – PED de 2013, bem como, as teses apresentadas no V Congresso Nacional do PT, realizado em Salvador – BA, em 2015. Contudo, a fim de delimitar metodologicamente, não apresentamos nesta seção as inúmeras tendências que foram extintas ou as tendências que migraram para outros partidos. Também não relacionamos as tendências de menor expressão ou representatividade que, na maior parte das vezes, estão restritas às instâncias locais ou estaduais.

6.1.1 Construindo um Novo Brasil - CNB (íntegra o campo Partido que Muda o Brasil - PMB)

Ilustração 8

Árvore Genealógica da CNB



Árvore Genealógica da CNB. Elaboração própria. Logomarca da CNB. Disponível em: <http://articulacaosindical.com.br/vale-ler/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

Em julho de 1983, após os fracos resultados obtidos nas eleições de 1982, foi lançado o Manifesto dos 113, que originou a principal tendência petista. Muitas das principais lideranças fundadoras do partido assinaram o Manifesto, entre elas Lula e José Dirceu. O documento rechaçou as possibilidades de o partido se transformar numa “frente oposicionista liberal” (a exemplo do PMDB, na época) ou num partido vanguardista (a exemplo do PCB). O Manifesto também se dirigia, ainda que indiretamente, aos grupos que viam no PT um partido tático, provisório, com aspecto de frente de pequenos partidos, e não como um partido estratégico, coeso, unificado.⁶⁰⁶

A Articulação dos 113, que passou a ser chamada simplesmente de Articulação (ART), reuniu um número expressivo de militantes, principalmente os que atuavam nos movimentos sindical e pastoral, mas que não faziam parte de nenhuma tendência que existia informalmente no PT, especialmente as tendências oriundas dos partidos e organizações de esquerda que atuavam na luta armada contra a ditadura de 1964. “O objetivo era alargar os horizontes e destravar o debate interno para dar conta dos desafios que se apresentavam à novíssima esquerda que nascia no Brasil”, explica a página oficial de tendência na Internet.⁶⁰⁷ Segundo Melo, a ART foi criada para representar o grande número de militantes que não vinham de nenhuma organização ou partido anterior ao PT.⁶⁰⁸

Diversas tendências romperam ou unificaram-se com a ART ao longo de sua história. Em 1986, a tendência Poder Popular Socialista (PPS) rompeu com a ART por divergências táticas: considerava a direção petista demasiadamente moderada, criticava a ampliação das alianças e defendia as lutas sindicais e populares como prioritárias em relação à disputa institucional. Em 1989, a PPS unificou-se com outras forças políticas, resultando na tendência Vertente Socialista (VS). Esta, por sua

⁶⁰⁶ “Manifesto dos 113”. São Paulo, 02 de julho de 1983. Disponível em <http://descurvo.blogspot.com.br/2010/02/pt-30-anos.html>, acesso em 01 de agosto de 2016.

⁶⁰⁷ Construindo Um Novo Brasil. Disponível em: <http://www.construindounovobrasil.com.br>, acesso em 01 de agosto de 2016.

⁶⁰⁸ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

vez, unificou-se com a Nova Esquerda (NE), dando origem ao Projeto para o Brasil (PPB). Em 1991, o PPB formou a tendência Democracia Radical (DR), de inspiração socialdemocrata, que acabou fundindo-se com a Articulação Unidade na Luta (AUL) em 2000.⁶⁰⁹ Portanto, a antiga PPS fez um longo percurso para retornar ao mesmo lugar.

Em 1987, uma parte da Organização Socialista Internacionalista (atual tendência O Trabalho) passou a integrar a ART, considerando compatível a sua proposta trotskista com o programa democrático-popular, adotado pela principal tendência petista. No mesmo ano, durante o 5º Encontro Nacional do PT, a ART apresentou a resolução que defendia que o partido disputasse as eleições com o intuito de governar.⁶¹⁰ Antes, as eleições eram tidas como um momento para divulgar o programa partidário, mas sem a ambição de governar, já que alguns setores da extrema esquerda consideravam que a perspectiva revolucionária era incompatível com a via institucional.

Após a eleição de 1989, a ART propôs que fossem ampliadas as alianças político-partidárias. Daí em diante, as inflexões para que o PT assumisse o governo foram muitas, tanto do ponto de vista tático, quanto do ponto de vista ideológico. Em 1993, um grupo de militantes da ART lançou o manifesto Hora da Verdade, com críticas à burocratização e a falta de democracia interna no PT. Em 1995, a principal tendência petista sofreu o maior racha de sua história, com a saída de muitos militantes, que atuavam principalmente nos movimentos sociais do campo e pastorais. Essa ruptura resultou na tendência Articulação de Esquerda (AE), em oposição à Articulação, que estaria à direita. Desse momento em diante, a Articulação passou a se chamar Articulação Unidade na Luta (AUL).

Em 2000, a AUL unificou-se com a DR e adquiriu outra denominação, passando a se chamar Campo Majoritário (CM). Em 2005, parte da militância do CM passou a integrar o campo Mensagem ao Partido (MP), por discordar das propostas moderadas defendidas pela tendência durante o governo Lula. Em 2007, a tendência alterou seu nome novamente para Construindo

⁶⁰⁹ Um Pouco da História das Tendências do PT. Disponível em: <http://tiagosandes.blogspot.com.br/2008/06/um-pouco-da-historia-das-tendencias-do-pt.html>, acessos em 15 de agosto de 2016.

⁶¹⁰ Ibidem.

Um Novo Brasil (CNB). Embora tenha mudado de nome várias vezes, a tendência é mais reconhecida pela militância petista como Articulação.

Durante praticamente toda a história do PT esta tendência se fez hegemônica, ocupando os principais cargos de Direção Nacional e constituindo-se, de fato, no “campo majoritário”. Dentre as principais lideranças nacionais da CNB, destacam-se: Antônio Palocci, Aluizio Mercadante, Benedita da Silva, Ideli Salvatti, Vicentinho, Humberto Costa, Marco Aurélio Garcia, Maria do Carmo Lara, Paulo Frateschi, Ricardo Berzoini, Rochinha, Luiz Dulci, Benedita da Silva, João Vaccari, José Dirceu e Lula.

Melo relata que a CNB está estruturada em uma grande frente de tendências regionais: em determinados Estados brasileiros, como Pará e Distrito Federal, mais de uma corrente local se unifica em torno da CNB. Em relação à organização interna, a tendência não adota o centralismo democrático, é bastante heterogênea, “é igual ‘coração de mãe’, cabe todo mundo lá dentro”, explica o dirigente da CUT e militante da CNB.⁶¹¹ No entanto, é problemática a afirmação de que cabe todo mundo na tendência. Se, por um lado, é interessante que a tendência não tenha um posicionamento muito rígido, muito centralizador, para que não ignore o “espontaneísmo das massas”, como afirmou Gramsci. Por outro, se a tendência for demasiadamente fluida, aberta, ela corre o risco de se degenerar ao ingressar nela pessoas ideologicamente incompatíveis com os princípios do PT.

(...) há uma liberação geral, alguns se contrapõem, estão em chapas distintas, disputas distintas nos Estados, candidatos a presidente, dois candidatos a presidente da mesma corrente. Não tem uma consistência homogênea... Por exemplo, o companheiro Paulo Bernardo, que é Ministro das Comunicações, é da CNB, e a posição da CNB é contra a posição

⁶¹¹ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

que o Ministro Paulo Bernardo expressa sobre o enfrentamento [do monopólio] dos meios de comunicação. Então, nós fizemos resoluções contra. A mesma coisa em relação ao Projeto 4330, sobre a terceirização. Nós tivemos posição clara sobre isso. Um conflito grave entre bases sindicais e o companheiro [Cândido] Vaccarezza, que foi líder do PT (...) no Congresso Nacional. [Eles] estão na mesma corrente. A CNB é mais fluida.⁶¹²

Padilha menciona a relação entre a CNB e a Internacional Socialista – IS: “existe um olhar de profundo respeito com a internacional socialista e existe a clareza que a produção conceitual da Internacional Socialista é um balizador. Portanto, nós absorvemos o referencial teórico da Internacional Socialista porque isso referenda, fortalece a nossa prática”⁶¹³. Percebe-se pela fala de Padilha que a CNB identifica-se ideologicamente com a IS – o que reforça o argumento das tendências da esquerda, que associam a principal tendência petista à socialdemocracia.

A CNB também exerce hegemonia sobre a CUT, tanto que a Articulação Sindical (braço da CNB na CUT) é a principal tendência cutista, possuindo a maioria dos cargos da Direção Nacional. A CUT e todo o seu espectro sindical está conjuntamente ligada à CNB, diz Padilha.⁶¹⁴ O mesmo não se pode dizer das direções do “MST ou do MAB, que estão em outras correntes”, afirma Melo.⁶¹⁵

Outro aspecto importante a considerar é o campo político pelo qual tem atuado a CNB. Desde o PED-2009, quando José Eduardo Dutra foi eleito Presidente Nacional do PT, formou-se um campo denominado Partido que Muda o Brasil (PMB), que

⁶¹² Ibidem.

⁶¹³ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

⁶¹⁴ Ibidem.

⁶¹⁵ MELO, op. cit.

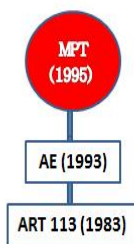
reuniu três tendências: CNB, Novos Rumos (NR) e PT de Luta e de Massas (PTLM). O atual presidente do PT, Rui Falcão, pertence à tendência NR, que obteve o apoio da CNB durante o PED-2013. O PMB possui uma relação muito próxima com o Movimento PT (MPT), tendência do Secretário Geral do PT, Geraldo Magela, que também apoiou Rui Falcão.

A tendência NR resultou de um racha na AE, quando um grupo de militantes do Estado de São Paulo fundou a Hora da Verdade (HV) em 2005. Dois anos mais tarde, a HV mudou sua denominação para NR. Atualmente, ela tem se assemelhado muito mais à CNB, especialmente no que se refere à estratégia que privilegia a disputa institucional. Já a tendência PTLM, muito ligada à família Tatto em São Paulo, foi uma cisão da AUL em 1999. Em 2014 ela deixou de existir como tendência para integrar a CNB.

6.1.2 Movimento PT – MPT

Ilustração 9

Árvore Genealógica do MPT



Árvore Genealógica do MPT. Elaboração própria. Logomarca do MPT. Disponível em: <http://movimentoptrs.blogspot.com.br>, acesso em 11 de novembro de 2016.

O Movimento PT (MPT) existe extraoficialmente desde a segunda metade dos anos 1990, mas tornou-se oficial somente em 2003. Suas principais críticas são em relação à burocracia e a falta de democracia interna no PT. Dentre as principais lideranças do MPT destacam-se: Maria do Rosário, Geraldo Magela e Arlindo Chinaglia.

O MPT é uma tendência formada por diversas lideranças parlamentares e que tem atuado, desde o 10º Encontro Nacional de 1995, como a principal força de centro do PT. Embora seja uma tendência ideologicamente posicionada ao centro, na maioria dos encontros e congressos, o MPT tem escolhido se alinhar ao campo moderado, representado pela CNB. Segundo consta em sua página, o MPT “tem capacidade de diálogo com todos os campos do partido, rompendo com o bloqueio de posições (esquerda x direita) sendo a única corrente com independência para defender firmemente nosso governo e ao mesmo tempo fazer, nos espaços adequados, a crítica às políticas que consideramos equivocadas”.⁶¹⁶

A tendência faz a crítica à burocracia e à falta de democracia das “correntes tradicionais”, ao mesmo tempo em que procura manter-se independente das alas “moderada” (direita) e “radical” (esquerda). “Discordamos tanto do ‘governismo’ acríptico do campo majoritário quanto do voluntarismo sectário da ‘esquerda’ petista... (...) O MPT não tem alinhamento automático com nenhum dos dois campos, procurando o diálogo com ambos, mantendo sua independência”, afirma a comunidade da tendência em uma rede social.⁶¹⁷ Atualmente, a tendência constitui a terceira maior força política do PT, atrás da CNB e da MP.

Os principais pontos que definem ideologicamente o MPT são: 1) a defesa do projeto original do PT, isto é, de um partido que represente os interesses da classe trabalhadora; 2) a defesa do socialismo, pois admitir que o capitalismo seja “o estágio supremo de evolução da humanidade” significaria “o fim de um partido que se reivindica “dos trabalhadores”, uma vez que o capitalismo é intrinsecamente o sistema da burguesia”; 3) a defesa da democracia para que se “ultrapasse os limites das instituições burguesas e que articule instâncias representativas com instâncias de participação direta, uma Democracia de Massas”; 4) a “intervenção unitária nos movimentos sociais”, de modo que o PT adote posições unificadas; 5) a defesa da paz, tendo em vista ser “inaceitável utilizar a violência como meio de

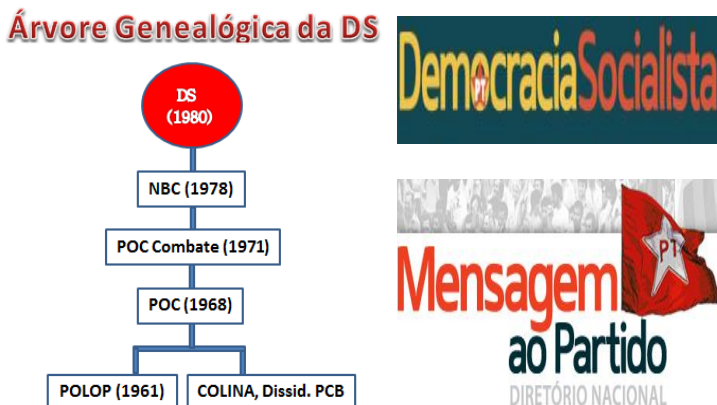
⁶¹⁶ Comunidade virtual de Movimento PT (MPT). Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-PT-443200335758852/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info, acesso em 04 de agosto de 2016.

⁶¹⁷ Ibidem.

solucionar os conflitos de qualquer natureza, inclusive os conflitos internacionais”; 6) a defesa do internacionalismo e da “solidariedade internacional”.

6.1.3 Democracia Socialista - DS (integra o campo Mensagem ao Partido - MP)

Ilustração 10



Árvore Genealógica da DS. Elaboração própria. Logomarcas da MP e DS. Disponível em: <http://democraciasocialista.org.br/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A Democracia Socialista (DS) foi formada por militantes vindos de diversas organizações que atuavam na luta armada contra a ditadura de 1964, como o Partido Operário Comunista (POC) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA). O POC foi fundado em 1968, a partir da fusão entre a Política Operária (POLOP)⁶¹⁸ e um grupo de dissidentes do PCB do Rio Grande

⁶¹⁸ A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) foi fundada em 1961 por militantes do Partido Socialista Brasileiro (PSB) do Rio de Janeiro; da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais (ligada ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB); e da Liga Socialista Independente (LSI) de São Paulo (organização inspirada em Rosa Luxemburgo, à qual pertenceu Michael Löwy), além de dissidentes do PCB provenientes de vários Estados brasileiros. A POLOP adotou o “Programa Socialista para o Brasil”, que criticava a teoria da revolução

do Sul (dentre os quais, participaram Flávio Koutzii e Marco Aurélio Garcia).⁶¹⁹

Em 1970, o POC sofreu uma cisão, levando diversos militantes a refundarem a POLOP, que havia sido duramente reprimida pela ditadura militar. Ao discordarem da via pacífica defendida pelo POC, os integrantes da nova POLOP (denominada Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária - OCML-POLOP) passaram a integrar outras organizações que se dedicavam à luta armada, como o Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR (que liderou a Guerrilha do Caparaó e posteriormente formou a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, organização na qual participou o guerrilheiro Carlos Lamarca) e a COLINA (com atuação predominante em Minas Gerais). Da fusão entre a VPR e a COLINA nasceu a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

Ainda em 1970, outro grupo de dissidentes do POC fundou o Movimento Comunista Revolucionário (MCR).⁶²⁰ Com o

por etapas, adotada, tanto pelo PCB (muito influenciado pelo Partido Comunista da URSS – PCUS) quanto pela Ação Popular – AP (organização que reunia a esquerda católica desde 1962, e que se incorporou ao PCdoB em 1971). O “Programa Socialista para o Brasil” se opunha a estratégia da “revolução por etapas”, defendida pelo PCB e PCdoB, segundo a qual, o Brasil teria que passar, inicialmente, por uma revolução democrático-burguesa, construída através de uma aliança entre a classe trabalhadora e o setor “democrático e progressista” da burguesia nacional. Diversos intelectuais consagrados participaram ativamente da POLOP, como Eric Sachs, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Emir Sader e Eder Sader. Além da influência trotskista, a POLOP recebeu influências teóricas de Bukharin, Gramsci, Rosa Luxemburgo, Brandler e Talheimer – heterogeneidade ideológica que a diferenciava tanto das organizações influenciadas pela diretriz soviética, quanto das organizações propriamente trotskistas. Fontes: ALMEIDA e PILLA. Angela Mendes e Maria Regina. Partido Operário Comunista – POC. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=363&m=15>, acesso em 07 de agosto de 2016. DEMIER, Felipe. Breves notas Sobre a Organização Revolucionaria Marxista, a POLOP. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=839>, acesso em 08 de agosto de 2016.

⁶¹⁹ DEMIER, Felipe. Breves notas Sobre a Organização Revolucionaria Marxista, a POLOP. Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=839>, acesso em 08 de agosto de 2016.

⁶²⁰ ALMEIDA e PILLA, op. cit.

endurecimento do regime militar, diversos militantes do POC foram presos, torturados e mortos. A Organização continuou a funcionar no exílio, de onde passou a editar a revista Combate e adotar o nome POC-Combate. Em 1971, a POC-Combate passou a integrar o Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI)⁶²¹, cujo maior expoente foi o economista belga Ernest Mandel. Em 1978, a organização passou a se chamar Núcleo Combate Brasileiro (NCB) e, no ano seguinte, fez parte do movimento pela construção do PT.⁶²²

Em 1980, o NBC adotou o nome Democracia Socialista (DS). Em 1981, a Organização Revolucionária Trotskista (ORT), que havia rompido com a Convergência Socialista⁶²³, unificou-se a DS, que foi rebatizada para Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista (ORM-DS). Em 1982 a ORM-DS fundiu-se com uma dissidência da Organização Socialista Internacionalista (OSI⁶²⁴), o Comitê de Ligação dos Trotskistas

⁶²¹ O SU-QI surge em 1963, dez anos depois da cisão ocorrida na Quarta Internacional, organização fundada em 1938, por seguidores de Leon Trotsky. A cisão teria sido motivada pela tática conhecida por “entrismo sui generis”, adotada pelo dirigente da Internacional Michel Pablo, que teria desagradado diversas lideranças da organização, dentre as quais Pierre Lambert e Nahuel Moreno. A tática consistia em participar dos Partidos Comunistas e Socialistas para influenciar as direções partidárias e adquirir maior capacidade de influência de massas. Disponível em: <http://internationalviewpoint.org/spip.php?rubrique12>, acesso em 20 de outubro de 2015.

⁶²¹ Foram as grandes manifestações acompanhadas de uma greve geral que aglutinou amplos setores da sociedade francesa, em especial, os estudantes. Por conta dos protestos e da grande repercussão mundial, o general de Gaulle dissolveu a Assembleia Nacional e marcou eleições parlamentares para 23 de Junho de 1968. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/maio68.pdf>, acesso em 15 de outubro de 2015. acesso em 15 de outubro de 2015.

⁶²² ANGELO, Vitor Amorim de. A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>, acesso em 08 de agosto de 2016.

⁶²³ A Convergência Socialista (tendência trotskista de orientação morenista - referência a Nahuel Moreno) foi criada pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e atuou como tendência interna do PT até ser expulsa em 1991.

⁶²⁴ A Organização Socialista Internacionalista - OSI (ligada a Quarta Internacional/Comitê Internacional - QI/CI) surgiu em 1976, a partir da

Brasileiros (CLTB). Em 1986, a DS se tornou oficialmente uma tendência petista.⁶²⁵ Pont fala das origens da DS e dos vínculos ideológicos com diversas organizações políticas trotskistas:

Somos uma corrente marxista, anti-stalinista, herdeira de uma rica experiência da esquerda brasileira dos anos 60: as dissidências do PCB, a ORM-POLOP e do POC. Ao longo de vários anos tivemos uma relação mais permanente com o Secretariado Unificado da 4º Internacional, através de LCR francesa e de outras seções europeias da 4ª Internacional. Antes mesmo desses contatos tínhamos uma referência forte nas obras de Trotsky e de Ernest Mandel, e de outros dirigentes da LCR como Daniel Bensaïd, Michael Lowy.⁶²⁶

Diversas organizações operárias e estudantis também contribuíram com a construção da tendência. Grupos de Estudantes dos Estados de Minas Gerais (Centelha) e Rio Grande do Sul (Peleia), trabalhadores da educação, bancários e metalúrgicos, formaram os principais segmentos que incorporaram a DS. Durante 25 anos a DS publicou o jornal *Em Tempo*, que já existia antes da fundação do PT. Mais recentemente, o jornal foi substituído por uma revista intitulada *Democracia Socialista*. Além da revista, a tendência mantém um portal na Internet para divulgação de notícias e contribuição para o debate teórico. Pont explica a importância que teve o jornal *Em Tempo* para a constituição da ORM-DS e para a sua inserção enquanto tendência interna do PT:

fusão entre a Organização de Combate 1º de Maio (OC-1º de Maio) e a Organização Marxista Brasileira (OMB). “A Esquerda Marxista do PT ou o Samba do Crioulo Doido”. Disponível em: <http://www.alertatotal.net/2015/09/a-esquerda-marxista-do-pt-ou-o-samba-do.html>, acesso em 12 de agosto de 2016.

⁶²⁵ ANGELO, Vitor Amorim de. A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>, acesso em 08 de agosto de 2016.

⁶²⁶ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

A DS nasceu dentro de um projeto de imprensa alternativa ainda nos anos 70. O Em Tempo era um projeto de termos um periódico nacional que aglutinasse militantes, jornalistas, intelectuais que defendiam uma imprensa socialista, que colocasse naquele momento de crise da ditadura (1977/1978) um ponto de vista classista, socialista, frente a conjuntura. Grupos regionais que estavam no Jornal Movimento saíram para organizar o em Tempo com essa característica. Outros grupos regionais agregaram-se ao projeto. Com o surgimento do Movimento Pró-PT e da reorganização partidária no Brasil, por razões também de sustentação administrativa do jornal, a frente foi desfeita. (...) Portanto, somos anteriores ao lançamento do PT... (...) Mas já estávamos engajados na construção do partido e o em Tempo foi um dos periódicos da esquerda que mais defendeu o projeto PT. No meio do caminho organizamos a DS, a ORM-DS. O Em Tempo passou a ser mais um porta voz da corrente e quando nasceu o PT nos transformamos em uma das tendências internas. Essa era uma das novidades orgânicas do PT, o direito de tendência e a proporcionalidade nas direções.⁶²⁷

Entre as iniciativas e lutas históricas travadas pela DS, Pont cita a defesa do direito às tendências internas no PT, a defesa da proporcionalidade para as direções eleitas do partido, a defesa de cotas de gênero e etnia, a defesa de direitos homoafetivos, as discussões sobre o socialismo e a defesa da democracia participativa. Atualmente a tendência possui expressão no movimento sindical (participa da CUT através da Corrente Sindical Democrática – CSD) e em outros movimentos sociais, como feministas, LGBT, antirracistas e estudantis. Organizada em torno de um movimento chamado Kizomba, a DS é a segunda força política da União Nacional dos Estudantes

⁶²⁷ Ibidem.

(UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), depois do PCdoB, que através da juventude ligada ao partido (União da Juventude Socialista - UJS) quase sempre forma aliança com a CNB. A inserção da DS nos movimentos sociais também é uma estratégia para eleger representantes, explica Pont: “estamos presentes e orientamos os militantes da tendência a estarem presentes e atuantes nos movimentos sociais... (...) Da mesma forma a tendência procura, através desses movimentos, eleger vereadores, deputados, prefeitos e cujos mandatos mantenham estreita relação com esses movimentos”⁶²⁸. Dentre as principais lideranças da tendência destacam-se: Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre), Ana Júlia Capeba (ex-governadora do Pará), Luizianne Lins (ex-prefeita de Fortaleza); os ex-ministros Miguel Rosseto, Guilherme Cassel, Afonso Florence, Pepe Varga; os deputados Dr. Rosinha - PR, Gilmar Machado - MG, Francisco Praciano - AM, Eudes Xavier - CE, Claudio Puty - PA, Amauri Teixeira - BA, Afonso Florence - BA; o senador Walter Pinheiro - BA.

A DS passou por uma grande mudança entre 2003 e 2005, quando uma parte importante de seus militantes abandonou o PT para ingressar no PSOL. No final de 2003, a então senadora Heloísa Helena (que integrava a DS), juntamente com outros parlamentares de outras tendências, foram expulsos pelo Diretório Nacional do PT por votar contra a Reforma da Previdência. Neste mesmo período, a DS se desvinculou do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI), em decorrência das críticas feitas pela organização trotskista aos governos petistas. Depois disso, as relações com o trotskismo continuaram de maneira “apenas esporádica”, explica Pont.⁶²⁹

A partir de 2005, a DS apresentou um projeto mais amplo para concorrer às eleições do PT, passando a aglutinar diversos setores do partido no campo Mensagem ao Partido (MP). Em 2005, Tarso Genro abandonou o Campo Majoritário (atual CNB) para compor o campo MP, após denúncias de corrupção envolvendo José Dirceu (crise do Mensalão). No mesmo ano, a MP recebeu a adesão das tendências regionais Alternativa Socialista – AS (MG) e Movimento Socialista – MS (SC), além de diversas personalidades como Paul Singer, José Eduardo

⁶²⁸ Ibidem.

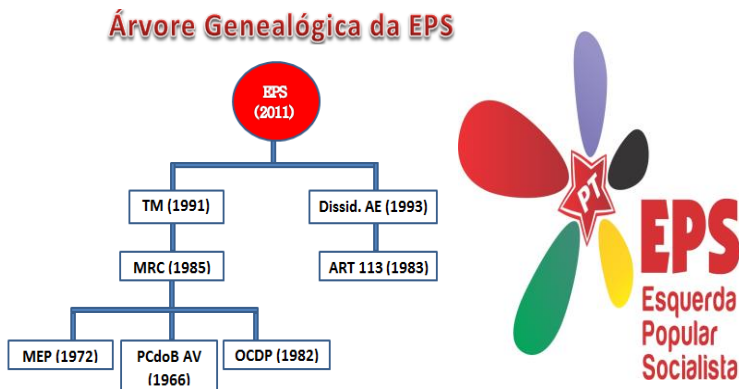
⁶²⁹ Ibidem.

Cardoso, Fernando Haddad, Elói Pietá, Eduardo Suplicy e Marcelo Deda. Através do campo Mensagem ao Partido, a DS substituiu a tese da Quarta Internacional “internacionalismo revolucionário” pela tese da “revolução democrática”, centrada na gestão pública e numa proposta de governabilidade à esquerda da que vem sendo adotada pela CNB. A Mensagem ao Partido posicionou-se criticamente em relação à indicação de Joaquim Levy para o ministério da Fazenda durante o segundo governo Dilma e à política de alianças com o PMDB - partido que estaria dificultando a revolução democrática (reforma política, democratização dos meios de comunicação e adoção de mecanismos de participação popular, como consultas, plebiscitos e referendos, entre outras).⁶³⁰

Situado ao centro (talvez centro-esquerda) do espectro ideológico do PT, o campo Mensagem ao Partido (hegemonizado pela DS) corresponde atualmente a segunda maior força política, perdendo apenas para o campo Partido que Muda o Brasil (hegemonizado pela CNB), que representa a direita petista.

6.1.4 Esquerda Popular Socialista – EPS

Ilustração 11



Árvore Genealógica da EPS. Elaboração própria. Logomarca da EPS. Disponível em: <https://murilopohl.files.wordpress.com/2013/03/logo-eps-finalissima-degradee.jpg>, acesso em 11 de novembro de 2016.

⁶³⁰

A Esquerda Popular Socialista (EPS) é uma tendência recente, fundada em 2011, a partir da fusão da Tendência Marxista (TM) com um grupo de militantes que romperam com a Articulação de Esquerda (AE). As origens da TM remontam ao Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Surgido em 1985, o MCR foi formado após a união de três organizações: Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP)⁶³¹, Partido Comunista do Brasil - Ala Vermelha (PCdoB-AV)⁶³² e Organização Comunista Democrática Proletária (OCDP)⁶³³.

O MCR participou do PT com o propósito de construir um partido revolucionário, juntamente com outras organizações que

⁶³¹ O Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP) foi fundado em 1972, a partir da unificação de militantes da Fração da Política Operária (PO) com o Partido Operário Comunista (POC). A linha política adotada pelo MEP era semelhante a da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), com críticas ao doutrinário, ao vanguardismo e ao democrático. Movimento pela Emancipação do Proletariado – MEP. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-pela-emancipacao-do-proletariado-mep>, acesso em 10 de agosto de 2016.

⁶³² O PCdoB-AV e o Partido Revolucionário Comunista (PRC) foram as duas cisões ocorridas no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1966. Ambas as organizações eram constituídas por militantes das Ligas Camponesas e do movimento estudantil. O PCdoB-AV chegou a participar da luta armada através da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Nos anos 1980, estas organizações passaram a integrar o PT, sendo que militantes do PCdoB-AV migraram para a Força Socialista (hoje APS, no PSOL) e Tendência Marxista (cuja maioria encontra-se na EPS). Já a militância do PRC contribuiu para a construção da extinta tendência Nova Esquerda (NE). Dentre as principais lideranças do PRC constam: Adelmo Genro Filho, Tarso Genro e José Genoíno. Ala Vermelha. Disponível em: <http://paulistapoeta.blogspot.com.br/2011/10/ala-vermelha.html>, acesso em 11 de agosto de 2016.

⁶³³ A Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) foi uma organização marxista-leninista que atuou entre 1982 e 1985. A OCDP foi formada a partir da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), quando esta organização aderiu à construção do PT. Já a APML, por sua vez, é proveniente da Ação Popular - AP.

defendiam a revolução socialista, como a DS (que nos anos 1980 se situava mais à esquerda) e o PRC (dissidência do PCdoB). Em 1986, Ivan Valente e Edmilson Rodrigues, então militantes do MCR (hoje no PSOL), foram eleitos Deputados Estaduais Constituintes, respectivamente, nos Estados de São Paulo e Pará. Em 1989, a maior parte do MCR passou a constituir a tendência Força Socialista (FS).⁶³⁴ Em 1991, militantes que ainda atuavam no MRC se unificaram com a organização trotskista O Trabalho na Luta pelo Socialismo (OT-LPS⁶³⁵) para construir o Movimento por uma Tendência Marxista (MTM), que daria origem a Tendência Marxista (TM).

Em 2005, quatorze anos após a sua fundação, a TM sofreu uma cisão, quando um grupo se retirou do PT para criar a Refundação Comunista (RC)⁶³⁶, que atualmente possui filiação democrática⁶³⁷ no PSOL. Em 2011, a TM se unificou com o grupo dissidente da AE para formar a EPS.

⁶³⁴ Insatisfeita com os rumos trilhados pelo PT após a Reforma da Previdência em 2003 e o “escândalo do Mensalão” em 2005, a Força Socialista (que já havia mudado sua designação para Ação Popular Socialista – APS) retirou-se do PT para ingressar no PSOL.

⁶³⁵ A origem da organização O Trabalho na Luta pelo Socialismo (OT-LPS) remete a Organização Comunista Internacionalista (OSI), vinculada a Pierre Lambert. A Esquerda Marxista do PT ou o Samba do Crioulo Doido. Disponível em: <http://www.alertatotal.net/2015/09/a-esquerda-marxista-do-pt-ou-o-samba-do.html>, acesso em 13 de agosto de 2016.

⁶³⁶ A Refundação Comunista foi fundada em 2005, a partir do Conselho Nacional de Reorganização Comunista (CONARC). A origem da RC remete ao antigo Partido Revolucionário Comunista (PRC) e, mais recentemente a Tendência Marxista (TM).

⁶³⁷ A filiação democrática é conferida às organizações e partidos políticos que não estão registrados no TSE ou que pretendem se transformar em partidos. Diferentemente das tendências internas do PSOL, estes partidos ou organizações podem lançar candidaturas para concorrer às eleições e obter mandatos, mas não participam dos congressos nem têm poder de decisão sobre o partido. As organizações que possuem filiação democrática no PSOL são: Esquerda Marxista (EM), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP), Refundação Comunista (RC), Raiz Movimento Cidadanista (RAiZ), Movimento Revolucionário de Trabalhadores (MRT), Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em <http://www.psol50.org.br/>, acesso em 31 de agosto de 2016.

A EPS está organizada em dezessete Estados brasileiros e tem por princípios a democracia participativa e a atuação junto aos movimentos sociais nas lutas contra o machismo, a homofobia, o racismo e outras formas de discriminação. Em sua fundação, a tendência contou com o apoio de militantes de diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Consulta Popular, o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC/Via Campesina), movimentos feministas, LGBT, ambientalistas, além de representantes da CUT, UNE, UBES, CONAM, CONEM, CEN.⁶³⁸ Vejamos a seguir um fragmento da entrevista com Fritsch, um dos fundadores da EPS:

A tendência foi fundada porque nós tivemos necessidade de retomar o caminho do fortalecimento dos movimentos sociais, sejam urbanos, sejam rurais. (...) o nosso foco é o resgate da participação do PT nas lutas sociais. Reunimos pessoas que tem várias experiências de luta, como os estudantes e o movimento LGBT, que é uma realidade mais nova no PT. É mais um espaço de reunião, de discussão, de encontro, do que de grandes elaborações. É para trazer novamente para dentro do PT o movimento social...⁶³⁹

Ideologicamente a EPS se define como marxista e “tem como compromisso disputar os rumos do PT para que ele se estabeleça como um partido capaz de aprofundar e radicalizar a disputa pela hegemonia política, econômica e cultural, impulsionando as lutas, constituindo massa crítica e mobilizando a sociedade dentro da perspectiva posta pela agenda dos movimentos sociais e sindical”, afirma a página da juventude da tendência na Internet. Evidentemente, há uma identificação entre

⁶³⁸ Democracia Socialista. PT ganha nova tendência: Esquerda Popular e Socialista. Disponível em: <http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/noticias/item?id=144018>, acesso em 11 de agosto de 2016.

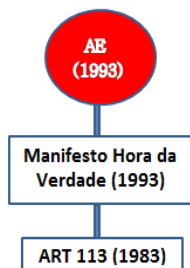
⁶³⁹ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

a proposta política da tendência e o conceito gramsciano de hegemonia. A tendência considera a disputa de hegemonia indispensável para que sejam desencadeadas as reformas que levem a construção do socialismo. Portanto, a EPS defende uma espécie de “movimento de pinça”, no qual, a atuação política aconteça tanto na frente das lutas sociais quanto na frente institucional, visando transformar a força social em força partidária e ocupar os espaços institucionais. Nesse sentido, a EPS tem muitas semelhanças com a DS. Algumas lideranças nacionais da tendência são: Renata Rossi, Angélica Fernandes, José Fritsch, Julia Feitosa, Luciana Mandeli e Mauro Rubem, Ivan Alex, Shakespeare Martins, Tânia Slongo e Valmir Assunção.⁶⁴⁰

6.1.5 Articulação de Esquerda – AE

Ilustração 12

Árvore Genealógica da AE



Árvore Genealógica da AE. Elaboração própria. Logomarca da AE. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A Articulação de Esquerda (AE) foi fundada em 18 e 19 de setembro de 1993, após o lançamento do Manifesto Hora da Verdade, que culminou com um racha na ART. Lançado em 04 de fevereiro de 1993, o Manifesto criticou os rumos adotados pelo

⁶⁴⁰ Nasce a Esquerda Popular Socialista, nova corrente interna do PT. Disponível em: http://jepsc.blogspot.com.br/2012/03/nasce-esquerda-popular-socialista-nova_29.html, acesso em 11 de agosto de 2016.

PT, que teria rompido com o projeto de sociedade socialista e se rendido momentaneamente a “agenda da modernidade importada pelos neoliberais tupiniquins”⁶⁴¹. Segundo o texto, o PT corria o risco, já na primeira metade dos anos 1990, de se transformar num partido da ordem, tal como ocorreu com diversos partidos de origem operária e popular após a derrocada do socialismo do Leste Europeu. O documento também criticou a falta de democracia interna, a burocratização, o distanciamento entre a direção e as bases partidárias, a redução da importância dos núcleos de base e o eleitoralismo. O Manifesto dirigiu-se especificamente aos setores moderados do PT, que defendiam que a sociedade fosse governada a partir de uma ampla coalisão de forças políticas, utilizando o consenso ao invés da luta de classes. Tais setores se opuseram inicialmente ao Fora Collor, depois apoiaram o governo Itamar e o parlamentarismo, ao contrário das bases petistas, que durante o plebiscito de 1993, votaram em peso a favor do presidencialismo, diz a página oficial da AE. Portanto, o Manifesto era um recado à direita petista, representada majoritariamente por integrantes da ART, mas também por setores oriundos da esquerda que haviam girado à direita no espectro partidário, como as antigas tendências Nova Esquerda (NE)⁶⁴² e Vertente Socialista (VS).⁶⁴³ O Manifesto fez duras

⁶⁴¹ Manifesto aos Petistas. 20 anos. Página 13. Edição 124 - setembro 2013. Articulação de Esquerda. Disponível em: http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/PG13_Encarte_SET_2013_Manifesto_HV_-_21_anos.pdf, acesso em 17 de agosto de 2016.

⁶⁴² A Nova Esquerda foi fundada em 1990 por ex-militantes do PRC, que desiludidos com as experiências do socialismo do Leste Europeu, romperam com a esquerda socialista e fundaram, em 1991, o Projeto Para o Brasil (PPB), que contou com o apoio de grande parte da militância da Vertente Socialista (VS). “Um Pouco da História das Tendências do PT” Em 1989, a PPS unificou-se com outras forças políticas, resultando na tendência Vertente Socialista (VS). Disponível em: <http://tiagosandes.blogspot.com.br/2008/06/um-pouco-da-histria-das-tendncias-do-pt.html>, acesso em 15 de agosto de 2016.

⁶⁴³ Manifesto aos Petistas. 20 anos. Página 13. Edição 124 - setembro 2013. Articulação de Esquerda. Disponível em: <http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp->

críticas às políticas de consenso e de coalisão. Eis um trecho do documento:

Historicamente violentas e excludentes, as classes dominantes brasileiras resistem secularmente a transformações estruturais. As mudanças que se impuseram foram conquistadas a ferro e fogo, frequentemente após as elites terem infligido derrotas aos “de baixo”. Veja-se o exemplo da Abolição da Escravatura e das leis trabalhistas de Getúlio, para ficar em apenas dois casos. Nada indica que este comportamento tenha mudado. Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por governos de coalisão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditem o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das maiorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, contra os poderosos, os exploradores. (...) O partido que nós queremos não pode ser aquele que cogita apoiar governos que o PFL também apoia.⁶⁴⁴

A AE (juntamente com as principais tendências da esquerda petista) conquistou a maioria do Diretório Nacional do PT, entre 1993 e 1995. Durante o 8^a Encontro Nacional do partido, as chapas da esquerda atingiram, pela única vez, a maioria dos cargos de direção nacional. No entanto, durante o 10^o Encontro Nacional, realizado em agosto de 1995, a chapa da Articulação, encabeçada por Zé Dirceu e apoiada por Lula, venceu a chapa da esquerda unificada por apenas dois votos de diferença. A vitória da Articulação aconteceu em decorrência do apoio de dirigentes

da AE, como Rui Falcão, Cândido Vaccarezza, Sílvio Pereira e outros.⁶⁴⁵

A AE passou por diversos rachas e rupturas ao longo de sua história. A partir de 1996, vários integrantes da Consulta Popular⁶⁴⁶ afastaram-se da tendência por não concordar com os rumos do partido e considerar prioritária a luta nos movimentos sociais. Em 1997, um grupo vinculado a Arlindo Chinaglia retirou-se da AE por se opor a criação do setorial sindical da tendência na CUT. Até então, a AE participava da direção cutista através da Articulação Sindical, tendência que sempre hegemonizou a CUT. Em 2002, um grupo de militantes se retirou da AE para fundar a tendência Polo Socialista (tendência com maior expressão no Estado do Rio Grande do Sul). Em 2005, após denúncias de corrupção envolvendo membros do governo Lula, vários militantes se retiraram da AE para atuar de forma apartidária ou ingressar em partidos como o PCB e o PSOL.⁶⁴⁷

Ideologicamente, a AE propõe “que o PT assuma um papel de vanguarda não somente na luta pelo governo, mas, principalmente, na luta pelo poder e, para além da luta pelo desenvolvimento, assuma a luta por reformas estruturais e pelo socialismo”, explica Almeida.⁶⁴⁸ A tendência considera que o desenvolvimento do capitalismo não irá mudar a relação de exploração em que a classe trabalhadora é submetida, por isso defende que as reformas estejam articuladas com a luta pela revolução.

A AE participou de todos os Processos de Eleições Diretas (PED) realizados até o presente, lançando teses e candidaturas próprias em 2001, 2005, 2007, 2009 e 2013. Almeida enfatiza a

⁶⁴⁵ Página 13. Página oficial da Tendência Articulação de Esquerda. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/quem-somos>, acesso em 16 de agosto de 2016.

⁶⁴⁶ Consulta Popular é um movimento social fundado em 1997, tendo sido impulsionado por diversos outros movimentos sociais, em especial o MST. A sua proposta principal “é contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil”. Consulta Popular. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/>, acesso em 02 de dezembro de 2016.

⁶⁴⁷ A Trajetória da Tendência Petista. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/02/a-trajetoria-da-tendencia-petista.html>, acesso em 03 de junho de 2016.

⁶⁴⁸ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

importância da disputa de hegemonia interna ao PT, visando fazer com que as propostas da esquerda petista (socialista) prevaleçam em relação às outras posições. Para a representante da AE, “mesmo aberto à participação de correntes socialdemocratas e social-liberais, o PT deve travar uma luta constante para que estas correntes evoluam para posições democráticas, populares e socialistas. Precisa, ainda, combater as tendências de petistas que procuram utilizar os mesmos métodos e hábitos burgueses”⁶⁴⁹.

A AE possui representação na maior parte do território brasileiro, com exceção de Roraima e Acre. Em Santa Catarina ela não está organizada, embora possua militantes.⁶⁵⁰ A militância da AE tem atuado principalmente na CUT e na UNE, além de movimentos sociais do campo, como o MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A tendência também é bem estruturada em termos de comunicação, através do portal Página 13 e da editora de mesmo nome, que edita a revista Esquerda Petista. O símbolo da AE é a foice e o martelo (símbolo do comunismo) que, colocados lado a lado na posição vertical, forma a sigla PT. Algumas das suas principais lideranças são: Adriano de Oliveira, Bruno Elias, Cândida Rossetto, Conceição Maria de Sousa, Damárci Olivi, Eliane Bandeira, Júlio Quadros, Laura Paz, Múcio Magalhães, Natália Sena, Olavo Carneiro, Pamela Kenne, Renan Brandão, Rubens Alves, Sônia Aparecida Fardin, Valter Pomar.

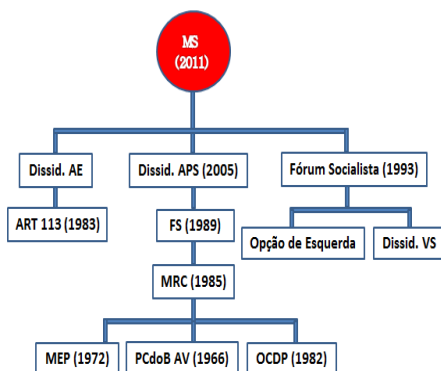
⁶⁴⁹ ALMEIDA, op. cit.

⁶⁵⁰ Página 13, op. cit.

6.1.6 Militância Socialista – MS

Ilustração 13

Árvore Genealógica da MS



Árvore Genealógica da MS. Elaboração própria. Logomarca da MS. Disponível em: <http://www.militanciasocialista.org/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A Militância Socialista (MS) é uma tendência recente, fundada em 09 de outubro de 2011, após a fusão de um grupo oriundo da AE com vários grupos regionais. Em sua página oficial a tendência se assume socialista, antineoliberal e anticapitalista: “este sistema impôs um mundo infeliz pleno de injustiças, motivos de nossa indignação e das nossas lutas por uma utopia socialista, humanista, feminista, ambientalista e internacionalista”⁶⁵¹.

A MS foi construída em decorrência de uma cisão ocorrida durante o Encontro Estadual da Articulação de Esquerda de Santa Catarina (AE-SC), em 2011. Segundo os relatos de Paludo, a cisão teria sido motivada por um desentendimento com a Direção Nacional da AE, a respeito do critério adotado pela tendência para o reconhecimento da direção estadual, que havia sido eleita no congresso da AE-SC. Após o desentendimento, o grupo que obteve a minoria no encontro decidiu se retirar da tendência para

⁶⁵¹ Manifesto de Fundação da Militância Socialista. Disponível em: <http://www.militanciasocialista.org/2015/05/17/manifesto-de-fundacao-da-ms/>, acesso em 16 de agosto de 2016.

construir a MS. Mais tarde, o grupo que obteve a maioria também acabou rompendo com a direção nacional da AE, poucos meses depois de assumir a direção da tendência em Santa Catarina. Pouco depois, este grupo veio a constituir a EPS, juntamente com a Tendência Marxista (TM), que já estava organizada em vários Estados.⁶⁵²

Além do grupo que integrava a AE em SC, participaram da construção da MS diversos grupos e lideranças de outros Estados, como o grupo de São Paulo, oriundo da Ação Popular Socialista (APS)⁶⁵³, liderado por Renato Simões; o grupo do Rio de Janeiro, também próximo da APS, liderado por Antonio de Neiva Moreira Neto; o grupo de ambientalistas do Mato Grosso, liderado por Gilney Viama; além de outros agrupamentos vindos da APS do Ceará e Pará.⁶⁵⁴ Embora a MS só tenha surgido como tendência em 2011, ela já existia como agrupamento nacional desde 2007, explica Paludo:

Formamos um bloco e disputamos a eleição [eleições internas do PT] de 2007 com Gilney Viama - candidato a presidente nacional. Em 2009, apoiamos a Articulação de Esquerda: Iriny Lopes - candidata a presidenta nacional do PT. Em 2011, formamos a tendência. De 2007 a 2011 (quatro anos) nós atuamos como um agrupamento nacional. Em 2011, resolvemos nos transformar em tendência, que passou a se chamar MS, que só tem quatro anos de vida.⁶⁵⁵

Diferentemente das organizações de esquerda influenciadas pela Terceira Internacional, que restringiam a luta socialista à luta pela emancipação do proletariado, a MS propõe que a luta pelo socialismo englobe, além das lutas trabalhistas, a luta dos grupos sociais que sofrem opressão e discriminação,

⁶⁵² PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁶⁵³ Antiga tendência Força Socialista. Atualmente a APS participa do PSOL.

⁶⁵⁴ PALUDO, op. cit.

⁶⁵⁵ *Ibidem*.

como mulheres, gays, negros, indígenas e imigrantes. Portanto, a disputa de hegemonia com as forças conservadoras e reacionárias (direita política) também seria travada nos espaços em que são feitas as lutas sociais específicas relacionadas a estes setores. Vejamos as explicações de Paludo:

Por exemplo, a nossa diferença com O Trabalho: (...) achamos que assim como reforma e revolução podem ser complementares, as disputas de classe podem ser complementadas pelas disputas setoriais e de bandeiras específicas, como por exemplo, a questão de gênero, a questão étnica, a questão ambiental, etc. Elas não são contraditórias. Tem ambientalista de direita? Tem. Como tem feminista de direita, etc. Mas estes também são campos de disputa para serem ambientalistas de esquerda, classistas, comunistas, socialistas e tal. O movimento negro, socialista, classista, ambientalista... (...) Nós somos uma tendência de esquerda, socialista, anticapitalista e defendemos essas posições dentro do PT, esse viés de classe. Mas ao mesmo tempo nós também somos uma tendência humanista, porque nós combinamos com o viés de classe a questão da diversidade. Então, por exemplo, nós temos militantes no movimento negro, nos movimentos LGBT, no movimento de mulheres, nos movimentos indígenas ou quadros identificados pela defesa das políticas indigenistas, enfim, todas essas pseudominorias...⁶⁵⁶

Em seu Manifesto de Fundação, a MS criticou os atuais rumos do PT, “a tendência atual de fazer do PT um partido da ordem”. Segundo o Manifesto, a tendência fará a “disputa de ideias de esquerda, democráticas, internacionalistas e socialistas”, conciliará “teoria e prática”, “objetivos táticos com objetivos

⁶⁵⁶ Ibidem.

estratégicos”, reconhecerá a “autonomia dos movimentos sociais”. Ideologicamente a MS se define a partir de três eixos: socialista, humanista e ambientalista.⁶⁵⁷

A influência da tendência é pouco significativa no movimento sindical em nível nacional, apesar de ser a 2ª maior força da CUT em SC. Algumas lideranças atuam na esquerda cristã, no MST e no movimento estudantil. Os meios de comunicação que a MS dispõe são virtuais (sítio na Internet, Facebook, Twitter e grupos de Whatsapp). A tendência não possui jornal impresso. Uma revista impressa é publicada a cada dois anos com as resoluções dos encontros e congressos da tendência. Outra revista é publicada com os textos referentes aos cursos de formação que são oferecidos para a militância. A tendência possui maior expressão em SC: “nós temos mais força aqui, temos deputado federal [Pedro Uczai], estadual [Luciane Carminatti], a direção do PT [presidida por Carlos Eduardo de Souza], dirigimos sindicato, temos representação nacional”, diz Paludo.⁶⁵⁸ Algumas das principais lideranças nacionais da AE são: Renato Simões, Pedro Uczai, José Roberto Paludo, Milton Mendes, Luciane Carminatti e Gilney Viama.

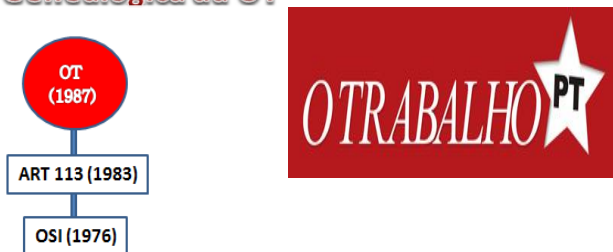
⁶⁵⁷ Manifesto de Fundação da Militância Socialista. Disponível em: <http://www.militanciasocialista.org/2015/05/17/manifesto-de-fundacao-da-ms/>, acesso em 16 de agosto de 2016.

⁶⁵⁸ PALUDO, op. cit.

6.1.7 O Trabalho – OT

Ilustração 14

Árvore Genealógica da OT



Árvore Genealógica da OT. Elaboração própria. Logomarca da OT. Disponível em: <http://www.otrabalho.org.br>, acesso em 11 de novembro de 2016.

Originária da Organização Socialista Internacionalista (OSI), de matriz trotskista-lambertista (referência ao sindicalista francês Pierre Lambert), a tendência O Trabalho (OT) é uma das mais antigas do PT. A OSI surgiu em setembro de 1976, a partir da unificação de diversas organizações trotskistas brasileiras ligadas ao Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI). Segundo Turra, a OSI tinha por finalidade “combater o stalinismo”, o “imperialismo e a socialdemocracia”, condenar a “política de colaboração de classes e o abandono do internacionalismo proletário”.⁶⁵⁹

No final dos anos 1970, a juventude da OSI (através do movimento Liberdade e Luta - Libelu) atuou na luta contra a ditadura militar e participou do processo de construção do PT. No início dos anos 1980, a OSI chegou a cogitar a sua unificação com a Convergência Socialista (CS), de inspiração trotskista-morenista (atual PSTU). No entanto, a CS não aceitou por causa do vínculo entre a OSI e a organização francesa OCI⁶⁶⁰, que apoiava o governo de François Mitterrand, na França, o que

⁶⁵⁹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁶⁶⁰ A Organização Comunista Internacionalista (OCI) foi fundada em 1965 e tem como principal referência Pierre Lambert.

acabou inviabilizando a unificação das organizações. O dirigente da tendência Júlio Turra nos passa o seguinte panorama:

Quando surgiu o PT eu era militante da Organização Socialista Internacionalista, organização trotskista, que lutava pela reconstrução da Quarta Internacional. Avaliamos o PT, num primeiro momento, de maneira duvidosa, porque já tínhamos uma central sindical independente no Brasil. A CUT foi fundada em 1983. Existíamos desde 1978, como partido operário. Em 1978 fizemos uma campanha junto com outros setores da esquerda: “nem ARENA, nem MDB, voto nulo, com o partido operário”. E, muitos dos dirigentes do PT, inclusive o Lula, nesta mesma campanha de 1978, fez campanha para o MDB. Lula em particular fez campanha para Fernando Henrique Cardoso, para senador. (...) Resolvemos entrar com tudo no PT. Jogamos um papel na legalização do partido. A OSI era conhecida popularmente como a tendência que nós animávamos, que foi a Liberdade e Luta. O pessoal falava: a Libelu jogou um papel decisivo na legalização do partido. É verdade, reunimos toda a nossa militância para legalizar o partido.⁶⁶¹

A avaliação inicial da OSI era a de que o PT era uma “articulação burguesa”. Porém, mais tarde, a OSI passou a identificar no PT a possibilidade de transformá-lo no “partido da revolução socialista”. Em 1981, a organização ingressou no PT (eram quase mil militantes, avalia Turra), adotando durante um curto período o nome Fração 4ª Internacional do PT. Mais tarde, a organização passou a se chamar O Trabalho, nome do jornal que edita desde 1º maio de 1978. A fim de influenciar diretamente o partido, a OT (que ainda não era oficialmente uma tendência) integrou a Articulação dos 113, principal agrupamento petista. “Nós buscávamos, como corrente política, integrar o bloco que

⁶⁶¹ TURRA, op. cit.

unia o PT e os sindicalistas (...), que era a famosa Articulação dos 113. Trabalhávamos em conjunto com eles, particularmente com Jacó Bittar, que era um cara importante, um petroleiro que havia dirigido a greve de 1983, às vésperas da fundação da CUT”, relata Turra.⁶⁶² No entanto, conforme Antônio Ozaí da Silva, a relação da OT com a Articulação dos 113 era problemática, já que na medida em que esta procurava influenciar politicamente, aquela tentava excluí-la.⁶⁶³ Vejamos o que diz Silva:

Era uma situação no mínimo interessante: de um lado, OT acreditando sinceramente que a construção do PT como partido operário independente tinha na ART a sua principal força impulsionadora, e que, portanto, era necessário compor com ela; de outro, a ART resistindo aos galanteios da OT, inclusive excluindo-o da formação de chapas nos encontros do PT.⁶⁶⁴

Em 1987 a OT sofreu a sua primeira cisão, quando a maioria de sua direção, liderada por Luis Favre, optou por se dissolver na Articulação, contrariando a minoria dirigente, que não queria dissolver-se, mas permanecer unificada, desde que pudesse continuar mantendo a sua independência política como seção brasileira da IV Internacional.⁶⁶⁵ Embora a maioria da direção tenha se diluído na Articulação, a maioria da militância da OT deu continuidade à tendência e seu jornal, aproximou-se do campo da esquerda e passou a adotar uma posição crítica em relação a principal tendência petista. Segundo a OT, a Articulação mudou a sua política ao afastar-se pouco a pouco dos movimentos populares em direção à disputa institucional e alianças com setores burgueses. No decorrer desse processo,

⁶⁶² Ibidem.

⁶⁶³ SILVA, Antônio Ozaí da. O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. Revista Espaço Acadêmico, ano I, número 01, junho – 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/001/01trotskismo.htm>, acesso em 29 de agosto de 2016.

⁶⁶⁴ Ibidem.

⁶⁶⁵ Ibidem.

várias ex-lideranças da OT foram se destacando na Articulação, relata Turra.

O [Antônio] Palocci foi militante nosso, o [Luiz] Gushiken, e outros que vieram a ocupar lugares importantes na Articulação. Ocorreu esse fenômeno. Como a gente trabalhava muito em conjunto com os 113, alguns preferiram fazer carreira nos 113. Houve uma cisão no ano de 1987, liderada por um argentino chamado [Luis] Favre, que depois ficou conhecido como marido da Marta [Suplicy]. Ele era da nossa organização e liderou uma cisão dizendo que o PT já tinha resolvido o nosso problema, porque a nossa linha era combater com um partido operário independente e com uma central sindical independente. À medida que tinha a CUT e o PT, o problema estava resolvido e não justificava a nossa existência como corrente... (...) Isso colocou um racha na corrente, a maioria [da militância] ficou conosco, mas uma boa parte de dirigentes acompanhou o Favre. E aí tiveram trajetórias meteóricas no PT, porque era gente bem formada politicamente, formada no trotskismo, gente hábil politicamente. (...) [outro exemplo é] a secretária do Lula (a Clara Ant) [que] foi militante nossa.⁶⁶⁶

Em 2007 (vinte anos depois) a OT sofreu outro racha, quando a maioria de sua direção resolveu se separar, passando a denominar-se “O Trabalho (Maioria)”, enquanto a minoria da direção permaneceu com a denominação “O Trabalho”. A OT (maioria) tentou manter-se como representante do Secretariado Internacional da Quarta Internacional (SI-QI)⁶⁶⁷. No entanto, durante o 6º Congresso Internacional da Quarta Internacional (2006), apenas a tendência OT foi reconhecida como seção

⁶⁶⁶ TURRA, op. cit.

⁶⁶⁷ A organização é também conhecida por IV Internacional (*La Verité*) ou Centro para a Reconstrução da Internacional - IV Internacional (CRI-QI).

brasileira. Após ser rechaçada pela Quarta Internacional, a OT (Maioria) converteu-se na seção brasileira da Corrente Marxista Internacional (CMI ⁶⁶⁸), dirigida pelo cientista político britânico Alan Woods. Desde o 3º Congresso Nacional do PT (2007), a OT (Maioria) passou a adotar o nome Esquerda Marxista (EM) e editar o jornal Luta de Classes.

Depois de atuar como tendência interna do PT até 2014, a EM passou a integrar o PSOL, com filiação democrática no partido. A tendência tem se destacado nas ocupações de fábricas, principalmente na cidade de Joinville-SC. Seus principais dirigentes são Serge Goulart, Adilson Mariano e José Carlos Miranda, este último é também uma das principais lideranças do Movimento Negro Socialista (MNS).

Já a tendência O Trabalho tem atuado no meio sindical, através da “CUT Independente e de Luta” (braço sindical da OT na CUT), e estudantil, através da Juventude Revolução (JR) ⁶⁶⁹, que também participa das entidades estudantis UNE e UBES. Suas principais lideranças são Marcus Sokol, Misa Boito e Júlio Turra. Em razão de sua orientação trotskista ortodoxa (a CMI é tida pelos militantes da OT como a internacional fiel à trajetória teórica e militante de Leon Trotsky), a tendência adota a perspectiva de classe como eixo central de suas lutas.

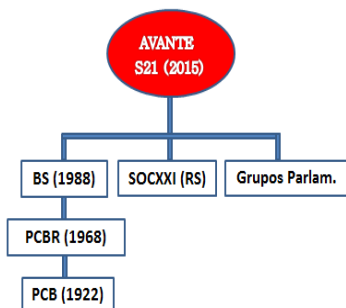
⁶⁶⁸ A CMI é uma organização internacional trotskista fundada após um racha com o Comitê por uma Internacional dos Trabalhadores (CIT), no início de 1990. A organização está presente em mais de 30 países em todo o mundo. Disponível em: <http://www.marxist.com/>, acesso em 31 de agosto de 2016.

⁶⁶⁹ A Juventude Revolução (JR) foi a principal impulsionadora do Movimento Passe Livre (MPL). Um racha da JR em Santa Catarina deu origem a Juventude Revolução Independente (JRI), cujos principais expoentes foram Marcelo Pomar, Lucas de Oliveira e Alex Marchi. Desde 2001, a JRI passou a liderar as principais lutas pelo passe livre em SC e influenciar nacionalmente.

6.1.8 Brasil Socialista – BS (atual Avante S21)

Ilustração 15

Árvore Genealógica da Avante S21



Árvore Genealógica da AS21. Elaboração própria. Logomarca da AS21. Disponível em: <https://www.facebook.com/Avante-S21-Porto-Alegre-240224992676875/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A tendência Brasil Socialista (BS) tem suas origens no antigo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968, por iniciativa de Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender, todos vindos do PCB⁶⁷⁰. Após o golpe de 1964, houve uma desavença na direção executiva do PCB, opondo, de um lado, Mário Alves e Jacob Gorender, e de outro, Luis Carlos Prestes e Giocondo Dias. O Comitê Central do PCB, liderado por Prestes, adotou uma linha centralizadora a fim de manter a coesão partidária. No entanto, o grupo liderado por Mário Alves formou um movimento no interior do PCB chamado Corrente Revolucionária, que se opôs às diretrizes políticas do Comitê Central, que estaria tolhendo a participação crítica dos

⁶⁷⁰ Seis anos antes, em 1962, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), após uma cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). “Conforme esclarece Dulce Pandolfi, “o PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando depois a ser chamado de Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961”. SILVEIRA, Éder da Silva. Memórias políticas sobre a cisão do PCB e a formação do PCBR no pré-golpe de 1964. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2015/06/jover3.pdf>, acesso em 02 de outubro de 2016.

demais membros do partido. Em 11 e 12 de abril de 1968, após a expulsão de vários membros da Corrente Revolucionária, foi fundado o PCBR. Enquanto o PCB adotava uma concepção teórica etapista⁶⁷¹ e pacifista, o PCBR via a necessidade urgente da revolução. Eis as principais resoluções aprovadas no encontro fundacional do PCBR:

- a) necessidade da participação da classe operária no processo de revolução; que o aliciamento operário para o Partido seria feito em dois estágios paralelos: primeiro - conscientização ideológica; segundo - preparação militarista, com vistas a uma revolução armada; b) necessidade da afirmação do Partido como dirigente único da classe operária; c) preparação de infraestrutura necessária à deflagração da guerrilha urbana e rural.⁶⁷²

A estratégia do PCBR incluía a participação popular nas cidades e no campo, visando à formação de um governo popular revolucionário, que seria incumbido de fazer as reformas democráticas e anti-imperialistas. A partir de 1969, o PCBR participou de diversas atividades que envolveram a luta armada, atuando principalmente nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro,

⁶⁷¹ O PCB adotava a tese da revolução por etapas, segundo a qual o Brasil deveria passar pela revolução burguesa, pois vinha de uma formação social e econômica com características feudais ou semifeudais. Portanto, os comunistas deveriam se aliar à burguesia nacional contra o imperialismo e fazer desenvolver o capitalismo. Só a partir do pleno desenvolvimento do capitalismo, o país estaria preparado para a revolução socialista. O PCB foi influenciado pela Terceira Internacional Comunista, segundo a qual, “para ocorrer a ‘Revolução Proletária’ era necessário que, em uma primeira etapa, os partidos comunistas apoiassem nos ‘países atrasados’ as ‘democracias burguesas’”. Ao mesmo tempo em que se deveria ampliar a luta contra o fascismo, tornava-se imperativo aumentar a defesa da liberdade, da paz e do socialismo, com uma política de “frentes populares” que, por sua vez, dava-se por meio da “união” com outros setores, como o da burguesia nacional. Essa “política de unificação nacional” era vista como necessária, considerando a ideia que a primeira etapa da Revolução deveria ser “progressiva e pacífica”, como diria Prestes. *Ibidem*.

⁶⁷² *Ibidem*.

São Paulo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Em 1970, com o endurecimento da repressão durante o governo Médici, as principais lideranças do PCBR foram presas (Salatiel Teixeira Rolim, Apolônio de Carvalho, Mário Alves, Miguel Batista, Jacob Gorender, Renê Carvalho, Álvaro Caldas e outros dirigentes) e o partido desarticulou-se. No mesmo ano, Mário Alves foi assassinado após várias seções de tortura. No fim dos anos 1970, o PCBR passou a atuar no movimento de fundação do PT.⁶⁷³ Nos anos 1980, militantes do PCBR fundaram a tendência Brasil Socialista.

Uma das principais lideranças da BS foi o engenheiro mecânico Bruno Maranhão. Este foi também um dos fundadores do Movimento de Libertação dos Sem Terras (MLST), dissidência do MST. Durante vários anos, o veículo de comunicação da BS foi a revista Brasil Revolucionário, que era editada pelo Instituto Mário Alves, órgão responsável pela formação política da tendência. Mais recentemente, a BS deixou de ter jornal ou revista com circulação periódica. “As dificuldades materiais nos obrigaram a abrir mão desses instrumentos”, afirma Notari.⁶⁷⁴ Para a ex-dirigente da tendência (hoje na AS21), várias lideranças e intelectuais influenciaram na formação política da militância. Vejamos um trecho da entrevista com Notari:

Dentre os clássicos, naturalmente podemos incluir os fundadores e principais intérpretes da Filosofia da Práxis. Entre os brasileiros merecem menção especial Mário Alves e Jacob Gorender, além de companheiros fundadores da tendência como Bruno Maranhão, Antônio Prestes de Paula, Paulo Farias, etc. Podemos incluir algumas das principais contribuições de Carlos Nelson, Leandro Konder entre outros, que agitaram a batalha das ideias nos anos 80 e 90.⁶⁷⁵

⁶⁷³ Ibidem.

⁶⁷⁴ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

⁶⁷⁵ Ibidem.

A BS compôs durante quase toda a sua história o campo da esquerda petista, com exceção do PED-2013, quando apoiou o candidato Rui Falcão (da tendência NR) para a Presidência do Partido. Nos dias 26 e 27 de outubro de 2015, a BS deixou de existir para ingressar em um projeto mais amplo, denominado Avante S21. A mais nova tendência do PT foi construída a partir da fusão da BS com a tendência regional Socialismo XXI (RS), juntamente com dissidentes do MPT, DS e CNB. “Segundo seus idealizadores, é preciso enfrentar problemas internos e retomar o diálogo com a esquerda e os movimentos sociais”⁶⁷⁶. A AS21, que já nasce com representação em 18 Estados brasileiros, propõe o resgate ao caráter socialista e de massas do PT.⁶⁷⁷

6.3 AS TENDÊNCIAS INTERNAS DO BE

O Regulamento do Direito de Tendência do Bloco de Esquerda (2007) estabeleceu que todas as tendências poderiam se expressar livremente e que as reuniões teriam que ocorrer de forma aberta e transparente, evitando que as mesmas contrariassem o programa e as políticas instituídas pelas instâncias decisórias do partido.⁶⁷⁸ Segundo Madeira, o “grupo de militantes constituído em tendência tinha que declarar a organização, a lista de membros, a realização das principais reuniões, os cargos eletivos, comunicar toda a produção de imprensa...”.⁶⁷⁹ Existe grande semelhança entre o regulamento de tendências do BE e o regulamento de tendências do PT, já que as normas e exigências são basicamente as mesmas. De acordo com Madeira, o Regulamento teria sido criado para que o movimento Ruptura-FER se assumisse como tendência, submetendo a todas as exigências.⁶⁸⁰

Diferentemente da militância petista, que considera as correntes e as tendências como equivalentes, o Bloco de Esquerda

⁶⁷⁶ Nova Tendência do PT quer resgatar valores da esquerda. Política Livre. Disponível em: <http://www.politicalivre.com.br/2015/10/nova-tendencia-do-pt-quer-resgatar-valores-da-esquerda/>, acesso em 06 de setembro de 2016.

⁶⁷⁷ *Ibidem*.

⁶⁷⁸ Regulamento do Direito de Tendência do Bloco de Esquerda, aprovado pela Mesa Nacional em setembro de 2007.

⁶⁷⁹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

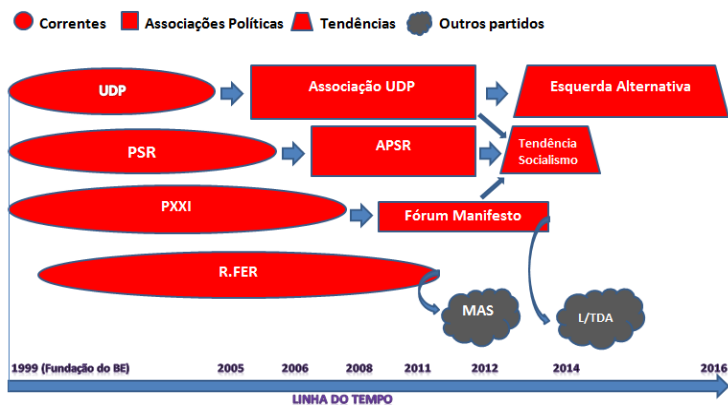
⁶⁸⁰ *Ibidem*.

faz uma nítida distinção entre estes conceitos. As correntes seriam os partidos políticos que já existiam e que se uniram para formar o BE, enquanto as tendências são subordinadas a um regulamento específico do partido e possuem menor autonomia. Cardina explica que as tendências devem ser leves na estrutura porque precisam reforçar o partido. Segundo ele, a tendência no BE não é como no Brasil (referência ao PT), “partido dentro de partido, a tendência é um espaço fluido de opinião, precário até”.⁶⁸¹

A ilustração 16 mostra a trajetória dos grupos internos do BE, desde a fundação até o ano 2016, destacando o processo de transformação das correntes em associações políticas, as rupturas que resultaram na formação de novos partidos e as tendências que surgiram durante o período.

Ilustração 16

Evolução dos grupos internos do Bloco de Esquerda



Elaboração própria.

Conforme mencionado, ao longo da história do BE existiram quatro correntes oriundas de outros partidos, sendo três delas fundadoras (UDP, PXXI e PSR) e uma que ingressou poucos meses depois (Ruptura-FER). Esta última se retirou do BE em 2011, vindo a constituir o MAS (Movimento Alternativa Socialista), partido político de inspiração trotskista/morenista.

⁶⁸¹ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

Procurando superar as diferenças internas e ampliar a unidade entre as propostas e a ação política, iniciou-se em 2005 um longo processo de dissolução das correntes. A UDP extinguiu-se em 2005, o PSR em 2006 e a Política XXI em 2008, transformando-se em associações de reflexão política, cujas propostas passaram a ser de contribuir teoricamente com o debate socialista, através da edição das revistas A Comuna (UDP), Combate (PSR) e Manifesto (PXXI). O Ruptura-FER foi à única corrente que não aderiu à dissolução.

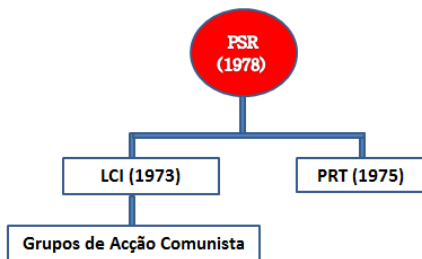
Em 2012, a maioria da Associação Política Socialista Revolucionária (APSR) e algumas lideranças da associação Fórum Manifesto (FM) criaram a Tendência Socialismo (TS). Esta tendência, cujo objetivo era incorporar pessoas de todas as correntes, foi extinta em 2013, embora nunca tenha existido formalmente no partido. No mesmo ano, a Associação UDP passou a se constituir como Esquerda Alternativa (EA) - a única tendência formalmente reconhecida no BE. Em 2014, a maioria da FM (antiga PXXI) retirou-se do BE para construir o movimento Tempo de Avançar, que se fundiu com o Partido Livre (PL), originando um novo partido denominado Livre/Tempo de Avançar (L/TDA).

Vimos que algumas correntes tiveram trajetórias erráticas, como o movimento Ruptura-FER e a maioria da PXXI, que resultaram noutros partidos. Outras, como a UDP e o PSR, dividiram-se em tendência (Esquerda Alternativa) e outros grupos (plataforma Unitária, plataforma Anticapitalista e plataforma Reinventar o Bloco). É importante destacar que as correntes fundadoras do BE vieram de longas trajetórias, marcadas por fusões e rupturas com diversas organizações de variadas vertentes ideológicas, como a marxista-leninista, a maoísta e a trotskista. Muitas destas organizações atuaram na luta armada contra a ditadura salazarista. Todos os grupos que se formaram no BE têm suas origens nestas correntes, que, embora tenham deixado de existir formalmente, influenciaram e muitas continuam a influenciar informalmente a vida do partido.

6.2.1 O Partido Socialista Revolucionário – PSR

Ilustração 17

Árvore Genealógica do PSR



Árvore Genealógica do PSR. Elaboração própria. Logomarca do PSR. Disponível em: <http://www.wikiwand.com>, acesso em 11 de novembro de 2016.

Em 1978, ocorreu a fusão da Liga Comunista Internacionalista (LCI) com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), originando o Partido Socialista Revolucionário (PSR). A LCI foi fundada em 1973, a partir da fusão de três Grupos de Acção Comunista provenientes das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra. Esta organização pertencia à seção portuguesa do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI), de influência trotskista-mandelista. Segundo Carujo, a LCI foi fortemente influenciada pelos acontecimentos políticos de maio de 1968.⁶⁸² A onda de protestos e greve geral na França teria contribuído para que intelectuais e estudantes portugueses fundassem um partido de plataforma marxista, com críticas às experiências do Leste Europeu.

O PRT foi um partido trotskista, fundado em fevereiro de 1975, identificado como “morenista” (referência ao líder político argentino Nahuel Moreno). Em 1979 aconteceu uma cisão entre a

⁶⁸² Foram as grandes manifestações acompanhadas de uma greve geral que aglutinou amplos setores da sociedade francesa, em especial, os estudantes. Por conta dos protestos e da grande repercussão mundial, o general de Gaulle dissolveu a Assembleia Nacional e marcou eleições parlamentares para 23 de Junho de 1968. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/maio68.pdf>, acesso em 15 de outubro de 2015. acesso em 15 de outubro de 2015.

Fração Bolchevique morenista (que em 1982, veio a constituir a Liga Internacional dos Trabalhadores da Quarta Internacional – LIT-QI ⁶⁸³, juntamente com outras organizações ⁶⁸⁴) e o SU-QI, liderado por Ernest Mandel ⁶⁸⁵, que levou a maioria dos membros oriundos do antigo PRT a abandonar o PSR e criar, em 1983, a Liga Socialista dos Trabalhadores (LST). ⁶⁸⁶ Carujo fala da relação entre o PSR e o FER:

O PSR era a seção portuguesa do Secretariado Unificado da Quarta Internacional. Depois, unifica-se com o [Ruptura] FER. O PSR muda de nome (antes era Liga Comunista Internacionalista) num processo de

⁶⁸³ A LIT-QI foi fundada por Nahuel Moreno em 1982, após divergências com o SU-QI, liderado por Ernest Mandel. Um Breve Esboço da História da LIT-QI. Disponível em: <http://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>, acesso em 20 de outubro de 2015.

⁶⁸⁴ Teses de Fundação da LIT-QI. (Conferência de Fundação). A Necessidade de Construir uma Direção e uma Organização Internacional. Disponível em: <https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mfn=7131>, acesso em 16 de outubro de 2015.

⁶⁸⁵ A divergência entre Moreno e Mandel no final da década de 1970, estaria relacionada ao sandinismo e a revolução nicaraguense. Os morenistas criaram uma brigada denominada brigada Simon Bolívar que se uniu aos sandinistas na luta revolucionária. Porém, algumas brigadas formaram sindicatos independentes do movimento sandinista, o que levou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) a exigir o desarmamento das brigadas. Mandel apoiou o desarmamento das brigadas ou a sua incorporação à FSLN, o que não foi acatado pelos brigadistas morenistas. Em resposta, Moreno retirou-se do Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI) para aproximar-se de Pierre Lambert - união que se desfez em 1981, após o apoio deste ao governo de François Mitterand na França. Em 1982, Moreno fundou a Liga Internacional dos Trabalhadores da Quarta Internacional – LIT-QI. Algumas reflexões sobre o morenismo. Disponível em: http://litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2934:algumas-reflexoes-sobre-o-morenismo, acesso em 16 de outubro de 2015.

⁶⁸⁶ Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/>, acesso em 15 de outubro de 2015.

unificação com os morenistas que dura menos de um ano. Portanto, juntam-se os dois e criam o Partido Socialista Revolucionário, depois saem por uma questão internacional qualquer... Acho que era sobre luta armada. As coisas que não tinham nada a ver com Portugal fazem com que saem.⁶⁸⁷

Carujo explica que os intelectuais Michel Lowy e Daniel Bensaïd teriam contribuído para a fundação da LCI em Portugal e, mais tarde, do PSR.⁶⁸⁸ Ainda hoje, estes intelectuais são muito estudados pelos ex-integrantes do PSR no Bloco de Esquerda. Dentre as principais lideranças históricas do PSR destacam-se: Francisco Louçã, Cabral Fernandes, Alfredo Frade, Helena Lopes da Silva, Heitor de Sousa e José Falcão.⁶⁸⁹

As organizações que deram origem ao PSR concorreram às eleições em 1975 (LCI para a Assembleia Constituinte) e 1976 (LCI e PRT para as eleições Legislativas e Autárquicas), mas não conseguiram eleger representante. O PSR também disputou diversas eleições antes da fundação do BE. Entre 1979 e 1995, o partido concorreu sete vezes às eleições legislativas (em 1983, em coligação com a UDP), mas também não conseguiu eleger representante. Em 1987, o PSR participou das eleições para o Parlamento Europeu, através de listas de candidatos independentes, novamente sem eleger representante. Na década seguinte, partido conseguiu eleger três deputados municipais em 1993 e um em 1997. Em 1998, participou do processo de formação do Bloco de Esquerda.⁶⁹⁰

O PSR foi extinto enquanto partido político em 2006, e enquanto associação política (APRS) em 2013, durante o seu XIX Congresso. De acordo com a resolução aprovada naquele Congresso, o partido procurou ao longo de seus quarenta anos

⁶⁸⁷ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁶⁸⁸ Ibidem.

⁶⁸⁹ Edições Combate. Disponível em: <http://combate.info/index.php/arquivo/cronologia>, acesso em 08 de outubro de 2015.

⁶⁹⁰ CNE - Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <http://eleicoes.cne.pt>, acesso em 15 de outubro de 2015.

promover convergências anticapitalistas, opondo-se, “em nome da democracia, às práticas estalinistas no movimento sindical e social”.⁶⁹¹ Cardina destaca que o PSR era uma organização trotskista atípica, por ser muito aberta aos direitos das “minorias” e receber influência de Rosa Luxemburgo. Vejamos um trecho de sua entrevista:

(...) o PSR tinha uma forte carga de luta antirracista e antihomofóbica. O PSR, nos anos 1980, organizou o primeiro grupo de trabalho sobre a questão sexual. Houve a legislação (do Bloco) aprovada sobre a descriminalização do uso de drogas. O PSR era de certo trotskismo [aberto] à confluência de outras influências teóricas e políticas, de outras práticas culturais e contraculturais.⁶⁹²

Historicamente o PSR teve grande afinidade com a tendência Democracia Socialista (DS), do PT, pelo fato de ambas terem raízes trotskista-mandelistas, tendo pertencido à organização SU-QI. Após a DS ter se desvinculado desta organização, as relações de proximidade ideológica do PSR passaram a ser mais intensas com o PSOL. Madeira acredita que a dissolução do PSR teria favorecido as relações com o PSOL.⁶⁹³ Costa explica que as diferenças entre as correntes fundadoras do BE se espelhavam nas relações privilegiadas que elas mantinham com as correntes do Brasil: o PSR com a DS do PT, a UDP com o PCdoB, e a PXXI com “gente vinda do Partido Comunista Brasileiro e membros do PT oriundos do partido comunista”.⁶⁹⁴

⁶⁹¹ Juntar Forças na Corrente ‘Socialismo’ - Resolução Aprovada no XIX Congresso da APSR. Disponível em: <http://combate.info/media/resolXIXcongresso.pdf>, acesso em 08 de outubro de 2015.

⁶⁹² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁶⁹³ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

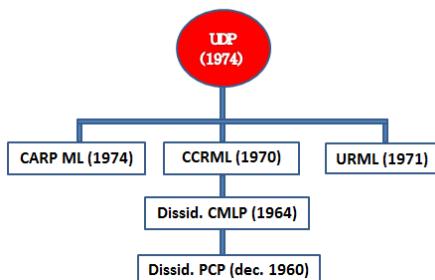
⁶⁹⁴ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

Carujo explica que a votação para a dissolução da APSR não aconteceu de forma unânime, pois houve aqueles que queriam que a organização continuasse como espaço de discussão e como organização política identificada com a Quarta Internacional. Após a extinção da APSR, a maioria dos seus militantes passou a constituir a Tendência Socialismo, enquanto a minoria foi para um grupo político chamado Plataforma Anticapitalista.⁶⁹⁵ A partir de 2013 a Tendência Socialismo foi extinta, embora nunca tenha existido oficialmente. Atualmente, a maior parte dos antigos militantes do PSR e praticamente a totalidade dos militantes da Tendência Socialismo participam da Plataforma Unitária.

6.2.2 A União Democrática Popular – UDP

Ilustração 18

Árvore Genealógica da UDP



Árvore Genealógica da UDP. Elaboração própria. Logomarca da UDP. Disponível em: <http://hist9alfandega.blogspot.com.br>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A UDP tem suas origens em uma cisão do Partido Comunista Português (PCP), durante a década de 1960. Martins Rodrigues, então quadro dirigente do PCP, apoiava as críticas chinesas à União Soviética, criticava a posição do partido em

⁶⁹⁵ PSR aprova extinção e adesão a nova corrente política do BE. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/psr-aprova-extincao-e-adesao-a-nova-corrente-politica-do-be-1589082>, acesso em 13 de outubro de 2015.

relação à guerra colonial e defendia a passagem à luta armada. Após divergir da direção PCP, Rodrigues participou da fundação do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) e da Frente de Ação Popular (FAP), ambos em 1964.⁶⁹⁶ Segundo Madeira, a UDP também foi influenciada pela esquerda católica, que atuava principalmente no Movimento Esquerda Socialista (MES) e nas Brigadas Revolucionárias (BR). Estas últimas, em 1973, vieram a constituir o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), de inspiração guevarista. Para Madeira, a revolução de 25 de abril teria contribuído para a expansão das organizações marxistas e maoístas que faziam críticas ao modelo stalinista de partido, embora muitas ainda fossem influenciadas pela prática stalinista.⁶⁹⁷

A UDP foi fundada em 16 de dezembro de 1974, após a fusão de três grupos marxista-leninistas: os Comitês Comunistas Revolucionários Marxista-Leninistas (CCRML), a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML) e o Comitê de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (CARP-ML). Os CCRML foram criados em 1970, após uma ruptura com o Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP), que foi a primeira organização maoísta portuguesa, fundada em 1964.⁶⁹⁸ A URML foi fundada em 1971 e acabou se associando a grupos trotskistas após a ditadura salazarista. O CARP-ML foi criado em 1974, pouco antes da unificação das três organizações que resultaram na UDP.⁶⁹⁹

Após a Revolução dos Cravos a UDP passou a integrar a frente de massas do Partido Comunista Português - Reconstruído

⁶⁹⁶ Da cisão no PCP à dissolução no Bloco. Disponível em: http://www.dn.pt/arquivo/interior/da_cisao_no_pcp_a_dissolucao_no_bloco_614377.html, acesso em 14 de outubro de 2015.

⁶⁹⁷ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁶⁹⁸ O CMLP tinha como principal liderança Francisco Martins Rodrigues, ex-dirigente do PCP. Depois das críticas de João Bernardo ao caráter revolucionário do CMLP, foram criados os CCRML. “Comitês comunistas revolucionários” (CCR) – Portugal. Disponível em: http://www.bdic.fr/pdf/comites_comunistas_revolucionarios%20_CCR_%20Joao_Fernando_dec.pdf, acesso em 14 de outubro de 2015.

⁶⁹⁹ 1969 – Revolução Ressaca. Disponível em: <http://1969revolucaoressaca.blogspot.com.br/p/organizacoes-e-outros.html>, acesso em 14 de outubro de 2015.

(PCP-R)⁷⁰⁰, para poder concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de abril de 1975. Naquele ano, o PCP-R elegeu o deputado Américo Duarte.⁷⁰¹ Em 1992, o PCP-R transformou-se na associação "Comunistas pela Democracia e Progresso". Mais tarde, esta associação daria origem à UDP. Costa relata que diversos grupos maoístas e marxista-leninistas aderiram à UDP, que antes tinha caráter de frente e, com a extinção do PCP-R, transformou-se em partido.⁷⁰²

Ideologicamente, a UDP tinha um pendor fortemente maoísta: ela era adepta da "linha de massas", pró-chinesa. Depois, a organização tornou-se pró-albanesa. Porém, há muito anos a UDP fez uma releitura a respeito das experiências do "socialismo real", abandonando gradualmente o maoísmo e a identificação com a experiência da Albânia. Vejamos os relatos de Madeira e Fazenda sobre as mudanças ideológicas da UDP:

A UDP procede (talvez, mais até do que o PSR - temos que reconhecer isso) a uma revisão muito grande de todos aqueles referenciais teóricos. Primeiro, a questão do maoísmo e da Albânia, depois a questão do Stalin, depois aquela noção de vanguarda, ficam um pouco com a questão leninista de partido. (...) Eles fizeram um trabalho teórico grande que os levou à dissolução do PCP-R, desde o final dos anos 1980... (...) dissolver um partido e

⁷⁰⁰ O PCP-R funcionava como uma grande frente de partidos de extrema esquerda para concorrer às eleições após a ditadura salazarista. Fundado em 1975, o partido foi constituído por três organizações: o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), fundado em 1964, a Organização para a Reconstrução do Partido Comunista - Marxista-Leninista (ORPC-ML), fundada em 1975, e a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa (OCMLP), fundada em 1973. "Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa". Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ocmlp>, acesso em 14 de outubro de 2015.

⁷⁰¹ MESQUITA, João. Era uma vez a revolução. Disponível em: <http://canhotices.blogspot.com.br/2006/11/para-esquerda-moderna-um-pouco-de.html>, acesso em 21 de outubro de 2015.

⁷⁰² COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

depois transformá-la numa organização que era “Comunistas pela Democracia e Progresso”, isto é do ponto de vista teórico uma coisa quase que estranhíssima. De fato, eles fizeram esse percurso.⁷⁰³

Na minha organização [UDP], vinte anos antes, dávamos vivas à China e deixamos disso. Portanto, hoje, quem dá viva à China em Portugal é o Partido Comunista Português. As coisas mudaram completamente de figura, do ponto de vista da organização externa e do modelo de sociedade. O PSR era trotskista, portanto, dava vivas a Cuba.⁷⁰⁴

A UDP havia sido maoísta até 1977. Atualmente, o único partido maoísta de Portugal é o Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado - PCTP/MRPP, explica Fazenda. Para o dirigente histórico da UDP, a juventude e os trabalhadores que vivenciaram os acontecimentos de maio de 1968 foram muito influenciados pelo maoísmo, mas identificavam no maoísmo aquilo que ele não era, isto é, uma crítica ao stalinismo e a possibilidade de uma revolução cultural. E o que houve na China foi “um golpe militar terrível”⁷⁰⁵, explica. Eis um trecho da entrevista com Fazenda:

Sartre era maoísta. Em maio de 1968, a revolta dos europeus (...) foi muito marcada, primeiro, pela juventude, depois pelo movimento operário. Mas essa juventude universitária, em grande parte, era maoísta. E entendiam o maoísmo naquilo que ele não era. Portanto, era uma revolução contra o soviétismo, contra a burocracia moscovita, contra o conservadorismo de um socialismo cinzento e, portanto, na busca do arco-íris

⁷⁰³ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁷⁰⁴ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁷⁰⁵ Ibidem.

e das mudanças. Equivocadamente se julgou que a revolução cultural chinesa era a referência que faltava ao socialismo, mas não era.⁷⁰⁶

Segundo os relatos de Madeira e Fazenda, o PCdoB influenciou diretamente na formação da UDP em 1974.⁷⁰⁷ Ambos os partidos foram criados após a cisão ocorrida no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética - PCUS, em 1956. Naquele encontro houve a divisão entre os partidos comunistas favoráveis a Nikita Khrushchov e os partidos comunistas que continuaram a defender o legado de Stálin. O PCdoB e a UDP fizeram parte desse segundo grupo. Eis mais um trecho da entrevista com Fazenda:

A UDP não estava ligada a ninguém, éramos um partido marxista-leninista, portanto, não pertencíamos a nenhuma internacional, tínhamos vindo de um percurso comum com o PCdoB, aliás, a UDP foi formada por dirigentes do PCdoB, em 1974, na altura em que o PCdoB estava em conflito com o Partido Comunista da URSS. Portanto, eles (o PCdoB) é que facilitaram a formação, ajudaram com o conhecimento, com a proposta, para a formação da UDP.⁷⁰⁸

A trajetória da UDP teve muitos aspectos comuns com a trajetória do PCdoB: ambos identificaram-se inicialmente com o maoísmo e posteriormente com o hoxhaísmo (referência ao primeiro chefe de governo da Albânia, Enver Halil Hoxha).⁷⁰⁹ Fazenda relata que conheceu várias lideranças históricas do PCdoB, como João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara e o atual presidente do PCdoB, Renato Rabelo, quando se reuniram em

⁷⁰⁶ Ibidem.

⁷⁰⁷ Ibidem.

⁷⁰⁸ Ibidem.

⁷⁰⁹ Partido Comunista do Brasil. Um pouco da história do PCdoB. Disponível em: <http://pcdobfiladelfia.blogspot.com.br/2014/09/um-pouco-da-historia-do-pc-do-b.html>, acesso em 17 de outubro de 2015.

Lisboa e São Paulo, há muitos anos.⁷¹⁰ Madeira descreve a importância que teve Diógenes Arruda Câmara ao atuar na construção do PCP-R, mantendo um forte vínculo com a UDP: “o Arruda teve uma influência determinante (...) a partir de 1978 até o regresso ao Brasil, quando morre. Depois, aquela herança (do Arruda) se mantém mais difusa, mas se mantém ao longo dos anos 1980”.⁷¹¹

Fazenda afirma que a UDP tem uma “relação de amizade muito antiga” com o PCdoB. No entanto, atualmente, a relação não é político-ideológica, pois o PCdoB teria escolhido como parceiro privilegiado o PCP. Além disso, a UDP não tem mais “os mesmos padrões de intervenção política nem os mesmos padrões ideológicos”, já que a organização passou por uma fase de reformulação teórica. Atualmente a UDP tem “relação de correspondência” tanto com o PCdoB, quanto com o PT e o PSOL. “Não temos nenhuma exclusiva”, diz Fazenda. Há quinze anos que o BE tem contato direto com partidos de esquerda no Brasil: em 2000, o partido participou de uma reunião oficial interpartidos em São Paulo, organizada por Marco Aurélio Garcia, então Secretário de Relações Internacionais do PT.⁷¹²

Em 1975 a UDP elegeu João Valente para a Assembleia Constituinte. Em 1976, foi eleito Acácio Barreiros ao cargo de deputado da 1ª Legislatura da Assembleia da República. No mesmo ano, o partido apoiou a candidatura de Otelio de Carvalho à Presidência da República, que obteve 16,5% dos votos. Em 1979 e 1980 a UDP elegeu Mário Tomé para deputado da Assembleia da República. Na região autónoma da Madeira, a UDP elegeu deputados em todas as eleições realizadas no arquipélago, sendo que em 1988, conseguiu eleger três deputados. Em 1991, a UDP estabeleceu um acordo com o PCP e elegeu novamente Mário Tomé para a Assembleia da República.

⁷¹³

⁷¹⁰ FAZENDA, op. cit.

⁷¹¹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁷¹² FAZENDA, op. cit.

⁷¹³ União Democrática Popular, disponível em: <http://www.udp.pt/content/blogcategory/13/26/>, acesso em 14 de outubro de 2015.

A UDP participou do processo de construção do BE em 1998. Em 2005, durante o seu XVII Congresso, formalizou a transição de partido para associação política, na qual Pedro Felipe Soares foi eleito presidente. Ainda que a Associação UDP negue que tenha se transformado em tendência (até porque, há integrantes seus em diferentes grupos internos no BE)⁷¹⁴, a ampla maioria de seus integrantes constitui atualmente a tendência Esquerda Alternativa (EA).

Fazenda explica que a associação UDP não se dissolveu, mas constitui hoje um espaço de cultura comunista que já não tem uma intervenção direta no BE.⁷¹⁵ A deputada da Assembleia da República Joana Mortágua explica que o papel da UDP atualmente é teórico, de formação marxista. De acordo com ela, a UDP difere ideologicamente do trotskismo e do reformismo, critica o stalinismo e a burocracia do modelo socialista do Leste Europeu, propõe o desenvolvimento e a superação das teorias de Lênin, contrapõe-se ao centralismo democrático e defende o Estado de Direito Socialista, com pluralismo partidário e democracia plena.⁷¹⁶

Portanto, diferentemente do PSR que não existe mais enquanto corrente, nem enquanto associação política, a UDP deixou de ser uma corrente, mas permanece sendo uma associação política. Segundo a organização, sua função não é interferir na vida interna do BE, mas contribuir com o debate marxista. Contudo, a tendência EA, fundada em 29 de março de 2014, continua a ser fortemente influenciada pela associação UDP, tendo os seus principais quadros dirigentes vinculados a esta organização, como os deputados Luiz Fazenda e Pedro Felipe Soares.

⁷¹⁴ “A UDP não desiste nem se transmuta em qualquer tendência do Bloco de Esquerda, nem lhe cabe apoiar organizadamente quaisquer tendências que nele se venham a constituir” - “Dez teses sobre a UDP e o Bloco no tempo das Tendências”. 8ª Conferência Nacional da UDP, Almada, 7 e 8 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.udp.pt/content/view/94/1/>, acesso em 14 de outubro de 2015.

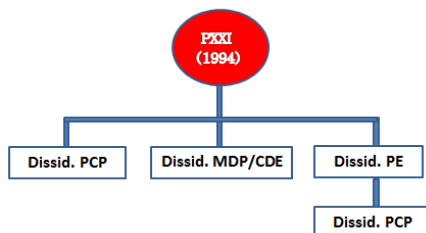
⁷¹⁵ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁷¹⁶ MORTÁGUA, Joana. Desenvolver o Marxismo. A Comuna. Disponível em: <http://www.acomuna.net/index.php/contracorrente/2976-desenvolver-o-marxismo>, acesso em 14 de outubro de 2015.

6.2.3 Política XXI (PXXI)

Ilustração 19

Árvore Genealógica da PXXI



Árvore Genealógica da PXXI. Elaboração própria. Logomarca da PXXI. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_XXI, acesso em 11 de novembro de 2016.

A corrente Política XXI foi fundada em 28 de março de 1994 a partir da junção de ex-militantes do PCP e do Movimento Democrático Português/Centro Democrático Eleitoral (MDP-CDE). O MDP-CDE foi um extinto partido de esquerda português que funcionou como frente, participando ativamente do período revolucionário e, após a revolução em 25 de abril, de quase todos os governos provisórios. Fundado em 1969, o partido coligou-se com o PCP em 1976, resultando na Aliança Povo Unido (APU). Em 1987, o MPD/CDE deixou de participar da coligação para lançar candidatos próprios.⁷¹⁷

O PCP foi fundado em 6 de março de 1921 e viveu a maior parte de sua existência na clandestinidade. Sua fundação aconteceu pouco depois da criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que surgiu em meio a greves gerais e grandes manifestações populares que reivindicavam a redução da jornada de trabalho para 8 horas. Diferentemente de muitos países da Europa, o Partido Comunista em Portugal não resultou de uma ruptura com o Partido Socialista, mas principalmente da luta de

⁷¹⁷ MATEUS, Jorge e RAMALHO, Tiago. O Sistema de Partidos em Portugal. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP151_Ramalho.pdf, acesso em 15 de outubro de 2015.

militantes do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo.⁷¹⁸ O PCP define-se como marxista-leninista, adota o centralismo democrático, critica o eurocomunismo, defende a ortodoxia comunista e o modelo soviético.⁷¹⁹ Fazenda afirma que quase todos os militantes que construíram a PXXI eram ex-militantes do Partido Comunista Português.⁷²⁰

Em 1992, diversos dissidentes do PCP (incluindo José Barros Moura, Miguel Portas, José Jorge Letria, Daniel Oliveira, Joaquim Pina Moura, José Luís Judas, Raimundo Narcisso, Mário Lino e José Magalhães) fundaram a Plataforma de Esquerda (PE). Dois anos depois, um grupo deixou a organização (dentre os quais, os dirigentes Miguel Portas, Paulo Varela Gomes, Daniel Oliveira e Ivan Nunes), cuja maioria aderiu ao PS.⁷²¹

Em 1994, o grupo dissidente da PE (que já editava a revista "Manifesto") unificou-se com o MPD/CDE e com estudantes universitários que lutavam pela democratização e gratuidade nas universidades, resultando em um novo partido denominado Política XXI (PXXI). No mesmo ano, o partido concorreu às Eleições Europeias, lançando Ivan Nunes como cabeça de lista, mas sem conseguir elegê-lo.⁷²²

Em 1998, a PXXI aderiu ao processo de formação do BE. Em 2008, seguindo os mesmos rumos do PSR e da UDP, o partido transformou-se em associação política, passando a se chamar Fórum Manifesto. Do ponto de vista ideológico esta organização era muito heterogênea, agregando desde os socialdemocratas até os marxistas. Cardina explica que a PXXI

⁷¹⁸ Partido Comunista Português. Como nasceu o Partido Comunista Português. Disponível em: <http://www.pcp.pt/como-nasceu-partido-comunista-portugues>, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷¹⁹ MATEUS e RAMALHO, op. cit.

⁷²⁰ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁷²¹ Fundação Mário Soares. Arquivo e biblioteca. Cronologia. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/pesquisa?pesquisa=MDP/CDE>, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷²² CNE - Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <http://eleicoes.cne.pt>, acesso em 15 de outubro de 2015.

era menos marcada ideologicamente, pois “não era trotskista” e “não era pós-maoísta”⁷²³.

Uma das maiores lideranças históricas da PXXI foi Miguel Portas⁷²⁴. Madeira explica que a sua morte em 2011 deixou “uma orfandade que até hoje não foi ultrapassada”. Além de ser um dos fundadores do BE, Portas era uma pessoa que tinha uma grande capacidade de diálogo e articulação com outros grupos à esquerda. A ausência de Portas teria comprometido a unidade da associação Fórum Manifesto, contribuindo para que a organização se dividisse em pelo menos três grupos.⁷²⁵ Vejamos o que diz Madeira:

O Miguel Portas (...) provoca uma diferenciação dentro do Fórum Manifesto, em que há um setor que sai do Bloco, pura e simplesmente. (...) Há outro setor que continua a alinhar com a direção (José Manuel Pureza, Marisa Mathias, Miguel Cardina) e há outro setor, representado por Daniel Oliveira, que vem para a moção B [Plataforma Reinventar o Bloco].⁷²⁶

Em 12 de julho de 2014, a Fórum Manifesto desvinculou-se do BE para unificar-se ao Partido Livre (PL) e aproximar-se do PS. Em sua resolução aprovada em assembleia, a associação

⁷²³ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁷²⁴ “O Miguel [Portas] era um homem que foi capaz, ao longo da sua vida, de fazer exercícios de unidade impossível, pelas suas características pessoais, pelo seu gênio, enfim. O Miguel tinha sido dirigente da juventude do PCP, mas sempre tinha tido uma perspectiva muito unitária como prioridade da sua ação política. Houve muitos momentos em que a área da Política XXI entrou em tensão com o resto do Bloco e o Miguel sempre teve a capacidade de manter as pontes ativas. A morte do Miguel foi uma tragédia de muitas maneiras, se perdeu alguém que era absolutamente genial, sem falar das ligações afetivas que são sempre tão importantes.” PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁷²⁵ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁷²⁶ Ibidem.

atribuiu ao BE à responsabilidade pela derrota eleitoral das eleições parlamentares de 2012. A organização também criticou a atitude do BE em centrar-se nos protestos e colocar-se “indisponível para estabelecer compromissos efetivos de governação”, que deveriam ser firmados com o PS.⁷²⁷

Para Pureza, a construção da Tendência Socialismo, visando à unidade da maioria do BE, teria contrariado diversas lideranças da associação Fórum Manifesto, como Daniel Oliveira, Ana Drago e outras.⁷²⁸ Apesar da saída da maioria dos integrantes da associação Fórum Manifesto, uma parte minoritária manteve-se no BE. Os que se mantiveram dividiram em dois grupos: um que integrou a Tendência Socialismo (depois a Plataforma Unitária) e outro que aderiu à Plataforma Reinventar o Bloco.

Em 31 de janeiro de 2015, a antiga associação Fórum Manifesto participou das eleições legislativas numa coligação chamada Tempo de Avançar (TDA), constituída por outras quatro organizações políticas: Partido Livre (PL)⁷²⁹, Renovação Comunista (RN)⁷³⁰ e Movimento de Intervenção e Cidadania do Porto (MIC-Porto)⁷³¹ e Manifesto 3D (Dignidade, Democracia e

⁷²⁷ Corrente Fórum Manifesto se desvincula do Bloco de Esquerda. *Jornal I*, 12/07/2014. Disponível em: <http://www.ionline.pt/302929/Corrente-F%C3%B3rum-Manifesto-desvincula-se-do-Bloco-de-Esquerda>, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷²⁸ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁷²⁹ O PL é liderado por Rui Tavares, ex eurodeputado pelo BE. Além da proposta de aproximação com o PS, os princípios ideológicos do PL são: “o libertarismo de esquerda, o ecologismo político, o socialismo democrático e o projeto democrático europeu”. Tempo de Avançar. Quem Somos. Disponível em: http://tempodeavancar.net/?page_id=931, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷³⁰ A RN é uma associação política oriunda do PCP, que afirma ter como “referência histórica o Manifesto Comunista de Marx e Engels”. Renovação Comunista. Objectivos. Disponível em: <http://www.comunistas.info/?no=2010>, acesso em 15 de outubro de 2015.

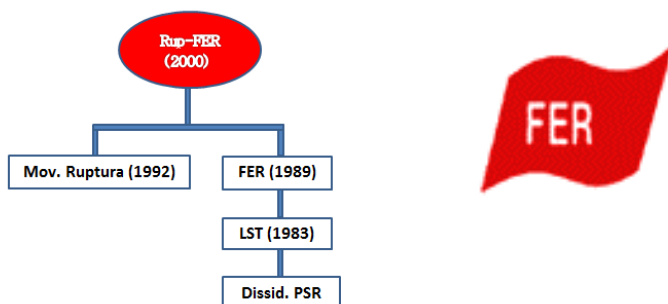
⁷³¹ O MIC-Porto é um movimento que impulsionou a candidatura de Manuel Alegre à presidência da República em 2006. Partido livre muda nome e lança candidatura cidadã. Disponível em: <http://www.legislativas2015.pt/2015/04/19/partido-livre-muda-nome-e-lanca-candidatura-cidada/>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Desenvolvimento)⁷³². Como apenas o Livre era oficializado, a coligação foi apresentada nas eleições como “Livre-Tempo de Avançar” (L-TDA).⁷³³

6.2.4 Ruptura-FER

Ilustração 20

Árvore Genealógica da Ruptura-FER



Árvore Genealógica da Ruptura-FER. Elaboração própria. Logomarca da FER. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>, acesso em 11 de novembro de 2016.

A organização política trotskista Ruptura/FER resultou da fusão ocorrida entre a Frente de Esquerda Revolucionária (FER) e um movimento estudantil denominado Ruptura. Fundada em 1989, a FER tem suas origens na Liga Socialista dos Trabalhadores (LST).

A LST foi fundada em 1983, a partir de uma cisão no PSR motivada por desentendimentos entre as organizações internacionais morenista e mandelista, conforme mencionamos anteriormente. A cisão teria levado a maioria dos integrantes do

⁷³² O Manifesto 3D é formado por ex-militantes do BE e define-se como um polo que escolheu o PS e o PCP para serem seus "interlocutores essenciais". PEREIRA, Ricardo Araújo. Do humor para a política? Manifesto 3D. Disponível em: noticia.net/story.php?title=manifesto-3d-ricardo-araujo-pereira-do-humor-para-a-politica, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷³³ Tempo de Avançar. Quem Somos. Disponível em: http://tempodeavancar.net/?page_id=931, acesso em 15 de outubro de 2015.

antigo PRT (mesmo partido que integrou o PSR, entre 1978 e 1979) a fundar a LST. Mais tarde, a LST passaria a se chamar Frente da Esquerda Revolucionária (FER).⁷³⁴ A FER concorreu às eleições Legislativas, Autárquicas e Europeias entre 1983 e 1987, não chegando a eleger nenhum deputado.⁷³⁵

O movimento estudantil Ruptura foi fundado em outubro de 1992 por dirigentes da FER e era constituído por jovens universitários provenientes de várias cidades portuguesas, como Aveiro, Porto, Lisboa, Vila Real e Coimbra. O movimento lutou contra as políticas neoliberais implementadas durante o governo Cavaco Silva⁷³⁶ (Partido Social Democrata - PPD/PSD), dentre as quais, os aumentos exorbitantes das propinas (mensalidades) cobradas pelas universidades portuguesas, o que teria levado os estudantes a se mobilizarem e organizarem uma série de protestos em diversas regiões do país. Em 7 de dezembro de 1993 foi lançado o primeiro número do jornal Ruptura.⁷³⁷

Em 1999, o movimento Ruptura iniciou sua participação no Bloco de Esquerda, que já havia sido fundado cerca de dois meses antes. Em abril de 2000 ocorreu a fusão com a FER, originando o Ruptura-FER. Durante o período em que esteve no BE, a atuação política do Ruptura/FER vinculou-se especialmente à luta sindical dos bancários e ao movimento estudantil, que atuava principalmente nas cidades de Coimbra, Lisboa e Braga.⁷³⁸

O Ruptura/FER foi uma organização trotskista, de linha morenista, filiado a LIT, tal como o PSTU brasileiro. Conforme os relatos das lideranças bloquistas, o Ruptura-FER tinha uma forma de funcionamento diferenciado em relação às outras correntes internas do partido. Para Costa, o Ruptura-FER adotou uma tática de “entrismo”, visando arregimentar militantes para a

⁷³⁴ Liga Internacional dos Trabalhadores – Quanta Internacional. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/>, acesso em 15 de outubro de 2015.

⁷³⁵ CNE - Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <http://eleicoes.cne.pt>, acesso em 16 de outubro de 2015.

⁷³⁶ Cavaco Silva foi Primeiro Ministro de Portugal entre 1985 e 1995.

⁷³⁷ O Ruptura/FER: 35 Anos de Combate Socialista. LIT-QI – Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=453:artigo453&catid=46:portugal, acesso em 16 de outubro de 2015.

⁷³⁸ Ibidem.

sua organização, mas de forma sectária, sem se preocupar em absorver a cultura do BE.⁷³⁹ Vejamos as considerações de Costa e Cardina:

O Bloco de Esquerda tentou superar as organizações pré-existentes, construindo uma nova cultura na base da confiança e da integração do novo projeto político. O MAS [antigo Ruptura-FER] nunca assimilou essa cultura, pelo contrário, nos seus textos, quando entrou no Bloco de Esquerda, explicava que era uma mediação transitória.⁷⁴⁰

Eles sempre tiveram uma lógica de preservar a sua autonomia interna. De continuar a se constituir como grupo, de ter uma lógica forte de captação de militantes para a sua tendência, de manter a sua identidade ideológica, ligada até a corrente internacional da qual fazem parte, a LIT [Liga Internacional dos Trabalhadores].⁷⁴¹

Em dezembro de 2011, o Ruptura/FER abandonou o partido, depois de mais de doze anos. O crescimento dentro do BE também teria contribuído para a saída da organização: Cardina estima que tenham entrado cerca de 40 e saído mais de 200 militantes.⁷⁴² Nesse sentido, a tática “entrista” do Ruptura-FER teria sido exitosa. Segundo depoimentos, o fato não chegou a surpreender muitos dirigentes do BE, que sabiam que o Ruptura-FER estava transitoriamente filiado ao partido, e que poderia sair quando lhe conviesse. Para Leiria, atualmente, o Ruptura-FER estaria muito melhor no BE do que fora.⁷⁴³ Já

⁷³⁹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁷⁴⁰ Ibidem.

⁷⁴¹ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁷⁴² Ibidem.

⁷⁴³ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

Costa não poupa críticas ao Ruptura-FER: “foi uma experiência que nos ensinou alguma coisa sobre o que pode ser o dogmatismo e, no fundo, a cultura sectária, a incapacidade de criar qualquer coisa de novo para além da insignificância dos pequenos grupos”.⁷⁴⁴ Vejamos algumas considerações de Carujo:

Eu acho que esta cisão era vista como inevitável... (...) Quando as pessoas vão a uma reunião cujo clima parece com o clima anterior de guerrilha e não é o clima inicial do Bloco, as coisas se tornam um bucadinho problemáticas. Dentro do BE há um alívio por ter saído um grupo que era visto por muitos como hostil.⁷⁴⁵

Segundo Gil Garcia, um dos principais dirigentes do Ruptura/FER, o BE teria discriminado setores à esquerda, “empurrando” a corrente para fora do partido”.⁷⁴⁶ Para ele, as motivações políticas que levaram o Ruptura-FER a sair do BE estariam relacionadas ao apoio a Manuel Alegre e a proximidade com o PS. “Discordamos da colagem do BE ao candidato do governo Sócrates (Manuel Alegre) nas últimas eleições presidenciais, discordamos que o BE procure sempre juntar forças com o PS e não com o PCP que é a nossa proposta, para romper o círculo vicioso que governa o país há mais de 30 anos entre o PS e o PSD”.⁷⁴⁷ Para Leiria, a ruptura não foi justificada, embora a acusação fosse a de que o BE teria feito uma inflexão à direita.⁷⁴⁸ Já Carujo considera que o Ruptura-FER precipitou em

⁷⁴⁴ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

⁷⁴⁵ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁷⁴⁶ 200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar novo partido. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/200-elementos-vao-abandonar-o-bloco-de-esquerda-e-formar-novo-partido-1524410>, acesso em 17 de outubro de 2015.

⁷⁴⁷ Líder da Ruptura/FER nega intenção de abandonar o Bloco. Diário de Notícias. 31 de março de 2011. Disponível em: http://www.dn.pt/portugal/interior/lider_da_rupturafer_nega_intencao_d_e_abandonar_o_bloco_1819332.html, acesso em 19 de outubro de 2015.

⁷⁴⁸ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

sua avaliação ao supor que a direção do BE iria para o PS. Segundo ele, o discurso de unidade do Ruptura-FER era contraditório: se todos os outros são reformistas, “como essa unidade vai se concretizar, se no Bloco estão os reformistas a espera da aliança com o PS e no PCP estão os traidores da classe operária que estão a trair a cada greve”? Questiona o dirigente da Plataforma Anticapitalista.⁷⁴⁹

Em 10 de Março de 2012, três meses após o Ruptura/FER ter se retirado do BE, foi fundado o partido Movimento Alternativa Socialista (MAS), que continuou editando o jornal Ruptura.⁷⁵⁰

⁷⁴⁹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁷⁵⁰ MAS – Movimento Alternativa Socialista. Disponível em: <http://www.mas.org.pt/>, acesso em 17 de outubro de 2015.

CAPÍTULO VII – AS GUERRAS DAS ESTRELAS

Apresentamos neste capítulo o processo de disputa de hegemonia envolvendo as tendências e grupos do PT e do BE. Enfocamos a participação das tendências petistas nos Encontros e Congressos Nacionais, bem como no Processo de Eleições Diretas (PED). Também elaboramos um estudo da participação das tendências e agrupamentos do BE nas Convenções Nacionais. Verificamos qual tendência ou grupo de tendências hegemoniza cada partido.

7.1 A DISPUTA DE HEGEMONIA ENTRE AS TENDÊNCIAS DO PT

Ao longo de sua história, o PT foi hegemonizado pela tendência CNB (ART 113, ART, AUL, CM), que venceu praticamente todas as eleições para o Diretório Nacional, com exceção do curto período entre 1993 e 1995, quando a esquerda petista obteve a maioria dos cargos de direção. A CNB sempre funcionou como um grande centro político para o qual converge parte considerável da militância petista (cerca de 50% - em determinados períodos um pouco mais, em outros um pouco menos). Fortemente influenciada pelo sindicalismo, a maior tendência petista é muito associada ao pragmatismo, porém, distante do marxismo e das formulações muito teóricas (ainda que participe dela importantes intelectuais), ao contrário das tendências de influência marxista, para as quais a teoria política sempre foi essencial.

No entanto, a CNB é muito heterogênea e abrange uma ampla diversidade ideológica, reunindo desde a militância mais identificada com ideais socialistas, até a militância socialdemocrata e social-liberal. Também é notório que a CNB passou por mudanças ideológicas ao longo do tempo: se ela mantinha uma posição mais à esquerda nos anos 1980 (influenciada, inclusive, pelo trotskismo quando ainda era ART), a partir dos anos 1990, após o racha que resultou na AE, ela passou a adotar uma linha mais moderada, unificando-se com a DR em 1999, para formar o Campo Majoritário (CM). Em 2007, o CM, “comprometido com as revelações de que todos dirigentes

envolvidos em corrupção eram daquele campo”⁷⁵¹, mudou sua denominação para CNB.

Devido ao grande número de militantes da CNB, as teses desta tendência quase sempre se sagravam vencedoras nos Encontros e Congressos Nacionais do PT. Por outro lado, restava à esquerda petista “disputar emendas aditivas, supressivas, substitutivas ou de redação à tese guia”⁷⁵². Portanto, os rumos do PT eram e continuam sendo ditados, em grande medida, por esta tendência. Ao longo dos Encontros e Congressos Nacionais do PT, as tendências acabavam se unificando em campos situados à esquerda, ao centro ou à direita.

7.1.1 Composição e representação do Diretório Nacional do PT: 1981 – 2013

Apresentamos a seguir as principais forças políticas, as teses apresentadas, os resultados obtidos e os presidentes eleitos nos encontros/congressos nacionais e eleições diretas realizadas no período de 1981 a 2013. No total, foram eleitos 14 Diretórios Nacionais do PT, sendo nove escolhidos por meio dos Encontros e Congressos Nacionais e cinco escolhidos por meio do Processo de Eleições Diretas (PED). A tabela 2 apresenta os resultados das eleições congressuais, realizadas durante os encontros e congressos nacionais do PT, entre 1981 e 1999.

Tabela 2

| Resultados das eleições congressuais para o Diretório Nacional do PT (1981 – 1999) | | | |
|---|--|-------------------------|---------------------|
| Diretório Nacional | Nº - Chapa (Tendência - Posição Ideológica) | Votos totais (%) | Pres. Eleito |
| 1º DN 1º EN 1981 | 1 - Chapa única | 47 (100 %) | Lula |
| 2º DN 3º EN 1984 | 1 - Por um PT de Massa (ART - centro) 2 - O PT se Constrói na Luta (DS, PCBR, PRC e outros - esquerda). | 179 (66%) 93 (34 %) | Lula (ART) |
| 3º DN 4º | 1 - Articulação por uma | 226 (72 %) | Lula |

⁷⁵¹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 223.

⁷⁵² Ibidem, p. 92-93.

| | | | |
|-------------------|---|--|--------------------|
| EN 1986 | proposta democrática, de massas e socialista para o PT (ART – centro). 2 - Alternativa Operária e Popular (DS, PCBR, PRC e outros - esquerda). | 87 (28 %) | (ART) |
| 4º DN 5º EN 1987 | 1 - O PT pela Base (PPS – centro-direita). 2 - Por um PT de Massas (ART - centro). 3 – Em defesa da democracia (independente – centro-direita). 4 – Luta Socialista (PRC e outros - esquerda). | 46 (12 %) 212 (58%) 13 (3 %) 86 (23 %) | Olívio Dutra (ART) |
| 5º DN 7º EN 1990 | 1 – Socialismo e Liberdade (VS, NE – centro-direita). 2 – Articulação da Luta Socialista (ART – centro). 3 – PT de luta e de massas (CS, OT – esquerda). 4 – Alternativa socialista e revolucionária (DS, FS, TM - esquerda). | 96 (17%) 318 (56%) 62 (11%) 90 (16%) | Lula (ART) |
| 6º DN 8º EN 1993 | 1 – Sem medo de ser socialista pela base com independência. (independente - centro). 2 – Articulação Unidade na Luta (AUL - direita). 3 – Na luta PT (FS, TM, OT, VS e BS - esquerda). 4 – Democracia Radical (DR - direita). 5 – Uma opção de Esquerda (AE e DS - esquerda). | 18 (3 %) 152 (29%) 99 (19%) 60 (12%) 189 (36%) | Lula (AUL) |
| 7º DN 10º EN 1995 | 1 – Democracia Radical (DR - direita). 2 – Socialismo e Democracia (FS, TM, OT, VS, BS, AE e DS - esquerda). 3 – Velhos Sonhos, Novos Desafios (independente - centro). 4 – Articulação Unidade na | 31 (8%) 189 (46%) 24 (6%) 165 (40%) | José Dirceu (AUL) |

| | | | |
|--|---|-----------|-------------------|
| | Luta (AUL - direita). | | |
| 8º DN 11º EN 1997 | 1 – Luta Socialista (FS, TM, OT, VS, BS, AE e DS - esquerda). | 208 (38%) | José Dirceu (AUL) |
| | 2 – Democracia Radical (DR - direita). | 65 (12%) | |
| | 3 – Socialismo e Liberdade (independente - centro). | 61 (11%) | |
| | 4 – Nova Democracia (ex-AE – centro-direita). | 25 (5%) | |
| | 5 – Articulação Unidade na Luta (AUL - direita). | 191 (35%) | |
| 9º DN 2º CN 1999 | 1 – Fiel ao PT das Origens (OT - esquerda). | 19 (2%) | José Dirceu (AUL) |
| | 2 – Socialismo ou Barbárie (AE, FS, TM - esquerda). | 190 (21%) | |
| | 3 – Nosso Tempo (DS - esquerda). | 90 (10%) | |
| | 4 – Movimento PT (MPT - centro). | 116 (13%) | |
| | 5 – PT de Luta de Massas (PTLM – centro-direita). | 26 (3%) | |
| | 6 – Revolução Democrática (AUL - direita). | 398 (44%) | |
| | 7 – Democracia Radical (DR - direita). | 73 (8%) | |
| Obs: consideramos a ART uma tendência de centro até o 7º EN. No 8º EN, após a dissidência da AE, a ART muda a sua denominação para AUL, passando a constituir a ala direita do PT. | | | |

Tabela elaborada com base em notícias de jornais, sítios e blogs do PT e de várias tendências internas do partido. Elaboração própria, em 12 de setembro de 2016.

Durante o 1º EN (1981), o Diretório Nacional do PT foi escolhido por chapa única – acontecimento único na história do partido. Já nos 3º (1984) e 4º (1986) Encontros, a ART sagrou-se vencedora com, respectivamente, 66% e 72% dos votos, contra a esquerda petista unificada. Durante o 5º EN (1987), a esquerda petista se dividiu em três chapas que somadas alcançaram 38% do total de votos, contra 58% da ART. Nesse Encontro, Olívio Dutra foi eleito Presidente Nacional do PT (Lula tinha sido eleito em todos os encontros anteriores). Durante o 7º EN (1990), a esquerda se dividiu em dois grupos, alcançando apenas 27% do

total de votos. Formou-se, naquele Encontro, uma chapa à direita que obteve 17% dos votos (Socialismo e Liberdade, liderada por José Genoíno e Eduardo Jorge⁷⁵³), que enfraqueceu a esquerda petista, possibilitando a vitória com folga da ART (58%).

Se, durante a década de 1980, o objetivo central do PT era as lutas contra a ditadura e a *transição conservadora para a democracia*, com a queda do Muro de Berlim (1989) e da URSS (1992), o foco das lutas petistas passou a ser o combate ao neoliberalismo. Conseqüentemente, o PT amenizou seu discurso no momento em que o ideal do socialismo aparentava estar mais distante. Como vimos anteriormente, as tendências do PT também passaram por mudanças neste período, como a divisão ocorrida na maior tendência petista, que levou a formação da AE e a transição da ART para a AUL.

No 8º EN (1993) apresentaram-se duas chapas de esquerda: “Na Luta PT⁷⁵⁴” (que reunia a maior parte das tendências de esquerda) e “Uma opção de Esquerda” (que reunia a AE e a DS). Juntas, elas alcançaram 55% do total dos votos, conquistando pela única vez a maioria da Direção Nacional do PT. A conquista da direção pela esquerda foi possibilitada, principalmente, em consequência da criação da AE, que enfraqueceu a ART. As chapas da direita (a DR, de José Genoíno, e a AUL, de Lula e José Dirceu) conquistaram, respectivamente, 12% e 29% dos votos. Já a chapa de centro, “Sem medo de ser socialista pela base com independência”, representada pelos deputados federais Vladimir Palmeira (RJ), Jaques Wagner (BA) e Tilden Santiago (MG), obteve apenas 3% dos votos. Embora a esquerda petista tivesse obtido a maioria, foi estabelecido um acordo para que Lula (ART) assumisse a Presidência Nacional do PT.

Segundo Pomar, a radicalização da luta de classes combinada ao processo de disputa interna no PT foram fatores que possibilitaram a conquista da Direção Nacional pela esquerda

⁷⁵³ A chapa “Socialismo e Liberdade” reunia as tendências Nova Esquerda (NE) e Vertente Socialista. Em 1993, estas tendências fundariam a Democracia Radical – DR.

⁷⁵⁴ O bloco “Na Luta PT” foi a ala mais à esquerda do PT entre 1993 e 1995, reunindo as tendências FS, TM e OT. Suas principais lideranças foram: Luiz Eduardo Greenhalgh, Markus Sokol, Ronald Rocha, Jorge Almeida e Edmilson Rodrigues.

no 8º EN (1993). No entanto, a esquerda não conseguiu manter-se hegemônica por mais de dois anos. Para Ribeiro, os fatores que contribuíram para a retomada de Direção Nacional do PT pela direita petista foram: 1) a heterogeneidade das tendências de esquerda, que dificultava a formação de um grupo dirigente unitário e coeso; 2) a força muito superior da AUL nas bancadas legislativas estaduais e federal, nas gestões municipais e nos diretórios estaduais e regionais; 3) a consolidação da unidade entre DR e AUL.⁷⁵⁵

O 10º EN (1995) representou a reviravolta da direita petista. Apesar da unificação da esquerda em torno da chapa “Socialismo e Democracia”, que obteve 46% dos votos, a chapa situada ao centro (Velhos Sonhos, Novos Desafios) apoiou a AUL. Além dos que formaram o centro no encontro anterior, somaram-se a esta chapa algumas ex-lideranças da AE, como Rui Falcão, Sílvio Pereira e Cândido Vacarezza. Embora a chapa que unificou a esquerda tivesse sido a mais votada, a esquerda petista saiu derrotada por uma diferença de apenas dois votos. Contribuiu para isso, além do apoio da chapa de centro, o apoio de lideranças que antes integravam a chapa da esquerda, como Wladimir Palmeira e Milton Temer (hoje no PSOL)⁷⁵⁶. Esse encontro também elegeu José Dirceu para a Presidência Nacional do PT, com 54% dos votos, contra o candidato esquerdista Hamilton Pereira, que obteve 46%. Pomar explica que ao sair vitoriosa, a AUL passou a adotar “uma estratégia de centro-esquerda, nome que foi dado a uma política de alianças com partidos de centro (por centro, compreendendo-se principalmente o PMDB e, em muitas circunstâncias, setores do PSDB)”.⁷⁵⁷

⁷⁵⁵ RIBEIRO, Pedro José Floriano. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo. São Carlos, 2008, p. 200.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ POMAR, Valter. A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História

Durante o 11º EN (1997) a direita petista foi representada por: AUL (35%), DR (12%) e “Nova Democracia” (5%), esta última formada por militantes que saíram da AE. Ao todo, estas três forças obtiveram 52% dos votos, conquistando a maioria dos cargos da Direção Nacional do PT. A esquerda petista conseguiu se unificar em uma só chapa (Luta Socialista), sendo a mais votada do Encontro (38%). A chapa situada ao centro (Socialismo e Liberdade), ao contrário da chapa de centro do encontro anterior, inclinou-se para a esquerda ao apoiar a tese da AE e o candidato Milton Temer para a Presidência do partido. No entanto, José Dirceu sagrou-se vencedor com 53% dos votos, contra 47% de Milton Temer.

Somente no I Congresso Nacional do PT (1991) é que foi aprovada a proporcionalidade nas direções executivas, assim como a cota de 30% de mulheres nas direções.⁷⁵⁸ Antes, a chapa vencedora nos encontros e congressos detinha todos os cargos de direção, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional. O II Congresso Nacional (1999) elegeu o último Diretório Nacional escolhido por meio de encontro ou congresso. Os demais passariam a ser escolhidos por meio de eleições diretas – PED. No IIº Congresso, a direita petista, formada pela AUL (44%), DR (8%) e PTLM (3%), obteve 55% dos votos, conquistando a maioria do Diretório Nacional. A esquerda petista não manteve a unidade dos encontros anteriores e acabou se dividindo em três chapas: OT, 2%, DS, 10% e AE+FS+TM, 21%). Juntas, estas chapas somaram 33% dos votos. O centro petista⁷⁵⁹ (MPT) conquistou 13% dos votos. Para a Presidência Nacional do PT, José Dirceu foi reeleito com 55%, contra Milton Temer (33%) e Arlindo Chinaglia (12%). Este último foi lançado pela chapa de centro, que desta vez não apoiou a candidatura de Milton Temer.

Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005. P. 244.

⁷⁵⁸ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁷⁵⁹ A chapa Movimento PT era liderada por Arlindo Chinaglia, Carlos Santana, Tilden Santiago, Jaques Wagner e Tarso Genro.

Gráfico 2

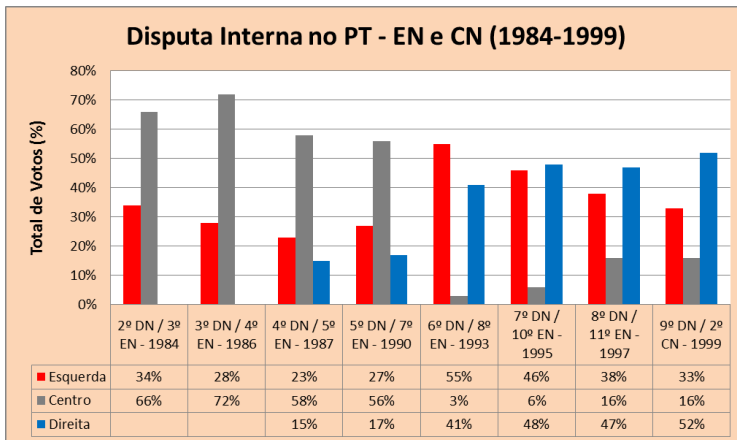


Gráfico elaborado com base em notícias de jornais, sítios e blogs do PT e de várias tendências internas do partido. Elaboração própria, em 12 de setembro de 2016.

Observa-se no gráfico 2 que a esquerda petista se manteve entre 23% e 34% dos votos nos encontros nacionais realizados entre 1984 e 1990. No 8º EN de 1993 a esquerda atingiu 55%. O aumento dos votos da esquerda é acompanhado da queda dos votos da direita. Essa diferença se explica em função da cisão na tendência Articulação, que resultou na Articulação de Esquerda em 1993. Entre o 10º EN e o II CN, a esquerda petista reduziu consideravelmente a sua força política, ao mesmo tempo em que a direita e o centro apresentaram melhoras. Uma das dificuldades encontradas pela esquerda petista ao longo deste período foi manter-se unificada e conquistar o apoio dos setores situados ao centro, que em várias oportunidades apoiaram teses ou candidaturas da direita. A união da DR com o CM, também fortaleceu a direita petista.

O II Congresso aprovou a escolha dos representantes do Diretório Nacional por meio do Processo de Eleições Diretas – PED. Aparentemente mais democrático por permitir que todos os filiados participem da escolha da Direção Nacional do PT, o PED é muito criticado, sobretudo, pela esquerda petista, que considera que o sistema visa à participação dos filiados em detrimento da participação dos militantes, o que contribui para o esvaziamento

dos encontros do partido. Vejamos a seguir, as críticas contundentes feitas por Pomar ao PED:

O PED estimula um tipo de relação entre o filiado e o Partido semelhante a que existe entre o eleitor e as instituições tradicionais, a saber: votar e voltar para casa. O PT precisa de mais debate. O PED estimula o voto desvinculado da participação nos debates. O PT precisa de mais pluralidade. O PED estimula o bloqueamento de posições, favorecendo quem faz parte de tendências e prejudicando o filiado que não faz parte de tendências. Por fim, o PED favorece e facilita a introdução, entre nós, de práticas de corrupção eleitoral. (...) Explicando: as práticas de corrupção eleitoral envolvidas no sistema do PED são pelo menos as seguintes: 1) a contribuição do filiado para com o PT é paga por outra pessoa, não pelo filiado; 2) o filiado é transportado para votar; 3) o filiado recebe algum estímulo extraordinário para votar numa determinada chapa.⁷⁶⁰

A direita petista receava que a esquerda conquistasse novamente a maioria da direção partidária, a exemplo do 8º EN. A justificativa para acabar com as eleições congressuais era a de que os delegados dos congressos não refletiam a base do partido. Ao contrário dos encontros e congressos, que eram espaços destinados aos debates e votação das teses apresentadas, com a implantação do PED as teses passaram a ser divulgadas pelas publicações do partido e votadas em urnas espalhadas por todo o território nacional. Com essa mudança, a tese-guia, antes debatida e emendada nos encontros e congressos partidários, passou a ser a tese mais votada no PED. A tabela 3 apresenta os resultados de todos os PEDs realizados entre 2001 e 2013.

⁷⁶⁰ POMAR, Valter. Entrevista concedida à jornalista Gabriela Megale, do jornal Folha S. Paulo. Sexta-feira, 22 de maio de 2015. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/05/entrevista-sobre-o-ped-e-outros-assuntos.html>, acesso em 12 de setembro de 2016.

Tabela 3

| Resultados das eleições diretas (PED) para o Diretório Nacional do PT (2001 – 2013) | | | |
|--|--|-------------------------|---------------------------|
| Diretório Nacional | Nº - Chapa (Tendência - Posição Ideológica) | Votos totais (%) | President e Eleito |
| 10º DN / PED - 2001 | 10 - Por um socialismo democrático (independente - centro). | 6.002 (3%) | José Dirceu (CM) |
| | 20 - Um outro Brasil é possível (CM – direita). | 105.875(52%) | |
| | 30 - Que o partido cumpra o mandato (OT – esquerda). | 4.065 (2%) | |
| | 40 - Um novo mundo é possível, um novo Brasil é urgente - (DS - esquerda). | 30.211 (15%) | |
| | 50 - Socialismo ou barbárie (AE, FS – esquerda). | 32.247 (16%) | |
| | 60 - Democracia, Solidariedade e Luta (PTLM - centro-direita). | 10.067 (5%) | |
| | 70 – Movimento (MPT – centro). | 16.346 (8%) | |
| 11º DN / PED - 2005 | 280 - Construindo o Novo Brasil (CNB – direita). | 116.339(42%) | Ricardo Berzoini (CNB) |
| | 240 - Coragem de Mudar (DS – esquerda). | 33.794 (12%) | |
| | 220 - A Esperança é Vermelha (AE – esquerda). | 32.767 (12%) | |
| | 250 – Movimento (MPT – centro). | 32.039 (12%) | |
| | 270 - Esperança Militante (Bloco de Esquerda – esquerda). | 25.158 (9%) | |
| | 230 - Socialismo e Democracia (PTLM – centro-direita). | 16.207 (6%) | |
| | 290 - O Partido que Muda o Brasil (PMB – direita). | 8.591 (3%) | |
| | 210 - Terra Trabalho e Soberania (OT – esquerda). | 5.398 (2%) | |
| | 260 - Movimento Popular (CMP - esquerda). | 5.105 (2%) | |
| | 235 - O Brasil Agarra Você (independente). | 2.361 (1%) | |
| | 12º DN / | 210 - Terra Trabalho e | |

| | | | |
|---------------------|--|--|---|
| PED - 2007 | Soberania (OT – esquerda). 220 - Esperança é Vermelha (AE – esquerda). 230 - Democracia pra Valer (independente). 240 – Mensagem (MP – centro). 250 - Partido é pra lutar (PTLM, MPT, NR – centro-direita). 260 - Movimento Popular (CMP - esquerda). 270 - Militância Socialista (MS – esquerda). 280 - Construindo um Novo Brasil (CNB – direita). 290 - Programa Operário e Socialista (independente - Esquerda). | 34.366 (12%) 3.399 (1%) 49.281 (17%) 56.716 (19%) 4.319 (1%) 14.293 (5%) 124.378(43%) 1.771 (1%) | Berzoini (CNB) |
| 13° DN / PED - 2009 | 210 - Terra, Trabalho e Soberania (OT – esquerda). 220 - Esquerda Socialista (AE, MS – esquerda). 230 – Contraponto (BS – esquerda). 240 - Mensagem ao Partido – MP (DS e outros – centro). 250 - Movimento: Partido para todos – (MPT - centro-direita). 270 - Partido para todos. (centro) 280 - O Partido que muda o Brasil – PMB (CNB, PTLM, NR – direita). 290 - Virar à esquerda (EM – esquerda). | 5.937 (1%) 48.115 (11%) 6.413 (1%) 72.820 (16%) 43.475 (10%) 25.341 (6%) 252.114 (56%) 3.407 (1%) | José Eduardo Dutra (CNB) |
| 14° DN / PED - 2013 | 210 – Constituinte por Terra, Trabalho e Soberania (OT – esquerda). 220 – A Esperança é Vermelha (AE – esquerda). 240 - Mensagem ao Partido – MP (DS e outros – cen- | 5.267 (1%) 19.669 (5%) 76.942 (21%) | Rui Falcão (NR – em aliança com a CNB e PTLM) |

| | | | |
|--|--|--------------|--|
| | tro). | | |
| | 250 - Partido é para todos na luta (MPT, EPS – centro). | 53.478 (14%) | |
| | 260 – Contraponto Socialista (BS – esquerda). | 3.635 (1%) | |
| | 270 – É pela esquerda que queremos o Brasil (MS – esquerda). | 12.388 (3%) | |
| | 290 – Virar à esquerda, reatar com o socialismo (EM – esquerda). | 2.489 (1%) | |
| | 280 - O Partido que muda o Brasil – PMB (CNB, PTLM, NR – direita). | 200.979(54%) | |

Tabela elaborada com base em notícias de jornais, sítios e blogs do PT e de várias tendências internas do partido. Elaboração própria, em 12 de setembro de 2016.

No PED-2001, José Dirceu foi eleito Presidente Nacional do PT ainda no primeiro turno, com 55% dos votos, superando os candidatos Raul Pont (17%), Júlio Quadros (15%), Tilden Santiago (8%), Ricardo Berzoini (3%) e Markus Sokol (2%). A chapa do Campo Majoritário sagrou-se vencedora com 52%; as três chapas da esquerda obtiveram juntas 33%; e as chapas de centro 16%.

Durante o PED 2005, a votação foi mais acirrada que no PED anterior. O candidato da direita petista, Ricardo Berzoini, obteve 42% dos votos no primeiro turno, superando Raul Pont (15%), Valter Pomar (15%), Plínio de Arruda Sampaio (13%), Maria do Rosário (13%), Markus Sokol (1%) e Gegê (1%). As chapas da direita (CNB e PMB) obtiveram 44%. O centro (MPT e PTLM) obteve 18%. A esquerda somou 37%, incluindo DS (12%), AE (12%), Bloco de Esquerda⁷⁶¹ (9%), OT (2%) e CMP (2%).

A disputa do segundo turno do PED-2005 foi extremamente acirrada, mas Berzoini (CNB) foi eleito Presidente do partido por uma diferença de pouco mais de um ponto percentual sobre Raul Pont (DS). Naquele ano, a esquerda petista perdeu a oportunidade de eleger um presidente nacional do PT. Contribuiu decisivamente para a derrota da esquerda a saída de

⁷⁶¹ Chapa formada pela FS e grupos menores.

Plínio de Arruda Sampaio e sua tendência, a Ação Popular Socialista – APS (antiga FS), pouco antes do segundo turno que escolheria o novo presidente nacional do partido. Naquele ano, vários parlamentares que participavam da APS foram para o PSOL. O que motivou a saída da tendência num momento político tão importante foi o prazo de desincompatibilização (para a APS poder concorrer às eleições de 2006 pelo PSOL), que terminava antes do segundo turno do PED.

Após a saída da APS, os próximos PEDs foram vencidos com facilidade pela direita petista. Paralelamente, a esquerda passou a ter gradativamente a sua força reduzida. Outro fator que contribuiu para isso foi à migração da DS para o centro político, quando compôs o campo Mensagem ao Partido (MP). Vale lembrar que o enfraquecimento da esquerda petista ocorreu no momento em que o PT vivia uma grande crise em decorrência de denúncias de corrupção envolvendo importantes lideranças do partido no governo, como José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoíno.

O PED-2007 sacramentou a hegemonia das forças de direita e centro. O candidato da direita, Ricardo Berzoini (CNB), conquistou 43% dos votos. Em segundo lugar ficou o candidato centrista Jilmar Tatto (PTLM), com 20%. Os demais candidatos que concorreram ao PED foram: José Eduardo Cardozo (19%), Valter Pomar (12%), Gilney Viana (4%), Marcus Sokol (1%) e Miranda (1%). O segundo turno do PED foi vencido por Berzoini por uma ampla margem sobre Tatto (61% contra 38%). Para a votação das chapas, a CNB foi a vencedora com 43%. As chapas de centro somaram 36% e as chapas de esquerda atingiram 20%.

No PED-2009 a direita reinou ainda mais soberana, elegendo José Eduardo Dutra ao cargo de Presidente Nacional do PT ainda no primeiro turno, com 58% dos votos. O segundo colocado foi José Eduardo Cardozo (17%), seguido por Geraldo Magela (12%), Iriny Lopes (11%), Marcus Sokol (1%) e Serge Goulart (1%). Nas eleições para as chapas houve vitória esmagadora do campo PMB (55%). As tendências de centro (DS, MPT e Partido Para Todos) somaram 32% e a esquerda petista (AE, MS, OT, BS e EM) somou somente 14%. Para a Direção Nacional da AE, o aumento do número de filiados que participaram do PED favoreceu a CNB, já que o momento de

grande aprovação popular do governo Lula incentivava o voto na chapa que era mais identificada com o governismo.⁷⁶²

O PED-2013 não resultou em nenhuma virada da esquerda petista. Longe disso, as forças situadas ao centro e à direita se fortaleceram. Apesar de a esquerda petista ter reduzido progressivamente a sua influência desde 2005, ela não saiu unificada para o PED-2013, dividindo-se em várias candidaturas e chapas. Além disso, diversos militantes e grupos, que antes integravam a esquerda, aderiram à CNB. O MPT, tendência tradicionalmente de centro, apoiou a candidatura de Rui Falcão (NR), que obteve apoio da CNB e PTLM.⁷⁶³

No PED-2013, Rui Falcão foi eleito Presidente Nacional do PT, com 70% dos votos, seguido por Paulo Teixeira (21%), Valter Pomar (5%), Renato Simões (3%), Markus Sokol (1%) e Serge Goulart (1%). Na votação para as chapas, o campo PMB obteve 54% dos votos, seguido pelo campo MP (21%), MPT e EPS (14%), AE (5%), MS (3%), OT (1%), BS (1%), EM (1%). Portanto, a tendência da direita obteve 54%, as tendências de centro obtiveram 35% e as tendências de esquerda alcançaram apenas 11% - o pior resultado alcançado pela esquerda petista.

⁷⁶² Direção Nacional da Articulação de Esquerda: avaliação do PED 2013. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/pt/ped-2013/direcao-nacional-da-articulacao-de-esquerda-avaliacao-do-ped-2013/#.V9shPPkrLIU>, acesso em 15 de setembro de 2016.

⁷⁶³ Idem.

Gráfico 3

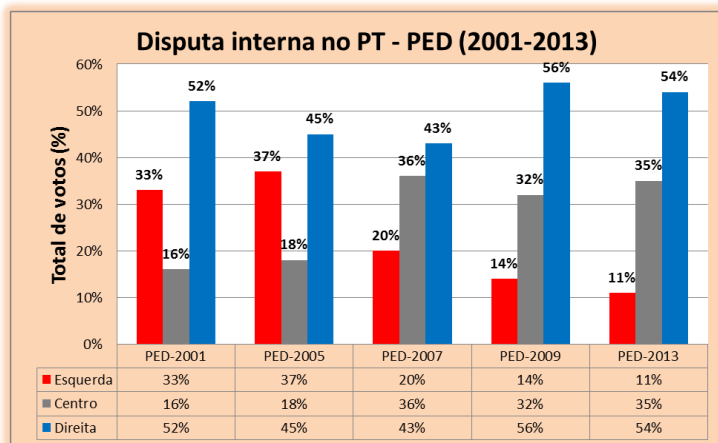


Gráfico elaborado com base em notícias de jornais, sítios e blogs do PT e de várias tendências internas do partido. Elaboração própria, em 12 de setembro de 2016.

Podemos observar no gráfico 3, que a esquerda petista se manteve na casa dos 33% (2001) e 37% (2005), até cair consideravelmente em 2007, alcançando 20% dos votos. Essa queda abrupta pode ser explicada, em parte, pela já mencionada saída da APS e de grupos de militantes durante a crise que atingiu o PT e o Governo Lula em 2005. Outro fator já mencionado foi transição da DS para o centro. Desde então, o centro tem representado aproximadamente 35% do Diretório Nacional do PT. Apesar de a DS ter se fortalecido politicamente ao ir para o centro, trazendo para a MP diversos integrantes da CNB, ela não obteve “êxito eleitoral: enquanto Raul Pont, representando a DS, havia ficado em segundo lugar em 2005, José Eduardo Cardozo, candidato da Mensagem/DS, termina em terceiro lugar em 2007”, afirmou a publicação da página da AE.⁷⁶⁴

Em consequência do crescimento da direita e do centro, a esquerda continuou a decair quando atingiu 14% no PED-2009 e somente 11% no PED-2013. Cabe destacar que a tendência AE perdeu força política ao fragmentar-se, fazendo surgir outras

⁷⁶⁴ Página 13. Quem Somos. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/apresentacao/quem-somos/>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

tendências menores, como a MS e a EPS. Esta última também apoiou a chapa de centro em 2013. Por outro lado, a direita petista alcançou maioria absoluta nos dois últimos PEDs, atingindo uma média de 55% dos votos.

Como podemos verificar no gráfico 4, o último PED foi o único que apresentou queda no total de participantes. Enquanto em 2009 votaram mais de 516 mil filiados, em 2013, o número de votantes foi inferior a 426 mil, representando um declínio de quase 90 mil votantes.

Gráfico 4

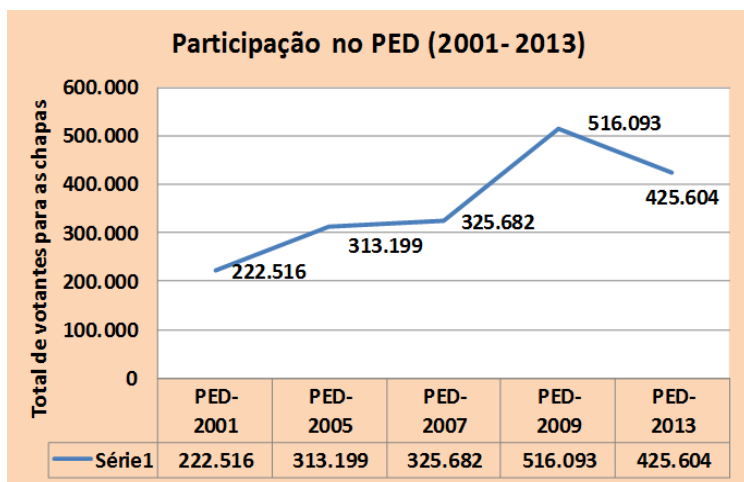


Gráfico elaborado com base em notícias de jornais, sítios e blogs do PT e de várias tendências internas do partido. Elaboração própria, em 12 de setembro de 2016.

Além do número menor de filiados que participaram, a desinformação foi um fator que comprometeu a qualidade do PED. Segundo a Direção Nacional de tendência AE, “a maioria dos que votaram não participou de nenhum debate, nem tampouco teve acesso ao jornal com as posições das chapas e candidaturas nacionais. Jornal que o grupo majoritário não queria enviar, motivo pelo qual foi postado muito tarde, chegando na casa de parte dos filiados depois da eleição”⁷⁶⁵.

⁷⁶⁵ Direção Nacional da Articulação de Esquerda: avaliação do PED 2013. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/pt/ped-2013/direcao->

7.1.2 A direção do PT e a disputa de hegemonia entre as tendências

Todos os presidentes da história do PT pertenceram ou estiveram coligados com a principal tendência petista (ART/CM/CNB), incluindo o atual presidente do partido, Rui Falcão (MPT). Nunca houve um presidente que representasse a esquerda petista. Dentre todas as forças políticas, as três mais representativas, que têm alcançado a maior votação nos últimos PEDs, são o PMB, a MP e o MPT. As tendências da esquerda petista têm tido cada vez menor expressão na direção do partido. Se a esquerda chegou a ser a maioria da Direção Nacional entre 1993 e 1995, no PED-2013 a ala formada pelas tendências de centro e direita obteve 89% dos votos, contra apenas 11% dos votos da esquerda.

Turra foi enfático em afirmar que não há possibilidade alguma de a esquerda reverter esse quadro de hegemonia absoluta da CNB, pois ela está presente em várias instâncias de poder político-institucional e de representação. Para o dirigente da OT, o que garante o poder da CNB não é o partido e sim a sua inserção nos governos, prefeituras, parlamentos, que conferem a ela, o poder de “nomear”, “comprar”, “corromper”...⁷⁶⁶ No entanto, se determinada tendência ou liderança faz uso de métodos antidemocráticos como “comprar e corromper”, ou se determinados militantes individualmente se vendem ou se deixam corromper, cabe ao partido intervir e adotar os devidos métodos de punição para cada caso. Logo, o partido não está alheio a isso. Vejamos um trecho da entrevista com Turra:

Possibilidade real não existe nenhuma, porque a disputa interna é completamente desequilibrada a favor da maioria, a partir do momento em que a maioria deixa de ser simplesmente uma maioria de militantes e passa a ser a expressão do poder de Estado, então, ela é quem dá cargos, quem vai para

nacional-da-articulacao-de-esquerda-avaliacao-do-ped-2013/#.V9shPPkrLIU, acesso em 15 de setembro de 2016.

⁷⁶⁶ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

ministérios. Então não há equilíbrio, (...) a relação de força é entre o “elefante” e a “formiguinha”, porque o “elefante” tem o poder de nomear, tem o poder de comprar, tem o poder de corromper, e a partir da máquina do Estado. Não é em função das posições do partido, o partido não tem propriedade de nada, mas quando o cara é prefeito ele pode selecionar quem são os seus... Governador também. Presidente da república então meu amigo... A máquina pública está a serviço da maioria. Quantos e quantos caras eram da ultraesquerda dentro do PT e viraram extremamente moderados a partir do momento em que assumiram cargos de gestão do Estado burguês?⁷⁶⁷

Diferentemente de Turra, Paludo considera que a esquerda poderá reverter o atual momento de hegemonia da CNB, mas a mudança dependerá do aprofundamento da crise. Para Paludo o “campo mais pragmático do partido” vencerá o PED-2017. Porém, “se o PT perder a eleição para a Presidência da República em 2018 irá aprofundar a crise e, talvez, a direção que resultar dessa crise possa ser de maioria de esquerda”.⁷⁶⁸ Para criar a força política capaz de confrontar a CNB é preciso que as várias tendências da esquerda petista se unifiquem para os próximos PEDs, sugere o dirigente da MS:

Vamos mantendo as tendências, suas organizações internas, suas dinâmicas internas, vamos tentar “blocar” na política, em alguns pontos que nos une, porque nós temos sim condições de virarmos hegemônicos em 2017 ou 2020. (...) O ideal é que pudesse ganhar o governo e mudar o PT ao mesmo tempo, mas o problema é que o sistema, a estrutura, o funcionamento da lógica política brasileira faz com que o partido que esteja no

⁷⁶⁷ Ibidem.

⁷⁶⁸ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

governo atraia o oportunismo, porque é a lógica pragmática, a lógica do poder, *realpolitik*, do interesse, da ganância do poder.⁷⁶⁹

Quando fizemos as entrevistas para esta tese, Dilma Rousseff ainda governava. Com o impeachment da presidenta, em 31 de agosto de 2016, a crise do PT se intensificou. Se, durante os momentos de crise, diversas tendências e grupos de militantes, das mais variadas vertentes ideológicas, saíram do PT, resta saber por quanto tempo a esquerda socialista e anticapitalista continuará convivendo com os “moderados” no partido. Todavia, ao longo da história do partido, a maior parte das tendências e grupos saiu “pela esquerda”. As primeiras cisões foram a Causa Operária e a Convergência Socialista, por questões que envolveram a legalização das tendências no início da década de 1990. Após a fundação do PSOL, em 2004, ocorreram várias cisões e mudanças na esquerda petista, como a saída da APS (antiga FS), de parte da DS e AE, além de grupos regionais. Em 2015, ocorreu à saída da EM, que também integrou o PSOL. Todos estes fatores contribuíram para o enfraquecimento da esquerda petista, especialmente a partir de 2004. Por outro lado, ocorreram algumas saídas pela direita, como o grupo de Marina Silva, que deu origem à Rede Sustentabilidade (Rede), em 2015; e a Marta Suplicy, que concorreu à prefeitura de São Paulo pelo PMDB, em 2016.

Algumas lideranças da esquerda petista consideram que haverá muitas saídas também pela direita. Esta é uma das esperanças da esquerda em recuperar o espaço perdido no partido. “(...) se o PT perder o governo em 2018, eu não tenho dúvidas que terão muitas saídas pela direita”, diz Paludo.⁷⁷⁰ Por outro lado, Turra avaliou que em decorrência da desmoralização do partido, estaria ocorrendo uma “debandada de parlamentares” da direita petista para garantir as suas candidaturas em outros partidos a partir das eleições de 2016.⁷⁷¹ Vejamos um fragmento da entrevista com Turra:

⁷⁶⁹ Ibidem.

⁷⁷⁰ Ibidem.

⁷⁷¹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Eu acho que eles (a CNB) decompuseram nessa crise. Não acho que a tendência deles está mais forte, acho que a tendência é a decomposição, o isolamento, onde os interesses particulares vão predominar em relação aos interesses do partido. Isso você vai observar no mês que vem. Vai ter uma debandada de parlamentares do PT para buscar outras siglas para concorrer às eleições do ano que vem, porque em 2016, quem se apresentar com a legenda do PT, vai ser “corrupto”, “mensaleiro”. Eu estive no Congresso da CUT no Amazonas, (...) três prefeitos do PT já saíram do partido para disputar as eleições do ano que vem. Eu estive no Paraná, (...) cerca de 100 vereadores espalhados em todo o Estado do Paraná já saíram do PT para procurar outras legendas, e toda essa turma é do campo majoritário, é da CNB, não é das correntes mais ideológicas do PT. (...) E esses caras vão sair do PT dizendo o seguinte, usando inclusive como campanha eleitoral: saí porque era um partido de corruptos. Para ganhar votos da classe média.⁷⁷²

Segundo Fritsch, as tendências do PT têm passado por um processo de transformação, o que faz com que elas se subordinem demasiadamente aos mandatos nos poderes executivo e legislativo. Para ele, as tendências devem “resgatar a relação do PT com os movimentos sociais, as lutas sociais, a juventude, as organizações LGBT...”. No entanto, atualmente, a maioria das tendências funciona em torno de mandatos de cargos eletivos ou sindicatos cutistas.⁷⁷³ Tal como Fritsch, Padilha considera que o PT “nos últimos tempos, ‘fechou um pouco a porta’ para o movimento social e se preocupou muito com os mandatos”.⁷⁷⁴

⁷⁷² Ibidem.

⁷⁷³ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

⁷⁷⁴ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

Almeida fala da importância em garantir a autonomia do partido em relação aos governos exercidos pelo PT, “assegurando a construção de um projeto com lógica participativa, democrática, popular e socialista. A corrente considerada majoritária, em sintonia com a direção do partido (...) seguiu a lógica eleitoral e, no governo, de conciliação, descaracterizando o projeto político, esquecendo o trabalho de base, da formação política, a disputa de ideias na sociedade”, critica a representante da AE.⁷⁷⁵

Para Paludo, o vínculo intrínseco aos gabinetes e o consequente distanciamento em relação às massas é uma lógica própria da CNB, que consegue manter-se hegemônica através das alianças estabelecidas com outras tendências e grupos regionais, além de controlar os principais cargos da direção partidária. Regionalmente, os únicos Estados brasileiros em que a esquerda dirige o partido são RS, em que a AE e a DS são maioria, e SC, cuja maioria da direção está com a MS e a DS. Nos outros Estados a CNB é hegemônica.⁷⁷⁶ Vejamos o relato de Paludo:

A CNB hoje tem muitas divisões internas, uma rede de composições de interesses, em cada Estado, em cada setor sindical, são muito fortes a nível nacional também. Ela tem uma lógica diferente da Militância Socialista. Eles se organizam de outra forma: apoio do mandato desse, daquele... Eles são hegemônicos em nível nacional. (...) Às vezes, um grupo regional é mais forte que a CNB, mas nacionalmente eles estão aliados. O “controlar a máquina”, aquilo que o [Angelo] Panebianco fala no clássico sobre os partidos políticos. Eles controlam as zonas de incertezas do partido: presidência, tesouraria, secretaria de organização, secretaria de comunicação. Com isso, eles conseguem também fazer acordos com os grupos regionais, mesmo que não sejam orgânicos da tendência deles. (...) Agora, são raras as tendências

⁷⁷⁵ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

⁷⁷⁶ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

de esquerda que conseguem ter hegemonia nos Estados.⁷⁷⁷

Padilha não concorda com a classificação das tendências petistas em esquerda, centro e direita: “eu vejo estratégias diferentes para a mesma finalidade. Eu acredito que não há como pensar numa hegemonia da esquerda do PT porque não há como pensar numa hegemonia da direita do PT”⁷⁷⁸. Segundo a sua forma de pensar, se a finalidade é a mesma (uma sociedade justa, igualitária, democrática, que saiba respeitar e conviver com as diferenças, etc.), logo, não há porque classificar as tendências em esquerda, centro e direita. No entanto, esta classificação não diz respeito apenas aos fins, mas também aos meios e táticas adotadas, e isso não é irrelevante na medida em que as táticas podem comprometer as estratégias e os meios podem corromper os fins. Portanto, uma das grandes diferenças entre a esquerda e a direita petista, é que a esquerda defende o enfrentamento de classes para que seja possível fazer reformas estruturais, enquanto a direita procura sustentar o caminho da conciliação de classes, política atualmente predominante no PT. Além disso, as tendências de esquerda, centro e direita correspondem, de forma não muito rígida, às várias correntes ideológicas apontadas por Pomar (social-liberal, desenvolvimentista, socialdemocrata clássica, socialista clássica), o que faz com que elas também não possuam os mesmo fins.

Padilha reconhece o risco de o PT perder a identidade ao estabelecer alianças duradouras com partidos de centro e direita, principalmente quando as alianças não são construídas em torno de um programa e sim a partir do critério numérico (número de votos, tempo de participação na TV, obtenção de recursos financeiros). Podemos citar diversos exemplos de alianças construídas pelo PT com partidos de centro e direita, que acabaram repelindo o apoio de parte considerável da esquerda. É o que aconteceu em São Paulo, quando o PT se aliou ao PP de Paulo Maluf; Alagoas, após a aliança com o PTB de Fernando Collor; Maranhão, depois de firmada a aliança com o PMDB de Roseana Sarney; Rio de Janeiro, quando o PT participou de

⁷⁷⁷ Ibidem.

⁷⁷⁸ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

vários governos e prefeituras do PMDB. Portanto, mesmo que a estratégia seja eleitoral, dependendo das concessões que forem feitas, as perdas serão muito maiores do que os eventuais ganhos, principalmente em médio e longo prazo.

7.1.3 As teses apresentadas no 5º Congresso

As tendências que apresentaram tese ao 5º Congresso Nacional do PT foram: AE - apresentou a tese “Um Partido para Tempos de Guerra”; OT – apresentou a tese “Resgatar o Petismo no PT”; MP (DS e outros) – apresentou a tese “Mudar Mais – Por um novo Ciclo de Mudanças Democráticas no País”; MS – apresentou a tese “Contribuição da Militância Socialista”; PMB (CNB, PTLM e NR) – apresentou a tese “O 5º Congresso do PT – Manifesto”; Partido para Todos na Luta (MPT, Tribo, Socialismo XXI e independentes) – apresentou a tese “O Tempo não Para”; EM (hoje no PSOL) - apresentou a tese “Abaixo a política de austeridade! Anulação das Privatizações! Não Pagamento da Dívida! Fora os capitalistas do governo!”.

A tese da AE destacou os avanços obtidos durante os governos Lula e Dilma, com destaque para a ampliação do bem-estar social, através da política de geração de empregos, valorização dos salários, programas destinados à moradia e saúde pública. Para conter a ofensiva da direita contra os avanços sociais, a AE propôs: 1) reocupar as ruas, apoiando, participando, mobilizando e ajudando a “organizar as manifestações programadas pelos movimentos e organizações das classes trabalhadoras”; 2) construir uma Frente Democrática e Popular “em defesa da democracia e das reformas”; 3) mudar a estratégia do PT, visando à realização de reformas estruturais no Brasil, estabelecendo alianças com a “esquerda política e social” e combinando” luta institucional, luta social e luta cultural”; 4) alterar a linha do governo para que “os ricos paguem a conta do ajuste” e a “presidenta assumo protagonismo na luta contra a direita, contra o PIG [partido da imprensa golpista] e contra a especulação financeira”. 5) mudar o PT, pois “precisamos de um partido para tempos de guerra”. As propostas apontaram para a necessidade de disputar hegemonia com as forças conservadoras da sociedade, através de várias frentes de luta (política-institucional, social, cultural). Ao mesmo tempo, a tendência propôs que a presidenta Dilma adotasse uma posição de

enfrentamento aos interesses da direita, já que “uma política recuada é mais arriscada que uma política ousada”.⁷⁷⁹

A AE contrapôs a estratégia “melhorista” praticada pelos governos Lula e Dilma à estratégia das reformas estruturais. Enquanto a estratégia do PT dos anos 1980 e 1990 era a de “combinar políticas públicas com transformações estruturais (...) articuladas com a luta pelo socialismo”, a estratégia melhorista visa melhorar a vida do povo através de políticas públicas sem alterar a estrutura, estabelecendo “concessões ao grande capital, à oposição de direita e ao oligopólio da comunicação”. Segundo a tese da AE, desde 1995, a disputa de poder e de hegemonia, bem como a realização de reformas estruturais, deixou de fazer parte da estratégia do PT, sendo substituída pela estratégia de “conquistar o governo”, o que não implica necessariamente em conquistar o poder, ainda mais considerando que foram governos de ampla coalizão. Portanto, o governo que assumiu uma posição excessivamente “administrativa e tecnocrática”, deveria não apenas administrar, mas também liderar politicamente.⁷⁸⁰

Ao propor a democratização da mídia, a AE mencionou a falta de uma preocupação maior com a disputa de hegemonia pelos governos Lula e Dilma: “melhoramos a vida das classes trabalhadoras, sem elevar de maneira correspondente seus níveis de politização e organização; mantivemos intacto o monopólio da mídia...”. Outra proposta da AE foi a de reforma política, com “proibição do financiamento empresarial, o fim das coligações nas eleições proporcionais, o voto em listas partidárias, a paridade de gênero, a ampliação dos canais de participação popular, entre outros”.⁷⁸¹

Outras propostas apresentadas pela AE foram: criação de instrumentos de democracia direta e participativa; o fim do fator previdenciário, implantação da jornada de trabalho de 40 horas sem redução dos salários; a realização de reformas estruturais (mídia democrática, reforma agrária e urbana), universalização das políticas de saúde e educação, desmilitarização das polícias militares, proteção aos direitos humanos (criminalizar a homofobia, combater o racismo e a discriminação de gênero,

⁷⁷⁹ Um partido para Tempos de Guerra. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁸⁰ Ibidem.

⁷⁸¹ Ibidem.

rever a Lei da Anistia para punir os torturadores); soberania sobre as riquezas nacionais (pré-sal e outras).⁷⁸²

A tese da OT destacou o giro à direita da presidenta Dilma, caracterizado pelo Plano Levy e as “medidas de ajuste fiscal recessivo (restrição de direitos, contingenciamento de verbas, impostos para reduzir o consumo, etc.), só para retomar o superávit primário e entregar aos especuladores e banqueiros”. Segundo a tese, ao manter essa política o governo corria o risco de perder o apoio de sua base social.⁷⁸³ Sobre esta questão, vale lembrar que o enfraquecimento da base social pró-governo e o avanço das manifestações antipetistas foram fundamentais para que Dilma Rousseff sofresse o impeachment no ano seguinte.

A OT criticou as estratégias da conciliação de classes e do “presidencialismo de coalizão”, que estariam enfraquecendo do PT: “desde 2002, diminuiu a bancada federal dos 91 deputados de então para os 69 de agora”. A tendência também propôs que fosse realizada a reforma política e a criação de uma “Constituinte Soberana e Exclusiva” para a realização da mesma. Diferente de outras tendências petistas, a OT propôs (para além do fim do financiamento empresarial de campanhas) o financiamento público exclusivo de campanhas.⁷⁸⁴

Outras propostas apresentadas pela tese da OT foram: realização de reforma agrária e urbana; recuperação do “petróleo para a Petrobrás 100% estatal”; incentivo à industrialização a partir da redução da taxa de juros; fim das “metas do superávit primário”; adoção de políticas que protejam a economia nacional; reestatização das empresas privatizadas; desmilitarização das polícias; revogação da lei da anistia com a punição dos criminosos; jornada de trabalho de 40 horas; vagas para todos nas universidades públicas; reforma tributária, imposto sobre grandes fortunas, correção e ampliação das faixas do IRPF. Em relação ao PT, a OT se contrapôs às alianças com o PMDB e posicionou-se contra o PED: “é preciso uma reforma política no PT como um todo”, afirmou a tese.⁷⁸⁵

⁷⁸² Ibidem.

⁷⁸³ Resgatar o Petismo no PT. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁸⁴ Ibidem.

⁷⁸⁵ Ibidem.

A tese da MP resgatou as propostas socialistas aprovadas pelo PT no 7º EN (1990) e I CN (1991), enfatizando que a concepção de socialismo defendida pelo campo político é a de um socialismo democrático alternativo ao socialismo do Leste Europeu e à socialdemocracia europeia. Para chegar ao socialismo democrático a MP propôs a “revolução democrática”, cuja característica é aprofundar e intensificar as conquistas dos “direitos democráticos dos trabalhadores e dos setores populares, do direito à igualdade, à diversidade, à inclusão e à sustentabilidade socioambiental”. Portanto, a MP entende que “revolução democrática é exatamente o oposto de uma revolução passiva”, conceito gramsciano que supõe uma transformação política e social dirigida pelo alto, pelos “de cima”, substituindo a luta política, social e cultural da classe trabalhadora.⁷⁸⁶

A tese da MP defendeu a “governabilidade programática” estabelecida na campanha de reeleição de Dilma Rousseff em 2014, cujas características eram a “democratização do poder e um novo ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda e democratização do acesso à propriedade (reformas agrária, urbana e regulação democrática dos meios de comunicação)”.⁷⁸⁷ No entanto, nada disso foi alcançado durante o segundo governo Dilma, quando a economia parou de crescer e a grande mídia construiu uma intensa campanha contra o PT e pelo *impeachment* da presidenta, que quanto mais recuava e cedia espaço (oferecendo cargos como os de ministros, secretários, chefes de repartições e de empresas públicas), mais a direita se aproveitava da situação de fragilidade do governo, exigindo políticas de ajuste fiscal, com cortes nos gastos sociais e redução de direitos trabalhistas.

A tese da MP propôs a criação de um “novo ciclo econômico desenvolvimentista, distributivista e sustentável” para fazer frente ao conservadorismo e ao neoliberalismo.⁷⁸⁸ Todavia, consideramos problemática a visão que atrela o desenvolvimento social ao crescimento econômico, pois a política de conciliação de classes só funcionou enquanto houve desenvolvimento

⁷⁸⁶ Mudar Mais – Por um novo Ciclo de Mudanças Democráticas no País. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁸⁷ Ibidem.

⁷⁸⁸ Ibidem.

capitalista, isto é, enquanto a classe capitalista, sobretudo do setor financeiro, beneficiava-se com os governos petistas, mais do que com os governos antecessores. Quando a economia entrou na fase recessiva (a qual estamos vivenciando), o golpe veio à tona e a classe trabalhadora foi quem teve que pagar (e está pagando) pelos custos da crise. Portanto, a estratégia adotada pelos governos Lula e Dilma, através da política de conciliação de classes, comprometeu o objetivo de aprofundar as reformas.

Outras propostas apresentadas pela tese da MP foram: fim do financiamento empresarial de campanhas; controle de “remessas financeiras para paraísos fiscais”; valorização de iniciativas sul-americanas de cooperação econômica, social e política, como o Mercosul e a Unasul; aprofundamento de mecanismos de participação democrática (conferências, conselhos, orçamentos participativos, referendos, plebiscitos, consultas populares); regulação democrática da mídia, contra o oligopólio da comunicação; criação de um “sistema público de comunicação dirigido por conselhos pluralistas e mistos de representação do governo e da sociedade civil”; criação do imposto sobre grandes fortunas; intensificação das políticas de defesa dos direitos civis e individuais (mulheres, negros, indígenas, juventude, LGBT, pessoas com necessidades especiais). O campo MP também se posicionou contra o PED para as eleições internas do PT.⁷⁸⁹

Por sua vez, a MS afirmou em sua tese que “ser socialista é ser anticapitalista... (...) é lutar por um sistema socialmente justo, politicamente democrático, economicamente sustentável e culturalmente libertador”. A tendência afirmou seu caráter anticapitalista pelas seguintes razões: 1) a persistência das desigualdades no mundo, apesar do avanço tecnológico e do aumento da produção; 2) o “aumento da concentração de riquezas” e da “desigualdade entre países ricos e países pobres”; 3) o “aumento da desigualdade de rendimento do capital especulativo em relação ao capital produtivo”; 4) a incapacidade do sistema capitalista em produzir e distribuir riquezas ao mesmo tempo. Para alcançar o socialismo, a MS propôs “a divisão equânime da renda e riqueza produzida socialmente”, que deveria ser feita mediante políticas que afrontassem os interesses do capital (especialmente o especulativo), como a taxação das

⁷⁸⁹ Ibidem.

grandes fortunas. A tese não defendeu a estatização ampla e irrestrita da economia, como fizeram os países do Leste Europeu, mas um sistema de produção e distribuição com cooperativas, pequenas e médias propriedades.⁷⁹⁰

A tese da MS apresentou um balanço político e socioeconômico da América Latina no século XXI. Segundo o balanço, teria saído da pobreza cerca de 60 milhões de latino-americanos entre 2002 e 2013. No período de 2004 a 2011, a economia da região cresceu em média 4,3% ao ano. No entanto, a média de crescimento das economias latino-americanas tem caído desde 2012, quando atingiu 2,1%. Em 2014, o crescimento econômico registrado para a América Latina foi de apenas 1,2%. Fatores como a queda dos preços do petróleo⁷⁹¹ e das *commodities* contribuíram para o fraco desempenho econômico na região.⁷⁹²

Beneficiado pelo ciclo virtuoso da economia, o governo Lula pode oferecer uma significativa melhoria da “vida dos de baixo (sem mexer nos de cima)”. Diversos programas sociais contribuíram para a redução da pobreza e da miséria no Brasil, como o Programa Bolsa Família, Mais Médicos e Luz para Todos; a construção de casas populares, escolas técnicas e universidades públicas; a política de valorização do salário mínimo e geração de empregos. Apesar de todos os avanços sociais, surgiram várias denúncias de corrupção em consequência dos acordos entre o setor público e o privado; foram mantidos “os privilégios das elites e conseqüentemente não houve reformas estruturais do Estado e até mesmo as reformas econômicas e sociais foram adiadas em nome da governabilidade”.⁷⁹³

⁷⁹⁰ Contribuição da Militância Socialista. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁹¹ A Arábia Saudita e outros membros da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aliados dos EUA planejaram a queda brusca do preço do barril de petróleo nos últimos anos, visando favorecer os EUA e enfraquecer os países emergentes, como a Rússia, o Irã e, principalmente, a Venezuela. A exploração brasileira do pré-sal também foi prejudicada. “O Tempo Não Para”. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁹² Contribuição da Militância Socialista. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁷⁹³ *Ibidem*.

As principais propostas apresentadas pela MS foram: a convocação de um plebiscito para debater a reforma política; a criação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva e Soberana para realizar a reforma política⁷⁹⁴ e do judiciário, com “eleições diretas para membros dos tribunais”; a realização da reforma tributária e a taxação de fortunas, heranças e lucros; a instituição da jornada de trabalho de 40 horas semanais; a defesa dos direitos humanos e individuais; a proibição da concentração e monopólio da mídia; a garantia de 10% do orçamento para a saúde e de 100% dos *royalties* do pré-sal para a educação e saúde. Para o PT, a MS defendeu o fim do PED e propôs que o partido retomasse o “conceito de disputa de hegemonia, combinando a ação institucional, articulada com as lutas dos movimentos sociais e com base numa forte articulação interna, com vistas reencantar a juventude e a sociedade como um todo”.⁷⁹⁵

A tese do campo PMB afirmou que “o PT não chegou em 2003 ao poder”, pois o poder “não é um lugar a que se chega” e sim a “expressão de uma correlação mutante de forças sociais e políticas. Ele só se conquista com iniciativas políticas e se traduz na afirmação de novas ideias, novos valores e de uma nova cultura política”. A tese também destacou que o PT no governo não conseguiu fazer uma “reforma política e do Estado em sintonia com as transformações econômicas e sociais”, de modo que “o novo ficou aprisionado pelo velho”.⁷⁹⁶ Ainda que o partido não tenha “chegado ao poder”, ao chegar à Presidência da República o PT pôde nomear ministros, secretários e diretores de empresas estatais, instituir medidas provisórias com força de lei em caráter de urgência, criar projetos de lei e de emenda constitucional, aplicar e vetar projetos de lei, total ou parcialmente, ou seja, se ser governo não é igual a ter poder, também é certo que ser governo é ter condições de fazer uso de

⁷⁹⁴ Para a reforma política, a MS propôs o financiamento público de campanhas, a votação em lista “com paridade de gênero”, o fim das alianças proporcionais e o fim da reeleição para o executivo e o senado. Contribuição da Militância Socialista. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Ibidem.

⁷⁹⁵ Idem.

⁷⁹⁶ O 5º Congresso do PT - Manifesto. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

um poder relativo. Não obstante, os governos petistas não conseguiram avançar na reforma do Estado e na reforma política. Atenderam a muitas das demandas sociais sem comprometer ou afrontar os interesses das elites econômicas do país, sobretudo a financeira. Além de inviabilizar as reformas estruturais, a política de conciliação de classes comprometeu a hegemonia, já que as forças à direita, que compuseram alianças e acordos com o governo, somaram-se à oposição de direita durante o processo golpista que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff.

Segundo a tese do campo PMB, os governos petistas ficaram aprisionados ao “Presidencialismo de Coalisão... (...) Nele, para ter o necessário apoio legislativo, o Executivo é compelido a construir uma base de sustentação partidária, que historicamente revelou-se muito mais sensível à concessão de favores e prebendas do que a acordos em torno de programas”.⁷⁹⁷ Se o presidencialismo de coalisão não foi suficiente para evitar o golpe contra o governo petista, por outro lado, não é possível afirmar com precisão qual teria sido o destino dos governos petistas se a escolha política tivesse sido a de governar por decreto (como fez Hugo Chávez durante o seu primeiro mandato presidencial⁷⁹⁸), com medidas provisórias que atendessem ao clamor popular e as lutas históricas dos movimentos sociais, sem precisar construir alianças com partidos de centro e direita para conseguir o apoio da maioria no Congresso. Em que pese às profundas diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais entre Brasil e Venezuela, o “chavismo” resiste há mais de dezoito

⁷⁹⁷ Ibidem.

⁷⁹⁸ Chávez assumiu a Presidência da Venezuela em 1999, contando com o apoio da minoria do Parlamento. Apesar de não ter maioria na Assembleia Nacional, os decretos populares instituídos pelo presidente conquistaram o apoio das massas. Além de obter forte apoio popular, o governo venezuelano adotou políticas que enfraqueceram substancialmente o monopólio da comunicação na Venezuela, com a criação de várias redes públicas de televisão de longo alcance. Já no seu segundo mandato, a partir de 2002, Chávez pôde contar com o apoio da maioria da Assembleia Nacional, o que contribuiu muito para o avanço das reformas e a implementação dos programas sociais. COIMBRA, Eric Araujo Dias. O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo. Dissertação de Mestrado em Geografia orientada por Marco Antônio Franciotti. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2009. (ver repetição).

anos (apesar das grandes dificuldades econômicas e da morte de seu principal líder), enquanto o “petismo” perdeu o governo em pouco mais de quatorze anos.

A “vida interna do PT empobreceu. As tendências, que expressavam nossa democracia interna e a diversidade de sensibilidades políticas e ideológicas que possuímos, se burocratizaram, junto à burocratização do partido”, afirmou o documento do campo que no passado (quando era Articulação) se opôs a existência de tendências permanentes no PT. Apesar das críticas à descaracterização das tendências e à burocratização, o campo PMB foi a única força que apoiou a permanência do PED.⁷⁹⁹

As principais propostas apresentadas pelo campo PMB foram: realizar uma reforma tributária que reverta o sistema “regressivo de impostos”; concessão de crédito para “a indústria, a inovação e o emprego”; “reforma agrária e apoio à agricultura familiar”; fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS); reforma educacional e reforma política.⁸⁰⁰

A tese intitulada “O Tempo não Para”, assinada pelas tendências MPT, Tribo, Socialismo 21 (atual AS21) e independentes, criticou a política de conciliação de classes para garantir a governabilidade e sugeriu que o PT mudasse a sua tática sob o risco de se converter em “mais um partido socialdemocrata, marcado por interesses fisiologistas e incapaz de disputar a sociedade brasileira”.⁸⁰¹ Vejamos um trecho do documento:

O caminho que trilhamos para a conquista do Governo Federal e os discursos, por vezes vazios e por vezes necessários, da defesa da governabilidade, nos levaram a exercer uma política da conciliação de classes, nos descaracterizando enquanto partido classista, dos trabalhadores e trabalhadoras. (...) Experimentamos os limites da política de conciliação de classes e, apesar dos avanços, não

⁷⁹⁹ O 5º Congresso do PT – Manifesto. Op cit.

⁸⁰⁰ Ibidem.

⁸⁰¹ O Tempo não Para. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

conseguimos transformar em realidade muitas de nossas bandeiras históricas. (...) ou revisamos nossa tática e nos repositonamos no cenário político nacional (reafirmando o socialismo como estratégia)...⁸⁰²

A tese afirmou não ser apenas reformista, pois considerou que o capitalismo não é um sistema reformável, sendo necessário, portanto, romper com “a cultura e com a estrutura do sistema capitalista”. Conforme o documento, políticas como o “Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o aumento real do salário mínimo e o Bolsa Família”, foram “essenciais, mas também limitados”. Para fazer avançar as políticas econômicas e sociais seria preciso “fazer escolhas e contrariar interesses”, ou seja, teria que ser feitas reformas estruturais, como a “tributária, a urbana, a agrária, a taxaço de grandes fortunas, a democratizaço da mídia e a reforma política”.⁸⁰³ Contudo, não foi possível fazer estas reformas mantendo a conciliaço de classes. O pacto pela “governabilidade” só permitiu reformas que não alterassem as estruturas da sociedade e que não compromettesse os interesses das elites econômicas e financeiras.

A tese “O Tempo não Para” lamentou que a juventude tivesse perdido expressáo no PT, que passou a ser visto por muitos jovens como um “partido tradicional”. O documento fez menço à disputa de hegemonia: “a juventude petista deverá fazer a luta política, construir a contra-hegemonia ao neoliberalismo... (...) precisamos de uma estruturaço que priorize a disputa dos coraço e mentes...”. As principais propostas apresentadas pela tese foram: a luta por mudanças na política econômica, contra o aumento da taxa de juros; a reforma política e o fim do financiamento empresarial de campanha; o fim do PED no PT.⁸⁰⁴

A tese da EM criticou a política “apresentada como ‘realista’” pela Direção Nacional do PT. Segundo a tendência, tratava-se de uma “política reformista de continuidade de ordem econômica e financeira internacional, de gerenciamento do

⁸⁰² Ibidem.

⁸⁰³ Ibidem.

⁸⁰⁴ Ibidem.

capitalismo e de concretamente abandonar a luta pelo socialismo”. A tendência condenou as privatizações do governo Dilma, “como o vergonhoso leilão do Campo de Libra”, “as bondades aos capitalistas” e a “repressão aos movimentos sociais”. Mais adiante, a EM criticou a política desenvolvimentista adotada pelos governos petistas por ser uma política de “embelezamento do capitalismo” e por significar a “adaptação aos setores capitalistas e o abandono da luta pelo socialismo”.⁸⁰⁵

Eis algumas propostas defendidas pela EM: demissão dos “ministros capitalistas” e o rompimento com “os partidos do capital”; “revogar o fator previdenciário e a reforma da previdência”; “fim do financiamento público à toda a imprensa burguesa” e estatização da Rede Globo; “fim das privatizações dos portos, aeroportos e rodovias”; “cancelamento dos leilões do Campo de Libra! Todo petróleo (do poço ao posto) para uma Petrobrás 100% estatal! Reestatização de empresas e serviços públicos privatizados”; contra a retirada de direitos da classe trabalhadora.⁸⁰⁶

Verificamos que todas as tendências petistas defenderam a realização de uma reforma política e se posicionaram contra o financiamento empresarial de campanhas. As tendências de esquerda (AE, MS, OT e EM) adotaram uma posição muito mais crítica em relação à política de conciliação de classes e à política de alianças. As tendências que integram o centro (MP; MPT e outras), criticaram apenas alguns pontos destas políticas. A direita (PMB) elaborou um texto muito mais sucinto evitando abordar assuntos polêmicos. Todas as tendências posicionaram contra o PED no PT, com exceção do campo PMB, que atualmente hegemoniza o partido.

7.1.4 Resultados e considerações sobre o 5º Congresso

O V Congresso Nacional do PT foi amplamente criticado por quase todas as lideranças entrevistadas. Uma das críticas foi o

⁸⁰⁵ Abaixo a política de austeridade! Anulação das Privatizações! Não Pagamento da Dívida! Fora os capitalistas do governo. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015.

⁸⁰⁶ Ibidem.

fato dos delegados terem sido escolhidos três anos antes do Congresso, de modo que a escolha não representou a realidade do partido, que passou por mudanças ao longo do período (quando da realização do Congresso, alguns delegados já nem estavam mais filiados). Para Fritsch, “(...) foi um congresso que vai passar para história como um congresso que foi realizado em Salvador, todo mundo gostou, porque é uma cidade importante, bonita... Mais para turismo do que propriamente para o debate interno e para o enfrentamento da crise”, ironiza.⁸⁰⁷

Pont considerou que o Congresso foi “frustrante”, já que os delegados foram “tirados há muito tempo, sem incorporar ou representar o debate eleitoral”.⁸⁰⁸ Para Paludo o Congresso foi de “baixo perfil (...) não houve acúmulo (...) foi uma frustração, não decidiu nada”, pois deveria ter sido construído “com a base, com os movimentos sociais, com intelectuais... (...) Como não foi feita a parte anterior, não dava para esperar que o Congresso fosse ‘tirar da cartola’ um programa para o Brasil”.⁸⁰⁹

Almeida considerou que a “expectativa era muito grande no sentido de que aprovássemos resoluções, propostas, que culminassem em mudanças na linha política e no funcionamento do partido. Infelizmente se perdeu essa oportunidade; prevaleceu uma posição conservadora, contrária às mudanças propostas”, lamenta.⁸¹⁰ Para Árabe, o Congresso foi “extremamente limitado, aquém dos desafios; expressão dos limites da atual maioria partidária”.⁸¹¹ Fritsch afirmou que o congresso “foi ruim. Foi um congresso que mostrou a fragilidade da nossa direção nacional”.⁸¹² Paludo criticou abertamente a maioria da direção do partido, “pela falta de estratégia, falta de rumo, de direção política. Tem uma maioria, mas eles não defendem uma política... ficam

⁸⁰⁷ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

⁸⁰⁸ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁸⁰⁹ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁸¹⁰ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

⁸¹¹ ÁRABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

⁸¹² FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

administrando o caos”.⁸¹³ Para os depoentes supracitados, a direção majoritária do PT (PMB) é a grande responsável pelas posições conservadoras, ou seja, pela falta de diretrizes políticas que poderiam significar mudanças importantes no partido e na condução dos rumos do governo federal.

Um dos temas mais criticados por quase todas as tendências foi o PED. No entanto, o V Congresso aprovou a permanência desse sistema, graças ao apoio do campo PMB, que obteve a maioria absoluta dos delegados presentes. Para Pont, os congressistas “preferiram (...) não aprofundar uma autocritica de funcionamento do Partido e de seu sistema interno...” Para o dirigente da MP, acabar com o PED significaria acabar “com os processos eleitorais viciados pelo voto de cabresto e do poder econômico”.

Outra proposta que, para Pont, deveria ter sido aprovada, é o “afastamento imediato de todos os dirigentes e parlamentares petistas envolvidos em processos de corrupção denunciados pelo Ministério Público e pelo Judiciário”.⁸¹⁴ Fritsch lamenta que o Congresso não tenha discutido o tema do “não financiamento privado-empresarial de campanha para a reforma política”. Apesar de ter discutido a questão sobre a auditoria da dívida externa, “na hora de fazer o encaminhamento não se vê nada, nada”, critica o dirigente da EPS.⁸¹⁵

Diante da crise “onde o lulismo acabou enquanto modelo de gestão”, era esperado que o V Congresso discutisse os rumos do governo, afirma Paludo. A crise já apontava para inviabilidade da política que atendia aos interesses de amplos setores sociais (conhecida por “lulismo”) e exigia que o governo optasse entre privilegiar as classes subalternas ou as classes representadas pelo capital industrial e financeiro. Era “um momento riquíssimo para se preparar um novo programa, pensando o Brasil para 2020, 2030, 2050, com novas ideias, dizendo: esquerda, povo, o PT propõe isso para vocês. Essa era a oportunidade que tinha e para

⁸¹³ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁸¹⁴ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁸¹⁵ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

isso foi chamado o 5º Congresso do PT”, desabafa o dirigente da MS.⁸¹⁶

Outro assunto que gerou muita discussão e polêmica foi a política econômica do Governo Dilma. Era consensual entre todas as forças situadas à esquerda e ao centro que essa política deveria ser substituída. No entanto, mais uma vez, a influência do campo PMB foi determinante para fazer prevalecer às posições conservadoras. Por maioria apertada, o V Congresso decidiu pela manutenção da política econômica, encabeçada pelo então Ministro da Fazenda Joaquim Levy. Pont considerou essa decisão “um suicídio para o governo e para o partido”. Segundo o dirigente gaúcho, “o partido precisava sair do Congresso com um discurso nítido, coeso, contra a política econômica de Ministro Levy e do Banco Central. O Partido e os movimentos sociais precisavam convencer a Dilma do equívoco dessa política”.⁸¹⁷

Contra as posições conservadoras, os sindicalistas da CUT elaboraram um manifesto que foi apresentado ao V Congresso. Este documento, intitulado “Mudar o PT para Continuar Mudando o Brasil”, criticou a política econômica e propôs mudanças de rumo no governo. Contraditoriamente, a CUT é hegemonizada pela Articulação Sindical - que é o braço cutista da CNB - tendência que no 5º Congresso defendeu a manutenção da política econômica. Turra explicou essa contradição pela ausência dos dirigentes cutistas na vida partidária: “a CUT jogou o papel na conjuntura e 99,9 % dos dirigentes da CUT são petistas. Só que eles estão completamente ausentes da vida partidária, [eles] estão no movimento”.⁸¹⁸ Isso explicaria, em parte, o fato de muitas das posições defendidas pelos sindicalistas criticarem políticas adotadas pelos governos Lula e Dilma, especialmente em relação à política econômica, ao ajuste fiscal e à ameaça aos direitos trabalhistas. Por outro lado, se os sindicalistas não assumissem posições classistas, eles correriam o risco de perder o apoio de suas bases, que elegeriam novas direções sindicais não mais vinculadas à CUT (e ao PT). Além disso, a presidenta Dilma

⁸¹⁶ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁸¹⁷ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

⁸¹⁸ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

sofreu pressões de partidos e setores do capital industrial e financeiro para “enfrentar a crise” promovendo ajuste fiscal contra a classe trabalhadora. A iminência de comprometer o pacto de governabilidade levou o governo a contrariar sindicatos e movimentos sociais, através de políticas antipopulares, como a Medida Provisória 664/2014⁸¹⁹ e a ameaça de realizar as reformas previdenciária e trabalhista. Portanto, as posições políticas adotadas pela CBN no PT são distintas das posições políticas adotadas pela Articulação Sindical cutista, embora ambas estejam umbilicalmente relacionadas. Se a Articulação Sindical adotasse as mesmas políticas de defesa do ajuste fiscal prejudicando a classe trabalhadora, os sindicatos certamente se desfilhariam da CUT para ingressar em outras centrais sindicais.

Segundo Paludo, até “a tendência da qual o Presidente Nacional (Rui Falcão) faz parte, (...) de forma menos enfática, fez uma crítica à política econômica de Joaquim Levy. Mesmo assim a proposta não obteve maioria”.⁸²⁰ Apesar da posição conservadora do campo PMB e da maioria dos congressistas, que preferiram não aprovar as mudanças, 35 dos 62 deputados federais petistas assinaram o manifesto que fazia críticas à política econômica e propunha uma nova orientação para a condução política do governo Dilma.⁸²¹ Embora os parlamentares da esquerda petista tivessem se empenhado, o Congresso Nacional do PT não aprovou nenhuma mudança na área econômica, nem o fim do PED.

Turra relata que após os parlamentares terem lançado o manifesto “propondo mudanças na política econômica”, a esquerda petista “passou a ser odiada no Congresso”. No entanto, a proposta da direita petista venceu com pequena margem: “com

⁸¹⁹ Esta Medida Provisória que trata da pensão por morte e aposentadoria se transformou na Lei 13.135/2015. “É convertida na lei 13.135-2015 – pensão por morte e aposentadoria”. Disponível em: <http://cursosnovaera.com.br/noticias/mp-664-e-convertida-na-lei-13-135-2015-pensao-por-morte-e-aposentadoria/>, acesso em 22 de setembro de 2016.

⁸²⁰ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

⁸²¹ “Mudar o PT para continuar mudando o Brasil”. Disponível em: <http://margaridasalomao.com.br/manifesto-mudar-o-pt-para-continuar-mudando-o-brasil-e-assinado-por-33-deputados/>, acesso em 05 de outubro de 2015.

Lula e Dilma na mesa defendendo o Levy, a votação [sobre política econômica] foi 55% a 45%”. Apesar da supremacia cada vez mais evidente da ala “moderada” do PT, Turra confia excessivamente no resgate do partido e na saída da direita petista. Para o dirigente da OT “existe uma possibilidade de resgate do PT... Agora, vai ser um partido reduzido, por assim dizer, a um quinto dos seus efetivos. Vai ter uma debandada de “carguistas”, oportunistas...”. Perguntado se a debandada poderia atingir Lula, Turra explicou que “não, (...) porque o Lula vinculou a imagem dele à imagem do PT, (...) são fenômenos inseparáveis. Agora, imagina se o Lula morre de repente. Quem é que vai substituí-lo? Não tem ninguém”.⁸²²

Padilha foi o único dos depoentes que elogiou o V Congresso: “eu acho que foi um congresso marcado pela riqueza teórica das intervenções; os textos foram muito ricos em referencial teórico. E penso que esse congresso, não obstante a sua grandiosidade, primou pelo fortalecimento dos compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores⁸²³”. Porém, do ponto de vista da esquerda petista, esse Congresso não primou pelos compromissos históricos do PT, haja vista que o mesmo aprovou a permanência do PED e a manutenção da política neoliberal do governo Dilma.

7.2 A DISPUTA DE HEGEMONIA ENTRE AS TENDÊNCIAS DO BE

Apresentamos nesta seção como se relacionam os diferentes tipos de agrupamentos políticos existentes no BE e como ocorre o processo de disputa de hegemonia no interior partido. Ao analisarmos o processo de disputa de hegemonia, escolhemos como eixo central as convenções nacionais do BE, que são as instâncias máximas de deliberação do partido, responsáveis pela eleição dos membros da Mesa Nacional e das moções que darão as diretrizes políticas. Para analisarmos a disputa de hegemonia interna foi preciso verificar as diferenças teóricas e programáticas das moções apresentadas nas

⁸²² TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁸²³ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

convenções nacionais, bem como os grupos políticos que elas representam.

Além de possuir uma tendência oficializada - a Esquerda Alternativa (EA) - o BE conta com uma variedade de grupos políticos denominados plataformas, que se articulam em torno das moções que são apresentadas nas convenções do partido. Madeira explica que uma plataforma estabelece um programa, tem seus veículos de informação (podem ter blog, Facebook), mas não tem sistema de arrecadação de fundos, nem órgãos próprios. É mais aberta, menos fechada e menos ideologizada que as tendências.⁸²⁴

Vimos que as correntes do BE, caracterizadas por possuírem diferentes raízes históricas, determinaram, em grande medida, as características e a heterogeneidade ideológica do partido. Porém, atualmente, as moções apresentadas na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda não correspondem cada qual a uma antiga corrente, mas a novas configurações que foram se estabelecendo, ou seja, os novos agrupamentos não espelham fielmente as antigas correntes. Como vimos, houve um esforço do partido para a dissolução das correntes, que se transformaram em associações políticas, cujo resultado foi à formação de novas reconfigurações de forças políticas. Costa explica que as correntes fundadoras do BE “foram cruzadas, traçadas e divididas pelas diferenças de posição dentro do Bloco”:

(...) as várias organizações (PSR, UDP, Política XXI), todas elas se partiram, se dividiram. Umas mais, outras menos, nenhuma manteve a fronteira política que tinha antes do Bloco de Esquerda começar. Hoje, há várias partes dessas correntes que estão agrupando dentro do Bloco de Esquerda de maneiras diferentes. Há uma parte da UDP, que constituiu a Tendência Esquerda Alternativa e representou a moção E na Convenção. Há uma parte do PSR que se associou a partes da UDP e outros grupos do partido e que configurou a Moção U, que foi a vencedora na última

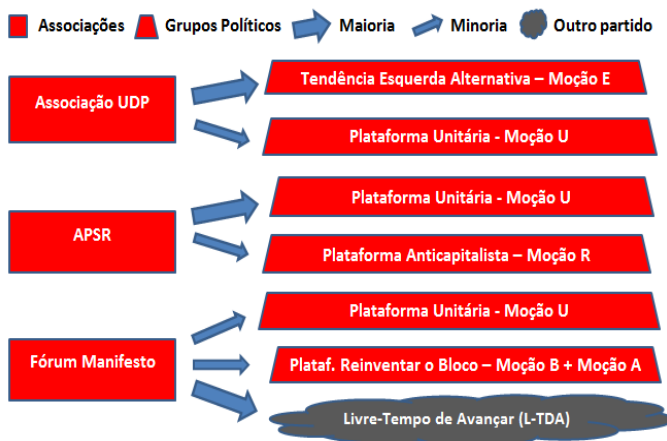
⁸²⁴ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

convenção. E depois, há duas pequenas moções, uma que vem de uma parte da Política XXI [Fórum Manifesto], outra que vem de uma parte do PSR. Então, essa fragmentação das organizações criou um novo mapa, já totalmente diferente daquele que era inicial na fundação do Bloco.⁸²⁵

A ilustração 21 mostra a influência das associações políticas nas moções apresentadas na IX Convenção Nacional do BE. Observa-se que não houve alinhamento automático entre as associações e a adesão de seus militantes às moções que foram apresentadas na convenção, pelo contrário, militantes de cada associação apoiaram mais de uma moção. A maioria da Associação UDP que integra a tendência EA apoiou a Moção E; a minoria apoiou a Moção U. A maioria da APSR (antiga TS) apoiou a Moção U; a minoria apoiou a Moção R. A maioria da associação Fórum Manifesto retirou-se do partido; a minoria dividiu-se em um grupo que apoiou a Moção U e em outro grupo que apoiou a Moção B, que, por sua vez, unificou-se com a Moção A.

⁸²⁵ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

Ilustração 21

Evolução das associações políticas do Bloco de Esquerda

Elaboração própria.

Nas seções seguintes, apresentamos um panorama geral da disputa de hegemonia interna, dos acordos de “hegemonia partilhada” e das questões relativas à direção eleita em novembro de 2012, durante a VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Mais adiante, analisamos as moções que se apresentaram na IX Convenção, em novembro de 2014, bem como as considerações gerais sobre este encontro.

7.2.1 Hegemonia partilhada e os problemas de direção

Ao longo da existência do BE aconteceram nove convenções nacionais, realizadas entre 2000 e 2014. Durante praticamente toda a história (desde a 1ª até a 8ª Convenção Nacional) houve um acordo entre as três principais correntes (UDP, PSR e PXXI) para que as mesmas partilhassem o poder de direção no partido. O Ruptura-FER, por adotar posições, alguns diriam, mais à esquerda, outros, mais sectárias, ficava de fora e lançava moção própria. Além disso, a organização sempre foi muito menor e menos influente politicamente que as outras três. Em todas as Convenções Nacionais do BE (com exceção da 9ª), a aliança entre as principais correntes era representada pela Moção

A. As outras moções eram apresentadas pelo Ruptura-FER e, algumas vezes, por antigos militantes do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). A supremacia da Moção A era evidente, superando 70% dos votos em cada convenção. Nas Convenções Nacionais do BE, realizadas em 2007, 2009, 2011 e 2012, a Moção A foi soberana, conquistando, respectivamente, 77,5%, 83,1%, 80,6% e 80,3% dos votos.⁸²⁶ Madeira apresenta mais detalhes sobre os grupos que constituíam as moções nas convenções do BE:

As minorias do Bloco eram principalmente de dois tipos: uma minoria ligada a antigos militantes do PRP [Partido Revolucionário do Proletariado], que participaram do 25 de Abril e tiveram em processo de violência revolucionária, já no período. Depois do processo revolucionário, nos anos 1980, estiveram presos, muitos deles. Estes faziam parte de uma corrente minoritária dentro do Bloco; e havia outra corrente minoritária que era a corrente ligada aos morenistas, o Ruptura-FER.⁸²⁷

Fazenda relata que durante muito tempo não havia disputa de hegemonia no BE, já que a hegemonia era partilhada, havendo um equilíbrio entre as correntes. Das três organizações que dividiam o poder de decisão, a UDP era a que tinha a maior representação na militância, enquanto a PXXI tinha um enraizamento social muito menor. Ainda assim, todas as três correntes tinham a mesma representatividade na direção, pois o objetivo era que as várias faces ideológicas do partido fossem representadas.⁸²⁸ Carujo lembra que além das correntes fundadoras do BE, as direções partilhadas também agregavam vários militantes “independentes”.⁸²⁹

⁸²⁶ Bloco de Esquerda. Disponível em: <http://www.bloco.org/>, acesso em 21 de outubro de 2015.

⁸²⁷ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁸²⁸ FAZENDA, op. cit.

⁸²⁹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

Para Carujo, a necessidade de unidade entre as diferentes correntes fundadoras do BE e a dificuldade de se chegar a um consenso em termos programáticos, teria levado a construção de direções, inicialmente, “de cima para baixo”, num processo que ficou conhecido por “hegemonia partilhada”⁸³⁰. Leiria define a “hegemonia partilhada” como uma busca permanente de consenso não escrito, de equilíbrio entre as forças políticas. Com o passar do tempo e com o crescimento do partido aumentou o número dos chamados “independentes”, isto é, aqueles que não estavam ligados a nenhuma organização além do próprio BE.⁸³¹

Segundo Carujo, a composição das três correntes na direção partidária não conseguiu solucionar os atritos entre elas, já que as mesmas possuíam características muito diferentes e se inseriam de diferentes formas no meio social. Como exemplo de atrito, Carujo cita a luta pela legalização das drogas leves, que seria mais aceita em alguns setores, como na juventude ligada ao PSR, e menos noutros, como nas diferentes gerações do sindicalismo, mais “tradicionalistas” e fortemente vinculadas à UDP.⁸³² “O PSR tem uma tradição da esquerda cultural, muito voltada para os jovens e muito participativa nos movimentos sociais. A UDP tem uma participação muito maior nos sindicatos, há até gerações diferentes”, relata o dirigente bloquista. Portanto, a hegemonia partilhada não significou a resolução dos conflitos envolvendo as correntes que participavam da direção, ou seja, a disputa de hegemonia se fazia também naquela instância de poder e representação.

Ainda que houvesse atritos entre as diferentes correntes, Carujo reconhece a importância que teve a direção unificada (hegemonia partilhada) para a constituição inicial do BE, mantendo o partido coeso e evitando a dispersão das correntes. No entanto, ele aponta como problema principal o deslocamento da direção em relação às bases: no início da formação do BE a direção era mais unida às bases. Mais tarde, ocorreu um distanciamento e uma sobreposição da direção às bases.⁸³³

⁸³⁰ Idem.

⁸³¹ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁸³² CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁸³³ Idem.

Madeira confirma o distanciamento da direção em relação às bases partidárias e a vinculação do poder de decisão do partido aos acordos entre as forças políticas, configurando uma “espécie de nível superior informal”. Portanto, as decisões políticas, em última instância, não eram determinadas pela Mesa Nacional nem pela Comissão Política, mas pelas negociações e acordos articulados entre as correntes. Madeira diz que essa é uma lógica de aparelho “fora das estruturas, quando a maioria dos aderentes ao Bloco não pertencem a nenhuma dessas organizações”.⁸³⁴ Enquanto Madeira considerou que a hegemonia partilhada favoreceu a tomada de decisões fora dos órgãos apropriados, fragilizando a democracia no interior do partido.⁸³⁵ Louçã defendeu a adoção do modelo visando à convergência de “posições diferentes para objetivos comuns” e evitando um problema muito comum nas esquerdas que é o “fracionamento e a sobreideologização das diferenças”.⁸³⁶

Uma das críticas feitas à direção eleita na VIII Convenção Nacional do BE foi a designação de duas pessoas para representar o partido. Fazenda aponta que a direção formada por um homem e uma mulher (João Semedo e Catarina Martins) não foi bem aceita socialmente, porque as pessoas não entendem que um partido possa ter um líder num dia e outro líder noutro, “Há uma dificuldade grande de entendimento e até de responsabilização”, complementa. Segundo ele, esse modelo de representação com mais de um líder está em desuso, pois não deu certo em vários partidos. Fazenda também criticou a direção por entender que as pessoas da associação UDP estavam sendo “secundarizadas no interior do partido”.⁸³⁷ Outros militantes que participaram da Tendência Socialismo, incluindo Pureza, afirmaram que a escolha de dois líderes para representação do partido foi feita para atender, de maneira simbólica, “o princípio da paridade de gênero”.⁸³⁸

⁸³⁴ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁸³⁵ Idem.

⁸³⁶ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁸³⁷ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁸³⁸ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

Vejamos alguns trechos das entrevistas de Fazenda e Pureza sobre a indicação de dois líderes para representar o BE:

Isso causou uma enorme confusão. Isso não foi bem recebido. Onde isso tinha sido adotado na Europa, nos partidos parceiros do Bloco de Esquerda, o único caso que se mantém é na Alemanha, já não se mantém mais em lado nenhum, mesmo em França, o partido Gauche [Partie de Gauche] abandonou essa solução de um homem e uma mulher na liderança do partido... (...) Havia problemas acerca de protagonistas e de relacionamento interno...⁸³⁹

Eu achei que era um sinal positivo que se dava a sociedade portuguesa. Devo reconhecer que a solução não foi aceita na sociedade, que achou que aquilo era uma confusão, que mandavam os dois...⁸⁴⁰

Portanto, ao longo da maior parte da história do BE (desde a fundação em 1999 até a IX Convenção Nacional em 2014) a disputa de hegemonia se fez, por um lado, entre a Moção A (aliança das principais correntes) e pequenos grupos com pouca representação e, por outro, entre a própria direção partilhada, que contava com diferentes correntes em seu interior, reunindo também militantes “independentes”. A solução encontrada pelo BE para unificar e contemplar as principais correntes através da direção partilhada teve, segundo relatos, aspectos positivos, como a coesão e a unidade do partido, e negativos, como o gradual distanciamento da direção em relação às bases partidárias. Este último fator, associado ao crescimento do número de militantes “independentes”, levou a críticas mais contundentes ao modelo de “direção partilhada”. Associada a isto, a derrota eleitoral de 2011 agravou a relação entre as principais correntes.

⁸³⁹ FAZENDA, op. cit.

⁸⁴⁰ PUREZA, op. cit.

7.2.2 A reconfiguração das forças políticas do BE

A IX Convenção Nacional foi a única em que não houve unidade entre as três principais forças políticas do BE. Além da associação Fórum Manifesto (Antiga PXXI) ter deixado o partido quatro meses antes da Convenção, a unidade ficou ainda mais prejudicada por conta dos problemas que aconteceram quando algumas lideranças políticas da APSR (Francisco Louçã e João Semedo) e do Fórum Manifesto (José Manuel Pureza) decidiram criar uma tendência com o objetivo de aglutinar amplos setores do partido.

De acordo com a resolução da APSR (aprovadas em seu XIX Congresso, em 2013) teria se esgotado o modelo das correntes que deram origem ao BE e fazia-se necessária a criação de uma tendência que correspondesse à realidade da vida do partido. Esta tendência, que passaria a se chamar Tendência Socialismo (TS), definia-se ideologicamente como anticapitalista, marxista, socialista, revolucionária, feminista e ecossocialista. Seus principais objetivos eram: 1) “contribuir lealmente para a reflexão interna do Bloco e para a sua afirmação como política socialista, com uma estratégia clara para lutar e para vencer”; 2) “fazer escolhas em comum sobre propostas estratégicas e contribuir para o seu desenvolvimento no debate aberto”.⁸⁴¹

A criação da TS foi justificada de diferentes formas no Bloco de Esquerda: de acordo com Cardina, Louçã e Pureza, a tendência teria sido criada para ultrapassar as fronteiras que existiam entre as correntes fundadoras do partido, abrangendo militantes de todas as organizações e “independentes”. Vejamos um trecho da entrevista com Cardina:

(...) percebe-se que as fronteiras, que não são de agora, já não tem muito a ver necessariamente com as fronteiras das correntes históricas, porque há gente do

⁸⁴¹ Fim de um percurso, caminhos comuns. Resolução da assembleia nacional da Tendência Socialismo, 21 de março de 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/tend%C3%A2ncia-socialismo/finde-um-percurso-caminhos-comuns/1124852957540698>, acesso em 13 de outubro de 2015.

PSR que está em dois lados, há gente da UDP que está em dois lados e há gente da política XXI que está em dois lados. Há um apelo para que se fizesse uma internalização dos debates e das fronteiras, portanto, se recriassem as fronteiras em função do que estava reconhecido no Bloco que era a constituição de tendências.

⁸⁴²

Outra justificativa para a criação da TS baseou-se em um fator regimental: as correntes fundadoras do BE precisariam se transformar em tendências, pois a tendência possui existência estatutária no partido, ao contrário das correntes. Cabe ressaltar que naquele contexto o que existia eram as correntes, que depois se transformaram em associações políticas.

A TS conseguiu reunir, além da APSR, pessoas vindas de outras organizações políticas, em especial, da associação Fórum Manifesto (antiga PXXI), como Miguel Cardina, José Manuel Pureza, Marisa Matias, José Gusmão, João Semedo, além de “independentes” como Catarina Martins e José Soeiro. Para Cardina, a tendência se caracterizou por possuir uma “estrutura leve” e a ausência de centralismo. Muito mais do que se dedicar às discussões teóricas e a formação militante, a tendência se preocupou com as estratégias de intervenção interna do Bloco.⁸⁴³

Madeira, por sua vez, apresenta uma explicação diferente para a criação da TS. Segundo o dirigente da plataforma Reinventar o Bloco, Francisco Louçã teria feito uma “manobra” para criar uma grande tendência, que aglutinasse as demais organizações do Bloco de Esquerda, deixando de fora apenas a UDP, ou seja, o objetivo teria sido isolar a UDP. Madeira diz que naquele contexto de crise vivenciada pelo BE, após os resultados negativos obtidos nas eleições de 2011, o ambiente interno do partido estava desgastado.⁸⁴⁴ Segundo o seu relato, a estrutura da TS não seria tão leve e com ausência de centralismo como sugere Cardina, pois quando os militantes da UDP quiseram ingressar na TS, eles foram recusados. Diante dessa situação, Fazenda

⁸⁴² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁸⁴³ Ibidem.

⁸⁴⁴ MADEIRA, op. cit.

resolveu manter a associação UDP (ao contrário da APSR, que havia se dissolvido) e criar a Esquerda Alternativa (EA), que veio a constituir, juntamente com outros grupos, a Moção E.⁸⁴⁵ Vejamos um trecho da entrevista com Madeira:

Nós da Moção B estivemos lá [no último Congresso] a assistir tudo “de camarote”. Portanto, quadros da UDP, jovens, principalmente, que quiseram aderir à tendência [Socialismo], foram recusados. Sendo recusados, aquilo que o principal dirigente da UDP, Luís Fazenda, diz, é: “acabou o tempo das correntes e este é o tempo das tendências”. E cria uma tendência, ou seja, mantém a UDP e decide em congresso da UDP criar uma tendência [Esquerda Alternativa] que vai dar origem à Moção E.⁸⁴⁶

Indo de encontro à explicação de Madeira, Louçã argumenta que foi a UDP quem rejeitou a proposta de unidade com a TS, juntamente com a maioria da PXXI (Fórum Manifesto), que foi para o partido L-TDA.⁸⁴⁷ Carujo explica que a TS exigia o fim das correntes anteriores, o que teria levado a associação UDP a não aderir à tendência.⁸⁴⁸ Eis mais algumas de suas considerações:

[Na associação Fórum Manifesto] há uma votação e a maioria decide que não quer entrar na tendência Socialismo. (...) A Tendência Socialismo parte do pressuposto de acabar com as tendências anteriores. Essa posição é maioritária no PSR, a maioria aprova e uma minoria não estava de acordo. Esta decisão é minoritária no fórum manifesto. Há uma minoria que sai

⁸⁴⁵ Ibidem.

⁸⁴⁶ Ibidem.

⁸⁴⁷ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

⁸⁴⁸ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

da [Fórum] Manifesto e entra na Tendência Socialismo, há uma maioria que fica de fora. (...) A exigência de acabar com as tendências anteriores faz com que a UDP fique de fora. A UDP não queria acabar com as tendências. A UDP permanece enquanto seção política. Depois da criação da Tendência Socialismo, há uma maioria [da UDP] que cria a Esquerda Alternativa.
849

Contudo, a Assembleia Nacional da TS, realizada em 21 de março de 2014, decidiu pelo fim da tendência que estava sendo construída havia quase dois anos, alegando que a mesma “não foi capaz de transformar a reflexão política e ideológica no Bloco”, apesar de ter alcançado seu objetivo em relação às escolhas sobre propostas estratégicas, pois apresentou “soluções unitárias e abrangentes para a condução do partido”.⁸⁵⁰ Pureza concorda que o objetivo de contribuir para o desaparecimento das correntes fundadoras do BE “não foi cumprido na sua totalidade”.⁸⁵¹ Louçã justifica a extinção da TS por ter ocorrido uma convergência muito maior em torno da Moção U, e que o objetivo seria “juntar e não criar particularidades”.⁸⁵²

Embora a TS tenha crescido com a vinda de militantes de outros agrupamentos, ela contribuiu para acirrar as diferenças com a UDP, cuja maioria acabou constituindo a Esquerda Alternativa (EA). O objetivo de acabar com as correntes fundadoras do BE teve consequências contrárias: ainda que setores de outras tendências tivessem ingressado na TS, outros agrupamentos ficaram de fora. Conforme os relatos, o principal objetivo para a criação da TS foi o de incorporar outros setores do partido, transformando-se na maior tendência do BE, porém, isso não aconteceu, pois a maioria da base da UDP não aderiu à TS e,

⁸⁴⁹ *Ibidem*

⁸⁵⁰ Lista U – Moção Unitária em Construção. Disponível em: <https://mocaocemconstrucao.wordpress.com/>, acesso em 13 de outubro de 2015.

⁸⁵¹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁸⁵² LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

em resposta, veio a constituir a EA. Segundo o relato de Madeira, a TS não chegou a se oficializar como tendência porque não conseguiu alcançar o objetivo de unificar os mais amplos setores do partido. Depois que a EA se oficializou como tendência, a proposta de construção da TS foi abandonada e praticamente todos os seus apoiadores vieram a constituir a Plataforma Unitária.

Vimos que a tentativa de construção de uma tendência que aglutinasse todas as forças do BE não foi concretizada, até porque, não seria nada fácil unificar em torno de uma tendência um partido formado por correntes ideológicas tão diversas, com longas histórias de rupturas e fusões entre os variados grupos que as constituíram. Se, porventura, a TS tivesse conseguido aglutinar todas as forças políticas o BE se descaracterizaria, deixando de ser um partido de tendências para se assemelhar a muitos partidos em que o centralismo democrático (quase sempre burocrático) prevalece e impele a formação de grupos e tendências.

7.2.3 As moções apresentadas na IX Convenção

Na IX Convenção Nacional foram apresentadas cinco moções ou listas, representadas pelas letras A, B, E, R e U, vinculadas a diferentes plataformas e tendências. As letras das moções são definidas em cada convenção, sendo que elas não correspondem necessariamente às mesmas moções apresentadas nos encontros anteriores. Por exemplo, as duas maiores moções apresentadas na IX Convenção (as moções E e U) fizeram parte da Moção A na VIII Convenção.

As moções E e U disputaram acirradamente a liderança política na IX Convenção. As moções B e R tiveram uma representação menor e a Moção A foi a menos representativa dentre elas. Portanto, a disputa de hegemonia envolveu diretamente as moções E e U. Veremos a seguir as características das moções apresentadas na IX Convenção Nacional do BE.

Todas as moções defenderam propostas comuns, como a saída imediata de Portugal da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, a defesa dos direitos das “minorias”⁸⁵³

⁸⁵³ Grupos sociais que são discriminados e subalternizados nas relações sociais com outros grupos. Algumas das chamadas minorias são maiorias numéricas, como as mulheres e os negros no Brasil. Outros

e o repúdio ao Tratado Orçamental assinado pelo governo português em 02 de março de 2012, que implica no aumento da contenção de gastos para o pagamento de dívidas. Porém, elas divergiram entre si em diferentes questões, como as políticas de alianças, a definição de prioridades de atuação política e a definição de políticas sobre a participação de Portugal na Zona do Euro. Vejamos a seguir um detalhamento das propostas das moções apresentadas na IX Convenção.

A Moção U (Moção Unitária em Construção) foi articulada pela Plataforma Unitária, extinta Tendência Socialismo, cuja maioria veio do antigo PSR. De acordo com o portal da Moção, a Plataforma Unitária “não se constitui em tendência”. Ela se reúne “em plenários nacionais e distritais e a sua iniciativa é animada, aos diversos níveis, pelos camaradas que participam na Plataforma e foram eleitos para responsabilidades correspondentes na estrutura do Bloco de Esquerda”.⁸⁵⁴

Segundo Pureza, a pressão pela qual o BE estava passando nacionalmente exigia que fosse construída uma unidade interna maior, ou seja, quanto mais unidade interna o partido tivesse, mais forte ele conseguiria ser externamente. Diante disso, a TS teria cumprido o seu papel em criar a Plataforma Unitária (Moção U) na IX Convenção Nacional. O deputado bloquista não acredita na possibilidade da Plataforma Unitária se transformar em tendência, pois a maioria dos militantes não concordaria em criar um espaço limitado, “uma espécie de fronteira para fora”. Segundo ele, a plataforma deve ser um espaço de convergência, “que tendencialmente deverá ser o mais aberto possível. O BE é visto por muitos como frações de frações. Há que desmentir isso”.⁸⁵⁵ Para Madeira, dificilmente a Moção U se transformará em tendência, pois a experiência da TS demonstrou que os

grupos também são classificados como minorias, como os imigrantes, os gays, entre outros.

⁸⁵⁴ Moção U – Moção Unitária em Construção. Revolta cidadã para vencer a austeridade. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014.

⁸⁵⁵ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

militantes do BE querem ter a liberdade de fazer escolhas políticas sem estarem vinculados às tendências.⁸⁵⁶

A Plataforma Unitária, através da Moção U, conseguiu aglutinar em torno de si muitos militantes vindos das antigas correntes e “independentes”. Além da TS, a Moção U foi constituída por militantes vindos da UDP, como Pedro Soares, Mario Tomé e Carlos Santos; e da associação Fórum Manifesto, como José Manuel Pureza e Miguel Cardina. Há também militantes que continuaram na UDP, mas colaboraram com a Tendência Socialismo e fizeram parte da Moção U, relata Carujo.⁸⁵⁷

A Moção U foi muito criticada durante a IX Convenção por ter apoiado a última coordenação do BE (formada por dois porta-vozes). As críticas também recaíram sobre as escolhas políticas que o BE havia feito em 2011, como o apoio à candidatura de Manuel Alegre para a Presidência da República e a moção de censura ao governo Sócrates (acontecimentos que veremos com mais detalhes no Capítulo VIII). A Moção U respondeu às críticas dizendo se tratar de “divergências internas num passado onde afinal houve consensos maioritários”.⁸⁵⁸

Para a Moção U, o BE não estava no mesmo campo político do CDS, PSD e PS, isto é, o campo da alternância. Portanto, o BE deveria se opor a alianças políticas com partidos que aplicam a austeridade, não se deixando levar pelos partidos socialistas e de centro-esquerda europeus que construíram alianças com partidos liberais em vários países, como Itália, Grécia, Alemanha e França. Ou se está no polo da alternância, que aplica a austeridade, ou se está no polo da alternativa à austeridade. “Não há posição intermediária”, afirmou o documento.⁸⁵⁹ De acordo com o texto da moção:

⁸⁵⁶ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁸⁵⁷ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁸⁵⁸ Moção U – Moção Unitária em Construção. Revolta cidadã para vencer a austeridade. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 61.

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 62 - 63.

A integração da esquerda no campo da alternância nunca permitiu qualquer avanço, como já demonstraram as alianças com partidos liberais e da austeridade – em Itália (Refundação Comunista no governo Prodi) ou na Grécia (Esquerda Democrática no governo da troika). Os socialistas governaram a Alemanha com Merkel. Hollande e Renzi não enfrentam nem os mercados nem a Comissão Europeia.⁸⁶⁰

O socialismo foi definido pela Moção U como sendo “a democracia toda, nas relações sociais, na vida pública, nos modos de vida, na economia. É o primado da vida social contra a mercantilização da vida”. O socialismo teria aprendido com as “experiências totalitárias do Leste e da Ásia e com a capitulação da socialdemocracia ao neoliberalismo”. Portanto, a compreensão histórica do que é o socialismo teria sido dialeticamente aperfeiçoada e caberia aplicá-la de outro modo e em outro contexto: o da realidade portuguesa no século XXI.⁸⁶¹

Dentre as principais propostas apresentadas pela Moção U constam: a reestatização dos bens estratégicos que foram privatizados; a renegociação da dívida pública e da dívida externa; reforma fiscal; controle público dos bancos; a redução da jornada de trabalho; a desvinculação do Tratado Orçamental; a saída imediata de Portugal da OTAN. Para o partido, a moção propôs a aplicação da paridade de gênero de 50%/50% na Mesa Nacional e na Comissão Política.⁸⁶²

A Moção E foi criada pela tendência EA, cuja maioria é vinculada à associação UDP. Fazenda aponta a retirada de Portugal da Zona do Euro como uma das diferenças entre as propostas das moções E e U. Segundo ele, a Moção U, internamente, apresentava três posições diferentes sobre a situação de Portugal na Zona do Euro: “não sair, talvez sair, sair já”. Para Fazenda, a Moção E preferiu adotar uma posição mais moderada, que estaria relacionada com a situação de Portugal e não com a situação de outro país europeu, como a Grécia.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 63.

⁸⁶¹ Ibidem.

⁸⁶² Ibidem, p. 57-65.

Portanto, segundo o dirigente da EA, a saída de Portugal da Zona do Euro dependeria da relação de forças e da consciência social do povo português.⁸⁶³ Para a Moção E, a saída do Euro não era uma prioridade. “A força desta posição é a de não colocar o centro do problema no euro, mas sim na falta de “euros” no bolso das pessoas”, ironizou a moção.⁸⁶⁴

Em relação à política de alianças, a Moção E resolveu “nada esperar do PS e não ficar à espera do PCP”. Porém, “a política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim do desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política”.⁸⁶⁵ Tendo em vista que o PS aderiu ao Tratado Orçamental e às privatizações, a Moção E considerou “errado desejar que o BE [pudesse] adornar um governo à *la Holande*” em Portugal. Com o PCP, a moção propôs “convergir e aprofundar laços”, mas “sem dirigismos ou correias de pensamento”. Em relação a possíveis aproximações com a China, a moção afirmou: “não branqueamos nenhum regime opressivo, nem absorvemos o regime chinês de exploração, censura e ditadura, não obstante, há pontes importantes nas lutas contra a austeridade que devem ser reforçadas”.⁸⁶⁶

A Moção E não poupou críticas ao apoio dado à candidatura de Manuel Alegre (pois teria colocado “o BE indiretamente a apoiar Sócrates”) e a moção de censura contra o governo em 2011 (que teria levado o partido “à perda de confiança”). Propôs ampliar a democracia interna no BE, de modo que todos os aderentes (filiados) sejam assegurados de participarem em condições de igualdade sem que fiquem “reféns de tendências ou correntes”; criticou a coordenação de dois líderes e se opôs às práticas “dirigistas e centralizadoras” que ainda permanecem no BE.⁸⁶⁷

⁸⁶³ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

⁸⁶⁴ Moção E – Bloco Plural, Fator de Viragem. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 40.

⁸⁶⁵ Ibidem.

⁸⁶⁶ Ibidem, p. 44.

⁸⁶⁷ Ibidem, p. 45.

As principais propostas apresentadas pela Moção E foram: repúdio ao Tratado Transatlântico (Transatlantic Trade and Investment Partnership – TTIP), cujo propósito seria o de criar uma área de livre comércio entre EUA e UE ⁸⁶⁸; defesa da Constituição e a manutenção dos direitos, contra a revisão constitucional e a ameaça do Tratado Orçamental; criação de um referendo sobre o Tratado Orçamental; “reestruturação da dívida, que só é possível com a nacionalização dos bancos” e “retirar o controle dos bancos das mãos dos banqueiros”, estabelecendo o controle público dos bancos; fim do financiamento público aos bancos privados nacionais (“todos os grandes bancos privados nacionais tiveram auxílio público: BPN, BPP, BCP, Banif, BPI e BES”); jornada de trabalho de 35 horas semanais; reforma fiscal que tribute o capital; nacionalização dos bens privatizados; saída imediata de Portugal da OTAN; adoção de políticas que visam ampliar a participação democrática, como a revogação de mandatos representativos (através de referendo para que o povo decida pela interrupção ou não dos mandatos), a “garantia da iniciativa legislativa” ⁸⁶⁹ e a ampliação da participação cidadã em listas. ⁸⁷⁰

Já Moção B, vinculada a Plataforma Reinventar o Bloco, foi constituída a partir de grupos de militantes de diversas correntes, principalmente do PSR e da PXXI, mas também por ex-integrantes da UDP e “independentes”, relata Madeira. Ela definiu-se como plataforma e não como tendência porque o grupo não tinha “homogeneidade ideológico-política suficiente” para ser tendência, argumenta o dirigente da Moção. ⁸⁷¹ Segundo

⁸⁶⁸ Stop TTIP. Não ao Tratado Transatlântico. Disponível em: <https://www.nao-ao-ttip.pt/>, acesso em 27 de outubro de 2015.

⁸⁶⁹ A Constituição da República Portuguesa admite a lei de Iniciativa Legislativa dos Cidadãos, devendo ser formalizada mediante um documento assinado por 35 mil cidadãos-eleitores.

⁸⁷⁰ Moção E – Bloco Plural, Fator de Viragem. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 37-46.

⁸⁷¹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

Cardina, ela era mais forte em determinadas regiões, principalmente na região de Setúbal.⁸⁷²

A Moção B se constituiu adotando uma linha crítica a todas as correntes tradicionais do BE. Carujo assinala que os seus integrantes estavam “fartos da UDP, do PSR, do Fórum Manifesto; estavam fartos de sentir que as decisões eram tomadas de cima para baixo”. Portanto, a moção criticou o papel centralizador das correntes e procurou unificar a militância que não participa de nenhuma tendência, ou seja, os “independentes”. Ainda que constitua um grupo coeso, a Moção B não se transformaria em “tendência oficial, porque seria uma tendência contra as tendências”, observa Carujo.⁸⁷³

Do ponto de vista ideológico a Moção B defendeu que o BE fosse mais aberto ao diálogo com outras organizações de esquerda. Cardina explica que a moção poderia ser vista externamente como a mais à direita, por adotar uma política, em determinadas condições, mais favorável à aliança com o PS.⁸⁷⁴ Pureza diz que a Moção B tinha “maior disponibilidade para aliança com a área do Partido Socialista”, mas, que, atualmente, essa concepção estaria mudando.⁸⁷⁵ A seguir, os relatos de Cardina e Pureza:

Era uma lista que tinha um discurso um bocadinho mais de tônica no diálogo com outras correntes à esquerda. (...) Ainda que depois, na prática concreta das propostas que apresentava, não havia linha de fraturas muito nítidas. (...) Pode-se falar em esquerda e direita do BE, mas acho que não responde muito ao que está em causa, mas, no olhar exterior, poderia dizer: a lista B é a direita do Bloco porque tem

⁸⁷² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁸⁷³ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁸⁷⁴ Ibidem.

⁸⁷⁵ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

umas formulações que permitem alianças com o PS em determinadas condições...⁸⁷⁶

A lista B tinha atrás de si alguma cultura de maior disponibilidade para aliança com a área do Partido Socialista, digamos assim. Hoje em dia eu creio que não é assim, os artigos do Adelino Fortunato, por exemplo, que é um dos dirigentes da lista B, são muito claros no sentido do repúdio às políticas do Partido Socialista.⁸⁷⁷

No entanto, Madeira afirma que a posição da Moção nunca foi a de aliança com o PS, pois aqueles que defendiam a aliança saíram para formar o movimento Tempo de Avançar. O dirigente da Moção B propõe que o BE siga um caminho próprio, sem o PS e sem o PCP, mas que cresça “à custa das bases eleitorais” destes dois partidos. Para isso, ele considera importante que a base do PS não seja hostilizada, e sim convidada para se somar às lutas do BE, contra o Tratado Orçamental, contra as políticas de austeridade. Conforme o pensamento de Madeira, essa atitude mais complacente e menos contundente em relação ao PS se justifica porque o eleitorado do BE cresce em função do eleitorado do PS⁸⁷⁸, muito mais do que em função do eleitorado do PCP.⁸⁷⁹ Vejamos mais detalhes da estratégia proposta por Madeira:

Quando nós dissemos que o PS é um partido de direita, nós estamos automaticamente a hostilizar a base do PS. O que nós temos que dizer é: a origem de nossos males está no tratado orçamental,

⁸⁷⁶ CARDINA, op. cit.

⁸⁷⁷ PUREZA, op. cit.

⁸⁷⁸ Se em Portugal o BE tem crescido em função do eleitorado do PS, no Brasil o PSOL tem crescido em função do eleitorado do PT. Porém, o PSOL tem adotado uma política hostil ao PT, a ponto de preferir alianças com partidos mais à direita, como o Partido Verde (PV) e a Rede Sustentabilidade (Rede). Esta política foi estabelecida na maioria das capitais do Brasil, durante as eleições municipais de 2016.

⁸⁷⁹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

que justifica as políticas de austeridade e destrói conquistas populares, destrói o Estado social, precariza o trabalho, por aí afora. Então, vamos propor o fim das leis que precarizam o trabalho, vamos desafiar o PS a fazê-lo. Se o PS não quiser, vamos dizer: lamentavelmente o PS não quer... (...) O eleitorado do PC é um eleitorado que esteve em queda durante muito tempo, mas já estabilizou nas últimas eleições, e que tem pouca capacidade de crescimento. (...) Para a maioria das pessoas, o PS é um partido de esquerda, essa apreciação deve entrar na concepção tática que nós temos...

880

A Moção B propôs a “refundação democrática do BE”. Esta proposta consistiu em alterar as relações entre a direção e a base, relançando o partido “de baixo para cima”. A Moção sublinhou que “acabou o tempo das dirigentes iluminadas”, cabendo à base partidária “construir o enraizamento orgânico cotidiano em torno dos problemas concretos – das questões do trabalho, do ambiente da qualidade de vida, da defesa dos serviços públicos...”. Utilizando uma compreensão de hegemonia próxima à de Gramsci, a Moção B prosseguiu com sua proposta: “(...) mas também onde se combate a inculcação ideológica da direita, o conservadorismo religioso, onde se disputa a hegemonia de pensamento, seja nos direitos humanos, nos feminismos, nas questões LGBT, na juventude, nos direitos dos animais, no pensamento crítico sobre as grandes questões nacionais e internacionais da contemporaneidade”. Por fim, a Moção criticou a direção com dois representantes e apontou que a autonomia do grupo parlamentar do BE não deve significar a sua sobreposição à direção do partido.⁸⁸¹

As principais propostas apresentadas pela Moção B foram: refundar o BE (diante da crise do partido); saída de Portugal da

⁸⁸⁰ Ibidem.

⁸⁸¹ Moção B – Refundar o Bloco na Luta Contra a Austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 35.

OTAN; “moratória unilateral dos pagamentos, em caso de as credoras não aceitarem uma reestruturação profunda da dívida”; a possibilidade da saída de Portugal da Zona do Euro, em caso do não pagamento das dívidas; nacionalização dos bancos; redução da jornada de trabalho para 32 horas; ecossocialismo; defesa dos direitos das minorias; “fim das propinas no ensino superior público”.⁸⁸²

A Moção R esteve vinculada à Plataforma Anticapitalista, fundada principalmente por militantes vindos do PSR e, em menor número, por militantes provenientes da UDP e “independentes”, como o grupo de jovens de Porto, liderado por José Soeiro. Madeira explica que a Moção R representou o setor minoritário “que nunca aceitou a dissolução do PSR”.⁸⁸³ A Moção decidiu não se afirmar como tendência. Mantém-se “mais ou menos organizada e desorganizada”, sem “nenhum nível de estruturamento e nenhum nível de organização interna”, explica Carujo.⁸⁸⁴

Ideologicamente, a Moção R foi considerada a mais à esquerda dentre as moções, por fazer uma crítica maior à atuação institucional e focar sua política na participação junto aos movimentos sociais. Segundo Cardina, todas as moções “viam a lógica parlamentar como central”, com exceção da Moção R, que defendia o “correr por fora” e o enraizamento nos movimentos populares.⁸⁸⁵ Pureza explica que a Moção R está mais vinculada à “solidariedade com as lutas concretas”, ao “movimentismo”.⁸⁸⁶ Na convenção, a Moção R defendeu a reinvenção da esquerda através da construção simultânea de práticas de democracia radical e um programa socialista.⁸⁸⁷

⁸⁸² Ibidem, p. 20-36.

⁸⁸³ MADEIRA, op. cit.

⁸⁸⁴ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁸⁸⁵ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

⁸⁸⁶ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

⁸⁸⁷ Moção R – Reinventar o Bloco. In: Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 49.

Sobre a política de alianças, a Moção R propôs que fossem feitas alianças para criar uma “frente anti-austeridade e contra a destruição dos serviços públicos”. Para a moção, o BE deveria desconsiderar a hipótese de aliança de governo com o PS, pois há nestes partidos diferenças programáticas insolúveis: “o PS realmente existente tem um projeto social-liberal que não se enquadra com o do Bloco”. A Moção argumentou que a “insistência na estratégia eleitoralista” de atrair “setores mais progressistas do PS” (crítica à Moção B) tem afastado os que se identificam com a radicalidade do BE.⁸⁸⁸

Tal como as moções B e E, a Moção R também cobrou mais democracia interna e participação da militância: “é preciso reinventar a democracia interna e a militância do Bloco”. Segundo a moção, o fim da hegemonia partilhada levou a “uma guerra entre tendências travadas nos meios de comunicação social”. Por outro lado, a moção criticou a profissionalização da direção e a condução do processo de hegemonia partilhada, que “implicou um acordo de controle do aparelho e dependência organizativa relativamente ao pequeno grupo profissionalizado”.⁸⁸⁹

A Moção lamentou que o “partido-movimento radical - antissistema” tenha perdido “criatividade e arrojo” e seja visto atualmente como “um partido igual aos outros”. Outra crítica feita pela Moção consistiu na excessiva centralização das decisões políticas na Comissão Política e no Secretariado, em detrimento da Mesa Nacional, resultando na “alienação de forças militantes” e na “desvalorização do trabalho setorial”.⁸⁹⁰

As principais propostas apresentadas pela Moção R na IX Convenção foram: realização de um referendo sobre o Tratado Orçamental, realização de um referendo e mobilizações internacionais contra o Tratado Transatlântico (TTIP); retirada de Portugal da OTAN; regularização dos imigrantes, garantindo-lhes direitos sociais, culturais, económicos e políticos; nacionalização da “energia, água, saúde, educação, transportes e respectivas infraestruturas, correios, telecomunicações”; reforma fiscal com

⁸⁸⁸ Ibidem, p. 53.

⁸⁸⁹ Ibidem, p. 54-55.

⁸⁹⁰ Ibidem.

controle dos capitais; aumento do salário mínimo para 700 euros.
⁸⁹¹

Por fim, a Moção A foi a menos representativa das moções. Geograficamente sua base restringe-se ao distrito de Viana do Castelo, localizado no extremo norte de Portugal e distritos próximos, como Braga. Por ter maior afinidade ideológica, sobretudo, no que tange a negociações mais flexíveis com setores do PS, a Moção A somou-se a Moção B na convenção.

Segundo Madeira, a Moção A teria se formado a partir de desentendimentos entre a direção nacional do BE e a militância de Viana do Castelo. A direção teria orientado que as listas conjuntas para as eleições autárquicas deveriam ser somente com o PCP e o PS. Segundo Madeira, a militância de Viana do Castelo chegou a reunir-se com os dois partidos, mas o PCP teria desistido de dar prosseguimento às reuniões, que continuaram acontecendo com a participação apenas do PS. No entanto, a direção do BE não autorizou a aliança com o PS, o que teria desagradado à militância de Viana do Castelo, levando-a a constituir uma moção própria.⁸⁹²

Madeira posicionou-se favoravelmente aos militantes que lançaram a Moção A, pois, segundo ele, foi negociado com o PS um programa local, de “combate à corrupção, combate ao desordenamento do território, defesa ambiental. (...) Um programa que não tem nada a ver com o programa do PS”. Segundo o dirigente da plataforma Reinventar o Bloco, “Simplesmente para não dar o exemplo a nível nacional de que o Bloco ia com o PS numa autarquia, o Bloco desautorizou”.⁸⁹³

Em relação às alianças políticas, a Moção A propôs que o BE recorra, em um primeiro momento, a todos os partidos que se opuseram às políticas de austeridade imposta pela troika. Porém, numa segunda fase, por considerar improvável conseguir maioria sem o PS, a moção propõe uma convergência do BE com o PS, a fim de obrigá-lo a uma “solução governativa à esquerda”. Segundo a moção A, “a convergência, difícil, mas não impossível, de partidos à esquerda do PS e a sua disponibilidade

⁸⁹¹ *Ibidem*, p. 47-56.

⁸⁹² MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

⁸⁹³ *Ibidem*.

para um acordo de governação, colocará o PS perante a escolha mais difícil: ou aceita governar à esquerda (...) ou coliga-se com a direita”.⁸⁹⁴

A Moção A também criticou a atitude da direção do BE em se recusar a participar da reunião com a Troika em 2011 (assunto apresentado no Capítulo 8), o que teria levado a opinião pública a considerar a atitude do BE um tanto sectária. Segundo a moção, o partido deveria apresentar uma contraproposta mais justa e que pudesse resultar “na melhoria das condições de vida dos portugueses”. Para que o BE não se torne um partido de funcionários, a Moção A propôs que “a cota da Mesa Nacional para deputados nacionais ou europeus, funcionários do Bloco ou que exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo movimento deve ser de 15%”.⁸⁹⁵

Eis algumas propostas políticas apoiadas pela Moção A: limite de 35 horas de trabalho semanal; aumento do salário mínimo para 600 euros; contra os cortes no serviço público e nas empresas públicas; interrupção das privatizações e “renacionalização de muitas das que foram alienadas”; renegociação dos contratos das Parcerias Público-Privadas (PPPs); adoção de política fiscal sobre o “poder econômico-financeiro da grande distribuição”; implementação de programas que reduzam as desigualdades “independentemente de haver ou não crescimento econômico”; impedir que as propinas do ensino superior se transformem em obstáculos ao seu acesso.⁸⁹⁶

Dentre todas as moções, a Moção A foi a que apresentou propostas mais favoráveis às negociações com o PS, mais ainda que a Moção B, para a qual o BE deveria usar a estratégia de crescer apoiando-se nos eleitorados do PS e do PCP. As outras três moções, E, U e R, não vislumbraram quaisquer possibilidades de alianças com o Partido Socialista. Em relação ao PCP, todas as moções fizeram críticas às práticas dirigistas e

⁸⁹⁴ Ibidem.

⁸⁹⁵ Ibidem.

⁸⁹⁶ Moção A – Uma Resposta de Esquerda – Por um Bloco que responda já aos problemas das pessoas. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014, p. 20-27.

sectárias do partido, mas mantiveram alguma expectativa em somar forças, especialmente a moção E.

7.2.4 Resultados e considerações sobre a IX Convenção

A IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda aprovou a moção U (Plataforma Unitária), que obteve 266 votos, dez a mais que a segunda colocada, a moção E (Tendência Esquerda Alternativa), com 256 votos. Com votação menos expressiva ficaram as moções B (Reinventar o Bloco, 34 votos), R (Plataforma Anticapitalista, 30 votos) e A (7 votos). Já na votação para a Mesa Nacional houve empate entre as listas U e E, que obtiveram os mesmos 259 votos, elegendo 34 membros cada uma. A lista B (com o apoio da lista A) obteve 51 votos, elegendo 7 membros; a lista R obteve 32 votos, elegendo 4 membros. Para a Comissão de Direitos, a mais votada foi a lista E, com 258 votos, elegendo 3 membros; a lista U obteve 252 votos, elegendo também 3 membros, a lista B obteve 50 votos, elegendo 1 membro; e a lista R obteve 40 votos, não conseguindo eleger nenhum membro.

Pela primeira vez na história do partido houve um equilíbrio entre as duas moções mais votadas. Carujo explica que durante o longo período em que predominaram as direções partilhadas, as discussões eram mais internas e os conflitos não eram feitos publicamente, portanto, a disputa de hegemonia se fazia de forma muito mais implícita e camuflada. A partir da IX Convenção, as relações de conflitos entre as tendências e grupos tornaram-se mais evidentes e intensas. Segundo Carujo, as moções E e U estariam em “conflito aberto”. “Até agora o debate tinha sido áspero apenas com o Ruptura-FER”, relata.⁸⁹⁷

Segundo Costa, o fim da hegemonia partilhada foi um erro gravíssimo. Para ele, “as diferenças políticas que foram invocadas eram totalmente insuficientes e até irrisórias para justificarem qualquer separação”. Os motivos para a separação teriam relação com a disputa de poder interno.⁸⁹⁸ Leiria observa que o que estava em questão, muito mais do que projetos políticos, era “a

⁸⁹⁷ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

⁸⁹⁸ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

disputa pelo poder, de grupos organizados”.⁸⁹⁹ Cardina considera que diferentes entendimentos sobre acontecimentos recentes teriam motivado a separação entre as correntes, como o apoio à candidatura de Manuel Alegre e a moção de censura contra o governo Sócrates em 2011. Para ele, a rivalidade entre as moções fez-se também em relação às lógicas de funcionamento: a Moção E era mais fechada, mais “identitária (...) porque queria que o Bloco se constituísse como partido que ganhasse raízes”, enquanto a moção U era mais aberta ao diálogo com outros grupos.⁹⁰⁰

O resultado inédito de empate entre as Moções U e E para a composição da Mesa Nacional resultou numa Comissão Política representada proporcionalmente por todas as moções. Cardina destaca que o “sistema é proporcional na composição da Mesa Nacional”, mas “o estatuto não fala de proporcionalidade” para a Comissão Política. Porém, o empate rigoroso entre as principais moções teria levado a um acordo para a criação de uma Comissão Permanente com seis porta-vozes, representados por Pedro Soares, Pedro Filipe Soares, Joana Mortágua, Adelino Fortunado, Nuno Moniz e Catarina Martins. Esta última, por fazer parte da moção mais votada, foi escolhida dentre os porta-vozes para representar o partido nacionalmente, terminando, desse modo, o sistema de liderança a dois que havia prevalecido na direção anterior. Os seis porta-vozes escolhidos integram todas as moções apresentadas na IX Convenção, sendo dois representando cada uma das moções de maior votação (U e E) e um representando cada uma das moções de menor votação (B e R). Cardina e Pureza avaliam como positiva a solução que permitiu maior representação dos agrupamentos internos do BE. Eis os seus relatos:

(...) se tentou encontrar uma solução criativa de construção de uma comissão política, porque o Bloco tem a Mesa Nacional [que] elege uma Comissão Política, que antes tinha 16 membros,

⁸⁹⁹ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁹⁰⁰ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

agora tem 18. A Comissão Política elege um mecanismo de porta-vozes. E encontrou uma solução, porque a Catarina Martins é a porta-voz, mas há um corpo de seis porta-vozes que tem membros de todas as listas...⁹⁰¹

A própria Comissão Política passou a ser de composição proporcional, há, portanto, uma representação maior das várias moções. Não era essa a nossa história, a história do Bloco era de uma composição [não paritária]. Antes dessa última Convenção, a Comissão Política era composta por uma moção vencedora e não tinha representantes das moções derrotadas ou minoritárias. Agora passou a ter. Portanto, eu acho que isso contribuiu para distender um bucadinho as tensões dentro do Bloco.⁹⁰²

Pureza comenta que na convenção houve “dois discursos diferentes para a mesma realidade”: um centrado na garantia e manutenção dos direitos constitucionais (Moção E) e outro centrado na questão da dívida e na adoção de políticas frente à troika (Moção U). A Moção U não via a defesa da Constituição como um ponto central, ainda que fosse importante defendê-la. Segundo Pureza, o mais importante era defender “as condições para concretizar o programa constitucional”, por isso, a questão central deveria ser a da dívida, porque sem resolver esse problema não haveria como assegurar os direitos constitucionais (investir no ensino público, saúde pública, etc.). O embate entre estas duas propostas estaria relacionado à definição de prioridades. Pureza diz que centrar na defesa dos direitos constitucionais implica em adotar uma posição defensiva. “Eu acho que (...) não podemos ficar numa posição de defesa apenas, temos que ir ao essencial que determina todas as políticas, atacar a hegemonia do poder vigente que se chama dívida, austeridade, troika”, argumenta.⁹⁰³

⁹⁰¹ *Ibidem.*

⁹⁰² PUREZA, *op. cit.*

⁹⁰³ *Ibidem.*

Leiria considera que as diferenças entre a Moção E (que enfatizou a luta pela manutenção dos direitos constitucionais) e a Moção U (que enfatizou a luta contra a austeridade) não são insignificantes, apesar de ambas terem se posicionado a favor dos direitos constitucionais e da luta contra a austeridade. A questão, entretanto, envolvia as prioridades que definiriam as políticas de alianças. Se a prioridade é a defesa dos direitos constitucionais, o leque de alianças seria mais amplo do que se a prioridade fosse à luta contra a austeridade. A primeira prioridade contemplaria mais uma aliança com o PS, explica Leiria.⁹⁰⁴

Carujo, fazendo referência direta à teoria de Gramsci, afirma que as diferenças entre as moções E e U não eram relativas à “grande política” e sim à “pequena política”: “a avaliação da questão constitucional, o papel da Constituição Portuguesa, o papel da dívida, etc., acho que ajudou ao debate, de forma conflitiva, mas não ajudou em nada a política do Bloco”. Fazendo outra menção à teoria gramsciana, Carujo compara a situação de impasse envolvendo os dois maiores grupos do BE ao conceito de “empate catastrófico” (para Gramsci, esta definição está relacionada a uma crise prolongada do Estado), “em que não há uma maioria clara” entre as organizações, “podendo destruir uma com a outra”.⁹⁰⁵

Se olharmos para as discussões políticas que se fazem entre a Lista E e a Lista U, grande parte se faz por questões pormenores... (...) No fundamental, 90% das propostas das duas listas maioritárias eram exatamente iguais. As moções eram demasiadamente parecidas e o debate é que foi demasiadamente conflitivo. As tendências do Bloco devem encontrar uma plataforma comum; podem (e devem) manter as suas identidades, as suas plataformas políticas separadas, mas se querem um Bloco unido, vão ter que encontrar uma com a outra. Essa situação

⁹⁰⁴ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

⁹⁰⁵ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

do empate partiu o Bloco ao meio.
Ninguém ganha.⁹⁰⁶

Apesar da divisão interna do BE, Pureza destaca dois aspectos da IX Convenção que para ele foram positivos: “o tom geral das discussões” e a capacidade da direção (após os resultados da Convenção) em agregar todos os grupos internos. “Eu acho que o pior que podia ter acontecido era uma direção fragmentada numa espécie de miniparlamentos representativos”, afirma o deputado bloquista.⁹⁰⁷

Verificamos nos capítulos VI e VII uma síntese das diversas trajetórias pelas quais vêm trilhando as correntes e grupos internos do BE. Vimos que a disputa de hegemonia, que sempre existiu no interior do BE entre as tendências e grupos, também se fazia entre as correntes antes de existir o partido. A disputa de hegemonia também permeava todo o processo que resultava nas hegemonias partilhadas, desde as negociações que eram feitas entre as correntes, até o momento em que elas assumiam a direção partidária.

O que aconteceu na IX Convenção é consequência desse processo de tantos anos de disputa hegemônica que jamais chegou a ser interrompida. O fim da “hegemonia partilhada” não representou o início dos conflitos entre os grupos do partido, mas sim uma nova fase do processo de disputa de hegemonia, que se acentuou. A exposição das diferenças entre os distintos agrupamentos políticos parece ter contribuído para o entendimento das partes e para a participação mais efetiva das tendências e grupos no processo de composição da direção do BE, que passou a ser proporcional até o seu mais alto nível.

⁹⁰⁶ *Ibidem*.

⁹⁰⁷ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

CAPÍTULO VIII – AS ESTRELAS TRANSFORMAM O MUNDO

Este capítulo aborda a disputa de hegemonia, a partir da atuação política do PT e do BE, no contexto nacional e internacional. Elaboramos uma breve abordagem histórica da participação do PT nas eleições legislativas nacionais (para o Congresso Nacional), nas eleições presidenciais e no Foro de São Paulo, tendo por base o processo de disputa de hegemonia nestas instâncias. Também fizemos uma breve abordagem histórica da atuação do BE nas eleições legislativas nacionais (para a Assembleia da República), nas eleições presidenciais portuguesas e no Parlamento Europeu da União Europeia. Não abordamos, portanto, a atuação dos partidos nos âmbitos local e regional, pois este estudo demandaria outras teses, devido à complexidade em pesquisar as diferentes instâncias político-administrativas do Brasil e de Portugal. Com o intuito de delimitação da pesquisa, resolvemos enfatizar os fatos que marcaram a atuação política recente destes dois partidos.

8.1 A ATUAÇÃO POLÍTICA DO PT

8.1.1 Os resultados eleitorais e o Congresso Nacional

O sistema político brasileiro proporciona uma relação de dependência entre a Presidência da República e o Congresso Nacional, de modo que as leis que interessam ao governo necessitam da aprovação do Poder Legislativo, representado pelos deputados federais e senadores. Desde quando Lula assumiu a Presidência em 2002, a ampla maioria dos parlamentares pertence a partidos de direita, antigos adversários do PT. Desde então, a “governabilidade” passou a ser considerada uma questão central para a sobrevivência política do PT no Governo Federal. Embora o PT tenha se coligado com partidos tradicionalmente de direita, antes mesmo de assumir a presidência, como o PL (atual PR) do ex-vice-presidente José de Alencar, a “governabilidade”, construída mediante acordos com partidos ideologicamente antagônicos ao PT no Congresso Nacional, foi se tornando um desafio cada vez mais delicado e problemático, pois quanto mais cargos e poder político o governo

oferecia em troca de apoio político de partidos de centro e direita, mas força política estes partidos adquiriam para fazer com que o governo atendesse aos seus interesses.

Perguntamos às lideranças das tendências se a representação majoritária da direita no Congresso Nacional comprometeu a hegemonia nos governos Lula e Dilma. Pont afirmou ser possível “construir uma hegemonia política mesmo sem maioria no legislativo”, no entanto, ele explicou que “numa sociedade como a nossa, o controle midiático existente (...) é brutal, avassalador. Soma-se a isto o caráter elitista e conservador do judiciário, a crescente, perigosa e inconstitucional presença das Igrejas fundamentalistas na vida política do país (...) e a produção da ciência e do conhecimento nas mãos da ‘ordem’ e do ‘mercado’”. Mais adiante, Pont concluiu que “nesse plano da disputa cultural, dos valores éticos, morais, políticos, estamos sendo derrotados”.⁹⁰⁸

Vimos anteriormente que os governos Lula e Dilma não deram a devida atenção para que houvesse uma efetiva disputa de hegemonia na sociedade civil. Alguns dos mais importantes “aparelhos privados de hegemonia” - como o sistema midiático, o sistema jurídico, a polícia e os órgãos de investigação - continuaram subordinados ao projeto político das elites. Pont confirma que o PT “abdicou” de disputar a hegemonia e perdeu a luta ideológica para a ideologia do “mercado”. Vejamos o que diz o dirigente da DS:

A esquerda, o PT, em especial, abdicou de travar a luta. A baixa identidade e a disputa teórica e ideológica reduzidas tornam a população refém do “mercado”, de suas interpretações do mundo, de seus valores consumistas e individualistas. Uma recuperação do PT, em sua identidade programática e ideológica, exigirá uma nova postura do partido frente a esses temas. A luta ideológica de valores começa necessariamente dentro do partido. Se isso não ocorrer perderemos essa batalha, mesmo so-

⁹⁰⁸ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

brevivendo como partido. Cairemos na vala comum dos partidos da “ordem”.⁹⁰⁹

Além disso, o governo contribuiu para a manutenção da hegemonia da direita, na medida em que o oligopólio da mídia permaneceu intacto, sem que fossem criados novos canais de comunicação de longo alcance ou revisadas as concessões públicas dos meios de comunicação. Outro fator que beneficiou o projeto político da direita foram as escolhas dos ministros para compor o Supremo Tribunal Federal (STF), ainda que estas dependessem da aprovação do Senado. Oito de onze Ministros do STF que julgaram o pedido de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff foram escolhidos por presidentes petistas.⁹¹⁰ Secco comenta a escolha dos ministros, que também condenaram ex-dirigentes petistas acusados de participar do “mensalão”: “mostrava-se que o governo não soubera usar o poder do presidente pra formar uma maioria naquela corte. O discurso neopetista era permeado por um republicanismo oco e deslocado da realidade brasileira. Considerava o Poder Judiciário neutro”.⁹¹¹

Por outro lado, Pont justifica a tese desenvolvimentista adotada pelos governos petistas quando afirma que “o caráter socialista da revolução no Brasil é dado pelo amadurecimento das relações capitalistas e a inserção do país no capitalismo mundial”.⁹¹² Se esta fosse uma fórmula automática, os países de capitalismo avançado seriam os primeiros a passar por experiências socialistas. No entanto, as revoluções socialistas (ou tentativas, ainda que frustradas, de construir sociedades de caráter socialista) aconteceram em países de capitalismo atrasado (de economia essencialmente agrária) como Rússia em 1917, China em 1949, Cuba em 1959, Vietnã em 1975, etc. Além disso, a tese segundo a qual o desenvolvimento do capitalismo é pré-requisito para o socialismo não estabelece o quanto é preciso desenvolver o

⁹⁰⁹ Ibidem.

⁹¹⁰ Conheça o perfil dos ministros que julgarão o mensalão no STF. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/ministros-stf/>, acesso em 18 de janeiro de 2017.

⁹¹¹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 267-268.

⁹¹² Ibidem.

capitalismo para que seja possível/viável a transição ao socialismo, nem a intensidade das reformas e rupturas no capitalismo para impulsionar a transição socialista. Portanto, os governos petistas atenderam aos princípios desenvolvimentistas, no sentido de alavancar o desenvolvimento do capitalismo, mas não realizaram reformas estruturais, sem as quais não é possível construir um modelo de sociedade alternativo ao capitalismo.

Pomar vê como um problema o fato de os governos petistas não terem conquistado a maioria no Congresso. No entanto, esta “não foi a causa, mas sim a resultante de uma estratégia que de fato concentrou demasiadas energias na frente institucional, desatendendo outras sem as quais a disputa de hegemonia estaria prejudicada”.⁹¹³ Turra parte da mesma explicação de Pomar, ou seja, o PT teria privilegiado a política de alianças em detrimento da disputa de hegemonia. Vejamos um fragmento da entrevista com Turra:

Ao contrário de conseguir hegemonia para posições petistas na sociedade brasileira, a política de alianças em nome da hegemonia acabou destruindo o projeto da hegemonia petista. [Teria conquistado se tivesse alcançado maioria no Congresso?] Eu acho que não é um problema de aritmética parlamentar, é um problema de construção de um partido ligado às lutas populares. (...) O PT faz qualquer sacrifício para ganhar uma prefeitura, vende as posições que tem para ganhar um governo, muito mais a presidência da república. O tal do projeto de se manter no poder a qualquer custo e, aliás, atualmente, está fazendo isso de novo.⁹¹⁴

Segundo a avaliação de Fritsch, os deputados federais do PT estão mais divididos do que antes. Nos anos 1990, os deputados “faziam discussões sobre todos os projetos que

⁹¹³ POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

⁹¹⁴ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

estavam na Câmara. (...) A bancada decidia como votava e era 100% dos votos. Mesmo que não concordassem, votavam, porque era o voto da maioria [que havia sido decidido na reunião da bancada]”, explica o ex-deputado petista. Fritsch diz que atualmente há uma divisão muito maior: “hoje, a bancada federal não consegue (...) mais ter essa unidade interna. Tem volta isso? Eu não sei se tem volta”, avalia.⁹¹⁵

Outro aspecto que ilustra a divisão da bancada petista é o Manifesto dos deputados pedindo mudanças na política econômica do governo Dilma. O documento foi assinado por 35 dos 62 deputados, ou seja, pouco mais da metade queria que o governo mudasse, enquanto para os demais, a política econômica deveria ser mantida. Como sabemos, o pedido para que fosse mudada a política econômica jamais foi atendido. Além da divisão interna, a bancada petista tem se reduzido. O PT atingiu o pico de crescimento de sua base parlamentar no Congresso Nacional em 2002, manteve-se mais ou menos estável até 2010, e depois entrou numa fase decadente.

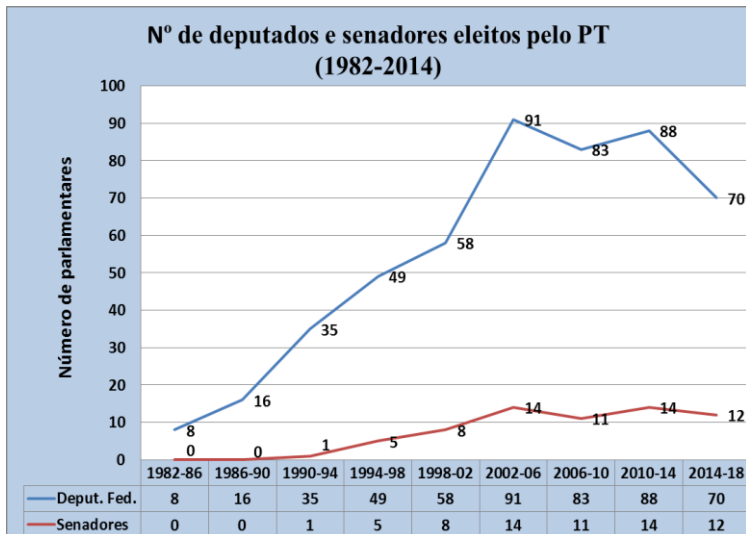
O gráfico 5 mostra a evolução do número de deputados federais e senadores petistas no Congresso Nacional, desde a primeira eleição em que o PT disputou, em 1982, até a última, em 2014. Nota-se que em relação aos deputados federais o crescimento foi constante: o partido elegeu oito deputados em 1983, o dobro em 1987, alcançou uma margem acima do dobro em 1991, aumentou consideravelmente em 1994 e 1998, e quase dobrou em 2002, quando se tornou o maior partido da Câmara, com 91 deputados. Entre 2002 e 2010, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, o número de deputados petistas sofreu uma pequena oscilação para baixo: 91 (2002); 83 (2006) e 88 (2010). Porém, após os quatro primeiros anos de governo Dilma, o número de deputados caiu de 88 (2010) para 70 (2014).

Durante toda a década de 1980, o PT não teve nenhum senador eleito. O primeiro senador eleito do partido foi em 1991. Em 1994 e 1998, o PT conquistou, respectivamente, cinco e sete cadeiras no Senado. Os anos 2002 e 2010 foram os que apresentaram os melhores resultados (14 senadores eleitos). Diferentemente dos deputados, o número de senadores petistas

⁹¹⁵ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

manteve-se mais ou menos estável durante os mandatos de Lula e Dilma: 11 em 2006, 14 em 2010 e 12 em 2014.

Gráfico 5



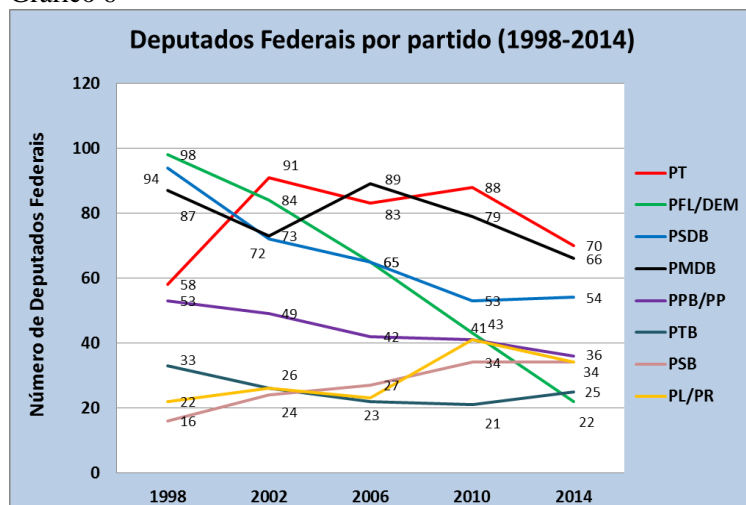
Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O gráfico 6 mostra os oito partidos com maior representação na Câmara dos Deputados nas últimas cinco eleições. Observa-se que o PFL/DEM já foi o maior partido da Câmara, com 98 deputados eleitos em 1998. No entanto, esse partido passou por uma queda vertiginosa, alcançando 22 deputados em 2014. As fragmentações em decorrência da transição do Partido da Frente Liberal (PFL) para Democratas (DEM) e, mais recentemente, com a criação do Partido Social Democrata (PSD), enfraqueceram muito o antigo PFL. Por outro lado, o PSD (fundado em 2011 por dissidentes do DEM, PP e PSDB, para compor a base de apoio do governo Dilma) obteve um importante crescimento em 2014, elegendo 37 deputados federais e três senadores.

Se, em comparação com as eleições anteriores, a representação do PT na Câmara dos Deputados declinou em 2014, por outro lado, o partido permaneceu sendo o de maior representação da Câmara, já que quase todos os grandes partidos

também tiveram suas bancadas parlamentares reduzidas. Entre 2010 e 2014, o DEM perdeu 19 deputados, o PT 18, o PMDB 13, o PR sete, o PP cinco, o PSB manteve-se inalterado, o PSDB ganhou um deputado e o PTB ganhou quatro. O enfraquecimento dos grandes partidos foi acompanhado do fortalecimento de partidos até então considerados pouco expressivos, como o PSD, o PRB, o SD e o PSC, que elegeram, respectivamente, 37, 21, 15 e 12 deputados.

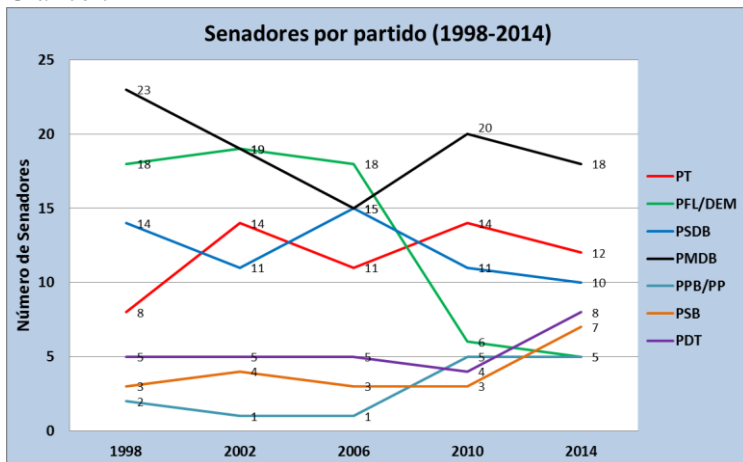
Gráfico 6



Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Já em relação à bancada do Senado (gráfico 7), o PT sempre teve um desempenho inferior ao PMDB, sendo o segundo partido com o maior número de senadores. Em 2014, foram eleitos 12 senadores petistas, contra 18 do PMDB. O terceiro partido com a maior representação no Senado é o PSDB, seguido por PDT, PSB, DEM e PP. Tal como em relação aos deputados, também se observa uma queda vertiginosa dos senadores do PFL/DEM. Curiosamente, o PDT é mais expressivo no Senado Federal, com oito senadores, do que na Câmara dos Deputados, com 18 deputados federais.

Gráfico 7



Elaboração própria com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Atualmente, o único grande partido de esquerda (ou centro-esquerda) é o PT. O PDT, que já esteve mais à esquerda (principalmente no tempo de Leonel Brizola), é hoje um partido de centro-esquerda, mas de tamanho intermediário. O PSB, que outrora (no tempo de Miguel Arraes) foi um partido de esquerda, já não pode ser considerado de esquerda e nem mesmo de centro-esquerda, tendo em vista que 29 dos seus 32 deputados federais votaram a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff. A ala à esquerda do PSB saiu do partido em 2016 para ingressar no PSOL. Excetuando o PT e, de certa forma, o PDT (ainda que muitos parlamentares deste partido tenham votado a favor do *impeachment*, a maioria votou contra), todos os outros partidos de esquerda são de porte pequeno (PCdoB e PSOL) ou muito pequeno e sem representação parlamentar (PSTU, PCB e PCO). Os únicos partidos que votaram totalmente contra o *impeachment* no Congresso foram: PT, PCdoB e PSOL. Embora algumas pessoas considerem a Rede um partido de centro-esquerda, os votos dos parlamentares deste partido foram divididos.

O golpe sofrido por Dilma Rousseff poderia ter servido para a reorientação das alianças em torno de uma frente de partidos de esquerda e centro-esquerda. Entretanto, o que se constatou nas eleições municipais de 2016 foi uma enorme

fragmentação da esquerda e uma grande derrota eleitoral sofrida pelo PT. Apesar de o *impeachment* ter contado com o apoio massivo dos principais partidos da base aliada de Dilma Rousseff, o PT esteve coligado com partidos pró-*impeachment* (golpistas) em quase dois mil municípios brasileiros⁹¹⁶. Por outro lado, partidos como PSOL e PDT foram adversários do PT nas principais cidades brasileiras, ou seja, a esquerda se fragmentou de tal forma que praticamente todos os municípios importantes do Brasil passaram a ser governados por partidos de direita. Em 2012, o PT governou 636 municípios em todo o Brasil. Em 2016, o número de municípios governados pelo PT caiu para apenas 256. O número de vereadores petistas em todo o território nacional caiu de 5.067, em 2012, para 2.975, em 2016.⁹¹⁷

Porém, o fracasso eleitoral do PT se explica, em parte, em decorrência do desgaste da imagem do partido nacionalmente. Contribuiu para isso a ênfase seletiva da grande mídia, ao cobrir as operações de combate à corrupção da Polícia Federal envolvendo o PT, bem como o processo de *impeachment* que, além de denunciar supostas “pedaladas fiscais”, responsabilizou a presidenta Dilma Rousseff pela atual crise econômica. A imagem negativa do partido associada à corrupção, levou muitas lideranças e políticos petistas a deixarem o partido. Segundo a revista Carta Capital “um em cada cinco prefeitos eleitos pelo partido em 2012 pediu desfiliação ou foi expulso. Em São Paulo, 35 dos 73 prefeitos petistas migraram para outras legendas”.⁹¹⁸

8.1.2 Das eleições presidenciais à crise do projeto petista de hegemonia

A transformação ideológica que o PT vem sofrendo ano após ano é perceptível em relação às suas propostas eleitorais e

⁹¹⁶ PT está coligado com partidos considerados golpistas em quase 2 mil municípios. Disponível em: <http://noticias.spotniks.com/pt-esta-coligado-com-partidos-considerados-golpistas-em-quase-2-mil-municipios/>, acesso em 12 de outubro de 2016.

⁹¹⁷ Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>, acesso em 14 de outubro de 2016.

⁹¹⁸ O PT sofre com a debandada de candidatos. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/em-2016-o-pt-sofre-com-a-debandada-de-candidatos>, acesso em 12 de outubro de 2016.

políticas de alianças. Nas campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998 ⁹¹⁹, o PT estabeleceu alianças com partidos de esquerda e centro-esquerda e apresentou programas políticos que faziam críticas contundentes, tanto à política externa (contra os acordos do governo brasileiro com o FMI, o Banco Mundial e a OMC), quanto à política interna (propondo a estatização de empresas privatizadas, a contragosto dos interesses das grandes corporações industriais e financeiras; defendendo a reforma agrária com vistas a enfraquecer o poder dos grandes proprietários rurais).

Lula concorreu pela primeira vez à Presidência da República em 1989 (ver gráfico 8), quando apresentou um programa que propunha reformas estruturais para fazer o país avançar em direção ao socialismo. No entanto, o seu programa de governo, que incluía as propostas de suspensão do pagamento da dívida externa, realização de uma ampla política de reforma agrária e estatização das empresas estratégicas ⁹²⁰, foi considerado “muito radical” por setores de faixa de renda média e da elite econômica. Por outro lado, setores menos instruídos politicamente foram influenciados pela grande mídia e seduzidos pela candidatura de Collor, que era apresentado como o “caçador de marajás”. Apesar disso, por muito pouco, Lula não foi eleito, tendo sua maior votação registrada nas regiões Sul e Sudeste.

Em 1989, a política de alianças do PT foi firmada apenas com dois partidos: PCdoB e PSB. A primeira eleição direta após a redemocratização foi a que contou com o maior número de candidaturas (vinte e duas no total). A esquerda estava representada pelas candidaturas de Lula (PT), Brizola (PDT) e Roberto Freire (PCB). Havia, na época, candidatos considerados de centro-esquerda, como Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Fernando Gabeira (PV) e Celso Brant (PMN). O candidato mais votado no primeiro turno foi Collor, representando um partido de pouquíssima expressão (PRN), mas que contou com o apoio de boa parte do poder econômico e da grande mídia. Lula conseguiu vencer Brizola (cujo reduto eleitoral concentrava-se nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio

⁹¹⁹ Programas de Governo da candidatura Lula – 1989, 1994 e 1998. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 03/09/2011.

⁹²⁰ Programa de Governo da candidatura Lula – 1989. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 03/09/2011.

de Janeiro) por menos de um ponto percentual, ficando em segundo lugar.

No segundo turno das eleições de 1989, a esquerda conseguiu se unificar em torno da candidatura de Lula, que também contou com o apoio da maioria dos movimentos sociais e de parte expressiva dos intelectuais e artistas brasileiros. Havia empate técnico entre as duas candidaturas nas vésperas das eleições para o segundo turno. No entanto, durante o último debate entre os presidenciáveis, a emissora de televisão Rede Globo concedeu tempo a mais para Collor, além de manipular trechos enaltecendo a participação deste em detrimento da participação de Lula⁹²¹. Posteriormente, após críticas e processos impetrados pela candidatura Lula contra a Rede Globo, a emissora assumiu que “a edição não foi equilibrada”, mas se recusou a admitir que a sua participação (decisiva para a vitória de Collor) havia sido deliberada.⁹²² Collor acabou vencendo o segundo turno com uma diferença de cinco pontos percentuais.

⁹²¹ José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, que comandou a emissora por três décadas, admitiu que o jornalismo da Globo favoreceu Collor em 1989. “Ex-todo-poderoso Boni analisa e critica TV Globo que completa 50 anos”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2015-04-23/ex-todo-poderoso-boni-analisa-e-critica-tv-globo-que-completa-50-anos.html>, acesso em 21 de outubro de 2016.

⁹²² A mais polêmica edição do Jornal Nacional. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/a-mais-polemica-edicao-do-jornal-nacional/>, acesso em 20 de outubro de 2016.

Gráfico 8

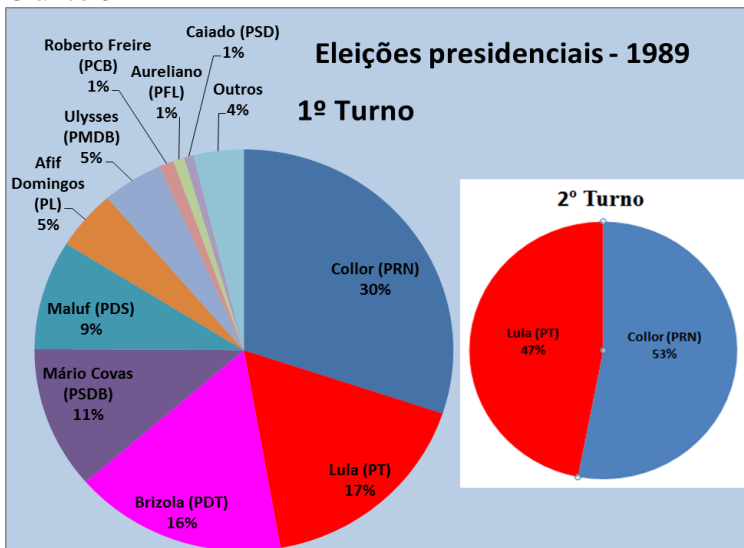


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

Lula, que quase foi eleito em 1989, não obteve bons resultados nas eleições seguintes (ver gráfico 9). Fernando Henrique Cardoso conseguiu se eleger no primeiro turno das eleições de 1994 e 1998. As coligações construídas em torno da candidatura de Lula em 1994 (PT, PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU) e 1998 (PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB), foram formadas apenas por partidos que, na época, situavam-se nos campos da esquerda e centro-esquerda (atualmente, alguns estão entre o centro e a direita, como o PSB, o PPS e o PV).⁹²³ Apesar de manter as coligações com partidos de esquerda e centro-esquerda, Lula amenizou seu discurso para atrair o voto de setores sociais conservadores, mas o esforço foi em vão. Os candidatos mais votados em 1994 foram: Fernando Henrique (54%), Lula (27%) e Enéas (8%). Em 1998, os candidatos mais votados foram: Fernando Henrique (53%), Lula (32%) e Ciro Gomes (11%).

⁹²³ Estariam à direita por que: 1) votaram em peso a favor do impeachment; 2) a maioria dos deputados destes partidos votaram a favor da PEC 241, que congela os gastos públicos por 20 anos. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>, acesso em 14 de outubro de 2016.

Gráfico 9

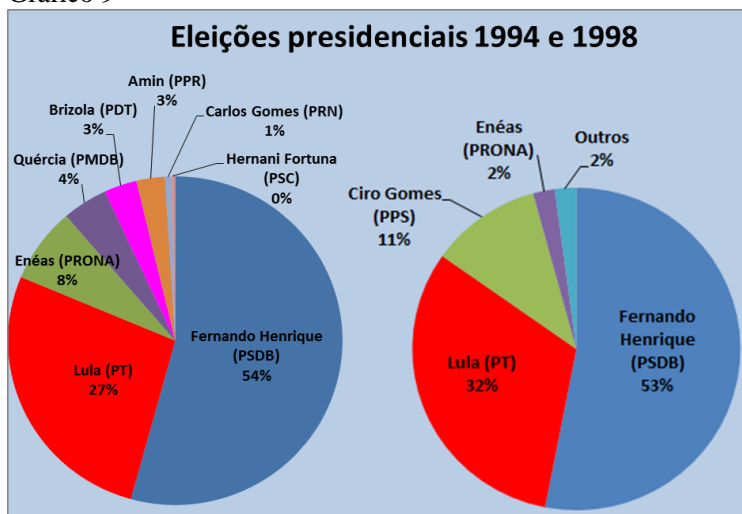


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

Abalado pelas derrotas eleitorais de 1994 e 1998, o PT passou por um processo de transformação, substituindo a retórica crítica e anticapitalista por um discurso mais ameno, visando atrair o apoio do empresariado e de outros partidos. Singer aponta as mudanças entre a “Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil, Lula 2002” - que enaltecia a ruptura com o modelo econômico neoliberal - e a Carta ao Povo Brasileiro – que afirmava que o Brasil não deveria “prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”⁹²⁴. Vejamos outros aspectos das mudanças programáticas do PT, segundo Singer:

No programa divulgado no final de julho de 2002 pelos partidos que integravam a Coligação Lula Presidente, há um perceptível câmbio de tom em relação ao capital. Em lugar do confronto com os “humores do capital financeiro globalizado”, que havia sido aprovado em dezembro de 2001, o documento de

⁹²⁴ Carta ao Povo Brasileiro. In. Programa de Governo da candidatura Lula – 2002. Coligação Lula Presidente. Brasília, julho de 2002, p. 8.

campanha afirmava que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Para dar garantias aos empresários, o texto assegura que o futuro governo iria “preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra um aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade de o governo cumprir os seus compromissos”, seguindo *pari passu* o que havia sido divulgado na Carta. Nessa linha, compromete-se com a “responsabilidade fiscal”, com a “estabilidade das contas públicas” e com “sólidos fundamentos macroeconômicos”. Por fim, assegura que não vai “romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Afinal, “governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional”.⁹²⁵

Antes das eleições presidenciais de 2002, o PT já havia tomado outro rumo, deixando de estabelecer alianças políticas exclusivamente com partidos de esquerda, para compactuar com partidos situados ao centro e à direita do espectro político nacional, como o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Liberal (PL). Na campanha para as eleições presidenciais de 2002, cujo slogan era “agora é Lula” (mensagem dirigida aos setores da sociedade que antes não votavam em Lula, em particular, o empresariado nacional), o PT foi conquistando o apoio dos setores de centro e centro-direita para, finalmente, vencer as eleições presidenciais em 2002.

Lula lançou-se candidato em 2002 (ver gráfico 10), numa coligação formada por PT, PL, PCdoB, PMN e PCB. No primeiro turno daquelas eleições, o candidato petista foi o mais votado (45%), seguido por José Serra (PSDB, 25%), Garotinho (PSB, 17%) e Ciro Gomes (PPS, 12%). Lula venceu o segundo turno com uma diferença de 22 pontos percentuais sobre José Serra.

⁹²⁵ SINGER, Paul. *A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores*, p. 17. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a06.pdf>, acesso em 10 de março de 2014.

Gráfico 10

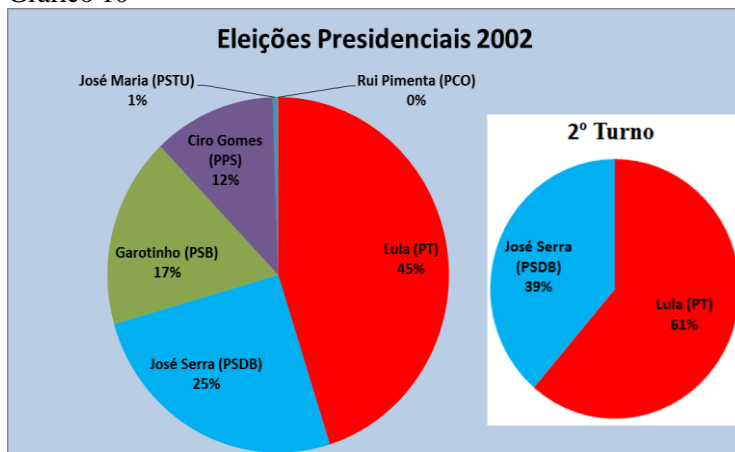


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

A chapa constituída por Lula (presidente) e José de Alencar (vice) representava uma aliança entre os trabalhadores e o capital produtivo, ainda que a decisão do governo Lula de manter a política econômica do governo anterior tivesse favorecido principalmente o capital financeiro. Como vimos, o capital financeiro havia sido contemplado com a Carta ao Povo Brasileiro, que firmava o compromisso de manter o superávit primário e o equilíbrio fiscal. Estes acordos levaram vários setores sociais (inclusive, uma parcela importante do empresariado) a apoiar Lula pela primeira vez.

Durante o primeiro mandato presidencial de Lula, a inflação manteve-se controlada⁹²⁶, reduziu-se o desemprego e registrou-se superávit na balança comercial. A política de juros altos permaneceu sob o governo Lula, beneficiando o sistema

⁹²⁶ O Plano Real havia conseguido estabilizar a inflação através de uma série de medidas rígidas adotadas durante o governo Fernando Henrique Cardoso, como a desindexação da economia, as privatizações, o equilíbrio fiscal (corte de despesas e aumento dos impostos), a abertura econômica (redução de tarifas de importação), o contingenciamento (câmbio artificialmente valorizado) e políticas monetárias restritivas (aumento da taxa de juros). “Plano Real”. FIÚZA, Guilherme. 3.000 dias no bunker. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

financeiro e prejudicando tanto a indústria nacional quanto a classe trabalhadora. Por outro lado, a realização de políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, o crédito consignado e o programa Luz para Todos, contribuíram para a melhoria efetiva da vida de milhões de brasileiros. Durante o primeiro mandato de Lula, o PIB brasileiro cresceu 3,5% e o IDH passou 0,79 para 0,81.⁹²⁷

Em 2003, o PT enfrentou uma crise interna: contrariados com a decisão da bancada parlamentar petista em votar a favor da Reforma da Previdência no Congresso Nacional, os deputados Babá (PA), Luciana Genro (RS) e João Fontes (SE), juntamente com a senadora Heloisa Helena (AL), votaram contra a indicação do partido, aderindo à campanha nacional contra a reforma. Na ocasião, diversos movimentos sociais se opuseram à reforma que, entre outras mudanças, aumentava a idade mínima para a aposentadoria e taxava os servidores públicos inativos.⁹²⁸ A ruptura com a orientação da bancada culminou com a expulsão dos parlamentares, que mais tarde fundariam o PSOL. Cabe lembrar que durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, a bancada do PT no Congresso havia se posicionado contra a reforma, considerando-a “uma tentativa ilegítima e injustificada de supressão de direitos”.⁹²⁹

⁹²⁷ Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc>, acesso em 25 de outubro de 2016.

⁹²⁸ MIGNONE, Ricardo. Reforma da Previdência é aprovada em segundo turno no Senado. Folha de São Paulo, 11/12/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56352.shtml>, acesso em 26 de janeiro de 2017.

⁹²⁹ “No site da bancada federal do PT ainda se pode ler um texto de 1999 combatendo a reforma de FHC: “A rejeição, por parte dos partidos da oposição, além disso, fundou-se no fato, insistentemente denunciado, de que a proposta não se configura numa efetiva e verdadeira reforma da previdência social no Brasil, mas é uma tentativa ilegítima e injustificada de supressão de direitos, com vistas a, por um lado, contribuir para o ajuste das contas públicas - reduzindo a despesa com benefícios previdenciários - e, por outro, gerar condições para o desenvolvimento de um mercado privado de previdência social”. E denunciava, mais adiante “Essa concepção, adotada pelo governo FHC,

O ano de 2005 foi marcado por denúncias de corrupção envolvendo várias lideranças do PT. Ao ser pressionado pela CPI dos Correios⁹³⁰, o então deputado federal Roberto Jeferson (PTB) acusou o PT de montar um esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso, para que fossem aprovadas as propostas do governo Lula. O esquema, que se tornou conhecido pelo nome de “mensalão”, teria sido liderado pelo ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e executado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, que se encarregaria de pagar uma “mensalidade” para os deputados que apoiassem o governo Lula. Segundo Secco, “os recursos viriam do empresário Marcos Valério, que em troca seria beneficiado por contratos com órgãos do governo. Duda Mendonça havia confessado ter recebido dinheiro das empresas de Marcos Valério através de conta aberta nas Bahamas por trabalhos prestados à campanha de Lula”.⁹³¹

Ainda em 2005, um assessor do irmão de José Genoíno foi preso com 209 mil reais e 100 mil dólares no Aeroporto de Internacional de Congonhas, em São Paulo. No dia 16 de agosto, a Comissão Executiva Nacional do PT fez um pedido de desculpas à sociedade brasileira pelo envolvimento de dirigentes petistas em “denúncias relacionadas com financiamento paralelo de campanhas eleitorais”⁹³².

Apesar dos escândalos de corrupção envolvendo lideranças nacionais do PT, Lula manteve-se no governo graças aos altos

baseia-se nas propostas defendidas pelo Banco Mundial e pelo FMI...” GOULART, Serge. Verdades e mentiras sobre Reforma da Previdência. Jan. de 2003. Disponível em <http://www.sintrajufe.org.br/Previdencia/previ-5.htm>, acesso em 03/09/2013.

⁹³⁰ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios foi criada inicialmente para investigar a corrupção nos Correios envolvendo Maurício Marinho e Roberto Jeferson. Posteriormente, esta mesma comissão passou a investigar o escândalo do mensalão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u71875.shtml>, acesso em 20 de outubro de 2016.

⁹³¹ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 215-229.

⁹³² Executiva do PT aprova texto com desculpas à nação. UOL. 17/08/2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2005/08/17/ult2041u112.jhtm>, acesso em 21 de outubro de 2016.

índices de aprovação ⁹³³. Pela primeira vez, a popularidade de Lula vinha de setores economicamente mais vulneráveis, principalmente das regiões Norte e Nordeste do Brasil. A explicação para o forte apoio da população de renda baixa estaria relacionada aos programas sociais do governo Lula, como o Programa Bolsa Família, Mais Médicos, Luz para Todos, além das políticas de valorização do salário mínimo e acesso ao crédito.

A eleição em que Lula esteve mais próximo de ser eleito no primeiro turno foi a de 2006 (ver gráfico 11), porém, ela foi bem mais apertada que a de 2002. A coligação que lançou Lula foi formada por apenas três partidos: PT, PRB e PCdoB. O candidato Geraldo Alckmin (PSDB) ficou em segundo lugar (com 42%), apenas seis pontos percentuais atrás de Lula, que obteve 48% dos votos. Em terceiro e quarto lugar ficaram os ex-petistas Heloísa Helena (PSOL) e Cristovam Buarque (PDT), respectivamente com 7% e 3%. Nestas eleições, a direita havia se unificado em torno da candidatura de Alckmin, enquanto a esquerda havia se dividido em três candidaturas. Apesar do aperto no primeiro turno, Lula venceu facilmente Alckmin no segundo turno (61% contra 39%). O candidato petista também contou com a transferência de votos (não automática) do PSOL e PDT.

⁹³³ Segundo o instituto de pesquisas Datafolha, em 8 agosto de 2006, 45% dos entrevistados consideravam o governo Lula ótimo ou bom, enquanto 18% consideravam o governo ruim ou péssimo. Aprovação ao governo Lula cresce, segundo o Datafolha. Uol. 08/08/2006. Disponível em:

<http://eleicoes.uol.com.br/2006/pesquisas/ultnot/2006/08/08/ult3795u9.jhtm>, acesso em 22 de outubro de 2016.

Gráfico 11

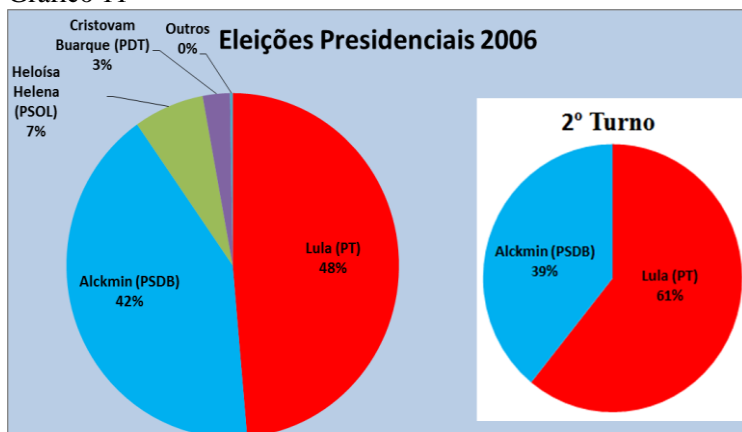


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

A crise que afetou vários países do mundo em 2008 e 2009 atingiu tenuamente o Brasil. A melhora nos desempenhos da economia e a redução da pobreza e da miséria contribuíram para que o país não sofresse tanto com a crise. Quando economistas e jornalistas pensaram que a crise poderia resultar numa espécie de “tsunami”, Lula ironicamente a chamou de “marolinha”. O segundo mandato de Lula representou avanços ainda mais significativos nas áreas econômica e social. Em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era fazer crescer a economia brasileira, a partir do investimento em obras de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e portos. Em 2009, foi lançado o programa Minha Casa Minha Vida, para que fossem construídas um milhão de residências. A ampliação dos programas sociais elevou o índice de popularidade do presidente Lula, que alcançou 87% em dezembro de 2010.⁹³⁴ A região Nordeste, que nas eleições anteriores a 2002 era a que menos votava em Lula⁹³⁵, passou a ser a que mais aprovava o governo

⁹³⁴ Popularidade de Lula bate recorde e chega 87 %, diz-ibope. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>, acesso em 24 de outubro de 2016.

⁹³⁵ Ranking dos Estados por preferência ideológica. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/ranking-dos-estados-por-preferencia-ideologica>, acesso em 24 de outubro de 2016.

Federal. A popularidade de Lula no fim de seu mandato oferecia plenas condições para eleger um (a) sucessor (a).

A então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, foi escolhida para concorrer às eleições presidenciais de 2010, e quase foi eleita no primeiro turno (ver gráfico 12). Dilma ficou em primeiro lugar, com 47%, seguida por José Serra (PSDB, 33%), Marina Silva (PV, 19%) e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL, 1%). A ampla coligação construída em torno da candidatura de Dilma (PT, PMDB, PR, PSB, PDT, PCdoB, PSC, PRB, PTC e PTN) proporcionou-lhe o maior tempo de propaganda eleitoral gratuita nas emissoras de rádio e televisão, com cerca de 3 minutos a mais que José Serra.⁹³⁶ No entanto, os partidos de esquerda passaram a representar a minoria na coligação: apenas quatro dos dez partidos que formavam a coligação eram de esquerda ou centro-esquerda.

No segundo turno, Dilma venceu Serra por 12 pontos percentuais. Assim como em 2006, os Estados nordestinos foram os que mais votaram em Dilma.⁹³⁷ A eleição da primeira mulher a presidir o Brasil, também foi importante para reforçar os governos de esquerda na América Latina. Era importante que um país da importância do Brasil mantivesse um governo de esquerda diante da ofensiva da direita na região, que havia vencido as eleições no Chile e na Colômbia, e impetrado um golpe em Honduras, contra o governo de Manuel Zelaya.⁹³⁸

⁹³⁶ TSE divulga tempo da propaganda dos presidentiáveis na TV e no rádio. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/tse-divulga-tempo-de-propaganda-eleitoral-dos-candidatos.html>, acesso em 24 de outubro de 2016.

⁹³⁷ Ranking dos Estados por preferência ideológica, op. cit.

⁹³⁸ O golpe teria sido planejado para impedir a reeleição do presidente Manuel Zelaya, que era um importante aliado de Hugo Chávez e Raul Castro. GIMENEZ, Maria Júlia. Sete anos após o golpe em Honduras, cresce a violência no país. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/29/sete-anos-apos-o-golpe-em-honduras-cresce-a-violencia-no-pais/>, acesso em 24 de outubro de 2016.

Gráfico 12

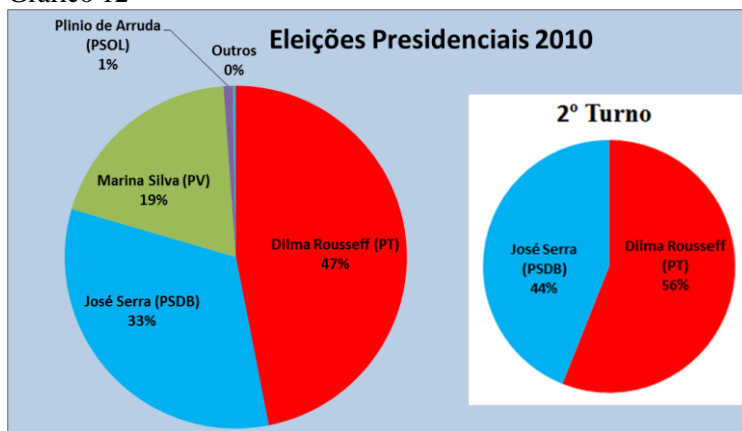


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

Em 2011, o governo Dilma reduziu a taxa de juros para desenvolver o setor industrial, implementou o programa educacional Ciência Sem Fronteiras e desenvolveu o programa Minha Casa Minha Vida. Apesar disso, a economia manteve-se muito dependente das exportações de produtos primários.

Em 2012, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, que apurou crimes contra os direitos humanos cometidos entre 1946 e 1988, responsabilizando quase 400 pessoas por tortura, detenções ilegais, violência sexual, execuções e ocultação de cadáver. A comissão atuou por quase três anos, mas não teve poder de punição.⁹³⁹ A própria presidenta pronunciou-se contra a revisão da lei da Anistia, temendo que a punição dos envolvidos

⁹³⁹ Diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais lançaram um manifesto pedindo a punição para os torturadores da ditadura militar. “Esse processo coloca em evidência a necessidade do Estado, através da Presidência da República, executar a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos que prevê a punição dos agentes de Estado responsáveis por crimes de tortura. Dessa forma, daria vazão à principal bandeira dos movimentos em luta pela justiça que é a superação da lei de anistia, possibilitando o fim da impunidade”. Organizações pedem pela punição dos torturadores da Ditadura Militar. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/16864>, acesso em 24 de outubro de 2016.

pudesse causar instabilidade em seu governo.⁹⁴⁰ No mesmo ano, um novo Código Florestal foi sancionado por Dilma, após intensa pressão de movimentos sociais e entidades ambientalistas. Apesar de vetar nove pontos do Código, o mesmo beneficiou os proprietários rurais com até quatro módulos fiscais, desobrigando-os de reflorestar áreas irregularmente desmatadas.⁹⁴¹

Em 2013, ocorreram as “jornadas de junho”, a maior onda de protestos já realizados no Brasil, desde o Fora Collor, em 1992. No dia 13 de junho, em São Paulo, uma manifestação organizada pelo Movimento Passe Livre (MPL) foi violentamente reprimida pela polícia. Após esse acontecimento, desencadearam-se sucessivos protestos por todo o Brasil, que reivindicavam, inicialmente, a redução da tarifa do transporte público. Porém, pouco a pouco os protestos foram adquirindo outras dimensões e atraindo diferentes setores sociais, representados por variadas matrizes ideológicas que iam da extrema-esquerda à extrema-direita. De forma espontânea e desorganizada, manifestantes reivindicavam desde melhorias nos serviços públicos, como educação e saúde, até intervenção militar e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. As manifestações populares foram tomando as principais cidades do país e contaram com ampla cobertura da mídia. Longe de ser neutra ou imparcial, a grande mídia, descontente com a redução dos recursos do governo destinados às grandes empresas de comunicação, tinha interesses diretos na derrubada do governo.⁹⁴² O empenho da mídia e da direita foi eficaz: após três semanas de protestos a popularidade da presidenta caiu 27 pontos.⁹⁴³ Quando parecia cair, Dilma

⁹⁴⁰ Dilma Rousseff é contra a revisão da Lei da Anistia? Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-e-contra-a-revisao-da-lei-da-anistia-5041.html>, acesso em 26 de outubro de 2016.

⁹⁴¹ Em defesa do Código Florestal. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/em-defesa-codigo-florestal>, acesso em 24 de outubro de 2016.

⁹⁴² A mídia golpista e o financiamento do governo. Sete de maio de 2016. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/ce/noticia/280491-6>, acesso em 30 de outubro de 2016.

⁹⁴³ Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>, acesso em 10 de novembro de 2016.

Rousseff fez um pronunciamento em rede nacional prometendo 100% dos *royalties* do Pré-Sal para a educação, reforma política, a realização de um plebiscito sobre reforma constituinte e a implementação do programa Mais Médicos (através da contratação de médicos estrangeiros para suprir a demanda na saúde pública). Apenas este último compromisso chegou a ser atendido.

Em 2014, novos protestos foram realizados, desta vez, contra os gastos do governo para a realização da Copa do Mundo de futebol. Setores da esquerda criticaram os gastos com a construção de novos estádios, considerando-os desnecessários, enquanto a direita aproveitou o momento político para reforçar a campanha pelo “fora Dilma” e até mesmo reeditar a “Marcha com Deus pela Família e a Liberdade”.⁹⁴⁴ Aprofundou-se o descontentamento da elite e de estratos de renda média e alta contra o governo Dilma, que não queriam admitir a ascensão das pessoas que haviam saído pobreza ou melhorado de vida: eram estudantes brancos que não queriam dividir espaço com estudantes cotistas negros e indígenas, pessoas de faixas de renda média e alta que não queriam cumprir a legislação que garante direitos aos trabalhadores domésticos. Acusavam o governo de utilizar o dinheiro público para “sustentar vagabundos” e “comprar votos”, através da concessão da bolsa família. Vejamos alguns dados apresentados por Secco:

De 2002 a 2013 a frota de veículos no Brasil cresceu 123% sem melhoria correspondente da infraestrutura de transporte. O número de pessoas que viajam de avião subiu entre 2007 e 2012 de 48 a 101 milhões, segundo o próprio Lula. (...) Parte expressiva da classe média tradicional se incomodava com a explosão de consumo de outros segmentos. Pobres compravam automóveis e passagens aéreas e o desconforto com o governo saltou da

⁹⁴⁴ A “Marcha de Deus pela Família e a Liberdade” foi realizada em 1964 por organizações da direita cristã e serviu de pretexto para o golpe militar.

leitura de jornais para a pessoa ao lado no banco apertado do avião.⁹⁴⁵

Apesar dos avanços sociais, não faltaram críticas da esquerda (inclusive da esquerda petista) à gestão de Dilma Rousseff. Mais de uma centena de movimentos sociais (dentre eles, o MAB e o MST) encaminharam um documento à ONU denunciando a construção da usina de Belo Monte no Estado do Pará: “a obra (...) formará dois reservatórios de 516 km² que vão impactar toda a região da bacia do rio Xingu, uma área que abarca 30 Terras Indígenas legalmente constituídas, além de quatro reservas extrativistas e oito unidades de conservação ambiental”⁹⁴⁶. Movimentos sociais do campo e movimentos indígenas também condenaram o ritmo extremamente lento de desapropriações de terras para a reforma agrária⁹⁴⁷ e de homologações de terras indígenas⁹⁴⁸. Dilma havia sido ainda menos eficaz que seus antecessores nesses quesitos.

As eleições presidenciais de 2014 (ver gráfico 13) foram marcadas por uma forte disputa envolvendo três candidaturas. Dilma Rousseff terminou o primeiro turno com 42% dos votos, seguida por Aécio Neves (PSDB, 33%) e Marina Silva (PSB, 21%). Esta última acabou substituindo o candidato Eduardo Campos (PSB), que morreu em um acidente aéreo a menos de três meses das eleições. A coligação de Dilma Rousseff foi formada por PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PRB, PROS e PCdoB. Dos dez candidatos que concorreram com Dilma, seis eram ex-petistas: Marina Silva (PSB), Eduardo Jorge (PV), Luciana Genro (PSOL), José Maria de Almeida (PSTU), Mauro Luís Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). O segundo turno das

⁹⁴⁵ SECCO, Lincoln. História do PT. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015, p. 279.

⁹⁴⁶ Construção da Usina de Belo Monte é denunciada à ONU. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/9414>, acesso em 26 de outubro de 2016.

⁹⁴⁷ “O governo Dilma não fez nada em termos de reforma agrária”. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria201d-6758.html>, acesso em 26 de outubro de 2016.

⁹⁴⁸ Demarcações nos últimos seis governos. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos>, acesso em 26 de outubro de 2016.

eleições de 2014 foi o mais acirrado desde a redemocratização: Dilma Rousseff conseguiu ser reeleita por diferença inferior a quatro pontos percentuais.

Gráfico 13

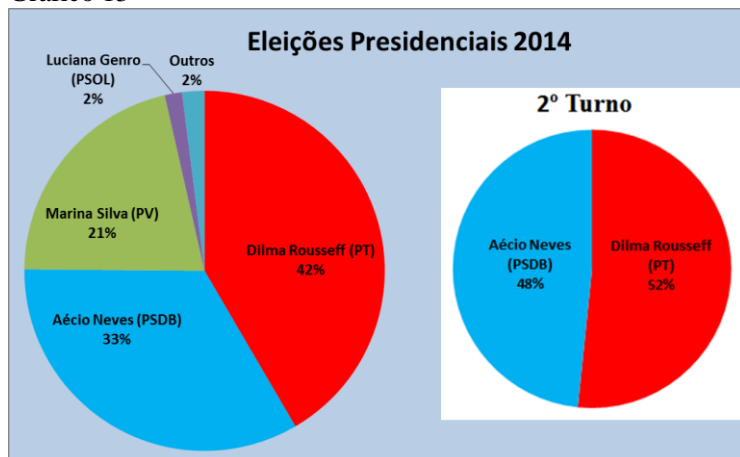


Gráfico elaborado conforme os dados do TSE. Elaboração própria.

Porém, a partir de 2015, a crise econômica (motivada principalmente pela queda internacional do preço das *commodities*) comprometeu o pacto social. Dilma Rousseff iniciou seu segundo mandato procurando atender aos acordos e pressões políticas que sofria dos partidos de sua “base aliada”. Indicações como as de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, Gilberto Kassab para o Ministério das Cidades e Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, foram intensamente criticadas pela esquerda. Desde janeiro de 2015, as metas da política econômica do governo Dilma giravam em torno do “plano Levy”, que consistia numa política de “ajuste fiscal”, baseada na redução da participação social do Estado e na retirada de direitos trabalhistas. Contra o ajuste fiscal do governo, que incluía a reforma da Previdência, o dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Guilherme Boulos, propôs “ajustar” aqueles que nunca foram “ajustados” na história do Brasil, isto é, os grandes empresários e banqueiros.⁹⁴⁹

⁹⁴⁹“Em Encontro com Dilma Une Pede Pé no Acelerador das Mudanças”. Disponível em: <http://www.une.org.br/noticias/em-encontro-com-dilma>

Como vimos no capítulo anterior, com exceção da tese do campo PMB, que havia adotado uma posição de “neutralidade”, mas votado a favor, todas as demais teses apresentadas no V Congresso do PT criticaram a política econômica do governo Dilma. Além dos partidos de esquerda, diversos movimentos sociais, representados pelas frentes “Brasil Popular” e “Povo Sem Medo”, manifestaram exigindo mudanças. Os protestos, que haviam atingido grandes proporções em 2013, continuaram em 2014 e 2015: enquanto a direita pedia por “fora Dilma”, a esquerda dizia que a presidenta deveria ficar, mas mudar a sua política.

Diante das pressões, o governo Dilma entrou numa fase de letargia, sem atender totalmente as reivindicações da direita, quando o PMDB apresentou o programa “Ponte para o Futuro”, nem, tampouco, da esquerda, que queria mudanças, sobretudo na área econômica. A unificação dos setores conservadores, que resultou no *impeachment* da presidenta, teria sido motivada pelo não cumprimento deste programa. Vejamos o conteúdo do programa, que tem servido de guia para o atual governo Temer:

O documento "Ponte para o Futuro" foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, o braço teórico do PMDB. Em linhas gerais, o programa previa menos segurança e direitos aos trabalhadores, trabalhos por mais anos aos idosos e medidas que, na prática, poderiam inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos. Tudo em linha com mudanças prevista pelo novo governo após o impeachment, como a reforma da Previdência com idade mínima para aposentadoria; a PEC 241, que limita os gastos públicos por 20 anos; e mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).⁹⁵⁰

une-pede-pe-no-acelerador-das-mudancas/, acesso em 30 de maio de 2016.

⁹⁵⁰Temer: Impeachment ocorreu porque Dilma recusou ponte para o futuro. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>, acesso em 14 de outubro de 2016.

Se, por um lado, a presidenta Dilma Rousseff não queria contrariar a classe trabalhadora atendendo ao programa das elites, por outro, ela não ousou fazer uma política de enfrentamento aos interesses dos setores conservadores, atendendo às propostas reivindicadas por partidos e movimentos sociais de esquerda, como a taxaçoão das grandes fortunas e da herança, cobrança de impostos sobre o lucro dos bancos e sobre remessas de lucro ao exterior, reforma política e do setor judiciário, política de combate ao monopólio da comunicação, etc. Segundo os movimentos e partidos de esquerda (incluindo a esquerda petista), o “ajuste fiscal” deveria ter acontecido com base nestas propostas, e não na que foi apresentada por Levy.

Desde 2002, com a indicação de Henrique Meireles para a presidência do Banco Central, a política econômica já atendia os interesses das elites econômica e financeira. Porém, em 2015, após a indicação de Joaquim Levy, ela passou a subordinar-se ainda mais ao ideário neoliberal. Contudo, nada disso adiantou para conter as manifestações articuladas pela direita e apoiadas pela grande mídia, contra o PT e a presidenta Dilma. Desde as “jornadas de junho”, em 2013, o Poder Judiciário, o Congresso, os grandes meios de comunicação e a Polícia Federal (PF), vinham atuando para desgastar ao máximo o governo petista. Em março de 2014, a PF criou a “Operação Lava-Jato”, que comandada pelo Juiz Federal Sérgio Moro, tinha a finalidade de investigar casos de corrupção no Brasil. No entanto, as investigações foram seletivas, atingindo mais o PT do que qualquer outro partido.⁹⁵¹ O desfecho provisório desta história foi o golpe em 2016.

⁹⁵¹ O professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP), Aldo Fornazieri, afirmou que “a Lava Jato foi instrumentalizada para instruir o golpe. (...) No processo de impeachment, houve um direcionamento focado no PT, quando se sabia que o problema era generalizado. Não se trata de livrar o PT, mas nós vemos agora que, aparentemente, há uma corrupção muito maior nos outros partidos. O professor menciona os “vazamentos seletivos, as prisões preventivas” e a condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o Código de Processo Penal, uma pessoa só pode ser forçada a prestar depoimento com escolta policial se houver recusa a pedido anterior”. Após três anos qual o legado da Operação Lava Jato para o Brasil.

Em dois de dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia de crime de responsabilidade contra Dilma Rousseff. Ironicamente, a denúncia foi apresentada pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo, que havia sido fundador e militante histórico do PT, juntamente com os advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Dilma foi acusada de desrespeitar a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, ao aprovar decretos de abertura de créditos suplementares (sendo um para projetos nas áreas de educação, previdência, trabalho e cultura; e outro para os poderes Executivo e Judiciário) e cometer “pedaladas fiscais”, ao atrasar o pagamento de parcelas ao Banco do Brasil. Já a defesa, representada pelo advogado José Eduardo Cardozo, argumentou que “os decretos não autorizaram um aumento de gastos, pois apenas remanejaram dinheiro de despesas já previstas e autorizadas pelo Congresso”.⁹⁵² No caso das pedaladas, a argumentação da defesa foi a de que “não houve transferência de recurso do banco para o Governo (no plano, o banco faz o empréstimo ao agricultor). Por isso, a medida não poderia ser enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal”.⁹⁵³ Contudo, se as chamadas “pedaladas fiscais” não configuraram crime de responsabilidade, não havia justificativa para a abertura de um processo de *impeachment*. Diversas entidades e jornais em todo o mundo condenaram o golpe impetrado contra a presidenta Dilma Rousseff.⁹⁵⁴ Tratou-se, portanto, de um golpe parlamentar.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma teve seu mandato cassado, mas manteve seus direitos políticos. Como a legislação brasileira prevê a possibilidade de perda dos direitos políticos em caso de *impeachment*, foi encaminhado pela bancada do PT um requerimento ao Senado solicitando que fossem realizadas duas

legado-da-operacao-lava-jato-para-o-brasil/, acesso em 30 de abril de 2017.

⁹⁵² A guerra jurídica do *impeachment*: do que Dilma é acusada? O debate técnico sobre se a presidenta cometeu ou não de crime fiscal tomou o Senado. *El País*. Brasília, 30/06/2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html, acesso em 14 de janeiro de 2016.

⁹⁵³ *Idem*.

⁹⁵⁴ *Imprensa mundial condena impeachment de Dilma*. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/imprensa-mundial-condena-golpe-no-brasil/>, acesso em 10 de setembro de 2016.

votações: uma sobre a perda ou não do mandato presidencial e outra sobre a perda ou não dos direitos políticos. A primeira votação decidiu pela cassação do mandato de Dilma Rousseff e a segunda decidiu pela manutenção dos seus direitos políticos.⁹⁵⁵

De acordo com Paludo, o PT era “minoridade dentro do sistema presidencialista de coalisão” e a hegemonia no governo era “de direita”.⁹⁵⁶ Diante da argumentação de Paludo (que nos concedeu a entrevista quando Dilma Rousseff ainda governava), podemos fazer um questionamento: quais fatores contribuíram para que a direita reassumisse o governo? Podemos listar alguns, ainda que todos estejam relacionados: 1) a política de conciliação de classes e o financiamento privado de campanhas; 2) a pouca importância conferida à disputa de hegemonia na sociedade, de modo que foi mantido o oligopólio da comunicação no Brasil e, mais recentemente, restringiu-se os canais de diálogo entre o governo e os movimentos sociais; 3) a ausência de reformas estruturais (agrária, urbana, fiscal, política, jurídica, educacional, etc.); 4) os governos foram constituídos por indicações dos presidentes Lula e Dilma, que poderiam ter sido outras (não apenas para os ministérios, mas também para o STF); 5) não foram aprofundados os mecanismos de participação popular e democracia direta, para além das conferências e conselhos.

Portanto, consideramos que a estratégia de conciliação de classes, adotada pelos governos Lula e Dilma, prejudicou a política de permanente construção de hegemonia. Enquanto a direita se fortalecia dentro e fora do governo, a presidenta Dilma Rousseff procurava ceder às pressões do poder econômico (em especial, do sistema financeiro). Ao invés da disputa de hegemonia, as gestões petistas confiaram excessivamente nos acordos multipartidários e interclassistas, que lhes garantiam a “governabilidade”. Ainda assim, os governos do PT atravessaram uma fase de elevado crescimento econômico e obtiveram

⁹⁵⁵ Impeachment de Dilma Rousseff. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. 28/12/2016. Disponível em:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>, acesso em 22 de fevereiro de 2016.

⁹⁵⁶ PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

importantes avanços na área social. Porém, para atrair cada vez mais o apoio da sociedade civil, não bastaram as políticas sociais e os programas de transferência de renda: tais projetos sociais resultaram em voto e apoio político para Lula e Dilma (lulismo⁹⁵⁷) até a crise econômica emergir e a direita se unificar em torno da obstrução do projeto político do PT.

8.1.3 Breve análise socioeconômica dos governos Lula e Dilma

Comparando o legado deixado pelos governos petistas com o dos seus antecessores, sobretudo o de Fernando Henrique Cardoso, verificamos uma melhoria significativa na maioria dos indicadores sociais e econômicos. No entanto, conforme apresentamos nesta seção, os avanços obtidos durante os governos petistas estiveram muito condicionados ao crescimento econômico do Brasil. Como a economia declinou muito no início do segundo mandato de Dilma Rousseff (o PIB decresceu -3,85 em 2015⁹⁵⁸), as dificuldades em conduzir as reformas sociais foram maiores, não apenas pela redução do orçamento da União, mas também pelas pressões políticas de setores do capital industrial e financeiro. Os dados a seguir apresentam um panorama geral das experiências do PT no Governo Federal.

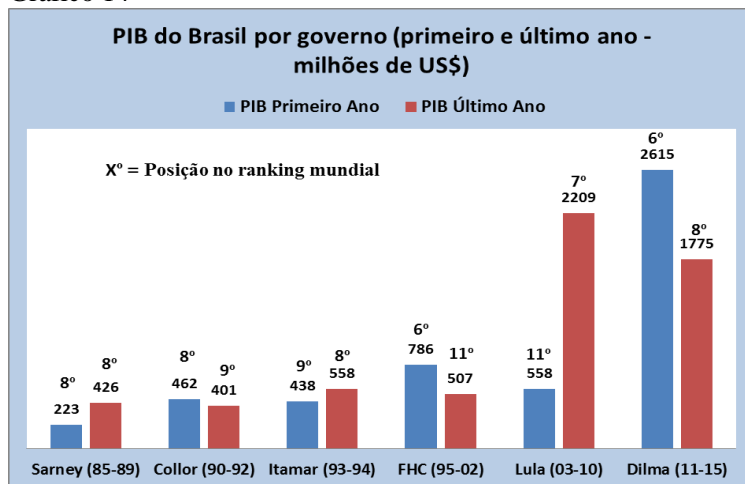
O gráfico 14, corresponde ao PIB brasileiro durante o primeiro e o último ano dos governos instituídos desde a redemocratização (governo Sarney) até 2015 (governo Dilma). Segundo o gráfico, os governos Sarney, Itamar e Lula terminaram o seus mandatos com um PIB superior ao registrado no ano em que assumiram. O PIB aumentou extraordinariamente (mais de quatro vezes) no período em que Lula governou. Por outro lado, os governos Collor, Fernando Henrique e Dilma registraram retração no PIB. O gráfico também destaca a posição do PIB brasileiro no ranking mundial. Durante os governos Sarney, Collor e Itamar, o PIB oscilava entre a 8ª e a 9ª posição. Durante o primeiro ano do governo Fernando Henrique, o PIB chegou a 6ª colocação, mas no fim de seu mandato havia caído para a 11ª posição – a pior retração registrada. Em 2011, o Brasil voltou a

⁹⁵⁷ Ver SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁹⁵⁸ Google. Publicdata – dados de Banco Mundial. Acesso em 30 de outubro de 2016.

ser a 6ª maior economia do mundo, mas em 2015, caiu novamente para a 8ª posição.

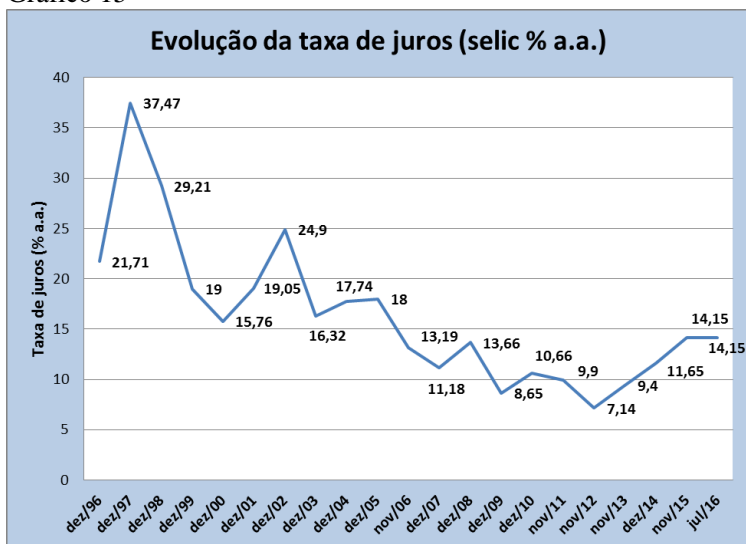
Gráfico 14



Fonte: Google. Publicdata – elaborado a partir de dados de Banco Mundial. Elaboração própria em 07 de outubro de 2016.

O gráfico 15 apresenta a evolução da taxa de juros (Selic) no Brasil, de 1996 a 2016. Uma das principais críticas aos governos Lula e Dilma foi a permanência da política econômica de Fernando Henrique, que manteve elevada a taxa de juros para controlar a inflação. Ao elevar as taxas de juros, os governos pretendiam dar estabilidade à moeda, contendo a inflação. No entanto, esta política beneficiou o sistema financeiro em detrimento do setor produtivo, pois era muito mais lucrativo comprar títulos com juros altos do que investir na indústria. Nota-se que o ano de 1997 representou o auge da política de juros altos (37,47% aa). Os governos Fernando Henrique mantiveram as taxas de juros ainda mais elevadas que os governos Lula e Dilma. A partir de 2002, quando Lula assumiu, as taxas de juros foram se reduzindo até alcançar 7,14%, em 2012. Depois, as taxas voltaram a subir até atingir 14,15% em jun/2016.

Gráfico 15

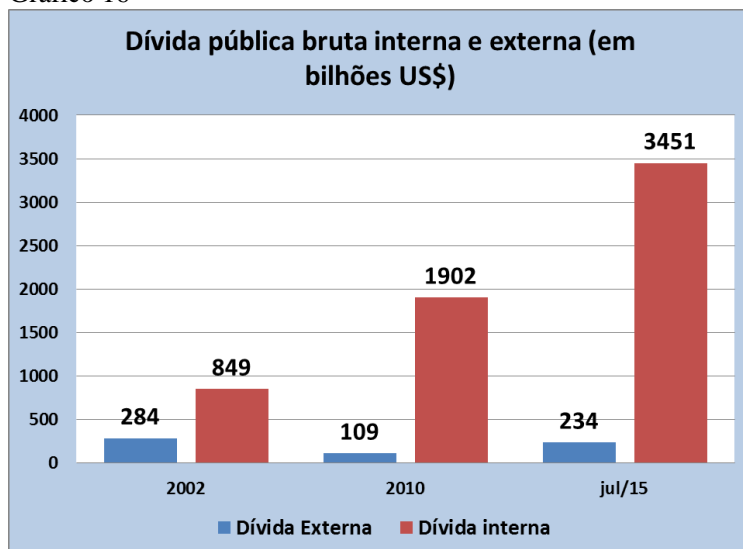


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria em 03 de novembro de 2016.

A seguir, o gráfico 16 refere-se à dívida pública bruta interna e externa do Brasil, entre 2002 a 2015. Um argumento muito utilizado para enaltecer a independência externa do Brasil, durante os governos Lula e Dilma, é o da redução da dívida externa. De fato, a dívida externa reduziu em quase dois terços entre 2002 (quando Lula foi eleito) e 2010 (quando Dilma foi eleita). No entanto, conforme mostram os dados do IPEA, a redução da dívida externa foi acompanhada do aumento estrondoso da dívida interna, já que os títulos da dívida externa foram vendidos no mercado interno e convertidos em títulos da dívida interna. Isso levou a dívida interna a dobrar entre 2002 e 2010 e quadruplicar entre 2002 e jul/2015. Embora a dívida externa tenha diminuído durante o governo Lula, ela voltou a crescer durante o governo Dilma, saltando de 109 para 234 bilhões de dólares. Portanto, a dívida pública do Brasil continua aumentando e absorvendo parte significativa do orçamento da União.⁹⁵⁹

⁹⁵⁹ Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado. Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em:

Gráfico 16



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

O gráfico 17 mostra a oscilação da taxa anual de desocupação, que diminuiu em quase três vezes entre 2002 (12,6%) e 2014 (4,8%). Contribuiu para isso os bons índices de crescimento econômico alcançados principalmente entre o segundo mandato de Lula e o primeiro mandato de Dilma. Porém, em consequência da crise econômica, o desemprego voltou a crescer em 2015, registrando 6,9%. Em meados de 2016, quando Dilma sofreu *impeachment*, o desemprego registrado era de 11,3%⁹⁶⁰.

<http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>, acesso em 25 de outubro de 2016.

⁹⁶⁰ Desemprego sobe para 11,3% no 2º trimestre, aponta Pnad, do IBGE. Disponh<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/desemprego-fica-em-113-no-2-trimestre-diz-ibge.html>

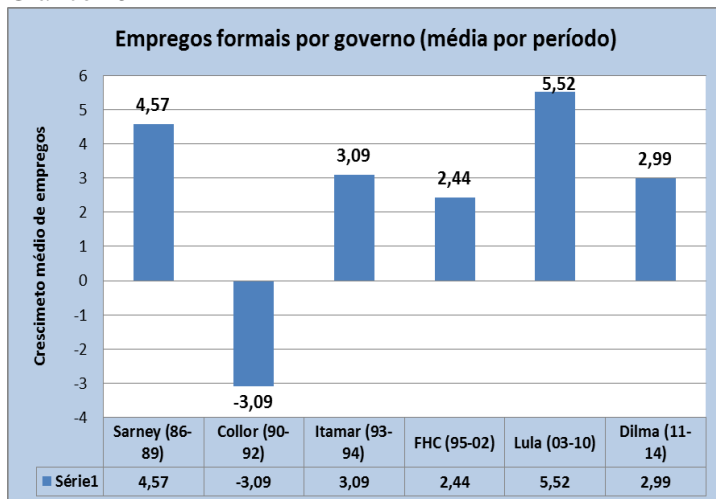
Gráfico 17



Fonte: IBGE (março de 2002 a maio de 2015). IBGE. Elaboração própria em 26 de outubro de 2016.

O gráfico 18 apresenta os empregos formais criados em cada governo, desde a redemocratização. A maior média foi a dos governos Lula, seguida pelos governos Sarney e Itamar. A média de empregos formais criados durante o primeiro governo Dilma superou a dos governos Fernando Henrique e Collor. A pior média foi a de Collor, que registrou decréscimo de -3,09% no período em que esteve no poder. Já o governo Fernando Henrique criou menos empregos formais (2,44%) que os governos Lula (5,52) e Dilma (2,99).

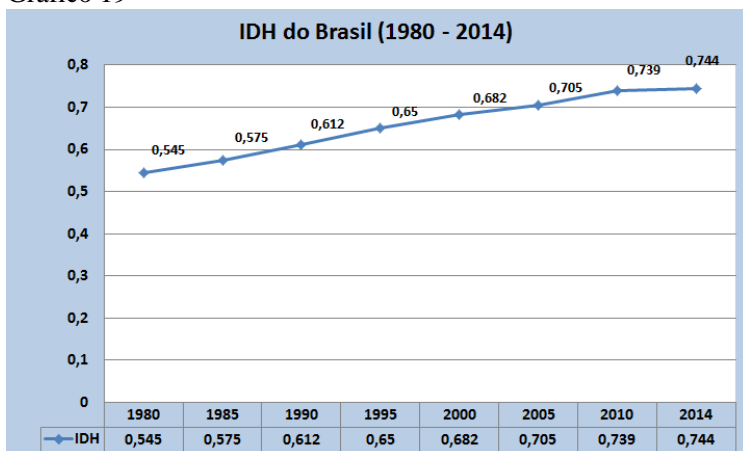
Gráfico 18



Fonte: RAIS – CGET/DES/SPPE/TEM. Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

O IDH é medido numa escala que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor o índice. O indicador considera três fatores: expectativa de vida ao nascer, índice de escolaridade e PIB per capita. Os dados do IDH revelam avanços progressivos de 1980 a 2014 (ver gráfico 19). O IDH do Brasil era considerado baixo em 1980, mas alcançou o patamar alto em 2014, ocupando a 75ª posição no ranking mundial. O indicador é criticado por não servir de parâmetro para a distribuição de renda, já que o PIB per capita corresponde à produção interna, dividida pelo número de habitantes. Portanto, um país que tenha renda mal distribuída e um grande PIB pode assumir posições melhores no IDH que um país que possua renda melhor distribuída e um PIB menor.

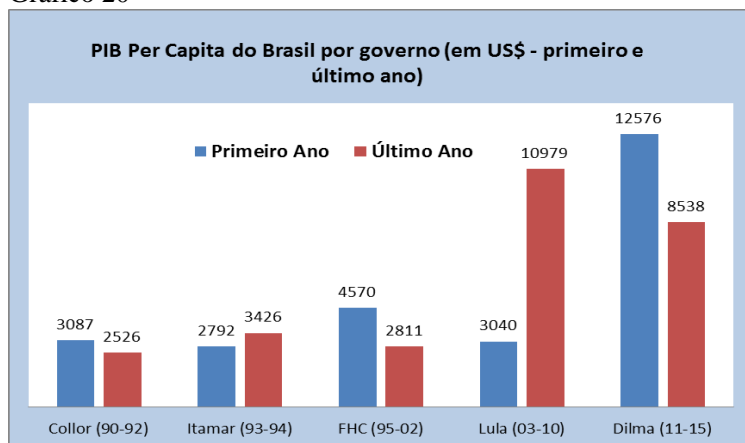
Gráfico 19



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
Elaboração própria em 26 de outubro de 2016.

A seguir, apresentamos o gráfico 20, sobre o PIB per capita do Brasil. Este indicador corresponde à soma da produção interna do país (bens e serviços), dividida pelo número de habitantes. Conforme o gráfico, o PIB per capita apresentou queda com Collor, um ligeiro crescimento com Itamar, uma queda brusca com Fernando Henrique (reduzindo em quase 40%), um grande crescimento com Lula (aumentando em mais de 360%) e queda com Dilma (reduzindo em pouco mais de 30%).

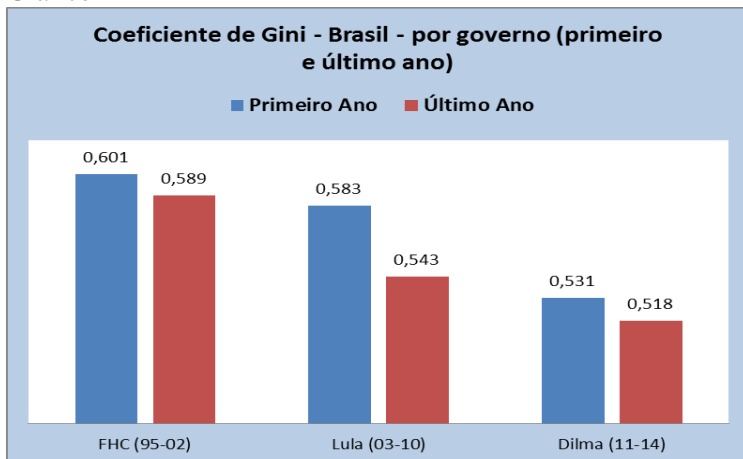
Gráfico 20



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

O melhor indicador para a medição da distribuição de renda é o coeficiente de Gini (gráfico 21). Este indicador também é medido através de uma escala que vai de 0 a 1. Porém, ao contrário do IDH, quanto mais próximo de 0 for o valor calculado, melhor será o coeficiente de Gini (menores serão as desigualdades socioeconômicas) e quanto mais próximo de 1 for o valor calculado, pior será o coeficiente de Gini (maiores serão as desigualdades socioeconômicas). Ao longo dos oito anos em que Fernando Henrique governou, o coeficiente de Gini apresentou redução de 12 centésimos. Por outro lado, durante os mesmos oito anos em que Lula presidiu o Brasil, a redução do coeficiente de Gini foi de 40 centésimos (3,33 vezes mais que o governo anterior). Já no governo Dilma a redução foi de 13 décimos em quatro anos, superior ao resultado obtido por Fernando Henrique em oito anos. Estes resultados demonstram que os governos petistas contribuíram muito mais para a redução das desigualdades socioeconômicas que o governo tucano.

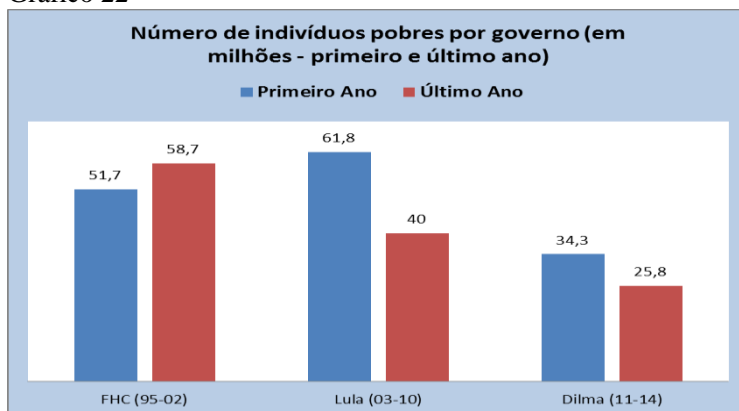
Gráfico 21



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA. Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

Os indicadores que revelam a redução da pobreza e da miséria (pobreza extrema) são muito significativos, pois ilustram os resultados das políticas sociais dos governos Lula e Dilma, através de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, Luz para Todos, Mais Médicos (governo Dilma), entre outros. De acordo com os critérios da ONU, pertence à linha da pobreza o indivíduo que vive com mais de um e menos de dois dólares estadunidenses por dia. Enquanto o número de pobres havia aumentado em sete milhões, entre o primeiro e o último ano dos governos Fernando Henrique, 21,8 milhões de pessoas saíram da pobreza entre o primeiro e o último ano dos governos Lula (ver gráfico 22). O número de pessoas que saíram da pobreza durante os quatro anos do primeiro governo Dilma foi de 8,5 milhões. Em 2014, quando Dilma Rousseff foi reeleita, o Brasil tinha 30,3 milhões de pobres a menos que em 2002, quando Lula assumiu.

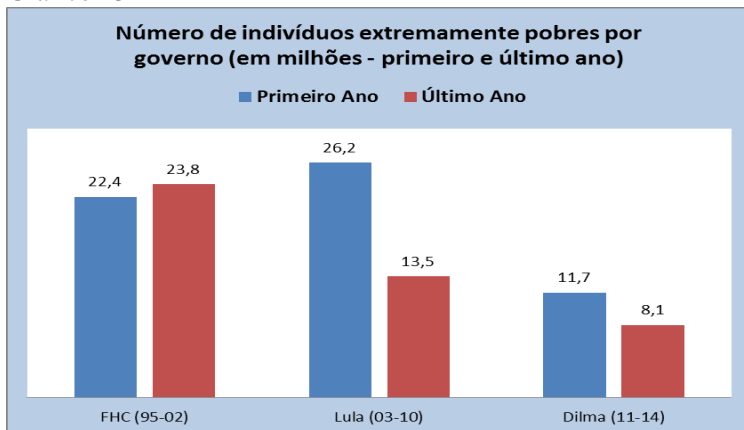
Gráfico 22



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

O gráfico 23 apresenta a redução da miséria ou pobreza extrema. De acordo com os critérios da ONU, a pobreza extrema corresponde ao indivíduo que vive com menos de um dólar estadunidense por dia. Durante os governos Fernando Henrique, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema aumentou em cerca de um milhão e quatrocentos mil. Os governos Lula conseguiram reduzir a pobreza extrema em quase cinquenta por cento. Já o primeiro governo Dilma reduziu em cerca de 30%. Quando Lula assumiu em 2003, havia 26,2 milhões de miseráveis. Em 2014, no final do primeiro governo de Dilma Rousseff, o número de miseráveis havia caído para 8,1 milhões. Portanto, após os doze anos de governos petistas, a miséria reduziu em quase dois terços.

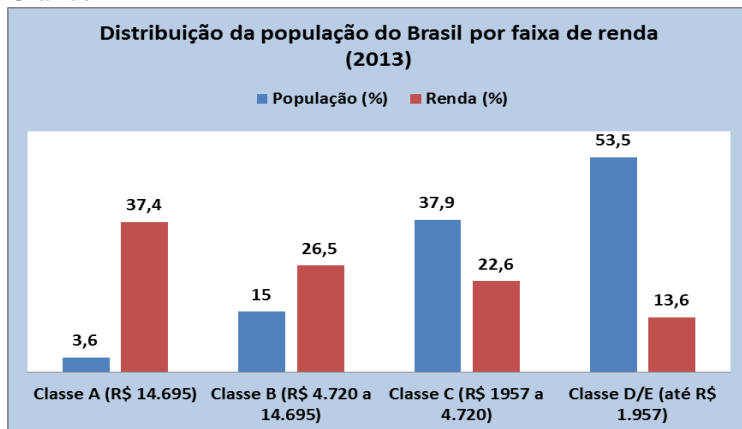
Gráfico 23



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

O gráfico 24 apresenta a distribuição da população brasileira por faixa de renda. Apesar da expressiva redução da pobreza e da miséria, a renda no Brasil continuou muito mal distribuída, pois a ausência de reformas estruturais impossibilitou uma reversão significativa da concentração de renda. O gráfico demonstra a relação entre os grupos socioeconômicos (classificados pelas letras “A”, “B”, “C” e “D/E”), a população e a renda do Brasil. O estrato de renda “A” (com ganhos acima de 14.695 reais) corresponde a quase 40% de toda a renda nacional e é formado por apenas 3,6% da população brasileira. Por outro lado, os estratos de renda “D” e “E” (com ganhos de até 1.957 reais) correspondem a 13,6% da renda nacional, mas são formados por mais da metade da população brasileira.

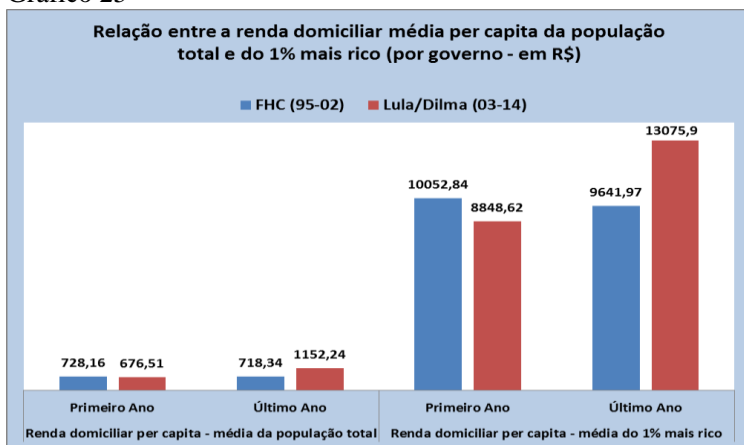
Gráfico 24



Fonte: Tendências Consultoria Integrada – Infográfico Estadão.
Elaboração própria em 30 de outubro de 2016.

A seguir, o gráfico 25 apresenta a renda domiciliar per capita do 1% mais rico, comparada com a renda domiciliar per capita da população total do Brasil. A renda domiciliar da população total aumentou em mais de 40% nos governos Lula e Dilma e apresentou declínio nos governos Fernando Henrique. Já a renda domiciliar da faixa do 1% mais rico obteve aumento superior a 30% nos governos Lula e Dilma e também apresentou declínio nos governos de Fernando Henrique. Estes dados demonstram que tanto a população geral quanto a elite econômica (1% mais ricos) foi beneficiada pelos governos petistas, bem mais do que pelos governos de Fernando Henrique.

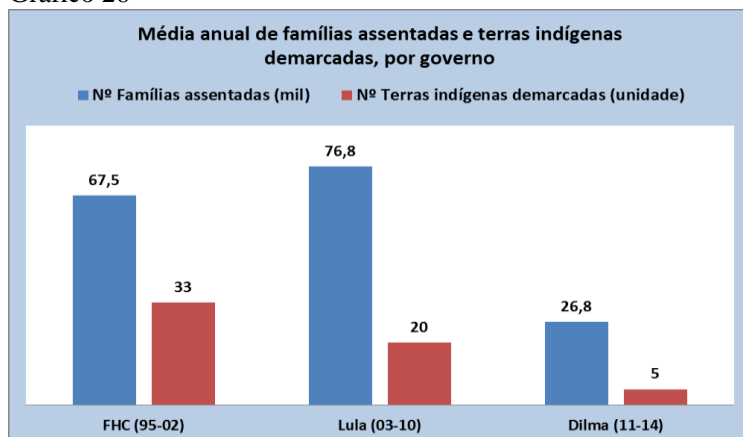
Gráfico 25



Fonte: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Elaborado pelo autor em 30 de outubro de 2016.

Adiante, o gráfico 26 apresenta a média anual de famílias assentadas e terras indígenas demarcadas por governo. Estes dados demonstram que os governos Lula e Dilma evitaram contrariar a bancada ruralista e o setor do agronegócio. A média anual de famílias assentadas nos governos Lula foi superior a dos governos Fernando Henrique. Em compensação, os governos Fernando Henrique demarcaram em média mais terras indígenas que os governos Lula. Já a média do primeiro governo Dilma foi bem inferior a estes dois, tanto em números de famílias assentadas (reforma agrária), quanto em demarcação de terras indígenas.

Gráfico 26



Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dados do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental. Elaboração própria em 03 de novembro de 2016.

As lideranças petistas avaliaram de diferentes formas os governos Lula e Dilma. Pont considerou positiva a realização das políticas sociais “que mudaram e melhoraram a vida de milhões e, também, o papel do país na América Latina e no mundo”. Por outro lado, o líder da DS esperava que o país avançasse mais em termos de participação popular e ampliação da democracia, através da “organização autônoma da população, [de] seu protagonismo político fora das eleições, dos orçamentos participativos, [fortalecendo e concedendo poder decisório às] políticas setoriais, através dos conselhos (educação, saúde, transporte, criança e adolescente, etc...)”.⁹⁶¹ Como vimos, a grande diversidade de conselhos e conferências criadas nas gestões petistas contribuiu para a ampliação da participação popular, porém, estes mecanismos não tiveram poder na definição das políticas públicas. Outra questão levantada por Pont foi a ausência de orçamento participativo na instância do Governo Federal, o que poderia resultar num importante espaço de disputa de hegemonia.

A maior parte dos entrevistados afirmou que durante os

⁹⁶¹ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

governos Lula e Dilma não houve ruptura com o neoliberalismo. Outros, porém, afirmaram que houve rupturas ou rupturas parciais. Para Pomar, “ruptura com o neoliberalismo implicaria em fazer com que o capital financeiro não fosse mais hegemônico. E como todos podem perceber, o capital financeiro continua hegemônico. Logo, ruptura não houve. O que houve, na melhor das hipóteses, foram algumas inflexões nas políticas públicas, sem que isto afetasse a hegemonia neoliberal”.⁹⁶² Melo também disse não ter havido ruptura com o neoliberalismo e sim uma política de retomada do desenvolvimento a partir de iniciativas como o Programa Bolsa Família, a criação de novas universidades públicas e institutos federais.⁹⁶³ Para Turra não houve ruptura com o neoliberalismo nem reformas estruturais: “não teve reforma agrária, não teve reforma tributária, não teve reforma sindical”. Para o dirigente da OT, o capital bancário concentra cada vez mais poder e se beneficia das políticas de juros altos que foram mantidas pelos governos Lula e Dilma.⁹⁶⁴

Padilha também afirma não ter havido ruptura com o neoliberalismo: “na mesma medida em que nós nos atualizamos, estudamos, nos organizamos, eles também. Eu acho que houve, inclusive, um campo muito forte do capital que migrou para o nosso lado, se adaptou às nossas propostas”.⁹⁶⁵ No entanto há que questionar se foi o capital quem migrou e se adaptou às propostas petistas ou o contrário. Economicamente, foi o governo petista quem se adaptou à política econômica dos governos anteriores, cujas características (juros altos, ajuste fiscal, austeridade, superávit primário) atendem aos interesses do capital financeiro.

Árabe afirma que os governos Lula e Dilma romperam parcialmente com o neoliberalismo. Para ele, o socialismo petista se propõe a “construir políticas antineoliberais, de caráter democrático e universalizantes, favoráveis à recomposição das

⁹⁶² POMAR, Valter. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Campinas, 26 de agosto de 2015.

⁹⁶³ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

⁹⁶⁴ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

⁹⁶⁵ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

classes trabalhadoras e de suas organizações”.⁹⁶⁶ Para Almeida, os governos Lula e Dilma ampliaram o bem-estar social, a partir de políticas que resultaram em “emprego e salário (...), programas sociais de distribuição de renda; combate à fome e à miséria, programas de moradia, saúde; (...) a política externa adotada resultou em soberania nacional e fortalecemos o Estado, na contramão do Estado mínimo neoliberal”. No entanto, o rompimento com o neoliberalismo não ocorreu por completo já que “não fomos capazes de realizar reformas ou transformações estruturais que retirassem do grande capital o controle sobre mecanismos da economia e da política brasileira”, explica a militante da AE.⁹⁶⁷

Para Paludo, várias políticas adotadas pelos governos petistas significaram rupturas com o neoliberalismo, como a adoção de uma “política externa independente” (não alinhada ao imperialismo estadunidense) e voltada para os interesses do BRICS⁹⁶⁸; as políticas sociais como o Programa Bolsa Família e outras políticas de transferência de renda; a política de valorização dos salários mínimos acima do índice de inflação; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em que o Estado passou a ser o “indutor do desenvolvimento econômico”, contra a visão neoliberal segundo a qual é preciso deixar o mercado se desenvolver livremente.

Concordamos que houve rupturas parciais com o neoliberalismo, na medida em que os governos petistas procuraram conciliar um regime de políticas sociais (ampliando o papel do Estado) com uma política econômica neoliberal (que favoreceu o setor financeiro). No entanto, as conquistas obtidas durante os governos Lula e Dilma, sobretudo na área social, estiveram muito dependentes do crescimento econômico, de modo que quando o país parou de crescer, as políticas sociais foram se tornando inviáveis, o pacto social se quebrou e o governo perdeu a disputa de hegemonia, não conseguindo

⁹⁶⁶ ÁRABE, Carlos Henrique. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 16 de novembro de 2015.

⁹⁶⁷ ALMEIDA, Janeth. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Caçador, 26 de outubro de 2015.

⁹⁶⁸ A sigla BRICS representa cinco das principais nações emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

converter os avanços sociais alcançados no período em apoio político.

8.1.4 A política internacional do PT e o Foro de São Paulo

Diferentemente do governo Fernando Henrique, que assumiu compromissos com a proposta da ALCA ⁹⁶⁹, os governos Lula e Dilma adotaram uma política externa parcialmente independente, não se sujeitando automaticamente aos interesses estadunidenses. Ao invés de participar da construção da ALCA, como queriam os EUA, os governos petistas reforçaram o vínculo do Brasil com o MERCOSUL ⁹⁷⁰ e se empenharam na construção da UNASUL ⁹⁷¹. O Brasil ampliou seus laços políticos, econômicos e comerciais com países considerados “inimigos dos

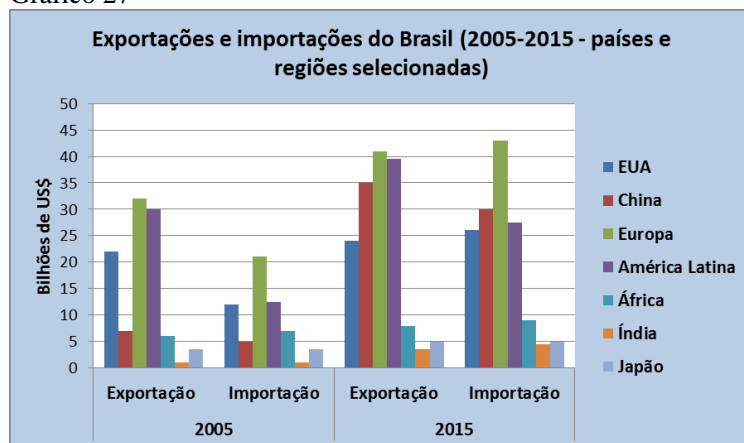
⁹⁶⁹ Inspirada na Doutrina Monroe, cujo lema é “América para os americanos”, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) busca se efetivar enquanto bloco interamericano. A ALCA apresenta propostas de livre circulação de capital, mas não cogita a possibilidade da livre circulação de pessoas ou de uma ampla integração sociocultural no continente. O sistema financeiro e as grandes empresas transnacionais (maioria estadunidenses) são os que efetivamente se beneficiariam com a implementação da ALCA. Por outro lado, o bloco exclui abertamente Cuba do processo, objetivando ampliar ainda mais o bloqueio econômico em relação à ilha caribenha e rechaçar todos os países que por ventura venham a adotar um modelo econômico anti-imperialista e anticapitalista. COIMBRA, Eric Araujo Dias. O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo. Dissertação de Mestrado em Geografia orientada por Marco Antônio Franciotti. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2009.

⁹⁷⁰ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) teve início em 26 de março de 1991, após a assinatura do Tratado de Assunção. Atualmente, o Mercosul reúne os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>, acesso em 14 de novembro de 2016.

⁹⁷¹ A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi instituída em maio de 2008 e abrange os 12 países sulamericanos. Esta proposta de integração propõe congregar as duas uniões aduaneiras regionais: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Uniao de Nações Sul-Americanas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>, acesso em 14 de novembro de 2016.

EUA”, como Venezuela, Cuba e Irã. Também foram reforçadas e ampliadas as parcerias do Brasil com países latino-americanos, asiáticos e africanos. Os países do BRICS tornaram-se importantes parceiros comerciais durante os governos Lula e Dilma. O gráfico 27 demonstra que as exportações e importações do Brasil com a China aumentaram mais de cinco vezes entre 2005 e 2015. Já as importações e exportações do Brasil com a Índia aumentaram em mais de três vezes. Também houve aumento em quase dois terços nas importações brasileiras de produtos de outros países da América Latina.

Gráfico 27



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração própria em 11 de novembro de 2016.

Apesar de o Brasil adquirir maior independência econômica frente aos EUA e a União Europeia, a presidenta Dilma atendeu ao interesse dos EUA ao sancionar a lei Antiterrorismo (nº 13.260/2016). O Projeto de Lei que trata do tema “foi elaborado pelos ministros José Eduardo Cardoso (Justiça) e Joaquim Levy (Fazenda). A justificativa apresentada (...) é de que a nova lei serve para adequar o ordenamento jurídico do Brasil aos tratados internacionais assinados pelo governo”⁹⁷². Em junho de 2015, a presidenta Dilma Rousseff se

⁹⁷² CRUZ, Sérgio. “Lei antiterror dilmista só falta carimbo do Pentágono e a assinatura de Obama”. Disponível em:

reuniu com o presidente dos EUA, Barack Obama, para conversar, entre outros assuntos, sobre a questão do terrorismo. Esta lei foi muito criticada pela esquerda⁹⁷³ e por movimentos sociais por permitir amplas interpretações acerca do que pode ser enquadrado como ato terrorista. A esquerda receia que a lei possa ser usada para criminalizar movimentos sociais e protestos populares.⁹⁷⁴

Uma das mais importantes iniciativas do PT para além da atuação do partido nos limites do território nacional foi a criação do Foro de São Paulo (FSP). Entre 2 e 4 de junho de 1990, aconteceu o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe, que reuniu na cidade de São Paulo 48 partidos de 14 países latino-americanos. Conforme Pomar e Roberto Regalado, a ideia de fazer este Encontro teve origem numa conversa entre Lula e o então presidente de Cuba, Fidel Castro. O objetivo era “refletir sobre a “crise do socialismo” e o “ascenso do neoliberalismo””⁹⁷⁵. O PT se encarregou de organizar o evento e convidar os partidos e organizações estrangeiras. Participaram as delegações da Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, México, El Salvador, Cuba e República Dominicana. A delegação brasileira foi representada por membros do PCdoB, PCB, PDT e PSB, além do anfitrião PT.⁹⁷⁶

<http://www.horadopovo.com.br/2015/08Ago/3371-14-08-2015/P3/pag3b.htm>, acesso em 12 de novembro de 2016.

⁹⁷³ O próprio PT lançou nota pedindo para que a presidenta Dilma vetasse a lei Antiterrorismo. O pedido foi atendido em parte, pois Dilma vetou apenas alguns pontos da lei. “Diretório Nacional se posiciona contra projeto de “lei anti-terrorismo”. Disponível em: <http://www.pt.org.br/diretorio-nacional-se-posiciona-contr-projeto-de-lei-anti-terrorismo/>, acesso em 09 de novembro de 2016.

⁹⁷⁴ Câmara aprova lei antiterror que pode criminalizar manifestantes. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/deputados-aprovam-lei-antiterrorista-que-pode-criminalizar-manifestantes-4848.html>, acesso em 09 de novembro de 2016.

⁹⁷⁵ POMAR e REGALADO, Valter e Roberto. Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 9.

⁹⁷⁶ Ibidem.

Os partidos e organizações políticas presentes no encontro representavam diversas matrizes ideológicas: havia movimentos de guerrilhas ⁹⁷⁷, partidos socialistas, comunistas, humanistas, socialdemocratas e progressistas, mas todos se definiam “de esquerda, socialistas, democratas, populares e anti-imperialistas” ⁹⁷⁸. Para Pomar, este “foi um acontecimento histórico, porque pela primeira vez coincidiram, em um mesmo espaço, partidos e movimentos políticos que abrangiam todo o espectro da esquerda latino-americana” ⁹⁷⁹.

Os eixos centrais de debate apresentados durante o Encontro foram: 1) “as alterações da ordem internacional e seu significado para a América Latina e o Caribe”; 2) “o balanço das lutas pela democracia e o socialismo no continente”; 3) “os problemas estratégicos da luta pelo socialismo”. O evento condenou as políticas neoliberais adotadas por partidos de direita e se empenhou em discutir a unidade da esquerda latino-americana com base nas raízes históricas e culturais do subcontinente. Este primeiro encontro não foi convocado para ser um foro permanente. ⁹⁸⁰ Somente a partir do segundo encontro, realizado na Cidade do México, em 1991, é que os eventos passaram a se chamar Foro de São Paulo, sendo realizados quase sempre anualmente (ver tabela 4).

⁹⁷⁷ As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) participaram do FSP nos anos 1990. A partir de 2002, a organização colombiana não foi mais aceita, devido aos métodos utilizados pela guerrilha, que incluíam sequestros. RANGEL, Rodrigo. De Raul Reyes para Lula. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI5004-15223,00-DE+RAUL+REYES+PARA+LULA.html>, acesso em 12 de novembro de 2016.

⁹⁷⁸ POMAR e REGALADO, op. cit, p. 12.

⁹⁷⁹ Ibidem, p. 10.

⁹⁸⁰ Ibidem.

Tabela 4

| Edições do Foro de São Paulo | |
|-------------------------------------|----------------------|
| Ano | Cidade-País |
| 1990 | São Paulo-BRA |
| 1991 | Cidade do México-MEX |
| 1992 | Manágua-NCA |
| 1993 | Havana-CUB |
| 1995 | Montevideo-URU |
| 1996 | San Salvador-ESA |
| 1997 | Porto Alegre-BRA |
| 1998 | Cidade do México-MEX |
| 2000 | Niquinohomo-NCA |
| 2001 | Havana-CUB |
| 2002 | Antígua-ANT |
| 2005 | São Paulo-BRA |
| 2007 | San Salvador-ESA |
| 2008 | Montevideo-URU |
| 2009 | Cidade do México-MEX |
| 2010 | Buenos Aires-ARG |
| 2011 | Manágua-NCA |
| 2012 | Caracas-VEN |
| 2013 | São Paulo-BRA |
| 2014 | La Paz-BOL |
| 2015 | Cidade do México-MEX |
| 2016 | San Salvador-ESA |

Elaboração própria, com base nas informações do portal <http://forodesaopaulo.org>.

O primeiro documento oficial a apontar as diretrizes do FSP foi a declaração de São Paulo, de 1990. A Declaração propôs a “unidade de ações consensuais na luta anti-imperialista e popular”, bem como a promoção de “intercâmbios especializados em torno de problemas econômicos, políticos, sociais e culturais que a esquerda continental enfrenta”. O documento também enfatizou a necessidade de “renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, de corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e

toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas”.
 981

É uma constante nas resoluções e demais documentos do FSP, a crítica contundente aos governos estadunidenses e suas políticas imperialistas e intervencionistas na América Latina, como a manutenção de um longo bloqueio a Cuba ⁹⁸², as intervenções contra a revolução sandinista na Nicarágua, o golpe contra Hugo Chávez e as várias tentativas de golpe contra Nicolas Maduro, as ações separatistas contra os governos populares da Bolívia e do Equador, o apoio ao militarismo em El Salvador, a invasão das tropas militares estadunidenses no Panamá, a instalação de diversas bases militares dos EUA na Colômbia e a implantação do “Plano Colômbia” ⁹⁸³. Embora os documentos do

⁹⁸¹ Ibidem, p. 12.

⁹⁸² Em 17 de dezembro de 2014, o presidente dos EUA, Barack Obama, declarou que o seu país estaria disposto a negociar o fim do embargo econômico a Cuba. Desde então, foi construída a embaixada dos Estados Unidos em Cuba, tornando menos burocráticas as visitas turísticas, religiosas e para fins jornalísticos na ilha. Também foram autorizadas a comercialização de determinados produtos estadunidenses com Cuba. O governo cubano libertou presos políticos estadunidenses, mas espera que o governo dos EUA também liberte os presos políticos cubanos. Apesar de todas estas políticas, o bloqueio econômico terminará somente quando o tema for votado e aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos. Em 26 de outubro de 2016, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a resolução pelo fim do bloqueio econômico a Cuba. Pela primeira vez, os EUA não se opuseram ao fim do bloqueio, mas acabou se abstendo, juntamente com o Estado de Israel. 191 países votaram favoravelmente pelo fim do bloqueio a Cuba. “Esta é a vigésima quinta vez consecutiva que uma resolução com este conteúdo é analisada pelo órgão deliberativo da ONU”. Assembleia da ONU aprova sem votos contrários resolução pelo fim do bloqueio a Cuba. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/10/26/assembleia-da-onu-aprova-sem-votos-contrarios-resolucao-pelo-fim-do-bloqueio-a-cuba/>, acesso em 06 de novembro de 2016.

⁹⁸³ O Plano Colômbia é um acordo estabelecido em 1999 entre o governo da Colômbia de Andres Pastrana e o governo dos EUA de Bill Clinton. Supostamente criado para combater o tráfico de drogas, os reais objetivos do plano eram destruir as guerrilhas, como Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). “Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico mas 'enfraqueceu as Farc'” Disponível em:

FSP condenem veementemente os governos dos EUA, a organização apresenta-se solidária ao povo estadunidense: “distinguímos entre povo estadunidense, que é nosso aliado, e governo estadunidense, que é o responsável principal pelo desassossego econômico, político, social e militar que vive o planeta. Ao povo dos Estados Unidos expressamos nossa solidariedade em suas lutas pela justiça social, contra a opressão e pelos direitos fundamentais”.⁹⁸⁴

A Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado entre 23 e 26 de junho de 2016, na cidade de San Salvador, fez menção às diversas lutas travadas pela esquerda nos países latino-americanos, tais como: a luta pelo fim do bloqueio econômico a Cuba e pela devolução do território cubano hoje ocupado pela base estadunidense de Guantánamo; a luta para que seja concretizado um acordo de paz definitivo entre as guerrilhas colombianas (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC e Exército de Libertação Nacional - ELN) e o governo de Juan Manuel Santos; a luta do povo venezuelano contra a ingerência estrangeira em seu território, bem como a luta pela continuidade da Revolução Bolivariana de Hugo Chávez e Nicolas Maduro; apoio à candidatura de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua⁹⁸⁵; a luta contra o colonialismo na América Latina: pela independência de Porto Rico e pela soberania da Argentina sobre as ilhas Malvinas; apoio à revolução boliviana representada pelo governo de Evo Morales, bem como a negociação com o governo do Chile para que a Bolívia obtenha uma saída para o oceano Pacífico; apoio ao governo de El Salvador, representado por Salvador Sánchez

<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,plano-colombia-nao-interrompeu-narcotrafico-mas-enfraqueceu-as-farc,860571>, acesso em 06 de novembro de 2016.

⁹⁸⁴ POMAR e REGALADO, Valter e Roberto. Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 256.

⁹⁸⁵ Reeleito em 06 de novembro de 2016. “Ortega vence eleições na Nicarágua com mais de 70% dos votos”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/11/07/ortega-vence-eleicoes-na-nicaragua-com-mais-de-70-dos-votos.htm>, acesso em 07 de novembro de 2016.

Cerén, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).⁹⁸⁶

Segundo a Declaração do FSP, o “golpe de Estado” contra Dilma Rousseff é parte da “contraofensiva imperial”, cujo objetivo é desarticular e substituir os governos democráticos e de esquerda na América Latina. “Apoiados pelos meios de comunicação, setores do aparato do Estado e do poder econômico nacional e internacional montaram um impeachment que é um golpe contra a democracia, os direitos sociais, a soberania nacional e a integração da América Latina e do Caribe”. Portanto, o FSP repudiou o “ilegítimo governo golpista” e exigiu “o retorno da presidenta legitimamente eleita”.⁹⁸⁷ Após a posse de Michel Temer em 31 de agosto de 2016, Equador, Cuba, Nicarágua, Chile, Bolívia, Uruguai, El Salvador e Venezuela - todos governados por partidos membros do FSP - posicionaram-se contra o *impeachment* e a favor da permanência de Dilma Rousseff. Em um ato de profundo desacordo, os governos de El Salvador e Venezuela convocaram seus embaixadores a retornar a seus países.⁹⁸⁸

A ampliação e o fortalecimento da esquerda na América Latina e no Caribe têm estreita relação com as iniciativas de cooperação e integração dos países latino-americanos, a partir de uma perspectiva antineoliberal e anti-imperialista. Nesse sentido, o FSP tem incentivado iniciativas de integração regional que ampliem os laços políticos, econômicos, sociais e culturais entre os países latino-americanos, ao invés da participação desses países em organismos internacionais que permitiriam maior dependência econômica em relação aos EUA. Portanto, o FSP incentiva o fortalecimento de iniciativas de integração entre países latino-americanos, através da Alternativa Bolivariana para

⁹⁸⁶ Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado em San Salvador. Disponível em: http://forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/, acesso em 07 de novembro de 2016.

⁹⁸⁷ Idem.

⁹⁸⁸ Governos latino-americanos e europeus não reconhecem gestão Temer. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/16/governos-latino-americanos-nao-reconhecem-gestao-temer/>, acesso em 09 de novembro de 2016.

os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP)⁹⁸⁹, União das Nações Sul-Americanas (Unasul), Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac)⁹⁹⁰ e Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁹⁹¹. Por outro lado, o FSP rechaça os projetos de integração propostos ou incentivados pelos EUA, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), o Arco do Pacífico⁹⁹², além de outros Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os EUA.⁹⁹³

⁹⁸⁹ “A ALBA é uma proposta de integração construída em Havana, em 14 de dezembro de 2004, através de um acordo entre Cuba e Venezuela. Além da importância em integrar as nações latino-americanas, este bloco apresenta-se como alternativa, principalmente em relação à ALCA, por dedicar atenção às questões sociais, como políticas de distribuição de renda, combate à pobreza e às desigualdades”. COIMBRA, Eric Araujo Dias. Op. cit.

⁹⁹⁰ A Celac é uma organização internacional que abrange todos os países da América do Sul, América Central e México, totalizando 33 países. A Celac tem origem na fusão entre o Grupo do Rio e da Cúpula da América Latina e Caribe (CALC). A “CELAC assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política. Na vertente da cooperação, a CELAC tem promovido reuniões ministeriais ou de alto nível sobre mais de vinte temas de interesse dos países da região, como educação, desenvolvimento social, cultura, transportes, infraestrutura e energia. Na vertente da concertação política, a CELAC tem demonstrado capacidade de emitir pronunciamentos sobre temas relevantes da agenda internacional e regional, como o desarmamento nuclear, a mudança do clima, o problema mundial das drogas, o caso das ilhas Malvinas e o bloqueio norte-americano a Cuba, dentre outros. O diálogo e a concertação política promovidos por meio da CELAC tem-se manifestado inclusive por meio de intervenções conjuntas no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas e de suas Comissões”. Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>, acesso em 14 de novembro de 2016.

⁹⁹¹ Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado em San Salvador. Disponível em: http://forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/, acesso em 07 de novembro de 2016.

⁹⁹² O Arco do Pacífico (também chamado Aliança do Pacífico) é um bloco econômico instituído em 2011, no Peru, durante o governo de Alan Garcia. Os países membros-fundadores da organização são Chile,

O FSP luta pela diversidade, contra a discriminação das “minorias” (LGBT, juventude, mulheres, povos originários, negros) e incentiva todos os partidos de esquerda a incluírem em suas pautas de lutas as reivindicações destes setores. O Foro também considera a cultura “uma das principais armas de dominação das oligarquias nacionais e das grandes corporações que pretendem controlar o mundo e frear todo e qualquer projeto emancipador”⁹⁹⁴. Nesse sentido, a disputa de hegemonia no contexto internacional envolve “a batalha de ideias em todas as suas expressões e através de todos os meios. A luta ideológica, cultural e midiática é imprescindível para derrotar a invasão ideológica das classes dominantes e assim mobilizar os povos em defesa dos seus interesses”⁹⁹⁵.

A Declaração da última edição do FSP ressaltou o papel dos governos de esquerda da América Latina no enfrentamento ao neoliberalismo, buscando ampliar a participação social do Estado e reduzir as desigualdades. Porém, os partidos da esquerda latino-americana são muito heterogêneos, assim como os países da América Latina, com suas distintas formações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Alguns governos de esquerda no subcontinente têm adotado uma política de enfrentamento de classes e, conseqüentemente, têm conseguido realizar importantes reformas estruturais. Além de Cuba (o único país socialista do continente, embora esteja passando por uma situação econômica muito delicada), pertence a este grupo os países cujas experiências governamentais se enquadram numa forma de “populismo de esquerda”, também denominado “Socialismo do Século XXI”⁹⁹⁶.

Colômbia, México e Peru. Todos eles possuem Tratados de Livre Comércio com os EUA. “O Arco do Pacífico está em sintonia com o projeto de Obama de criação de uma área de reafirmação do poder estadunidense no pacífico”. POMAR, Valter e REGALADO, Roberto. Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 250.

⁹⁹³ POMAR e REGALADO, Valter e Roberto. Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 249.

⁹⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁹⁶ SANTOS, Boaventura de Souza. O Socialismo do Século XXI. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O->

A vitória de Hugo Chávez, na Venezuela, em 1998, marcou o início de um novo período, caracterizado por sucessivos governos de esquerda na América Latina. Desde então, a esquerda sagrou-se vitoriosa em diversos países das Américas Central e do Sul. As experiências dos governos identificados com o “socialismo do Século XXI” (Venezuela, com Chávez e Maduro; Bolívia, com Evo Morales; e Equador, com Rafael Correa) apresentam diversos aspectos em comum, tais como: 1) a criação de novas Constituições para estes países; 2) o empenho em fazer avançar a democracia participativa, através de consultas populares, associações de bairro, “misiones” e conselhos comunais (na Venezuela); 3) o referendo revogatório, garantindo ao povo o poder de revogar os cargos políticos em todos os níveis, na metade do mandato; 4) o controle estatal sobre os recursos naturais e estratégicos, tendo em vista que a maior parte da economia destes três países provém dos recursos do petróleo e do gás natural; 5) a participação em iniciativas de integração regional, como a ALBA, o Banco do Sul, o Oleoduto do Sul, a Telesur; 6) a defesa dos povos indígenas e demais setores excluídos; 7) a redução da pobreza e da miséria; 8) a ampliação dos investimentos sociais em áreas como saúde, educação, transporte, habitação, reforma agrária e previdência social.⁹⁹⁷

Outros países governados por partidos que integram o FSP, ainda que tenham conseguido implementar diversos programas sociais, reduzindo consideravelmente a pobreza e a miséria, optaram por uma política de conciliação de classes e estiveram muito dependentes do crescimento econômico e dos acordos com diversos setores do capital industrial e financeiro. É o caso dos governos do Brasil (Lula e Dilma), Chile (Ricardo Lagos e Michele Bachelet) e Peru (Ollanta Humala), cujas reformas não alteraram as estruturas, nem enfraqueceram o poder das classes dominantes, ou seja, não houve (nos dizeres de Carlos Nelson Coutinho) “reformas revolucionárias” capazes de confrontar o projeto neoliberal. Já os governos de esquerda na Argentina

Socialismo-do-Século-XXI/4/13428, acesso em 09 de novembro de 2016.

⁹⁹⁷ COIMBRA, Eric Araujo Dias. O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo. Dissertação de Mestrado em Geografia orientada por Marco Antônio Franciotti. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2009.

(Néstor e Cristina Kirchner - que reestatizaram empresas privatizadas e atuaram no sentido de punir criminosos da ditadura) e Uruguai (Tabaré Vázquez e José Mujica - que reformaram o setor de telecomunicações) avançaram mais no confronto com os interesses das elites.

Segundo as resoluções do FSP realizado em São Paulo, em 2013, o capitalismo não é um modo de produção homogêneo, pois existem no mundo “outros tipos de capitalismo”: “a adoção das medidas de austeridade não é a única opção. Em outras regiões do mundo prevalece uma política capitalista, mas diferente, baseada em investimentos produtivos e sustentação dos mercados internos”⁹⁹⁸. Esta afirmação é bastante polêmica em vários setores da esquerda, pois remete à ideia de que o capitalismo é um sistema compatível com os ideais de justiça social e sustentabilidade ambiental. Embora o capitalismo apresente diferenças em cada realidade social, ele também carrega consigo diversos aspectos comuns, tais como: a propriedade privada dos meios de produção; a necessidade de acumulação crescente de riquezas e uma péssima distribuição das mesmas; a exploração crescente da força de trabalho; o poder crescente dos monopólios e oligopólios, comprometendo a ideia de livre mercado; uma concepção limitada de democracia, que subordinada ao poder econômico, transforma-se em plutocracia; o Estado capitalista como um instrumento para a manutenção dos privilégios de classe, ainda que nele existam espaços de disputa de hegemonia.

Embora a lógica de funcionamento do capitalismo permaneça inalterada, as resoluções do FSP fizeram uma distinção entre os países capitalistas que têm seguido uma orientação mais “desenvolvimentista” - é o caso dos BRICS - e os que têm adotado uma orientação mais neoliberal e austeritária - é o caso do “eixo anglo-saxão liderado pelos Estados Unidos”. O próprio FSP reconhece a variedade de partidos de esquerda que constitui a organização, incluindo desde os que “defendem o socialismo” até os que “defendem um novo modelo de desenvolvimento capitalista”.⁹⁹⁹

⁹⁹⁸ POMAR e REGALADO, Valter e Roberto. Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 244.

⁹⁹⁹ Ibidem, p. 260.

Atualmente, dez países são governados por partidos participantes do Foro de São Paulo (ver mapa 1), são eles: Bolívia (Evo Morales, Movimento para o Socialismo); Chile (Michelle Bachelet, Partido Socialista do Chile); Cuba (Raúl Castro, Partido Comunista de Cuba); Dominica (Roosevelt Skerrit, Partido Trabalhista da Dominica); República Dominicana (Danilo Medina, Partido de Libertação Dominicana); Equador (Rafael Correa, Alianza País); El Salvador (Salvador Sánchez Cerén, Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional); Nicarágua (Daniel Ortega, Frente Sandinista de Libertação Nacional); Uruguai (Tabaré Vázquez, Frente Ampla); Venezuela (Nicolás Maduro, Partido Socialista Unido da Venezuela). Até 2015, Argentina (Cristina Kirchner, Partido Justicialista ¹⁰⁰⁰), Peru (Ollanta Humala, Partido Nacionalista Peruano) e Brasil (Dilma Rousseff, Partido dos Trabalhadores) também constavam nessa lista.

Em 2015, treze países latino-americanos eram governados por partidos (ou chefes de Estado) participantes do FSP. Em 2016, o número foi reduzido para 10 países. Portanto, a direita voltou a crescer na região, retomando governos em países de grande importância política e econômica. Devido à enorme população brasileira, mais da metade da população que em 2015 era governada por partidos de esquerda, hoje é governada por partidos de direita.

¹⁰⁰⁰ Embora o Partido Justicialista não fosse membro, Cristina Kirchner apoiava o FSP.

Ilustração 22

Mapa dos países governados por partidos do FSP – 2016

Elaboração própria.

É grande a diversidade ideológica das organizações políticas que integram o FSP (ver tabela 5). Essa diversidade reflete nas diferentes formas com que os partidos se relacionam com os governos, assim como na caracterização dos diferentes

governos latino-americanos. Portanto, ela resulta das diferentes concepções teóricas e das diferentes formas de organização e atuação política dos partidos. Dos partidos brasileiros que integram o FSP, o PCB situa-se na extrema-esquerda; PT e PCdoB na esquerda; PDT e PPL no centro-esquerda; PSB e PPS, estariam atualmente à direita. Muitos partidos que integram o FSP são adversários políticos e integram campos opostos em seus países de origem. Alguns fazem oposição ao governo cujo partido também integra o FSP, ou seja, são “parceiros” no FSP e adversários nas questões políticas internas de seus países. No caso brasileiro, PPS e PSB foram oposição e votaram em peso a favor do impeachment de Dilma. Atualmente eles são base de apoio do governo Michel Temer. Contraditoriamente, estes partidos continuam associados ao FSP, além de se definirem socialistas.

Tabela 5

| Países e partidos participantes do Foro de São Paulo | |
|---|---|
| País | Partidos |
| Argentina | Frente Grande; Frente Transversal Nacional y Popular; Movimiento Evita; Movimiento Libres del Sur; Partido Comunista; Partido Comunista – Congreso Extraordinario; Partido Humanista; Partido Intransigente; Partido Obrero Revolucionario-Posadista; Partido Socialista; Partido Solidario; Unión de Militantes por el Socialismo. |
| Aruba | Partido Red Democrática |
| Barbados | Partido del Empoderamiento del Pueblo |
| Bolívia | Movimiento al Socialismo; Movimiento Bolivia Libre; Partido Comunista de Bolivia. |
| Brasil | Partido Democrático Trabalhista; Partido Comunista do Brasil; Partido Comunista Brasileiro; Partido Patria Livre; Partido Popular Socialista; Partido Socialista Brasileiro; Partido dos Trabalhadores. |
| Chile | Izquierda Ciudadana; Movimiento Amplio Social; Movimiento de Izquierda Revolucionaria; Partido Comunista; Partido Humanista; Partido Socialista; Partido del Socialismo Allendista; Revolución Democrática. |
| Colômbia | Marcha Patriótica; Movimiento Progresista; Partido Alianza Verde; Partido Comunista Colombiano; Polo |

| | |
|-----------------------------|---|
| | Democrático Alternativo; Presentes por el Socialismo; Unión Patriótica. |
| Costa Rica | Partido Frente Amplio; Partido Vanguardia Popular – Partido Comunista. |
| Cuba | Partido Comunista de Cuba. |
| Curaçao | Partido Pueblo Soberano. |
| Ecuador | Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País; Movimiento Alianza PAIS; Movimiento Popular Democrático; Partido Comunista del Ecuador; Partido Comunista Marxista-Leninista del Ecuador; Partido Socialista-Frente Amplio. |
| El Salvador | Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional. |
| Guatemala | Convergencia, CPO-CRD; Movimiento Político Winaq; Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca. |
| Haití | Organización del Pueblo en Lucha. |
| Honduras | Partido Libertad y Refundación – LIBRE. |
| Martinica | Partido Comunista por la Independencia y el Socialismo; Consejo Nacional de Comités Populares. |
| México | Partido de los Comunistas Mexicanos; Partido Comunista de México; Partido de la Revolución Democrática; Partido del Trabajo. |
| Nicaragua | Frente Sandinista de Liberación Nacional. |
| Panamá | Partido del Pueblo; Partido Revolucionario Democrático. |
| Paraguay | Frente Guasú; Partido Comunista Paraguayo; Partido Convergencia Popular Socialista; Partido del Movimiento Patriótico Popular; Partido del Movimiento al Socialismo; Partido País Solidario; Partido de la Participación Ciudadana Partido Popular Tekojoja. |
| Peru | Ciudadanos por el Cambio; Partido Comunista del Perú-Patria Roja; Partido Comunista Peruano; Partido Nacionalista del Perú; Partido del Pueblo; Partido Socialista del Perú; Tierra y Libertad. |
| Porto Rico | Frente Socialista; Movimiento Independentista Nacional Hostosiano; Partido Nacionalista de Puerto Rico. |
| República Dominicana | Alianza por la Democracia; Fuerza de la Revolución; Movimiento Izquierda Unida; Partido Alianza País; Partido Movimiento Patria para Tod@s; Partido Comunista del Trabajo; Partido de la Liberación Dominicana; Partido de los Trabajadores Dominicanos; Partido Revolucionario Dominicano; Partido Revolucionario Moderno. |
| Trinidad e Tobago | Movimiento por la Justicia Social. |
| Uruguay | Asamblea Uruguay; Compromiso Frenteamplista; Frente Amplio; Movimiento 26 de marzo; Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros; Movimiento de |

| | |
|------------------|---|
| | Participación Popular; Movimiento Popular Frenteamplista; Partido Comunista del Uruguay, Partido Obrero Revolucionario Troskista-Posadista; Partido por la Victoria del Pueblo; Partido Socialista de los Trabajadores; Partido Socialista del Uruguay; Vertiente Artiguista. |
| Venezuela | Liga Socialista; Movimiento Electoral del Pueblo; Partido Comunista de Venezuela; Partido Socialista Unificado de Venezuela; Patria para Todos. |

Elaboração própria, com base nas informações do portal do Foro de São Paulo: <http://forodesaopaulo.org>.

As opiniões das lideranças petistas acerca do FSP são diversas. Para Turra, a organização não é uma real referência internacionalista, pois os governos não necessariamente seguem as políticas deliberadas pelo Foro.¹⁰⁰¹ Segundo Pont, a organização “não funciona como as velhas Internacionais. [O FSP] organiza o consenso, sistematiza boas praticas de governo, estreita interesses comuns entre nossos povos e administrações”. Sobre as iniciativas de integração regional apoiadas pelo FSP, o dirigente da DS cita a Unasul, a Celac e o Banco do Sul¹⁰⁰². A organização também “foi importante para construir a derrota da ALCA em 2005”, mas precisa “dar passos mais ousados na integração dos países da região”, afirma o dirigente da DS.¹⁰⁰³

Para Melo, as conquistas eleitorais da esquerda latino-americana são frutos de “uma reflexão regional que foi feita: você imaginaria uma América do Sul com essa composição política que tem hoje, vinte anos atrás?” Questiona o representante da

¹⁰⁰¹ TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

¹⁰⁰² O Banco do Sul é uma organização financeira impulsionada pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, cujo objetivo é conceder empréstimos para países latino-americanos para a implementação de programas sociais e a construção de obras de infraestrutura. Em reunião da Unasul, realizada em abril de 2014, no Equador, os chanceleres “decidiram pela implementação do Banco do Sul, com um capital inicial de 7 bilhões de dólares”. ALMEIDA, Beto. Banco do Sul: outro legado de Chávez. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-Banco-do-Sul-outro-legado-de-Chavez/6/31014>, acesso em 13 de novembro de 16.

¹⁰⁰³ PONT, Raul. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

CNB.¹⁰⁰⁴ Além da importância da construção do FSP e da criação de outros espaços de diálogos e trocas de experiências entre partidos e movimentos sociais de esquerda (como o Fórum Social Mundial – FSM¹⁰⁰⁵), as vitórias eleitorais da esquerda em mais de uma dezena de países latino-americanos resultaram de diversos fatores de natureza interna e externa. Entre os fatores, podemos mencionar a influência das políticas neoliberais, que afetaram o nível de vida da classe trabalhadora e comprometeram os serviços públicos; a emergência de um sentimento nacionalista e anti-imperialista, que se contrapôs ao modelo das elites nacionais destes países; a unificação da esquerda em torno de projetos políticos apoiados por amplos setores sociais.

Para Fritsch, o FSP “foi eleito pela direita como sendo o ‘time do comunismo’ (...) por causa da postura do Chávez, hoje do Maduro. Os enfrentamentos contra o neoliberalismo, contra os Estados Unidos, é que geraram o ódio [da direita] contra a organização”.¹⁰⁰⁶ Padilha considera de grande importância a troca de conhecimentos e experiências que o FSP proporciona, assim como as parcerias entre os governos Lula e Dilma e os governos africanos: “na medida em que eles se empoderaram nós nos empoderamos também, não só com os nossos da América do Sul, mas com os países da África também”¹⁰⁰⁷. Por outro lado, há que considerar os exageros nesse discurso, isto é, até que ponto o Brasil tem estabelecido relações subimperialistas¹⁰⁰⁸ em nações

¹⁰⁰⁴ MELO, Jacy Afonso de. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 30 de julho de 2014.

¹⁰⁰⁵ Quando nos referimos à importância do FSP para a vitória da esquerda na América Latina, há também que considerarmos a contribuição do Fórum Social Mundial (FSM) para a unidade e o fortalecimento da esquerda latino-americana, assim como da esquerda mundial, não somente a esquerda partidária, mas também a esquerda representada por movimentos sociais e populares.

¹⁰⁰⁶ FRITSCH, José. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

¹⁰⁰⁷ PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

¹⁰⁰⁸ O conceito de subimperialismo foi formulado inicialmente pelo economista Ruy Mauro Marini. “Com base na ideia de que a ascensão de nações emergentes está fundamentada na exploração, a tese subimperialista defende que o objetivo maior da atuação internacional do Brasil é angariar privilégios econômicos para certos setores da

africanas e em outras nações latinoamericanas? O caso envolvendo o fechamento da Petrobrás, na Bolívia, em 2006¹⁰⁰⁹, bem como os acordos de cooperação internacional entre Brasil e África, como o programa Embrapa-Moçambique¹⁰¹⁰, ilustra que a presença do Brasil em países considerados subdesenvolvidos ou periféricos nem sempre trazem benefícios para a maioria dos povos destes países.

A unidade da esquerda latino-americana é perceptível todas as vezes que um governo de esquerda da região se solidariza com outro. Exemplo disso foi a iniciativa de Lula ao criar, em 2003, o grupo de países amigos da Venezuela¹⁰¹¹, quando o país atravessava uma grande crise econômica, pouco depois do golpe de Estado impetrado contra Hugo Chávez. Também podemos mencionar a solidariedade entre a Venezuela e

sociedade brasileira, em detrimento da efetiva melhoria das condições dos países receptores da cooperação”. AVELHAN, Livia Liria. A Presença Brasileira na África: um Estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique. I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Setembro de 2015, p. 18.

¹⁰⁰⁹ Em 1º de maio de 2006 a Bolívia enviou tropas militares para fecharem as refinaria de petróleo e gás como parte de um programa de nacionalização destes setores. Morales disse que a Petrobras operava ilegalmente na Bolívia. Já o presidente Lula considerou a decisão da Bolívia um “ato soberano do país e que deve ser respeitado”. Acompanhe a crise entre Petrobras e Bolívia. UOL. 07/12/2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/07/ult82u6089.jhtm>, acesso em 12 de novembro de 2016.

¹⁰¹⁰ O acordo internacional Embrapa-Moçambique tem recebido críticas de diversos movimentos sociais moçambicanos, por privilegiar o agronegócio em detrimento de outras formas de produção. Segundo os movimentos, “a criação de condições ótimas para a entrada de corporações transnacionais irá causar a alienação da autonomia das famílias camponesas e desestruturação de seus sistemas de produção, podendo provocar o surgimento de famílias sem-terra e aumento da insegurança alimentar”. AVELHAN, op. cit, p. 13.

¹⁰¹¹ Grupo de Amigos da Venezuela. É uma vitória diplomática, diz embaixador. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-15/grupo-de-amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador>, acesso em 14 de novembro de 2016.

o Equador, após a Colômbia invadir o território equatoriano em busca de guerrilheiros das FARC¹⁰¹²; o não reconhecimento (por vários países latino-americanos) aos governos de Honduras e Paraguai, instituídos após golpes de Estado contra Zelaya e Lugo, respectivamente; e, mais recentemente, o não reconhecimento ao governo Temer no Brasil.¹⁰¹³ A solidariedade entre os governos que integram o FSP também tem partido de organizações internacionais, aponta Maristela Gombata: “em 2009, a OEA logo tratou de expulsar Honduras da organização, enquanto o Brasil concedeu asilo a Zelaya em sua embaixada em Tegucigalpa por quatro meses. Em 2012, tanto o Mercosul quanto a Unasul suspenderam o Paraguai do bloco.”¹⁰¹⁴

Notari reconhece que a “composição diversa e heterogênea” do FSP impõe “limites a uma política unificada, pois os espaços nacionais, sub-regionais e regionais, apresentam tradições políticas e particularidades que têm que ser levadas em conta nas resoluções do Foro”. Segundo a dirigente da extinta tendência BS, os partidos de esquerda que têm assumido governos em vários países latino-americanos possuem uma “orientação política claramente integradora e popular (em oposição ao caráter anti-povo e entreguista dos ciclos militares e neoliberal)”¹⁰¹⁵. Em consequência dessa orientação política, afirma a dirigente:

(...) há uma forte barragem imposta pelas casamatas de poder contra-hegemônico, constituídas pelas estruturas midiáticas oligopolizadas; dos judiciários conservadores e da plutocracia associada a interesses econômicos estrangeiros. Não é uma oposição desprezível ao campo

¹⁰¹² Ação contra Farc abre crise entre Colômbia, Equador e Venezuela. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/acao-contra-farc-abre-crise-entre-colombia-equador-venezuela-3847030>, acesso em 14 de novembro de 2016.

¹⁰¹³ GOMBATA, Maristela. Honduras e Paraguai, motivos de inspiração. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/895/honduras-e-paraguai-motivos-de-inspiracao>, acesso em 14 de novembro de 2016.

¹⁰¹⁴ Ibidem.

¹⁰¹⁵ NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

popular latino-americano, haja vista a guerra econômica nos diversos países (em especial, na Venezuela) e seu efeito desestabilizador já bastante conhecido.¹⁰¹⁶

Portanto, verificamos que a esquerda latino-americana esteve bem mais fortalecida há dois anos, quando Peru, Argentina e Brasil ainda eram governados por partidos de esquerda. Recentemente, a direita tem conseguido atingir seus objetivos, seja respeitando as instituições e o processo eleitoral (ainda que elas apresentem inúmeras falhas, como o financiamento privado de campanhas e a ausência de mecanismos de democracia participativa), seja por meio de golpes de Estado. A queda dos preços das *commodities* contribuiu significativamente para a crise econômica dos países latino-americanos, principalmente aqueles de economias pouco diversificadas e muito dependentes do petróleo e do gás natural, como Venezuela, Bolívia e Equador.

Ainda que o poder da esquerda na disputa por hegemonia no subcontinente tenha se reduzido, existe a possibilidade de voltar a crescer, pois a direita, em momentos de crise econômica, também terá dificuldades para governar e atrair para o seu projeto político o apoio popular. O receituário neoliberal, ao ser aplicado por partidos de direita, poderá fazer com que os povos se posicionem a favor de novos projetos políticos, talvez mais à esquerda que os anteriores. Diante destas considerações, o FSP continuará exercendo um importante papel, ao reunir partidos e organizações de esquerda que reflitam sobre os erros e acertos do passado para construir outra América Latina: anti-imperialista, anticapitalista e socialista!

6.2 A ATUAÇÃO POLÍTICA DO BE

6.2.1 Os resultados eleitorais e a Assembleia da República

Vimos anteriormente que todas as correntes que construíram o BE também participaram de eleições parlamentares, além de lutarem diretamente por melhorias sociais no âmbito do sindicalismo e dos movimentos populares. Dentre todas as organizações, a que obteve maior sucesso eleitoral foi a UDP, que

¹⁰¹⁶ Ibidem.

elegeu deputados para a Assembleia Constituinte em 1975 e para a Assembleia da República em 1976, 1979, 1980 e 1991. O PSR foi bem menos expressivo que a UDP, chegando a eleger deputados municipais em 1993 e 1997. A PXXI veio de uma longa trajetória de participações eleitorais do antigo MPD, chegando a eleger diversos deputados em aliança com o PCP na segunda metade da década de 1970. A Ruptura-FER, através da FER, também concorreu a várias eleições, embora nunca tivesse conseguido eleger deputados.

O BE foi criado também com o objetivo de se constituir numa ampla frente eleitoral de esquerda. Portanto, recebeu influências das organizações que o precederam e herdou a cultura de participação eleitoral/institucional, para além de sua atuação nos movimentos populares e sociais. O objetivo de se apresentar como alternativa de esquerda, para fazer frente às principais forças políticas portuguesas (PPD/PSD e PS), tornou-se mais factível a partir das eleições legislativas de 2015, quando o BE conseguiu duplicar a sua representação parlamentar. No entanto, tal objetivo ainda está distante de ser concretizado, considerando que as bases parlamentares dos partidos que hegemonomizam o cenário político português é quatro a cinco vezes maiores que a do BE.

O gráfico 28 apresenta o número de deputados (as) eleitos (as) por partido, nas eleições para a Assembleia da República, disputadas entre 1999 (ano de nascimento do BE) e 2015. Nota-se que em 1999 o BE era a quinta maior força política portuguesa, juntamente com o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), com dois deputados cada um. No mesmo ano, o PCP e o Partido Popular (CDS/PP) encontravam-se empatados em terceiro lugar, com 16 parlamentares cada. Já os dois maiores partidos - o PS e o Partido Social Democrata (PPD/PSD) – encontravam-se bem distanciados dos demais, com, respectivamente, 115 e 81 deputados.

De 1999 a 2009, o BE foi aumentando sua representação praticamente em proporção geométrica, saltando de dois para 16 parlamentares, transformando-se no quarto maior partido português, atrás do PPD/PSD (direita), PS (centro-esquerda) e PCP (esquerda). Em 2011, o BE passou por uma grande crise que resultou no afastamento de parte importante de sua militância e na queda de sua base parlamentar, cuja bancada reduziu de 16 para 8 deputados. Esta foi a maior derrota eleitoral da história do

partido, que havia crescido de forma contínua em todas as eleições anteriormente disputadas.¹⁰¹⁷ Louçã explica que o BE cresceu muito em 2009, devido a circunstâncias especiais, como “uma maioria absoluta do Partido Socialista, uma grande oposição interna, um grande descontentamento social”. Ele vê como normal a queda eleitoral de 2011: “na política ganha-se e perde-se”, afirma.¹⁰¹⁸

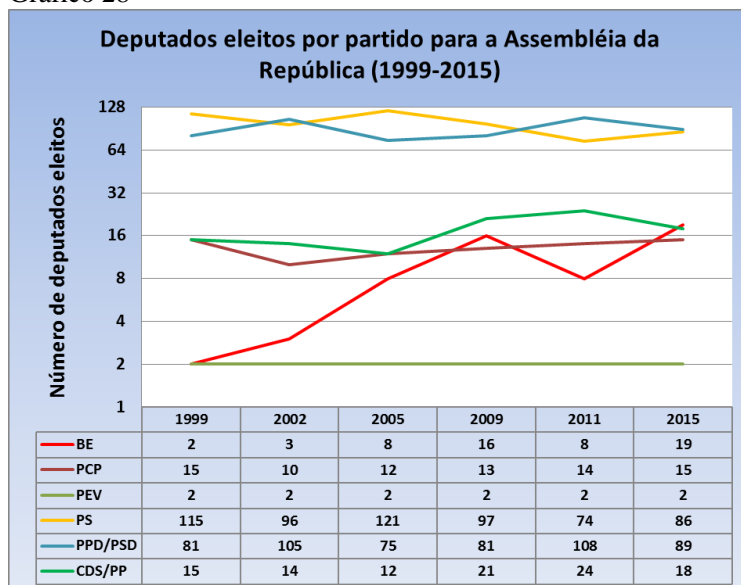
Depois de muita gente (principalmente a mídia) ter declarado não acreditar em uma recuperação do BE, eis que em 2015 a base parlamentar bloquista voltou a crescer, saltando de 8 para 19 parlamentares. A descrença na recuperação do BE não atingiu somente representantes de partidos opositores e a mídia, mas também lideranças como Madeira, que acreditava que os parlamentares do partido iriam se reduzir ainda mais nas eleições legislativas de 2015.¹⁰¹⁹

¹⁰¹⁷ Bloco de Esquerda, Eleições Legislativas, Deputados. TVI24. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/politica/be-bloco-de-esquerda-eleicoes-legislativas-deputados-tvi24/1258537-4072.html>, acesso em 25 de novembro de 2013.

¹⁰¹⁸ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

¹⁰¹⁹ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

Gráfico 28



Elaboração própria, com base nas informações do CNE e da Assembleia da República.¹⁰²⁰

Em 2015, o BE superou o PCP e o CDS/PP, transformando-se no terceiro maior partido português, com 19 deputados, mas ainda bem distante dos dois maiores partidos, o PS e o PPD/PSD, com, respectivamente, 86 e 89 deputados. Com base nestas informações, poderíamos distribuir os principais partidos portugueses em três grupos: os grandes partidos, com mais de 70 parlamentares; os partidos de porte médio, entre 15 e 20 parlamentares; e os partidos pequenos, com menos de cinco parlamentares. PS e PPD/PSD são grandes partidos. BE, PCP e CDS/PP são partidos de médio porte. O PEV sempre foi um partido pequeno. O BE foi o único partido que mudou de categoria ao longo desses anos: de partido pequeno para partido de médio porte.

Observa-se, na tabela 5, que dentre todos os partidos que elegeram parlamentares para a Assembleia da República, o BE foi

¹⁰²⁰ CNE, disponível em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2015>. Assembleia da República, disponível em: <https://www.parlamento.pt>. Acessos em 28 de outubro de 2015.

o que mais cresceu, alcançando um índice muito acima dos demais. O CDS/PP foi o segundo que mais cresceu, seguido pelo PPD/PSD. O PCP e o PEV não alcançaram crescimento, mantendo ambos os mesmos números de parlamentares. Já o PS, com queda de 25%, foi o único partido que teve sua base parlamentar reduzida. Este dado demonstra que parte significativa do decréscimo da base parlamentar do PS ocorreu em função do crescimento da base parlamentar do BE.

Tabela 6

| Crescimento do número de deputados por partido para a Assembleia da República (1999-2015) | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| Partido/Coligação | Deputados 1999 | Deputados 2015 | Crescimento (%) |
| BE | 2 | 19 | 850% |
| PCP | 15 | 15 | 0 |
| PEV | 2 | 2 | 0 |
| PS | 115 | 86 | -25% |
| PPD/PSD | 81 | 89 | 9% |
| CDS/PP | 15 | 18 | 20% |

Elaborada pelo autor com base nas informações do CNE.

Este longo período, caracterizado pela adoção de políticas neoliberais e austeritárias pelos governos do PPD/PSD e do PS, também contribuiu para que o eleitorado confiasse no BE e o elevasse ao patamar de terceira maior força política. Por outro lado, o PCP manteve posições consideradas muito ortodoxas por parte do eleitorado, como o saudosismo ao regime do Leste Europeu, o que teria contribuído para a estagnação de sua base parlamentar. Jorge Mateus e Tiago Ramalho explicam que “desde cedo” as afinidades ideológicas entre PCP e PS eram grandes. Mais tarde, com a aplicação das políticas neoliberais pelos governos do PS, o PCP teria se afastado. A partir de 1999, o BE

se tornaria uma alternativa para parte do PCP, “mais preocupada com as questões pósmaterialistas”.¹⁰²¹

O ano de 2015 foi muito positivo eleitoralmente para o BE. Desde então, o partido, juntamente com o PCP e o PEV, tem participado da base de apoio do governo do PS (representado pelo Primeiro Ministro António Costa) na Assembleia da República. Apesar de evitar coligações com o PS, o BE entende que é preferível se aliar aos “socialistas” no parlamento para evitar os retrocessos que poderiam acontecer sem o seu apoio, já que nesse caso a direita (representada pelo PPD/PSD) teria a maioria para fazer aprovar as leis de seu interesse. Já o PCP continua sendo o partido ideologicamente mais próximo do BE, apesar das grandes diferenças em termos de organização e cultura política. “É verdade que no Parlamento, em 95% dos casos, PCP e Bloco votam na mesma direção, salvo quando se trata de política externa (Angola, China), das corridas de touros (...) ou de leis sobre a exigência democrática em relação ao sistema político...”, explica a ex-eurodeputada Alda Sousa.¹⁰²²

Os parlamentares do BE têm a função de defender na Assembleia da República as propostas aprovadas nas resoluções das Convenções Nacionais, que são as instâncias máximas de deliberação e elaboração das políticas que nortearão as ações do partido. A bancada parlamentar do BE também busca elaborar e aprovar leis que contemplem as propostas contidas no Manifesto Eleitoral, que é o programa do partido para as eleições legislativas. O primeiro projeto de lei apresentado pelo BE “foi àquele que classifica como crime a violência contra as mulheres – e este projeto se tornou uma lei da República aprovada pelo parlamento”, lembra Sousa.¹⁰²³

O programa do BE para as eleições legislativas de 2015 criticou o governo Passos Coelho (PPD/PSD) e o responsabilizou pela queda do PIB português em 5%, a saída de centenas de

¹⁰²¹ MATEUS e RAMALHO, Jorge e Tiago. O Sistema de Partidos em Portugal. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/hp4/?newsId=453&fileName=CIES_WP151_Ramalho.pdf, acesso em 15 de outubro de 2015.

¹⁰²² SOUSA, Alda. O Bloco de Esquerda em Portugal. Nem Syriza, nem Podemos. Revista Contretemps, nº 25, abril de 2015.

¹⁰²³ Ibidem.

milhares de jovens de Portugal, a pobreza de um quarto da população e o desemprego, que atinge seiscentas mil pessoas. Todos estes problemas teriam se acentuado em 2010, quando um programa de austeridade foi assinado com a troika pelo PS, PPD/PSD e CDS/PP. Segundo o Programa, a austeridade não é apenas uma “catástrofe econômica e social portuguesa”, mas “é também o nome da estratégia de acumulação e concentração de riqueza em toda a Europa e a própria forma da integração europeia dos países da periferia da União”.¹⁰²⁴

Conforme o Manifesto, a adoção da moeda única “criou uma autoridade sobre a política monetária e cambial que retira dos Estados os instrumentos mais importantes de sua ação econômica”. Diante das amarras do sistema financeiro, a única alternativa para “o controle público dos bancos e das indústrias” e para a adoção de um “programa de pleno emprego”, seria a “desobediência, em nome da soberania”. Dentre as propostas do BE em relação aos compromissos firmados pelo Estado português com a troika, constam: 1) realização de uma Conferência Europeia para a reestruturação das dívidas e para o fim do Tratado Orçamental; 2) convocação de um referendo sobre o Tratado Orçamental; 3) luta contra o Tratado Transatlântico (TTIP).¹⁰²⁵

Diante da necessidade de promover “uma nova redistribuição da riqueza”, o programa parlamentar do BE propôs: 1) Reestruturação da dívida - incluindo a “devolução dos lucros obtidos pelo Banco Central Europeu com títulos da dívida portuguesa” e a “auditoria da dívida”. 2) Revolução fiscal - incluindo “impostos sobre grandes fortunas”, “aumento de taxas para bens de luxo” e “taxa sobre transações bolsistas e dividendos aos acionistas”. 3. Devolução dos benefícios confiscados durante a austeridade - incluindo a devolução dos salários cortados dos servidores públicos e o acesso ao seguro desemprego a todos os desempregados.¹⁰²⁶

¹⁰²⁴ Manifesto Eleitoral – Bloco de Esquerda – Legislativas, 2015. Disponível em: <http://www.bloco.org/media/manifestolegislativas2015.pdf>, acesso em 20 de setembro de 2015, p. P. 3-4.

¹⁰²⁵ Ibidem, p. 4.

¹⁰²⁶ Ibidem, p. 6.

Outro ponto de destaque do programa parlamentar consistiu na proposta de nacionalização dos bancos: “a propriedade estatal é indispensável à garantia de orientação para o interesse público e não pelos critérios particulares e de mera maximização da remuneração dos seus donos”, afirmou o documento. Para o partido, a estrutura da propriedade bancária deveria ser convertida em “propriedade estatal dos benefícios ou créditos fiscais contabilizados com fundos próprios dos bancos” – esta seria a primeira etapa para a nacionalização do sistema bancário, diz o Manifesto.¹⁰²⁷

O BE propôs a ampliação da democracia na sociedade portuguesa, através de vários mecanismos, dentre os quais: a redução do número de assinaturas para uma “iniciativa legislativa popular”; a limitação do teto máximo de financiamento para campanhas eleitorais; a possibilidade de participação de cidadãos em listas para as eleições legislativas; a instituição da “revogação de mandato do executivo por vontade popular em caso de clara violação dos compromissos eleitorais ou de perda de legitimidade democrática”; a extensão do direito ao voto aos estrangeiros que vivem há mais de três anos no país e aos “cidadãos a partir dos 16 anos de idade”.¹⁰²⁸

Outras políticas propostas pelo programa parlamentar do BE foram: taxação de 0,5% sobre os ativos não produtivos dos bancos e empresas, visando combater a crescente financeirização da economia e ampliar a arrecadação do Estado para incentivar o investimento produtivo; “aumento do salário mínimo nacional para 600 euros”; “redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais nos setores público e privado”; luta contra o sucateamento e a privatização dos serviços públicos; luta contra a cobrança de propinas para financiar o ensino superior; aumento do investimento em saúde a 8,5 % do PIB (atualmente a média é de 5,9%), devolução “para domínio público a gestão dos hospitais em PPP”; garantia de direitos aos homossexuais, mulheres, idosos, estrangeiros, deficientes, pessoas de outras etnias; saída de Portugal da OTAN, “pela extinção deste e de todos os blocos militares”; contra a constituição de uma força armada europeia; passes gratuitos do transporte público aos “trabalhadores desempregados, estudantes e pessoas acima de 65 anos”;

¹⁰²⁷ Ibidem, p. 6-7.

¹⁰²⁸ Ibidem, p. 40-41.

devolução “à esfera pública as empresas privatizadas, concessionadas e subconcessionadas”.¹⁰²⁹

8.2.2 As eleições presidenciais e a crise do BE em 2011

As eleições presidenciais acontecem a cada cinco anos em Portugal por sufrágio direto e universal. São permitidos somente dois mandatos consecutivos e é exigido que o (a) candidato (a) obtenha mais de cinquenta por cento dos votos para se eleger, podendo haver segundo turno (ou segunda volta, como se diz em Portugal), se for preciso. Pelo fato de Portugal ser um país semipresidencialista, o cargo de presidente da república no país difere do de presidente da república no Brasil.¹⁰³⁰

O semipresidencialismo possui características do presidencialismo e também do parlamentarismo. Nesse sistema, o presidente é eleito por sufrágio universal, tal como no presidencialismo. Por outro lado, no semipresidencialismo, da mesma forma que no parlamentarismo, existe a distinção entre chefe de Estado (presidente) e chefe de governo (primeiro-ministro). O semipresidencialismo que vigora em Portugal é o do “tipo austríaco”, no qual o presidente da república não dirige o governo, mas conta com poderes especiais, tais como: direito de “enviar mensagens ao parlamento” e pronunciar-se nacionalmente sobre questões de interesse nacional; “direito de veto sobre diplomas legais emanados do Parlamento ou do Governo”; direito de dissolver o parlamento e convocar eleições gerais antecipadas. Este último não existe no presidencialismo nem no parlamentarismo, é um poder presidencial conferido exclusivamente no semipresidencialismo. Em Portugal, o presidente eleito indica o primeiro ministro (geralmente é escolhido o líder do partido que obtém a maior votação na Assembleia da República) e este, por sua vez, escolhe os ministros.¹⁰³¹ Vejamos a explicação de Cardina sobre a função de um presidente no semipresidencialismo:

¹⁰²⁹ Ibidem, p. 7-64.

¹⁰³⁰ AMARAL, Diogo Freitas. Uma Introdução à Política. Bertrand Editora. Lisboa, 2014, p. 121.

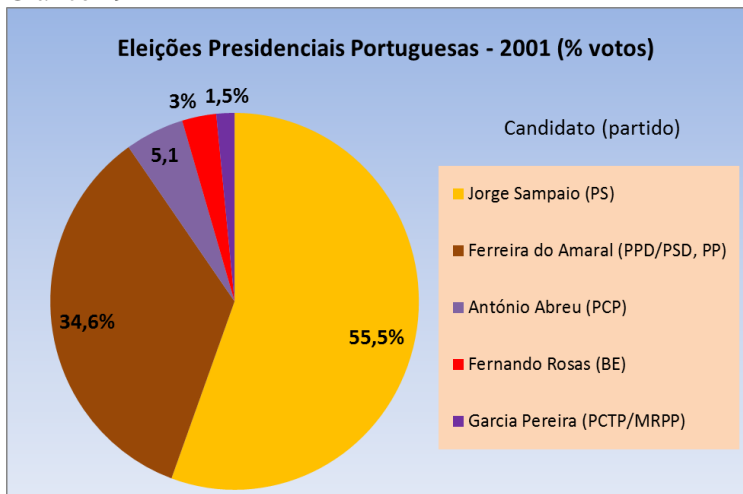
¹⁰³¹ Ibidem, p. 189-191.

(...) uma eleição presidencial aqui em Portugal é uma questão muito específica. O presidente é uma figura importante, que tem uma função na estrutura orgânica do Estado, mas é uma figura simbólica, não tem poder legislativo. Tem poder de veto, pode dissolver a Assembleia, tem um poder que é, sobretudo, performativo. Intervém no debate político, faz discursos que apontam determinados sentidos, se suportam o governo ou não. Isso pode fazer cair um governo em última análise, como foi o caso de Jorge Sampaio quando fez cair o governo de Santana Lopes. Dissolve a Assembleia.¹⁰³²

O BE participou de quatro eleições presidenciais (2001, 2006, 2011 e 2016), sendo que em três delas lançou candidato próprio. Nas eleições presidenciais de 2001 (ver gráfico 29), o partido lançou o candidato Fernando Rosas, que obteve apenas 3% dos votos do eleitorado, sendo o quarto mais votado, atrás de Jorge Sampaio (PS, 55,5%), Ferreira do Amaral (PPD/PSD, PP, 34,6%) e António Abreu (PCP, 5,1%). Jorge Sampaio, que ultrapassou 50% dos votos, obteve o seu segundo mandato, sem necessidade de concorrer a um segundo turno. Sampaio já havia governado Portugal entre 1996 e 2001.

¹⁰³² CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

Gráfico 29



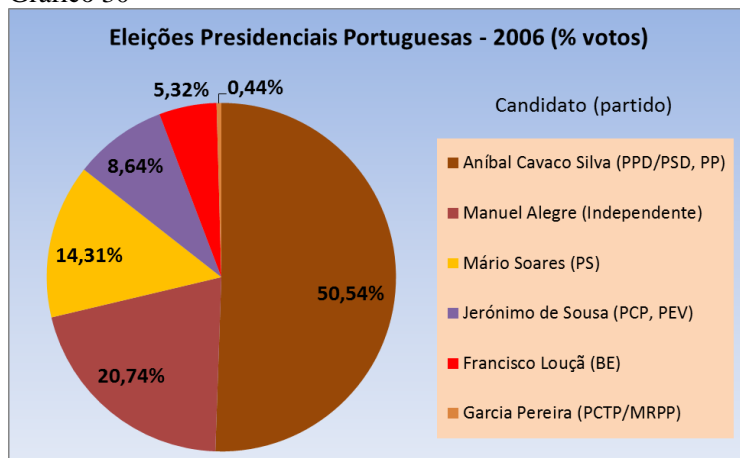
Elaborado pelo autor com base nas informações do CNE.

Em 2006 (ver gráfico 30), o candidato bloquista Francisco Louça obteve 5% dos votos, ficando na quinta colocação, atrás de Aníbal Cavaco Silva (PPD/PSD e PP, 50,54%), Manuel Alegre (candidato independente, 20,74%), Mário Soares (PS, 14,31%) e Jerónimo de Souza (PCP e PEV, 8,64%). O PS saiu derrotado nestas eleições, não conseguindo eleger Mário Soares como sucessor de Jorge Sampaio. O partido terminou na terceira colocação, com menos de quinze por cento dos votos. Por outro lado, a direita, representada por Cavaco Silva, venceu as eleições ainda no primeiro turno. Vale destacar que o segundo colocado foi o candidato independente¹⁰³³ Manuel Alegre. Nota-se que o

¹⁰³³ O sistema eleitoral português permite candidaturas independentes não somente para a Presidência da República, mas também para o parlamento, as autarquias e as juntas de freguesias. Segundo a legislação, os cidadãos portugueses maiores de 35 anos podem concorrer às eleições presidenciais mediante recolhimento de um determinado número de assinaturas e aprovação no Tribunal Constitucional. “As candidaturas independentes eram aceites desde a Constituição de 1976, tanto para o parlamento, como para as autarquias, mas apenas integradas em listas de partidos. E os grupos de cidadãos eleitores também podiam concorrer às juntas de freguesia desde 1976. No entanto, as eleições autárquicas de 2001 foram as primeiras a aceitar candidaturas para as câmaras

resultado ruim alcançado pelo ex-presidente Mário Soares se deve, principalmente, à divisão do eleitorado do PS. A candidatura de Alegre, que é ex-dirigente e militante histórico do PS, contou com o apoio de diversos setores à esquerda.

Gráfico 30



Elaborado pelo autor com base nas informações do CNE.¹⁰³⁴

Após lançar candidatos próprios por duas vezes consecutivas e não obter bons resultados (3% em 2001 e 5% em 2006), o BE decidiu mudar a sua estratégia e apoiar a candidatura de Manuel Alegre para as eleições presidenciais de 2011 (ver gráfico 31). Alegre ficou na segunda colocação, obtendo 19,67% dos votos, atrás do candidato direitista Aníbal Cavaco Silva

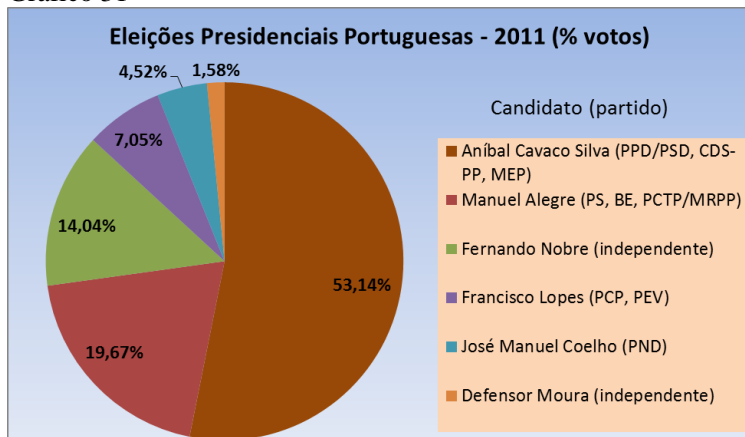
municipais de cidadãos independentes em nome individual ou integrados em grupos sem qualquer vínculo a partidos políticos pré-estabelecidos.” ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. Partidos e Independentes: representação política em Portugal e o contexto Europeu. Conference: II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, At Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2015. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/278410015_Partidos_e_Independentes_representao_poltica_em_Portugal_e_o_contexto_Europeu, acesso em 05 de novembro de 2015.

¹⁰³⁴ Eleições para Assembleia da Republica – 2015. Disponível em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2015>, acesso em 28 de outubro de 2015.

(PPD/PSD, PP, MEP ¹⁰³⁵), que venceu as eleições novamente no primeiro turno, conseguindo se reeleger com 53,14% dos votos. Desta vez, Alegre se candidatou pelo PS, diferentemente da eleição anterior quando havia concorrido como candidato independente.

Embora tivesse recebido apoio do PS, BE e PCTP/MRPP ¹⁰³⁶, Alegre fez uma votação inferior a 2006, quando havia conquistado 20,74% dos votos como candidato independente. A aliança em torno da candidatura de Alegre não agradou uma parte do eleitorado que antes havia votado no BE. Provavelmente esta tenha sido uma das explicações atribuídas à baixa votação do BE nas eleições legislativas de 2011. No entanto, em entrevista a rede de televisão TVI, o então coordenador do Bloco de Esquerda, Francisco Louça, não mencionou a aliança com Alegre como uma justificativa para a derrota eleitoral. ¹⁰³⁷

Gráfico 31



Elaborado pelo autor com base nas informações do CNE.

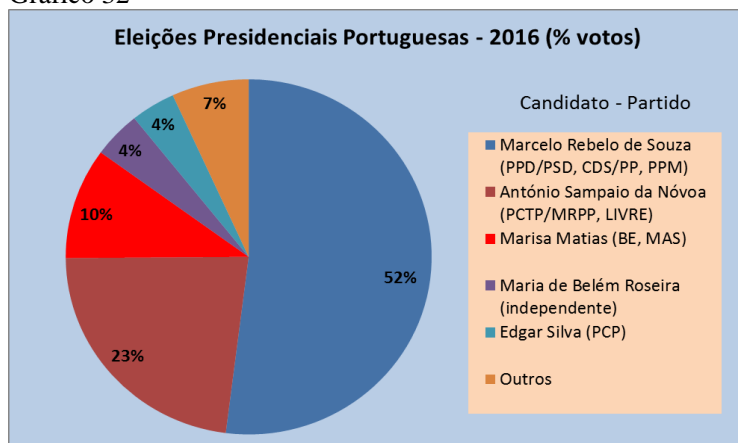
¹⁰³⁵ O Movimento Esperança Portugal (MEP) é um partido de centro-direita, que tem se posicionado politicamente entre o PS e o PSD.

¹⁰³⁶ O PCTP/MRPP é um pequeno partido de inspiração maofista, muito próximo eleitoralmente do PS.

¹⁰³⁷ MICAEL, Manuela. “BE não atingiu resultados”. Louça assume culpa. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt>, acesso em 13 de março de 2014.

Em 2016 (ver gráfico 32), o BE mudou novamente a sua estratégia e lançou candidatura própria para as eleições presidenciais portuguesas. O candidato direitista Marcelo Souza (PPD/PSD, CDS/PP, PPM) venceu as eleições ainda no primeiro turno, com 52% dos votos. Em segundo lugar ficou António Nóvoa (PCTP/MRPP, LIVRE), que contou com amplo apoio informal do PS, obtendo 23% dos votos. Marisa Matias (BE), em coligação com o MAS, foi a terceira mais votada, obtendo pouco mais de 10% dos votos. Este foi o melhor resultado eleitoral do BE lançando candidato próprio para as eleições presidenciais.

Gráfico 32



Elaborado pelo autor com base nas informações do CNE.

O apoio do BE a candidatura de Manuel Alegre em 2011 é compreendido de diferentes formas no Bloco de Esquerda. Muito além de uma simples aliança de campanha eleitoral, a aliança com o candidato resultou noutros fatores que teriam produzido uma péssima impressão na opinião pública e proporcionado uma grande crise interna no partido. Enquanto alguns dirigentes consideraram que o apoio à Alegre foi uma decisão acertada, embora os resultados não tivessem sido os melhores, outros acreditaram que o apoio a Alegre foi um erro e que teria sido melhor o partido ter lançado candidatura própria.

Cardina explica que Alegre era um quadro à esquerda que “praticamente tinha feito uma pré-cisão” e estava “muito descontente com a linha social-liberal do PS”. A explicação para

o apoio do BE a Alegre é a de que ele “representava a velha socialdemocracia”. Para o dirigente bloquista, o apoio do BE não significou uma aliança com o PS, “porque era uma eleição presidencial e estamos a falar de um candidato muito específico”, justifica. No entanto, depois de negociar o apoio do BE, Alegre acabou por se candidatar pelo PS, fato que teria surpreendido a militância bloquista. Vejamos um trecho da entrevista com Cardina:¹⁰³⁸

(...) Manuel Alegre tinha um histórico de conflito com o OS. Votou contra o código do Trabalho que o PS aplicou. Um código do Trabalho de desregulamentação. Manuel Alegre tinha um histórico de críticas internas a uma lógica social-liberal que o PS ia assumindo. Previamente a isso (não foi um apoio assim do nada), há uma série de atividades, há encontros públicos que o Bloco faz com as áreas de Manuel Alegre, alguns do PS outros não. Depois, com o apoio do PS a candidatura de Manuel Alegre, as coisas ficam um pouco diferentes. O Bloco é o primeiro a apoiar Manuel Alegre, que, aliás, tinha concorrido anos antes conquistando apoios grandes à esquerda, sem o apoio do Bloco e do PCP. Portanto, [a candidatura de Manuel Alegre] foi vista como a possibilidade de o Bloco conseguir também fraturar o campo da socialdemocracia. Foi nessa lógica também, de crescimento à esquerda, que o Bloco faz essa aposta.¹⁰³⁹

Pureza, Costa e Louçã avaliam o apoio à candidatura de Alegre como positiva, ainda que reconheçam os problemas que teriam surgido depois. Para Pureza, a candidatura de Alegre demonstrou o quanto o PS é heterogêneo: partido no qual convivem “adeptos da socialdemocracia rendida aos ditames,

¹⁰³⁸ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

¹⁰³⁹ Ibidem.

digamos assim, da direita mais conservadora, do neoliberalismo”, com “militantes da causa socialista e, portanto, da transformação radical do sistema econômico”. Pureza relata que no momento em que o BE decidiu apoiar Alegre, o candidato representava a luta pela ampliação dos direitos sociais, do serviço público e da democracia. O saldo positivo da aliança foi o BE ter ganhado “credibilidade para estabelecer diálogos com gente na área do Partido Socialista”; por outro lado, se fosse lançada candidatura própria, o BE passaria uma mensagem de isolamento que seria pior do que a aliança com Alegre, explica o professor da Universidade de Coimbra.¹⁰⁴⁰ Vejamos um trecho da entrevista com Pureza:

(...) nós estávamos no início de um processo de ofensiva conduzido pela troika em Portugal, onde o esmagamento dos direitos sociais e dos serviços públicos era o essencial. Portanto, acho que estivemos no lugar certo da resistência. (...) Só que, às vezes, as decisões, que em abstrato são certas, na prática elas são menos acertadas, porque os resultados não foram bons. A verdade é essa, os resultados não foram bons. Creio eu, com toda franqueza, se tivéssemos indicado um candidato próprio eu acho que nós perderíamos mais, porque daríamos uma mensagem de isolamento de que seria muito mais perniciosa, acho eu, para a imagem do Bloco do que aquela que realmente nós criamos.¹⁰⁴¹

Embora reconheça que “a evolução de Manuel Alegre foi a pior possível” (quando assumiu compromissos com as políticas do PS e apoiou as medidas de austeridade do governo Sócrates), Costa argumenta que seria “um sectarismo total” se o BE não apoiasse Alegre naquele contexto. Segundo ele, o BE não errou porque não era possível prever os problemas que viriam depois.

¹⁰⁴⁰ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁴¹ *Ibidem*.

¹⁰⁴² Louçã diz que o BE “teria dois ou três por cento” dos votos nas eleições presidenciais se tivesse lançado candidato próprio.

¹⁰⁴³ Este fator isolado, obviamente, não pode servir de justificativa para o apoio a Alegre, pois seria sobrepor interesses eleitoreiros a questões ideológicas e de princípios. Mas a estratégia bloquista consistia na conciliação de programas ideológicos comuns com estratégias que permitissem maiores condições de obter sucesso eleitoral.

Por outro lado, Fazenda, Carujo, Leiria e Madeira consideram que o apoio a Alegre foi um erro e que o BE deveria ter lançado candidato próprio para as eleições presidenciais de 2011, a exemplo de 2006, quando lançou Francisco Louçã, e 2001, quando lançou Fernando Rosas. Fazenda considera que o apoio a Alegre foi o maior erro do BE. Para ele, a “força antissistêmica” do BE foi mal avaliada, de modo que eleitores da esquerda radical não aceitaram o apoio do BE a “uma figura do regime, mesmo que de esquerda”, que acabou por conciliar-se com o governo Sócrates, “que na altura era o mais odiado de Portugal”. Fazenda relata que uma parte do eleitorado do PS teria votado no BE por estar descontente com o governo Sócrates, mas que dois anos depois continuaria votando no PS para evitar a vitória da direita. Portanto, o BE perdeu voto radical, em função do apoio a Alegre, e voto moderado, dos que acabaram se aproximando do PS.¹⁰⁴⁴

Ao contrário de muitos militantes do BE, Carujo não considera “natural” o apoio a Alegre por considerar que o candidato havia mudado na segunda vez em que se candidatou. Portanto, ele já não era mais o “candidato independente” de 2006, cuja imagem era associada a “do valente político que vai contra o partido por questão de justiça”. Em 2011, Alegre teria conquistado o apoio do PS em função de seu discurso de apoio ao governo. Antes disso, enquanto deputado, ele teria votado “um orçamento de austeridade” e “tinha um discurso ambíguo”: “quando se falava em austeridade ele respondia sempre com

¹⁰⁴² COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁰⁴³ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

¹⁰⁴⁴ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

questões externas”, relata o dirigente da Plataforma Anticapitalista.¹⁰⁴⁵

Por sua vez, Madeira considera que a maioria do BE iludiu-se em acreditar que Alegre representaria uma ruptura com Sócrates, “não se pode estar no parlamento, ter uma política ofensiva anti-medidas neoliberais do Sócrates e, depois, ter uma campanha eleitoral com um candidato que vai avançar com o Sócrates no final da campanha”, afirma.¹⁰⁴⁶ Leiria considera que o apoio à Alegre acabou prejudicando o BE, mas este não seria o principal motivo para a derrota eleitoral de 2011.¹⁰⁴⁷ Segundo o dirigente bloquista:

(...) o Bloco, ao contrário do que deveria ter feito, não teve uma campanha própria, teve uma campanha toda virada para o Alegre. E quando o Alegre, no final, “abre a porta” para a entrada do Sócrates, isso é fatal para o Bloco, porque deixou a dever margem de demarcação. Eu acho que é bastante redutor explicar a questão da queda eleitoral, que é uma queda extraordinária (50% dos deputados), somente à candidatura de Manuel Alegre.
1048

O segundo problema que teria contribuído para a imagem negativa e para a derrota eleitoral do BE foi a moção de censura contra o governo Sócrates, apresentada na Assembleia da República, em 10 de março de 2011, um dia após a tomada de posse de Cavaco Silva. Em Portugal, a moção de censura pode ser apresentada por iniciativa de um quarto dos deputados ou por qualquer grupo parlamentar, e é utilizada para derrubar um governo que não cumpre corretamente com seu programa ou por outras questões de interesse nacional (semelhante a um processo

¹⁰⁴⁵ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁴⁶ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁰⁴⁷ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

¹⁰⁴⁸ MADEIRA, op. cit.

de *impeachment* em um sistema presidencialista como o do Brasil). Se a moção de censura encaminhada pelo BE na Assembleia da República tivesse sido aprovada pela maioria absoluta dos deputados, o governo Sócrates teria sido demitido e novas eleições seriam realizadas em seguida.¹⁰⁴⁹ Com a moção de censura apresentada pelo BE, a decisão sobre a queda do governo Sócrates ficou com o maior partido da direita portuguesa, o PSD.¹⁰⁵⁰ Tal iniciativa pareceu contraditória para uma parte do eleitorado, já que o BE poderia ter derrubado o governo do PS (considerado de centro-esquerda) com o apoio da direita.

Carujo explica que o BE teve dificuldades para explicar à sociedade as razões para a moção de censura. As pessoas questionavam: “você quer que o governo caia ou não quer que o governo caia? Se o governo cai vem a direita”.¹⁰⁵¹ Madeira também criticou a moção de censura que seria “um erro de natureza tática”, pois “favorece a direita no poder”.¹⁰⁵² Por outro lado, Louçã considera que apresentação da moção de censura procurou “responder ao facto de que o contrato social de solidariedade está a ser rasgado, destruindo a vida às pessoas”.

¹⁰⁵³ Eis as suas explicações:

As razões têm todas a ver com a realidade da vida das pessoas que estão a ser vítimas da política do governo. A primeira é a defesa dos desempregados de longa duração, que já nem têm qualquer subsídio

¹⁰⁴⁹ O que é uma moção de censura. Dinheiro Vivo. Disponível em: <http://www.dinheirovivo.pt/economia/o-que-e-uma-mocao-de-censura/>, acesso em 05 de novembro de 2015.

¹⁰⁵⁰ Bloco de Esquerda anuncia moção de censura ao governo. DN – Diário de Notícias. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/bloco-de-esquerda-anuncia-mocao-de-censura-ao-governo-1780979.html>, acesso em 05 de novembro de 2015.

¹⁰⁵¹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁵² MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁰⁵³ Bloco anuncia moção de censura. Esquerda.net. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-anuncia-mo%C3%A7%C3%A3o-de-censura>, acesso em 05 de novembro de 2015.

de desemprego nem conseguem trabalho. A segunda é que metade dos trabalhadores vivem em situação totalmente precária, em falsos recibos verdes, num offshore laboral; a moção é para defender esses trabalhadores. A terceira razão é deter, impedir, parar as medidas do governo, como os despedimentos... (...) É em nome destas pessoas que apresentamos a moção de censura.¹⁰⁵⁴

Cardina acredita que a crise do BE não aconteceu em função do apoio a Alegre, nem em decorrência da moção de censura contra o governo Sócrates, mas a partir da junção destes dois acontecimentos, que teriam produzido uma confusão no eleitorado. A moção de censura contra o governo do PS, logo após o apoio a Alegre, que havia se candidatado por este partido, descontentou aqueles que consideravam que o Partido Socialista e a direita não eram exatamente iguais, isto é, aqueles que consideravam que apesar das políticas de austeridade, o PS ainda era preferível à direita. Obviamente o BE não apoiou a direita, mas ao apresentar a moção de censura contra o governo do PS, correu o risco de um retorno da direita. Consequentemente, o eleitorado mais a esquerda decepcionou-se com o apoio à Alegre e o eleitorado mais moderado, que tinha a “expectativa de que o Bloco pudesse ser um interlocutor e que empurrasse o PS para a esquerda”, decepcionou-se com a moção de censura contra o governo do PS.¹⁰⁵⁵

Associados a estes dois acontecimentos, um terceiro fator também teria desagradado à opinião pública e agravado a crise no partido: a ausência do BE na reunião com a troika. Em 18 de abril de 2011 o BE foi convocado, juntamente com vários outros partidos, para uma reunião com a troika, que teria como pauta a “ajuda externa” a Portugal. Todavia, BE e PCP se negaram a participar da reunião. O BE classificou a reunião como inoportuna, alegando que a negociação com a troika compete ao governo e não aos partidos. Já o PCP considerou a reunião “uma

¹⁰⁵⁴ Ibidem.

¹⁰⁵⁵ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

inaceitável atitude de abdicação e submissão nacional".¹⁰⁵⁶ Carujo lembra que o acordo com a troika foi feito pouco antes das eleições:

A troika, quando entra em Portugal, vai reunir com cada um dos partidos, bem antes das eleições. Ou seja, o acordo com a troika é feito antes das eleições, o que é praticamente uma farsa. O Bloco disse: isso é uma farsa, não vai haver negociação nenhuma, eles vieram nos impor um programa de austeridade vindo de fora, não vamos participar desta reunião. O Partido Comunista faz exatamente a mesma coisa, mas essa decisão é massacrada nos meios de comunicação social.¹⁰⁵⁷

A posição do BE de não participar da reunião com a troika, também é compreendida de diferentes formas pelos dirigentes do partido. Para Madeira, “numa situação em que o movimento de massas está em refluxo, em que a maioria da população vive iludida com os partidos do centro, a melhor tática em relação à troika, provavelmente, teria que ser outra”. Segundo o dirigente, a atitude mais correta seria participar da reunião, mas esclarecer a opinião pública que o BE não concordaria com aquelas condições apresentadas. Ao simplesmente se negar a participar da reunião, a posição do partido teria sido percebida por algumas pessoas como sectária.¹⁰⁵⁸

Pureza, por outro lado, discorda de Madeira. Para ele, a eventual participação na reunião seria um “gesto superficial, puramente formal, que não teria nenhum conteúdo político útil”, pois a troika teria demonstrado ser inflexível para negociar. Segundo Pureza, “a troika sempre se comportou em Portugal

¹⁰⁵⁶ BE e PCP ausentes em reunião com a 'troika'. Expresso. 18/04/2011. Disponível em: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/dossie_o_resgate_de_portugal/be-e-pcp-ausentes-em-reuniao-com-a-troika=f644327, acesso em 05 de novembro de 2015.

¹⁰⁵⁷ CARUJO, op. cit.

¹⁰⁵⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

como uma instituição de natureza colonial” e participar da reunião seria contribuir para legitimar este poder.¹⁰⁵⁹ Eis um trecho de sua entrevista:

(...) a Troika mostrou-se totalmente impenetrável para negociar o que quer que fosse. Impôs de forma permanente tudo aquilo que queria, não cedeu um milímetro. O Partido Socialista dialogou com a Troika, isso alterou alguma coisa? A própria direção da CGTP dialogou sempre com a Troika, isso alterou alguma coisa? Portanto, essa expectativa de que o Bloco, falando com a Troika, iria contribuir para que a Troika mudasse, eu acho que é uma ilusão... (...) Eu acho que ser complacente com isso, aceitar essa dimensão, é uma humilhação para o país, é uma coisa extraordinária.¹⁰⁶⁰

Além destes três acontecimentos elencados, o quarto aspecto associado à crise do BE é a avaliação da sociedade sobre a questão da dívida. Segundo Carujo, a troika fazia um discurso pressionando o governo a um acordo e os meios de comunicação difundiam que Portugal não tinha dinheiro devido à crise pela qual o país passava. As notícias da crise teriam assustado a população portuguesa, fazendo com que o BE iniciasse uma campanha pela renegociação da dívida. Por outro lado, a direita dizia que o BE (e outros partidos à esquerda) propunha um calote e que o governo deveria honrar os seus compromissos. O senso comum acabou cedendo ao discurso da direita que dizia que “quem deve tem que pagar”, sem questionar porque deve, como se chegou à dívida, como e porque tem que pagar. Além disso, o não pagamento acarretaria no confronto com troika, o que amedrontava algumas pessoas. Vejamos o relato de Carujo:

Há um quarto ponto que é o da austeridade, que é a própria troika, que é o discurso da renegociação da dívida, ou seja, diziam

¹⁰⁵⁹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁶⁰ Ibidem.

que não havia dinheiro, que não conseguiríamos passar o próximo mês – isso de acordo com a Troika. Obviamente que isso cai como uma bomba para as pessoas. Os funcionários públicos ficam assustadíssimos. O Bloco responde a isso com a ideia de renegociação da dívida. Faz uma campanha centrada na ideia de renegociação da dívida. E a direita [contrapõe com] a ideia de que isso é um roubo, é um calote... (...) O que é muito simplista, mas funciona na cabeça das pessoas, e funcionou. Nós somos pessoas honradas, dizia a direita, e vocês são caloteiros que não querem pagar, e isso funcionou.¹⁰⁶¹

Para Costa a população teria sido convencida pelos meios de comunicação de que o país estava “a beira da falência” e que não havia nenhuma alternativa a não ser ceder às pressões da troika. O discurso da direita era o de que o BE e o PCP defendiam a ruptura com a troika, a saída da UE e o caos, relata Costa.¹⁰⁶² Leiria avalia que a esquerda não conseguiu “contrapor de uma forma credível um discurso alternativo ao discurso hegemônico” europeu e português. Diziam que se o governo deve, ele tem que pagar a dívida, da mesma forma que se cidadão deve, ele também tem que pagar a dívida. Esta visão reducionista teria sido aceita pela maioria das pessoas e influenciado negativamente nas eleições de 2011.¹⁰⁶³

Apesar das grandes manifestações que chegaram a reunir mais de um milhão de pessoas contra a troika, não foi possível derrotar o governo, explica Leiria.¹⁰⁶⁴ A derrota da esquerda portuguesa (representada principalmente pelo BE e PCP) frente aos objetivos da direita (representada pela troika, governo e partidos de direita) resultou de um longo processo de disputa de

¹⁰⁶¹ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁶² COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁰⁶³ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

¹⁰⁶⁴ Ibidem.

hegemonia, que envolveu diferentes discursos com o mesmo propósito: ganhar o apoio popular e convencer as massas a apoiarem determinado projeto político. Portanto, o BE perdeu naquele momento a disputa de hegemonia, por não ter conseguido influenciar a maioria da sociedade portuguesa a lutar contra a austeridade e contra a dependência de Portugal em relação à troika. Por outro lado, o governo, que estava passando por uma forte crise, e que “esteve à beira de cair”, conseguiu se reerguer a partir da intervenção da troika e do papel desempenhado pela mídia, que influenciou as massas a pensar que “quem deve tem que pagar” e que os acordos e compromissos com a troika deveriam ser mantidos.

Verificamos que a crise que se instaurou no BE também repercutiu internamente. Em 2011 saiu do partido a corrente Ruptura-FER. No mesmo ano, o eurodeputado independente Rui Tavares se retirou do BE para integrar o partido de centro Os Verdes. Em 2014, a ex-deputada Ana Drago também rompeu com o BE, levando consigo a maioria da associação Fórum Manifesto (antiga PXXI). Não foi por mera coincidência que saíram, justamente, os grupos situados mais à esquerda (Ruptura-FER) e mais à direita (Fórum Manifesto). A trajetória de sucessivos “erros estratégicos” que o BE teria cometido serviu para repelir o grupo mais “socialdemocrata”, que se aproximou do PS, e também serviu para repelir o grupo “mais sectário”, que se transformou num novo partido com pouquíssima representação. Todos estes acontecimentos que caracterizaram a crise do BE em 2011 também serviram para que fossem definidos novos rumos ao partido, que adquiriu maior coesão interna e maior unidade programática e ideológica.

8.2.3 A participação do BE no Parlamento Europeu

As eleições para o Parlamento Europeu ocorrem a cada cinco anos e os eurodeputados são eleitos por sufrágio universal em todos os 28 países-membros da União Europeia. A primeira eleição para o Parlamento Europeu aconteceu em 1979, na qual participaram apenas nove Estados. A última eleição aconteceu em 2014, na qual participaram cerca de meio bilhão de pessoas, representando 28 Estados nacionais e elegendo 751 representantes. Cada país elege determinado número de eurodeputados conforme a sua população. Em 2014, os seis

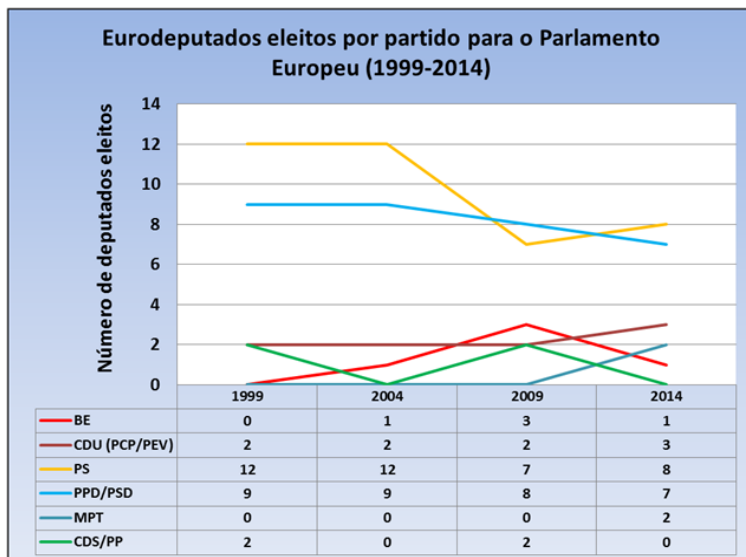
países mais populosos da União Europeia elegeram mais representantes para o Parlamento Europeu do que todos os outros 22 integrantes somados. A Alemanha elegeu 96 representantes, seguida por França (74), Reino Unido (73), Itália (73), Espanha (54) e Polónia (51). Os países menos populosos (Luxemburgo, Chipre, Estónia e Malta) elegeram apenas seis representantes cada. Portugal elegeu 21 eurodeputados.¹⁰⁶⁵

O gráfico 33 mostra os partidos políticos portugueses que elegeram eurodeputados nas eleições de 1999, 2004, 2009 e 2014. Em 1999 nenhum eurodeputado foi eleito pelo BE. Em 2004 foi eleito Miguel Portas. Nas eleições de 2009 foram eleitos três representantes bloquistas para o Parlamento Europeu: Miguel Portas, Marisa Matias e Rui Tavares. Nas eleições de 2014 houve redução dos parlamentares bloquistas de três para apenas uma representante, a eurodeputada Marisa Matias. Naquele ano, o BE ainda refletia a crise de 2011.

Observa-se um declínio entre os dois maiores partidos portugueses. Em 1999, o PS e o PPD/PSD tinham, respectivamente, 12 e 9 eurodeputados. Em 2014 estes partidos passaram a ter, respectivamente, 8 e 7 eurodeputados. O PCP (em coligação com o PEV) conseguiu eleger três eurodeputados em 2014, um a mais que em 1999, 2004 e 2009. Embora o BE e o PCP concorram entre si nas eleições portuguesas europeias, estes dois partidos participam do mesmo grupo político no Parlamento Europeu, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia - Esquerda Nórdica Verde (GUE-NGL).

¹⁰⁶⁵ Parlamento Europeu. <http://www.europarl.europa.eu/elections-2014/pt/new-parliament>, acesso em 09 de outubro de 2015.

Gráfico 33



Elaborado pelo autor com base nas informações do CNE.

Os eurodeputados organizam-se no Parlamento Europeu através dos grupos políticos e dos partidos europeus. Os grupos políticos são formados de acordo com as afinidades políticas dos eurodeputados que, por sua vez, estão subordinados aos partidos nacionais. Os grupos políticos reúnem-se periodicamente para debater propostas políticas, votar resoluções e elaborar relatórios sobre variados temas. São necessários 25 deputados representando pelo menos sete países para que um grupo político seja oficializado. O Parlamento Europeu conta atualmente com sete grupos políticos oficializados, com posições políticas que vão da extrema esquerda à extrema direita (ver gráfico 34). Além destes grupos há o agrupamento dos eurodeputados não inscritos (NI), atualmente representado por 52 integrantes.

A maior força política do Parlamento Europeu é o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE). Em Portugal, o PSD e o CDS-PP fazem parte deste grupo. De viés conservador e defensor das políticas neoliberais, o PPE é integrado por partidos democrata-cristãos europeus e possui 221 eurodeputados, representando 29% do total. O segundo grupo político mais representativo é o Grupo Aliança Política dos Socialistas e Democratas (S&D),

representado por 191 eurodeputados (26% do total). Considerado de centro-esquerda, o S&D é formado pela socialdemocracia europeia, constituída por partidos socialdemocratas, trabalhistas e socialistas (incluindo o PS português). Estes dois grupos somados representam mais da metade dos eurodeputados do Parlamento Europeu.¹⁰⁶⁶

A terceira maior representação é a do Grupo Conservadores e Reformistas Europeus (CRE). Este grupo integra os chamados “eurocéticos”, que demonstram desconfiança em relação ao aprofundamento da integração europeia em detrimento da soberania dos Estados nacionais. O grupo conta com 70 eurodeputados (9% do total) e possui maior representação entre os parlamentares britânicos e poloneses. O quarto maior é o Grupo Aliança dos Democratas e Liberais para a Europa (ALDE). Este grupo adota posições centristas e liberais e é constituído por 67 eurodeputados (9% do total).¹⁰⁶⁷

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Nórdica Verde (GUE-NGL) constitui atualmente a 5º maior força política do Parlamento Europeu, com 52 eurodeputados, representando 7% do total. Em 6 de Janeiro de 1995 houve a fusão entre o Esquerda Nórdica Verde (NGL) e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE), resultando no GUE-NGL. Este grupo é constituído por 18 partidos de extrema-esquerda de 14 países da Europa, incluindo os partidos portugueses PCP e BE. Sob o aspecto ideológico, ele é o grupo mais à esquerda do Parlamento Europeu. O GUE-NGL defende o fim da OTAN e a construção de “outra União Europeia”, com instituições amplamente democráticas, que rompam com as políticas neoliberais e adote políticas de cooperação equitativa entre todos os países-membros. Além dos partidos nacionais, partidos e movimentos de dimensão continental também integram o GUE-NGL, como o Partido da Esquerda Europeia (PEE) e a Conferência da Esquerda Anticapitalista Europeia (CIAE).¹⁰⁶⁸

O Grupo dos Verdes – Aliança Livre Europeia (ALE) contém 50 representantes (7% do total) e é formado por eurodeputados de centro-esquerda e ecologistas. O menos

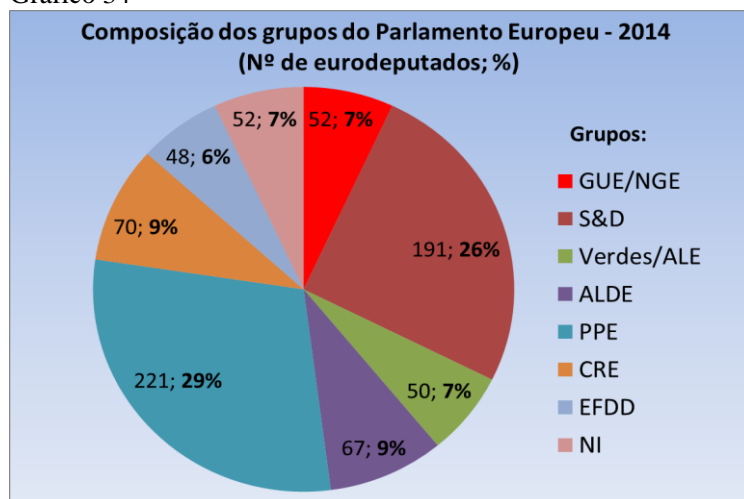
¹⁰⁶⁶ Ibidem.

¹⁰⁶⁷ Ibidem.

¹⁰⁶⁸ Parlamento Europeu, op. cit.

representativo é o Grupo Europa da Liberdade e Democracia – EFDD, que contém 48 representantes, totalizando 6% do Parlamento Europeu. Este grupo também possui viés de direita e nacionalista. Por fim, há os “independentes”, que não constituem nenhum grupo e são chamados de eurodeputados “não inscritos” (NI). Existem atualmente 52 eurodeputados que não estão inscritos em nenhum grupo, sendo a maioria de direita e extrema-direita: “a Frente Nacional francesa, da líder Marine Le Pen, o Partido Nacional Britânico, de Nick Griffin, e o Jobbik húngaro, com três deputados que tentaram fazer uma parada nazista dentro do plenário, fazem parte da turma dos não-inscritos”.¹⁰⁶⁹

Gráfico 34



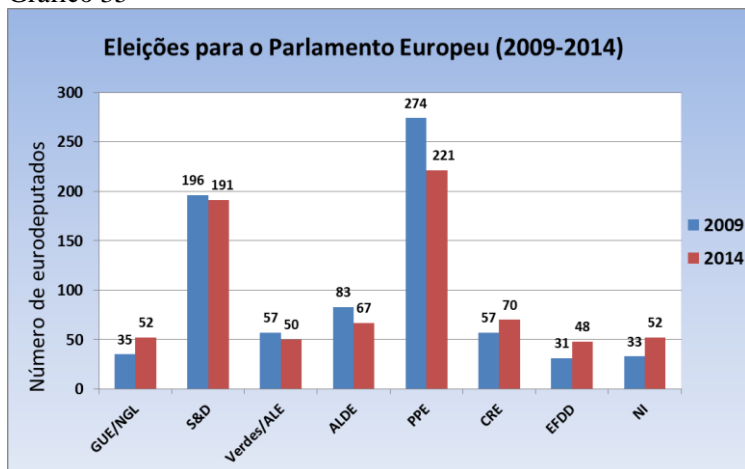
Elaborado pelo autor com base nas informações do Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu>.

O gráfico 35 apresenta o desempenho dos grupos do Parlamento Europeu. Entre 2009 e 2014, houve um crescimento significativo do GUE/NGL, cuja bancada aumentou de 35 para 52 deputados. O grupo dos socialdemocratas S&D teve uma ligeira queda, reduzindo cinco parlamentares. O mais significativo foi o

¹⁰⁶⁹ MOYSÉS, Adriana. Parlamento Europeu funciona por grupos de afinidade política. Português do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.rfi.fr/geral/20140518-parlamento-europeu-funciona-por-grupos-de-afinidade-politica>, acesso em 12 de novembro de 2015.

declínio da maior força política de direita, o grupo PPE, que teve sua bancada reduzida em 53 parlamentares. As forças mais próximas do centro, Verdes/ALE e ALDE, reduziram suas bancadas, enquanto os grupos nacionalistas de direita (eurocéticos), CRE e EFDD, tiveram suas bancadas aumentadas. Também houve aumento dos parlamentares não inscritos.

Gráfico 35



Elaborado pelo autor com base nas informações do Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu>.

Os partidos políticos europeus recebem fundos da União Europeia e não estão necessariamente vinculados aos grupos do Parlamento Europeu. Cada partido europeu reúne diversos partidos de vários países da União Europeia e, às vezes, mais de um partido de um mesmo país. Os partidos europeus são: Partido Popular Europeu (PPE), principal partido de centro-direita, formado por 74 partidos de 39 países; Partido Socialista Europeu (PSE), principal partido de centro-esquerda, formado por 53 partidos socialistas, socialdemocratas e trabalhistas; Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), de centro-direita, formado por 55 partidos liberais da Europa; Partido Verde Europeu (EGP), formado por dezenas de partidos que reivindicam as bandeiras da ecologia e da preservação ambiental; Aliança dos Conservadores e Reformistas Europeus (AERC), de centro-direita, reúne dezenas de partidos em 16 países europeus;

Aliança Livre Europeia (EFA), abrange 40 partidos nacionalistas, regionalistas e autonomistas progressistas; Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus (AEMN), se propõe a defender as características culturais dos Estados da UE; Movimento Político Cristão da Europa (ECPM), reúne partidos e organizações democratas-cristãs em dez países europeus; Aliança para uma Europa de Democracias (EUD), opõem-se a UE e defende o poder dos parlamentos nacionais; Movimento para a Europa das Liberdades e da Democracia (MELD), opõem-se à centralização e a burocratização da UE; Partido Democrático Europeu (PDE), defende uma UE integrada e descentralizada; Aliança Europeia para a Liberdade (EAF), opõe-se ao controle supranacional centralizado; Partido da Esquerda Europeia (PEE), reúne a esquerda socialista europeia da qual faz parte o BE português.¹⁰⁷⁰

Fundado em 09 de maio de 2004, o PEE (em inglês *European Left* – EL) agrupa diversos partidos comunistas e socialistas radicais do continente europeu e defende propostas em cujo cerne está a construção de uma sociedade alternativa ao modelo capitalista. O PEE é constituído por 26 partidos-membros e 7 partidos observadores distribuídos por 20 países europeus.¹⁰⁷¹ Vejamos alguns aspectos sobre a proposta ideológica do PEE:

Unimo-nos partidos democráticos da esquerda alternativa e progressista no continente europeu que se esforçam para a transformação consistente de relações sociais de hoje em uma sociedade pacífica e socialmente justa, com base na diversidade de nossas situações, nossas histórias e nossos valores comuns. (...) Trabalhamos juntos na tradição das lutas contra a exploração capitalista, a destruição ecológica, a opressão política e guerras criminosas, contra o fascismo e ditadura, em resistência à dominação

¹⁰⁷⁰ Ibidem.

¹⁰⁷¹ Partido da Esquerda Europeia. Disponível em: <http://european-left.org/propos-de-la-ge/documents>, acesso em 11 de novembro de 2015.

patriarcal e discriminação contra os "outros".¹⁰⁷²

Embora o PEE pertença ao GUE/NGL, nem todos os membros do GUE/NGL pertencem ao PEE. Como exemplifica Carujo, o PCP e o partido espanhol Podemos não pertencem ao PEE, mas pertencem ao GUE/NGL. Além do PEE, o BE também participa de uma rede informal de partidos políticos europeus, a CIAE. Fundada em Lisboa, em Março de 2000, a CIAE opõe-se às políticas neoliberais e ao Tratado da Constituição Europeia.¹⁰⁷³ Alguns partidos europeus, entre eles o BE, participam do PEE e da CIAE simultaneamente. Fazenda explica que o grupo político GUE/NGL possui diferentes frações dentro de si, como o PEE (maioria), o NGL e deputados “menos organizados [por não fazerem parte de nenhuma organização específica], mas formalmente unidos”, como os do PCP.¹⁰⁷⁴

Fazenda relata que o PEE é a primeira organização em que o BE participa no contexto europeu. Definido nos congressos que ocorrem a cada dois anos, o programa político do PEE é “muito centrado na derrota da OTAN” e na luta contra a austeridade, procurando “abrir caminhos para a política socialista”.¹⁰⁷⁵ Cardina diz que “muito da articulação que é feita em relação à negociação da dívida é feita também em âmbito europeu, através do GUE e através do Partido da Esquerda Europeia”.¹⁰⁷⁶ Já Madeira afirma que o PEE é “muito heterogêneo”, formado por partidos “que têm uma ideologia mais difusa”, mas que também possuem “proximidade, afinidade e propostas comuns”. Madeira cita duas iniciativas organizadas pelo PEE: “a Conferência Internacional pela Renegociação das Dívidas dos Países Periféricos da Europa e o lançamento de uma grande aliança

¹⁰⁷² Estatutos do Partido da Esquerda Europeia. Preambulo. Disponível em: <http://european-left.org/propos-de-la-ge/documents>, acesso em 11 de novembro de 2015.

¹⁰⁷³ Anticapitalistas. Disponível em: <http://www.espacioalternativo.org/>, acesso em 13 de novembro de 2015.

¹⁰⁷⁴ FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

¹⁰⁷⁵ Ibidem.

¹⁰⁷⁶ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

internacional antiausteritária”.¹⁰⁷⁷ Para Pureza, uma das propostas políticas do PEE é agregar as forças “à esquerda da socialdemocracia europeia”, já que esta tem se unificado aos grupos do centro e da direita e dado sustentação às políticas neoliberais e austeritárias impostas pela troika. Os governos “socialdemocratas” francês e italiano cederam às pressões da troika contra a Grécia, portanto, a socialdemocracia europeia é uma das grandes responsáveis “pelo estado de coisas que está em curso na Europa”, explica o deputado bloquista.¹⁰⁷⁸

Apesar da diversidade de partidos e da heterogeneidade ideológica que constitui os diferentes grupos no Parlamento Europeu, é muito difícil transformar as diretrizes da UE por meio institucional, através da representação e da atuação parlamentar. O processo de disputa hegemônica nos organismos da União Europeia, particularmente no Parlamento Europeu, ocorre de forma muito limitado devido à correlação de forças desproporcional entre os grupos de centro e direita e os grupos de esquerda.

A maioria das lideranças do BE respondeu que não há espaço que permita a disputa de hegemonia nas instâncias de participação da UE. Uma das poucas vozes dissonantes foi a de Louçã: “Não se faz política sem se disputar a hegemonia. Toda disputa política é hegemonia, não conheço nenhuma que não seja, acho inconcebível que não seja”, comenta o líder do partido. Apesar do crescimento da esquerda europeia nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, Louçã acredita que a esquerda “está muito longe de disputar a representação social europeia contra o bloco da socialdemocracia e dos partidos de direita”.¹⁰⁷⁹

A possibilidade de transformar a UE está muito vedada, diz Costa. As propostas do BE para a organização, como a “mutualização da dívida pública dos países da periferia à escala Europeia, a emissão de eurobonds¹⁰⁸⁰ e a reforma do Banco

¹⁰⁷⁷ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

¹⁰⁷⁸ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁷⁹ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

¹⁰⁸⁰ Os eurobonds são títulos estabelecidos a partir de uma média ponderada dos juros de cada país da zona do euro. A vantagem para os

Central Europeu, para garantir uma fonte de liquidez e de empréstimos para os Estados e não apenas para os bancos”, foram rejeitadas, não só pelos países centrais, como Alemanha e França, mas por parte da população que considera estes mecanismos “inviáveis” e “impraticáveis”. A UE se transformou numa “jaula de aço” e “não tem reforma possível”, acrescenta Costa. Para o deputado bloquista, a possibilidade de transformação e disputa de hegemonia caducou na UE, só se fazendo possível através das lutas pelas transformações políticas no âmbito dos Estados nacionais. Costa sustenta sua posição em Gramsci, ao mencionar a necessidade de “se criar novas referências nacional-populares de emancipação que se confrontem contra a instituição europeia”. Para o dirigente, é necessário antes alterar as configurações políticas dentro dos Estados nacionais, para depois disputar a hegemonia no contexto internacional, contra “o poder do centro político europeu, que é essencialmente a Alemanha e a burguesia financeira dos países do centro”.¹⁰⁸¹

Fazenda diz que está em curso um processo de colonização liderado pela Alemanha dentro da UE. Para ele, “a transformação do panorama europeu a partir do Parlamento Europeu é nula, é nenhuma”. E mesmo que fosse possível alterar este panorama através da constituição de uma maioria de esquerda, o Parlamento teria poucas competências para alterar o que o Conselho Europeu decide: “pode fazer algum estrago, mas não detém um porta-aviões abaixo, somos um barquinho pequeno”, avalia metaforicamente. Tal como Costa, Fazenda considera que as transformações terão que ocorrer a partir das transformações dos Estados nacionais, de baixo para cima, portanto, ele não vê

países periféricos é que eles teriam mais tempo para resolverem seus problemas, reduzindo as contas pagas a países como Portugal, a Irlanda ou a Grécia e valorizando o euro. Por outro lado, os países mais ricos teriam aumento em seus custos de financiamento. Por isso, Alemanha e França têm recusado a emissão de eurobonds. A Política dos Políticos. Eurobonds, afinal, o que são. Disponível em: <http://apoliticadospoliticos.blogs.sapo.pt/87868.html>, acesso em 16 de novembro de 2015.

¹⁰⁸¹ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

espaço para nenhum tipo de disputa hegemônica no Parlamento Europeu.¹⁰⁸² Eis um trecho de sua entrevista:

(...) o Partido da Esquerda Europeia tem o objetivo da transformação europeia, da alteração da relação de forças, mas isso vai ter que ser construído ao nível dos parlamentos de cada Estado, dos parlamentos nacionais, e isso envolve os partidos de cada país. Portanto, essa alteração da configuração de forças terá que ser construída de baixo para cima, e não do Parlamento Europeu para baixo, porque isso não existe. O Parlamento Europeu é um espaço de solidariedades, é um espaço de testemunhos, é um espaço de levantar a bandeira, mas não tem espaço para nenhum tipo de disputa hegemônica.¹⁰⁸³

Madeira também acredita não ser possível disputar hegemonia no Parlamento Europeu, devido ao amplo poder dos grupos conservadores e também porque o Parlamento é muito dependente do Conselho Europeu, órgão que define as orientações e políticas gerais da UE. Para ele, o único meio que permitiria disputar a hegemonia europeia seria através do PEE, “em demarcação com os partidos da socialdemocracia”. Madeira acredita na possibilidade de trazer para a esquerda “alguns partidos tradicionais da socialdemocracia”, que constituem atualmente o grupo parlamentar europeu S&D.¹⁰⁸⁴

Pureza afirma que tanto o Parlamento Europeu quanto o Conselho Europeu não tem contribuído em nada com a democratização da UE. Formado pelos chefes de Estado e de governo dos Estados-membros da UE, o Conselho Europeu foi amplamente contra a renegociação da dívida da Grécia. “Há uma relação de forças totalmente adversa para qualquer projeto que não sejam esses de impor metas e os ditames do neoliberalismo à

¹⁰⁸² FAZENDA, Luiz. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 18 de março de 2015.

¹⁰⁸³ Ibidem.

¹⁰⁸⁴ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

escala europeia”, explica. Pureza considera uma ilusão realizar mudanças efetivas a partir dos espaços das instituições europeias, mas considera importante que a esquerda possa aproveitar estes espaços “para dar expressão a todo o discurso crítico” e “para veicular posições”.¹⁰⁸⁵ Ao contrário de Madeira, Pureza não vê possibilidade de construir alternativas efetivas de transformação na UE, através de uma unidade entre o GUE-NGL e grupo da socialdemocracia. Vejamos um trecho de sua entrevista:

(...) há uma relação de forças totalmente adversa para qualquer projeto que não sejam esses de impor metas e os ditames do neoliberalismo à escala europeia. E nisso os ranços socialdemocratas são claramente atores privilegiados. Quer dizer, esperava-se que [Matteo] Renzi, [François] Hollande, tivessem uma posição, digamos, de maior tentativa de intermediação... Nada, zero. São os primeiros a serem mais imperativos, até.¹⁰⁸⁶

Um dos principais desafios da União Europeia consiste na dificuldade ou inviabilidade (se a organização não passar por uma profunda reforma ou refundação) de resolução das diferenças de desenvolvimento socioeconômico entre os Estados do norte (centrais) e os Estados do sul (periféricos). Contudo, segundo Carujo, as dificuldades de resolução das diferenças regionais da Europa não estão concentradas apenas na esfera institucional, ou seja, nos Estados e nas organizações internacionais, mas na própria sociedade civil, inclusive na classe trabalhadora. Carujo aponta uma grande dificuldade em compatibilizar “as reivindicações do sul com as reivindicações do norte”, devido aos discursos anti-Sul e anti-imigração que se tornaram hegemônicos em determinados países. De acordo com estes discursos, que são muito falaciosos e simplistas, o trabalhador do norte vive melhor porque trabalha mais, ao contrário do trabalhador do sul, que é mais preguiçoso. Consideramos a produção de discursos um aspecto muito importante na disputa de hegemonia, entendida no

¹⁰⁸⁵ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁸⁶ Ibidem.

sentido gramsciano do termo. Portanto, dependendo da forma como ocorre à disputa de hegemonia na construção e na apropriação dos discursos pelas classes sociais, os trabalhadores poderão ou não se unificar em torno de objetivos maiores, elevando suas consciências (isto é, transcendendo o momento egoístico-passional em direção ao momento catártico), apesar de suas diferenças socioeconômicas e culturais. Segundo Carujo, torna-se muito difícil resolver questões como a instituição de um salário mínimo europeu ou um acordo geral em relação à definição de preços nos diferentes Estados da UE, dadas as grandes diferenças históricas, geográficas, culturais, econômicas e políticas do continente.¹⁰⁸⁷

Madeira questiona se seria o momento de o BE abandonar a proposta de reformar a UE, pois “o agravamento das dívidas dos países do sul mostrou que a União Europeia não é reformável no quadro das atuais estruturas”, ou seja, a UE não poderia ser reformada por dentro de suas estruturas, pois a crise que afetou a maioria dos países europeus e penalizou, sobretudo, os países da periferia europeia, não contribuiu para que os governos dos países-membros impulsionassem reformas ou alterassem as estruturas da organização. Diante dessa situação, Madeira aponta dois caminhos: a saída do Euro ou a refundação europeia. Para refundar a União Europeia seria preciso “originar novas instituições, novas lógicas de funcionamento, sem que implique a saída do Euro”. Por outro lado, a saída da zona do euro resultaria em aumento do nível de inflação e teria que ter apoio popular para dar suporte a uma medida como esta.¹⁰⁸⁸

Diferentemente de Madeira, Pureza não faz a mesma distinção entre reformar e refundar a UE. Para ele, reformar implica na “refundação democrática” da UE. A refundação parte da contestação das regras das instituições europeias, que são cada vez mais antidemocráticas. “Há aqui uma colisão cada vez maior entre democracia e União Europeia”, que “está numa deriva autoritária”, diz Pureza. Portanto, a UE tem se sobreposto aos Estados nacionais, desrespeitando o processo de democracia interna dos Estados-nacionais. “O grande problema da União

¹⁰⁸⁷ CARUJO, Carlos. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁸⁸ MADEIRA, João. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Santo André, 23 de março de 2015.

Europeia é a sua falta de democracia”.¹⁰⁸⁹ Eis um trecho da entrevista com Pureza:

Cada vez mais europeísmo de esquerda significa contestação às regras e às instituições da União Europeia. (...) Quando um governo é eleito por maioria significativa e é humilhado pelas autoridades europeias que não permitem de todo em todo que esse governo tome nas decisões obedecendo ao seu compromisso com o seu povo, alguma coisa está mal do ponto de vista da democracia. Depois, vêm nos dizer: mas a União Europeia tem regras. Minha resposta é: a União Europeia tem regras, mas a democracia também tem regras. E a verdade é que eles estão a dizer que as regras da União Europeia são, para eles, mais importantes do que as regras da democracia.¹⁰⁹⁰

Pureza explica que a noção “europeísmo de esquerda” sempre foi defendida pelo BE com o entendimento de que o espaço europeu é um “espaço privilegiado de luta por soluções mais democráticas e por soluções de esquerda”, portanto, o partido não se exime de participar, além das lutas travadas no Estado-nação, das lutas construídas no contexto regional (europeu). Porém, a partir do momento em que a UE sufoca as possibilidades de transformações estruturais e democráticas, e a partir do momento em que troika passa a determinar as políticas dos Estados em função dos acordos para a concessão de empréstimos e do compromisso firmado para o pagamento de dívidas, mais prioritárias se tornam as lutas “pela autodeterminação dos países dentro da União Europeia”. Por isso, Pureza considera que “o espaço de um europeísmo dentro das instituições europeias existentes é cada vez menos real, cada vez menos imaginável, cada vez menos aceitável”. Portanto, segundo o dirigente bloquista, a UE é cada vez mais irreformável e o

¹⁰⁸⁹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁹⁰ Ibidem.

internacionalismo defendido pelo BE não deve ser o que “se renda às instituições”, mas, sim, o internacionalismo “solidário, de classe, de causa”.¹⁰⁹¹

Costa argumenta que nos primeiros anos da crise europeia o BE ainda não havia se posicionado favoravelmente à saída de Portugal da zona do euro, o partido centrava suas políticas na proposta de transformação da UE. Atualmente o partido vem discutindo com frequência a questão da saída da zona do euro, mas os riscos de uma eventual saída são enormes, podendo levar a “uma desvalorização massiva do rendimento do trabalho, embora haja um ganho [em médio prazo] da competitividade das exportações”, que podem ou não acontecer, “conforme a profundidade e as dificuldades que se gera com a desvalorização monetária”, explica Costa. Ainda assim, ele acredita que Portugal terá que fazer esse sacrifício, pois a organização não está disposta a negociar as dívidas.¹⁰⁹²

Cardina diz que a saída da Zona do Euro não é colocada pelo BE como uma “bandeira política” já que ela também “terá efeitos negativos”, mas ela poderá ser a única solução se a UE se mantiver inflexível nas negociações das dívidas com os países que passam por dificuldades, como Grécia e Portugal.¹⁰⁹³ Para Louçã, a única alternativa em relação à dívida portuguesa é saída da Zona do Euro.¹⁰⁹⁴ Pureza considera cada vez menor a possibilidade de Portugal permanecer na Zona do Euro. Segundo ele é “completamente contraditório” combater a austeridade imposta pela troika permanecendo na zona do euro.¹⁰⁹⁵

Costa afirma que não pagamento da dívida poderia resultar no “corte dos fluxos de financiamento” e na “expulsão” “do sistema de moeda única”, no entanto, a UE não estabelece nenhum regulamento ou cláusula jurídica sobre a saída da Zona

¹⁰⁹¹ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

¹⁰⁹² COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁰⁹³ CARDINA, Miguel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

¹⁰⁹⁴ LOUÇÃ, Francisco. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 06 de abril de 2015.

¹⁰⁹⁵ PUREZA, José Manuel. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Coimbra, 13 de abril de 2015.

do Euro.¹⁰⁹⁶ Leiria diz que “quando a União Europeia foi criada não foi prevista nenhuma saída. Teoricamente, ninguém pode expulsar ninguém (...), portanto, se algum país for forçado a sair da Zona do Euro, aquilo que vai acontecer ninguém sabe”.¹⁰⁹⁷ Todavia, Costa argumenta que a esquerda não pode aceitar “tornar-se refém histórico da burguesia alemã” para “servir ao juro e a agiotagem do capital financeiro europeu”.¹⁰⁹⁸

A disputa de hegemonia no âmbito europeu remete a velha discussão entre o nacionalismo e o internacionalismo. Costa lembra que a esquerda autonomista, muito influenciada pelas ideias anarco-socialistas e autogestionárias, via como prioritária a luta política a partir de um contexto europeu e global. Porém, esse discurso teria ruído com a hegemonia estadunidense no contexto global e com a hegemonia alemã na Europa, dando lugar às experiências “dentro do espaço de cada nação”, “de resistência e de afirmação de alternativas capazes de se contraporem às imposições da União Europeia”. Costa relata que parte da esquerda foi favorável a Constituição Europeia por ela garantir a existência de novos espaços de disputas políticas, apesar do caráter liberal do documento. Segundo Costa, “essa ideia de que o Estado-nação tinha deixado de ser o espaço de referência das lutas sociais ruiu completamente”. Gramsci tem muito mais razão do que todas as inovações negristas¹⁰⁹⁹ e autonomistas “que procuraram subalternizar a disputa dentro de cada Estado-nação e a luta de classes ao nível de cada espaço nacional em relação a alguma dinâmica europeia e até global”, relata o deputado bloquista.¹¹⁰⁰

Gramsci nunca fez uma separação rígida entre nacionalismo e internacionalismo, nem tampouco interpretou como antagônicas estas duas dimensões da espacialidade. Para ele, a “vontade coletiva nacional popular” está relacionada à “reforma intelectual e moral”, bem como à unidade das classes subalternas para a construção de uma nova hegemonia e de um

¹⁰⁹⁶ COSTA, Jorge. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 05 de março de 2015.

¹⁰⁹⁷ LEIRIA, Luis. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Lisboa, 11 de março de 2015.

¹⁰⁹⁸ COSTA, op. cit.

¹⁰⁹⁹ Referência ao filósofo político italiano Antônio Negri.

¹¹⁰⁰ *Ibidem*.

novo “bloco histórico”. Portanto, Gramsci considerava fundamental a conquista da hegemonia pelas classes subalternas no âmbito do Estado-nação, assim como a elevação (“momento catártico”) da hegemonia nacional para a dimensão internacional (a elevação da particularidade para a universalidade), procurando estabelecer um elo entre as lutas travadas no interior dos Estados nacionais e a solidariedade entre as classes subalternas dos diferentes Estados numa perspectiva internacionalista.

Verificamos que a participação do BE no Parlamento Europeu ainda é muito restrita se comparada à participação de outros partidos portugueses, do mesmo modo que a força política do grupo GUE-NGL é muito limitada se comparada à participação de outros grupos, como o PPE e o S&D. A hegemonia das forças de centro (inclui-se aqui os partidos socialistas, trabalhistas, socialdemocratas) e direita nos países-membros determina as diretrizes políticas da UE, seja através dos eurodeputados que são eleitos para o Parlamento Europeu, seja através dos chefes de Estado que representam o Conselho Europeu. Portanto, devido ao poder avassalador das forças conservadoras, os dirigentes bloquistas consideram que a UE é praticamente irreformável e que a luta política deve ser travada inicialmente no interior dos Estados. Por isso, a maior parte dos entrevistados considerou que não há espaço para disputar a hegemonia nas instituições europeias, ainda que este espaço seja utilizado para a produção de discursos e para dar visibilidade aos grupos que se opõem às atuais regras de funcionamento da organização. Todavia, para além das chances reais de alterar a configuração de forças políticas por dentro das instituições europeias, a disputa de hegemonia também é definida pela produção de discursos e pelo confronto de propostas políticas, que ganham certa visibilidade e repercussão midiática. Portanto, nesse sentido, pode-se dizer que a disputa de hegemonia também ocorre nestes espaços, ainda que as mudanças efetivas devam ocorrer a partir dos espaços nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar as semelhanças e diferenças históricas, sociais, políticas e ideológicas entre o PT e o BE, tendo por base da nossa análise os conceitos gramscianos de partido, hegemonia e socialismo. Se escrever a história de um partido equivale a escrever a história de um país, como afirmou Gramsci nos Cadernos, procuramos demonstrar ao longo desta pesquisa as diferenças entre os projetos de hegemonia representados por estes dois partidos, bem como alguns aspectos das diferentes realidades históricas, sociais, econômicas, culturais e geográficas que caracterizam Brasil e Portugal.

O PT foi fundado ainda sob o regime militar, de modo que uma das suas principais bandeiras nos anos 1980 foi a redemocratização. Já o BE foi fundado na virada do milênio, no período em que aconteceram as primeiras edições do Fórum Social Mundial, vinte e cinco anos após a ditadura salazarista. Porém, ambos os países viveram um período de intensa ditadura e em ambos os partidos ingressaram organizações que participaram ativamente da luta armada.

Outra diferença que marcou os dois partidos foram as distintas bases que os constituíram: enquanto o PT foi fortemente influenciado pelo novo sindicalismo e pela esquerda católica, tendo recebido influência maior dos movimentos sociais de massa do que das organizações que funcionavam como partidos clandestinos na luta contra a ditadura, o BE foi construído por organizações que já existiam e funcionavam como partidos. Portanto, pode-se afirmar que em algumas localidades, como na região do ABC paulista, o PT chegou a ser um partido de massas, enquanto o BE sempre foi um partido de quadros.

Ambos os partidos adotaram uma concepção partidária distinta leninista, caracterizada pelo centralismo e pela proibição de tendências internas. Apesar de muitas correntes do PT e do BE terem vindo do trotskismo e do marxismo-leninismo, estas se atualizaram a ponto de aceitarem o regime de tendências e a adoção de pautas de lutas mais abrangentes e adequadas à nossa realidade, não mais restrita à luta pela emancipação do proletariado, mas aberta às múltiplas formas de luta da sociedade contemporânea. Portanto, as lutas travadas pelo PT e pelo BE não se restringem à emancipação das classes subalternas, mas incluem as emancipações de mulheres, negros, indígenas, LGBT,

imigrantes, entre outros setores explorados e/ou discriminados.

Constatamos que ambos os partidos apresentam problemas em relação à formação política. Segundo a opinião da maioria dos depoentes, ainda há muito que melhorar em termos de formação, pois os partidos têm se preocupado demasiadamente com a vida institucional, em detrimento da formação da militância e da participação nos movimentos sociais. Portanto, sem atender a estas questões não se conquista a hegemonia social. Ainda que a disputa de hegemonia seja difundida nos documentos oficiais, ela estará longe de ser efetivamente conquistada se os partidos não se dedicarem prioritariamente à formação teórica e à inserção ampla nos movimentos e lutas sociais. Nesse sentido, é essencial o conceito gramsciano de catarse, que consiste na elevação intelectual e moral das massas para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, podendo resultar na conquista da hegemonia de um grupo social e na formação de um novo bloco histórico. Os partidos têm importância central em todo esse processo, assim como seus intelectuais orgânicos. Portanto, a despolitização da militância é a patologia do partido.

Ainda que nenhum dos partidos se defina marxista, ambos foram e são influenciados pelo marxismo. Procuramos distinguir as várias tendências destes dois partidos e os vários “marxismos” estudados por estas tendências. Constatamos que Gramsci exerceu influência maior no PT do que no BE, contudo, muitos quadros do BE estudam e ajudam a difundir o pensamento gramsciano, seja nas instâncias do partido, seja nas escolas e universidades portuguesas. Muitos dos conceitos gramscianos estão presentes nos documentos oficiais de ambos os partidos, bem como dos discursos de seus militantes. Por ser aberto às diversas tendências e grupos políticos, o BE define-se como partido-movimento e procura (ao menos, em teoria) respeitar ao máximo a autonomia dos movimentos sociais, incluindo os sindicatos, cuja maioria está vinculada ao PCP. Já o PT, por ter sido, em grande medida, impulsionado pelo sindicalismo, tem no movimento sindical quase que uma extensão de si mesmo. A CUT sempre foi dirigida pela Articulação Sindical, que corresponde a principal tendência petista, a atual CNB. Do mesmo modo, várias outras tendências petistas possuem as suas tendências correspondentes na CUT.

Ambos os partidos criticam as experiências do chamado “socialismo real” (stalinismo), do modelo asiático (incluindo o

maoísmo) e da socialdemocracia europeia. Ambos os partidos entendem o socialismo como indissociável de democracia e vice-versa. Ambos os partidos se aproximam de Gramsci em suas críticas ao marxismo economicista, mecanicista e vulgar. Todavia, a heterogeneidade ideológica das tendências petistas é bem maior que a dos agrupamentos (tendência e plataformas) bloquistas. O PT possui maior quantidade e diversidade de forças internas organizadas nacionalmente, no entanto, o desequilíbrio é bem maior em favor de uma delas, a CNB. Já o BE conta com um número menor de forças internas, sendo que há um grande equilíbrio entre duas delas, a Esquerda Alternativa e a Plataforma Unitária. A diversidade ideológica das tendências internas do PT é maior, incluindo (com base na proposta interpretativa de Pomar) quatro grandes vertentes ideológicas: socialista clássica (e suas ramificações, como a trotskista, a luxemburguista, a gramsciana, a socialista cristã, etc.), desenvolvimentista (incluindo os que se identificam com a socialdemocracia e os que ainda são influenciados pela tese da “revolução por etapas”), social-liberal (menos representativa e mais restrita a setores da CNB) e a socialdemocrata clássica. Já a diversidade ideológica do BE restringe-se aos diferentes grupos que se reivindicam socialistas (considerando que os socialdemocratas do partido se retiraram e hoje estão mais próximos ideologicamente do PS). Portanto, As vertentes ideológicas do BE correspondem aos seus diferentes agrupamentos internos, sendo alguns mais influenciados pelo trotskismo, outros pelo marxismo-leninismo (ainda que tenham abandonado o stalinismo e o maoísmo), outros pelo “movimentismo”, outros pelo socialismo libertário.

Diferentemente do BE, o PT é hegemônico por uma tendência considerada socialdemocrata, mas que tem adotado o desenvolvimentismo e a conciliação de classes como estratégia política. Como a CNB hegemônica o PT, é ela quem exerce a maior influência sobre os rumos do partido e, através deste, influenciou os rumos dos governos Lula e Dilma. Como a estratégia desenvolvimentista envolve a conciliação de classes, os governos petistas se comprometeram com a política econômica neoliberal, respeitando os compromissos com as instituições financeiras, promovendo o ajuste fiscal e aceitando a lei de responsabilidade fiscal. Isto fez com que os governos Lula e Dilma não promovessem reformas estruturais, o que só seria possível se houvesse enfrentamento aos interesses das classes

dominantes. Por outro lado, visando não contrariar estas classes, nem “prejudicar a governabilidade”, os governos petistas subestimaram a disputa de hegemonia, evitaram adotar medidas que enfraquecessem o oligopólio dos meios de comunicação e confiaram numa suposta neutralidade da mídia e do judiciário. Apesar dos importantes avanços sociais obtidos durante os governos Lula e Dilma, as alianças feitas com partidos e classes antagônicas ao projeto do “socialismo petista” resultaram em vários problemas, como corrupção, profissionalização da militância, burocratização, distanciamento dos movimentos sociais e das lutas populares, financiamento empresarial de campanhas, caixa dois. Consequentemente, o PT passou a se assemelhar, em diversos aspectos, a um partido de direita. Quando o Brasil parou de crescer economicamente em 2015, comprometendo o desenvolvimento da economia capitalista, os partidos de direita que compunham a base aliada do governo Dilma e os partidos de direita que faziam oposição ao governo no Congresso Nacional, unificaram-se em prol do *impeachment* (que como vimos, tratou-se de um golpe parlamentar), levando o projeto de disputa hegemônica do PT à bancarrota.

Já o BE passou por uma grave crise em 2011, quando enfrentou problemas de aceitação popular, que resultaram na queda brusca de sua bancada parlamentar. Consequentemente, tendências e grupos de militantes se retiraram do partido em meio à crise. Apesar da saída dos dissidentes, em 2015 o partido conseguiu se reerguer, alcançando mais que o dobro de sua bancada anterior e transformando-se na terceira maior força política de Portugal. Atualmente, o BE tem procurado ampliar sua influência política no parlamento e assumir mais cargos no poder executivo, já que o partido possui pouca experiência nesta função. Setores do BE defendem que o partido estabeleça uma unidade mais sólida com o PCP, para que os dois partidos da esquerda portuguesa possam enfraquecer o poder político dos dois grandes partidos portugueses (PS e PSD). Diferentemente do PT, que tem construído alianças com os mais diversos partidos, o BE tem mantido a posição de evitar alianças com o PS (ainda que este seja considerado um partido de centro-esquerda) e jamais cogita aliar-se com partidos de direita, como CDS-PP ou PPD/PSD. Porém, atualmente, o BE compõe a base de apoio do PS na Assembleia da República (juntamente com o PCP e o PEV), pois a disputa no Parlamento português é bastante polarizada entre o

PS (centro-esquerda) e o PSD (direita). Portanto, o BE entende que é preciso unificar os setores de esquerda e centro-esquerda para evitar que as propostas que interessam à direita sejam aprovadas. Se o BE e o PCP não compusessem a base de apoio do PS, o partido da direita (PSD) teria ampla maioria para aprovar os projetos que aprofundam as reformas neoliberais e prejudicam a classe trabalhadora portuguesa.

Cabe ao PT procurar renascer e apresentar-se como uma opção que unifique as esquerdas no Brasil para, talvez, futuramente, construir e representar o que Gramsci chamou de “vontade coletiva nacional-popular”. Porém, internamente, o partido está numa acirrada disputa entre as tendências à esquerda, que defendem a “refundação” ou o “PT das origens”, e as tendências moderadas, que continuam defendendo as políticas de alianças com setores da direita. Não é demais lembrar, que o PT esteve coligado com partidos que participaram diretamente do golpe parlamentar contra Dilma Rousseff (PMDB, PSDB e DEM) em quase dois mil municípios brasileiros, durante as eleições municipais de 2016.¹¹⁰¹

Também é preciso reconhecer que o Brasil obteve ótimos desempenhos com os governos Lula e Dilma, tanto na área econômica, quanto na área social. O país apresentou um longo período de crescimento econômico e os governos petistas conseguiram tirar mais de 30 milhões de pessoas da pobreza. A construção de 18 novas Universidades Federais e centenas de escolas técnicas, as políticas de geração de empregos e de acesso ao crédito, o aumento real do salário mínimo e a criação de programas sociais como Bolsa Família, Mais Médicos, Luz Para Todos, Minha Casa Minha Vida, Pronatec, Ciência sem Fronteiras, foram fundamentais para elevar o país a uma melhor condição social. Outro aspecto extremamente relevante foi a criação de leis e instituições de proteção aos direitos das minorias, contra o racismo, o machismo, a homofobia e outras formas de discriminação.

O processo de disputa de hegemonia na América Latina e na Europa torna-se ainda mais complexo, por envolver a

¹¹⁰¹ PT está coligado com partidos considerados golpistas em quase 2 mil municípios. Disponível em: <http://noticias.spotniks.com/pt-esta-coligado-com-partidos-considerados-golpistas-em-quase-2-mil-municipios/>, acesso em 12 de outubro de 2016.

participação dos Estados-nacionais. O FSP foi e continua sendo uma importante iniciativa para a promoção de trocas de experiências e para a elaboração de políticas envolvendo mais de uma centena de partidos de esquerda. Desde 1998 a esquerda tem ampliado seu poder de influência sobre os países latino-americanos, chegando a governar treze países em 2015. Porém, nos últimos dois anos, a direita tem retomado o poder em países de grande importância territorial, econômica e populacional, como Peru, Argentina e Brasil, e o grande desafio será a esquerda recuperar os governos nestes países.

O PEE é a organização que o BE participa no âmbito europeu, porém, tem contribuído principalmente para o debate e a troca de experiências entre os partidos socialistas radicais da Europa. A UE é vista pelos militantes do BE como uma “jaula de ferro”, com estruturas muito rígidas e possibilidades praticamente nulas de transformação por meio do Parlamento Europeu. A representatividade no GUE-NGL (grupo parlamentar no qual participam o BE e o PCP) é muito reduzida se comparada a outros grupos como o PPE (direita) e o S&D (centro). Todavia, a disputa de hegemonia se faz em todas as instâncias da vida social, sendo as transformações nos Estados fundamentais para que ocorram transformações no âmbito continental.

Portanto, podemos concluir que tanto em relação ao contexto latino-americano, quanto em relação ao contexto europeu, as transformações deverão de ocorrer a partir das realidades locais e nacionais. A disputa de hegemonia continua sendo vital para as mudanças das realidades nacionais, assim como os partidos permanecem desempenhando importantes funções na formação de “vontades coletivas nacional-populares”. A formação de novos “blocos históricos”, proporcionada pela conquista da hegemonia pela esquerda nos Estados-nacionais, poderá se elevar para a dimensão continental, a partir da unidade e da solidariedade entre governos e povos, fazendo emergir, quiçá, blocos históricos continentais, tornando mais factível a utopia concreta do comunismo internacionalista.

REFERÊNCIAS

14 novas universidades federais foram criadas a partir de 2003.

http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=4292, acesso em 03 de junho de 2016.

20-08 Sairemos às Ruas de Todo o Brasil para Exigir Respeito à Democracia. Disponível em: <http://www.cut.org.br/acao/20-08-sairemos-as-ruas-de-todo-o-brasil-para-exigir-respeito-a-democracia-c128/>, acesso em 30 de setembro de 2015.

20 maiores bilionários do Brasil. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/08/20-maiores-bilionarios-do-brasil/>, acesso em 22 de maio de 2016.

200 elementos vão abandonar o Bloco de Esquerda e formar novo partido. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/200-elementos-va-o-abandonar-o-bloco-de-esquerda-e-formar-novo-partido-1524410>, acesso em 17 de outubro de 2015

1969 – Revolução Recessão. Disponível em: <http://1969revolucaoressaca.blogspot.com.br/p/organizacoes-e-outros.html>, acesso em 14 de outubro de 2015.

II Congresso da AE: Resolução sobre a classe trabalhadora e a industrialização. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/2o-congresso-da-ae/2o-congresso-da-ae-resolucao-sobre-a-classe-trabalhadora-e-a-industrializacao/#.V4GhkfkrLIU>, acesso em 07 de julho de 2016.

XI Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânico e de Material Elétrico do Estado de São Paulo. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Acompanhe a crise entre Petrobras e Bolívia. UOL. 07/12/2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/07/ult82u6089.jhtm>, acesso em 12 de novembro de 2016.

A Esquerda Marxista do PT ou o Samba do Crioulo Doido. Disponível em: <http://www.alertatotal.net/2015/09/a-esquerda-marxista-do-pt-ou-o-samba-do.html>, acesso em 12 de agosto de 2016

A guerra jurídica do impeachment: do que Dilma é acusada? O

debate técnico sobre se a presidenta cometeu ou não de crime fiscal tomou o Senado. El País. Brasília, 30/06/2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/28/politica/1472412248_958761.html, acesso em 14 de janeiro de 2016.

A mais polêmica edição do Jornal Nacional. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/entre-aspas/a-mais-polemica-edicao-do-jornal-nacional/>, acesso em 20 de outubro de 2016.

A mídia golpista e o financiamento do governo. Sete de maio de 2016. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/ce/noticia/280491-6>, acesso em 30 de outubro de 2016.

A Política dos Políticos. Eurobonds, afinal, o que são. Disponível em: <http://apoliticadospoliticos.blogs.sapo.pt/87868.html>, acesso em 16 de novembro de 2015.

A Revolução não Será Televisada. Documentário, 2003. Dirigido por Kim Bartley e Donnacha O'Briain sobre o golpe sofrido por Hugo Chávez em 2002.

A Trajetória da Tendência Petista. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/02/a-trajetoria-da-tendencia-petista.html>, acesso em 03 de junho de 2016.

Abaixo a política de austeridade! Anulação das Privatizações! Não Pagamento da Dívida! Fora os capitalistas do governo. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

Ação contra Farc abre crise entre Colômbia, Equador e Venezuela. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/acao-contra-farc-abre-crise-entre-colombia-equador-venezuela-3847030>, acesso em 14 de novembro de 2016.

Ação Popular Socialista. Breve Histórico da APS (1960-2005). Juventude da Ação Popular Socialista/SP. Manual de Recrutamento. São Paulo, 2008.

Ala Vermelha. Disponível em: <http://paulistapoeta.blogspot.com.br/2011/10/ala-vermelha.html>, acesso em 11 de agosto de 2016.

Algumas reflexões sobre o morenismo. Disponível em: http://litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2934:algumas-reflexoes-sobre-o-morenismo, acesso em 16 de outubro de 2015.

ALMEIDA e PILLA. Angela Mendes e Maria Regina. **Partido Operário Comunista – POC.** Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=363&m=15>, acesso em 07 de agosto de 2016.

ALMEIDA, Beto. **Banco do Sul: outro legado de Chávez.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-Banco-do-Sul-outro-legado-de-Chavez/6/31014>, acesso em 13 de novembro de 16.

ALMEIDA, Janeth. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Caçador, 26 de outubro de 2015.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. **Partidos e Independentes: representação política em Portugal e o contexto Europeu.** Conference: II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política, At Universidade Federal de São Carlos, Brasil, 2015. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/278410015_Partidos_e_Independentes_representao_poltica_em_Portugal_e_o_contexto_Europeu, acesso em 05 de novembro de 2015.

ALMEIDA, Tânia. **Veja e a estrela petista: apropriações e sentidos.** III Compolítica – PUC-SP – GT Marketing, imagem pública política. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/tania_almeida.pdf, acesso em 10 de fevereiro de 2016.

AMARAL, Diogo Freitas. **Uma Introdução à Política.** Bertrand Editora. Lisboa, 2014.

ANGELO, Vitor Amorim de. **A trajetória da democracia socialista: da fundação ao PT.** Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>, acesso em 08 de agosto de 2016.

Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo” - 1999 – documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em www.bloco.org, acesso em 10 de abril de 2015.

Anticapitalistas. Disponível em: <http://www.espacioalternativo.org/>, acesso em 13 de novembro de 2015.

Após três anos qual o legado da Operação Lava Jato para o Brasil.

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/17/apos-tres-anos-qual-o-legado-da-operacao-lava-jato-para-o-brasil/>, acesso em 30 de abril de 2017.

Aprovação ao governo Lula cresce, segundo o Datafolha. Uol.

08/08/2006. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2006/pesquisas/ultnot/2006/08/08/ult3795u9.jhtm>, acesso em 22 de outubro de 2016.

ÁRABE, Carlos Henrique. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** São Paulo, 16 de novembro de 2015.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo.** UNESP, Rio de Janeiro, 1995.

Assembleia da República. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Assembleia da ONU aprova sem votos contrários resolução pelo fim do bloqueio a Cuba. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/26/assembleia-da-onu-aprova-sem-votos-contrarios-resolucao-pelo-fim-do-bloqueio-a-cuba/>, acesso em 06 de novembro de 2016.

Associação Internacional do Teatro do Oprimido. Disponível em: <http://jsirri.org/>, acesso em 06 de dezembro de 2016.

AVELHAN, Livia Liria. **A Presença Brasileira na África: um Estudo sobre o Programa Embrapa-Moçambique.** I Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Setembro de 2015.

BE e PCP ausentes em reunião com a “troika”. Expresso. 18/04/2011.

Disponível em: http://expresso.sapo.pt/dossies/dossiest_economia/dossie_o_resgate_de_portugal/be-e-pcp-ausentes-em-reuniao-com-a-troika=f644327, acesso em 05 de novembro de 2015.

BETTO, Frei. **A Mosca Azul. Reflexão sobre o Poder.** Rocco. Rio de Janeiro, 2006.

Bloco anuncia moção de censura. Esquerda.net. Disponível em:

<http://www.esquerda.net/artigo/bloco-anuncia-mo%C3%A7%C3%A3o->

de-censura, acesso em 05 de novembro de 2015.

Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 25 de novembro de 2013.

Bloco de Esquerda anuncia moção de censura ao governo. DN – Diário de Notícias. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/bloco-de-esquerda-anuncia-mocao-de-censura-ao-governo-1780979.html>, acesso em 05 de novembro de 2015.

Bloco de Esquerda, Eleições Legislativas, Deputados. TVI24. Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt/politica/be-bloco-de-esquerda-eleicoes-legislativas-deputados-tvi24/1258537-4072.html>, acesso em 25 de novembro de 2013.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda. Razões e Significados de uma distinção política.** Editora Unesp, São Paulo, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Internacionais.** In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 195-199.

_____, **Socialdemocracia.** In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 337.

BURGOS, Raul. **As peripecias de Gramsci entre Gulliver e o pequeno polegar : (um estudo sobre os projetos políticos do PT e da FMLN).** Dissertação de Mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profa. Dra. Evelina Dagnino. UNICAMP, Campinas, novembro de 1994.

_____. **Sem glória, mas com certa pena: Mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil.** 2015, p. 179 - 180. In. Movimentos Sociais e Engajamento Político: trajetórias e tendências analíticas. SCHERER-WARREN, Ilse. LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Organizadoras. Editora UFSC, 2015. IGS Brasil. Disponível em: <http://igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=4>, acesso em 10 de fevereiro de 2017.

Câmara aprova lei antiterror que pode criminalizar manifestantes. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/deputados-aprovam-lei->

antiterrorista-que-pode-criminalizar-manifestantes-4848.html, acesso em 09 de novembro de 2016.

Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>, acesso em 14 de outubro de 2016.

CARDINA, Miguel. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Coimbra, 12 de fevereiro de 2015.

Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores - 1979. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Carta ao Povo Brasileiro. In. Programa de Governo da candidatura Lula – 2002. Coligação Lula Presidente. Brasília, julho de 2002.

CARUJO, Carlos. **Gramsci, O Intelectual Orgânico.** Revista Vírus nº 6. Revista de Política e de Ideias, nov. 2014, II série. Revista do Bloco de Esquerda, Lisboa.

_____. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 13 de fevereiro de 2015.

CNE - Comissão Nacional de Eleições. Disponível em: <http://eleicoes.cne.pt>, acesso em 15 de outubro de 2015.

COIMBRA, Eric Araújo Dias. **O Socialismo do Século XXI na América Latina e a Superação do Capitalismo.** Dissertação apresentada à banca como requisito para a obtenção do título de mestre em geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2009.

Comitês comunistas revolucionários (CCR) – Portugal. Disponível em: http://www.bdic.fr/pdf/comites_comunistas_revolucionarios%20_CCR_%20Joao_Fernando_dec.pdf, acesso em 14 de outubro de 2015.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>, acesso em 14 de novembro de 2016.

Comunidade virtual do Movimento PT (MPT). Disponível em: https://www.facebook.com/Movimento-PT-443200335758852/info/?entry_point=page_nav_about_item&tab=page_info, acesso em 04 de agosto de 2016.

Concepção e diretrizes do programa de Governo do PT para o Brasil, Lula 2002. São Paulo, Diretório Nacional do PT, 2002, p. 15.

Confira o ranking de audiência da TV Aberta e Paga em abril de 2016. Disponível em: <http://tnaudiencia.oportal10.com.br/confira-o-ranking-de-audiencia-da-tv-aberta-paga-em-abril-de-2016/>, acesso em 24 de novembro de 2016.

Conheça o perfil dos ministros que julgarão o mensalão no STF. Disponível em: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/ministros-stf/>, acesso em 18 de janeiro de 2017.

Consulta Popular. Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/>, acesso em 02 de dezembro de 2016.

Construção da Usina de Belo Monte é denunciada à ONU. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/9414>, acesso em 26 de outubro de 2016.

Construindo Um Novo Brasil - CNB. Disponível em: <http://www.construindounovobrasil.com.br>, acesso em 01 de agosto de 2016.

Contribuição da Militância Socialista. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

Corrente Fórum Manifesto se desvincula do Bloco de Esquerda. Jornal I, 12/07/2014. Disponível em: <http://www.ionline.pt/302929/Corrente-F%C3%B3rum-Manifesto-desvincula-se-do-Bloco-de-Esquerda>, acesso em 15 de outubro de 2015.

COSTA, Jorge. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 05 de março de 2015.

_____. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e Socialismo. Questões de Princípio e Contexto Brasileiro.** Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 51, Cortez Editora. São Paulo – SP, 1992.

_____. **Democracia e Socialismo. Questões de Princípio e Contexto Brasileiro. Polêmicas do Nosso Tempo, vol. 51**, Cortez Editora. São Paulo – SP, 1992.

_____. Entrevista publicada na revista **Caros Amigos** (dez/2009). Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/politica/983-carlos-nelson-coutinho-leia-entrevista-na-integra>, acesso em 10 de outubro de 2015.

_____. **Fontes do pensamento Político Vol. II – Gramsci**. L&PM, Porto Alegre, 1981.

_____. **Glossário**. In. GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Intervenções. O Marxismo na Batalha das Ideias**. Cortez Editora, São Paulo, 2006.

Crimes na Ditadura Argentina e Modelo na Região Paraguai tenta superar fracasso da Comissão da Verdade. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2011/11/13/crimes-na-ditadura-argentina-e-modelo-na-regiao-paraguai-tenta-superar-fracasso-da-comissao-da-verdade.htm>, acesso em 22 de junho de 2016.

CRUZ, Sérgio. **Lei antiterror dilmista só falta carimbo do Pentágono e a assinatura de Obama**. Disponível em: <http://www.horadopovo.com.br/2015/08Ago/3371-14-08-2015/P3/pag3b.htm>, acesso em 12 de novembro de 2016.

Da cisão no PCP à dissolução no Bloco. Disponível em: http://www.dn.pt/arquivo/interior/da_cisao_no_pcp_a_dissolucao_no_bloco_614377.html, acesso em 14 de outubro de 2015.

Declaração Final do XXII Encontro do Foro de São Paulo, realizado em San Salvador. Disponível em: http://forodesaopaulo.org/declaraciones_finales/, acesso em 07 de novembro de 2016.

Declaração Política do Partido dos Trabalhadores - 1979. In. *Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998*. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Declaração de Princípios aprovada pela Conferência Nacional Fundadora da Associação Política UDP, realizada a 2 e 3 de Abril de 2005 em Lisboa. Disponível em <http://www.udp.pt/content/view/23/26/>, acesso em 20 de novembro de 2013.

Demarcações nos últimos seis governos. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos>, acesso em 26 de outubro de 2016

DEMIER, Felipe. **Breves notas Sobre a Organização Revolucionaria Marxista, a POLOP.** Disponível em: <http://blogconvergencia.org/?p=839>, acesso em 08 de agosto de 2016.

Denúncia apresentada por Hélio Bicudo, Miguel Reales Júnior e Janaína Paschoal ao Presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/9/art20150901-04.pdf>, acesso em 29 de maio de 2016.

Delfim Netto. Sobre Atuação no Regime Militar: Não tenho nada do que me arrepende. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/delfim-netto-sobre-atuacao-no-regime-militarnao-tenho-nada-do-que-me-arrepende-11959575>, acesso em 22 de janeiro de 2016.

Democracia para o Socialismo. In. Anteprojeto de Declaração “Começar de Novo” – 1999. Documento de fundação do Bloco de Esquerda. Disponível em: www.bloco.org, acesso em 15 de abril de 2015.

Dez teses sobre a UDP e o Bloco no tempo das Tendências. 8ª Conferência Nacional da UDP, Almada, 7 e 8 de dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.udp.pt/content/view/94/1/>, acesso em 14 de outubro de 2015.

Desemprego sobe para 11,3% no 2º trimestre, aponta Pnad, do IBGE. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/desemprego-fica-em-113-no-2-trimestre-diz-ibge.html>.

Diálogos para Governo Aberto. Disponível em: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2015/201cdialogos-de-governo-aberto201d>, acesso em 27 de outubro de 2016.

Dilma Rousseff é contra a revisão da Lei da Anistia? Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/dilma-rousseff-e-contra-a-revisao-da-lei-da-anistia-5041.html>, acesso em 26 de outubro de 2016.

DIJK, Teun A. van. **Como a Rede Globo manipulou o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff**. Universidade Pompeu Fabra, Barcelona. Carta Maior. 19/12/2016. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Como-a-Rede-Globo-manipulou-o-impeachment-da-presidente-do-Brasil-Dilma-Rousseff/12/37490>, acesso em 23 de janeiro de 2017.

Direção Nacional da Articulação de Esquerda: avaliação do PED 2013. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/pt/ped-2013/direcao-nacional-da-articulacao-de-esquerda-avaliacao-do-ped-2013/#.V9shPPkrLIU>, acesso em 15 de setembro de 2016.

Diretório Nacional se posiciona contra projeto de “lei antiterrorismo”. Disponível em: <http://www.pt.org.br/diretorio-nacional-se-posiciona-contra-projeto-de-lei-anti-terrorismo/>, acesso em 09 de novembro de 2016.

Documentos Dossiê. Partido dos Trabalhadores. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/P1_Dossie%20Doctos.pdf, acesso em 08 de abril de 2016.

DOMINGUES, Sérgio. **“Centralismo democrático: entre a pedra e o caminho”**. Espaço Acadêmico, número 52. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52domingues.htm>, acesso em 05 de agosto de 2015.

DORE, Rosemary. **Gramsci, Intelectuais e Educação**. Cad. CEDES, vol.26, no.70, Campinas, Sept./Dec, 2006.

É convertida na lei 13.135-2015 – pensão por morte e aposentadoria. Disponível em: <http://cursosnovaera.com.br/noticias/mp-664-e-convertida-na-lei-13-135-2015-pensao-por-morte-e-aposentadoria/>, acesso em 22 de setembro de 2016.

Edições Combate. Disponível em: <http://combate.info/index.php/arquivo/cronologia>, acesso em 08 de outubro de 2015.

Eleição Presidencial - Ano 2010. Disponível em: <http://eleicao-ano-2010.blogspot.com.br/2010/09/pesquisa-ibope-mostra-preferencia-do.html>, acesso em 15 de novembro de 2016.

Eleições para Assembleia da Republica – 2015. Disponível em <http://www.cne.pt/content/eleicoes-para-assembleia-da-republica-2015>, acesso em 28 de outubro de 2015.

Em defesa do Código Florestal. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/em-defesa-codigo-florestal>, acesso em 24 de outubro de 2016.

Em Encontro com Dilma Une Pede Pé no Acelerador das Mudanças. Disponível em: <http://www.une.org.br/noticias/em-encontro-com-dilma-une-pede-pe-no-acelerador-das-mudancas/>, acesso em 30 de maio de 2016.

Escola Nacional de Formação. Disponível em: <http://www.enfpt.org.br/node/10>, acesso em 03 de março de 2016.

Estado de Barrancos. Os Governos da República Portuguesa, desde o 25 de Abril de 1974. Disponível em: <http://estadodebarrancos.blogspot.com.br/2009/10/os-governos-da-republica-portuguesa.html>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Estatutos do BE – versão atualizada, incluindo as alterações aprovadas na IX Convenção Nacional, de 22 e 23 de dezembro de 2014. Disponível em <http://www.bloco.org>, acesso em 15 de junho de 2015.

Estatutos do Partido da Esquerda Europeia. Preambulo. Disponível em: <http://european-left.org/propos-de-la-ge/documents>, acesso em 11 de novembro de 2015.

European United Left/Nordic Green Left - European Parliamentary Group. Disponível em: <http://guengl.eu/>, acesso em 20 de novembro de 2013.

Ex-todo-poderoso Boni analisa e critica TV Globo que completa 50 anos. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2015-04-23/ex-todo-poderoso-boni-analisa-e-critica-tv-globo-que-completa-50-anos.html>, acesso em 21 de outubro de 2016.

Executiva do PT aprova texto com desculpas à nação. UOL. 17/08/2015. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/brasil/2005/08/17/ult2041u112.jhtm>, acesso em 21 de outubro de 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Ed. UNB - tradução do Discourse and Socieal Change, Brasília, 1992.

FAZENDA, Luiz. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Lisboa, 18 de março de 2015.

Findo um percurso, caminhos comuns. Resolução da assembleia nacional da Tendência Socialismo, 21 de março de 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/tend%C3%A2ncia-socialismo/findo-um-percurso-caminhos-comuns/1124852957540698>, acesso em 13 de outubro de 2015.

FIÚZA, Guilherme. **3.000 dias no bunker**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FREIRE, André. **As Candidaturas Independentes e a Reforma do Sistema Político**. Artigo publicado em 23/10/2013. Disponível em <http://www.publico.pt/portugal/jornal/as-candidaturas-independentes-e-a-reforma-do-sistema-politico-27283506>, acesso em 25 de junho de 2015.

FRITSCH, José. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

Fundação Perseu Abramo – Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/manifesto-aprovado-na-reuniao-do-sion>, acesso em 04/07/2011.

Foro de São Paulo. Disponível em: <http://forodesaopaulo.org/>, acesso em 05 de outubro de 2013.

Fórum Social Mundial - <http://www.forumsocialmundial.org.br/>, acesso em 10 de dezembro de 2013.

Frei Tito – Memorial on-line. Disponível em: <http://www.adital.com.br/freitito/por/apresentacao.html>, acesso em 23 de janeiro de 2016.

FREIRE, André. **As Candidaturas Independentes e a Reforma do Sistema Político**. Artigo publicado em 23/10/2013. Disponível em <http://www.publico.pt/portugal/jornal/as-candidaturas-independentes-e-a-reforma-do-sistema-politico-27283506>, acesso em 25 de junho de 2015.

FRITSCH, José. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. Florianópolis, 18 de agosto de 2015.

Fundação Mário Soares. Arquivo e biblioteca. Cronologia. Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/pesquisa?pesquisa=MDP/CDE>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Fundação Perseu Abramo. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/>, acesso em 05 de maio de 2013 e 03 de março de 2016.

Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2013/06/20/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>, acesso em 25 de outubro de 2016.

GOMBATA, Maristela. **Honduras e Paraguai, motivos de inspiração.** Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/revista/895/honduras-e-paraguai-motivos-de-inspiracao>, acesso em 14 de novembro de 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere.** 4ª Edição. Vol. 1. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere.** 4ª Edição. Vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Cadernos do cárcere.** 3ª Edição. Vol. 3. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere.** 2ª Edição. Vol. 4. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere.** 1ª Edição. Vol. 5. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere.** 2ª Edição. Vol. 6. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Quaderni del carcere.** Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 1977. 4 volumes.

_____. **Cuadernos de la cárcel.** Edición crítica del Instituto Gramsci. A cargo de Valentino Gerratana. Ed. ERA, tomo 2, 1999. Traducción de Ana María Palos, revisada por José Luis González.

_____. **Concepção Dialética da História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Escritos Políticos**. Volume 2. Coleção Universidade Livre. Seara Nova. Lisboa, 1976.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1991.

GILL, Rosalind. **Análise de Discurso**. In BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. Um Manual Prático, editora Vozes, 7ª edição. Rio de Janeiro, 2008.

GIMENEZ, Maria Júlia. **Sete anos após o golpe em Honduras, cresce a violência no país**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/29/sete-anos-apos-o-golpe-em-honduras-cresce-a-violencia-no-pais/>, acesso em 24 de outubro de 2016.

Governo Lula teve crescimento médio de 4% do PIB e superou FHC. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2011/03/governo-lula-teve-crescimento-medio-de-4-do-pib-e-superou-fhc>, acesso em 25 de outubro de 2016.

Governo publica novas regras sobre pensão, auxílio-doença e seguro-desemprego. Publicado por Agência Brasil. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/159460427/governo-publica-novas-regras-sobre-pensao-auxilio-doenca-e-seguro-desemprego>, acesso em 24 de junho de 2015.

Governos latino-americanos e europeus não reconhecem gestão Temer. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/16/governos-latino-americanos-nao-reconhecem-gestao-temer/>, acesso em 09 de novembro de 2016.

GOULART, Serge. **Verdades e mentiras sobre Reforma da Previdência**. Jan. de 2003. Disponível em <http://www.sintrajufe.org.br/Previdencia/previ-5.htm>, acesso em 03/09/2013.

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Nórdica Verde - GUE/NGL. Disponível em <http://guengl.eu/>, acesso em 20 de novembro de 2013.

Grupo de Amigos da Venezuela. É uma vitória diplomática, diz embaixador. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-15/grupo-de->

amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador, acesso em 14 de novembro de 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. 28/12/2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>, acesso em 22 de fevereiro de 2016.

Imprensa mundial condena impeachment de Dilma. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/31/imprensa-mundial-condena-golpe-no-brasil/>, acesso em 10 de setembro de 2016.

Internacional Socialista (IS). Disponível em: <http://www.socialistinternational.org/>, acesso em 01 de julho de 2015.

João Roberto, José Roberto e Roberto Irineu Marinho aparecem na posição 165 do ranking mundial e ocupam juntos o quinto lugar entre os mais ricos do Brasil. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/03/02/segundo-forbes-irmaos-marinho-possuem-fortuna-de-us-246-bilhoes/>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

Juntar Forças na Corrente “Socialismo” - Resolução Aprovada no XIX Congresso da APSR. Disponível em: <http://combate.info/media/resolXIXcongresso.pdf>, acesso em 08 de outubro de 2015.

KOCHER, Bernardo. Sobre Sites. Socialismo. **O Eurocomunismo.** Disponível em: <http://www.sobresites.com/socialismo/artigos/eurocomunismo.htm>, acesso em 21 de novembro de 2015.

LEIRIA, Luis. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 11 de março de 2015.

LENIN, V. I. **Que hacer?** Moscou: Progreso, 1981.

LEPRE, Aurélio. **O Prisioneiro. A Vida de Antônio Gramsci.** Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

Líder da Ruptura/FER nega intenção de abandonar o Bloco. Diário de Notícias. 31 de março de 2011. Disponível em: http://www.dn.pt/portugal/interior/lider_da_rupturafer_nega_intencao_d_e_abandonar_o_bloco_1819332.html, acesso em 19 de outubro de 2015.

Liga Internacional dos Trabalhadores – Quanta Internacional. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/>, acesso em 15 de outubro de 2015.

LOUÇÃ, Francisco; LOPES, Teixeira; COSTA, Jorge. **Os Burgueses.** Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

_____. **Entrevista concedida a Pedro Loureiro.** Contas à Vida. Ed. Sete Caminhos, 2005. Disponível em www.viriatoteles.com/net/livros/contas-a-vida/rancisco-louca. Acesso em 30 de novembro de 2013.

_____. **Entrevista concedida para a revista Festa - Concelhia de Torres Vedras.** Disponível em http://blocoedesquerdatorresvedras.blogspot.pt/2010_06_01_archive.html, acesso em 10 de abril de 2015.

_____. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Lisboa, 06 de abril de 2015.

Lula relembra história em Salvador e elogia MK: “Fez parte da minha formação”. Disponível em: <http://www.metro1.com.br/noticias/pol-tica/7212,lula-relembra-historia-em-salvador-e-elogia-mk-fez-parte-da-minha-forma-o.html>, acesso em 12 de setembro de 2016.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A Favor de Gramsci.** Paz e Terra. 2ª Edição. Rio de Janeiro, 1977.

MACHADO, Uirá E PULS, Maurício. **"Aprovação mais alta do PT projeta bancada recorde"**. Folha de S. Paulo. 2 de agosto, 2010.

MADEIRA, João. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Santo André, 23 de março de 2015.

MAIA, Rui. Contribuição para o documento intitulado **“O Rumo Estratégico do Bloco”**, p. 2, disponível em: www.bloco.org, acesso em 25 de novembro de 2013.

Manifestações no dia 16-8. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/manifestacoes-no-dia-16-8>, acesso em 02 de outubro de 2015.

Manifesto aos Petistas. 20 anos. Página 13. Edição 124 - setembro 2013. Articulação de Esquerda. Disponível em: http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/PG13_Encarte_SET_2013_Manifesto_HV_-_21_anos.pdf, acesso em 17 de agosto de 2016.

Manifesto de Fundação da Militância Socialista. Disponível em: <http://www.militanciasocialista.org/2015/05/17/manifesto-de-fundacao-da-ms/>, acesso em 16 de agosto de 2016.

Manifesto dos 113. São Paulo, 02 de julho de 1983. Disponível em <http://descurvo.blogspot.com.br/2010/02/pt-30-anos.html>, acesso em 01 de agosto de 2016.

Manifesto aprovado pelo Movimento pró-PT – 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Manifesto Eleitoral – Bloco de Esquerda – Legislativas, 2015. Disponível em: <http://www.bloco.org/media/manifestolegislativas2015.pdf>, acesso em 20 de setembro de 2015, p. P. 3-4.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Legatus Editora. Clássicos da Política. São Paulo, 2010.

MARCHI, Carlos. **Vinte anos depois, PT quer reintegrar deputados que votaram em Tancredo.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/314707/noticia.htm?sequence=1>, acesso em 16 de setembro de 2015

MATEUS e RAMALHO, Jorge e Tiago. **O Sistema de Partidos em Portugal.** Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em: http://www.cies.iscte.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP151_Ramalho.pdf, acesso em 15 de outubro de 2015.

MELO, Jacy Afonso de. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Florianópolis, 30 de julho de 2014.

Mensalão. Disponível em: <http://www.infoescola.com/politica/mensalao/>, acesso em 21 de outubro de 2016.

Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/>, acesso em 14 de novembro de 2016.

Mesmo em Crise, PT Mantém Maior Preferência do Eleitor <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/185915/Mesmo-em-crise-PT-mant%C3%A9m-maior-prefer%C3%Aancia-do-eleitor.htm>, acesso em 15 de novembro de 2016.

MESQUITA, João. **Era uma vez a revolução.** Disponível em: <http://canhotices.blogspot.com.br/2006/11/para-esquerda-moderna-um-pouco-de.html>, acesso em 21 de outubro de 2015

MICAEL, Manuela. **“BE não atingiu resultados”. Louçã assume culpa.** Disponível em <http://www.tvi24.iol.pt>, acesso em 13 de março de 2014.

MIGNONE, Ricardo. **Reforma da Previdência é aprovada em segundo turno no Senado.** Folha de São Paulo, 11/12/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56352.shtml>, acesso em 26 de janeiro de 2017.

Moção A – Uma Resposta de Esquerda – Por um Bloco que responda já aos problemas das pessoas. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014

Moção B – Refundar o Bloco na Luta Contra a Austeridade. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014.

Moção E – Bloco Plural, Fator de Viragem. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014

Moção R – Reinventar o Bloco. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014.

Moção U – Moção Unitária em Construção. Revolta cidadã para vencer a austeridade. In. Romper com a austeridade. Paz, pão, habitação, saúde, educação. Editora do Bloco de Esquerda. IX Convenção do Bloco de Esquerda, Lisboa, 22 e 23 de fevereiro de 2014.

MONASTA, Attitio. **Antônio Gramsci.** Tradução e Organização: NOSELA, Paolo. Coleção Educadores – MEC. Ed. Massangana, Recife-PE, 2010.

MORTÁGUA, Joana. **Desenvolver o Marxismo.** A Comuna. Disponível em: <http://www.acomuna.net/index.php/contra-corrente/2976-desenvolver-o-marxismo>, acesso em 14 de outubro de 2015.

Movimento Alternativa Socialista (MAS). Disponível em <http://www.mas.org.pt/>, acesso em 20 de novembro de 2013.

Movimento pela Emancipação do Proletariado – MEP. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-pela-emancipacao-do-proletariado-mep>, acesso em 10 de agosto de 2016.

Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html, acesso em 30 de maio de 2016.

MOYSÉS, Adriana. **Parlamento Europeu funciona por grupos de afinidade política.** Português do Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.rfi.fr/geral/20140518-parlamento-europeu-funciona-por-grupos-de-afinidade-politica>, acesso em 12 de novembro de 2015.

Mudar Mais – Por um novo Ciclo de Mudanças Democráticas no País. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

Mudar o PT para continuar mudando o Brasil. Disponível em: <http://margaridasalomao.com.br/manifesto-mudar-o-pt-para-continuar-mudando-o-brasil-e-assinado-por-33-deputados/>, acesso em 05 de outubro de 2015.

Nasce a Esquerda Popular Socialista, nova corrente interna do PT.

Disponível em: http://jeps-sc.blogspot.com.br/2012/03/nasce-esquerda-popular-socialista-nova_29.html, acesso em 11 de agosto de 2016.

NASCIMENTO, Claudio. **O Labirinto Gramsciano (Gramsci e a Questão da Hegemonia)**. Curso de Formação de Formadores da ESCOLA SUL da CUT, realizado entre maio a setembro de 1998.

NETTO, José Paulo. **O que é Stalinismo**. Coleção Primeiros Passos. Nova Cultural – Brasiliense. São Paulo, 1985.

Nova Tendência do PT quer resgatar valores da esquerda. Política Livre. Disponível em: <http://www.politicalivre.com.br/2015/10/nova-tendencia-do-pt-quer-resgatar-valores-da-esquerda/>, acesso em 06 de setembro de 2016.

NOTARI, Maria Teresa de Aguiar. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa**. São Paulo, 02 de fevereiro de 2016.

O 5º Congresso do PT - Manifesto. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

CARVALHO, Olavo de. **“O Brasil ‘fez’ a Venezuela”**. Entrevista ao Jornal A Tarde. Disponível em: <http://www.midiasemmascara.org/artigos/cultura/15760-olavo-de-carvalho-entrevista-ao-jornal-a-tarde.html>, acesso em 14 de maio de 2015.

O governo Dilma não fez nada em termos de reforma agrária. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201co-governo-dilma-nao-fez-nada-em-termos-de-reforma-agraria201d-6758.html>, acesso em 26 de outubro de 2016.

O número de trabalhadores filiados à CUT recuaram nos últimos anos do governo Dilma. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4507796/cut-perde-espaco-como-maior-central-sindical-do-pais>, acesso em 30 de maio de 2016.

O que é uma moção de censura. Dinheiro Vivo. Disponível em: <http://www.dinheirovivo.pt/economia/o-que-e-uma-mocao-de-censura/>, acesso em 05 de novembro de 2015.

O Rumo Estratégico do Bloco. Disponível em www.bloco.org. Acesso em 25 de novembro de 2013.

O Ruptura/FER: 35 Anos de Combate Socialista. LIT-QI – Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional. Disponível em: http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=453:artigo453&catid=46:portugal, acesso em 16 de outubro de 2015.

O PT foi o Partido que mais elegeu em 2010. <http://colunas.imirante.com/platb/jorgearagao/2010/11/02/pt-foi-o-partido-que-mais-elegeu-em-2010/>, acesso em 01/09/2011.

O PT sofre com a debandada de candidatos. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/em-2016-o-pt-sofre-com-a-debandada-de-candidatos>, acesso em 12 de outubro de 2016.

O Socialismo Petista, aprovado no 7 Encontro Nacional do PT. Anhembi - São Paulo, SP - 31/05 a 03/06/1990. Disponível em <http://www.pt.org.br/index.php?/downloads>, acesso em 03 de setembro de 2011.

O Tempo Não Para. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

OLIVEIRA, Daniel. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, Francisco. In. ZANINI, Fábio. **Lula abandona Orçamento Participativo.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200239.htm>, acesso em 24 de junho de 2016.

Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=ocmlp>, acesso em 14 de outubro de 2015.

Organizações pedem pela punição dos torturadores da Ditadura Militar. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/node/16864>, acesso em 24 de outubro de 2016.

Ortega vence eleições na Nicarágua com mais de 70% dos votos.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/11/07/ortega-vence-eleicoes-na-nicaragua-com-mais-de-70-dos-votos.htm>, acesso em 07 de novembro de 2016.

PADILHA, Nelson. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 21 de agosto de 2015.

Página 13. Página oficial da Tendência Articulação de Esquerda.

Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/quem-somos>, acesso em 16 de agosto de 2016.

PALUDO, José Roberto. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 02 de setembro de 2015.

Parlamento Europeu. <http://www.europarl.europa.eu/elections-2014/pt/new-parliament>, acesso em 09 de outubro de 2015.

Participa.br. Disponível em: <http://www.participa.br/>, acesso em 27 de outubro de 2016.

Partido Comunista do Brasil. Um pouco da história do PCdoB.

Disponível em: <http://pcdobfiladelfia.blogspot.com.br/2014/09/um-pouco-da-historia-do-pc-do-b.html>, acesso em 17 de outubro de 2015.

Partido Comunista Português (PCP). Como nasceu o Partido Comunista Português.

Disponível em: <http://www.pcp.pt/como-nasceu-partido-comunista-portugues>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Partido Livre muda nome e lança candidatura cidadã.

Disponível em: <http://www.legislativas2015.pt/2015/04/19/partido-livre-muda-nome-e-lanca-candidatura-cidada/>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Partido dos Trabalhadores (PT) - Página Oficial.

Disponível em: <http://www.pt.org.br>, acesso em 03 de setembro de 2011.

Partido Socialista (PS) - Página Oficial.

Disponível em: www.ps.pt, acesso em 02 de julho de 2015.

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Disponível em <http://www.psol50.org.br/>, acesso em 31 de agosto de 2016.

PASSOS, Najla. Com Lula e Dilma, conferências explodem. Mas dão resultado?

Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Com->

Lula-e-Dilma-conferencias-explodem-Mas-dao-resultado-/2/18494, acesso em 23 de junho de 2016.

PEC-241 aprovada em 1º turno. Como votaram os deputados. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/pec-241-aprovada-em-1o-turno-como-votaram-os-deputados>, acesso em 19 de outubro de 2016.

Pedro Loureiro entrevista a Francisco Louça, professor universitário, deputado e dirigente do BE. Contas à Vida. Ed. Sete Caminhos, 2005. Disponível em www.viriatoetes.com/net/livros/contas-a-vida/francisco-louca. Acesso em 30 de novembro de 2013.

PEREIRA, Ricardo Araújo. **Do humor para a política?** Manifesto 3D. Disponível em: noticia.net/story.php?title=manifesto-3d-ricardo-araujo-pereira-do-humor-para-a-politica, acesso em 15 de outubro de 2015.

Plano Colômbia não interrompeu narcotráfico, mas “enfraqueceu as Farc” Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,plano-colombia-nao-interrompeu-narcotrafico-mas-enfraqueceu-as-farc,860571>, acesso em 06 de novembro de 2016.

Plataforma Política, Normas Transitórias. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 61.

PMDB e PT são os partidos com o maior número de filiados. <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/06/21/pmdb-pt-sao-os-partidos-com-maior-numero-de-filiados-aponta-tse-924737142.asp>, acesso em 01/09/2011.

POMAR, Valter. **A Metamorfose. Programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005.** Versão corrigida da tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), para obtenção do título de Doutor em Ciências - História Econômica. Orientador: Prof. Doutor Osvaldo Coggiola São Paulo, novembro/dezembro de 2005.

_____. **Entrevista concedida a Carmelo Ruiz de Porto Rico.** Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/search?q=historia+PT>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

_____. **Entrevista concedida à jornalista Gabriela Megale, do jornal Folha S. Paulo.** Sexta-feira, 22 de maio de 2015. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2015/05/entrevista-sobre-o-ped-e-outros-assuntos.html>, acesso em 12 de setembro de 2016.

_____. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Campinas, 26 de agosto de 2015.

_____. **O que não Fazer. Roteiro sobre o tema “Experiências Internacionais de Organização Partidária”**, elaborado para o Seminário sobre Organização Partidária, promovido pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. 27 e 28 de agosto de 2015, São Paulo, Hotel San Raphael. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/pt/o-que-nao-fazer/#.VuVmdZXSnIV>, acesso em 13 de março de 2016.

POMAR e REGALADO, Valter e Roberto. **Foro de São Paulo. Construindo a Integração Latino-Americana e Caribenha.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo, junho de 2013, p. 9.

POMAR, Wladimir. Introdução. In. **Resoluções de Encontros e Congressos - 1979 - 1998.** Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

PONT, Raul. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Porto Alegre, 15 de setembro de 2015.

Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>, acesso em 10 de novembro de 2016.

Popularidade de Lula bate recorde e chega 87 %, diz-ibope. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>, acesso em 24 de outubro de 2016.

PORTAS, Miguel. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1989. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 03/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1994. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 03/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula – 1998. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 03/09/2011.

Programa de Governo da candidatura Lula - 2002. Disponível em: <http://www.fpa.org.br>, acesso em 23 de junho de 2016.

Programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas. Universidade de Coimbra. Centro de Documentação 25 de Abril. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07>, acesso em 30 de novembro de 2016.

Programa do Partido dos Trabalhadores - 1980. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 1998.

PSR aprova extinção e adesão a nova corrente política do BE. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/psr-aprova-extincao-e-adesao-a-nova-corrente-politica-do-be-1589082>, acesso em 13 de outubro de 2015.

PT ganha nova tendência: Esquerda Popular e Socialista. Democracia Socialista. Disponível em: http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/noticias/item?item_id=144018, acesso em 11 de agosto de 2016.

PT está coligado com partidos considerados golpistas em quase 2 mil municípios. Disponível em: <http://noticias.spotniks.com/pt-esta-coligado-com-partidos-considerados-golpistas-em-quase-2-mil-municipios/>, acesso em 12 de outubro de 2016.

Publicidade federal: Globo recebeu R\$ 6,2 bilhões dos governos Lula e Dilma. Carta Capital. 29/06/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/emissoras-de-tv-receberam-mais-de-r-10-8-bilhoes-publicidade-federal-7609.html>, acesso em 22 de junho de 2016.

PUREZA, José Manuel. **Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa.** Coimbra, 13 de abril de 2015.

Quem Financia os Grupos que Pedem o Impeachment. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-financia-os-grupos-que-pedem-o-impeachment/>, acesso em 30 de maio de 2016.

RANGEL, Rodrigo. **De Raul Reyes para Lula**. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI5004-15223,00-DE+RAUL+REYES+PARA+LULA.html>, acesso em 12 de novembro de 2016.

Ranking dos Estados por preferência ideológica. Disponível em: <https://sites.google.com/site/atlasleicoespresidenciais/ranking-dos-estados-por-preferencia-ideologica>, acesso em 24 de outubro de 2016.

RATTNER, Jair. **Portugal aprova em referendo a legalização do aborto**. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/02/070211_aborto, acesso em 10 de abril de 2015.

Regulamento do Direito de Tendência do Bloco de Esquerda, aprovado pela Mesa Nacional em setembro de 2007.

REIS, F. W. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2000.

Renovação Comunista. Objectivos. Disponível em: <http://www.comunistas.info/?no=2010>, acesso em 15 de outubro de 2015.

Resgatar o Petismo no PT. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

Resolução da VI Conferência Nacional da AE. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/documentos-e-resolucoes/>, acesso em 31 de março de 2016.

Resoluções da 1ª convenção nacional do BE, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2000, em Lisboa, Portugal.

Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 1º Congresso Nacional do PT - 1991. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resoluções do 2º Congresso Nacional do PT - 1999. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu

Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016.

Resoluções do 3º Congresso Nacional do PT - 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016.

Resoluções do 5º Congresso Nacional do PT - 2015. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016.

Resoluções do 1º Encontro Nacional do PT - 1981. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 2º Encontro Nacional do PT - 1982. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 4º Encontro Nacional do PT - 1986. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT - 1989. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 7º Encontro Nacional do PT – 1990. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 8º Encontro Nacional do PT - 1993. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 10º Encontro Nacional do PT – 1995. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998.

Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT – 2007. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo. Fundação Perseu Abramo, disponível em: www.fpabramo.org.br, acesso em 14 de junho de 2016.

Resoluções do Encontro Nacional Extraordinário – 1985. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998

Resolução sobre as tendências do Partido dos Trabalhadores. In. 5º Encontro Nacional do PT – 1987. In. Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição. 1998, p. 356.

Resultado do Leilão do Pré-Sal - Libra. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/10/21/resultado-leilao-pre-sal-libra.htm>, acesso em 28 de maio de 2016.

Revista Teoria e Debate. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/a-revista>, acesso em 04 de março de 2016.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo. São Carlos, 2008.

ROSAS, Fernando. **Pronunciamento extraído do vídeo 10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

ROSS, GEORGE. **Eurocomunismo.** In. BOTTOMORE, Tom. (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro – RJ, 1988, p. 143.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social.** Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal – Vol. 13. Editora Escala, São Paulo – SP, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Depoimento extraído do vídeo **10 anos do Bloco – nasceu uma estrela.** Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=SHKdOCBA_yw, acesso em 10 de outubro de 2015.

_____. **O Socialismo do Século XXI**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Socialismo-do-Seculo-XXI/4/13428>, acesso em 09 de novembro de 2016.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. Editora UFPR. Curitiba – PR, 1992.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. 4ª Edição. Ateliê Editorial. Cotia, SP, 2015.

Sergio Moro: um juiz a serviço da TV Globo e do PSDB. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Sergio-Moro-um-juiz-a-servico-da-TV-Globo-e-do-PSDB/4/33770>, acesso em 12 de dezembro de 2016.

SILVA, Antônio Ozaí da. **A esquerda marxista e o PT**. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87ozai.htm>, acesso em 15 de agosto de 2016.

_____. **O Trabalho (OT) - Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores**. Revista Espaço Acadêmico, ano I, número 01, junho – 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/001/01trotskismo.htm>, acesso em 29 de agosto de 2016.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso proferido na Primeira Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores - 1981. In. **Resoluções de Encontros e Congressos – 1979 – 1998. Partido dos Trabalhadores**. Fundação Perseu Abramo. 1ª Edição, 1998.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

_____. **A Segunda Alma do Partido dos Trabalhadores**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n88/n88a06.pdf>, acesso em 10 de março de 2014.

SOUSA, Alda. **O Bloco de Esquerda em Portugal. Nem Syriza, nem Podemos**. Revista Contretemps, nº 25, abril de 2015.

SOUZA, Ana Maria Borges de. **Da Escola às Ruas: o Movimento dos Trabalhadores da educação.** Coleção Teses. Editora Letras Contemporâneas. Ilha de Santa Catarina – SC, 1996.

STEFFAN, Heinz Dieterich. **El Socialismo Del Siglo XXI.** 2002. Disponível em: <http://www.puk.de/download/elsocialismo.pdf>, acesso em 15 de junho de 2015.

Stop TTIP. **Não ao Tratado Transatlântico.** Disponível em: <https://www.nao-ao-ttip.pt/>, acesso em 27 de outubro de 2015.

Temer: Impeachment ocorreu porque Dilma recusou ponte para o futuro. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro>, acesso em 14 de outubro de 2016.

Tempo de Avançar. Quem Somos. Disponível em: http://tempodeavancar.net/?page_id=931, acesso em 15 de outubro de 2015.

Tendência Esquerda Alternativa. Disponível em: <http://esquerdaalternativa.bloco.org/quem-somos.html>, acesso em 14 de outubro de 2015.

Teses de Fundação da LIT-QI. (Conferência de Fundação). **A Necessidade de Construir uma Direção e uma Organização Internacional.** Disponível em: <https://www.archivoleontrotsky.org/download.php?mfn=7131>, acesso em 16 de outubro de 2015

Texto Assinado por 33 deputados do PT critica política econômica do governo. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/texto-assinado-por-33-deputados-do-pt-critica-politica-economica-do-governo.html>, acesso em 10 de 06 de 2015.

Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>, acesso em 15 de novembro de 2016.

TSE divulga tempo da propaganda dos presidenciais na TV e no rádio. Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/08/tse-divulga-tempo-de-propaganda-eleitoral-dos-candidatos.html>, acesso em 24 de outubro de 2016

TURRA, Júlio. Entrevista concedida para a elaboração desta pesquisa. Florianópolis, 20 de agosto de 2015.

Um Breve Esboço da História da LIT-QI. Disponível em: <http://litci.org/pt/um-breve-esboco-da-historia-da-lit-qi/>, acesso em 20 de outubro de 2015.

Um partido para Tempos de Guerra. In. Caderno de Teses do 5º Congresso Nacional do PT, Salvador (BA), 11 a 13 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2015/04/TESES5CONGRESSOPTFINAL.pdf>, acesso em 23 de agosto de 2016.

Um Pouco da História das Tendências do PT. Disponível em: <http://tiagosandes.blogspot.com.br/2008/06/um-pouco-da-historia-das-tendencias-do-pt.html>, acessos em 15 de agosto de 2016.

União de Nações Sul-Americanas. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>, acesso em 14 de novembro de 2016.

União Democrática Popular, disponível em: <http://www.udp.pt/content/blogcategory/13/26/>, acesso em 14 de outubro de 2015.

Varela, Raquel. **Nasce a Aliança Povo – MFA.** Disponível em <http://raquelcardeiravarela.wordpress.com>, acesso em 25 de novembro de 2013.

Veja Estados e Partidos que mais Votaram pelo Impeachment na Câmara. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>, acesso em 05 de junho de 2016.

Vítimas da Ditadura – mais da metade morreu durante governo Médico, diz CNV. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/10/vitimas-da-ditadura-mais-da-metade-morreu-durante-governo-medici-diz-cnv.htm>, acesso em 10 de dezembro de 2016.

WALDMAN, Maurício. Geografia do Timor-Leste. Disponível em <http://www.timorcrocodilovoador.com.br>, acesso em 07 de março de 2014.

World Forum on Theology and Liberation. Disponível em: <http://liberationtheology.org/>, acesso em 15 de janeiro de 2013.

World Social Forum. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/>, acesso em 10 de dezembro de 2013.

Zanini, Fábio. **Lula abandona Orçamento Participativo.** Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200239.htm>, acesso em 24 de junho de 2016.

APÊNDICES

1. Breve apresentação das lideranças entrevistadas

Representando o PT

- Raul Pont é historiador, escritor, professor universitário e fundador do PT. Foi eleito deputado estadual constituinte em 1986 e deputado federal em 1990. Elegeu-se prefeito de Porto Alegre em 1996 e deputado estadual em 2002 e 2010. É dirigente da tendência DS, que integrou a tese Mensagem ao Partido no último V Congresso Nacional do PT.
- Valter Pomar é historiador, professor universitário e Secretário Executivo do Foro de São Paulo. Participou do PCdoB nos anos 1970. Nos anos 1980, ingressou no PT. Trabalhou na revista Teoria e Debate e no boletim Linha Direta. Entre 2001 e 2004 foi Secretário Municipal de Cultura em Campinas e, entre 2005 e 2009, Secretário de Relações Internacionais do PT. É dirigente da tendência AE, que integrou a tese “A Esperança é Vermelha” no V Congresso Nacional do PT.
- Jacy Afonso de Melo é Secretário de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores. Participou da direção nacional da CUT, entre 2003 e 2009, quando assumiu a Secretaria de Administração e Finanças, e entre 2009 e 2015, quando assumiu a Secretaria de Organização e Política Sindical. Também secretário adjunto do governo de Cristovam Buarque, entre 1995 e 1998.¹¹⁰² Pertence à tendência CNB, que integrou a tese “O Partido que Muda o Brasil” no V Congresso Nacional do PT.
- José Fritsch é professor, formado em Estudos Sociais. Nos anos 1970, foi dirigente do Movimento dos

¹¹⁰² Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.cut.org.br/secretarias/organizacao-e-politica-sindical-d32e/>, acesso em 20 de novembro de 2015.

Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Foi eleito Deputado Federal em 1994, prefeito da cidade de Chapecó-SC em 1996 e reeleito em 2000. Também foi ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em 2002. Dirige a tendência EPS, que integrou a tese “Partido é Para Todos, Na Luta” no último V Nacional do PT.

- Júlio Turra é formado em Ciências Sociais. Nos anos 1970 foi militante da Organização Comunista Primeiro de Maio e do movimento Liberdade e Luta – Libelu. Também foi membro da Direção Nacional do PT e desde 1997 participa da Executiva Nacional da CUT. É coordenador nacional da corrente OT, que integrou a tese “Constituinte por Terra, Trabalho e Cidadania” no V Congresso Nacional do PT.¹¹⁰³
- Nelson Padilha é filiado ao PT desde 1988. Vinculou-se inicialmente à Libelu, depois à Convergência Socialista e, mais tarde, veio a integrar a CNB. Participou do Coletivo Estadual de Combate ao Racismo e atualmente é Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT. É dirigente da tendência CNB, que integrou a tese “O Partido que Muda o Brasil” no V Congresso Nacional do PT.
- José Roberto Paludo é historiador e sociólogo. Filiou-se ao PT no final da década de 1980. Participou da Pastoral da Juventude e do movimento estudantil. Foi Secretário Estadual da Juventude do PT em SC e membro do Diretório Nacional por duas vezes. Atualmente é coordenador nacional da tendência MS, que integrou a tese “É Pela Esquerda Que Queremos o Brasil” no V Congresso Nacional do PT.
- Janeth Almeida foi assistente social e participou de lutas feministas e por igualdade de gênero. Integrou a Coordenação de Ações Educativas na Secretaria de

¹¹⁰³ AZEVEDO, Ricardo. Move Brasil. Fundação Perseu Abramo. Teoria e Debate. Disponível em: <http://movebr.wikidot.com/anos-70:memoria-medo-liberdade>, acesso em 20 de novembro de 2015.

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, SPM/Presidência da República, em Brasília. Foi dirigente do PT de Caçador – SC e militou na tendência AE, que integrou a tese “A Esperança é Vermelha” no V Congresso Nacional do PT.¹¹⁰⁴

- Carlos Henrique Árabe participou do processo de fundação do PT e da tendência Democracia Socialista, a partir de 1979. Iniciou sua participação política no movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. É dirigente nacional da DS, que integrou a tese Mensagem ao Partido no V Congresso Nacional do PT.
- Maria Teresa de Aguiar Notari é dirigente nacional da tendência Brasil Socialista, cuja origem remonta ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR. Integrou a tese Contraponto Socialista no V Congresso Nacional do PT.

Representando o BE

- Miguel Cardina é professor universitário e pesquisa os movimentos da esquerda radical em Portugal. Participou da Tendência Socialismo e é oriundo da associação política Fórum Manifesto. Integrou a moção U na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.
- Carlos Carujo é professor de filosofia e estudioso da obra de Antônio Gramsci. Militou no PSR (Partido Socialista Revolucionário). Escreveu vários artigos sobre Gramsci para a revista Vírus. Integrou a Moção R, denominada Plataforma Anticapitalista, na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

¹¹⁰⁴ Página 13. Disponível em: <http://www.pagina13.org.br/poderes/o-discurso-da-presidenta-dilma/#.Vi6omvk97IU>, acesso em 20 de novembro de 2015.

- Jorge Costa é jornalista e membro da Comissão Permanente do BE. Militou no PSR e foi dirigente da moção U, denominada moção Unitária em Construção, na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Foi eleito deputado para a Assembleia da República¹¹⁰⁵ em 2015.
- Luis Leiria é jornalista e membro da equipe de redação do portal esquerda.net. Morou muitos anos no Brasil e também participou ativamente do PT. Integrou a moção U na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.
- Luís Fazenda é fundador do Bloco de Esquerda e foi deputado da Assembleia da República por cinco legislaturas, entre 1999 e 2015. Foi Vice-Presidente da Assembleia da República em 2009. Participou da luta armada contra a ditadura salazarista. É o principal dirigente da tendência Alternativa Socialista. Militou na UDP (União Democrática Popular) até a sua transformação em associação política. Integrou a moção E na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.
- João Madeira é historiador e professor. Foi militante da UDP antes da fundação do BE. Participou das lutas da esquerda na época da ditadura salazarista. Foi membro da mesa nacional do BE por mais de uma década. Integrou a moção B na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.
- Francisco Louçã é economista e professor universitário. Foi coordenador do BE entre 2005 e 2012. Atualmente, o cargo é ocupado por Catarina Martins. Foi deputado por Lisboa por cinco legislaturas, tendo sido eleito 1999 e reeleito em 2002, 2005, 2009 e 2011. Foi candidato à presidência de Portugal pelo BE em 2006.

¹¹⁰⁵ É o Parlamento Português, órgão máximo do poder legislativo de Portugal, equivalente ao Congresso Nacional no Brasil, com a diferença de ser unicameral.

- José Manuel Pureza é sociólogo e professor universitário. Foi deputado da Assembleia da República por Coimbra e líder parlamentar do BE entre 2009 e 2011. Foi mandatário nacional da Candidatura de Francisco Louçã nas eleições presidenciais de 2006. Integrou a moção U na IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Em 2015 foi reeleito deputado para a Assembleia da República.

2. Roteiros de entrevistas

Roteiro de entrevistas para as lideranças das tendências do PT

Sobre o PT

- 1 Qual a importância de um partido como o PT nos dias de hoje? Em sua opinião, o que o diferencia dos demais partidos políticos brasileiros?
- 2 Como você avalia a relação entre o PT, os sindicatos e movimentos sociais?
- 3 O PT tem representado os interesses das classes subalternas na luta contra-hegemônica? De que modo isso se verifica concretamente?
- 4 Como você explicaria as amplas coligações que o PT tem feito com partidos de centro-direita e com antigos adversários políticos, como Roseana Sarney, Collor e Maluf?
- 5 Você diria hoje que o PT é um partido sem padrões, como consta em sua Carta de Princípios de 1979?
- 6 Você considera o PT um partido socialista ou socialdemocrata? É possível construir um capitalismo com justiça social? Ou é imprescindível que o PT mantenha uma proposta socialista e anticapitalista?
- 7 Como você definiria o socialismo petista?

- 8 Que balanço você poderia fazer a respeito das mudanças teóricas e práticas que ocorreram ao longo existência do PT?
- 9 Como você poderia diferenciar a militância “mais antiga” da militância atual? O que mudou entre os antigos e os novos filiados do PT?
- 10 Como você avalia os governos Lula e Dilma? Em sua opinião, as reformas realizadas durante estes governos representaram uma ruptura com o neoliberalismo? Em que sentido?
- 11 Como superar o capitalismo na atual conjuntura global, em que quase todos os países do mundo são capitalistas? Como tornar realidade o lema do Fórum Social Mundial: “um outro mundo é possível”?

Sobre a tendência

- 12 Explique como, quando, onde e porque foi fundada a tendência.
- 13 O que a difere teoricamente e pragmaticamente das demais tendências internas do PT?
- 14 Qual a concepção teórica da tendência ou como ela se define ideologicamente? Ela é filiada a alguma corrente ou organização internacional?
- 15 Quais intelectuais (clássicos e atuais) exerceram/exercem maior influência na elaboração do programa teórico da tendência?
- 16 Quais as principais lideranças políticas (quadros nacionais) da tendência?

Sobre a concepção teórica

- 17 Qual a influência do pensamento marxista no PT e quais intérpretes de Marx são estudados e/ou debatidos nas atividades e cursos de formação política?
- 18 Como você avalia a influência teórica de Gramsci na tendência e no PT?
- 19 Tendo em vista que conceito de hegemonia é muito utilizado nos documentos oficiais do PT, qual é o seu entendimento a respeito deste conceito e como ele é compreendido pela militância da tendência?
- 20 De que forma estão articulados os conceitos de reforma e revolução? São conceitos antagônicos ou complementares? A tendência entende a revolução como processo (forma processual de revolução) ou como ato pontual? Por quê?
- 21 Como você concebe o socialismo realmente existente e o socialismo que está por ser construído? É possível construir o socialismo pela ordem, pela via institucional, sem romper com a ordem vigente? De que forma?
- 22 Como você avalia a relação entre a sociedade civil - e seus organismos: sindicatos, partidos, movimentos sociais, ONGs, associações - e o Estado?
- 23 De que forma é possível conquistar a hegemonia de um grupo social? Como construir espaços de poder na sociedade civil que possam assegurar essa hegemonia?
- 24 Qual a função dos intelectuais e da educação no processo de disputa de hegemonia? De que forma se estabelece a relação entre os que exercem a função de intelectuais e os que não exercem a função de intelectuais?
- 25 Qual o papel da mídia na disputa de hegemonia?

- 26 Qual a importância do Foro de São Paulo no processo de composição das forças contra-hegemônicas no contexto latino-americano?
- 27 Qual a importância estratégica de iniciativas e projetos de integração regional como a ALBA, a UNASUL e a Telesur, para a construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento para a América Latina?

Roteiro de Entrevistas com as lideranças do Bloco de Esquerda

Sobre o BE

- 1 O Bloco de Esquerda é um partido político recente, fundado em 1999, a partir da fusão de três organizações políticas: a União Democrática Popular, o Partido Socialista Revolucionário e a Política XXI. Quais os aspectos positivos e negativos em construir um partido alicerçado numa ampla base ideológica, representada por distintas organizações políticas? Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas durante a criação do Bloco de Esquerda, dadas às divergências entre as forças políticas que integram o partido?
- 2 A 1ª Convenção Nacional decidiu que “o Bloco de Esquerda quer ser um novo movimento e não mais um partido”. Qual a concepção de movimento do BE e o que o distingue dos demais partidos da esquerda portuguesa?
- 3 O BE passou por um racha interno em 2011, quando o movimento Ruptura-FER abandonou o partido para formar o Movimento Alternativa Socialista - MAS. Por que ocorreu esta cisão?
- 4 Quais as principais mudanças teóricas e práticas que ocorreram no BE ao longo de sua existência?
- 5 Nascido após o fim do “socialismo real”, a forma de organização do BE permite a existência de tendências internas, possibilitando que seu projeto político esteja constantemente em construção, numa interminável

disputa hegemônica que se faz também e inicialmente dentro do partido, por suas tendências e seus militantes. Como se caracteriza esta disputa hegemônica interna, com as diferentes forças políticas que constituem o BE? Como ocorreu o processo de dissolução dos partidos que originaram o BE?

- 6 Passados 15 anos da existência do BE, como você poderia diferenciar a militância “mais antiga” da militância atual? O que mudou entre os antigos e os novos filiados do Bloco de Esquerda? Qual a importância dos cursos de formação política oferecidos pelo partido para os novos filiados, inclusive para os que vieram de outros partidos?
- 7 Depois de crescer de forma contínua em todas as eleições anteriormente disputadas, o BE teve sua força parlamentar reduzida pela metade. Nas eleições legislativas portuguesas de 2011, foram eleitos apenas oito deputados, contra 16 deputados eleitos nas eleições de 2009. O que explica a derrota eleitoral sofrida pelo BE nas eleições de 2011? O apoio dado à candidatura de Manuel Alegre (PS) naquele ano teria contribuído para o descontentamento de parte do eleitorado que antes votava no BE? Na sua avaliação, o BE errou ao apoiar a candidatura de Manuel Alegre (PS), ao invés de lançar candidatura própria, a exemplo de 2006, com Francisco Louçã, e 2001, com Fernando Rosas?
- 8 De que forma os eurodeputados eleitos pelo BE - através do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Nórdica Verde – GUE-NGL - têm contribuído para o processo de disputa hegemônica no contexto europeu? Quais as principais propostas do BE para a União Europeia e como conseguir a independência dos países mais fragilizados com a crise diante da política econômica imposta pela troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional)?

- 9 Quais seriam as semelhanças e as diferenças entre a concepção de socialismo defendida pelo BE e a social democracia? Atualmente, você considera o BE um partido socialdemocrata, que não se opõe ao capitalismo, mas tenta humaniza-lo, no sentido de ampliar a função social do Estado e os direitos trabalhistas? Ou considera imprescindível que o bloco mantenha uma proposta socialista e anticapitalista?

- 10 Todas as tendências que integram o Bloco de Esquerda adotam uma visão crítica em relação ao chamado “socialismo real” e defendem um modelo de socialismo renovado, democrático e adaptado aos nossos tempos. Em seu Estatuto, Art. 1º, parágrafo 3º, “o Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de acção política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão”. Como você definiria o socialismo proposto pelo Bloco e a viabilidade para a sua implementação?

- 11 Qual o projeto de democracia proposto pelo BE e quais são as propostas políticas apresentadas pelo partido que permitem ampliar a democracia, a participação popular e o processo de disputa de hegemonia na sociedade portuguesa?

Sobre a teoria marxista-gramsciana

- 12 Qual a influência do pensamento marxista e quais intérpretes de Marx são estudados nas atividades e cursos de formação política oferecidos pelo BE?

- 13 Como você avalia a influência teórica de Gramsci no BE?

- 14 Tendo em vista que o conceito de hegemonia é muito utilizado nos documentos oficiais do BE, qual é o seu

entendimento a respeito deste conceito e como ele é compreendido pela militância do Bloco?

- 15 De que forma estão articulados os conceitos de reforma e revolução? São conceitos antagônicos ou complementares? O BE entende a revolução como processo (forma processual de revolução) ou como ato pontual (a exemplo da revolução russa, chinesa e cubana)? Por quê? É possível construir o socialismo pela ordem, pela via institucional, sem romper com a ordem vigente? De que forma?
- 16 Como você avalia a relação entre a sociedade civil - e seus organismos: sindicatos, partidos, movimentos sociais, ONGs, associações - e o Estado? De que forma é possível conquistar a hegemonia de um grupo social? Como construir espaços de poder na sociedade civil que possam assegurar essa hegemonia?
- 17 Qual a função dos intelectuais (no sentido de ser um grupo especializado) e da educação no processo de disputa de hegemonia? De que forma se estabelece a relação entre os intelectuais e os “simples” ou aqueles que não são intelectuais no sentido estrito?

Sobre a tendência

- 18 Fale sobre a história da tendência. Explique como, quando, onde e porque foi fundada a tendência.
- 19 Quais as principais lideranças políticas (quadros nacionais) da tendência?
- 20 Quais os meios de informação (jornais, revistas) da tendência?
- 21 O que a difere teoricamente e pragmaticamente das demais tendências internas do BE?

- 22 Qual a concepção teórica da tendência ou como ela se define ideologicamente? Ela é filiada a alguma corrente ou associação internacional?
- 23 Quais intelectuais (dentre os clássicos e os atuais) exerceram/exercem maior influência na elaboração do programa teórico da tendência?